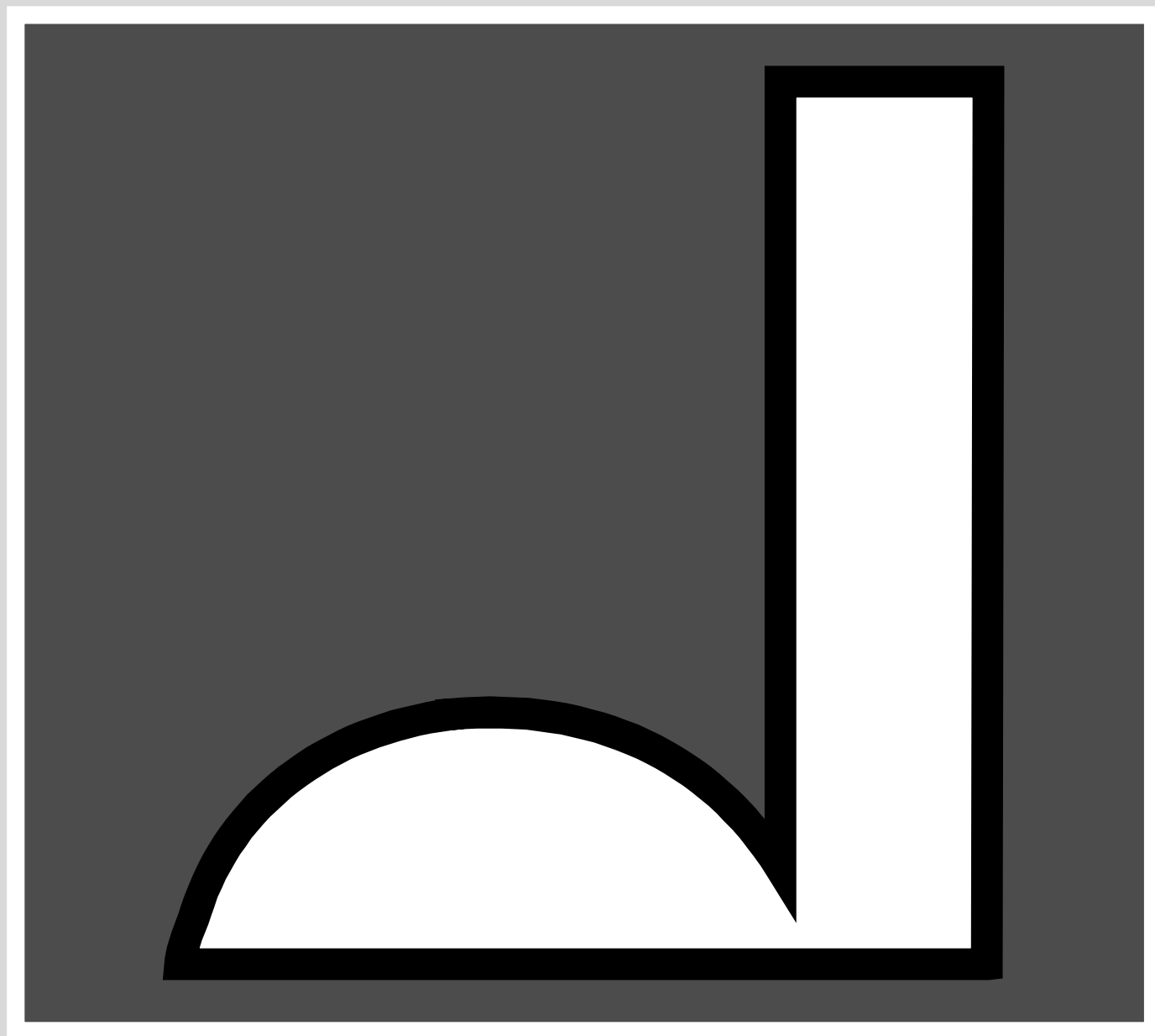




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 214 – QUINTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sihelessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3) LÍDER Tião Viana - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT LÍDER - PL Magno Malta VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL LÍDER – PFL José Agripino Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LIDER – PSDB Arthur Virgílio Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres Vice-Líder Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloísio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, que “cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de dezembro de 2003, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 17 de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 272, de 2003 (nº 725/2003, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 61, de 2003-CN, que altera o Quadro VI da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.804, de 11 de dezembro de 2003..... 41776

Nº 273, de 2003 (nº 728/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 38, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de um bilhão, cento e cinquenta e oito milhões, novecentos e oitenta e um mil e quinhentos e trinta e um reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de um bilhão, trezentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta mil e seiscentos e vinte e nove reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.805, de 12 de dezembro de 2003..... 41776

Nº 274, de 2003 (nº 729/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 41, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Cultura e da Educação, crédito especial no valor global de cinquenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.806, de 12 de dezembro de 2003..... 41776

Nº 275, de 2003 (nº 730/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 43, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.807, de 12 de dezembro de 2003..... 41776

Nº 276, de 2003 (nº 731/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 46, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Cultura, crédito especial no valor global de dezessete milhões, sessenta e oito mil e um real, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.808, de 12 de dezembro de 2003..... 41776

Nº 277, de 2003 (nº 732/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 51, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de sessenta e cinco milhões e sete mil reais, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.809, de 12 de dezembro de 2003. 41777

Nº 278, de 2003 (nº 733/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 52, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de sessenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.810, de 12 de dezembro de 2003..... 41777

Nº 279, de 2003 (nº 734/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 57, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Assistência Social, crédito suplementar no valor global de duzentos e trinta milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária

ria vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.811, de 12 de dezembro de 2003.	41777	ção ao trabalhador desempregado e de baixa renda.	41785
Nº 280, de 2003 (nº 735/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 58, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de cento e quarenta e dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais, para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.812, de 12 de dezembro de 2003.	41777	1.2.4 – Discursos do Expediente	
Nº 281, de 2003 (nº 736/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 60, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de dezoito milhões de reais, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.813, de 12 de dezembro de 2003.	41777	SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Potencial da criação de camarão na região Nordeste.	41786
Nº 282, de 2003 (nº 737/2003, na origem), de 12 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão.	41777	SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Entrevista do Arcebispo Metropolitano de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, publicada na revista Visão Amazônica , que adverte sobre a necessidade de defender os interesses daquela região. Considerações a respeito da invasão do espaço aéreo brasileiro.	41786
1.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados		1.2.5 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.184, de 2003, de 15 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2002 (nº 7.510/2002, naquela Casa), que denomina “Aeroporto de Joinville/SC – Lauro Carneiro de Loyola” o Aeroporto de Joinville, no Estado de Santa Catarina.	41783	Nº 1.711, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. José Richa, ex-governador do Estado do Paraná e ex-membro do Congresso Nacional. Aprovado. ...	41793
Nº 1.185, de 2003, de 15 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2001 (nº 254/2003, naquela Casa), que institui a renda básica de cidadania e dá outras providências.	41783	Nº 1.712, de 2003, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador José Richa. Aprovado.	41793
1.2.3 – Leitura de projetos		Nº 1.713, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal, ex-governador do Estado do Paraná e ex-Senador Constituinte, José Richa. Aprovado.	41798
Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os alimentos e bebidas que contenham cafeína indiquem, em rótulo, a presença e a concentração dessa substância.	41783	Nº 1.714, de 2003, de autoria do Senador José Sarney e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador José Richa. Aprovado , após usarem da palavra os Srs. Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Pedro Simon, Almeida Lima, Romeu Tuma, Osmar Dias, Heráclito Fortes, Ramez Tabet, Luiz Otávio, Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, e o Sr. Eduardo Suplicy.	41800
Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que estabelece utilização dos recursos do FAT para financiar a obtenção de Carteiro Nacional de Habilita-		1.2.6 – Discursos do Expediente (Continuação)	
		SENADOR MÃO SANTA – Homenagem de pesar pelo falecimento do jurista Evandro Lins e Silva.	41804
		SENADOR PAULO PAIM – Aprovação de relatório que estabelece o dia 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.	41805
		SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Críticas à condução da política externa brasileira. Expulsão de parlamentares do Partido dos Trabalhadores.	41807
		SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Manifestação acerca do pronunciamento do Senador De-	

móstenes Torres. Registro de pronunciamento dos bispos da igreja católica de Rondônia.	41810	SENADOR FLÁVIO ARNS – Desafios para que o direito à habitação se torne acessível aos cidadãos brasileiros.	41833
SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Esclarecimentos a respeito dos comentários da Senadora Fátima Cleide ao seu pronunciamento feito anteriormente.	41817	SENADOR NEY SUASSUNA – Ações sociais a serem promovidas pelo Presidente Lula na região nordestina.	41833
SENADORA HELOISA HELENA – Considerações sobre a saída de S.Exa. do Partido dos Trabalhadores.	41818	SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Consequências do recrudescimento do protecionismo norte-americano. Defesa da implantação do Parlamento do Mercosul.	41834
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Paralisação da Polícia Federal. Comentários ao artigo publicado no Jornal do Brasil , edição de hoje, sob o título “Crédito do Banco do Brasil fica encalhado”.	41819	SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Transcrição de documentos produzidos pelo Movimento Indígena Brasileiro e seus apoiadores.	41836
SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Críticas ao Governador Wellington Dias pela dificuldade no pagamento do 13º salário aos servidores do Estado do Piauí.	41820	1.3.3 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa hoje, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada.	41937
1.3 – ORDEM DO DIA		1.4 – ENCERRAMENTO	
Item 1		2 – ATA DA 3ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2003	
Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Usam da palavra na segunda sessão de discussão, em segundo turno, os Srs. Garibaldi Alves Filho, Ney Suassuna, Ramez Tebet e João Capiberibe. A matéria constará da sessão deliberativa ordinária de hoje, às 14 horas e 30 minutos, para prosseguimento da discussão.	41821	2.1 – ABERTURA	
Item 2		2.2 – EXPEDIENTE	
Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que altera os arts. 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Não houve oradores na segunda sessão de discussão, em segundo turno. A matéria constará da sessão deliberativa ordinária de hoje, às 14 horas e 30 minutos, para prosseguimento da discussão.	41828	2.2.1 – Comunicações da Presidência Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 147, de 2003, em 15 de dezembro de 2003 e publicada no dia 16 do mesmo mês e ano, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.	41938
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia		Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 148, de 2003, em 15 de dezembro de 2003 e publicada no dia 16 do mesmo mês e ano, que atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei nº 9656, de 03 de junho de 1998. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.	41939
SENADOR ALMEIDA LIMA, como Líder – Ausência de investimentos federais indispensáveis ao desenvolvimento do Estado de Sergipe.	41829	Recebimento da Mensagem nº 174, de 2003-CN (nº 748/2003, na origem) do Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receita e Despesas, realizadas até o mês de novembro de 2003.	41940
SENADOR ALVARO DIAS – Necessidade de correção na política das cooperativas de créditos.	41830	2.2.2 – Ofícios Nºs 456 a 459/2003, de 16 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas	
1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação			
SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Crescimento da carcinicultura no País.	41831		
SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre a legislação que trata da segurança e da saúde no trabalho.	41831		

destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 146, 145, 143 e 144, de 2003, respectivamente. 41940

2.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 1.715, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Jaime Zucchetti, ex-Prefeito de Nova Araçá – RS. 41941

2.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o parágrafo único do art. 39 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, no que concerne ao salário-maternidade devido à segurada especial. 41942

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Expectativas quanto ao crescimento econômico do Brasil. Infra-estrutura construída no Estado do Tocantins. 41943

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Balanço do primeiro ano do Governo Lula e do trabalho da Oposição. 41947

SENADOR *DUCIOMAR COSTA*, como Líder – Defesa do fortalecimento do programa de merenda escolar. 41952

SENADOR *ALOIZIO MERCADANTE*, como Líder – Nova política externa do Governo Lula. 41953

SENADOR *JEFFERSON PÉRES*, como Líder – Elogios à Senadora Heloísa Helena. 41955

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Críticas à condução da política externa brasileira. 41956

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Apelos para a liberação de recursos destinados à construção da Ferrovia Norte-Sul. 41957

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. *Anunciada a terceira e última sessão de discussão em segundo turno.* 41958

2.3.1 – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador José Richa

2.3.2 – Ordem do Dia (Continuação)

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. **Aprovada em segundo turno**

com destaque, nos termos do texto apresentado pelo Requerimento nº 1.716, de 2003, lido e aprovado nesta oportunidade, de desmembramento da matéria (Votações nominais), após usar da palavra o Sr. Romero Jucá (Relator). 41958

Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputados), que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. *(Apreciada nos termos do Requerimento nº 1.716, de 2003, de desmembramento para constituição de proposição autônoma e de dispensa de disposições regimentais).* **Aprovada com destaques, nos termos do texto apresentado pelo Requerimento nº 1.716, de 2003.** 41962

Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (**Parecer nº 1.934, de 2003-CCJ. Aprovada.** À promulgação. 41965

Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003 (**Parecer nº 1.935, de 2003-CCJ. Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 41989

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que altera os arts. 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. **Aprovada em segundo turno** (Votação nominal), tendo o Sr. Valdir Raupp encaminhado à Mesa discurso para publicação. À Câmara dos Deputados. 41996

Item Extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 1.929, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 267, de 2003 (nº 727/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Edson José Fernandes Ferreira para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene. **Aprovado** (Votação nominal), tendo o Sr. Romeu Tuma, no exercício da Presidência, justificado a ausência momentânea do Presidente José Sarney. 42001

2.3.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.722, de 2003, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003, que altera a Legislação Tributária Federal. **Prejudicado**, tendo usado da palavra os Srs. Mão Santa, Antero Paes de Barros, Ramez Tebet, Arthur Virgílio, José Agripino, Aloizio Mercadante, Renan Calheiros e José Jorge. 42003

Nº 1.723, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ci-

neasta brasileiro José Padilha, pela classificação de seu filme **Ônibus 174**, como o Melhor Documentário de 2003, segundo júri da rede de TV norte-americana ABC.

42007

2.3.4 – Comunicação da Presidência

Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2002, em virtude de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, por se tratar de matéria correlata à Reforma Tributária. Ao Arquivo.

42007

2.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA IDELI SALVATTI – Iniciativas a que se dedicou neste primeiro ano de mandato.

42007

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Questionamento à iniciativa do Ministro da Educação de defender a cobrança de ex-alunos de universidades públicas que tiveram renda anual superior a R\$ 25 mil para financiar o ensino superior. Defesa de projeto de lei de sua autoria que destina metade das vagas nas universidades públicas a estudantes oriundos do ensino público fundamental e médio.

42012

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Transcrição de artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 21 de abril de 1993, de autoria do Senador José Richa, a respeito do presidencialismo e parlamentarismo.

42014

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador José Richa.

42016

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – A crise da lavoura cacaueteira na Bahia. Balanço de seu primeiro ano de mandato no Senado.

42016

SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – A questão do pagamento do 13º salário aos servidores do Estado do Piauí.

42026

SENADOR PAULO PAIM – Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003.

42029

SENADOR ALMEIDA LIMA – Considerações sobre a 8ª Reunião Ministerial para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

42029

2.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PEDRO SIMON – Necessidade de queda da taxa de juros reais.

42031

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários à matéria publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 4 do corrente, intitulada “Reforma agrária de Lula é ‘uma vergonha’, acusa Stédile”.

42032

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Transcrição do texto intitulado “Trabalho infantil”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 20 de novembro último.

42034

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários à matéria intitulada “Quase um ano no vermelho”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 13 do corrente.

42035

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Transcrição do artigo intitulado “Brinde de Lula constrange presidente sírio”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 4 do corrente.

42036

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários à matéria intitulada “Decisão sobre IR ‘custará R\$ 1,83 bi’”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 4 do corrente.

42037

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de sua autoria, que trata da disposição das formas de exercício da iniciativa popular das leis.

42038

SENADOR ROMERO JUCÁ – Importância da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) para o desenvolvimento do País na última década.

42039

SENADOR AMIR LANDO – Defesa da construção de um projeto de desenvolvimento nacional que preserve a biodiversidade.

42040

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Importância do turismo para a economia do Brasil, destacando a vocação turística do Estado do Pará. Congratulações à iniciativa do jornal **O Liberal** de lançar caderno dedicado ao setor de turismo do Pará.

42041

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Apoio à incorporação da estrutura e das agências do Banco de Estado do Maranhão ao Banco da Amazônia S. A. e ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

42043

SENADOR NEY SUASSUNA – Defesa da implantação de uma refinaria para o Nordeste, destacando a importância do petróleo na matriz energética brasileira.

42044

SENADOR PAPALÉO PAES – Necessidade do aprofundamento do debate a respeito da utilização de técnicas de engenharia genética para a obtenção de novas variedades de plantas.

42046

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre matéria publicada hoje no jornal **Valor Econômico**, intitulada “Governo investe apenas 10,34% do total autorizado para 2003”.

42049

2.3.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa amanhã, às 14 horas e 30

minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	42051
2.4 – ENCERRAMENTO	
3 – EMENDAS	
Subscritas pelo Deputado Carlos Alberto Rosado, apresentadas ao Projeto de Lei nº 30, de 2003-CN (Plano Plurianual 2004-2007).	42051
Subscritas pelo Deputado Airton Roveda, apresentadas ao Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN (Orçamento 2004).	42066
Nºs 1 e 2, apresentadas à Medida Provisória nº 143, de 2003.	42085
4 – COMISSÃO DIRETORA	
Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de novembro de 2003.	42087
5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
Nº 134, de 2003.	42088
6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 5.290 e 5.350, de 2003 (Replicações).....	42088
Nºs 5.351 a 5.356, de 2003.	42090

SENADO FEDERAL**7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 2ª Sessão Deliberativa, em 17 de dezembro de 2003

2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

**Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Eurípedes Camargo**

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, o Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 272, de 2003 (nº 725/2003, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 61, de 2003-CN, que altera o Quadro VI da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.804, de 11 de dezembro de 2003.

Nº 273, de 2003 (nº 728/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 38, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de um bilhão, cento e cinquenta e oito milhões, novecentos e oitenta e um mil e quinhentos e trinta e um reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de um bilhão, trezentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta mil e seiscentos e vinte e nove reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.805, de 12 de dezembro de 2003.

Nº 274, de 2003 (nº 729/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 41, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Cultura e da Educação, crédito especial no valor global de cinquenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.806, de 12 de dezembro de 2003.

Nº 275, de 2003 (nº 730/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 43, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.807, de 12 de dezembro de 2003.

Nº 276, de 2003 (nº 731/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 46, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministé-

rios da Educação, dos Transportes e da Cultura, crédito especial no valor global de dezessete milhões, sessenta e oito mil e um real, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.808, de 12 de dezembro de 2003.

Nº 277, de 2003 (nº 732/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 51, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de sessenta e cinco milhões e sete mil reais, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.809, de 12 de dezembro de 2003.

Nº 278, de 2003 (nº 733/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 52, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de sessenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.810, de 12 de dezembro de 2003.

Nº 279, de 2003 (nº 734/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 57, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Assistência Social, crédito suplementar no valor global de duzentos e trinta milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.811, de 12 de dezembro de 2003.

Nº 280, de 2003 (nº 735/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 58, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de cento e quarenta e dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais, para os fins que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.812, de 12 de dezembro de 2003.

Nº 281, de 2003 (nº 736/2003, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 60, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de dezoito milhões de

reais, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.813, de 12 de dezembro de 2003.

MENSAGEM Nº 282, DE 2003

(Nº 737/2003, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto nos arts. 56, **caput** e § 1º, e 66, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53 do Anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão.

Os méritos do Ministro Fausto Martha Godoy, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de dezembro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 386 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRF/APES

Brasília, 9 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto nos arts. 56, **caput** e § 1º, e 66, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53 do Anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal, destinada à indicação do Senhor Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e **Curriculum-vitae** do Senhor Fausto Martha Godoy que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente. – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FAUSTO MARTHA GODOY**

Bauru (SP), 28 de junho de 1945. Filho de Rosenwald Capella Godoy e Sarah de Almeida Martha Godoy. Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, Bauru/SP. Curso de Doutorado em Direito Internacional Público, Universidade de Paris. XXXII Curso de Altos Estudos, IRBr, 1997.

RG.: 3066424/SSP-SP

CPF.: 012.552.668-72

Terceiro Secretário, 06 de fevereiro de 1976.

Segundo Secretário, 12 de dezembro de 1978.

Primeiro Secretário, 20 de junho de 1985.

Conselheiro, 16 de junho de 1991.

Ministro de Segunda-Classe, 24 de dezembro de 1998.

Assistente do Chefe da Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, 1976.

Assistente do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1976/78.

Assessor do Chefe do Departamento do Pessoal, 1986.

Assistente do Chefe da Divisão de Comércio Internacional, 1987.

Assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, 1988/90.

Chefe, substituto, da Divisão de Difusão Cultural do Departamento Cultural, 1992.

Chefe da Divisão da Ásia e Oceania-I, 1996/99.

Secretaria-Geral - Coordenador do Itinerário Internacional da Mostra do Redescobrimento, 1999/2001.

Bruxelas, Terceiro-Secretário, 1978/1980.

Buenos Aires, Segundo-Secretário, 1980/83.

Nova Delhi, Primeiro-Secretário, 1984/86.

Washington, Conselheiro, 1992/1995.

Pequim, Conselheiro, 1995/1996.

Tóquio, Ministro-Conselheiro, 2001.

VII Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral do O.E.A., Granada, 1977.

XI Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1980.

VII, VIII e IX Reuniões de Consulta do Arranjo Siderúrgico Brasil-EUA.

Reunião de Consulta sobre Arranjo Siderúrgico Brasil-CECA, 1987.

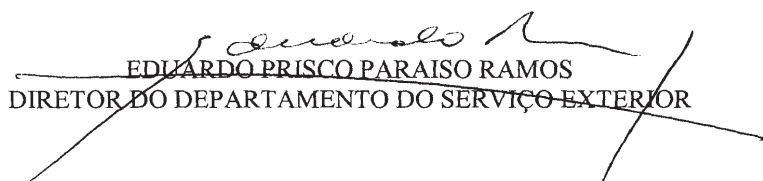
II Sessão da Comissão Mista Brasil-CEE, 1987.

Força Tarefa do G8+5 sobre Índia e Paquistão, 1998.

Conferência sobre a Reconstrução do Afeganistão, Tóquio, 2002.

Assessor Especial da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, 1990/1992.

Cavaleiro da Ordem da Coroa, Bélgica, 1980.


EDUARDO PRISCO PARAÍSO RAMOS
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

RELAÇÕES BRASIL-PAQUISTÃO

Aspectos gerais – As relações bilaterais mantêm-se em nível correto e cordial, com apoio recíproco em instâncias importantes. A adesão paquistanesa ao G-20, em Genebra, movimento em que se destaca a atuação do Brasil, e também da Índia, mostra que é possível a conjunção de esforços entre Brasília e Islamabad, em causas de grande relevo. O apoio mútuo em relação a candidaturas a postos em entidades internacionais é constante. O comércio bilateral, embora modesto, tem perspectivas favoráveis. Entretanto, a América Latina ainda ocupa lugar de pouco destaque na política exterior do Paquistão. O mais recente balanço da diplomacia paquistanesa, contido na publicação *Pakistan Foreign Relations 2002*, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dedica apenas meia página ao conjunto da América Latina, em um total de 146. O Brasil é mencionado apenas por ter enviado cumprimentos pela posse do Primeiro Ministro Jamali e do Chanceler Kasuri. Por outra parte, o Paquistão deseja mudar esse quadro, como se viu quando da visita do Senhor Diretor do DAO a Islamabad, em outubro de 2003. Nessa ocasião, em que se passaram em revista as relações bilaterais e a situação internacional, também rubricou-se Memorando de Entendimento sobre mecanismo de consulta, por iniciativa paquistanesa.

Visitas de alto nível – O Governo paquistanês deseja que sejam efetuadas visitas de alto nível, conforme se tem visto quando das gestões do Embaixador paquistanês em Brasília. Em particular, o Paquistão tem concedido ênfase à possível visita do Senhor Ministro de Estado a Islamabad. Essa atitude reflete não apenas o bom andamento das relações bilaterais, e a percepção paquistanesa da importância do Brasil no plano internacional, como também a inegável preocupação com a intensificação dos laços brasileiro-indianos. Como costuma acontecer, o Paquistão não deseja deixar à Índia o monopólio das relações internacionais em campo algum. Toda ampliação da presença indiana em qualquer foro ou região, da China ao Brasil, dos Estados Unidos ao Irã desperta a atenção dos paquistaneses.

Implementação do mecanismo de consultas políticas – O Governo paquistanês tem mostrado interesse na matéria, e tomou a iniciativa de propor a criação desse mecanismo com o Brasil. Entretanto, não deve ser tomado como dado garantido que o Paquistão seja capaz de manter os contatos nesse âmbito além do plano meramente formal. Como se sabe, o Paquistão atribui prioridade às relações e temas re-

ferentes a países que o apoiam financeiramente, que lhe fornecem armas ou que representam ameaça política ou militar. Na prática, isto resulta em relações privilegiadas com os EUA, a China, a Europa Ocidental, os países do Golfo e o Japão. Ao mesmo tempo, gera intenso interesse e os correspondentes cuidados o estado de suas relações com o Afeganistão e a Índia. Para a América Latina e prioridade é mais baixa que para qualquer outro continente. Nada impede, entretanto, que a percepção paquistanesa venha a sofrer alguma alteração, em função de maiores relações com o Brasil.

Dados do comércio bilateral – O comércio Brasil-Paquistão tem suscitado maior número de iniciativas por parte dos homens de negócios paquistaneses – inclusive importadores – que brasileiros. Por outro lado, a Embaixada em Islamabad tem alertado os exportadores brasileiros para as possibilidades do mercado local, por meio de centenas de comunicações por ano. De maneira geral, as exportações brasileiras têm superado de muito as paquistanesas. Essa situação é demonstrada pelos dados referentes aos últimos anos fiscais (o ano fiscal paquistanês começa em julho e termina em junho seguinte) ; 1999-2000 – exportações brasileiras de 20,856 milhões de dólares e importações de 6,086 milhões; 2000-2001 – 126,440 e 7,673 milhões, respectivamente; 2001-2002 – 22,479 e 4,586 milhões. A título comparativo, pode-se mencionar que as importações globais do Paquistão, no ano fiscal de 2000-2001, foram de 10,728 bilhões de dólares, e as exportações de 9,201 bilhões; em 2001-2002, essas cifras foram de 10,399 e 9,134 bilhões, respectivamente. O Paquistão tem mostrado déficits sistemáticos na balança do comércio exterior, porém o saldo negativo vem diminuindo.

Principais questões do comércio bilateral – O dado mais evidente do comércio Brasil-Paquistão é forte flutuação mostrada de ano para ano. Isto decorre sobretudo do fato de que quando o Paquistão abre as importações de certos produtos de base o Brasil se beneficia. O produto mais notável, nesse domínio, é o açúcar, cujas importações só são autorizadas quando o Governo paquistanês procura compensar quebras de safra. No segundo semestre de 2003 a Embaixada em Islamabad tem procurado averiguar possibilidade semelhante para exportações brasileiras de algodão. A Embaixada em Islamabad difunde a informação de imediato, junto à SERE e entre os exportadores brasileiros, que costumam reagir com rapidez. Para se manter o comércio bilateral em bom nível se-

ria preciso ampliar as trocas não apenas no setor de alimentos, mas também no de produtos industriais.

Cooperação no domínio econômico multilateral – O potencial da cooperação no plano econômico multilateral foi evidenciado pela atuação dos países em desenvolvimento em Genebra, com a formação de grupo para defesa dos interesses comuns na reunião ministerial da OMC em Cancún. O Paquistão juntou-se ao grupo e tem mostrado interesse na cooperação nessa área, inclusive com o Brasil. Entretanto, nem sempre sua coordenação interna permite resposta em tempo hábil às gestões brasileiras, como se viu quando a Embaixada em Islamabad solicitou o apoio paquistanês a medidas referentes à produção de medicamentos, por ocasião da reunião ministerial em Doha.

Cooperação e problemas no plano político e multilateral – A principal divergência entre Brasil e Paquistão, nesse domínio, diz respeito à reforma do Conselho de Segurança da ONU. Enquanto o Brasil mostra interesse na ampliação do número de membros permanentes do Conselho, o Paquistão prefere

fazer campanha pela supressão do poder de veto e pela ampliação do número de membros não permanentes, em bases rotativas e regionais, em nome da democratização da ONU. O Paquistão procura impedir o aumento do número de membros permanentes, sabendo que um dos novos lugares por certo caberia ao Governo indiano. Essa divergência não impede que os Governos brasileiro e paquistanês cooperem de outra forma, a exemplo do apoio mútuo quando apresentam candidaturas na ONU ou em outras entidades internacionais. A candidatura brasileira ao CSNU, para o período a se iniciar em 2004, contou com o voto do Paquistão.

c) O Governo brasileiro acompanha com interesse e preocupação as crises periódicas no Sul da Ásia, grave ameaça para a paz regional, com implicações globais. Quando as tensões nesse âmbito atingiram um ponto crítico, em 2001-2002, o Senhor Presidente da República enviou carta aos mandatários paquistanês e indiano (como fizeram outros dirigentes mundiais), propondo moderação.

Intercâmbio comercial Brasil – Paquistão
(US\$ milhões - FOB)

Ano	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Saldo para o Brasil	Total do intercâmbio
1997	54,8	40,5	14,3	95,3
1998	48,0	28,8	19,2	76,8
1999	34,0	11,8	22,1	45,8
2000	48,9	6,4	42,5	55,3
2001	67,5	7,0	60,5	74,5
2002	27,3	5,7	21,7	33,0
2003 (jan-out)	33,2	3,7	29,5	36,9

Paquistão: Traços históricos

O Paquistão, juntamente com a Índia, surgiu em 1 de agosto de 1947, a partir da divisão sangrenta ("partition") da velha Índia britânica, com objetivo de servir de "pátria" separada para os muçulmanos do subcontinente indiano. Após uma sucessão de governos militares e civis, realizaram-se eleições para o Parlamento em dezembro de 1970, que resultaram na vitória, no lado oriental, da Liga Awami, liderada pelo bengali Mujibur Rehman, e da do Partido Popular do Paquistão, liderado por Zulkifar Ali Bhutto, no lado ocidental. Confrontado pela recusa de Bhutto e do Exército – dominado por oficiais da parte ocidental – de aceitar um governo no lado oriental dominado por bengalís, Rehman iniciou em março de 1971 uma campanha de desobediência civil, que provocou vio-

lentíssima reação militar do lado ocidental. Houve intervenção da Índia e guerra entre este país e o Paquistão Ocidental. Ao término da fácil vitória indiana, o Paquistão Oriental se tornou Estado independente de Bangladesh.

Não obstante sua derrota, Bhutto sobreviveu politicamente, tornando-se Primeiro Ministro de um Paquistão diminuído. Logrou ganhar as eleições de 1977, mas ao custo de fraudes que provocaram protestos e, em seguida, sua derrubada pelo General Zia Ul Haq, que declarou lei marcial em julho de 1977. Bhutto foi julgado e executado por Zia, que governou ditatorialmente por uma década. Procurando obter apoio popular, Zia pôs em marcha um programa forçado de islamização, acusado por muitos de obscurantista e até medieval. Em 1988, após sua morte em um acidente aéreo, sucedeu-se uma década caracterizada pela alternância no poder do Partido Popular

do Paquistão-PPP – liderado pela filha de Bhutto, Benazir – e da Liga Muçulmana Paquistanesa, chefiada por Nawaz Sharif, ambos tutelados pelas Forças Armadas paquistanesas.

Em meio a governos frágeis e instáveis, as únicas unanimidades nacionais são a ojeriza à Índia e o apoio à independência da Cachemira ocupada pela Índia. Visando a apagar a memória da humilhante derrota para a Índia em 1971, o Paquistão inicia uma corrida nuclear contra a Índia que culmina na explosão de seis artefatos nucleares em 1998. As potências ocidentais impõem sanções comerciais, agravando ainda mais o estado da frágil economia paquistanesa.

Situação Política Atual

Em 1997, o descontentamento popular com o PPP de Benazir Bhutto possibilitou a Sharif voltar ao poder. Em abril de 1999, em operação militar que muitos atribuem ao atual Presidente, o então Chefe do Estado Maior do Exército, Pervez Mushareff, militantes islâmicos tomam posições estratégicas indianas na Cachemira, provocando um conflito armado com a Índia. Submetido a enormes pressões internacionais, Sharif força esses militantes a deixarem a Cachemira, humilhando Musharref e provocando uma queda de braço com o General que resultou em sua deposição em outubro de 1999.

O General Musharref assume em 1999 e, tal como Zia antes dele, prendeu e julgou Sharif, que, posteriormente, exila-se no Oriente Médio. Musharref justifica seu golpe afirmando que agira para impedir a desestabilização das Forças Armadas por parte de Governos civis e enumera como objetivos de sua administração a restauração de uma democracia verdadeira, caracterizada por ordem, revigoramento da economia, demissão de políticos corruptos, impedindo a manipulação da religião por motivos políticos e reconstruindo a confiança nacional. Para tanto, fecha o Parlamento, suspende a Constituição e auto-nomeia-se o Executivo-Chefe do Paquistão.

O dado fundamental da política interna do Paquistão, no período de outubro de 2002 (quando se realizaram eleições) ao fim de 2003, é o da transição para um regime liberal-constitucional. Segundo o Governo paquistanês, a transição está completa; é verdade que, conforme declarado pelo Presidente Musharraf, o Paquistão tem uma “tailored democracy” (segundo feito estabelecido pelo próprio Presidente), mas isto não impediria que o país viva sob um regime plenamente democrático. Para a oposição, a reabertura do Parlamento, no qual está representada, significa importante progresso político, porém a transição estaria longe de ser completada. Para que se complete o retorno, a oposição, tanto a liberal quanto a de tendência islâmico-nacionalista, quer que se restabeleça a

Constituição de 1973 em sua inteireza, o que significa a supressão da “Legal Framework Order”, anexada à Constituição por Musharraf, em 2002, logo antes do retorno ao regime civil; que o Presidente deixe o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, que vem acumulando com a função de Chefe de Estado; e que se submeta a processo constitucional para ocupar a Presidência. Embora a oposição não tenha força para impor suas exigências, tem sido capaz de lançar protestos públicos, com ampla cobertura da imprensa, e de dificultar a condução do processo legislativo pelo partido no poder, a ponto de criar sérios embaraços para Musharraf, com implicações internacionais.

Política Externa

A política externa do Paquistão tem como “leitmotiv” a forte rivalidade com a Índia e seu desejo de estabelecer zona de influência na Ásia central. Suas relações com a Índia, sempre tensas, irromperam, por três vezes, em guerras abertas, a última das quais em 1971, ocasião em que Bangladesh se separou do Paquistão. Paralelamente, por diversas vezes, ocorreram conflitos localizados, como o de Kargill em 1999 e a mobilização de soldados nas fronteiras dos dois países que se seguiu ao atentado terrorista perpetrado ao parlamento

indiano em dezembro de 2001. Esses últimos dois conflitos tiveram como pano de fundo a luta pela independência da Cachemira, o único estado dentro da Índia onde predominam os muçulmanos. Após a explosão, pela Índia, de artefato nuclear em 1974, o Paquistão desenvolveu seu próprio programa nuclear. Em 1998, após chegada ao poder de um governo indiano liderado pelo partido nacionalista hindu BJP, a Índia realizou testes nucleares, levando o Paquistão a explodir seus próprios artefatos nucleares. Em que pesem episódicas tentativas de estabelecer uma “distensão” entre os dois países – primeiro em 1999, quando o Primeiro Ministro indiano visitou Lahore e, em 2001, quando se realizou Reunião de Cúpula em Agra), esses esforços foram sempre derrotados pelo tema da Cachemira.

Outro país central para a política externa do Paquistão é a China, país com o qual mantém aliança resultante da inimizade que ambos devotam à Índia, aliada da Rússia. Segundo especialistas ocidentais e indianos, tecnologia nuclear e missilística chinesas foram fundamentais para que o Paquistão se tornasse potência nuclear e adquirisse capacitação para a produção de mísseis balísticos.

Uma vertente central da política externa paquistanesa foi o apoio ao regime do Taliban no Afeganistão, como forma de exercer tutela naquele país, fundamental aos planos de Islamabad de lograr acesso à Ásia central, objetivando garantir posição de desta-

que no escoamento dos recursos energéticos (gás e petróleo) daquela região para os mercados internacionais. O apoio ao Taliban valeu a Islamabad a hostilidade da Aliança do Norte, que veio a dominar o Governo provisório de Hamid Karzai.

Com relação aos EUA, as relações bilaterais passaram por momentos difíceis a partir de 1990, ocasião em que os EUA passaram a adotar sanções econômicas e militares contra o país – reforçadas em 1998 – em represália aos esforços do Paquistão de desenvolver artefatos nucleares. Em contraste, as relações entre EUA e Índia, tradicionalmente difíceis e

conflituosas, melhoraram consideravelmente nos últimos anos da Administração Clinton, inquietando fortemente ao Paquistão. Esse quadro só se reverte a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, que tornaram o Paquistão um aliado essencial aos EUA em seu esforço para derrotar o Taliban e a “Al Qaida”. Desde então, os EUA vêem-se forçados a manter delicado jogo diplomático visando a evitar descontentar aos dois parceiros, ambos importantes para os EUA: a Índia como única potência regional em condições de atuar como contrapeso à China e o Paquistão como aliado essencial na luta anti-terror dos EUA.

Dados Básicos

Nome: República Islâmica do Paquistão

Área territorial: 796.095 km²

População: 146,3 milhões (julho de 2003)

Capital: Islamabad

Idiomas: gerais: urdu (língua nacional) e inglês; provinciais: punjabi, pachtu, sindi e baluqui; locais – caxemiri e outras.

Moeda: rupia (taxa de câmbio: 57,10 r\$ / 1 US\$)

Religiões: islâmica (sunitas: 77%; xiitas: 20% e ismaelitas); minorias cristã (católicos e protestantes), hindu, parsi, zoroastriana: 3%.

Sistema de governo: República federativa parlamentarista

Chefe de Estado: Presidente da República, General Pervez Musharaff

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Mir Zafarullah Khan Jamali

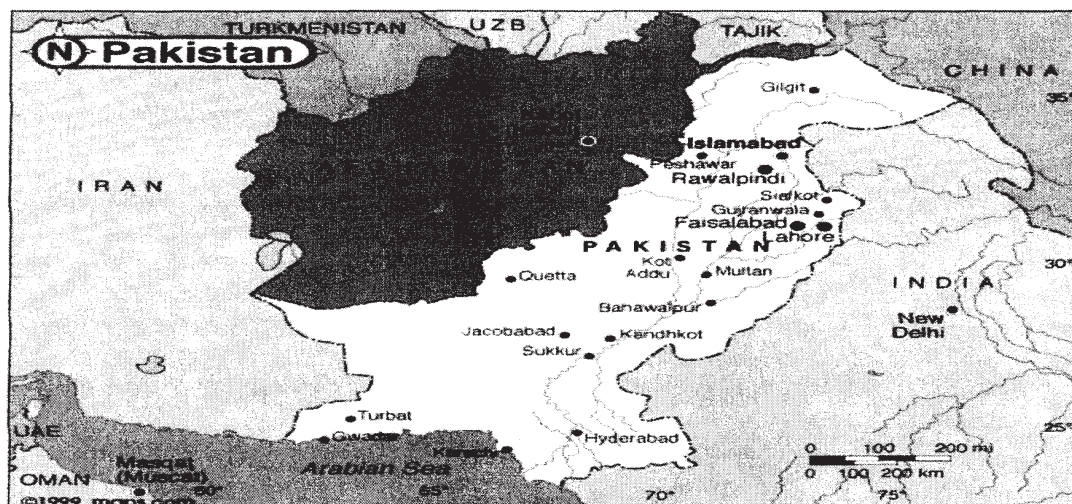
Produto Interno Bruto: US\$ 61,3 bilhões (2000)

PIB per capita: US\$ 456 (2000)

Taxa de crescimento do PIB: 4,4% (2000)

Taxa de inflação: 4,4% (2000)

Comércio exterior: US\$ 18,5 bilhões



DAOC I/01.12.2003

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

OFÍCIOS
DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PS-GSE nº 1.184

Brasília, 15 de dezembro de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.510, de 2002, do Senado Federal (PLS 192/02), o qual “Denomina ‘Aeroporto de Joinville/SC – Lauro Carneiro de Loyola’ o Aeroporto de Joinville, no Estado de Santa Catarina.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

PS-GSE nº 1.185

Brasília, 15 de dezembro de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 254, de 2003, do Senado Federal (PLS 266/01), o qual “Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2003

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os alimentos e bebidas que contenham cafeína indiquem, em rótulo, a presença e a concentração dessa substância.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte:

“Art. 16-A. O rótulo dos alimentos que contenham cafeína deverá trazer a indica-

ção “Contém cafeína”, bem como sua concentração.”

Art. 2º O art. 17 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. As indicações exigidas pelos artigos 11, 12, 13, 14 e 16-A deste Decreto-Lei, bem como as que servirem para mencionar o emprego de aditivos, deverão constar do painel principal do rótulo do produto em forma facilmente legível. (NR)”

Art. 3º O art. 11 da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte:

“Parágrafo único. Independentemente do disposto no **caput**, o rótulo das bebidas que contenham cafeína deverá trazer a indicação “Contém cafeína”, bem como sua concentração, no painel principal e em forma facilmente legível.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de sua publicação.

Justificação

Ainda que a cafeína não apresente riscos para a saúde humana em pequenas quantidades, seu consumo elevado pode provocar problemas especialmente entre a população infantil, como mostram estudos, segundo os quais o aumento da exposição diária à cafeína pode acarretar modificações passageiras de comportamento, excitação, irritabilidade, nervosismo e ansiedade em crianças.

Em vista da insuficiência da informação científica sobre seu uso durante a gravidez, sobre o retardo do crescimento intra-uterino e o peso ao nascer da criança em gestação, não é recomendável seu uso por mulheres grávidas.

Além disso, em razão de seus efeitos ergogênicos sobre o desempenho físico, esse alcalóide faz parte da lista de substâncias proibidas pelo Comitê Olímpico Internacional.

No ano passado, a Comissão Européia aprovou, para entrar em vigor em 1º de julho deste ano, diretiva no sentido de que todos os alimentos e bebidas vendidos na Comunidade Européia com conteúdo superior a 150 mg/l de cafeína devem conter advertência ao consumidor, mediante rotulagem com menção da presença e da concentração de cafeína.

Nossa proposição é de que adotemos, em nosso ordenamento legal, norma similar, obrigando a in-

formação ostensiva aos consumidores, nos rótulos de alimentos e bebidas produzidos e comercializados no Brasil, da presença e da concentração do alcalóide, o que é – no mínimo – coerente com os princípios orientadores do Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003. –
Senadora, **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 986,
DE 21 DE OUTUBRO DE 1969.

Institui normas básicas sobre alimentos.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

CAPÍTULO III **Da Rotulagem**

Art 10. Os alimentos e aditivos intencionais deverão ser rotulados de acordo com as disposições deste Decreto-lei e demais normas que regem o assunto.

Parágrafo único. As disposições deste artigo se aplicam aos aditivos internacionais e produtos alimentícios dispensados de registro, bem como as matérias-primas alimentares e alimentos **in natura** quando acondicionados em embalagem que os caracterizem.

Art 11. Os rótulos deverão mencionar em caracteres perfeitamente legíveis:

I – A qualidade, a natureza e o tipo do alimento, observadas a definição, a descrição e a classificação estabelecida no respectivo padrão de identidade e qualidade ou no rótulo arquivado no órgão competente do Ministério da Saúde, no caso de alimento de fantasia ou artificial, ou de alimento não padronizado;

II – Nome e/ou a marca do alimento;

III – Nome do fabricante ou produtor;

IV – Sede da fábrica ou local de produção;

V – Número de registro do alimento no órgão competente do Ministério da Saúde;

VI – Indicação do emprêgo de aditivo intencional, mencionando-o expressamente ou indicando o código de identificação correspondente com a especificação da classe a que pertencer;

VII – Número de identificação da partida, lote ou data de fabricação, quando se tratar de alimento perecível;

VIII – O peso ou o volume líquido;

IX – Outras indicações que venham a ser fixadas em regulamentos.

§ 1º Os alimentos rotulados no País, cujos rótulos contenham palavras em idioma estrangeiro, deverão trazer a respectiva tradução, salvo em se tratando de denominação universalmente consagrada.

§ 2º Os rótulos de alimentos destinados à exportação poderão trazer as indicações exigidas pela lei do país a que se destinam.

§ 3º Os rótulos dos alimentos destituídos, total ou parcialmente, de um de seus componentes normais, deverão mencionar a alteração autorizada.

§ 4º Os nomes científicos que forem inscritos nos rótulos de alimentos deverão, sempre que possível, ser acompanhados da denominação comum correspondente.

Art 12. Os rótulos de alimentos de fantasia ou artificial não poderão mencionar indicações especiais de qualidade, nem trazer menções, figuras ou desenhos que possibilitem falsa interpretação ou que induzam o consumidor a erro ou engano quanto à sua origem, natureza ou composição.

Art 13. Os rótulos de alimentos que contiverem corantes artificiais deverão trazer na rotulagem a declaração “Colorido Artificialmente”.

Art 14. Os rótulos de alimentos adicionados de essências naturais ou artificiais, com o objetivo de reforçar, ou reconstituir o sabor natural do alimento deverão trazer a declaração do “Contém Aromatizante ...”, seguido do código correspondente e da declaração “Aromatizado Artificialmente”, no caso de ser empregado aroma artificial.

Art 15. Os rótulos dos alimentos elaborados com essências naturais deverão trazer as indicações “Sabor de e “Contém Aromatizante”, seguido do código correspondente.

Art 16. Os rótulos dos alimentos elaborados com essências artificiais deverão trazer a indicação “Sabor Imitação ou Artificial de seguido da declaração “Aromatizado Artificialmente”.

Art 17. As indicações exigidas pelos artigos 11, 12, 13 e 14 deste Decreto-lei, bem como as que servirem para mencionar o emprêgo de aditivos, deverão constar do painel principal do rótulo do produto em forma facilmente legível.

.....

LEI Nº 8.918. DE 14 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 11. O Poder Executivo fixará em regulamento, além de outras providências, as disposições específicas referentes à classificação, padronização, rotulagem, análise de produtos, matérias-primas, inspeção e fiscalização de equipamentos, instalações e condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos industriais, artesanais e caseiros, assim como a inspeção da produção e a fiscalização do comércio de que trata esta lei.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, DE 2003

Estabelece utilização dos recursos do FAT para financiar a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação ao trabalhador desempregado e de baixa renda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990, com a redação conferida pelas Leis nº 8.900 e 10.608, de 30 de junho de 1994, e de 20 de dezembro de 2002, respectivamente, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º

Parágrafo único. A obtenção de carteira nacional de habilitação faz parte da qualificação profissional estipulada no item II do caput deste artigo, devendo ser financiada ao trabalhador desempregado e de baixa renda, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos principais problemas que afligem os trabalhadores, atualmente, é o desemprego. O reduzido crescimento econômico dos últimos anos versus o aumento vegetativo da população tem se refletido nas crescentes taxas de desemprego observadas.

Esse ambiente de extrema escassez na oferta de postos de trabalho, associado ao elevado ritmo da inovação tecnológica e gerencial em praticamente todas as áreas, tem tido a seguinte consequência: o trabalhador sem qualificação tem maior dificuldade para conseguir e manter razoável colocação no mercado.

A presente proposição tenta amenizar o problema ao permitir que o trabalhador desempregado e de baixa renda obtenha a carteira nacional de habilitação com financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Com a habilitação de motorista, esse trabalhador certamente melhorará suas condições de acesso e de permanência no mercado laboral.

Ressalte-se, por fim, que a idéia é que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), órgão tripartite representativo da sociedade brasileira, estipule a forma como tal financiamento deve ocorrer.

São esses, Senhores Senadores, os argumentos que explicitam o alcance social da medida ora proposta.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003. –
Senador, **César Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial. institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá Outras providências

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 8.900, DE 30 DE JUNHO DE 1994

Dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências.

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (Redação dada pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

II – auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. (Redação dada pela Lei nº 8.900, de 30/06/94) (Vide Medida Provisória fl 2.164-41, de 24.8.2001)

.....

LEI Nº 10.608, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro desemprego ao trabalhador resgatando da condição análoga à de escravo.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 74, de 2002, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda constitucional nº 32, de 2001, promulgo a seguinte Lei:

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais, em Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os projetos lidos serão publicados e terão a sua tramitação iniciada a partir do dia 15 de fevereiro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves por vinte minutos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, vou ocupar um tempo menor que vinte minutos, porque, na verdade, eu gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª está falando como oradora inscrita, com muita honra para nós.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a revista **IstoÉ** desta semana trouxe uma matéria muito importante sobre o potencial da criação de camarão existente no Nordeste. Gostaria de registrar o assunto no plenário, porque, na verdade, é um grande nicho de mercado que o nordestino tem para a geração de empregos, o que é extremamente importante.

O Rio Grande do Norte já tem hoje uma indústria altamente desenvolvida, assim como Pernambuco. O meu Estado de Sergipe tem vários projetos de criação de camarão, inclusive vinte deles funcionando. No entanto, o Ibama, lamentavelmente, está pedindo que sejam suspensos. Há mais cinquenta prestes a funcionar, dependendo da licença do Ibama.

A revista trata exatamente do assunto, referindo-se à possibilidade de o Brasil tornar-se o grande produtor de camarão, exatamente com o Nordeste, que tem clima favorável, que tem tudo favorável e que tem o grande problema do desemprego, que assola o nosso País, com uma taxa muito elevada, especialmente no Nordeste.

Gostaria de fazer esse registro, inclusive, para que o Ibama se sensibilize e licencie esses projetos do meu Estado, para que possamos ter emprego e renda para tantas famílias carentes do meu Estado, Sergipe, e do Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Amazônia é sempre um tema que chama a atenção do mundo todo. No Brasil, a maioria dos brasileiros ainda não se apercebeu que a Amazônia é importante para o País, que a Amazônia precisa ser protegida no sentido de mantê-la como parte do território nacional. Para isso, é preciso que haja ações concretas tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, porque todo tipo de ações que prejudicam a Amazônia são cometidas há vários séculos.

Como sempre quem aborda com mais frequência esses temas tanto no Senado quanto na Câmara são os Parlamentares da Amazônia, o tema fica um pouco deixado de lado, como se não fosse importante para o restante do País a integridade territorial da Amazônia, a preservação da sua riqueza, a explora-

ção das suas riquezas em favor dos brasileiros, a ponto de já estar cristalizada a idéia de que a Amazônia é patrimônio da humanidade.

Tenho ouvido poucas pessoas fora do âmbito da Amazônia realmente se preocuparem com isso. V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, é uma dessas exceções pois, mesmo sendo um Senador de São Paulo, é um profundo conhecedor da Amazônia e tem feito nesta Casa a sua defesa, em vários momentos do Senado Federal.

Fora desse âmbito, tenho visto somente algumas poucas instituições, como as Forças Armadas e a Polícia Federal, que, realmente, se preocupam e agem em defesa firme da Amazônia.

Por isso, gostaria de fazer um registro que julgo muito importante. Trata-se de matéria publicada na revista **Visão Amazônica**, que traz uma declaração de Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo Metropolitano de Manaus, em que diz:

Drogas e guerrilha rodeiam a Amazônia.

O Arcebispo Metropolitano de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, foi condecorado pela Câmara Municipal de Manaus com a Medalha de Prata Dom João da Mata Amarel. Na oportunidade, o arcebispo advertiu para os perigos que cercam a Amazônia, como a guerrilha, o narcotráfico e a biopirataria. Segundo o líder católico, a guerra do Iraque é um precedente perigoso para o futuro das outras regiões do mundo e, se o Brasil não despertar para a importância de defender a região, poderá perdê-la para as superpotências mundiais.

“Precisamos estar atentos”, advertiu o arcebispo, ressaltando que tanto falam que a Amazônia é patrimônio da humanidade que, em breve, todo mundo vai acreditar e a região correrá o risco de sofrer uma intervenção estrangeira. No conceito de Dom Luiz, “a Amazônia brasileira é nossa a serviço da humanidade, e as igrejas precisam estar a serviço da região, como recomendou a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)”.

O Arcebispo de Manaus chamou também atenção para a carência de água doce em várias regiões do planeta e disse que algumas nações estão vendendo água a preço maior do que o petróleo. “Nós precisamos ver que algumas coisas estão aconte-

cendo entre nós, como a guerrilha que está na fronteira do Amazonas com o Brasil, e se entrar no território brasileiro, vamos ter consequências graves”, assinalou. Outra questão levantada pelo religioso é o narcotráfico, uma vez que Colômbia, Bolívia e Peru são produtores de drogas que cruzam as fronteiras brasileiras.

A biopirataria também foi citada por Dom Luiz como outra questão séria. O Arcebispo disse que “devemos defender o que é nosso e não permitir que os produtos amazônicos sejam patenteados por outros países, como aconteceu com o cupuaçu e o chá do santo daime. O religioso destacou que está há quase vinte anos na região, pela qual fez uma opção e acrescentou que o povo amazônico tem muito a ensinar ao Brasil.

Mais adiante segue um destaque:

Dom Luiz afirmou que todas as Igrejas precisam ter um compromisso com a Amazônia, região por onde passa o futuro da humanidade, em face da grande reserva de água doce e da possibilidade de alimentar o mundo com a criação de peixes.

O Arcebispo lembrou que a floresta é uma fonte de matérias-primas de grande importância para o Brasil e para o mundo, “mas é uma pena que sejamos considerados periferia do Brasil, que ainda não assumiu a Amazônia como sua”, disse o Arcebispo.

O Arcebispo de Manaus argumentou que é preciso fazer o Brasil despertar para a importância da Amazônia, que deve ser promovida, defendida e enriquecida para o povo brasileiro.

Concedo um aparte ao Senador Eurípedes Camargo, com muito prazer.

O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a discute um tema de segurança nacional, que é a preservação do nosso território como um todo. O nosso País é complexo por ter várias realidades dentro de um mesmo território. A Amazônia é o símbolo da soberania e da importância do País, por apresentar todos os climas, toda a riqueza da biosfera, que está em nosso território. Portanto, é importante a defesa dos interesses nacionais. Não podemos pensar em defesa nacional, no interesse nacional, sem pensar

nessa grande contribuição que tem a região da Amazônia como um todo, porque a integração nacional, com essa riqueza, com essa biodiversidade, que representa todo esse complexo, tem uma grande parte, praticamente 50% eu diria, de todas as contribuições das diversidades que tem o nosso solo. A Amazônia é de grande importância para nós. É claro que não tenho dúvida de que ela tem importância para a humanidade como um todo, mas é um patrimônio nacional, e assim devemos entendê-la e defendê-la. Não podemos deixar que, com a desculpa de que se trata de questão econômica, tentem extrair um território que é nosso. Não podemos aceitar, e, com certeza, essa batalha que V. Ex^a trava no Congresso Nacional em defesa legítima dessa nossa identidade, da nossa soberania nacional, conta com o apoio de todos nós brasileiros, porque é nossa obrigação fazer isso, é nossa missão fazer isso, certamente com o respaldo de todo o Congresso e de toda a Nação brasileira.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, Senador Eurípedes. V. Ex^a, que é representante da região Centro-Oeste, especificamente do Distrito Federal, mostra que, realmente, esse tema da Amazônia tem que ser incorporado à agenda nacional. Não pode mais ser um local distante, olhado apenas com romantismo. Mesmo nós, brasileiros, de muitos lugares deste País, costumamos repetir os chavões fabricados no exterior, para dizer o que é a Amazônia e o que lá deve ser feito.

Aliás, essa minha preocupação, esse meu entusiasmo de trazer o depoimento de um Arcebispo, de um ilustre representante da Igreja Católica, foi para mostrar que, realmente, a consciência da necessidade de defender a Amazônia não está mais restrita apenas àqueles que lá moram ou às Forças Armadas e à Polícia Federal, que têm o dever de manter a soberania nacional e a integridade territorial do País. Portanto, muito me alegra ver que a própria Igreja Católica já começa a perceber, de maneira muito eloquente, que precisamos defender a nossa soberania e explorar as nossas riquezas, não deixando, como acontece hoje, que empresas internacionais patenteiam os nossos produtos, passando, portanto, a serem donas de fato da parte que mais interessa, que é a comercial. Temos um banco da biodiversidade, sobre o qual não temos o patrimônio efetivo.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senador Mozarildo Cavalcanti, a história há de registrar o pronunciamento de V. Ex^a e espero que o

faça. Espero que a sociedade, o Governo brasileiro, o povo, a Nação brasileira tenham escutado o que diz V. Ex^a, escutado o que disse o Arcebispo de Manaus, a quem quero cumprimentar, deste plenário, pela lucidez das colocações e a V. Ex^a, por reproduzi-las nesta Casa. Há poucos dias, Senador Mozarildo Cavalcanti, atrevi-me a falar um pouco do aproveitamento dessa biodiversidade. Digo que me atrevi porque ninguém o faz com mais propriedade do que V. Ex^a. V. Ex^a tem enfrentado atividades de ONGs de difícil explicação, de origem desconhecida, mas com objetivo claramente intencionado ou direcionado para uma preparação que se faz para um futuro, em que, efetivamente, outras nações diriam: a Amazônia é um patrimônio da humanidade e não brasileiro. Por quê? Exatamente por estarem ali as fontes inesgotáveis de energia. Toda a luta que se trava no universo é em função da energia, seja em sua forma de alimento para o ser humano, seja para o desenvolvimento. Dentre esses aspectos, está na Amazônia, Senador Mozarildo Cavalcanti, a matéria-prima que pode dar ao mundo a energia de que precisa sem provocar poluição. Pouca gente no Brasil sabe que os motores, hoje, que recebem o diesel advindo do petróleo, podem receber, sem nenhuma mudança, o biodiesel, que pode vir de diferentes matrizes. Pode vir do girassol, de tudo aquilo que encontramos fartamente na Amazônia, e pode ser produzido em nosso território. Agora, algo extremamente importante, Senador Mozarildo Cavalcanti. Essas ONGs internacionais que fascina, às vezes, a juventude, a população e alguns setores da imprensa, estão fazendo o jogo da preparação, para que, amanhã, a Amazônia venha a ser ocupada por outros países. Então, é muito importante que tenhamos uma posição muito firme, principalmente por parte do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente. Não podemos deixar o homem da Amazônia, e incluo aqui a Amazônia Legal, da qual faz parte o Tocantins, sem condições de explorar os nossos recursos, principalmente de fontes renováveis, Senador Mozarildo Cavalcanti. Precisamos dar licença, sim, para que o homem produza e encontre a maneira auto-sustentável de sobreviver, protegendo o nosso patrimônio. V. Ex^a assume algumas causas impopulares, mas a mais patriótica de todas, integrante da Amazônia e conhecedor dela que o é. V. Ex^a, que fundou algumas das universidades e centros de pesquisa que estão no Norte, já deixou claro para a opinião pública nacional e internacional que defende a Amazônia com amor e patriotismo. Esta Casa entende – e a opinião pública há de entender – que as palavras do Arcebispo de Manaus nada mais são do que a confirmação das de V. Ex^a nesta Casa. Portanto, Senador Mozarildo Cavalcanti, espero que a fala de V. Ex^a produza repercussão no Governo e na sociedade, para que os nossos sucessores, no futuro, não digam: per-

demos a Amazônia, assim como o Iraque perdeu o domínio certamente por conta do petróleo que tem. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Senador Eduardo Siqueira Campos, agradeço o aparte de V. Ex^a e, sobretudo, as palavras elogiosas que falou a meu respeito. Sinto-me muito feliz com seu aparte, porque V. Ex^a é da Região Norte, do novo e próspero Estado do Tocantins, que teve início junto com o meu Estado de Roraima, porque foi criado pela Constituição de 1988 – e lembro a figura de seu pai, um batalhador, um guerreiro para a criação daquele Estado. Todos sabemos da importância da Região Norte, da Amazônia, que ocupa quase 60% do território brasileiro, mas é espantoso que deixemos passar muitos fatos. Aliás, estamos até ficando acostumados com as notícias ruins sobre a Amazônia e não tomamos nenhuma providência.

Dias atrás, um avião francês fez um pouso em Manaus, alegando que ia para Caiena, vindo da França. Quem olhar o mapa vai verificar que isso não tem lógica nenhuma. Na verdade, esse avião tinha o objetivo de resgatar uma pessoa que estava presa pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. O avião ficou cinco dias em Manaus, e depois se descobriu toda a movimentação: sem dar conhecimento ao Governo brasileiro, foram à fronteira do Brasil para tentar resgatar a Senadora Ingrid Betancourt, que havia sido presa pelas FARC.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje li, na coluna do jornalista Cláudio Humberto, uma notícia que me preocupou muito, cujo título é “EUA invadiram a fronteira”.

O Comando da Aeronáutica exigirá que a embaixada americana explique o resgate do helicóptero NTJ, que caiu há uma semana com um brasileiro-americano e dois bolivianos na fronteira Rondônia–Bolívia. Um deles ligou para a Atlanta Jet, que acionou o adido militar dos EUA, coronel Cohen, que só informou a FAB após a operação. O helicóptero dos EUA removeu destroços e dois corpos, sem pedir autorização às autoridades brasileiras.

Continua a notícia:

Terra de ninguém. Como o helicóptero voa baixo, o Sivam não detectou a invasão do nosso espaço aéreo. Para a Aeronáutica, os EUA descumpriram tratados e convenções internacionais. E trataram o Brasil como terra de ninguém.

Em um curto espaço de tempo, Sr. Presidente, houve duas violações do espaço aéreo e do território brasileiro. Aterrissaram em Manaus e adentraram nossas fronteiras para resgatar um avião americano; realmente, já não consideram que a Amazônia é do Brasil, porque não dão satisfação às autoridades brasileiras e fazem o que bem entendem.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Mozarildo, desculpe-me interromper o importante discurso que faz dessa tribuna. Para V. Ex^a não pensar que foi de caso pensado ou transmissão de pensamento, trouxe uma matéria, para falar sobre a Amazônia e o Projeto Sivam. No dia 13 de dezembro, **O Estado de S. Paulo** publicou uma matéria voltada para uma ação que fizeram em Mato Grosso, onde detectaram um pequeno avião. O avião-radar, construído pela Embraer para o Projeto Sivam conseguiu detectar o avião e deu tiros de advertências com balas traçantes. Dizem que era um piloto com pouca experiência, que tentou baixar para fugir do radar; não conseguindo, foi obrigado a pousar e ficou sob vigilância, até que a Polícia Federal chegasse. Encontraram 256 quilos de cocaína. Outro fato que também me amargou um pouco esta semana foi um **e-mail** que recebi de uma senhora, que estava revoltada, por ter encontrado, nos Estados Unidos, várias matérias descredenciando o Brasil a manter a soberania sobre a Amazônia, que deveria passar para um controle internacional. Nas palavras que escreveu, percebi sua revolta; aos gritos, dizia que deveríamos tomar alguma providência para evitar que isso acontecesse. Sou um homem encantado pela Amazônia. Não vivi, não nasci lá, mas pisei aquele chão várias vezes e me considero, neste Senado, um membro da Região Norte do País. Quando ouço falar da Amazônia – V. Ex^a e outros Senadores aqui a defendem com tanto vigor –, quero ser solidário. Fico um pouco preocupado, porque as Forças Armadas são praticamente o único sustentáculo existente ali. Não queria roubar seu tempo, mas o assunto que trouxe para meu discurso ilustra o que V. Ex^a está falando. V. Ex^a sabe que o Projeto Calha Norte foi prejudicado, pois não havia verba para a sua manutenção, e hoje há uma frente de Senadores que tentam recuperar isso. As Forças Armadas têm os pelotões de fronteira, a qual precisa ser ocupada por outros órgãos – Ibama, Polícia Federal, etc. –, para haver a presença física e depois o envolvimento da região. Fiquei bastante preocupado, porque, no último almoço do Presidente da República com as Forças Armadas, falou-se que há uma tropa organizada, sem meios para se movimentar. A Polícia Federal e as Forças Armadas estão sem meios de subsistência, para permanecer na fronteira em operacionalidade. Não adianta deslocar uma tropa para se fazer uma operação a cada ano. A vigilância deve ser permanente, porque a fronteira é sempre invadida por traficantes, por guerrilheiros e por outros tantos que agem na região, inclusive para explorar o subsolo de forma indiscriminada, sem que haja nenhum tipo de fiscalização. Desculpe-me ter ocupado seu tempo, mas penso que valeu a pena.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– V. Ex^a não tem que desculpar-se, Senador Romeu Tuma. Enriquece meu pronunciamento o depoimento de V. Ex^a, que, como disse, é um conhecedor da Amazônia, um homem que foi várias vezes lá, quando dirigia a Polícia Federal e verificou de perto os problemas da nossa fronteira.

É muito importante que permanentemente coloquemos na agenda nacional a questão da Amazônia. Esses fatos recentes, de invasão do espaço aéreo e do território brasileiro pela França e pelos Estados Unidos, sem comunicação às nossas autoridades são deprimentes para o Brasil, que precisa reagir de maneira enérgica.

No caso da França, houve, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, depoimento do Ministro da Defesa. Confesso, Senador Romeu Tuma, que não fiquei satisfeito com o desfecho daquele incidente, mas é melhor que não criemos um problema diplomático maior. Que seja o último incidente, porque o Brasil não pode aceitar uma situação como essa. Mas agora se repete com os Estados Unidos. Não interessa o objetivo da missão deles, pois somos um País que precisa ser respeitado.

Ouçó o Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Parabênizo V. Ex^a por sua posição. Eu o conheço de longa data, lutando pela Amazônia. V. Ex^a é o Parlamentar que tinha compromisso com o nosso Estado e com a Amazônia e que criou a nossa universidade, como já foi dito pelo Senador Eduardo Siqueira Campos. Mas só gostaria de ressaltar que, por aqui, o Calha Norte parece ser um projeto militar, de defesa, de ataque. Mas infelizmente no meu Estado, que tem fronteira com a Venezuela e Guiana, só há quatro pontos sob vigilância das Forças Armadas a serviço do Calha Norte, e esses pontos distam um do outro quase mil quilômetros. Nesses quatro pontos – são cinco, pois me esqueci de Surucucus – as unidades do Calha Norte fazem um trabalho de proteção às populações: homens da floresta, indígenas, garimpeiros. Enfim, para todos os que vivem naquela região, o Calha Norte representa a única oportunidade de ter dentista, médico. Quando cai uma árvore em cima de alguém, quebrando-lhe a perna, a remoção é feita pelos aviões do Calha Norte. Às vezes viaja-se um, dois dias para se chegar ao local da unidade do Calha Norte que efetuará a remoção. Então, parabênizo V. Ex^a pelo pronunciamento e aproveito para fazer um apelo, no sentido de que as Forças Armadas voltem a estabelecer uma linha aérea, como o Correio Aéreo Nacional na Amazônia antigamente, mas um correio somente entre as unidades do Calha Norte, um voo

regular com o qual a população pudesse contar, integrando-a ainda mais, prestando-lhe assim um maior serviço de assistência social. O Governo do Lula é voltado para os pequenos. Para nos voltarmos para os pequenos, temos que construir mais unidades do Calha Norte na nossa fronteira e prestar mais assistência à população da região. No meu Estado, há uma pontinha de um triângulo, bem no meio de uma zona de conflito entre a Venezuela e a Guiana, a zona de Ezequibo. V. Ex^a, Senador Mozarildo, sabe muito bem disso. E lá não há nada nosso, nada vezes nada nosso, a não ser as dificuldades postas pela Funai quando queremos criar uma unidade militar em qualquer ponto da fronteira. Toda a fronteira de Roraima é praticamente considerada área indígena. Quando se fala em criar uma unidade militar, a Funai entra com medidas judiciais, bloqueia estrada e toma uma série de medidas para impedi-la. Então, ou fazemos isto, ou vamos entregar esse pedaço. Tenho medo de irmos juntos quando eles o entregarem, porque nós é que vivemos lá, nobre Senador. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Agradeço ao aparte de V. Ex^a, nobre Senador Augusto Botelho. V. Ex^a é um brilhante Senador lá no nosso Estado de Roraima. Sei que a sua luta é continuação da luta de seu pai, que foi Deputado Federal por dois mandatos quando já discutíamos e denunciávamos o abandono da Amazônia.

Sr. Presidente, ao finalizar, espero que este episódio da invasão do nosso território por aviões dos Estados Unidos e por um avião militar francês, sirva para mostrar como, de fato, o processo de considerar a Amazônia como não brasileira já começou há muito tempo. Aliás, o ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos Al Gore, a ex-Primeira Ministra da Inglaterra Margaret Thatcher, o ex-Presidente François Mitterrand e o ex-Presidente da Rússia já disseram publicamente que a Amazônia não é brasileira, que, por acaso, ela faz parte do mapa do Brasil e que ela, realmente, tem que ser cuidada por um conjunto de forças internacionais.

Sr. Presidente, requeiro sejam transcritas na íntegra as duas matérias que mencionei aqui e que li parcialmente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Helicóptero a fronte

O comando da Aeronáutica exigirá que a embaixada americana explique o resgate do helicóptero NTJ, que caiu há uma semana com um brasileiro-americano e dois bolivianos na fronteira Rondônia-Bolívia. Um deles ligou para a Atlanta Jet, que acionou o adido militar dos EUA, coronel Cohen, que só informou a FAB após a operação. O helicóptero dos EUA removeu destroços e dois corpos, sem pedir autorização às autoridades brasileiras.

Como o helicóptero voa baixo

Como helicóptero voa baixo, o Sivam não detectou a invasão do nosso espaço aéreo. Para a Aeronáutica, os EUA descumpriram tratados e convenções internacionais. E trataram o Brasil como terra de ninguém.

Dom Luiz Soares Vieira

"Drogas e guerrilha rodeiam a Amazônia"

O arcebispo metropolitano de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, foi condecorado pela Câmara Municipal de Manaus com a medalha de prata "Dom João da Mata Amaral". Na oportunidade, o arcebispo advertiu para os perigos que cercam a Amazônia, como a guerrilha, o narcotráfico e a biopirataria. Segundo o líder católico, a guerra do Iraque é um precedente perigoso para o futuro das outras regiões do mundo e se o Brasil não despertar para a importância de defender a região, poderá perdê-la para as superpotências mundiais.

"Precisamos estar atentos", advertiu o arcebispo, ressaltando que tanto falam que a Amazônia é patrimônio da humanidade, que em breve todo mundo vai acreditar e a região correrá o risco de sofrer uma intervenção estrangeira". No conceito de Dom Luiz, "a Amazônia brasileira é nossa a serviço da

humanidade, e as igrejas precisam também estar a serviço da região, como recomendou a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

O arcebispo de Manaus chamou também a atenção para a carência de água doce em várias regiões do planeta e disse que algumas nações estão vendendo água a preço maior do que o petróleo. "Nós precisamos ver que algumas coisas estão acontecendo entre nós, como a guerrilha que está na fronteira do Amazonas com o Brasil, e se a guerrilha entrar em território brasileiro vamos ter consequências graves", assinalou. Outra questão levantada pelo religioso é o narcotráfico, uma vez que Colômbia, Bolívia e Peru são produtores de drogas que cruzam as fronteiras brasileiras.

A biopirataria também foi citada por Dom Luiz como outra questão séria. O arcebispo disse que "devemos defender o que é nosso e não permitir que os produtos amazônicos sejam patenteados por outros países, como aconteceu com o cupuaçu e o chá do santo daime. O religioso destacou que está a quase vinte anos na região, pela qual fez uma opção, e acrescentou o povo amazônico tem muito a ensinar ao Brasil.

Homenagem é um tributo da cidade

A solenidade de outorga da medalha ao arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, atraiu as atenções da sociedade para a Câmara Municipal de Manaus, onde estiveram o prefeito Alfredo Nascimento, a senadora Hikoko Goto, do Estado de Oitah/Japão, o presidente da Rede Amazônica de Televisão, jornalista Phelippe Daou, o presidente do Grupo Mundo Amazônico, empresário Erandir Mota e representantes dos movimentos pastorais e de diversos outros segmentos sociais.

Emocionado, o presidente da Câmara, vereador Luiz Alberto Carijó, disse que a proposta do vereador Gilson Gonzalez (PL) de condecorar o arcebispo foi aceita por unanimidade, como um tributo da sociedade manauara ao seu pastor.

Para Carijó, os vereadores deveriam estar entregando a medalha de ouro ao arcebispo, mas esta só é concedida a quem completa quinze anos de atividades na cidade. "Em breve esta dívida será resgatada", desejou o presidente.

A sessão foi assistida por 28 vereadores e vários secretários municipais, além dos deputados Messias Sampaio e Edilson Gurgel. A Orquestra Filarmônica do Estado

executou o Hino Nacional e, logo depois, o presidente Luiz Alberto Carijó (PL) pediu um minuto de silêncio em memória do jornalista Roberto Marinho, presidente da Rede Globo de Televisão, falecido no dia anterior.

A medalha foi entregue ao arcebispo pelo prefeito Alfredo Nascimento e pelo vereador

Gilson Gonzalez que, na sua saudação, lembrou que Dom Luiz dirige uma Arquidiocese com mais de 50 paróquias, e como representante maior da Igreja Católica exerce sua autoridade em nome de Jesus Cristo.

O vereador destacou aspectos da vida missionária do arcebispo em diversos países e por vários Estados brasileiros, até que em 1992 chegou em Manaus para responder pela Igreja local e em pouco tempo seu jeito simples e humilde conquistou o respeito e a admiração de todos.

O prefeito Alfredo Nascimento considerou que Dom Luiz é maravilhoso por ser uma pessoa boa, cordata. "Compareci a esta sessão para mostrar às pessoas o meu respeito por Dom Luiz, pela bondade e pelo bem que prestou e ainda vai prestar ao nosso povo", disse Nascimento, considerando muito justa a homenagem prestada pela Câmara ao arcebispo, que tem se destacado também pela participação em programas voltados para as famílias carentes.

Igrejas precisam se comprometer

Dom Luiz afirmou que todas as igrejas precisam ter um compromisso com a Amazônia, região por onde passa o futuro da humanidade em face da grande reserva de água doce e da possibilidade de alimentar o mundo com a criação de peixes.

O arcebispo lembrou que a floresta é uma fonte de matérias primas de grande importância para o Brasil e para o mundo, "mas é uma pena que sejamos considerados periferia do Brasil, que ainda não assumiu a Amazônia como sua", disse.

O arcebispo de Manaus argumentou que é preciso fazer o Brasil despertar para a importância da Amazônia, que deve ser promovida, defendida e enriquecida para o povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, a solicitação de V. Ex^a será atendida na forma do Regimento Interno.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, a Presidência lerá requerimentos enviados a esta Mesa por dois nobres Srs. Senadores.

Iniciaria comunicando a esta Casa que, hoje, pela manhã, faleceu o ex-Governador do Paraná José Richa, ex-Senador e um dos fundadores do PSDB. É uma perda que nós, não apenas como integrantes do PSDB, mas como colegas, admiradores, muito lamentamos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMIENTO Nº 17 DE NOVIEMBRE DE 2003

Requeremos, nos termos dos artigos 218 e 221, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Richa, ex-governador do Paraná e ex-membro do Congresso Nacional, bem como a apresentação de condolências à família e ao Estado.

Sala das sessões, 17 de dezembro de 2003

OSMAR DIAS
OSMAR DIAS

Senador

REQUERIMIENTO N° 712, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências, à família, pelo falecimento, ocorrido nesta manhã, do ex-Senador **JOSÉ RICHÁ**.

JUSTIFICACÃO

JOSÉ RICH, paraense por adoção, nasceu em São Fidelis, ao norte do Estado do Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1934, e foi criado nos municípios paraenses de Joaquim Távora e Jacarezinho, fixando residência, posteriormente, em Curitiba, onde estudou no Colégio Estadual do Paraná e se formou em Odontologia pela Universidade Federal daquele Estado. Exerceu liderança estudantil elegendo-se presidente da União Paraense dos Estudantes para o biênio 1957/58. Presidiu também o Diretório Nacional da Juventude Democrática Cristã. Secretariou a organização partidária do PDC em 1961, período em que foi oficial de Gabinete do Governo do Paraná. No ano seguinte foi chefe de gabinete da Secretaria do Interior e Justiça. Logo em seguida transfere residência para Londrina, onde fixa domicílio eleitoral, exerce intensa atividade política e elege-se Prefeito do Município, em 1972. Antes porém foi deputado federal em 1962 e reeleito em 1966, quando, com o advento do movimento militar de 1964, une-se a companheiros para fundar o MDB no Paraná, partido de oposição ao regime militar. Pelo PMDB Richa se elege senador no memorável pleito de 1978, quando o partido da oposição vence as eleições na maioria dos estados brasileiros. No Senado integrou a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Agricultura, dando importante contribuição aos seus trabalhos. Ainda como senador participa de congressos e seminários em Strasburgo, Roma, Caracas, Kênia e Genebra. Em 1982 foi o primeiro governador do Paraná eleito com a volta das eleições diretas, que estavam proibidas pelos governos militares. Richa, aliás, teve intensa participação no movimento das **Diretas Já**, que culminou com a redemocratização do país. Após concluir o seu mandato como governador, candidata-se novamente ao Senado e elege-se pela segunda vez para a Câmara Alta, em 1986, cumprindo integralmente o seu mandato. Richa foi uma dos fundadores, juntamente com Mario Covas e Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, partido ao qual manteve-se filiado mesmo após afastar-se das atividades políticas. Ele era casado com Dona Arlete, com a qual teve os filhos José Richa Filho, Carlos Alberto Richa e Adriano Richa. Só Carlos Alberto (Beto Richa) seguiu a carreira do pai e é hoje vice-Prefeito de Curitiba. Pelo incontestável papel que exerceu no desenvolvimento social, político e econômico do Brasil e do Paraná, JOSÉ RICH tornou-se merecedor do mais profundo respeito da comunidade paraense e brasileira.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003

Senador ALVARO DIAS

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, apenas para comunicar a V. Ex^a que farei chegar à Mesa requerimento de minha autoria de igual teor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa registra de imediato, também, o envio de voto de pesar por parte do nobre Senador Pedro Simon, colega de tantos mandatos e de Partido do nobre integrante desta Casa, Senador José Richa.

Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero me associar, subscrevendo também, se for possível, o requerimento enaltecendo a figura do ex-governador, ex-senador, amigo, grande liderança do Paraná, José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a poderá não só assinar o requerimento como também, na votação, encaminhá-lo. Poderá igualmente fazê-lo o Senador Almeida Lima.

A Presidência vai colocar a proposta dos dois requerimentos em votação, e V. Ex^{as} terão o direito regimental de, no encaminhamento, prestar as justas homenagens que merece essa biografia tão rica e tão cara à população paranaense e brasileira.

Os requerimentos apresentados dependem de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, que dispõe de cinco minutos.

Já inscrevo antecipadamente V. Ex^a, Senador Flávio Arns, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Romeu Tuma, o Senador Almeida Lima e o Senador Pedro Simon.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, José Richa, sem dúvida, constituiu-se num dos mais destacados líderes em toda a história do Paraná.

Nascido no Estado do Rio de Janeiro, em São Fidelis, em 11 de setembro de 1934, foi criado no norte pioneiro do Paraná, nos municípios de Joaquim Távora e Jacarezinho, fixando residência posteriormente em Curitiba, onde estudou no Colégio Estadual do Paraná, formando-se em Odontologia pela Universidade Federal daquele Estado.

Exerceu liderança estudantil elegendo-se presidente da União Paranaense dos Estudantes; presidiu o Diretório Nacional da Juventude Democrática Cristã; secretariou a organização partidária do PDC, em 1961, período em que foi oficial de gabinete do Governador do Paraná, Ney Braga.

No ano seguinte, foi chefe de gabinete da Secretaria do Interior e Justiça. Logo em seguida, transfere residência para Londrina, onde fixa domicílio ele-

itoral, exerce intensa atividade política e elege-se Prefeito em 1972. Antes, porém, foi Deputado Federal em 1962 e reeleito em 1966, quando, com o advento do movimento militar de 1964, une-se a companheiros para fundar o MDB no Paraná, partido de oposição ao regime militar. Pelo PMDB, José Richa se elegeu Senador no memorável pleito de 1978, quando o partido da oposição vence as eleições na maioria dos Estados brasileiros. No Senado, integrou a Comissão de Relações Exteriores.

Participou ativamente do Movimento das Diretas Já, que culminou com o movimento da redemocratização do País. Foi eleito Governador, aliás, foi o primeiro Governador eleito, depois do Movimento de 64, pelo voto direto. Deixou o PMDB para, juntamente com Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e outros líderes, organizar o PSDB.

Era casado com D. Arlete Richa, com a qual teve os filhos José Richa Filho, Carlos Alberto Richa e Adriano Richa. Beto Richa é o seu herdeiro político, preside hoje o PSDB do Paraná e é vice-prefeito de Curitiba.

José Richa tornou-se merecedor do mais profundo respeito da comunidade paranaense e brasileira. Sou insuspeito, Senador Pedro Simon, para falar do significado e da importância de Richa na política do Paraná, porque depois de militarmos juntos no MDB e no PMDB, tivemos divergências de natureza política, em razão da organização do PSDB. Quando Richa deixou o Partido para organizar o PSDB, permaneci no PMDB e foi natural que divergências políticas ocorressem, em função dos embates eleitorais que se sucederam. Mas não há registro, nos arquivos da história política do Paraná, de uma só palavra por mim pronunciada que pudesse depreciar a imagem do grande líder José Richa.

Sempre guardei o mais profundo respeito à sua figura e à sua liderança, e sempre o tive na condição de um homem honrado, de um político vocacionado e competente.

Por essa razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa manifestação de sentimento profundo pelo seu falecimento na madrugada de hoje. Transmitimos, especialmente a Beto Richa, seu filho e herdeiro político, que preside hoje o nosso Partido, no Paraná, e é Vice-Prefeito da Capital, a Dona Arlete Richa, a José Richa Filho e a Adriano Richa os nossos sentimentos, a nossa solidariedade neste momento de dor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Pedro Simon, a Mesa registra a inscrição de V. Ex^a.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Alvaro Dias, representante do Paraná e nosso companheiro de Partido, já pôde dizer as primeiras palavras a respeito desse importante líder nacional que faleceu nesta madrugada.

José Richa foi um grande Governador do Paraná, mas foi também um político que soube sair das fronteiras do Estado para levar a todo o Brasil uma palavra de idealismo, de correção, de sonho.

José Richa participou da campanha das Diretas Já, daquela caminhada histórica pela redemocratização do Brasil, que levou à vitória de Tancredo Neves e depois ao Governo de José Sarney. Há quinze anos, José Richa fundou o PSDB, juntamente com Fernando Henrique, Mário Covas, Franco Montoro, José Serra e Pimenta da Veiga, onde também conviveu com Tasso Jereissati e tantos outros líderes nacionais. Naquela época, filiei-me também, fundando o PSDB, como militante, já que não ocupava nenhum cargo e vim a me candidatar posteriormente.

José Richa foi sempre um norte para todos nós. Foi um grande Senador da República e eu queria lembrar um pouco o seu lado humano, bonachão, jovial, de pessoa amiga, simpática, com quem era difícil ter desavenças.

José Richa teve conosco, de Minas Gerais, sempre uma atenção muito especial, uma convivência muito boa. Em nome do meu Estado, quero trazer as condolências à família de José Richa, a seu filho Beto Richa, Vice-Prefeito de Curitiba e continuador da sua obra na área pública, aos seus irmãos, à viúva de Richa, e um abraço dos mineiros, que se sentem realmente tristes com a morte de um grande homem, um grande político, como foi José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a pede a palavra pela ordem para inscrição?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa inscreveu V. Ex^a, que enviou um requerimento, já lido. V. Ex^a é um dos autores.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a minha inscrição, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, gostaria, também, de pedir a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Ficam V. Ex^{as}, ambas do Partido dos Trabalhadores, inscritas em segundo e em terceiro lugar, logo após o 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim, também do Partido dos Trabalhadores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço também a minha inscrição, copiando o modelo do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a, nessa condição, fica na primeira suplência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, para encaminhar o requerimento, ao nobre Senador Flávio Arns.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero associar-me, como Senador do Estado do Paraná, aos requerimentos já apresentados pelos Senadores Alvaro Dias e Eduardo Azeredo, enaltecendo a figura de José Richa, que faleceu nesta madrugada.

Quando o povo do Paraná pensa em José Richa, que foi Governador e Senador, lembra-se de uma pessoa aberta ao diálogo, ao entendimento, correta, séria, dedicada às causas do Paraná, que enfrentou os desafios daquele Estado, e de uma grande liderança, reconhecida por todos esses fatores.

O Senador Eduardo Azeredo mencionou que, em função das características da personalidade de José Richa, todos esses aspectos iluminaram o Brasil, não só o Estado do Paraná, porque enquanto Senador da República e mesmo depois de terminado o seu mandato, José Richa sempre foi uma referência, em Brasília, para contatos, diálogos, abertura de caminhos e entendimentos que pudessem acontecer, não só a favor do Paraná, mas a favor do Brasil.

É importante destacar a sua grande amizade com outras lideranças de nosso País, como, por exemplo, o ex-Governador Mário Covas, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-Ministro José Serra, e que foi fundador de um Partido importante para a História do Brasil, o Partido da Social Democracia Brasileira.

Eu participei do PSDB durante 11 anos e tive oportunidade de conviver com todas essas Lideranças, particularmente com José Richa, no âmbito do Paraná e do Brasil. Tive a felicidade de ser professor de dois dos filhos de José Richa: José Richa Filho e o atual Vice-Prefeito de Curitiba, Beto Richa, que é uma das Lideranças do PSDB, presidente do Partido em nosso Estado. Também convivi com Adriano Richa, o

terceiro filho, que, inclusive presidia e está muito envolvido, ainda, com a Associação dos Diabéticos no nosso Estado, já que é diabético. Por causa disso, houve o envolvimento de toda a família nessas questões sociais. Dona Arlete Richa, esposa de José Richa, enquanto Primeira Dama do Estado do Paraná também se envolveu extraordinariamente em todos os debates sociais que aconteceram no Estado e, depois, no Brasil.

Então, quero me associar àqueles que já se manifestaram e transmitir à família o pesar pelo falecimento de José Richa. Todos, no Paraná, estão entristecidos com esse fato, e todos nós, do Paraná e do Brasil, temos certeza de que tivemos um grande Líder, uma pessoa preocupada com todos os aspectos sociais, de desenvolvimento e econômicos, e com a construção de um Brasil desenvolvido e justo. Que a referência de José Richa passe a orientar e a fortalecer os caminhos de todos nós, independentemente de partido político; que essa referência possa ser forte na construção e na abordagem dos desafios que o Brasil precisa enfrentar.

À família de José Richa, os votos de condolências, mas também a certeza de que o esposo, pai, avô e sogro vai continuar a iluminar não somente os passos da família mas os de toda a comunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Pedro Simon, em seguida, V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

Senador Pedro Simon, a Mesa fará, dentro de instantes, a leitura do requerimento de V. Ex^a. Estamos aguardando apenas a chegada também do requerimento do Presidente José Sarney, para fazê-lo conjuntamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, eu estava inscrito, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a está inscrito, Senador Tuma. Momentaneamente, a lista não está aqui, dei-a ao autor de um requerimento; mas seguramente V. Ex^a, o Senador Almeida Lima e os demais Senadores têm assegurada a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Indago a V. Ex^a se estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a está inscrito também, Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo, pois, a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não há dúvida ne-

nhuma de que hoje é um dia de profunda mágoa e tristeza para a política brasileira.

José Richa era um desses políticos que na história da vida brasileira marcam passagem por uma série de qualidades e princípios que defendem e pelos quais lutam a vida inteira. José Richa sempre foi um homem de princípios. Jovem, estudante universitário, acreditou nos princípios do PDC, partido que Montoro liderava e que tinha idéias realmente magníficas de justiça social e que parecia vir para ser o grande partido da sociedade brasileira. Por essas idéias e justiça social, Richa filiou-se ao PDC e iniciou sua carreira jovem, trabalhando no gabinete de Ney Braga, governador do Paraná. Veio a ditadura, veio o regime militar e entre ser Governo e ser Oposição, ficar ao lado dos militares e ficar ao lado da democracia, Richa não teve opção, fundou o MDB, à revelia do seu amigo quase padrinho Ney Braga, que foi para a Arena. Trilhou o caminho difícil da Oposição, numa hora como aquela em que imprevisíveis eram os caminhos que haveria de ter pela frente.

No MDB, Richa transformou-se num grande nome do Paraná e transformou-se num grande nome nacional. Lembro-me de que, nas horas dramáticas, nas horas difíceis, nas horas das decisões que tínhamos que tomar, tendo em vista AI-1, AI-2, AI-5, cassações – aquela cassação do Alencar Furtado, quando do pronunciamento magnífico que ele, que era nosso Líder, fez em um programa de televisão –, Richa sempre estava aqui em Brasília. Era convocado pelo Dr. Ulysses Guimarães porque ele se constituía em um dos nomes que dava linha e orientação ao nosso partido.

Richa foi Governador; sim, foi Governador. Richa foi Senador da República, eleito no mesmo dia que eu. E aqui chegamos. Richa foi Governador em 82, na primeira eleição depois da ditadura. Eleito, Richa teve um papel importante, eu diria, um papel fundamental para os destinos deste País. O meu candidato, o candidato amplamente majoritário no MDB para as eleições à presidência da República era Ulysses Guimarães. Richa participou das eleições das Diretas Já. O comício que nós fizemos em Curitiba foi dos maiores do Brasil. Foi ali em Curitiba que, nas Diretas Já, os comícios começaram a se encher de montanhas de gente. E a **Rede Globo** e a sociedade passaram a entender que algo de novo estava acontecendo. Derrotada a emenda das Diretas Já, quando todos nós estávamos na interrogação do que fazer, Richa, Governador do Paraná, foi a Montoro e, tendo o apoio de Montoro, Governador de São Paulo, reuniu os Governadores do MDB e lançou a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Dois atos de arrojo de Richa: no MDB, que era apaixonado pelas Diretas e dizia que o Colégio Eleito-

ral era um escândalo, Richa defendeu ir ao Colégio; e, no MDB, que era todo apaixonado pela candidatura do Dr. Ulysses, Richa defendeu Tancredo, e nisso teve o apoio de Montoro, outro normal candidato à Presidência. Richa saiu vitorioso. Conseguiu explicar, numa convenção monumental, tumultuada do MDB, que o partido deveria ir ao Colégio. Deveria ir ao Colégio para derrotá-lo, derrubá-lo porque, ganhando, diretamente nós estaríamos terminando com o Colégio Eleitoral. E nos justificou que o candidato deveria ser o Dr. Tancredo porque tinha condições de entrar numa linha divisória dentro da Arena, e o Dr. Tancredo teria apoio mais fácil dos militares e do Governo do que o Dr. Ulysses, um tradicional, radical adversário, autor de discursos e frases duríssimas aos militares. José Richa foi vitorioso. Tancredo Neves foi escolhido pelo PMDB e eleito Presidente.

José Richa participou conosco da organização da Frente Democrática, da organização do Governo de Tancredo Neves. Richa sofreu conosco a morte de Tancredo. Richa fez um governo extraordinário no Paraná, um grande governo. E com tranquilidade e muita facilidade o seu sucessor, indicado pelo MDB com o seu apoio, o Deputado Álvaro Dias, foi eleito. Passou o tempo. Com a morte de Tancredo e a posse do Dr. José Sarney, muitas confusões se criaram dentro do PMDB. Várias divisões se deram dolorosamente dentro do partido e uma delas resultou na criação do PSDB. José Richa, que era como irmão político de Mário Covas, seguiu-o. Lembro-me da insistência dele – eu Governador – e do Covas no Palácio Piratini para que eu fosse para o PSDB. José Richa dizia que era importante eu ir para o PSDB, para que o PSDB não fosse um partido tão paulista e fosse um partido mais eclético, distribuído pelo resto do Brasil. Richa foi para o PSDB e foi um grande nome, várias vezes apontado como a saída para o PSDB. A sua pureza e o seu desprendimento fizeram com que isso não acontecesse. Na Constituinte, Richa teve um papel da maior importância: criou o Grupo dos Trinta. E quando a Constituinte rachou, uns com o Covas, Líder de um lado, e o Centrão do outro, muitas das emendas aprovadas, muitas das horas negras que apareceram, quando não se sabia qual era a saída, o grupo do Richa era chamado e esses trinta parlamentares que constituíam o grupo dele decidiram muitos projetos da maior importância na Assembléia Nacional Constituinte.

Eleito Presidente Fernando Henrique, sempre estranhei Richa não atender os convites insistentes do Fernando Henrique para participar do Governo. Desde o início, todo o PSDB e todos os amigos do Governo achavam que Richa era o homem certo para ser o Chefe da Casa Civil, pela sua grandeza, pela sua seriedade, por conhecer o Partido, pela facilidade com que penetrava em todos os lados, no Partido e

fora dele. Eu fui inclusive interlocutor de convites que o Fernando Henrique, Presidente, fez ao Richa.

Não sei, sinceramente, não sei mas nos oito anos em que Fernando Henrique foi Presidente, eu não me lembro de um ano ou de um problema que o Governo tinha em que José Richa não era convidado para ser Ministro e não aceitou. Uma das últimas coisas que fez – e eu me lembro – ele insistiu para que o Scalco, seu irmão, político, aceitasse trabalhar e fosse Ministro de Fernando Henrique, mas ele não aceitou.

José Richa foi o Presidente do nosso Movimento, na hora do plebiscito, para criarmos o parlamentarismo. Lutou e andamos pelo Brasil, mas lamentavelmente não tivemos competência. Até hoje, eu desconfio de alguns que diziam que apoiavam o parlamentarismo, nos quais Richa confiou e eu não confiava. Na verdade, a campanha que fizemos para o parlamentarismo, na televisão, na minha opinião foi péssima – até a da monarquia foi muito melhor do que a nossa – mas Richa lutou e lutou permanente e constantemente.

Richa era um homem de família. É emocionante ver o Richa e D^a Arlete, o amor, o carinho, o afeto, a amizade e a simpatia que os nutria. Eles viviam permanente e constantemente uma vida que eu não digo que tivesse inveja, mas que eu admirava com profundidade. O seu filho Beto, seu sucessor político, hoje, é vice-Prefeito da Capital. Mas eu me lembro muito do Adriano. Jovem, diabético, para onde fosse levava a injeção e aplicava em si, entrava em coma e ia para o hospital. Lembro-me, a primeira vez que soube fui correndo ao hospital, porque não sabia que para ele coma era algo normal. Entrava em coma, davam o remédio e voltava ao normal. Esse Adriano teve uma atividade importante, do maior significado. Foi o Presidente da Associação dos Diabéticos.

Eu era Ministro Agricultura quando ele me procurou para determinarmos que fossem criados produtos dietéticos, como a **Coca-Cola**. Ele argumentava e eu dizia para ele que o suco de laranja era muito melhor que a **Coca-cola**, que o guaraná. Perguntei por que estava querendo guaraná e **Coca-cola** sem açúcar. Ele dizia: o senhor na sabe como é doloroso ir ao colégio e ver todo mundo tomando guaraná e a gente ter de tomar suco de laranja, porque no guaraná tem açúcar. E ele conseguiu, fruto do seu trabalho, os produtos dietéticos.

Encerro, Sr. Presidente, mas quero dizer que tenho no Richa, sempre tive, um irmão e um amigo. Éramos de partidos diferentes, mas mensalmente nos reuníamos todas as vezes que vinha a Brasília, na casa do amigo José Lirio Ponte Aguiar, por quem tinha tanta admiração e carinho. Ele, eu, o Scalco, sempre nos reuníamos para debater, para analisar, para estudar o nosso País.

Olha, Sr. Presidente, morreu José Richa. Morreu um homem de bem, morreu uma referência neste País. Morreu uma daquelas pessoas que, posso dizer, quando falava dizia o que sentia e quando falava ensinava ao Brasil. Morreu José Richa, e nós aqui prestamos-lhe a nossa homenagem triste, dolorida, sofrida, mas a homenagem a um homem que honrou o Paraná, que honrou o Parlamento, que honrou o Brasil, que honrou a política brasileira. Meu irmão, meu amigo, José Richa, que nesta hora com Deus está prestando contas da enormidade de coisas que fez por este país. Que Deus o tenha e que lá olhes um

pouco por este teu País e por esta tua pátria. Adeus, meu irmão, José Richa, que Deus esteja contigo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência, antes de passar a palavra ao Senador Almeida Lima e, em seguida a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, lerá o requerimento do Senador Pedro Simon e também do Presidente desta Casa, o Presidente José Sarney.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 1.713 DE 2003

*Requer a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal, ex-Governador e ex-Senador **José Richa**.*

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta data, do ex-Deputado Federal, ex-Governador do Paraná e ex-Senador Constituinte **José Richa**.

JUSTIFICAÇÃO

Acaba de falecer, nesta madrugada, em Curitiba, o ex-Prefeito, ex-Deputado Federal, ex-Governador e ex-Senador Constituinte **José Richa**, figura ilustre da política brasileira, durante muitos anos.

José Richa nasceu em São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1934, filho de Assad Khalil Richa e de Joana Miguel Richa e foi criado nos municípios de Távora e Jacarezinho, no Paraná.

Seus primeiros estudos foram feitos no Colégio Cristo Rei e no Colégio Estadual do Paraná. Formou-se em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná, em 1959. Frequentou, ainda, as Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas.

Começou sua vida pública na política estudantil, tendo sido eleito secretário e, em seguida, presidente da União Paranaense de Estudantes. Fez, ainda, um curso de formação política na Venezuela. No início dos anos 1960, participou da fundação da Juventude Democrata Cristã, elegendo-se presidente do diretório nacional dessa entidade. Logo em seguida, foi eleito vice-presidente do comitê mundial da entidade, tendo participado de reuniões realizadas na Alemanha, Itália, França, Chile e Venezuela.

Filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC), foi oficial de gabinete do governo Ney Braga, em 1961. Elegeu-se Deputado Federal para o período 1963-67. Com a extinção dos partidos políticos e instauração do bipartidarismo,

em 1965, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo sido um dos organizadores e integrante da comissão provisória que fundou o diretório estadual do partido, no Paraná. Reelegeu-se para o mandato de 1967 a 1971. Em Elegeu-se Prefeito de Londrina para o período de 1973 a 1977.

Foi eleito Senador para o período 1979-1986, pelo MDB. Com a extinção do bipartidarismo, em 29.11.1979, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No pleito de 1982, foi eleito Governador do Estado do Paraná, pelo PMDB, juntamente com oito outros Governadores eleitos pelo partido.

Um dos mais destacados participantes da campanha pelas Eleições Diretas, **José Richa** passou, com a derrota desta, à articulação da Frente Liberal que elegeu Tancredo Neves para a Presidência da República, no colégio eleitoral.

Em maio de 1986, afastou-se do Governo do Paraná para candidatar-se a Senador, tendo sido eleito, no dia 15 de novembro daquele ano. Teve destacada atuação na Assembléia Nacional Constituinte, cujos trabalhos tiveram início em fevereiro de 1987, onde foi Relator da Comissão de Organização do Estado, membro titular da Comissão de Sistematização e suplente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

Em junho de 1988, juntamente com outros descontentes com os rumos do PMDB, foi um dos principais organizadores do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB.

Por ocasião do plebiscito sobre os sistemas de governo em abril de 1993, **José Richa** foi um dos principais articuladores da Frente Parlamentarista, tendo sido seu Secretário-Geral e, em seguida, seu Presidente, com a morte de Ulysses Guimarães. Com o final de seu mandato de Senador, em fevereiro de 1995, não mais se candidatou a cargo público, voltando a dedicar-se à vida empresarial, tendo exercido vários cargos de mais alta importância.

José Richa era casado com Arlete Vilela Richa, com o qual teve três filhos.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003.

Senador PEDRO SIMON

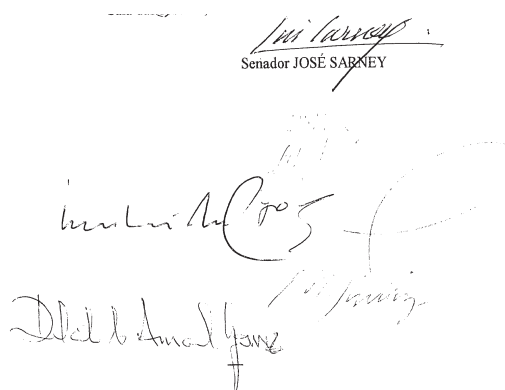
RQ030115-DOC

REQUERIMENTO Nº 1714, DE 2003

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento, nesta madrugada, do ex-Senador José Richa.

De acordo com as tradições da Casa, requeiro, ainda, sejam apresentadas condolências à família, ao Governo do Estado do Paraná e aos Diretórios Nacional e Regional do PSDB.

Sala das sessões, em 17 de dezembro de 2003.



Senador JOSÉ SARNEY

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os requerimentos apresentados dependem de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem poderão assinar os requerimentos que estão sobre a mesa, de autoria dos Senadores Alvaro Dias, Osmar Dias, José Sarney e Pedro Simon.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima, para encaminhar os requerimentos apresentados.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após ter ouvido as palavras do nobre Senador Pedro Simon, terei pouco a acrescentar. Mas faço questão de usar a palavra, neste instante, para me somar às manifestações de pesar desta Casa pelo passamento do grande brasileiro José Richa. E o faço, neste instante, sobretudo com o propósito de, lembrando a História, resgatá-la para o conhecimento das novas gerações. A História, como bem lembrado há poucos instantes pelo nobre Senador Pedro Simon, registra que inúmeros líderes, a exemplo do falecido, integraram a resistência democrática neste País após o golpe de 1964.

Faço esse registro, sobretudo, pela necessidade desse resgate, haja vista que o momento político de democracia plena que vivenciamos hoje decorre

não de uma luta que alguns entendem ter começado no início da década de 80, mas de uma luta que começou exatamente após o golpe militar, após a extinção dos partidos políticos, após o AI-5, na segunda metade da década de 60 e, sobretudo, na década de 70. Foram anos de dureza, em que, nas escolas, ruas e praças, se combatia a ditadura militar lutando por liberdades democráticas. Entre tantos, lá se encontrava José Richa.

Este simples orador que vos fala neste instante, no início da década de 70, integrava a ala jovem do MDB, em Sergipe, chegando à Secretaria-Geral. Participei, aqui, em Brasília, de encontros nacionais. Naquela oportunidade, tive o prazer de conviver com lideranças do então MDB, posteriormente PMDB, a exemplo do ex-Senador, ex-Deputado e ex-Governador José Richa.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as minhas palavras são, da mesma forma, de manifestação de pesar, mas objetivando o resgate dessa história de lutas, sobretudo para as novas gerações, para que estas não venham a imaginar, como desejam inúmeros, que a história da resistência democrática começou no início da década de 80. Ela vem lá dos anos duros da ditadura, nas décadas de 60 e de 70.

Minha manifestação de pesar, portanto, ao povo brasileiro, ao povo paranaense e à família do falecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Romeu Tuma, 1^o Secretário desta Casa.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi o relato da convivência, como se irmão fosse, do Senador Pedro Simon junto ao nosso professor José Richa, de Alvaro Dias, de Flávio Arns. Acredito que Osmar Dias também fará referência à convivência que teve com esse ilustre político e homem público, José Richa.

Pouco eu teria a me manifestar a respeito do que já foi dito, porque só escreve a história dos homens bons aqueles com quem, à época, conviveram. Os que me antecederam conviveram com José Richa. Senador Osmar Dias, é interessante: não tive contato político com o Senador José Richa, mas, como Governador, algumas vezes, sim. Era eu chefe da Polícia Federal e ia sempre ao Paraná. E ele era de um carinho especial. Era um homem que tinha

uma formação humana invejável. Sempre carinhoso, recebia-me e chamava-me de primo e, às vezes, de patrício. Tratava-me com muito carinho, e, por isso, eu o respeitava.

Algumas vezes, conversando com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, este se referia, com muito respeito, a José Richa, sempre enaltecendo a figura do homem público, que era um grande líder de seu Partido. Fundou o PMDB. Já o Senador Pedro Simon fez um histórico. Pedi permissão a S. Ex^a para assinar o requerimento que fez e para acrescentar alguns outros dados sobre a vida de José Richa, como, provavelmente, outros Senadores também o farão.

Nos últimos tempos, fiz uma pergunta a José Richa. Por que não se lançava candidato ou não trabalhava para o Governo? Ele disse que tinha reestruturado sua vida e que achava que o tempo de político já havia passado. Mas nunca deixou de ser um bom conselheiro.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, fico pensando: os homens bons, os homens de bem às vezes se desiludem com a política e dela se afastam. Infelizmente, hoje ele se foi, de vez. Ainda ontem, eu conversava com o Dr. Paulo, Diretor Clínico do nosso Ambulatório, que me noticiava que o estado de saúde de José Richa era grave, mas que apresentava melhoras. Então, havia uma dose de esperança de que ele pudesse se recuperar. Mas, provavelmente, essa melhora era a da morte, aquela que a pessoa tem nos últimos momentos de vida.

Que Deus o tenha e o proteja! Endosso as condolências à família de José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Osmar Dias, autor de um dos requerimentos.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, a notícia da morte do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito José Richa entristeceu, com certeza, não apenas a sua família, D. Arlete, Beto Richa, seu filho, que, hoje, é Vice-Prefeito de Curitiba, um político também respeitado no Estado, que recebeu como herança política do pai os ensinamentos que o Senador e Governador Richa sempre praticou durante sua vida inteira, de decência e de respeito, sobretudo, ao ser humano. Tenho certeza de que Beto Richa dará sequência a essa herança política.

Eu dizia para o Senador Pedro Simon que o discurso dele foi muito verdadeiro pela grande amizade que os unia. S. Ex^a me falava do Richa, quando este ainda estava vivo, da mesma forma, com o mesmo carinho e com a mesma generosidade, com que falou desta tribuna.

É claro que não sou da geração política do ex-Governador José Richa, mas com ele aprendi muito. Lembro-me de que, quando o ex-Governador Richa fazia campanha juntamente com o Senador Alvaro Dias – naquela época, candidatos a Governador e ao Senado, respectivamente, e eu ainda era estudante de Agronomia –, pude ver com que carinho o Richa era recebido nas cidades a que comparecia para fazer a sua campanha e, sobretudo, na minha casa, onde meu pai, Silvino Dias, o recebia com muito respeito.

Ainda na campanha de 2002, meu pai tentou falar com o ex-Governador José Richa por telefone para pedir o seu apoio à candidatura do Alvaro a Governador, porque, mesmo afastado da política, Richa sempre gozou de enorme prestígio e de um respeito muito grande da população do meu Estado do Paraná.

Eu, além de respeitá-lo e admirá-lo muito, tinha por ele também um sentimento de gratidão. Quando estava no final do meu mandato de Diretor na Faculdade de Bandeirantes, recebi o convite para integrar a equipe do recém-eleito Governador José Richa. E fui presidir uma companhia de fomento agropecuário, o que me abriu as portas para vir a ser Secretário de Agricultura dos governos do Alvaro e do Requião e, depois, ser eleito Senador por duas vezes. Não posso, portanto, deixar de manifestar meu sentimento de gratidão a quem me convidou para fazer parte do seu governo e sempre me tratou com absoluto respeito; aliás, o mesmo que sempre dedicou ao Paraná e ao Brasil.

Não farei aqui um histórico da sua vida política, porque isso já foi feito pelos Senadores Alvaro Das e Pedro Simon, que com ele conviveram e fazem parte da mesma geração política do ex-Governador José Richa, mas quero, evidentemente, manifestar não apenas o meu pesar, mas, sobretudo, o meu reconhecimento como paranaense pelo que José Richa representou para o meu Estado, para a agricultura do Paraná. Tivemos a oportunidade de iniciar um grande programa de microbacias, que, depois, seria implementado nos governos seguintes. Participei diretamente daquela equipe, designado, nomeado pelo então Governador José Richa.

Quero, da tribuna do Senado, dizer que, se no Governo do Paraná o Richa orgulhou todos os paranaenses, aqui no Senado também, onde presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos, hoje presidida pelo Senador Ramez Tebet. Richa presidiu essa Comissão com a mesma decência que sempre dedicou aos cargos públicos que ocupou.

Perdemos, portanto, um brasileiro muito importante, que teve uma influência muito grande na vida política do meu Estado, o Paraná, e também na vida política do Brasil. O que fica é o reconhecimento de toda a população paranaense e de toda a população brasileira pelo seu trabalho, pela sua decência, pela sua ética e pelo respeito que sempre dedicou às pessoas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, deixando aqui meus votos de pesar à família do ex-Governador José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Heráclito Fortes. Em seguida, falará o Senador Ramez Tebet.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, associe-me a esta homenagem que o Senado presta hoje a um ex-integrante desta Casa e a um brasileiro reconhecido por todos pela sua dedicação, honestidade e, acima de tudo, pela sua lealdade.

Tive a oportunidade, no início da minha vida pública, de conviver com o Senador José Richa numa circunstância muito especial. Eu trabalhava na Assessoria de Assuntos Parlamentares do então Ministro Ney Braga. José Richa, que tinha iniciado a sua vida pública pelas mãos do então Ministro da Educação, já àquela altura militava em partido diferente. No entanto, mantinham permanente comunicação, trocando idéias sobre o momento que o Brasil vivia àquela época.

Quando cheguei à Câmara dos Deputados, no primeiro mandato, tive a oportunidade de conviver com Richa. Já o conhecia, e passamos a ter um relacionamento fraterno e agradável.

Pedro Simon, testemunha ocular da História do Brasil nesses últimos anos, falou muito bem aqui sobre essa figura notável que o Brasil perde hoje. Era, acima de tudo, como disse o Senador Alvaro Dias, um catalisador, um homem que unia as tendências contrárias.

Lembro-me, Sr. Presidente, de quantas e quantas vezes o Dr. Ulysses, quando havia divergências

na redação do texto da Carta Magna de 1988, ou as partes envolvidas na sua redação entravam em crise, invariavelmente tomava a decisão de chamar o Richa, porque ele resolvia. E foi exatamente com essas intervenções de Richa, com o seu poder de argumentação e de conciliação, que se chegou ao resultado final da Carta promulgada em outubro de 1988.

O desaparecimento de José Richa deixa uma lacuna no Brasil, mas fica também o exemplo do homem público sério e querido por todas as tendências e matizes políticos do Brasil.

Registro, portanto, meu voto de pesar, extensivo à sua família e ao povo do Paraná, que o queria muito bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como bem salientaram os eminentes Senadores do Estado do Paraná Alvaro Dias e Osmar Dias, José Richa foi um homem público que transcendeu, ultrapassou a fronteira do Paraná. José Richa foi um homem que escreveu, pelas suas atitudes e pelos seus atos, seu nome na história política do Brasil, de forma marcante e indelével.

Eu mesmo tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, quando Franco Montoro teve a iniciativa de convocar os onze Governadores eleitos pela oposição a fim de deflagrar no País a campanha vitoriosa das Diretas-Já. Ali estavam dez Governadores e um Vice-Governador. Entre os Governadores, estava José Richa, Governador do Estado do Paraná, e havia um Vice-Governador, eu mesmo, que ali representava o Governador Wilson Barbosa Martins, impossibilitado de comparecer, para, em nome de Mato Grosso do Sul, firmar o documento deflagrando a campanha das Diretas-Já no Brasil.

Daí para a frente, percorremos várias capitais, onde pôde-se ouvir o sentimento, a voz vibrante do verdadeiro democrata que foi José Richa. Por isso, posso afirmar, dando este testemunho, que o seu nome não pertence ao Estado do Paraná, mas ao Brasil. Tanto é verdade que ele coroou a sua carreira aqui no Senado da República presidindo inclusive a Comissão de Assuntos Econômicos.

Assim sendo, é com muita emoção que me associo às vozes de homenagens a esse grande brasi-

leiro. Além disso, tive momentos de intensa convivência com o Senador José Richa, de quem recebi sugestões e conselhos. Inclusive, em 1990, encontrando-me com ele casualmente aqui – onde estava eu de passagem –, no corredor do Senado da República, ele me incentivou a disputar por Mato Grosso do Sul uma cadeira de Senador. Naquela ocasião, não fui candidato, mas, quatro anos depois, tive a oportunidade de me eleger Senador para representar o meu querido Mato Grosso do Sul aqui no Senado da República.

Portanto, o Brasil está enlutado; a Pátria chora a morte de José Richa. Temos a plena convicção de que, onde agora se encontra, estará torcendo para o êxito do nosso querido Brasil.

Ele havia deixado a vida pública – e parece que não queria retornar a ela –, mas, no seu coração, nunca morreu o ideal de bem servir à coletividade brasileira. Por isso, Mato Grosso do Sul, vizinho do Estado do Paraná, que recebeu e continua recebendo os influxos dos paranaenses, dos rio-grandenses, dos catarinenses, enfim, de brasileiros de todos os quadrantes da nossa Pátria, está triste e se associa à homenagem que esta Casa, com justiça, presta a José Richa, que acaba de nos deixar.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome do meu Estado, o Pará, presto também homenagem ao ex-Governador, ex-Deputado Federal, ex-Senador da República José Richa. Em nome do Governo e do povo do Pará; do Dr. Almir Gabriel, Presidente de Honra do PSDB do Pará e amigo pessoal de José Richa, que foi um dos fundadores do Partido; em nome do Governador do Pará, Simão Jatene; e do Presidente regional do PSDB, Deputado Cezar Colares, faço este registro, dizendo da importância para o Brasil desse grande homem, da convivência, do trabalho e da honradez de José Richa.

Por ser do Pará, por respeito, por consideração e por ser, além de amigo pessoal, aliado do ex-Governador e ex-Senador Almir Gabriel, bem como do Go-

vernador Simão Jatene, tenho a honra e a satisfação de prestar esta homenagem póstuma. Hoje, será realizado o enterro, e o povo do Paraná, que tão bem José Richa representou no Congresso Nacional e à frente do Governo do Estado do Paraná, prestará as suas homenagens. E, tenho certeza, também será lembrado e reconhecido por todos os paraenses e, com certeza, pelo povo brasileiro, neste dia que enluta a classe política paranaense e brasileira.

Sr. Presidente, faço este registro para deixar nos Anais do Senado Federal e do Congresso Nacional esta homenagem do povo paraense a José Richa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero associar-me às homenagens póstumas que o Senado da República presta ao ex-Governador e ex-Senador José Richa.

Existem homens que se valorizam sobretudo por seu espírito conciliatório, e V. Ex^a, Sr. Presidente, é um deles. V. Ex^a tem esse poder de conciliar nos momentos mais difíceis que a Nação tem vivido. José Richa também era uma figura conciliadora. Não era apenas o político e o administrador, mas o conciliador. E esse conciliador desaparece em um momento em que o País tanto precisa de pessoas que tenham o seu pensamento e a sua grandeza. O seu Estado, evidentemente, sofre mais que os outros.

José Richa merece um destaque todo especial, sobretudo porque não era apegado aos cargos. No governo passado, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi convidado várias vezes para o Ministério, inclusive para ser Chefe da Casa Civil. Talvez o destino do País tivesse sido outro se ele ali estivesse. Entretanto, não queria cargos, apenas servir. E servia aos seus amigos, a empresários e, sobretudo, ao seu povo.

Por isso, em nome dos baianos, em nome da minha terra, desejo associar-me ao pesar do Senado da República, do Brasil e, em particular, do Paraná, pelo desaparecimento de um homem expressivo e merecedor de todas as homenagens desta Casa e do País, que foi o Senador José Richa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de colocar em votação os requerimentos de pesar pelo falecimento do Senador Richa, quero recordar a sua imagem e dizer que não posso esconder o meu sentimento de tristeza por cumprir este doloroso dever que

algumas vezes a Presidência desta Casa tem-me feito exercer, que é votar requerimentos de pesar pelo falecimento de grandes homens públicos deste Brasil, alguns deles, meus amigos diletos.

Não posso deixar de recordar, na pessoa de José Richa, um homem público que foi muito atuante durante toda a nossa geração. Digo a nossa geração porque recordo a sua chegada ao Rio de Janeiro em 1958 – e era Deputado à época, no Rio de Janeiro, o Senador Antonio Carlos Magalhães –, quando, em companhia do então Deputado Ney Braga, procuravam mudar a política do Paraná e se empenhavam numa luta bastante grande.

Pertenciam ao Partido Democrata Cristão, mas eram aliados da União Democrática Nacional, com quem conjuntamente desenvolviam as ações no sentido da presença do então Deputado Ney Braga no Governo do Paraná.

Depois, a ascensão do hoje falecido Senador José Richa: Governador do Estado, homem público de grande destaque, Senador da República, Deputado Federal e Prefeito da sua cidade, Londrina. E, sobretudo, uma vida sempre marcada por extrema firmeza, um homem público correto, um grande articulador político, um excelente administrador, um homem com grande espírito público. A ele muito deve o Paraná e o nosso País, o Brasil, por tudo que prestou com sua liderança política, com sua inteligência e com sua cultura.

O Senador Antonio Carlos Magalhães disse que José Richa tinha, sobretudo, desapego pelos cargos e recordou o fato de ter sido convidado muitas vezes para ser Ministro e não ter aceito. Também confesso, nesta Casa, que o convidei para Chefe da Casa Civil quando fui Presidente da República e ele não pôde aceitar esse convite, embora fôssemos grandes amigos durante todo esse tempo, alegando que precisava continuar na Constituinte, dedicado a esse trabalho parlamentar com que tanto contribuiu.

Assim, com esse sentimento que não é meu, mas de todos nós, da Casa, do Brasil, do Paraná, lamentamos o falecimento do Senador José Richa e nos associamos à dor do povo paranaense, de sua família e de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vou submeter os requerimentos à votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas gostaria de externar, por ter sido colega no Congresso Nacional do Senador José Richa, os meus profundos sentimentos de pesar. V. Ex^a sintetizou, como todos os demais Se-

nadores, os extraordinários méritos de sua dedicação ao Brasil, ao Paraná, por ter sido exemplo de homem público.

Meu abraço e sentimento de pesar à sua família, ao povo paranaense. Todos nós do Brasil teremos sempre em José Richa um grande exemplo na vida pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o voto de pesar queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço permissão para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa por cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Senadoras e Senadores, o dia hoje é triste para o Paraná, para o País e para o Piauí.

Sr. Presidente, quis Deus V. Ex^a estar presidindo a sessão. O Piauí e o Brasil lamentam hoje dois anos de morte talvez do único brasileiro que se igualou a Rui Barbosa, Senador Antonio Carlos, como exemplo de amor à justiça e respeito à lei. Evandro Lins e Silva, filho de maranhense, como V. Ex^a, Senador Sarney, nasceu no Piauí, no Delta, na maior ilha do Delta, Ilha Santa Isabel, tão conhecida por João Alberto. Trata-se da ilha em que nasceram o pai de Alberto Silva, que foi juiz, e toda a família de Alberto Silva. Tive o privilégio de, no fim da vida de Evandro Lins e Silva, gozar da sua intimidade.

Senador João Alberto, o último julgamento de que ele participou foi o de Rainha, que tinha sido condenado por um júri parcial, e ele foi defendê-lo. Lá, ele disse a célebre frase: “Glória seria morrer no tribunal”. No fim de sua vida, eu, como Governador do Piauí, tive o privilégio de conviver muito com ele.

Quando, pela formatura da primeira turma da faculdade de Direito da cidade de Parnaíba, convidaram-me para ser homenageado, pedi permissão aos alunos para transferir essa homenagem ao grande piauiense Evandro Lins e Silva. Ele foi homenageado, Presidente Sarney, com o meu compromisso de fazer como foi feito com Rui Barbosa. O seu último discurso seria aquele livro “Oração aos Moços”. Quando fui entregar o livro do discurso na Academia de Letras de que V. Ex^a faz parte, havia morrido Roberto Campos, mas, mesmo assim, encontramos uma solução e apresentamos o livro.

O Piauí tem uma bandeira que muito se assemelha à bandeira do Brasil, com as mesmas cores, somente com uma diferença, Senador Almeida Lima: ela tem uma só estrela; e essa estrela, para iluminar a Justiça do Brasil, foi Evandro Lins e Silva.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que está inscrito para uma comunicação inadiável, assim como as Senadoras Fátima Cleide e Serys Slhessarenko.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para uma comunicação inadiável só para deixar registrado nos Anais da Casa o pronunciamento de nossa autoria que trata da aprovação na Comissão do relatório elaborado pelo Senador Flávio Arns que garante o dia 21 de setembro, no Brasil, como o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.

Sr. Presidente, articulei esse projeto juntamente com o Senador Flávio Arns, e ele tem o aval das entidades que atuam nessa área, das pessoas com deficiência. Com certeza, embora aprovado de forma isolada, estará contemplado, num segundo momento, por um outro projeto, cujo Relator é também o Senador Flávio Arns, o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

Fiz questão de fazer um pronunciamento por escrito, que mostra toda a história da luta das pessoas com deficiência no mundo. Numa parte do meu pronunciamento, por exemplo, lembro que só se iniciou essa luta, de forma incisiva, em nível internacional, a partir de 1975, quando a própria ONU, por meio de sua Assembleia Geral, declarou 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Nesse documento, há uma análise do quanto essa luta avançou em outros países e no Brasil.

Esperamos que a Câmara dos Deputados o aprove com a mesma rapidez que a Comissão o fez, já que, na Comissão, decisão foi terminativa. O projeto vai lembrar que, em todo 21 de setembro, no início da primavera – não só nesse dia, porque todos os dias são motivo para fazê-lo –, precisamos refletir, pensar e trabalhar em benefício desses 24,5 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência.

Sr. Presidente, esperamos que, antes mesmo de 21 de setembro do ano que vem, quando pela primeira vez teremos no Brasil o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, possamos aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência de que tive a alegria de ser o autor. Apresentei o projeto na Câmara e no Senado, sempre com a coordenação do Sena-

dor Flávio Arns, um especialista, o nosso mestre. É com alegria que S. Ex^a está relatando a matéria e discutindo com toda a sociedade.

Tenho absoluta certeza de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, depois de concluído, vai estar muito, muito melhor que a proposta original por nós apresentada.

Por isso, Sr. Presidente, dou o meu pronunciamento por escrito. Aqui, cito os debates que houve sobre o Estatuto em praticamente todo o País, com a perspectiva de que, no ano que vem, seja aprovado, já que este ano foi mais de debates.

Eu mesmo participei de uma teleconferência com o Senador Flávio Arns e com a maioria dos Estados do País. Só não participaram aqueles onde, naquele dia, era feriado. Em dois Estados, inclusive, as assembleias legislativas foram abertas só para que pudéssemos trabalhar com as entidades nos Estados, via Interlegis.

V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, tem valorizado e muito a importância do Interlegis e também essa caminhada em defesa da pessoa com deficiência.

No meu pronunciamento, rendo homenagem a V. Ex^a e ao Senador Flávio Arns. Não é nenhuma rasgação de seda, mas S. Ex^a é o nosso mestre nessa área. Inclusive, quando apresentei o projeto na Câmara, S. Ex^a comprometeu-se a relatá-lo. Espero, mediante um amplo acordo, que a Câmara aprove na íntegra o relatório, com o substitutivo que será construído pelo Senador Flávio Arns.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (BLOCO/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a história do movimento das pessoas deficientes, portadoras de deficiência, ou, para usar a terminologia adotada pela Organização das Nações Unidas, pessoas com deficiência, no que concerne à sua luta na conquista e defesa de direitos, é bem recente em nosso País.

Praticamente só se iniciou em 1975, quando a própria ONU, por meio da sua Assembleia Geral, declarou 1981 o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”.

Apoiadas por ampla campanha veiculada nos meios de comunicação social, as pessoas deste segmento, antes tidas e havidas pelos “técnicos” como “pacientes” ou “clientes”, começaram a ser tratadas sob uma nova ótica, a da cidadania.

Essa transformação não foi fácil, e nem surgiu da noite para o dia. Em absoluto. As pessoas portado-

ras de deficiência ainda vivem quebrando barreiras na sociedade como um todo, para fazer valer seus direitos, apesar de já terem assegurado muitas conquistas através de farta legislação.

Assim, sempre pareceu-nos extremamente oportuno que se estabeleça, no Brasil, uma data comemorativa de todo o processo de luta pelos direitos da pessoa portadora de deficiência.

Dessa forma, por meio das comemorações que a data enseja, ficarão certamente gravadas na memória de todo cidadão brasileiro as conquistas dos portadores de deficiência.

Foi neste sentido que apresentei à apreciação do Senado o projeto de lei nº 379 de 2003, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.

De acordo com nossa proposição, a data será celebrada no dia 21 de setembro, por ser de extrema importância para as entidades da sociedade civil que lutam em prol das pessoas portadoras de deficiência.

Em 1982, nessa data, em muitas cidades brasileiras foram realizados atos públicos de sensibilização e conscientização da sociedade sobre a necessidade de se reconhecer os direitos das pessoas com deficiência, fator este que certamente preconizou a inclusão destes direitos na Constituição Federal de 1988 e na legislação de forma geral.

Nosso projeto de lei foi submetido à deliberação da Comissão de Educação desta Casa, onde foi aprovado, em caráter terminativo, no último dia nove, seguindo recomendação do relator, o ilustre Senador Flávio Arns (PT-PR).

Como destacou em seu parecer o Senador Arns, por muito tempo os portadores de deficiência estiveram à margem da sociedade e excluídos das decisões políticas e administrativas relativas ao seu próprio processo de desenvolvimento.

No entanto, aos poucos vamos mudando essa situação. Em nosso País têm sido observadas inúmeras iniciativas oficiais e privadas em prol dos deficientes.

Inovações foram inseridas em nossa legislação, na busca de minimizar a situação dessa parcela da população. A Constituição Federal, assim como as Cartas Estaduais, vêm-se aperfeiçoando nessa matéria.

Leis ordinárias, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, também têm sido editadas com capítulos específicos, utilizando como terminologia i°portadores de necessidades especiais;±.

Também a Lei Federal nº 7.853, de 1989, dispõe especificamente sobre o direito das pessoas portadoras de deficiência e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que data de 1990, também trata de direitos dos portadores de deficiência o âmbito da matéria que regula.

Além da proposta para a instituição do Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, também tramita aqui no Senado outro projeto de minha autoria, o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que se destina a assegurar a integração e a inclusão social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas que apresentam limitação em suas atividades devido à sua deficiência.

O Estatuto tem por objetivo introduzir no ordenamento jurídico brasileiro lei que defina claramente os direitos das pessoas com deficiência.

Propõe o desenvolvimento de ações que assegurem a plena inclusão das pessoas com deficiência no contexto sócio-econômico e cultural.

Garante acesso, ingresso e permanência da pessoa com deficiência, acompanhada pelas pessoas e animais que lhe servem de apoio, portando os produtos que utiliza como ajudas técnicas, em todos os ambientes de uso coletivo.

Viabiliza a participação das pessoas com deficiência em todas as fases de implantação das políticas públicas. Garante, enfim, aos portadores de deficiência o acesso a todos os direitos referentes à cidadania.

Vale aqui um breve relato da recente história da luta que se trava em nosso País pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

Foi a partir de 1979 que o movimento das pessoas com deficiência eclodiu em nível nacional, após silenciosa, porém firme, revolução em vários Estados, notadamente No Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Goiás e Pará.

Naquele ano, surgiu a Coalizão Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. Sua primeira Comissão Executiva, formada por oito integrantes, dois por área de deficiência, foi eleita no I Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes, promovido em Recife, de 26 a 30 de outubro de 1981.

No ano seguinte, em 1982, em Vitória do Espírito Santo se promovia o I Encontro de Delegados da Coalizão Nacional de Entidades e Pessoas Deficientes, evento que se realizou no Novotel, de 12 a 14 de julho.

Dentre as principais deliberações desse Encontro, destaca-se a criação, por unanimidade, do “Dia Nacional de Luta das Pessoas Deficientes”, por proposta do saudoso companheiro Candido Pinto, pernambucano radicado em São Paulo, militante do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes – MDPD.

Em sua justificativa, Candido Pinto lembrava que o dia 21 de setembro indica a entrada da primavera, tempo do desabrochar das flores, marcando, por assim dizer, o surgimento da esperança de tempos melhores para um segmento fortemente marcado pela discriminação e pela opressão por parte da sociedade.

Nesse dia, dizia Candido Pinto, que “as pessoas deficientes devem invadir as ruas com suas cadeiras de rodas, com suas muletas, com suas bengalas, as pessoas surdas e aquelas com deficiência mental com suas famílias, todas juntas, reivindicando seus direitos, mostrando claramente quão inacessíveis são as cidades e seus equipamentos urbanos”.

Entendo que com a aprovação do nosso projeto estamos realizando o sonho de Candido Pinto e de toda a população que é portadora de algum tipo de deficiência. Os portadores de algum tipo de deficiência somam hoje no Brasil cerca de 24,5 milhões de pessoas, cujo maior anseio é o reconhecimento dos seus direitos e o exercício pleno da cidadania. É esse também o nosso objetivo.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço ao Senador Paulo Paim pelas referências.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Solicito a inscrição pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como não se encontram presentes nem registraram presença os Senadores José Agripino e Paulo Octávio, V. Exª responde pela Liderança e poderá usar da palavra imediatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se a carta do Líder não chegou, está a caminho. Sou testemunha disso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está anotada o alerta de V. Exª.

Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores,

E se o Lula é iluminado, quem é que vai pagar a conta no fim do mês?

(José Simão)

Os domingos costumam ser um dia cansado de guerra. Mas dia 14 de dezembro já se sabia que a agenda política do Partido dos Trabalhadores iria excepcionar a modorra. Certamente a expulsão da Senadora Heloisa Helena e dos Deputados João Batista de Oliveira Araújo, o Babá, João Fontes e Luciana Genro quebrou a rotina de futebol de várzea que predomina nos domingos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O dia que marcou o encontro do PT com a soberba e a intolerância, conduta própria de quem aspira a autocracia, começou quente. Nas primeiras horas da manhã, a rede de TV CNN anunciou a prisão do ex-ditador Saddam Hussein.

Depois de um breve “**We got him**”, o administrador americano no Iraque, Paul Bremer, engoliu o soluço e quase veio às lágrimas, traindo a melhor tradição anglo-saxônica de compostura pública. Em seguida foram apresentadas imagens de um homem abatido, barbudo e desorientado. Seu rosto, vincado pelo sofrimento, fitava o fim de um déspota irremediável, que praticou delírios de grandeza e terminou como um troféu de guerra. Durante 24 anos, Hussein promoveu uma ditadura militar repleta de tortura, tribunais de exceção, massacre de adversários, genocídio e censura. A soberania do grande Saddam, um populista sanguinário e corrupto, que liderou três guerras e patrocinou o terrorismo internacional, depois de longos oito meses de esconderijo, acabara em um buraco.

A prisão do ex-ditador vai fazer muito bem ao Iraque e à humanidade, deve enfraquecer a resistência à ocupação e abreviar as razões que justificam a intervenção americana no País, mas com certeza causou constrangimento ao convescote dominical do Presidente Lula. A notícia soma-se a uma série de comentários negativos na imprensa que predominaram na semana passada e tiveram seu ápice no último do-

mingo sobre a desastrosa política externa do seu Governo.

Especialmente acerca da patuscada promovida no Oriente Médio, quando o Presidente Lula e extensa comitiva queimaram o carvão do contribuinte brasileiro, participando do fausto das mil e uma noites na companhia de ditadores intrépidos, cometendo gafes elementares, se bestificando diante de pirâmides e exercitando um antiamericanismo sem propósito. O Presidente Lula deve uma explicação à Nação sobre a condução da política externa do seu Governo. A sensação que se tem é de que o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acredita mesmo no pan-brasileirismo e que essa gente bronzada vai liderar o terceiro-mundo e derrotar, como Hussein denominava os Estados Unidos, o “grande satã”.

Na operação das relações internacionais é natural o papel político que um chefe de Estado tem de abrir oportunidades aos interesses empresariais do País. A prerrogativa, no entanto, não converte um presidente em caixeiro-viajante, conforme se considerou o primeiro mandatário. Como era de se esperar, a exemplo do que ocorreu nas incursões da “Lulatur” a Cuba e à África, os dez dias nas arábias se resumiram à prática do queridismo, nenhum negócio importante foi efetuado, mas ficou a impressão de que o Presidente Lula é um líder internacional de respeito, que pode quebrar protocolos e criar uma nova ordem mundial a partir do terreiro das nações, quando na verdade tudo não passa de exótico fantur.

A tarde do domingo caía quando foi anunciada a solução final para os parlamentares que ousaram desafiar a disciplina stalinista imposta pelo Palácio do Planalto ao Partido dos Trabalhadores. A portas fechadas, dois terços do Diretório Nacional do PT desempenhou papel inquisitorial e realizou a justiça do paredão para defenestrar as vozes descontentes com o espetáculo da demagogia paternalista do Presidente Lula. No episódio, a mando do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, o Presidente do PT, José Genoíno, realizou a tarefa do açougueiro e assinou o expurgo dos quatro parlamentares em uma ação que guarda muita semelhança aos métodos de limpeza ideológica promovidos contra a primeira geração de soviéticos e muito bem narrados no extraordinário romance “Os filhos da rua Arbat”. Seria José um genuíno capitão-do-mato?

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu, que nesta Casa compartilhei das lágrimas da Senadora Heloísa Helena, gostaria de prestar um desagravo à expulsão da parlamentar. A amizade da Senadora é para mim uma das grandes aquisições deste primeiro ano de Sena-

do. Sou um admirador do seu caráter resoluto, da personalidade decidida, da grandeza com que a Senadora encarna os problemas brasileiros, da coerência dos seus propósitos e do tamanho do coração de uma mulher de gana, que tem legitimidade de vida para não se abater com esse ato de prepotência do **comitern** caboclo.

Sr. Presidente, desde a posse do Presidente Lula, o Brasil vem experimentando uma cantilena triunfalista sobre a reforma agrária.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não tenho vinte minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a, como Líder, tem direito a cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estamos antes da Ordem do Dia? (Pausa.)

Lamento profundamente não poder concluir esse belíssimo discurso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a pode considerar como lido o restante, para não prejudicar os outros inscritos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vou dar como lido o discurso. Gostaria de fazer aqui uma análise do Governo Lula, dos resultados ou da ausência de resultados, nesse primeiro ano de governo, mas finalizo.

E assim termina o primeiro ano de um Governo que começou a fazer água na esperança a partir da conjugação dos verbos mentir e escamotear.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE CONCLUSÃO DO DISCURSO DO SR. SENADOR DEMÓSTENES TORRES.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, desde a posse do Presidente Lula o Brasil vem experimentando uma cantilena triunfalista sobre a reforma agrária. Primeiro, o Palácio do Planalto se encarregou de desmerecer o esforço empreendido na administração do presidente Fernando Henrique Cardoso, em seguida metas ambiciosas de uma política agrária de qualidade foram mais de uma vez anunciadas. O ano caminha para o fim e a questão continua sendo tratada com impressionante niilismo, apesar de metas superlativas de assentamento continuarem compondo a retórica transformadora do Partido dos Tributos. Neste mês, o Ministério do Desenvolvimento Agrário publicou um documento intitulado 1º Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Pro-

dução e Qualidade de Vida no Meio Rural¹, onde é expressada a má-fé do Palácio do Planalto com a matéria. Em linhas gerais, a proposta consagra um anacrônico compêndio de conceitos sobre a supremacia do campesinato cumulado com a sociologia do oprimido, escrito em um português velhaco, onde são relacionadas ambições redentoras do campo com alcance não só da demanda dos sem-terra, como dos remanescentes de quilombos, dos ocupantes de áreas indígenas e das populações ribeirinhas. Tudo muito belo, não fossem as impropriedades do Plano. Em primeiro lugar, há indisfarçável propósito de estabelecer a conflagração no campo a partir da desmoralização dos valores do agronegócio. De maneira contundente, o documento se afeiçoa a uma palavra de ordem ecoada de um acampamento de sem-terra do Pontal do Paranapanema. A intenção de achincalhar o setor produtivo fica evidente quando o Plano faz questão de criar atávico antagonismo entre a propriedade familiar e a empresarial. No documento, o agronegócio é tratado de maneira pejorativa, preconceituosa e com pechas estatísticas absolutamente divorciadas da realidade. Nominado de 1º modelo patronal², ao agronegócio é destinada todas as responsabilidades pelo problema agrário brasileiro, especialmente da exclusão social no campo e do desequilíbrio ambiental.

Senhoras e Senhores Senadores, o Brasil não vai construir modelo sustentável de reforma agrária assacando o agronegócio. Observem que o segmento empresarial representa 27% do Produto Interno Bruto, somando R\$ 334,95 bilhões. Neste ano apresentou um crescimento superior a 5%, ocupa 24,2% da população ativa, o que representa um universo de 17,4 milhões de trabalhadores, além de compor aproximadamente 30% da pauta das exportações brasileiras, com a geração de um superávit em 2002 de US\$ 19 bilhões na balança comercial.

Basicamente, o Plano Nacional de Reforma Agrária possui três excrescências que podem, uma vez implementadas, incendiar definitivamente o conflito rural brasileiro. O primeiro deles diz respeito ao propósito indecente de majorar o índice de produtividade do módulo rural com o fim de desapropriação para a reforma a agrária. O segundo, o pretexto de simplificar o procedimento de desapropriação, não passa de um deliberado movimento para favorecer o esbulho possessório. Por fim, o malsinado plano cria espécie de moratória quando propõe o congelamento

da correção pela taxa de referência (TR) dos títulos da dívida agrária.

Senhor Presidente, a se acreditar nas ousadas metas do Plano Nacional de Reforma Agrária, o Brasil tem chance de promover um regresso feudal no campo, repristinar o arado com tração animal e revigorar o escambo como mecanismo monetário. Já os números apontados para até 2006 prometem algo de auspicioso. Serão 400 mil famílias assentadas. 500 mil famílias com posses regularizadas. 130 mil famílias beneficiadas com Crédito Fundiário. 2.075 milhões de novos postos de trabalho, entre outros devaneios.

O novo modelo propugnado pelo Plano já começa a revelar em seu âmago o engodo demagógico do Governo Lula. Conforme reportagem publicada nesta semana na Revista Veja, sob o título 1º Pobres, mas custam milhões³, no extremo Oeste do Paraná o Ministério da Reforma Agrária e o Movimento dos Sem-Terra estão realizando um paradigma de assentamento que pretende ser a vitrine do estilo Lula de repartir a terra e produzir o pão. Só para a aquisição do terreno, a viúva será sangrada em R\$ 80 mil por assentado, um custo 157% superior ao que o próprio Plano prevê para 2004 por assentado, assim compreendido além da aquisição da terra, o investimento **per capita** em infra-estrutura, habitação, crédito e assistência técnica entre outros.

Sr. Presidente, gostaria de apresentar alguns dados sobre o desempenho do Ministério da Agricultura que espelham bem o descompasso entre a utopia petista e a realização orçamentária da União. Observem que o grande triunfo da produtividade brasileira não deve ser creditado ao fomento governamental, mas ao esforço próprio do agronegócio, cujo afeto pelo Brasil encerra uma das mais notáveis demonstrações de comprometimento com a grandeza deste País. A título de comparação entre a safra 2002/2003 e os primeiros dez meses do governo Lula, no que se refere ao custeio e comercialização, em todas as fontes, com exceção da poupança rural, a aplicação dos recursos foi negativa. Quanto aos investimentos, a diferença de desempenho do Governo Lula foi de 11% a menos.

E assim termina o primeiro ano de um governo que começou a fazer água na esperança a partir da conjugação dos verbos mentir e escamotear.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Senador Demóstenes Torres, embora este não seja o objeto do meu pronunciamento, não poderia deixar de dizer a V. Ex^a que participei da reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Foi um dia de muita dor para todos os petistas do Brasil, mas a reunião transcorreu em um clima de muito respeito, e os debates havidos foram os mais ricos que já pude acompanhar na história do Partido dos Trabalhadores. E eu estou filiada ao PT desde 1989.

A Senadora Ideli Salvatti fez ontem um pronunciamento que me fez pensar que, naquele momento, colocava-se uma pá de cal nesse assunto. As pessoas saem do Partido de acordo com as normas estatutárias. O Estatuto do Partido dos Trabalhadores, que orientou a Comissão de Ética, foi discutido no âmbito do Partido, pelos seus filiados, durante dez anos. E a decisão da Comissão de Ética teve respaldo nos arts. 210 e 213 desse Estatuto, que prevê a expulsão de parlamentares em casos como, por exemplo: agirem em discordância às deliberações do Partido ou inobservância grave dos princípios programáticos da ética, da disciplina e dos deveres partidários. No nosso campo, as pessoas saem do partido por essas razões, mas infelizmente não vemos ocorrer o mesmo no PFL – não gostaria de ter que dizer isso, mas sou obrigada.

Lembrava-me aqui, há pouco, do caso do ex-Deputado Hildebrando Pascoal, do Acre, cuja história conheço muito bem, porque o Acre é vizinho do meu Estado de Rondônia. Houve ainda o caso do Deputado João Alves, que ganhou na loteria mais de trinta vezes.

Mas entendo que precisamos botar uma pá de cal nesse assunto, porque senão ficaremos em uma situação em que um fala do outro, que, por sua vez, responde e creio que isso não contribui em nada. Precisamos encerrar esse debate por aqui.

Quero ainda agradecer ao Diretório Nacional a moção de solidariedade aprovada aos petistas de Rondônia pela luta que estamos travando no Estado contra a corrupção nas instituições públicas. O meu pronunciamento aqui hoje é para registrar o pronunciamento dos Bispos da Igreja Católica do Estado de

Rondônia. Uma Igreja viva, que não apenas profetiza a fé, mas que vive a fé no dia-a-dia e que luta pela ética, por uma terra sem males.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer o registro deste pronunciamento, que é, além de muito bonito, muito importante para toda a sociedade rondoniense.

Diz o seguinte:

Como pastores da Igreja Católica em Rondônia, preocupa-nos graves acontecimentos que atingem a nossa sociedade e comprometem o futuro do nosso Estado.

Com certeza, o caso mais emblemático e que desvela a situação crítica do Estado de Rondônia, e força a sociedade civil organizada a reagir, tomar e pedir providências, é num primeiro momento o caso da eleição da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, como também a posterior alteração da Constituição do Estado e do Regimento Interno da ALE para garantir por antecipação a sua recondução para o próximo biênio. Todos estes fatos acontecem num clima de quase total silêncio e sem nenhuma satisfação ao povo.

Um segundo fato que atingiu a toda a sociedade foi a indicação do Sr. Natanael Silva para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, contrariando claramente as exigências constitucionais para tal cargo, entre as quais, idoneidade moral e reputação ilibada. O próprio Sr. Governador, que a princípio julgava inaceitável tal nomeação por razões jurídicas, sentiu-se forçado a tolerar a situação e mais uma vez prevaleceu o silêncio e nenhuma satisfação foi dada ao povo.

Finalmente, o Tribunal de Justiça, por razões inexplicáveis ou incompreensíveis para nós, cidadãos comuns, modificando uma liminar que afastava o Conselheiro, acabou legitimando sua indicação para o Tribunal de Cotas, e, mais uma vez, prevaleceu o silêncio e nenhuma satisfação foi dada ao povo.

Preocupa-nos, repetimos, a nós pastores e, certamente, a uma boa parte da nos-

sa população, o crescente enfraquecimento de nossas instituições públicas, cuja solidez garante o exercício de uma sadia democracia. Conforme declaram os Bispos da América Latina, reunidos na cidade de Santo Domingo, *“A corrupção tem-se generalizado. Há um mau emprego dos recursos econômicos públicos; progridem a demagogia, o populismo, a ‘mentira política’ nas promessas eleitorais; burla-se a justiça, generaliza-se a impunidade e a comunidade se sente impotente e indefesa diante do delito”* (Documento de Santo Domingo, nº 233).

“Tanto uma ética plenamente humana quanto as exigências éticas do Evangelho nos impelem a dar passos indispensáveis para a renovação da pessoa e da sociedade. É fundamental superar a distância entre ética pública e ética privada, isto é, entre a responsabilidade pelo bem comum e a realização da pessoa” (CNBB. Ética: pessoa e sociedade, p. 87). Aqui fazemos um apelo aos católicos, aos cristãos, homens e mulheres de boa vontade, que participam destes três poderes para que não se deixem condicionar pelas ameaças, nem intimidar por retaliações, ainda que pesadas e saibam que podem contar com nossa total solidariedade.

Os frutos apodrecidos desde modelo de injustiça e iniquidade, seguidamente denunciados pelos profetas do Antigo Testamento e condenados pelo programa e atividade de Jesus, continuam causando graves prejuízos à vida e à dignidade de nosso povo.

Neste ponto, os Bispos citam vários casos que têm acontecido no Estado e que estão à mercê das políticas públicas estaduais.

Não se deve esquecer a dura realidade das mais de 4 mil famílias acampadas no Estado à espera da Reforma Agrária, os sempre dolorosos despejos e as mortes relacionadas aos conflitos agrários. Pesa ainda na consciência de qualquer cidadão os

casos de trabalho escravo, atingindo em torno de 400 pessoas só neste ano de 2003.

Também a violência crescente em nosso Estado, que é fruto especialmente do desemprego, da miséria, da fome, do alcoolismo e do narcotráfico, que além do mais alimenta essa situação, não tem apresentado sinais concretos de mudança. Nossa população jovem está morrendo e se matando numa geração lamentavelmente sem perspectiva.

“É evidente que faz-se necessário o esforço de todos para a formação da consciência ética. A Igreja sabe que esta tarefa cabe a toda a sociedade, da qual ela faz parte. Seria impossível levá-la adiante sem diálogo amplo e compartilhado. Unimo-nos aos vários segmentos ou classes sociais, governo e povo, empresariado e organizações sindicais, instituições representativas das diversas etnias, culturas e religiões para a construção de uma sociedade justa e solidária, baseada nos valores éticos” (CNBB. Ética: pessoa e sociedade, 93).

Nós, na verdade, não devemos ser nem otimistas nem pessimistas, mas homens e mulheres de esperança, isto é, homens e mulheres que percebem claramente todo o peso da realidade, mas, mesmo assim, não se deixam abater porque têm a plena convicção, baseada na fé, de que o Deus da vida caminha com seu povo e nunca o abandona.

Porto Velho, Natal de 2003. – Dom Moacyr Grechi, Arcebispo de Porto Velho – Dom Antonio Possamai, Bispo de Ji-Paraná – Dom Geraldo Verdier, Bispo de Guajará-Mirim.

Sr. Presidente, eu pediria que fosse registrado nos Anais da Casa este documento. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pronunciamento dos Bispos de Rondônia

Como pastores da Igreja Católica em Rondônia, preocupa-nos graves acontecimentos que atingem a nossa sociedade e comprometem o futuro do nosso Estado.

Com certeza, o caso mais emblemático e que desvela a situação crítica do Estado de Rondônia, e força a sociedade civil organizada a reagir, tomar e pedir providências, é num primeiro momento o caso da eleição da mesa diretora da Assembléia Legislativa, como também a posterior alteração da Constituição do Estado e do Regimento Interno da ALE para garantir por antecipação a sua recondução para o próximo biênio. Todos estes fatos acontecem num clima de quase total silêncio e sem nenhuma satisfação ao povo.

Um segundo fato que atingiu a toda a sociedade foi a indicação do Sr. Natanael Silva para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, contrariando claramente as exigências constitucionais para tal cargo, entre as quais, idoneidade moral e reputação ilibada. O próprio Senhor Governador, que a princípio julgava inaceitável tal nomeação por razões jurídicas, sentiu-se forçado a tolerar a situação e mais uma vez prevaleceu o silêncio e nenhuma satisfação foi dada ao povo.

Finalmente, o Tribunal de Justiça, por razões inexplicáveis ou incompreensíveis para nós, cidadãos comuns, modificando uma liminar que afastava o Conselheiro, acabou legitimando sua indicação para o Tribunal de Contas, e mais uma vez, prevaleceu o silêncio e nenhuma satisfação foi dada ao povo.

Preocupa-nos, repetimos, a nós pastores e, certamente, a uma boa parte da nossa população, o crescente enfraquecimento de nossas instituições públicas, cuja solidez garante o exercício de uma sadia democracia. Conforme declararam os Bispos da América Latina, reunidos na cidade de Santo Domingo, *“A corrupção tem-se generalizado. Há um mau emprego dos recursos econômicos públicos; progridem a demagogia, o populismo, a ‘mentira política’ nas promessas eleitorais; burla-se a justiça, generaliza-se a impunidade e a comunidade se sente impotente e indefesa diante do delito”* (Documento de Santo Domingo, nº 233).

“Tanto uma ética plenamente humana quanto as exigências éticas do evangelho nos impelem a dar passos indispensáveis para a renovação da pessoa e da sociedade. É fundamental superar a distância entre ética pública e ética privada, isto é, entre a responsabilidade pelo bem comum e a realização da pessoa” (CNBB. *Ética: pessoa e sociedade*, p. 87). Aqui fazemos um apelo aos católicos, aos cristãos, homens e mulheres de boa vontade, que participam destes três poderes para que não se deixem condicionar pelas

ameaças, nem intimidar por retaliações, ainda que pesadas e saibam que podem contar com nossa total solidariedade.

“Um primeiro passo se impõe nessa linha de aperfeiçoar a correta relação entre o que é público e o que é particular. No entanto, a recuperação da política passa pela moralização dos políticos como ‘verdadeiros homens de estado’ e não ‘negociantes do poder’, enredados em jogadas pessoais. Isto exige romper os laços entre política e negócios privados” (CNBB. *Ética: pessoa e sociedade*, pp. 87-88).

Os frutos apodrecidos deste modelo de injustiça e iniquidade, seguidamente denunciados pelos profetas do Antigo Testamento e condenados pelo programa e atividade de Jesus, continuam causando graves prejuízos à vida e à dignidade de nosso povo.

Citamos aqui alguns exemplos:

O quase total descaso em que se encontra a saúde pública e a má aplicação dos seus recursos, inclusive lembramos as graves denúncias de desvios de verbas públicas em favor das fundações.

Sofremos também com muitas famílias, especialmente rurais, por causa das deficiências do planejamento educacional: as Escolas Pólos, por exemplo, não são devidamente adequadas à nossa real situação e acabam agredindo o ambiente cultural, familiar e

comunitário do meio rural, e submetem as crianças ao cansaço excessivo no transporte escolar. Sabemos também de indícios de desvio de dinheiro destinado à educação para outras finalidades.

Na questão ambiental, constata-se danos irreparáveis ao meio ambiente, a ilegalidade no desmatamento, a “garimpagem” ilegal de madeira e os danos causados às comunidades indígenas e ribeirinhas.

Não se deve esquecer a dura realidade das mais de 4 mil famílias acampadas no Estado à espera da Reforma Agrária, os sempre dolorosos despejos e as mortes relacionadas aos conflitos agrários. Pesa ainda na consciência de qualquer cidadão os casos de trabalho escravo, atingindo em torno de 400 pessoas só neste ano de 2003.

Também a violência crescente em nosso Estado, que é fruto especialmente do desemprego, da miséria, da fome, do alcoolismo e do narcotráfico, que além do mais alimenta essa situação, não tem apresentado sinais concretos de mudança. Nossa população jovem está morrendo e se matando numa geração lamentavelmente sem perspectiva.

“É evidente que faz-se necessário o esforço de todos para a formação da consciência ética. A Igreja sabe que esta tarefa cabe a toda a sociedade, da qual ela faz

parte. Seria impossível leva-la adiante sem diálogo amplo e compartilhado. Unimo-nos aos vários segmentos ou classes sociais, governo e povo, empresariado e organizações sindicais, instituições representativas das diversas etnias, culturas e religiões para a construção de uma sociedade justa e solidária, baseada nos valores éticos” (CNBB. *Ética: pessoa e sociedade*, 93).

Nós, na verdade, não devemos ser nem otimistas nem pessimistas, mas homens e mulheres de esperança, isto é, homens e mulheres que percebem claramente todo o peso da realidade, mas, mesmo assim, não se deixam abater porque têm a plena convicção, baseada na fé, de que o Deus da vida caminha com seu povo e nunca o abandona.

Porto Velho, Natal de 2003.

Dom Moacyr Grechi
Arcebispo de Porto Velho

Dom Antonio Possamai
Bispo de Ji-Paraná

Dom Geraldo Verdier
Bispo de Guajará-Mirim

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será atendida na forma regimental.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, fui mencionado e gostaria de usar o tempo para retrucar a menção com base no art.14.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a se considerou ofendido?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não é requisito do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para não atrapalhar muito, V. Ex^a tem o direito de usar da palavra só para contestar o fato citado pela Senadora, não mais que isso, por favor, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, como o restante do meu discurso tem muito a ver com o que disse a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador, eu pediria gentilmente que V. Ex^a não completasse o seu discurso e se ativesse a contestar – V. Ex^a é inteligente e tem competência –, e já está definido que ele será publicado por inteiro. Responda à Senadora Fátima Cleide.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO). Para uma explicação pessoa. Sem revisão do orador.) – Senadora Fátima Cleide, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Assessores, a Senadora Fátima Cleide fez um comentário que realça, na minha opinião, o que é o espírito do Partido dos Trabalhadores. Tenho o maior respeito por muitos dos seus integrantes, inclusive pela Senadora Fátima Cleide, pelo Senador Eduardo Suplicy, que fez uma defesa brilhante, na mesma direção que eu também faria em relação à Senadora Heloísa Helena. Não entendo de forma alguma que, em qualquer hipótese, a Senadora Heloísa Helena possa ser comparada a Hildebrando Pascoal ou ao autor da fraude do Orçamento. Ao contrário, esse tipo de comparação é algo absolutamente ridículo. O procedimento a que os demais não foram submetidos não é culpa minha. Eu nunca havia pertencido a nenhum partido político. É a primeira vez que participo do PFL e o faço com orgulho.

Embora, efetivamente, eu não goste de qualquer espécie de violência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com licença, Senador Demóstenes Torres.

A Senadora Heloísa Helena está querendo pedir aparte, quando não é possível. Entretanto, S. Ex^a

poderá falar porque foi citada no discurso anterior da Senadora Fátima Cleide e por V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, quero falar, porque me comparar com Hildebrando Pascoal!... O negócio aqui hoje vai ser difícil.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, quero esclarecer à Senadora Heloísa Helena que não a comparei com Hildebrando Pascoal. Não, minha querida. Apenas disse ao Senador que no Partido dos Trabalhadores, no nosso campo, as pessoas saem por discordância programática, saem por questão de postura ética, porém, no outro campo, e aí quero dizer ao Senador Demóstenes Torres, inclusive já respondendo, que considero que no PFL também tem pessoas sérias e honestas, mas há também pessoas como João Alves e Hildebrando Pascoal. Ele afirmou que um dos nossos petistas seria mentiroso, e simplesmente citei João Alves, que disse que ganhou 30 vezes na loteria, assunto extremamente noticiado no País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senadora, já está esclarecido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Temo que a informação esteja errada, pois parece-me que ele ganhou mais de 3 mil vezes na loteria.

Uma boa providência seria o Governo do PT analisar alguns projetos, inclusive da própria bancada, como o do Senador João Capiberibe que combate a corrupção, e realmente lutar por isso.

Eu também apresentei quatro projetos: lavagem de dinheiro, crime do colarinho branco, e se o Governo estivesse preocupado em combater esse mal no País, daria maior resultado do que ficar punindo aqueles que atuaram com muita coerência durante a sua vida.

Vou aqui dizer novamente que tenho a maior admiração pela pessoa da Senadora Heloísa Helena. No meu Partido, eu pude, por várias vezes durante este ano, votar contra a orientação da liderança. Discutíamos primeiro, fechávamos ou não questão, e quase sempre não fechávamos. Mas mesmo nas questões fechadas, eu pude votar contra o meu Partido em muitas ocasiões, e nem por isso sofri qualquer repreensão ou fui punido. Então, nesse aspecto, o PFL é mais democrático que o PT.

Não quero, de forma alguma, contestar as palavras de V. Ex^a. Apenas usei de um direito meu de criticar algo que acho que foi feito de forma equivocada e que teve muito respaldo aqui. Mesmo dentro da Bancada do PT, o Senador Eduardo Suplicy utilizou-se

muitas vezes da tribuna para discutir este que V. Ex^{as} consideram um assunto interno. E nós consideramos um assunto extremamente público porque, afinal de contas, acabou tentando colocar em xeque a dignidade e a honra de uma das Senadoras que considero das mais relevantes para que o Brasil e este Senado continuem mantendo a credibilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria à Senadora Heloísa Helena que usasse o tempo necessário para um esclarecimento pessoal. É a última oradora da sessão, porque temos que entrar na Ordem do Dia.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a V. Ex^a e, com base no art. 14, inciso VI, usarei a palavra por cinco minutos.

Embora seja a maior vítima nesse processo todo, tenho feito um esforço gigantesco, sobre-humano, inclusive para evitar trazer o debate das circunstâncias internas do Partido dos Trabalhadores para cá. Mas agora vou fazer isso. Todas as vezes que alguém falar diretamente, indiretamente, vou falar também.

Primeiro, quero dizer, repetir, que estou de consciência tranqüila e de cabeça erguida. Podemos até fazer um debate aqui sobre o que é fidelidade programática. Eu me sinto, Senador Almeida, Senador Duciomar, absolutamente fiel a um Partido dos Trabalhadores, não ao outro, o da cúpula palaciana, que silencia diante de delinqüentes da política brasileira e silencia também porque, às vezes, se lambuzar no banquete farto do poder faz com que talvez, por uma questão de educação, silencie. Tem isso de educação. Quando somos educados, pequeninhos, mesmo com pouca coisa para comer em casa, a mãe diz isto: não pode falar e comer ao mesmo tempo. Então talvez seja isso.

Portanto, vou fazer um esforço gigantesco para não tratar deste tema mais uma vez. Fiz durante todo esse processo. Só tratei deste tema uma vez, no plenário, quando o Senador Suplicy foi à tribuna. Estou fazendo um esforço para retirar essa coisa da minha vida, porque não tenham dúvida – e disse na reunião do diretório nacional – de que o PT que estava me expulsando não era o PT ao qual dediquei os melhores anos da minha vida para construir, não era o PT soci-

alista, não era o PT da radicalidade democrática; era o PT que faz a propaganda triunfalista do neoliberalismo e que é cúmplice e omissor nessa reacionária coexistência pacífica entre aqueles que, ao longo da história, condenamos ferozmente e hoje está tudo muito bem.

Então vou fazer um esforço gigantesco para não entrar neste tema mais uma vez e espero que ninguém entre, porque, se entrar, vou, mais uma vez, usar a tribuna.

A Senadora Fátima Cleide me disse que não tratou deste tema, não fez dessa forma. Porque seria duro. É aquela história que, uma vez, já disseram aqui: ninguém conhece o pior de mim. Ainda não conheceram o pior de mim.

Pelo amor de Deus, respeitem a minha dor. Já disse, várias vezes, que vou escrever na areia das praias de Maceió alguns nomes, para a onda vir e me fazer esquecer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – A praia do Francês.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – A do Francês é belíssima, a Barra de São Miguel. O Senador Ney Suassuna sabe disso. Ele defende as do Rio, mas sabe que as de Alagoas são mais belas.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – As da Paraíba.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Da Paraíba! Só porque é eleito por lá. Só vive defendendo o Rio aqui.

Então, vou tentar ter tranqüilidade. Agora, só peço uma coisa: não toquem no meu calinho, não, porque, se tocarem, vou virar onça. Senão estou calminha, maravilhosa.

Quero fazer o debate programático. Vou continuar com o meu mandato de cabeça erguida, sabe, Senador Tuma? Fui para a reunião do diretório e disse: não estou aqui para pedir clemência, nem perdão, nem desculpa. Estou aqui para reafirmar o que, ao longo da história, afirmei aqui, nesta Casa inclusive e ao longo da minha tradição.

Estou de consciência tranqüila. Agora, pelo amor de Deus, está chegando o Ano Novo. Ano Novo, vida nova, coração de paz, solidariedade e esperança, saúde para todo o mundo. Isso é o que conta. Essas coisas são o que contam.

Já me deram um presente de Natal desses, não tem nenhum problema. Vou jogar no mar esse presente de Natal horroroso da expulsão. Agora é vida pra frente, sabe? Já tirei as bandeiras do gabinete. Esse negócio deve ser até pecado, viver abraçado,

chorando, não é? Tanta gente de bem, de paz, tantos pobres espalhados pelo Brasil para chorarmos por eles. Então é isso. Tenho o maior respeito, quero continuar fazendo a disputa programática, a disputa ideologizada, com as Senadoras da Bancada, com os Senadores da Bancada, com todas as Senadoras e com os Senadores. Eu quero encerrar essa história. Agora, se tocaram, de novo, eu vou começar a falar. Entendeu? Então, ano novo, vida nova. Quero aproveitar para desejar Feliz Natal para todos, um Ano Novo de paz, saúde e tranquilidade, porque é isso que conta. Um beijo no coração de todos. Dizem que estou falando como a Xuxa; um beijo no coração de todos, como se eu estivesse imitando a galega, não é? A neguinha imitando a galega. Um beijo para todos, e isto é o que importa; ano novo, vida nova. Dizem que as lágrimas fazem muitas cicatrizes na alma.

Mas só tem cicatriz na alma quem esteve no campo de batalha, quem não se acovardou, quem defendeu. Paz e amor para o meu coração e para a minha saúde. Para a oligarquia, para o crime organizado, para o Fundo Monetário, para as instituições de financiamento multilaterais, para os gigolôs do FMI, para os parasitas do Banco Mundial, aí vai ser Heloisinha – viu, Demóstenes – oncinha. Agora, o resto é tudo paz e amor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senadora Heloísa Helena, Deus estará sempre conosco.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, eu não gostaria de polemizar, mas me sinto na obrigação de dar duas palavrinhas com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. *Fazendo soar a campanha.*) – Não, Senadora, V. Ex^a vai desculpar, mas V. Ex^a já atravessou o orador da tribuna. Só dois poderiam falar, acho que V. Ex^a completou o seu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, para uma comunicação urgente, por 5 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de, em um minuto, porque meu tempo é muito pequeno, dizer que estamos vivendo momentos diferentes quando observamos o movimento de paralisação da Polícia Federal. Não mais como sempre era, pela questão salarial. Estamos vendo o rol de reivindicações da Polícia Federal, e isto é muito bom e importante para o nosso País. O que eles reivindicam? Moralização da Polícia Federal – isso é funda-

mental – e também condições de trabalho, algo **sui generis** em uma categoria.

Registramos isso nesta tribuna para dizer que, como estamos falando para uma comunicação inadiável, o tempo é mínimo, é exíguo, vamos falar sobre esta questão da Polícia Federal, que é atacada na questão da Operação Anaconda, porque uma parte pequenininha da PF imiscuiu-se nessa Operação, mas, por outro lado, a grande maioria da Polícia Federal é da melhor estirpe, da melhor qualidade, e basta olharmos as reivindicações que trazem no bojo da sua paralisação.

Eu queira falar rapidamente sobre a seguinte manchete do Jornal do Brasil: “Crédito do Banco do Brasil fica encalhado”. Isso é muito sério, muito grave. Eu defendo o Banco do Brasil. Não vou colocar o assunto em discussão. Batalhei para a retirada do Banco do Brasil do Programa de Desestatização. Sou favorável, apóio, defendo o Banco do Brasil. Mas não podemos admitir que esse tipo de coisa continue ocorrendo. Recursos do FAT no valor de R\$100 milhões – só para citar um exemplo – estão disponíveis para financiamento de eletrodomésticos. Mas, de R\$100 milhões disponíveis, sabem quanto foi liberado? Apenas R\$7 milhões. Por que o Banco não deu conta de liberar os R\$100 milhões? Para a construção civil, não me recordo se estão disponíveis R\$130 milhões, R\$150 milhões ou R\$180 milhões, o Governo liberou menos que R\$100 milhões até agora. Poderiam ser feitos pequenos empréstimos, pequenos financiamentos, de R\$1.000,00, de R\$900,00, a juros de 2%, se não estou equivocada. Por que não dá conta? Qual é o problema? O pequeno dá muito trabalho, dá pouco retorno?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – A que V. Ex^a atribui isso?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Atribuo à falta de determinação e de vontade, porque, em muitos Estados, busca-se mudar a política, mas não mudam aqueles que estão fazendo as ações na prática, em várias instituições, como no Banco do Brasil. Não adianta mudar as políticas se as pessoas estão, muitas vezes – não sempre, Senador –, travando as ações práticas, para que não ocorra a nova política que se está propondo, de apoio ao pequeno produtor rural, ao pequeno empresário urbano, àqueles que precisam desses pequenos empréstimos.

Apresentei um projeto, que tem o parecer favorável do Senador Osmar Dias, com relação à questão do FAT, na CAE. Esse projeto busca um repasse pequeno dos recursos do FAT.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não é possível o aparte agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Desculpe-me, Senador, mas, infelizmente, não é possível o aparte.

Tenho um projeto que busca repassar pequena parcela dos recursos do FAT aos bancos de cooperativa de crédito para auxiliarem o Banco do Brasil no repasse desses financiamentos aos pequenos produtores rurais, por exemplo, como seria o caso das cooperativas de crédito aos cooperados. Essa é uma forma de contribuir e de ajudar.

Esse nosso projeto tem parecer favorável do Senador Osmar Dias, na CAE, é importantíssimo, e aproveito a oportunidade para pedir a sua aprovação.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a tem até cinco minutos.

Por favor, temos que entrar na Ordem do Dia, com urgência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, ocupei esta tribuna para fazer um apelo ao Governador do meu Estado, Wellington Dias, no sentido de que não frustrasse ainda mais os servidores públicos do Piauí e anunciasse logo a tabela de pagamento do 13º salário. Eis que o Governo decide, em vez de fazer o pagamento, oferecer um empréstimo aos servidores.

Ora, Sr. Presidente, meus caros colegas, isso é um verdadeiro absurdo, além de caracterizar o não-cumprimento de mais uma promessa de campanha. Espero sinceramente que o bom senso prevaleça e que a medida seja revista, mesmo tendo sido anunciada pelo próprio Governador, justamente por quem, quando na Oposição, achava fácil governar e criticava seus antecessores quando eles anunciavam alguma dificuldade para o pagamento dos salários do funcionalismo.

O Governador apresentou aos funcionários uma proposta de empréstimo, a ser descontado em dez vezes a partir de janeiro. Quando o pobre servidor acabar de pagar, já estará na hora de receber o 13º salário de 2004, quando, provavelmente, a se repetir

o desastre político-administrativo deste ano, também ficará a ver navios.

Há ainda, entre membros do Governo, controvérsias sobre os encargos – fala-se em cobrança de juros de 2,4% ao mês –, sobre a forma de cobrança, outra demonstração de inexperiência administrativa.

Se o servidor quiser optar – dizem autoridades locais –, também pode esperar para receber integralmente quando o Governo estiver em condições financeiras para pagar. Mas quem poderá ter certeza de que esse dia chegará?

A solução encontrada pelo Governo do Estado é uma humilhação a mais para o servidor, que tem de cumprir uma série de burocracias. Quem, por acaso, estiver com o nome inscrito no Serasa ou no SPC – o que não é nenhuma exceção, dada a dificuldade financeira por que passam os servidores públicos – não terá direito ao empréstimo. Tirar o direito ao 13º de inadimplentes ou de quem não assinar um termo de consignação, a meu ver, configura flagrante ilegalidade.

Aliás, o noticiário de hoje informa que está havendo tumulto e revolta nas agências do Banco do Brasil, para onde acorreram centenas de servidores.

Quero saber se o Governador, cuja origem política é exatamente no movimento sindical bancário, vai pagar as horas extras dos funcionários do Banco do Brasil, porque eles vão ter de trabalhar até as 20 horas e também no fim de semana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não era isso que o povo do Piauí imaginava ter quando decidiu que era o momento de o PT governar nosso Estado, mesmo porque não foi nada disso que o PT prometeu. Muito pelo contrário. O PT disse que o Piauí seria outro, que o servidor público seria respeitado e que o pagamento dos salários em dia era um compromisso de honra.

É claro que as dificuldades econômicas não são um privilégio do Estado do Piauí. Mas chama a atenção o contraste com a Prefeitura de Teresina, que certamente não teve um dos seus melhores anos, mas está cumprindo a tabela anunciada no início do ano. Se o Estado tem problemas, a Prefeitura os têm em dobro, num ano em que, entre outros problemas, diminuíram os repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

Tudo indica que a fórmula encontrada pelo Governo do Estado é ilegal, fere as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e necessita de autorização do Banco Central. Se o Governo pensa em conceder um abono correspondente à parcela que o servidor

terá de saldar, ele precisaria de uma lei prevendo esse abono; caso contrário, como vai explicá-lo depois, na hora de prestar contas ao Tribunal? Por que o Governo não fez, ele próprio, um empréstimo para pagar o 13º salário, em vez de propor essa operação tão complicada? Açodado, o Governo não mediu as implicações de ordem jurídica e administrativa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço, mais uma vez, aos Líderes do Governo que socorram o seu companheiro de Partido. A in experiência administrativa aliada à falta de investimentos está promovendo um verdadeiro caos na economia piauiense, justamente nesta época do ano, em que o que se esperava era o contrário: uma injeção de ânimo na economia com o pagamento do 13º salário aos trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço votos de que o Governador encontre uma solução.

Quem sabe, Sr. Presidente, esta não pode ter sido dada agora mesmo pela Senadora Serys Slhessarenko, quando disse que o Banco do Brasil só aplicou 7% dos recursos do FAT. Era o momento de o Banco do Brasil socorrer o Estado do Piauí. Este Banco do Brasil, que, por não ter aplicado os recursos, teve no primeiro semestre um dos maiores percentuais de lucro em toda sua história.

De qualquer forma, Sr. Presidente, faço um apelo aos governantes do PT para que socorram seu aliado, seu correligionário, o Governador do Piauí, e diminuam a tristeza do servidor público piauiense nesses dias que antecedem o Natal e o Ano Novo.

Este ano está perdido, Sr. Presidente, para o Piauí e quero crer que para boa parte do Brasil. Esperamos em Deus que o ano de 2004 seja o ano da reparação das frustrações que contaminam os corações dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o Siste-*

ma Tributário Nacional e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.860, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Passa-se à segunda sessão de discussão.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, para discutir.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerrando-se praticamente hoje o trabalho do Senado Federal com a apreciação e deliberação da Proposta de Emenda Constitucional nº 74, de 2003, a chamada reforma tributária, pode-se afirmar que foi rica a participação da Casa no debate em torno do sistema tributário nacional.

Não se pode asseverar, e isto parece evidente, que estamos nos preparando para votar, à tarde, a reforma ideal, ou seja, aquela que contemplasse um alívio da carga tributária para os brasileiros, uma melhor repartição das receitas – de forma a alavancar o fim das desigualdades regionais –, enfim, um sistema fiscal e tributário indutor do desenvolvimento e da justiça social.

Penso, entretanto, Sr. Presidente, que o intenso debate gerou importantes frutos, os quais não podem ser esquecidos nem devem ser deixados de lado daqui para frente.

É preciso registrar que a disposição do Senado em ouvir e acolher opiniões, muitas conflitantes e até certo ponto inconciliáveis, essa disposição do Senado deu força à participação de diversos segmentos sociais e políticos e, por conseguinte, abriu a oportunidade de se discutir tema tantas vezes tratado de forma hermética com a transparência que deve presidir o debate democrático.

Registro, Sr^{as} e Srs. Senadores, a participação dos governadores dos Estados e dos prefeitos municipais – sobretudo esses últimos, que até então não tinham tido vez nem voz numa discussão desse teor –, o acolhimento de muitas de suas ponderações pelo Governo, sempre com o aval do Senado ou mesmo por instigação sua, não só da base de sustentação do

Executivo, como também de ponderados setores da Oposição.

Desses intensos debates, da apresentação de tantas e tão variadas reivindicações, ficou uma evidente certeza: estamos dando apenas um primeiro passo.

Questões urgentes, que diziam mais de perto com as angústias financeiras do Governo, estão equacionadas no texto final a ser submetido agora ao segundo turno de votação.

É claro que sua própria característica, e quis usar a expressão que me pareceu a mais adequada para definir-lhe a essência, a própria característica dessas angústias financeiras impõem, pela necessidade premente de manter-se fluxo de caixa do Tesouro compatível com objetivos imediatos e inafastáveis, destacando-se o equilíbrio fiscal e a saúde da moeda, tudo isso impõe a certeza de que as soluções que nos preparamos para apreciar definitivamente são transitórias e, portanto, clamam por aperfeiçoamentos e definições permanentes e duradouras.

Mas essa conclusão é mesmo o primeiro importante fruto do debate que o Senado Federal teve a oportunidade de patrocinar em torno de uma real reforma do sistema tributário nacional.

É a convicção, Sr. Presidente, de que o transitório, por sua própria precariedade, serve às angústias do momento, mas não atende aos reclamos a que de início me referi: justiça tributária como fator de promoção da justiça social; repartição adequada das receitas para o definitivo equilíbrio econômico entre as regiões; sistema tributário instigador do desenvolvimento, e não apenas arrecadador de dinheiro, a ser gasto sem poupança social, perverso círculo vicioso de despesas crescentes e crescentes carências sociais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o texto que será submetido à votação em segundo turno institui a desvinculação de receitas, providência que não pode deixar de ser transitória, posto haver a necessidade de, o quanto antes, voltarmos ao rigor fiscal quanto ao atendimento de crônicas demandas nacionais em conhecidas e a mais e mais desprotegidas áreas de desenvolvimento social.

Prorrogam-se e, mais do que se prorrogam, institucionalizam-se, e mais do que se institucionalizam, permanentemente tributos antes provisórios, sendo essa a marca indelével de uma reforma que, em vez de efetivamente reformar, acomoda-se na indiferença quanto à verdadeira revolução tributária de que o Brasil ainda carece.

Remanescem dúvidas ainda, apesar de todo debate que se travou em torno da reforma tributária, quanto às reais vantagens para os Estados de uma ou outra nova participação em receitas antes apenas federais, visto que a moldura da emenda constitucional em votação é de extrema centralização, com referência à autonomia dos Estados para disciplinar questões do seu peculiar interesse.

Essa centralização chega aos limites do paradoxo de alardear-se caráter de melhor participação dos Estados nas receitas, ao mesmo tempo em que definições simplórias até mesmo de produtos taxados, e seus valores, saem da órbita da disciplina estadual.

Tudo isso, ao meu ver, logo e logo vai envelhecer esta reforma, exatamente por tentar uniformizar o que não tem uniformidade, ou tratar igualmente desiguais. Estimo que, dentro em breve, os Estados menos favorecidos, que supõem estar ganhando algo com alguns reais a mais em suas receitas, compreenderão que a centralização lhes será nociva, pois perderão poder frente aos Estados economicamente mais fortes e desenvolvidos.

Quanto à justiça fiscal, pouco – desculpem-me, Srs. Senadores – temos para comemorar, porque a grande massa dos assalariados sofre os efeitos de uma carga tributária que beira o insuportável. A carga tributária vem avolumando-se ao longo dos anos, e sempre se adia a possibilidade de reverter esse quadro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a atenção dos meus colegas, para que não percam o quanto já pôde ser construído com o debate aqui travado. De nada adianta olhar sempre para trás, achar que não construímos o ideal e que, por isso mesmo, não chegaremos a bom termo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, concluo, com a tolerância de V. Ex^a, dentro de dois minutos.

Não permitamos que os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e mesmo a União, tendo algum alívio financeiro proporcionado pela reforma ora em discussão, com votação marcada para a sessão da tarde, acomodem-se e adiem para sempre decisões importantes, decisões que colham todos os frutos do debate, e mantenham vivo o verdadeiro sentimento de reforma tributária que animou, até agora, as discussões.

Para isso, Sr. Presidente, sugiro ao Senado que leve avante o debate, as discussões, as pesquisas

que já encetou em torno do tema. Sugiro que formemos uma comissão especial, com um prazo razoável de funcionamento, para darmos continuidade à discussão, que não está esgotada, e recolhermos o que de bom já foi possível fazer, para completar o que estamos iniciando.

A transparência que o Senado já proporcionou à questão tributária deve ser incentivada. Cabe ao Senado manter-se na vanguarda deste objetivo de alcance nacional: convocar a elite pensante, os trabalhadores, os empresários, os Estados, os Municípios, a sociedade organizada, para discutirmos, de vez, o sistema tributário nacional, e redefinirmos o conceito nacional de tributos e receitas, para que sejam eles fatores de desenvolvimento geográfico harmônico do Brasil, e de progresso justo para todos os brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, para discutir.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos, Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos pensar em um parafuso corroído pelo tempo e, portanto, com sua porca enferrujada. Se pegarmos uma chave e o torcermos de uma vez, ele quebrará, não girará. Temos que usar algum lubrificante, dar alguma pancada, para tentar girá-lo aos poucos.

Assim entendo a reforma tributária, pela qual nós somos responsáveis, e não apenas o Governo. O Executivo fez modificações ao longo do tempo, mas nós permitimos, e foi-se deteriorando a situação tributária, sendo que quem mais sofreu foram os Municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos torcer o parafuso de uma vez, porque ele quebra. Eu dizia isso, há poucos minutos, a vários Prefeitos da Paraíba, que estão desesperados porque não podem pagar o décimo-terceiro salário e as mensalidades atrasadas. Como Presidente da Frente Parlamentar Pró-Municípios, lutei para conseguir tudo o que podia para os Municípios. Mas não foi fácil, porque o cobertor é curto, Srs. Senadores: cobre-se a cabeça, e descobrem-se os pés; cobrem-se os pés, e descobre-se a cabeça. E os três entes – União, Estados e Municípios – disputam uma parcela desse capital. É óbvio que não podemos forçar, porque o parafuso vai quebrar. Não podemos tirar o que a União, por ser mais forte, foi tirando dos demais.

A verdade é que há um desequilíbrio na Federação. Há poucos minutos, conversava com um Sena-

dor, meu amigo, que faz oposição sempre, e S. Ex^a me dizia: não entendo por que as pessoas são contra e votam favoravelmente. Votamos, Senador, porque acreditamos que houve progresso e que vamos conseguir dar outras voltas, porque não finda aqui, de maneira nenhuma, essa reforma. A reforma deve ser constante, a sua natureza é dinâmica; a cada hora precisaremos adaptar a realidade ao contexto nacional e mundial. Estava ruim, melhoramos um pouco, mas ainda existem muitas coisas que precisamos mudar. Conseguimos melhorar o ISS, conseguimos voltar para 22,5%, mas ainda há muita coisa a ser feita. Por exemplo, ainda não solucionamos o problema dos precatórios. Não é possível uma ordem judicial para tirar 30% ou 40% da arrecadação de uma Prefeitura no mês.

Vou conceder-lhe um aparte, Senador Almeida Lima, porque V. Ex^a é o Senador com quem discuti e a quem me referi há pouco. Repito: votamos, porque algo melhorou, e porque temos a esperança de conseguir outras melhorias.

V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Ney Suassuna, pretendia pedir-lhe permissão exatamente para declarar que o diálogo se havia verificado comigo, mas V. Ex^a se antecipou neste instante final. Sinto-me satisfeito, porque tenho estado num processo de dúvida, de avaliação, sem conseguir entender a posição de alguns Pares – a quem não faço crítica de ordem pessoal –, que fazem discurso contra e votam a favor. Até imaginava propor aos meus Pares, à Mesa, uma reforma regimental, para criarmos, digamos assim, a terceira bancada. Hoje, conhecemos a Bancada do Governo e a Bancada da Oposição e tem Líder do Governo e Líder da Oposição. E poderíamos criar, evidentemente, para os do voto a favor e do discurso contra, a bancada do contestador a favor. E aí criar-se-iam lideranças. Porque não compreendo – e disse isso ontem à tarde, aqui no plenário. A reforma não presta. Ora, o sistema tributário nacional não atende às necessidades do País. E por que não mudar, e por que colocar ainda o W40? Não presta? Por que não passar o maçarico logo, por que não arrancar e substituir por um outro, novo em folha, que atenda às necessidades da máquina, do País? Portanto, esse é o meu questionamento. E fica a sugestão da bancada do contestador a favor. Parece-me que seria, digamos assim, extremamente numerosa nesta Casa e no Congresso Nacional.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. Mas, com certeza, V. Ex^a sabe que na vida e na natureza as coisas não dão sal-

tos, acontecem gradativamente, tanto é que há o ditado: “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Ou: “Roma não foi feita em um dia”. Conseguimos um progresso. Não é o ideal, mas é o melhor que se pôde obter. Mas não vamos desistir. Queremos melhoria para os Municípios, para os Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Mas tudo dentro da medida do possível. Não adianta querermos usar o maçarico e derretermos o parafuso, porque nesta praça não há parafusos à disposição. É preciso usar o que se tem. Vamos alcançar a melhoria gradativamente, calculadamente, comedidamente, mas sempre com firmeza, tentando chegar ao final. Vamos fazê-lo, tenho certeza disso.

Se olharmos o que vem acontecendo, verificaremos que o Governo está ganhando confiabilidade: caiu o risco Brasil, o preço do dólar diminuiu. Mas o custo é alto, dizem. Na vida nada existe sem preço. Para nos sentarmos ao lado de um Senador, deixamos de nos sentar ao lado dos outros 79. É uma opção. Sempre estamos pagando um preço. Quem está fumando um cigarro está pagando com três minutos de vida.

Assim, o preço sempre existe. O preço de estar ao lado do Governo é exatamente o de conseguir, gradativamente, melhorias. Sabemos que podíamos usar o maçarico. O PMDB podia estar contra o Governo. Não se aprovava nada aqui. E aí? O Governo dava errado, o Brasil dava errado. E ficaríamos fazendo o quê? É óbvio que temos responsabilidade com a governabilidade do País e, por isso, agimos assim, conscientes de que não estamos conseguindo tudo o que queríamos, mas o máximo possível para a ocasião.

Por essa razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, votamos favoravelmente, mas dizendo que ainda falta isso, falta aquilo. Vamos lá brigar e lutar para conseguir o que falta no mais curto espaço de tempo possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet e, em seguida, o Senador João Capiberibe.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabei de ouvir uma parte do pronunciamento do meu companheiro de Bancada, Senador Ney Suassuna. Em verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos votando a reforma tributária possível, que se transformou em um campo de batalha. Essa é a verdade. Um campo de batalha promovido pelos entes da Federação brasileira. Um

campo de batalha onde lutam a União, os Estados e os Municípios, nenhum deles querendo perder receita.

A reforma, todavia, foi muito anunciada, muito apregoada. A palavra que mais o povo brasileiro tem ouvido, em matéria política, nos últimos anos, é a palavra reforma. Reforma tem que significar transformação. Reforma tem que significar mudança, mudança para melhor.

Essa reforma tributária, foi bom nós a termos fatiado. Peço escusas àqueles que entendem que tínhamos que aprovar a reforma tributária tal qual ela veio da Câmara. Por quê? Porque, nesse campo de batalha, o Senado é o verdadeiro árbitro, é o verdadeiro juiz. O Senado é a Casa da Federação brasileira, é aqui que o embate se trava. E, no embate travado aqui no Senado da República, não encontramos outra alternativa senão aprovar algo que vai ter imediata aplicação, e outras partes importantes da reforma tributária que serão discutidas e, portanto, estarão sujeitas a transformações ao longo de três a cinco anos.

Srs. Senadores, procedemos corretamente nessa parte. Não poderíamos chegar ao fim do ano sem apresentar um saldo, por pequeno que seja, na questão tributária no País. Era imprescindível que o Senado intermediasse isso.

Eu me lembro – e estou bem próximo aqui – da chamada guerra fiscal. Não sei por que deram o nome de guerra fiscal. Afinal de contas, todos a fazem, independentemente do nome que tenha. Os grandes Estados da Federação brasileira praticam a guerra fiscal orçamentariamente, porque, dispondo de recursos no Orçamento, dispondo de recursos para infra-estrutura, por exemplo, oferecem, para as empresas asfalto, energia elétrica, e outras coisas, para que elas se instalem, para que o setor produtivo ali se instale. Essa é que é a verdade mais verdadeira. Não se podia, de uma hora para outra, penalizar os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste brasileiro.

O Senado encontrou a fórmula adequada, prorrogando isso. Não havia necessidade de resolver esse assunto da noite para o dia. Venho de Mato Grosso do Sul e pergunto: O que está fazendo o meu Estado se desenvolver? O Estado está se desenvolvendo graças à vocação que ele possui; graças aos incentivos concedidos, temos conseguido levar algumas indústrias para lá.

E o setor agropecuário, por exemplo, que avançou profundamente, sendo o responsável pelo superávit da balança comercial, deve esse crescimento ao agronegócio. O que o impulsionou? Foi política go-

vernamental ou a vocação do povo? Ou foi o trabalho dos produtores? Ou foi a tecnologia? Ou foram os avanços no setor, que tornaram o Centro-Oeste a região vanguardista da agricultura e da pecuária neste País?

Devemos, portanto, incentivar isso. O Senador Ney Suassuna ocupou a tribuna com muita razão. Não poderíamos aprovar a reforma tributária tal qual veio da Câmara. O momento – volto a repetir – era inoportuno. O momento é de recessão, é de dívida dos Municípios.

O Senador Ney Suassuna preside uma subcomissão temática da Comissão de Assuntos Econômicos da mais alta relevância. Qual é essa subcomissão? A que estuda o endividamento, a dívida pública do País, na qual os Estados estão inseridos, entregando 13% da sua receita líquida; de 13% a 22% da sua receita líquida para a União. Portanto, estão impossibilitados de fazer investimentos indispensáveis em obras de infra-estrutura.

Quem vem do interior como eu, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sente a necessidade da aplicação de recursos em infra-estrutura. Sei que as grandes metrópoles estão melhor aquinhoadas. Quase não existe rua sem pavimentação asfáltica em cidades que ultrapassaram um milhão de habitantes. Mas vão ao meu Estado, ao Mato Grosso do Sul, para verificarem a situação! Estou vibrando por que soube que vão liberar recursos de emendas dos Parlamentares. Estou vibrando por que as cidades vão receber R\$150 mil, R\$100 mil, R\$75 mil ou R\$50 mil para pavimentar ruas, instalar esgoto, perfurar poço semi-artesiano ou construir uma quadra de esporte. Essa é a verdade verdadeira.

Há um enfoque sobre o qual precisamos nos debruçar e que, em verdade, trouxe-me à tribuna no instante em que estamos discutindo a reforma tributária. Sr^{as} e Srs. Senadores, não estamos aprovando nenhum item que facilite a vida dos brasileiros, que facilite a vida do setor produtivo. A burocratização sufoca aqueles que trabalham neste País.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – A burocratização é excessiva. Eu li, alhures, que no Brasil gastam-se 150 dias para se abrir uma empresa, enquanto, nos Estados Unidos, gastam-se dez dias e, na Argentina, nosso país vizinho, gastam-se menos de 30 dias. Isso é inacreditável. Será que isso depende de lei ou de operacionalização? Depende de regulamentação pura e simples ou de gerenciamento administrativo, que falta muito neste País?

O Brasil, em muitos casos, está entregue a burocratas que nunca trabalharam e que, portanto, não conhecem o que é o dia-a-dia, o que é a luta e a labuta de um pequeno empresário e de um microempresário.

Com muita honra, Senador Heráclito Fortes, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ramez Tebet, parabênize V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Afinal de contas, trata-se de um ex-Presidente desta Casa e de um ex-Ministro que, durante o seu exercício no Ministério, conviveu com o eterno problema de liberação de verbas orçamentárias. Sr. Senador Ramez Tebet, a humilhação por que passam os Prefeitos nessa espera desesperada pela liberação de recursos orçamentários é de uma crueldade incrível. De que adianta votarmos o Orçamento – e está presente em plenário o Senador Ney Suassuna, que também foi Ministro e padeceu disso como político, vendo os recursos assegurados, pelo menos orçamentariamente, para os Prefeitos e para os Estados – se esses recursos não são liberados? Depois, a Controladoria da República denuncia a reputação dos Prefeitos municipais, mas ninguém diz que muitos casos envolvendo Prefeituras são de recursos liberados da primeira parcela, autorizada a concorrência, evidentemente, e cujas parcelas subsequentes não foram liberadas, colocando os Prefeitos em situação de dificuldade e inadimplência. E o mais triste é que o fluxo de liberação para as grandes empresas, para as grandes empreiteiras, sai com mais facilidade que os pequenos recursos, os recursos do calçamento, da melhoria habitacional, aqueles que realmente promovem o desenvolvimento do Município. Parabênize V. Ex^a por fazer esse pronunciamento com conhecimento de causa, por ter governado seu Estado, pela experiência de vida que tem. É muito fácil, Senador Ramez Tebet, execrarem-se os Prefeitos municipais, que aqui não têm defesa, mas é preciso que se saiba o que eles estão vivendo. Uma solução para isso começa a surgir no final do túnel, que é exatamente o Orçamento impositivo, defendido pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. A partir daí, o que for liberado é liberado. Acaba-se com essa história de a autoridade municipal e estadual viver de pires na mão, esperando liberações, às vezes, coincidentemente, dependendo, inclusive, de resultados do próprio Senado Federal em votações importantes. Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Heráclito Fortes, o aparte de V. Ex^a me honra e vem tanto a propósito, que me vou permitir quase que uma

mudança de rumo no meu pronunciamento. E falo na presença do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Há uma luta muito grande para tornarmos o Orçamento imperativo, ao invés de autorizativo. Afinal de contas, o Orçamento deve ser o espelho da Nação. Quem quiser saber a situação de algum Município, de algum Estado ou da União terá que ler o Orçamento para saber se haverá ou não recurso para tal ou qual fim. É só ler o Orçamento. Portanto, o Orçamento não pode ser uma peça de ficção e também não pode ficar sujeito a esse arbítrio do Poder Executivo. Para se fazer o Orçamento, é necessária a participação do Legislativo, mas, para se contingenciá-lo, não é preciso? O Executivo faz isso sozinho?

Quero aproveitar a oportunidade para apresentar uma sugestão. Todo ano damos plantão. Tenho dado plantão para defender o Estado do Mato Grosso do Sul. Meus companheiros ficam na Comissão de Orçamento. Já fui Relator do Orçamento, atendia até de madrugada, quando se faziam as reuniões. Luta-se tanto para se incluírem recursos, para, depois, não dar em nada. Isso leva descrédito à classe política, porque se anuncia: "Mato Grosso do Sul vai ter, para o Orçamento de 2004, tantos milhões de reais". Mas, depois, diz-se: "Não, não vai ter nada, está tudo contingenciado". Ou se diz: "Só contará com 10%".

Qual seria essa idéia, Sr. Presidente? É claro que o Executivo tem primazia, pois o sistema é presidencialista. Mas por que não começamos com um Orçamento impositivo com referência às emendas de Bancada e às individuais? Aquilo que for incluído no Orçamento pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Presidente da República teria liberação garantida. Estaríamos dando o primeiro passo para o Orçamento autorizativo. Isso é o que acredito ser de fundamental importância e que demonstraria, inclusive, um respeito ao Poder Legislativo, que, em matéria de Orçamento, positivamente não "apita" nada. No sofrimento, sim, isso ocorre, porque ficamos, até a sua aprovação, trabalhando dia e noite, lutando cada um pelo seu respectivo Estado. Depois, as coisas não redundam em nada, e isso leva ao descrédito do Poder Legislativo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se aprovarmos uma lei afirmando que o Orçamento, no que concerne à responsabilidade e às emendas colocadas pelo Poder Legislativo, tem conteúdo obrigatório, já estaremos ajudando bastante e começando a fazer do Orçamento uma peça de verdade e não de ficção.

Sr. Presidente, V. Ex^a tocou a campainha e tenho que respeitá-lo, mas peço que me dê mais 30 segundos. Agradeço-lhe e prometo não passar disso.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem razão. Nunca vi uma coisa desse tipo. Está havendo até superposição nas Prefeituras, feita por gente que não tem competência para isso. Quem tem competência constitucional para fiscalizar os Municípios é a Câmara de Vereadores, seguida do Tribunal de Contas dos Estados e do Tribunal de Contas da União.

O que está acontecendo? Estão fazendo sorteio! Isso é loteria! Outro órgão do Poder Executivo sorteia os Municípios a serem fiscalizados. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, onde ficam o Tribunal de Contas dos Estados, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas da União? Vale o que falaram representantes do Tribunal de Contas ou o que disseram representantes de um órgão do Poder Executivo? Eis a indagação. Espero que haja respeito ao ordenamento constitucional.

Sr. Presidente, desculpe-me por ter ultrapassado os trinta segundos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador João Capiberibe, por até dez minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Orçamento é a palavra chave, é o instrumento da política. Sem Orçamento, não há como se fazer política. Mas é necessário que saibamos como se compõe o Orçamento público e como se gasta esse Orçamento. De onde vêm as receitas que compõem o Orçamento público? Como o gastamos?

É evidente – temos que reconhecer – que, ao longo desses últimos anos, o Governo Federal tem criado novos impostos, os quais não chama de impostos, mas sim de contribuições, que não são repartidas com Estados e Municípios. Isso é verdadeiro, mas também é verdadeiro que há muito desmando, que há muita corrupção no uso dos recursos, seja nos Estados, seja nos Municípios, porque não há transparência na aplicação.

Tenho dito e repetido aqui que, para ser impositivo, o Orçamento tem que ser transparente. O Orçamento deve ser do conhecimento daqueles que são os responsáveis pela sua composição, pela composição da receita, ou seja, os contribuintes deste País.

Já que estamos falando de Orçamento, de transparência, eu gostaria de lembrar que, na manhã

de hoje, houve um fato histórico em relação ao Orçamento público. No Ministério da Ciência e Tecnologia, foi realizada uma cerimônia às 11 horas, em que o Ministro da Ciência e Tecnologia colocou à disposição, na rede pública, na Internet, todos os gastos do Orçamento. Quem quiser saber como o Ministro Roberto Amaral, Ministro do meu Partido, do Partido Socialista Brasileiro, está executando o seu orçamento deverá entrar na página do Ministério da Ciência e Tecnologia, em que qualquer cidadão poderá verificar os gastos.

Eu me dirijo aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado. Dirijo-me àqueles que nos estão vendo e que nos estão ouvindo com uma pergunta: você sabe como é gasto o dinheiro público? Será que você já pensou como é gasto todo o dinheiro que o Estado arrecada? Se você não pensou nisso, vamos raciocinar juntos. Somos cento e setenta milhões de brasileiros e pagamos anualmente, segundo alguns, 36% e, segundo outros, 36,5% – esse percentual já deve estar em 37% – de imposto de tudo aquilo que ganhamos. Vamos fazer os cálculos. Somos cento e setenta milhões de brasileiros pagando algo em torno de 37% do Produto Interno Bruto, ou seja, de tudo aquilo que produzimos, de tudo aquilo que ganhamos. Arredondei para 37%, mas o Senador está me dizendo que o percentual já é de 40%. De tudo aquilo que ganhamos, 37% vão para os Municípios, para os Estados ou para a União Federal. Sabe o que significa isso? Vamos dividir o PIB do nosso País, de cerca de R\$1,3 trilhão, por cento e setenta milhões de brasileiros. Com isso, o PIB **per capita** é de aproximadamente R\$8 mil. Se aplicarmos esses 37% sobre R\$8 mil, cada brasileiro pagará de imposto por ano às Prefeituras, aos Estados e à União Federal um montante que gira em torno de R\$3 mil. É muito dinheiro que estamos gastando, e ninguém sabe como ele é aplicado!

Hoje, no Ministério da Ciência e Tecnologia, o cidadão contribuinte tem a satisfação de acessar todos os gastos. Hoje podemos saber como o Instituto de Pesquisa da Amazônia, em Manaus, aplica o dinheiro do contribuinte. Pelo **site** do MCT, podemos saber quanto o Instituto de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos, gasta em equipamentos e em material de consumo, pois há um detalhamento de despesas.

Essa é uma atitude de vanguarda, é uma atitude corajosa do Ministro Roberto Amaral, que deve ser destacada. Tenho certeza de que os demais Ministérios poderão operar o Orçamento com o mesmo grau de visibilidade, de transparência, para que o cidadão

recupere a confiança perdida nas suas instituições. O cidadão não confia nas instituições, porque os exemplos de corrupção estão aí: Operação Anaconda, em São Paulo, prendendo juízes; Gafanhotos de Roraima; anões do Orçamento. Mesmo com o Orçamento impositivo, se o cidadão não puder acompanhar desde a inclusão da emenda no Orçamento até a execução da obra ou do serviço, veremos que a dificuldade vai aumentar. Aí é que vai proliferar anão.

Portanto, é com imensa satisfação que vejo esse sonho republicano se transformar em realidade. O Estado brasileiro é fechado à cidadania, porque não permite acompanhamento. É exatamente esse aspecto que as reformas precisam aprofundar. E falo principalmente da reforma tributária, que busca garantir aquilo que é a preocupação da sociedade brasileira nos últimos anos: pagar juros e amortização da dívida. A reforma serve, nada mais, nada menos, para pagar a dívida pública. É para isso que serve a reforma. Isso está óbvio. Não há a menor dúvida quanto a isso. Não temos dúvida disso.

Talvez, possamos melhorá-la mais à frente, inclusive incluindo no ato da compra a obrigatoriedade de o vendedor estabelecer o valor do produto que compramos e do imposto que pagamos. Isso deve ser feito até para se educar a sociedade. Se entrarmos numa loja, num supermercado ou num **shopping center** e perguntarmos para o cidadão que fez suas compras o quanto ele pagou de imposto, ele não saberá responder. Da forma como se arrecada imposto, não se presta satisfação nenhuma ao contribuinte.

Por isso, acrescentamos dois dispositivos na reforma da previdência, e um deles é o do controle social, que está sendo comentado nos jornais. O Conselho de Administração será paritário, pois terá representantes dos patrões – o Presidente da República, os Governadores, os Prefeitos, os Presidentes dos Tribunais – e dos trabalhadores, que são os funcionários públicos dos Três Poderes. Eles terão uma representação paritária, a fim de se estabelecer uma igualdade, para, assim, controlar a contribuição previdenciária.

Outro item que passou totalmente despercebido – ainda não ouvi um comentário na imprensa – diz respeito à obrigatoriedade de o sistema previdenciário, a partir da aprovação da emenda paralela, que estamos discutindo, expor suas receitas e suas despesas na rede pública. Ninguém comenta, mas isso vai ser um mecanismo fundamental para a sociedade brasileira se dar conta do quanto já fomos lesados. Dizem que os brasileiros só fecham a porta depois que são roubados, mas só fechamos a porta depois

que somos roubados “n” vezes, porque, nas reformas, os itens fundamentais, os dispositivos de transparência, estavam sendo esquecidos, ou seja, iríamos, mais uma vez, sofrer um dano irreparável.

Não quero negar que tenhamos tido avanço nesse tempo. Temos, sim, a Lei de Responsabilidade Fiscal, só que não está sendo cumprida – aliás, as leis deste País têm dificuldades para serem cumpridas. No último ano de mandato, Sr. Presidente, a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o gestor só pode inscrever em dívida para o ano que vem, ou seja, em restos a pagar, aquilo que tem disponível no financeiro. Vamos dar um balanço nos Estados brasileiros, nas prefeituras, para ver se está sendo cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É verdade que se canalizou – e todos os dias se canaliza – uma fábula de dinheiro para pagar juros e amortização da dívida. Essa é a tragédia da sociedade brasileira. O Brasil foi mal gerido, está óbvio. Imaginem um pai de família que encrenca sua família, contraindo dívidas, e, depois, tem que vender a casa para pagar a dívida. Essa é a situação do nosso País, mas ninguém quer discutir aqui. Estamos aqui disputando pedaços de orçamento, que é residual. Para o próximo ano, o orçamento para investimento será de R\$6,5 bilhões. Seis bilhões, R\$7 bilhões – está aqui o Sub-Relator –, isso é tudo o que teremos para investir. No entanto, para pagar juros e amortização da dívida este ano há US\$154 bilhões. Espero que, para o ano que vem, isso diminua. Agora, imaginem, US\$154 bilhões para 7 bilhões de investimento!. Fomos levados à insolvência, à incapacidade. E não adianta disputar aqui, porque estamos disputando R\$6 bilhões, e, assim mesmo, desse montante, uma boa parte é desviada.

É por isso que hoje tenho que comemorar. O Ministério de Ciência e Tecnologia é o primeiro Ministério da República a colocar na Internet os seus empenhos, os beneficiários de compras e contratação de serviços, inclusive os juros que está pagando de dívida contraída, bem como todas as suas despesas de consumo, de contratação de serviço, de investimentos, de compras patrimoniais. É um exemplo para a sociedade brasileira, que deverá ser seguido por todos os Ministérios, porque é uma decisão administrativa.

O que está acontecendo no MCT é resultado daquilo que fizemos no nosso Estado. Isso não vai, de maneira nenhuma, controlar a corrupção, mas temos segurança de saber se vamos ser roubados ou não, vamos saber se o dinheiro é desviado ou não. Não custa nada acompanharmos, os dados são absoluta-

mente claros, é o empenho de compra. O empenho é uma nota que o Poder Público emite, garantindo que vai pagar por aquela mercadoria discriminada naquela nota. Portanto, só não acompanha quem não quiser. O Ministério da Ciência e Tecnologia dá o exemplo para que todos nós possamos acompanhar.

E faço um apelo para que votemos no próximo ano, já que neste ano nós não conseguimos, o PLS nº 130, que estabelece a obrigatoriedade de todos os entes públicos colocarem as suas contas diárias na rede pública. A Internet é uma tecnologia que nós dominamos, não tem segredo nenhum.

Sr. Presidente, o que estamos apresentando aqui já é praticado nos países mais pobres. Há Estados, na Índia, que informatizaram toda a sua prestação de contas e disponibilizaram ao contribuinte todas as receitas e gastos.

No Amapá – e hoje, quem quiser tirar dúvida, está lá –, até as contas bancárias das receitas por tipo de imposto cobrado estão disponíveis ao cidadão.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

Era isso que eu gostaria de assinalar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, às 14 horas e 30 minutos, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 2003

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que *altera os arts. 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.866, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Passa-se à segunda sessão de discussão. (Pausa.)

Não havendo orador inscrito, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, às 14 horas e 30 minutos, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Encerrada a Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Tem a palavra o Senador Almeida Lima, Vice-Líder, para usar da palavra como Líder, por indicação do Senador Jefferson Péres. Em seguida, tem a palavra o Senador Alvaro Dias, como inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna exatamente para deixar registrado um protesto que faço na condição de representante, aqui no Senado Federal, do meu querido Estado de Sergipe. É lamentável o que vem acontecendo em nosso Estado, do ponto de vista da ausência do Governo Federal nos investimentos que consideramos indispensáveis ao desenvolvimento de nosso Estado. Em 1997, foram iniciadas as obras de duplicação de um trecho de 12 quilômetros da BR-101, ligando o entroncamento da BR-237, saída da cidade de Aracaju, até Pedra Branca, e, até a presente data, decorridos seis anos, as obras não foram concluídas e se encontram paralisadas.

Todos nós sabemos que obras de engenharia, de construção ou duplicação de estradas, das quais algumas delas são consideradas obras de arte, como a construção de pontes e viadutos existentes nesse trecho, além daquelas outras que dizem respeito à estrutura de sub-base e base, quando não continuadas, com o passar do tempo são destruídas. Isso causa enormes prejuízos de ordem financeira, pela necessidade de, quando retomados os serviços, considerar alguns deles não realizados e ter de realizá-los novamente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, viadutos inacabados, pontes inacabadas, jogadas ao tempo, sofrendo toda sorte de destruição. Uma delas, a ponte sobre o rio Sergipe, mais próximo já ao litoral, sofrendo a influência inclusive dos efeitos da maresia, com a estrutura metálica exposta, que causará, sem dúvida alguma, danos àquela estrutura, impondo a necessidade de gasto suplementar.

Sete anos! A BR-101, a rodovia mais litorânea em nosso Estado, ligando e viabilizando todo o tráfego do Sul e Sudeste do País com o nosso Estado e com o Nordeste brasileiro, no trecho mais próximo à capital, a grande Aracaju, que, por conseqüência, se torna mais intenso, deixando a esta altura toda a pista

de rolamento completamente danificada, proporcionando os mais graves acidentes que temos registrado em nosso Estado, ceifando vidas preciosas. No entanto, no Orçamento deste ano, que estamos discutindo para o exercício de 2004, nenhuma previsão de forma específica para a duplicação dessa rodovia, o que dá uma demonstração do descaso total do Governo Federal para com o Estado de Sergipe, dificultando obras de infra-estrutura necessárias para o desenvolvimento do nosso Estado, para o escoamento da produção, para a circulação das mercadorias, enfim, das nossas riquezas.

É lamentável que isso aconteça. Neste final de ano, constatada a omissão orçamentária, deixo registrado o meu protesto, em nome de todos os sergipanos, diante dessa visão caolha do Governo Federal em não procurar priorizar investimentos que representam a alavancagem do desenvolvimento do nosso País.

Hoje mesmo, vi a admiração da nobre Senadora Serys Slhessarenko – lamento a ausência de S. Ex^a no plenário, neste instante, já decorrente do adiantado da hora, – ao falar, surpresa, diante do fato de recursos disponibilizados pelo Governo Federal junto ao Banco do Brasil estarem encalhados. Isso ocorreu porque o povo brasileiro não foi buscá-los emprestados, a juros módicos, quase que da ordem de 3% ao mês, para a compra de eletroeletrônicos. A Senadora Serys falava de forma admirada. Eu não. Vejo isso como a demonstração de um equívoco do Governo, que precisa transferir recursos para a infra-estrutura e não para endividar cada vez mais o trabalhador brasileiro, em cujas famílias existem desempregados. Se o trabalhador brasileiro não foi buscar esses recursos, só podemos dizer que o admiramos por não ser doido e por não ter perdido o juízo num momento de recessão, de desemprego.

O que o Governo Federal precisa fazer é estimular o crescimento com a geração de empregos, e não o crescimento ou o maior volume de transações comerciais, financiando o trabalhador para que comprometa o seu salário e a sua família. O que o povo brasileiro precisa é de emprego para, com salário, poder ir à loja de eletroeletrônicos e fazer a compra do objeto de que necessita para si e para sua família. Fico satisfeito em ver que o brasileiro trabalhador ainda tem juízo, pela constatação de que o dinheiro está encalhado. O prazo concedido de financiamento e disponibilidade dos recursos está-se esgotando. O banco está pretendendo uma ampliação de prazo, enquanto apenas 7% desses recursos foram utilizados. O que precisamos é de desenvolvimento, aplica-

ção de recursos orçamentários em programas de infra-estrutura, de rodovias, construção de portos, ampliação de aeroportos, construção de ferrovias, para facilitar o desenvolvimento do País e, com isso, a geração de empregos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, deixo aqui registrado este protesto em nome do meu querido povo de Sergipe, por entender que se trata de um descaso para com o nosso Estado, que integra a Federação brasileira.

Este é o momento de deixarmos transparecer o otimismo e a esperança. Como disse na tarde-noite de ontem, nós nos aproximamos da Natividade, aproximamo-nos do Ano Novo, e, quem sabe, modificando a maneira de pensar e de agir deste Governo, no próximo ano tenhamos recursos e determinação governamental para reiniciar os trabalhos da BR-101, no Estado de Sergipe, obras de duplicação no trecho compreendido entre o entroncamento da BR-237, saída de Aracaju, até o povoado de Pedra Branca.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eurípedes Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as cooperativas de crédito são instrumentos de fundamental importância de natureza econômica e social. Creio ser necessário alertar o Governo para erros crassos que vem cometendo, em prejuízo da função dessas cooperativas de crédito.

Durante a campanha presidencial, o Presidente Lula prometia que iria apoiar o cooperativismo, em especial as cooperativas de crédito, como forma de possibilitar crédito mais barato para a população.

No entanto, três medidas do atual Governo integram uma espécie de rol de maldades contra as cooperativas de crédito no País.

A primeira foi o aumento da alíquota da Cofins para as cooperativas de crédito, aplicando-se o mesmo percentual de aumento que foi dado aos bancos e demais instituições financeiras, que são acusadas

pelo Governo de serem responsáveis pelo absurdo das taxas de juro praticadas pelo mercado financeiro.

Como aceitar o aumento da alíquota da Cofins para as cooperativas de crédito que seriam o veículo de repasse de juro mais barato para a população?

O mesmo dispositivo legal que trouxe o aumento de alíquota da Cofins surpreendeu as cooperativas de crédito, pois, ao regulamentar quais seriam as espécies de cooperativas que teriam os seus atos cooperativos tributados de forma menos onerosa que os atos não-cooperativos, restringiu o alcance da norma para as cooperativas agrícolas e de eletrificação rural, deixando as cooperativas de crédito com a tributação normal.

Como salienta Fábio Augusto Junqueira de Carvalho, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, “as sociedades cooperativas devem, por determinação constitucional, ter um adequado tratamento tributário ao ato cooperativo e serem incentivadas e estimuladas, consoante artigos 146, III, “c” e 174, § 2º da nossa Carta Maior”. Eu pergunto: por que aplicar os mandamentos constitucionais para algumas espécies de cooperativas, deixando de fora as cooperativas de crédito? Nós não estaríamos, dessa forma, agredindo o princípio da isonomia? É incontestável que as cooperativas de crédito constituem um dos instrumentos de que o Governo dispõe para viabilizar o acesso a taxas de juros não exploratórias.

Por fim, em 23 de junho passado, o Governo Lula desferiu um golpe certo nas cooperativas de créditos, com a edição da Instrução Normativa SRF 333/2003. Segundo essa Instrução, ficou resolvido pelo atual Secretário da Receita Federal que, quando uma cooperativa de crédito aplicar o dinheiro dos seus cooperados em instituições financeiras não-cooperativas com a finalidade de remunerar esse capital de seus associados, esse ato será considerado como não-cooperativo e, portanto, sujeito seus rendimentos à incidência de Imposto de Renda.

Essa decisão inviabilizará que as cooperativas de crédito possam aplicar o dinheiro de seus cooperados a taxas atraentes, e com isso, estarão impossibilitadas não só de poder remunerar-lhes com a mesma atratividade que o restante do sistema financeiro oferece, como também, de terem a condição de empregar-lhes a juros mais baixos, pois, num círculo vicioso, como iriam remunerar, adequadamente, o capital daqueles que lá depositam o seu dinheiro?

Como tão bem disserta o emérito Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Fábio Augusto Junqueira de Carvalho, “as cooperativas de crédito são pequenas instituições com patrimônio restrito ao

que lá é depositado pelos seus associados. Não têm condições de sozinhas concorrer com os grandes conglomerados financeiros – aqueles mesmos que, segundo o Governo, cobram juros muito altos – visando a conseguir remunerar seu capital com boas taxas, atuando de forma a conseguir influenciar a taxa de câmbio, a bolsa de valores ou o mercado de títulos e, dessa forma, efetuar os ‘melhores negócios’.

Está patente que as medidas contrárias à atuação das cooperativas de crédito têm ligação direta com a esfera tributária e é consequência também desse apetite incrível do Governo, que pensa muito em receita. A necessidade ou a compulsão do Governo em obter superávit fiscal tem comprometido e minado o crescimento econômico sustentável do nosso País; estão aí os indicadores econômicos e sociais a atestar a veracidade dessa afirmação. O Governo Lula é norteador por uma lógica financista voltada à geração de sucessivos superávits primários em atenção às imposições do Fundo Monetário Internacional, mas é preciso lembrar ao Governo que as cooperativas de crédito são entidades sem fins lucrativos e com natureza social e poderiam funcionar como contraponto aos bancos nesse cenário de perversidade financeira que nos encontramos.

Portanto, Sr. Presidente, o objetivo deste modesto pronunciamento é alertar o Governo para a necessidade de corrigir rumos em relação à política que adota, que compromete a eficiência das cooperativas de crédito no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Não há mais oradores inscritos.

A Sr^a Senadora Maria do Carmo Alves, os Srs. Senadores Romero Jucá, Flávio Arns, Ney Suassuna, Rodolpho Tourinho e a Sr^a Senadora Fátima Cleide enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez trago ao debate desta Casa a questão da carcinicultura. Não é a primeira nem a segunda vez que destaco a importância dessa atividade para o desenvolvimento sustentável da região Nordeste – e, também, foram várias as vezes em que a imprensa nacional me dá razão nesta questão.

Nesta semana, uma grande revista de circulação nacional traz uma reportagem sobre agronegócio, abordando o crescimento da cultura de camarão em viveiros como uma das atividades que mais crescem no Brasil, transformando-o no país mais eficiente do mundo no cultivo do crustáceo.

O cultivo de crustáceo no país não pára de crescer e já deixou para trás outras nações mais tradicionais e que há muito já fazem da carcinicultura uma importante atividade produtiva. A região adequada para essa atividade é exatamente a que mais sofre com a desigualdade regional brasileira, ou seja, o Nordeste, que, por suas características climáticas, pode produzir por 365 dias anuais ininterruptamente. Além disso, a mão-de-obra que a carcinicultura utiliza são os potenciais desempregados, homens e mulheres de pouca qualificação e baixa escolaridade.

Há que se destacar, ainda, que 80% da produção brasileira é feita em cativeiro, o que reduz a pesca de camarão diretamente no mar, evitando, assim, a diminuição da população do crustáceo nas águas salinas, não acarretando, assim, desequilíbrio ecológico.

Com todos estes benefícios a carcinicultura deveria ser exaltada como uma atividade essencial para o crescimento e para o combate ao desemprego. Mas o que se vê, Sr. Presidente, é uma oposição dita “ambientalista”, até o presente momento não justificada. Eu mesma, em prol de maiores esclarecimentos, solicitei ao Ibama informações a respeito do tema, não tendo ainda obtido resposta.

Peço, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, levando-se em consideração a importância da carcinicultura para a região Nordeste e para o equilíbrio da igualdade regional, que o Governo Federal e, em especial, a Secretaria Especial da Pesca, viabilizem incentivos para a atividade, de forma a facilitar o acesso ao crédito pelos pequenos empresários do cultivo de crustáceos.

Por outro lado, peço ao Ministério do Meio Ambiente e, especialmente, ao Ibama que esclareçam de pronto a questão ecológica envolvida nessa atividade, para que, além do respeito e da conservação do meio ambiente, se observe o respeito ao ser humano, que poderá, por meio da carcinicultura, obter melhores condições de vida e, com isso, contribuir para o bem de sua família, de sua comunidade e de todo o País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a legislação brasileira que trata da segurança e da saúde no trabalho tem longa tradição, de muitas décadas, e vem sendo aperfeiçoada ao longo do tempo. De fato, ela tem acompanhado de perto as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, renovando-se e avançando em seus conceitos e em suas normas.

Também têm avançado dois importantes programas regulamentados por essa legislação. Um de-

les trata da prevenção e do controle da exposição ocupacional aos riscos químicos, físicos e biológicos presentes no local de trabalho, os chamados riscos ambientais. É o PPRA, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. O outro é um programa médico, e diz respeito à prevenção, ao rastreamento e ao diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. É o PCMSO, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

Não obstante existirem há muitos anos e tendo evoluído, ao longo do tempo, em seus conceitos e em suas normas, tanto o PPRA como o PCMSO enfrentam problemas em sua aplicação e implementação pelas nossas empresas. É o que revela um extenso artigo publicado pela revista **CIPA** em sua edição nº 287. **CIPA** é uma publicação periódica dedicada ao tema da prevenção de acidentes de trabalho.

Tecerei aqui algumas considerações sobre as deficiências na implantação desses dois programas, tão relevantes para a saúde e a produtividade do trabalhador brasileiro. Antes, porém, vale anotar alguns dados revelados no editorial que abre a mesma edição da revista **CIPA**.

Os índices de acidentes de trabalho vêm melhorando, como tendência geral, no Brasil, nos últimos 25 anos. Isso é fruto do esforço das empresas e do progresso da legislação e da sua regulamentação. É sabido que, a cada real investido na prevenção de acidentes, são economizados seis reais, referentes a indenizações, contendas judiciais, amparo às famílias e treinamento de substitutos aos acidentados, entre vários outros fatores. No entanto, as empresas deixam de fazer esse investimento, em momentos de crise, por lhes faltarem recursos. Nessa hora, a empresa opta, perigosamente, por correr o risco.

É o que ocorreu em 2002, ano de dificuldades econômicas, e é o que, infelizmente, ocorrerá, provavelmente, em 2003. Em 2002, o número de acidentes de trabalho foi 14% superior ao de 2001. São números que preocupam, Sr. Presidente.

No entanto, os dois programas em questão, o PPRA e o PCMSO, pelo seu caráter de ação abrangente, de médio e longo prazo, são menos vulneráveis a essas flutuações conjunturais. Contudo, enfrentam consideráveis dificuldades em sua aplicação nas empresas, como revela pesquisa resumida no referido artigo da revista **CIPA**.

A pesquisa, de resultados muito significativos, partiu de uma amostra de 30 empresas de mais de 100 empregados em atividade na cidade de Salvador, no ano de 2002. Empresas industriais, comerciais e de serviços. Os resultados dos levantamentos e das análises efetuadas indicam que 92,9% das empresas apresentaram algum tipo de deficiência em seu programa referente ao ambiente de trabalho potencial-

mente agressivo, o PPRA. E 85,7% das empresas revelaram deficiências em seu programa médico, o PCMSO.

Note-se que ambos os programas foram modernizados, a partir de 1994, condizentemente com os padrões e conceitos estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho. Decorrido um período de 8 anos, desde essa atualização, constatou a pesquisa que 26,7% das empresas estudadas não tinham sido inspecionadas uma vez sequer. E 83,4% das empresas foram inspecionadas apenas três vezes, ou menos.

Fica, pois, evidente a insuficiência de um dos dois pilares que devem sustentar o programa, ou seja, a fiscalização, a cargo da Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. O outro pilar a sustentar os programas também revelou-se débil: é o controle social, isto é, a fiscalização que deve ser exercida diretamente pelos trabalhadores e pelos seus sindicatos.

Assim, apesar de os dois programas estarem bem conceituados e normatizados, dentro da concepção mais atualizada de privilegiar o instrumental clínico-epidemiológico e de valorizar a participação dos trabalhadores e o controle social, na aplicação prática, real, no campo das empresas, foram reveladas muitas deficiências técnicas e foi exposta a ação limitada e insuficiente da fiscalização estatal dos ambientes de trabalho, bem como ficou evidenciado o precário controle social exercido sobre os programas e que está no âmago de sua concepção.

No âmbito sindical, reconhece a pesquisa que os sindicatos têm que se estruturar melhor, recorrer mais a assessorias técnicas e se organizar nos locais de trabalho. Por exemplo, implantando comissões de saúde nas empresas, incluindo cláusulas de segurança e saúde nos acordos e convenções coletivas, criando departamentos de segurança e saúde e empreendendo campanhas educativas.

Quanto à fiscalização estatal, é evidente a necessidade de expandir sua cobertura e eficácia. Os quadros de inspetores devem ser ampliados, melhor treinados e permanentemente atualizados tecnicamente.

Essas constatações são trazidas pelo oportuno e já referido artigo da revista **CIPA**.

Sr. Presidente, apesar do acentuado progresso alcançado pelo País ao longo das últimas décadas, no campo da prevenção de acidentes de trabalho, vemos que programas de prevenção mais avançados e ambiciosos deparam-se, entre nós, com vários obstáculos que impedem a sua satisfatória implementação. Obstáculos que a sociedade brasileira tem o dever de eliminar, no esforço constante em prol do nosso progresso econômico e social.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) –

HABITAÇÃO – PRINCIPAIS DESAFIOS PARA QUE ESTE DIREITO SE TORNE ACESSÍVEL AOS CIDADÃOS BRASILEIROS

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil enfrenta hoje uma grande dificuldade para garantir o direito à habitação, inscrito na Constituição, aos seus cidadãos. Um estudo da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, revela que o déficit de moradias no Brasil, considerando todas as faixas de renda, chega a 6,6 milhões de unidades. É importante registrar que 83% desse déficit é representado pela demanda de moradias para famílias com renda de até três salários mínimos. O mesmo estudo mostra que o Estado do Paraná tem um déficit de 229.069 moradias. Em Curitiba, mais especificamente, o déficit é de 70.489 moradias na área urbana.

Esta realidade é sensível a todos quando vemos nos noticiários cenas de invasões a prédios públicos, terras e propriedades privadas. São famílias sem condições de comprar uma moradia, ou sem incentivo para começar a construir sua própria habitação e que, desenganadas, vão para as ruas, sujeitas a todo o tipo de exposição e risco.

A Constituição Federal traz a moradia como um direito social, assegurado a todos os cidadãos e, ainda, determina que compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação. Desta forma, cabe ao poder público promover políticas sociais que tornem este direito acessível a todos. No entanto, muitos são os desafios para que esta garantia assegurada constitucionalmente se realize.

Com o apoio do Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil – no Estado do Paraná, procurei elencar os principais desafios enfrentados pelo Brasil na área da habitação e abordar quais alternativas seriam viáveis para que esta necessidade fosse atendida.

Ressalta-se, inicialmente, a importância da manutenção da aplicação dos recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), para habitação e saneamento básico. São montantes importantes para atendermos as necessidades da população nas áreas de moradia e saneamento básico. O FGTS é um recurso que pertence ao trabalhador, tem custo barato e viabiliza o financiamento a baixo custo na moradia de interesse social.

É necessário que o Banco Central exija e torne transparente a aplicação dos recursos da caderneta de poupança em financiamentos imobiliários. Hoje, estes recursos, apesar de serem captados a 6% ao ano e tenham obrigatoriedade legal de aplicação a taxas má-

ximas de 12% ao ano, estão sendo desviados para aplicações de mercado muito mais rentáveis, através de vários “ralos” criados por gestões anteriores.

Há também a urgência pela diminuição da carga tributária incidente sobre a habitação, principalmente a de interesse social. Uma pesquisa do Sinduscon-PR mostra que 46% do preço de uma moradia popular são impostos que incidem em todas as fases do processo, desde a indústria fornecedora, comércio, construção, até o ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) pago pelo comprador.

Urge, ainda, reduzir os encargos sociais sobre a mão-de-obra, uma vez que a mudança da incidência da previdência da folha de salários para o faturamento poderia reduzir a carga tributária e o custo de produção das moradias, e promover a regularização fundiária, já que, em muitos municípios, não se pode construir ou regularizar construções devido a entraves legais de regularização.

É importante, por fim, batalhar para que os valores definidos no Orçamento Geral da União para habitações na faixa de renda mais baixa, de até três salários mínimos, sejam ampliados, pois esta camada da população somente será atendida com subsídios explícitos para acesso à moradia.

Recentemente apresentei a esta Casa um Projeto de Lei que institui a criação do Sistema de Aquisição da Habitação Social (SAHS), que tem como finalidade promover o acesso à habitação para a população de baixa renda, por meio de um Fundo para Aquisição da Habitação Social (FAHS) gerido pela União, com recursos provenientes de diversas fontes.

Falamos sempre em cidadania, em direitos garantidos e na valorização do ser humano. Acredito que, promovendo o acesso facilitado da população a estes incentivos, o Brasil poderá não só corrigir esse déficit, como se orgulhar em ver seus cidadãos realizados, felizes e com um lar.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há 50 anos, o Nordeste consumia apenas 1% da energia elétrica produzida no Brasil. Hoje, consome 15%. Isso mostra como o Nordeste conseguiu, nas últimas décadas, sair da estagnação e do imobilismo e começar a marchar, com vitalidade, a passo modernizante.

São muitos os focos de dinamismo hoje presentes no Nordeste. Mas somos, ainda, a região que contém as maiores manchas de pobreza do País. Os problemas da seca vão sendo atacados, aqui e ali, mas exigem um grande e persistente esforço para superá-los e, principalmente, ações decididas e arrojadas.

Ainda é grande a dívida social do Brasil para com o Nordeste. O Presidente Lula tem, em seu go-

verno, a oportunidade de criar grandes avanços no resgate dessa dívida.

Creio que ele fez um positivo e substancial movimento nesse sentido, há alguns dias, com sua visita oficial aos Estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia. Tive a honra de participar, nessa visita, da comitiva do Presidente.

Prestigiando com sua presença esses Estados nordestinos, o Presidente fortaleceu todo o Nordeste. Pois é preciso entender que aquilo que fortalece uma parte do Nordeste contribui para toda a região. É o caso da transposição do São Francisco, apoiada pelo Presidente Lula.

Não cabem, em relação ao projeto de transposição de 3% das águas do São Francisco para o semi-árido, quaisquer resistências, relutâncias ou antipatias. Trazer água para o semi-árido, beneficiará todo o Nordeste, pois o desenvolvimento de sua porção mais desfavorecida acabará por contagiar toda a região.

Em paralelo à transposição, sem que haja necessidade de adiá-la, se poderá ir sanando os desgastes ambientais que acometem o grande rio. A transposição é empreendimento que todo o Nordeste deve, unido, cobrar do Governo Lula.

Durante a visita, o Presidente esteve na cidade de Campina Grande, Paraíba, onde se implantará o Instituto do Semi-Árido. Essa entidade tem um grande papel a cumprir no progresso do Nordeste.

O Instituto do Semi-Árido promoverá pesquisas e estudos que impulsionarão o desenvolvimento do Nordeste, por meio de melhor convívio com a seca e do aproveitamento racional dos recursos da região, incluída aí a produção de alimentos.

Poderá e deverá aproveitar a experiência acumulada pelo Instituto Agrônomo José Augusto Trindade, implantado em Sousa em 1940, pela Presidência visionária e idealista de Getúlio Vargas, primeira instituição de pesquisa agrícola situada em áreas secas, conforme reconhecido pela UNESCO.

Estou certo de que o Instituto do Semi-Árido de Campina Grande, ao interagir com a experiência acumulada em pesquisa e formação de técnicos para atuar nas regiões semi-áridas de todo o mundo, no seu embrião em Sousa, estará unindo as duas pontas de um mesmo sonho: o de Getúlio Vargas e o do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mais do que recuperar essa notável experiência histórica de Sousa, o Instituto do Semi-Árido de Campina Grande irá ampliá-la, exponencializá-la na construção de soluções contemporâneas economicamente viáveis de convivência do homem com a seca.

E ajudará, certamente, a reescrever a história dessa região tão especial no contexto brasileiro, magistralmente descrita em suas dores e perdas por Ra-

quel de Queiroz, no seu primeiro livro *O QUINZE*, marco do romance regional brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma necessidade do Brasil melhor equilibrar o desenvolvimento de suas diversas regiões. As desigualdades regionais alimentam as desigualdades de renda, de emprego, de educação, todas elas.

Não serão superadas as nossas conhecidas e excessivas desigualdades sociais sem que o País avance na superação do fosso que divide as regiões.

Estive presente, junto com o Presidente, nos seus contatos com o povo. Vi que os nordestinos compreendem que o Presidente os compreende, que os nordestinos entendem que este Governo é uma renovada esperança para o Nordeste.

O Presidente Lula poderá, no Nordeste, resgatar a sua promessa de campanha de “governar com o coração”. Acredito firmemente que o fará.

Muito obrigado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é tema de capa da Revista *Veja* de 3 de dezembro de 2003 a ameaça ao progresso mundial representada pelo recrudescimento do protecionismo norte-americano. Tal denúncia não é feita por radicais vermelhos de Cuba, senão por autoridades econômicas de nacionalidade norte-americana e indiscutíveis credenciais liberais.

Os alertas vêm desde Paul Krugman, respeitado economista e articulista do **The New York Times**, passando por Alan Greenspan, Presidente do *Federal Reserve Bank* (o Banco Central dos Estados Unidos), e sumo sacerdote do capitalismo global, segundo qualificação da *Veja*, até chegar a Londres, à redação do mais respeitado jornal de economia e finanças do mundo, o **Financial Times**. Para esse conceituado diário inglês, “em 2004, pela primeira vez em décadas, o protecionismo será tema da campanha presidencial. As pessoas (os americanos) enxergam perigo nos produtos feitos na China, no Japão, no Brasil e na Europa”.

Ora, Senhor Presidente, esse quadro conjuntural diz respeito diretamente aos interesses brasileiros no hemisfério. No dia 27 de novembro, tive a oportunidade, neste Plenário, de analisar brevemente as consequências dessa nova orientação americana no que tange à possível formação da ALCA em 2005. Os resultados da última reunião de cúpula da ALCA, realizada em Miami, não são tão positivos como querem nos fazer acreditar certos setores da imprensa.

A prevalência de uma visão que contempla uma ALCA “light” significa esvaziá-la, também, de temas de profundo interesse para o Brasil, como é o caso da agricultura, couro e calçados, cítricos e aço, que passarão a ser discutidos no âmbito multilateral da OMC.

E essa circunstância política que acabo de esboçar nos leva ao âmago do meu pronunciamento, e toca diretamente nas razões que me motivaram a subir a esta Tribuna: nosso espaço primordial de ação e concertação política e econômica é a América do Sul, e se encontra desenhado, mais precisamente, na moldura institucional do Mercosul. Se, como diria o Professor e ex-Chanceler Celso Lafer, a América do Sul é a nossa circunstância histórica e geográfica, devemos, então, fazer a melhor economia de nossa geografia.

Isso implica, necessariamente, avançarmos cada vez mais no processo de integração do Mercosul. Isso implica apostarmos cada vez mais na institucionalização de um Bloco extremamente bem sucedido que temos construído ao longo dos últimos anos.

Antes de nos preocuparmos com a integração hemisférica, em um ambiente de certa hostilidade e desconfiança, devemos mobilizar esforços no sentido de consolidarmos o Mercosul como idéia-síntese e também como realidade econômica, política, jurídica e social.

Idéia-síntese porque o Mercosul se tornou uma palavra que, ao ser mencionada, condensa nossas percepções que convergem rumo à criação de um espaço sul-americano harmônico e integrado.

Já a realidade econômica, política, jurídica e social requer instrumentos e instituições hábeis a materializar nossos melhores anseios integracionistas em um arcabouço político e jurídico.

Um não caminha sem o outro: ideais sem instituições se perdem na vala das boas intenções; instituições sem objetivos que as alimentem esvaziam-se de sentido e distanciam-se da necessária legitimação no plano social.

E no que diz respeito especificamente à participação do Poder Legislativo no processo de integração, é inevitável falarmos do vínculo que se criou entre Mercosul e democracia.

Desde o Tratado de Assunção de 1991, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul vem atuando de modo decisivo no reforço institucional da democracia no processo de integração do Mercosul. O Protocolo de Ouro Preto de 1994 atribuiu funções e competências à Comissão Parlamentar Conjunta, que vem desempenhando com notável competência seu mister.

A título de exemplificação, vale citar que foi no âmbito da VII Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta, ocorrida em junho de 1996, que houve o envio de uma Recomendação ao Conselho do Mercado Comum para que fosse instituída a chamada "Cláusula Democrática do Mercosul". Com efeito, pouco mais de 2 anos mais tarde, tal recomendação se frutificou no "Protocolo de Ushuaia sobre Com-

promisso Democrático no Mercosul, na República da Bolívia e na República do Chile", que condiciona a participação no Bloco à plena vigência das instituições democráticas em todos e em cada um dos países-membro do Mercosul.

Entretanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nossos condicionantes externos, somados à estabilidade e à singular convergência política entre Brasil e Argentina, sugerem a necessidade de irmos além, de ousarmos, de termos coragem suficiente para dar o próximo passo.

Objetivamente, o momento político é propício para falarmos e implementarmos o Parlamento do Mercosul, como forma de coroarmos o excelente trabalho que vem sendo realizado em cada uma das Seções Nacionais da Comissão Parlamentar Conjunta.

Defendermos a ambiciosa idéia de implementarmos o Parlamento do Mercosul, projeto abraçado pelo Presidente Lula, significa buscarmos o amparo inequívoco da opinião pública e dos diversos setores da sociedade civil, balizados pela representatividade parlamentar, rumo a um Mercado Comum do Sul cada vez mais coeso e interdependente.

Significa, também, evitarmos que temas cada vez mais complexos e abrangentes continuem a ser decididos, em foros internacionais, sem qualquer participação das instâncias representativas das sociedades dos países envolvidos.

Significa, em última análise, sinalizarmos para o hemisfério e para o mundo nossa capacidade de consolidarmos um Bloco que tantos benefícios tem trazido para nossas populações. Como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e como Secretário Geral da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta, acompanhei e apoiei a iniciativa de se formar um grupo técnico de Consultores Legislativos que, sob nossa supervisão, formulou um excelente Anteprojeto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Seus méritos deixam claras, aos olhos de todos, a vontade e, acima de tudo, a capacidade de o Parlamento participar, *de forma qualificada*, dos rumos da política externa. A idéia de criarmos o Parlamento do Mercosul reforçaria os inequívocos laços de solidariedade que já unem as sociedades dos países-membro do Bloco.

Por essas razões, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a criação dessa Instituição merece nossa defesa e o nosso apoio incondicionados. Até porque o ideário representado pelo Parlamento do Mercosul, estou certo, é compartilhado por toda a sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mês de dezembro atravessou várias datas consagradas a fatos e temas relacionados aos povos originais do nosso País:

Dia 5, comemorou-se o 36º aniversário da Fundação Nacional do Índio – a FUNAI, o órgão indigenista do governo brasileiro.

No dia 10 de dezembro, comemora-se mundialmente o Dia Internacional dos Povos Indígenas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

E, no dia 19, na próxima sexta-feira, completa 30 anos a Lei nº 6.001 – o chamado Estatuto do Índio.

Neste particular, quero aproveitar a oportunidade para ressaltar a grande responsabilidade do Congresso Nacional no que se refere à regulamentação clara dos dispositivos constitucionais referentes aos povos indígenas em Território brasileiro. Superado pela Constituição de 1988, o velho Estatuto do Índio aguarda, há mais de dez anos, por sua adequação à nova ordem constitucional.

Anima-nos constatar que vivemos um período especialmente fecundo e oportuno nesse sentido: temos um governo comprometido com as demandas do movimento social e temos um movimento de povos indígenas articulado e coordenado por lideranças maduras, qualificadas em intenso processo de discussão e organização política que se vem desenvolvendo nos últimos trinta anos. Acrescente-se a isso, o apoio efetivo de diferentes segmentos sociais identificados com a causa indígena e que a têm apoiado com intervenções construtivas e agregadoras.

Nesse sentido, saúdo aqui também, muito especialmente, o conjunto de eventos realizados nos últimos meses, que produziu documentos primorosos, com diagnósticos e proposições sobre a relação de nossa sociedade e do Estado brasileiro com os povos indígenas.

Os conteúdos desses documentos não apenas informam com clareza sobre realidades que exigem providências urgentes, como simultaneamente pautam o Executivo, o Judiciário e o Congresso Nacional, indicando encaminhamentos pertinentes a cada qual e uma ordem de prioridades.

Cito aqui quatro desses textos, para que sejam incorporados em seu inteiro teor a este pronunciamento, e também como recomendação, pela qualidade de seus conteúdos, à informação desta Casa legislativa. São eles:

1 – O Relatório da VIII Caravana da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, sobre visitas realizadas a terras indígenas e audiências públicas realizadas nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rorai-

ma, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina, no período de 7 a 17 de outubro de 2003;

2 – O Documento Final do I Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia, realizado em Manaus, no Estado do Amazonas, sob a responsabilidade da COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, de 3 a 6 de novembro passado;

3 – O relatório assinado por Jean Pierre Leroy, em missão realizada junto ao Povo Cinta Larga, de Rondônia, no período de 16 a 18 de novembro, pela Relatoria Nacional de Direito Humano ao Meio Ambiente, à Organização das Nações Unidas – ONU; e

4 – O Documento Final do Fórum Nacional para Elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Brasil, que se produziu de 24 a 21 de novembro, em Sobradinho, no Distrito Federal.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero ainda saudar o diálogo que se vem estabelecendo com zelo e muita responsabilidade, entre o governo federal e lideranças e representações indígenas, sobretudo a partir do Fórum realizado em Manaus, no início de novembro passado.

Como diz o presidente Lula, a sociedade brasileira precisa reencontrar-se consigo mesma. E o processo por via do qual isso se dará não pode prescindir do diálogo com as nações originárias deste território, sobre o qual se constrói uma Nação – vigorosa, criativa e megadiversa – chamada Brasil.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, art. 203, que seja dado com lido o discurso sobre “documentos produzidos pelo Movimento Indígena Brasileiro e seus apoiadores” de autoria da Senadora Fátima Cleide.

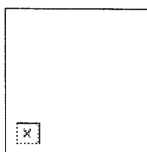
Sala das sessões, 17 de dezembro de 2003. –
Senadora **Fátima Cleide**.

*Defiro nos termos do
art. 210, parágrafo 2º.*

Em 17/12/03

Câmara dos Deputados

Comissão de Direitos Humanos



VIII CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS

CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS
**RELATÓRIO DAS VISITAS A TERRAS INDÍGENAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NOS ESTADOS
DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, RONDÔNIA, RORAIMA, PERNAMBUCO, BAHIA E SANTA
CATARINA**
07 a 17 DE OUTUBRO DE 2003**Introdução**

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH) realiza anualmente as Caravanas de Direitos Humanos, oportunidades em que os deputados federais viajam o Brasil para conhecer de perto os diversos tipos de violações de direitos humanos. Já foram realizadas, entre outras, as caravanas sobre o sistema penitenciário, asilos, manicômios e exploração sexual infantil. No ano de 2003, optou-se pelo tema "Conflitos em Terras Indígenas". Tal escolha se deveu, em primeiro lugar, a um *mea culpa* da própria CDH, que reconheceu não ter tratado da temática indígena com a atenção devida, desde a criação da comissão em 1995. Mas também pesou na decisão o acirramento dos conflitos e o aumento expressivo de mortes de índios, 23 desde o início do governo Lula, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Todas as comunidades visitadas ressaltaram o ineditismo da visita da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Segundo eles, raramente qualquer autoridade comparece às aldeias para ouvir a comunidade e conhecer sua realidade. O curioso foi que em diversos momentos a CDH foi desencorajada - por autoridades federais e estaduais - de empreender as visitas, sob o argumento de que os índios eram "perigosos" ou "imprevisíveis". Na verdade, estes argumentos escondem o fato de que a autoridade não-índia tem grandes dificuldades em saber ouvir os povos indígenas.

Os conflitos nem sempre possuem "lados" bem definidos. Em todo caso, a CDH teve a preocupação constante de conhecer os mais diversos aspectos das disputas, através dos variados pontos de vista. Entretanto, é importante ressaltar que, em toda escuta, os direitos humanos formaram o ponto de partida conceitual e interpretativo dos deputados. Vale dizer: a CDH se colocou à disposição como mediadora de conflitos, mas desde que o objetivo desta mediação seja fazer cumprir os tratados internacionais de direitos humanos e a Constituição brasileira. Tal atitude impõe o reconhecimento do fato de que as comunidades indígenas são vítimas de um processo histórico que a Constituição de 1988 procurou remediar de alguma maneira. Neste sentido, a CF/88 estabeleceu a inalienabilidade, indisponibilidade e imprescritibilidade do direito à terra. Não há negociação possível quando se trata do direito à terra, aos costumes, às tradições.

Têm-se discutido formas alternativas de compensação para aquelas pessoas que ocupam terras indígenas de boa-fé, além do pagamento das benfeitorias previstas pela Constituição. O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, estabeleceu em sua própria Constituição a compensação a agricultores assentados em áreas colonizadas ilegalmente pelo Estado, situadas em terras indígenas. Alternativas como esta são possíveis e desejáveis, desde que sejam reivindicadas de forma pacífica, sem ódio e

sem ameaças às comunidades indígenas. A experiência do Rio Grande do Sul merece ser estudada com carinho pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e Santa Catarina.

Este relatório foi elaborado a partir do que a CDH verificou *in loco* nas visitas às terras indígenas Buriiti (MS, etnia Terena), Sangradouro (MT, etnia Xavante), Roosevelt (RO, etnia Cinta Larga), Raposa/Serra do Sol (RR, etnias Makuxi, Wapixana, Ingariikó, Wapixana, Taurepang, Wai Wai e Yanomami), Caramuru - Catarina Paraguassu (BA, etnia Pataxó Hãhãê), Xucuru (PE, etnia Xukuru), e Toldo Chimbangue e Araçaí (SC, etnias Kaingang e Guarani). Além das visitas às aldeias, a CDH realizou audiências públicas em parceria com as Assembleias Legislativas e/ou Câmaras Municipais locais. Só não houve audiência pública nos estados de Rondônia (por motivos de atraso no deslocamento da caravana) e Pernambuco, onde, além da visita à terra indígena, a CDH realizou uma reunião com um grupo de índios dissidentes, em Recife.

A caravana foi integrada pelos deputados Orlando Fantazzini (PT/SP), Pastor Reinaldo (PTB/RS) e César Medeiros (PT/MG). Acompanharam os deputados os servidores Mateus Medeiros, da Comissão de Direitos Humanos, e Sílvia Fonseca, da TV Câmara. Na segunda etapa da viagem (RR, BA, PE, SC), juntaram-se ao grupo a Ouvidora-Geral da República, Dra. Eliana Pinto, e o delegado Osmar Tavares, do Serviço de Repressão a Crimes contra as Comunidades Indígenas, da Polícia Federal. Os deputados federais Walter Pinheiro e Guilherme Menezes estiveram na visita ao povo Pataxó Hãhãê. O Dr. Ivair Augusto dos Santos, assessor especial da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, acompanhou a visita a Roraima. As funcionárias Theresinha Miranda e Aldenir Aurea da Silva organizaram a logística das viagens, a partir de Brasília. A equipe da Comissão agradece as conversas com os antropólogos Márcia Grankow, Rita Segato e Paulo Maia, os quais indicaram livros para consultar e pessoas com quem falar. A Procuradora Federal Ela Wiecko e a assessora jurídica do CIMI, Rosane Lacerda, enviaram preciosos comentários sobre uma primeira versão deste relatório. O servidor Anderson Depizol gentilmente revisou o texto.

A Caravana de Direitos Humanos não teria sido possível sem o apoio incondicional do Presidente da Câmara dos Deputados, deputado João Paulo Cunha. A Comissão de Direitos Humanos quer agradecer especialmente à TV Câmara, nas pessoas do diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, Márcio Araújo, da diretora da TV, Sueli Navarro, e de Fred Schmidt Campos e Getsemiane Luiz da Silva, da produção da TV, e Sílvia Fonseca, repórter que acompanhou toda a caravana com a mesma disposição e vontade de todos os demais, embalada pelo desejo de retratar e documentar fatos que recebem muito pouca atenção da mídia comercial. A experiência foi pioneira no âmbito da TV Câmara e simboliza o esforço por uma televisão mais "pública" que "estatal".

Considerações Gerais

Conflitos:

Todos os conflitos possuem raízes no desrespeito histórico à cultura e à terra dos povos indígenas. Desrespeito este que não foi característico apenas da conquista da América ou da colonização portuguesa. Nós, brasileiros, o praticamos até hoje. O povo Cinta Larga, por exemplo, foi contactado apenas no início da década de 1970, mas já teve sua população dizimada: de cerca de 5000 índios, restam 1400 nos dias de hoje.

A principal forma de pressão do não-índio e de muitos indígenas é pelo "desenvolvimento" que os recursos indígenas podem gerar. Assim, os conflitos surgem

principalmente da tentativa do homem branco de utilizar as terras indígenas para a monocultura de produtos agrícolas de exportação, para as atividades de mineração e garimpo, extração de madeira, ou para a construção de barragens e hidrelétricas.

Os argumentos utilizados pelo homem branco são desinformados e muitas vezes preconceituosos. Por exemplo, fazendeiros questionam o tamanho das terras indígenas relativamente ao número de índios ("muita terra para pouco índio"). Tratam os povos indígenas como indivíduos e não nações e culturas. Adotam a maneira não-índia de produzir como parâmetro de utilização da terra, o que reforça a imagem preconceituosa do índio como sujeito preguiçoso.

As populações indígenas, por sua vez, têm sua auto-estima gravemente ferida pelo preconceito. Em todas as aldeias, as etnias afirmaram que o índio quer, sim, trabalhar, mas à sua maneira. Para tanto, precisam das condições necessárias: terra, educação e saúde como políticas diferenciadas. Os caciques renegam a figura do "bom selvagem", do índio inocente e despido de interesses materiais. Ao contrário, eles querem o desenvolvimento para suas comunidades, querem aumentar a renda disponível, não querem ser apenas "um exército para cuidar das matas". Entretanto, faz-se necessário que tais iniciativas sejam possíveis em um contexto de preservação de suas identidades culturais.

Desenvolvimento

Os índios brasileiros já são produtores de riquezas com valor de mercado. Essa foi a constatação da CDH ao visitar, por exemplo, as comunidades das terras indígenas Roosevelt (RO) e Raposa/Setra do Sol (RR). Na primeira, os índios aprenderam a atividade da garimpagem. Lutam para poder usufruir das riquezas de suas terras, sem ceder à ganância daqueles que pregam a exploração do diamante por empresas e pelo garimpo desordenado. Em Roraima, há muitos anos os índios aprenderam a atividade pecuária. Possuem até uma escola para formação agropecuária dos indígenas. Comercializam sua produção para os mercados não-índios.

O direito constitucional de usufruto exclusivo dos índios sobre as riquezas naturais de suas terras deve ser entendido como um benefício, uma proteção, e não como uma restrição às suas atividades produtivas. O que os índios Makuxi (RR) aprenderam, e os Cinta-Larga (RO) estão aprendendo, é que a exploração de seus recursos naturais deve se dar de forma que preserve a identidade cultural de seu povo. Mesmo (e principalmente) quando isso significa não explorar os recursos tão intensivamente quanto faz o homem branco. O índio tem seu próprio ritmo e, principalmente, seu próprio caminho. O índio não é um empecilho ao desenvolvimento. É uma alternativa. Mato Grosso, por exemplo, não precisa ser uma grande fazenda de soja. Podem e devem existir atividades econômicas alternativas, inclusive aquelas que explorem os conhecimentos tradicionais indígenas, a diversidade biológica, o turismo, o manejo florestal, etc. Nós brasileiros já deveríamos ter aprendido as vantagens e os riscos de dependermos economicamente da monocultura de exportação.

A CDH ouviu de muitos não-índios envolvidos no conflito, especialmente no Mato Grosso, que as igrejas e a Funai submeteram o índio a uma visão paternalista e culturalmente escravizante. Segundo esse raciocínio, o índio foi subestimado e confinado ao longo do tempo, e hoje sofre por não conseguir bens da sociedade não-índia. Até poderia ser verdade. Há muito o que se criticar na atuação de órgãos e entidades indigenistas. Mas o que chama a atenção é que os projetos de "desenvolvimento" defendidos por esses não-índios não incluem o direito à terra. De fato, o que se pôde perceber no Mato Grosso foi exatamente o contrário: os fazendeiros ofereceram a "parceria agrícola", mas desde que os indígenas abrissem mão da demarcação e homologação de suas terras.

A terra é a única garantia de que o desenvolvimento vai se dar com o devido respeito à identidade e autonomia das culturas indígenas. Autonomia significa a capacidade de dispor sobre o próprio futuro. Ao longo da história humana, praticamente todas as nações que perderam o controle sobre seu território terminaram extintas. Não

apenas por terem sido dizimadas, mas principalmente porque seus membros foram assimilados por outras culturas. Suponhamos que um projeto de parceria agrícola funcione durante dez anos, obviamente interferindo na organização social da sociedade indígena. Depois desse tempo, caem os preços da soja no mercado internacional, e o fazendeiros "parceiros" precisam abandonar o projeto, em virtude da dificuldade financeira. Se os índios possuem a terra, podem decidir coletivamente o que fazer. Se não possuem, estarão completamente encurralados e haverá forte pressão para que cada índio individualmente tome o seu caminho. Em Santa Catarina, os índios Guarani estão completamente sem terra. Vivem de favor numa pequena área cedida pelos Kaingang. Sobrevivem à custa da cesta básica fornecida pela Funai. Isso tem acarretado um enorme êxodo dos índios para os centros urbanos.

Sem a terra não existe futuro. Há no máximo o amanhã. A terra é o que garante que os índios sejam tratados como nações, e não apenas como indivíduos.

Preconceito - O índio, o mestiço e o "brasileiro":

O conflito gera um enorme preconceito contra as populações indígenas. Os índios estão em franca desvantagem com relação às informações que são repassadas à imprensa e à opinião pública em geral. Raramente possuem voz própria: ou são completamente silenciados ou "falam" através de organizações indígenas, muitas das quais se acostumaram aos confortos da tradição tutelar com relação aos povos indígenas. Além disso, existe um completo desconhecimento e um proposital desprezo, por parte da comunidade não-índia, pelas culturas indígenas. Em todas as aldeias visitadas, a CDH ouviu a reclamação dos índios de que eles são tratados como preguiçosos ("o homem branco afirma que o índio não quer trabalhar").

Não raro, constata-se uma deliberada tentativa de jogar a população não-índia contra a comunidade indígena. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, muitos se dizem "amigos" e "irmãos" dos índios, mas regra geral não se procura conhecer sua língua, seus costumes, visitar suas aldeias. Quando o conflito se acirra, espalham-se notícias de que os índios são "matadores", "estupradores", e outros, sendo que raramente a população indígena tem a oportunidade de se defender. No caso dos Cinta Larga em Rondônia, chega-se à prática da discriminação explícita: comerciantes cobram mais caro pelas mercadorias e até o poder judiciário determinou o pagamento de uma fiança no valor de R\$ 10 mil reais para um índio, pelo crime de porte ilegal de arma, enquanto a fiança é cinco vezes menor para o caso de não-índios presos pelo mesmo crime. Invariavelmente, considerando os crimes decorrentes do conflito, em todos os Estados visitados há mais índios que não-índios presos. Ao mesmo tempo, morrem muito mais índios que não-índios em decorrência do conflito. Em Roraima há 30 índios presos contra ninguém preso por crimes contra os índios. Nos últimos 25 anos, 25 índios foram assassinados por não-índios.

Uma das reclamações constantes por parte daqueles que se colocam contrários à demarcação de terras, ou às demais políticas indígenas, é a de que o índio hoje já se tornou um "brasileiro". A CDH ouviu frases tais como "eles têm caminhonetes importadas", ou "possuem casas de alvenaria", e outras do gênero. Portanto, já estariam "aculturados" e não necessitariam de políticas específicas, podendo ser tratados como quaisquer outros "brasileiros". Trata-se de mais uma manifestação do racismo à brasileira, que esconde a diversidade cultural para afirmar uma igualdade meramente formal. Curioso é que, para alcançar o mesmo objetivo discriminatório, é necessário inverter a função do mestiço índio, quando comparada à do mestiço negro. O mulato esconde o negro: os brasileiros fingem que não há negros porque "somos todos mulatos". Ao mesmo tempo, o índio originário - aquele que anda nu e caça com arco-e-flecha - esconde o mestiço. Eles não são mais índios, agora são "brasileiros". O raciocínio ignora o fato de que estes mestiços "brasileiros" falam outras línguas, possuem outros deuses, outras regras de parentesco e casamento, vivem em aldeias, etc. Estas diferenças não passam de detalhes a serem eliminados a bem da "brasilidade".

Assim é que se estabelece o cruel ciclo do preconceito contra o índio brasileiro: *a priori*, ele é "preguiçoso", não sabe "desenvolver", não sabe "produzir". Se passa :

"produzir", a "trabalhar", então deixa de ser índio. De acordo com essa lógica, os termos "preguiçoso" e "improdutivo" fazem parte da própria definição do "índio".

A dinâmica da conflito:

Os itens acima deste relatório contêm considerações sobre os motivos do conflito entre brancos e índios. Mas o que fazem os não-índios - na prática - para manter o conflito aceso? Esta é uma questão fundamental, pois é nestas ações que se pode interferir para evitar as mortes de pessoas envolvidas.

Ressalte-se a interpretação de muitos juizes e tribunais segundo a qual a terra indígena, enquanto não estiver homologada, é um pedaço de chão como outro qualquer. De nada adiantam a criação do Grupo de Estudos da Funai, a identificação, a demarcação. Ou a terra é indígena, ou não é. Essa dualidade provoca o acirramento do conflito, ao estimular um sem-número de práticas dos não-índios com relação à terra: construção de estradas, criação de municípios, extração intensiva de recursos naturais, drenagem e desvio de rios, e muitas outras.

A intenção dos não-índios, ao promover estas ações, é dificultar o processo de demarcação e homologação, criando uma situação em que a criação da terra indígena seja "impossível". Ao mesmo tempo, intimidam as comunidades indígenas e tentam subornar as principais lideranças com as promessas de dinheiro, "desenvolvimento", mas desde que abram mão da reivindicação da terra. Enquanto isso, o processo de demarcação e homologação pode se arrastar por anos, e, com ele, o conflito. Muitas mortes seriam evitadas se o entendimento jurisprudencial considerasse as terras em demarcação como terras com título em disputa. Assim, muitas destas práticas poderiam ser evitadas através de medidas judiciais cautelares.

Cabe lembrar a responsabilidade dos diversos poderes executivos. Os índios acusam o governo federal de permitir que negociações políticas interfiram no processo técnico de demarcação e homologação de terras. Aparentam como exemplo a filiação do governador de Roraima, Flamarion Portela, ao Partido dos Trabalhadores, ato político que ampliou a base de sustentação do governo no Congresso Nacional. A comunidade indígena e muitos não-índios acreditam que o governador negociou com o governo a não-homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol. A CDH também ouviu suspeitas quantos aos interesses do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi. Um dos maiores plantadores de soja do país - monocultura esta que exerce grande pressão sobre as áreas indígenas do Estado - governador teria proposto ao governo federal uma "moratória" na demarcação de terras indígenas.

Enquanto protela o processo de homologação das terras indígenas, o governo federal praticamente deixa os índios à própria mercê, em termos da assistência à saúde, educação e trabalho e segurança para o índio. Esta precariedade não é uma simples questão de verbas orçamentárias. Integra um processo mais amplo de fragilização das comunidades indígenas. Estando em precárias condições de vida, os índios são mais vulneráveis às promessas de "desenvolvimento" e à pura e simples compra de lideranças por parte de não-índios. Prova de que este processo faz parte de uma estratégia são as transferências de recursos federais para municípios e fazendeiros que ocupam terras indígenas em conflito. Exemplo disso ocorreu, segundo os índios, em Roraima, com a transferência de recursos para o município de Uiramutã, que fica dentro da terra indígena e foi criado após a demarcação. Uma coisa é a falta de verbas para a Funai e Funasa. Coisa bem diversa é a existência de dinheiro para insuflar o conflito.

Por fim, é importante entender o papel dos governos estaduais, os quais costumam lavar as mãos com relação aos índios, que são "da alçada do governo federal", ao mesmo tempo em que também eles transferem recursos para a sociedade não-índia. Como já foi dito anteriormente, estes mesmos governos estaduais no passado colonizaram ilegalmente áreas indígenas que hoje estão em conflito. O mínimo que podem fazer é reconhecer essa responsabilidade.

Saúde:

Todas as comunidades reclamam da precária ou inexistente atenção à saúde do povos indígenas, principalmente depois do programa de terceirização implementado pela Funasa. A caravana ouviu denúncias de que os hospitais e postos de saúde - que recebem verba regular da Funasa para atendimento diferenciado às populações indígenas - não utilizam a verba para este fim. Ao mesmo tempo, a CDH conheceu uma boa experiência de terceirização em Roraima, onde os próprios índios organizaram seus serviços de saúde. Misturando a medicina branca e as tradições indígenas, formam agentes de saúde indígena: pajés, benzedeiros, parteiras, microscopistas, técnicos em saúde bucal e em exames de malária.

O que se pôde perceber é que os programas de "terceirização" dos serviços da Funasa só poderão ser efetivos na medida em que envolvam a efetiva participação das comunidades indígenas. A Caravana ouviu reclamações de que os Conselhos Distritais de Saúde Indígena raramente se reúnem. O conselho Xavante (MT), por exemplo, só se reuniu uma vez, no ano 2000. Desde então não acontece qualquer reunião. A situação, portanto, facilita o abuso e o desvio de recursos por parte das "entidades" responsáveis pela política de saúde. Não se deve esquecer que o responsável final é a própria União, e que portanto qualquer tentativa de parceria com a sociedade civil tem que contar com mecanismos de controles da sociedade e do próprio Estado.

Neste sentido, faz-se necessária a implementação de fato do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, conforme estabelece a Lei nº 9836/99.

Educação:

A educação é um aspecto delicado da política indigenista. As culturas tradicionais nunca contaram com uma grande divisão do trabalho elaborada nas atividades realizadas por seus membros. Regra geral, a única divisão foi entre as tarefas de homens e as de mulheres. No âmbito de cada gênero, cada indivíduo fazia as mesmas coisas que todos os outros. Isso significa que a grande especialização profissional oferecida pela sociedade não-índia apresenta o risco de interferir negativamente na cultura tradicional. Ao mesmo tempo, a especialização será inevitável - e até indispensável - para que o índio sobreviva culturalmente e se desenvolva economicamente.

Além do ensino regular, uma grande carência no âmbito da educação indígena é de ensino técnico. Em Roraima, por exemplo, as comunidades indígenas fundaram uma escola de agropecuária, em que os alunos aprendem a atividade pastoril. São iniciativas como esta que garantem a sustentabilidade econômica e cultural das comunidades indígenas.

Algumas aldeias visitadas contam com escolas indígenas, que no entanto sofrem de problemas vários, como a falta de material escolar específico para as diversas culturas. De fato, apenas a minoria das escolas são reconhecidas como escolas indígenas, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Este reconhecimento é importante porque, entre outros motivos, legitima administrativamente os programas de formação de professores indígenas e os orçamentos específicos para a educação indígena.

Os estudantes indígenas sofrem problemas de adaptação e de preconceito quando, em determinado momento da vida escolar, transferem-se para a escola não-índia. Isso ocorre porque as escolas indígenas só oferecem o ensino até determinado nível escolar. As comunidades indígenas reivindicam a ampliação das séries oferecidas. Entretanto, é importante atentar para o fato de que, mesmo que todas as escolas ofereçam o segundo grau completo, muitos índios vão cursar o ensino universitário.

Assim, deve-se sempre atentar para o problema da adaptação e integração.

Por fim, cabe observar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, apesar de avançar no sentido de reconhecer o direito à educação indígena, nada previu acerca da educação dos não-índios quanto à questão indígena, o que contribui para perpetuar o desentendimento.

Meio ambiente:

A Caravana dos Direitos Humanos pôde identificar três fontes de conflito envolvendo questões ambientais: (a) problemas relativos à degradação do entorno das terras indígenas; (b) a degradação e má gestão dos recursos naturais no interior das terras indígenas; (c) a sobreposição de terras indígenas indígenas e ambientais.

No primeiro caso, a degradação é decorrência da aproximação cada vez maior da grande monocultura e da pecuária extensiva. Os índios de Roraima relataram a morte, em 1995, de uma enorme quantidade de pássaros, em virtude da contaminação das águas pelas lavouras de arroz. Vários abortos já foram provocados em mulheres que beberam água contaminada. Em Mato Grosso, a aproximação da soja já acarretou uma enorme diminuição na quantidade de caça disponível para os índios, fato este de extrema gravidade, visto ser a caça a principal atividade de subsistência dos Xavante. Já o Estado de Rondônia está se transformando num grande pasto, que surge depois que madeiros clandestinos desmatam a floresta. Estas pastagens inclusive já invadiram as terras indígenas, comprometendo as atividades tradicionais dos índios.

O segundo tipo de problema ambiental - a degradação no interior das terras indígenas - ocorre em terra indígenas e áreas de grande extensão, como a Raposa/Serra do Sol (RR) e as áreas Cinta-Larga, que vão do Mato Grosso a Rondônia. Os problemas ocorrem ora porque os índios são incapazes de fiscalizar as áreas por si mesmos, ora porque suas lideranças são convencidas - em troca de dinheiro - a permitir as atividades ilegais. Vinte anos foram suficientes para que se extinguisse o mogno da enorme Terra Indígena Roosevelt (RO), sob os olhares cúmplices dos órgãos de fiscalização. Ainda existe intensa exploração de madeira em outras áreas Cinta-Larga. Em Roraima, há notícias de abatedouros de gado clandestinos, que deixam os restos dos animais na beira dos igarapés. O município de Pacaraima, criado ilegalmente, implantou um lixão a céu aberto. Além disso, periodicamente os índios se organizam para expulsar garimpeiros que invadem a área indígena. Em algumas dessas ações, a Polícia Federal prendeu os índios sob acusação de cárcere privado, enquanto nada aconteceu aos invasores. Os índios da Raposa/Serra do Sol (RR) já são bem organizados para resistir ao garimpo ilegal, mas os índios Yanomami têm enfrentado graves problemas, repetidamente denunciados.

Finalmente, persiste o problema da sobreposição de Unidades de Conservação (UC's) ambiental a terras indígenas. Grande parte do conflito advém da disputa histórica e da falta de planejamento conjunto por parte dos órgãos indigenistas (Funai e antecessores) e ambientais (Ibama e antecessores). O principal problema é que as comunidades indígenas não são incluídas nos processos de decisão sobre as suas próprias terras. Os Makuxi, de Roraima, reclamaram intensamente da criação do Parque Nacional Monte Roraima. Afirmam que nunca foram ouvidos e temem a invasão das áreas pelo turismo desordenado. Ainda por cima, o parque se localiza em local sagrado nas culturas Makuxi e Ingarikó. A Comissão ouviu, ainda, o caso dos Pataxó de Monte Pascoal (BA), que foram expulsos de suas terras, em 1961, em virtude da criação de um parque, e que a partir de 2000 passaram a reocupar o local.

Os índios não são ambientalistas radicais. De fato, a CDH ouviu reclamações no sentido de que eles não querem ser apenas "um exército para cuidar das matas" (liderança Xavante/MT). Entretanto, o índio compreende muito bem - melhor que qualquer garimpeiro ou pecuarista - a necessidade de preservação de seus

recursos naturais, para o bem de suas gerações futuras. Não faz sentido, portanto, atropelar a autonomia de decisão que eles têm sobre suas terras. Eles serão os primeiros a aceitarem planos de manejo de seus recursos que lhes garantam autonomia cultural e acesso mínimo ao conforto material. O confronto histórico entre os órgãos ambientais e indigenistas parece ter raízes outras, de natureza principalmente corporativa. De um lado, os órgãos ambientais se recusam a compartilhar a responsabilidade pela preservação com as comunidades indígenas. De outro, o órgão indigenista se acostumou ao "monopólio da tutela", e não admite as relações dos índios com outros órgãos governamentais.

No ano 2000, lei federal estabeleceu a obrigatoriedade da criação de grupos de trabalho compostos pelos órgãos indigenista e ambiental, além das próprias comunidades indígenas, a fim de regularizar as situações de sobreposição. A julgar pelos casos de Roraima e da Bahia, esta política ainda não deu resultados.

Segurança:

O problema da segurança das aldeias é grave. No caso dos Terena (MS), muitos índios estão acampados nos locais reivindicados para demarcação. A qualquer momento podem surgir os fazendeiros que disputam as terras, instaurando-se o conflito. Em todas as comunicações dos fazendeiros, eles garantem que "lá eu derramei o meu suor, se for preciso derramarei meu sangue". No caso dos xavante (MT), o cacique Alexandre disse na audiência pública que abriu mão da demarcação das terras "para não morrer nas mãos dos fazendeiros".

Na aldeia Roosevelt (RO), no momento da visita da CDH, nove funcionários da FUNAI se revezavam na fiscalização para impedir a invasão da terra indígena por garimpeiros. Dependendo da situação política, o governo do Estado coloca ou retira a Polícia Florestal do local, enquanto a Polícia Federal não possui condições de manter um esquema de fiscalização permanente. Aliado a isso, a região assiste a periódicas manifestações de garimpeiros que fecham as estradas em protesto pela reabertura do garimpo. Uma destas manifestações foi organizada na véspera da visita da CDH. No dia 27 de setembro um funcionário da Funai foi baleado.

Na Bahia, o conflito de terras já ultrapassou o âmbito índios-fazendeiros. A CDH ouviu da população não-índia do município de Pau Brasil que os pistoleiros, contratados por fazendeiros da região, têm praticado assaltos e assassinatos também no cidade, o que já provocou a criação de uma associação de vítimas da violência em um município de apenas 15 mil habitantes. Segundo as informações, estes pistoleiros são contratados nos centros urbanos da Bahia e de outros Estados.

Em Pernambuco, existe grande clima de tensão entre os próprios índios. O cacique Marcos Xukuru foi vítima de uma tentativa de assassinato, episódio no qual morreram dois de seus parentes e em que estavam envolvidos outros índios da mesma etnia. O episódio resultou na expulsão de um grupo de índios da Terra Indígena. Este grupo, que apóia a construção de um santuário turístico dentro da terra indígena, continua organizado, com o apoio da Funai, e disposto a voltar às aldeias, o que, se acontecer, certamente provocará um sério conflito.

Finalmente, em Santa Catarina a própria CDH foi vítima da intimidação de fazendeiros e até de um prefeito local. Um funcionário da CDH presenciou uma ameaça explícita de um fazendeiro a um missionário do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Mulheres:

Em muitas aldeias, formou-se uma roda de discussão entre os deputados e os homens índios, enquanto as mulheres assistiam de longe. As exceções foram os Pataxó Hã'Hãe (BA) e as comunidades da Raposa/Serra do Sol (RR), em que as mulheres participaram da roda principal. No caso dos Cinta Larga (RO), apesar de as mulheres quase não terem falado, exerceram papel fundamental no processo de conscientização dos índios para retomar suas terras e expulsar os garimpeiros ilegais. Entre os índios Terena (MS), houve uma única participação feminina, quando a anciã da aldeia falou aos deputados, em língua Terena. Enquanto a CDH conversava com índios Xavante (MT), uma mulher interrompeu e repreendeu as palavras do cacique, em língua Xavante. O cacique falava exatamente sobre o projeto de "parceria agrícola" entre índios e fazendeiros de soja.

Pôde-se perceber que as mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que possuem poder no interior das comunidades, em geral não são reconhecidas como representantes destas perante os não-índios. Entretanto, é importante ouvir sua voz. Não que se proponha trazê-las para a frente da roda, pois isso poderia implicar um desrespeito à cultura dos índios, o que provavelmente seria rechaçado pelas próprias mulheres indígenas. O que se faz necessário é que a política indigenista também possua um corte de gênero, ou seja, que os problemas das comunidades indígenas sejam vistos também da perspectiva feminina. Tal atitude será benéfica não somente para as mulheres, mas para a política indigenista como um todo.

Neste sentido, é fundamental valorizar experiências como a das índias de Roraima, que fundaram uma organização independente, a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR). Ao mesmo tempo, faz-se necessária a elaboração de programas de ações afirmativas para as mulheres indígenas.

Funai:

Via de regra, os funcionários da Funai em cada estado ou fazem o jogo dos não-índios no conflito, ou estão ameaçados de morte pelos mesmos brancos, já que defendem os direitos dos índios. Por exemplo, em Mato Grosso, a Funai local chegou a defender um plano de "parceria agrícola" entre índios e fazendeiros, elaborado sob ameaças aos índios e com a condição de que eles "abrissem mão" da demarcação de suas terras. Já em Rondônia, o Grupo Tarefa, instituído pela portaria 1166 da Funai, resultou na expulsão de garimpeiros da terra indígena Roosevelt e na maior conscientização da comunidade indígena sobre os males que a exploração desordenada do diamante e da madeira causaram ao povo Cinta Larga. Isso vem rendendo aos funcionários do Grupo Tarefa várias ameaças de morte. A mesma situação se pôde verificar em Roraima e Santa Catarina. Em Pernambuco existe uma certa tensão declarada entre os Xukuru e a Funai local, que tem dado assistência a um grupo de índios dissidentes.

Essa grande diferença de atitude entre as administrações regionais da Funai indica a falta de uma orientação nacional para a política indigenista. A CDH ouviu de algumas pessoas que a Funai é "polissêmica". Entretanto, conquanto seja importante a manifestação da diversidade de pensamento e ação dentro do órgão, faz-se necessário algum tipo de orientação geral. Caso contrário não haveria motivo para existir a sede da Funai em Brasília. Por exemplo, orientações do tipo "será proibido negociar a demarcação de terras" devem constar como mensagem de Brasília aos diversos estados.

Outro ponto reiterado nas visitas e audiências é o sucateamento da Funai, cujo orçamento é insuficiente para as tarefas de demarcação e assistência ao índio. Além disso, há 15 anos o órgão não realiza concurso público para renovação de seu quadro permanente. O sucateamento da Funai é o principal fator de ambiguidade na relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas. O Estado demarca terras, mas, ao falhar completamente na assistência aos povos indígenas, fragiliza-os perante a pressão exercida pelo poder econômico. Assim é que os Xavante (MT), apesar de terem grande parte de suas terras demarcadas, sentiram-se forçados a aceitar uma proposta de "parceria agrícola" com fazendeiros de soja. Da mesma maneira, os Cinta Larga em Rondônia, que também têm terras já demarcadas, permitiram durante 20 anos a extração de toda a madeira da terra indígena, e hoje enfrentam o problema da exploração do diamante.

Por fim, ressalte-se a prática clientelista da Funai de cooptação de lideranças indígenas, através da nomeação de caciques para cargos em comissão naquele órgão. Tal estratégia serve principalmente para acalmar os ânimos das comunidades indígenas, enquanto não surge uma verdadeira política indigenista. Entretanto, ao mesmo tempo, serve aos interesses corporativos da Funai, pois reforça os argumentos para manutenção do instituto da tutela, ao qual os funcionários do órgão parecem ter se acostumado. Segundo esta figura jurídica, os índios são incapazes, em termos da prática dos atos jurídicos civis, devendo ser representados pelo órgão indigenista. Estabelecida há mais de trinta anos, a tutela indígena mostra-se, hoje, ultrapassada, devido ao intenso contato que se estabeleceu entre índios e não-índios. Faz-se necessário estudar novas formas de proteção que evitem este mecanismo de cunho excessivamente paternalista, o qual é reforçado pela distribuição de cargos entre lideranças indígenas.

Ongs e Igrejas

"Vivíamos em paz e harmonia com os índios, até que chegaram as ONGs". Esta frase foi insistentemente repetida por não-índios de praticamente todos os estados visitados. As Ongs e a igreja católica são invariavelmente acusadas de "insuflar" os índios ao conflito. Também são retratadas como atores de uma conspiração internacional para "entregar o Brasil" aos interesses estrangeiros. Seriam responsáveis, ainda, pelo "confinamento" dos índios e por uma espécie de escravidão cultural. Este discurso é praticado não apenas por aqueles não-índios diretamente envolvidos nos conflitos, mas também por políticos e pela imprensa local.

A par da natureza obviamente enviesada desse discurso, é importante refletir sobre o papel da sociedade civil (não-índia) organizada na política indigenista. De um lado, pode-se perceber que a raiva dos envolvidos no conflito se deve a um processo de conscientização em que os índios passam a reivindicar a autonomia - a terra e os recursos naturais - e não a dependência - as cestas básicas, roupas, etc. Em outras palavras, deixam de ser clientes e passam a cidadãos. Grande parte dessa mudança se deve à atuação de indigenistas independentes, organizados a partir da sociedade civil.

Por outro lado, o enorme crescimento no número e na diversidade de Ongs e Igrejas atuando nas comunidades indígenas não deixa de refletir a ausência do poder público. Em muitos casos, a política pública fica completamente terceirizada. Muitas organizações e igrejas são hoje "as" responsáveis por políticas de educação, saúde, e até de demarcação de terras. Como a fiscalização é precária, abre-se espaço para muitos abusos na aplicação dos recursos. Também as igrejas muitas vezes misturam o oferecimento de serviços de saúde e educação com a evangelização dos indígenas. Além disso, na disputa entre "fideis", colocam os índios uns contra os outros. No caso de Roraima, por exemplo, havia aldeias católicas (que defendem a homologação da Raposa/Serra do Sol em terra contígua) e evangélicas (que aceitaram o lema da homologação em ilhas). Por fim, como praticamente qualquer organização cabe sob o guarda-chuva "ong", organizam-se grupos com interesses diametralmente contrários aos dos índios, na disputa pelo controle das políticas e, principalmente, pela proximidade com os recursos naturais.

Entretanto, é no mínimo infantil tratar as "ongs" e "igrejas" indiscriminadamente. Há uma enorme diversidade entre esses grupos, assim como há diversidade entre os povos indígenas. Além disso, o discurso é incoerente: aquelas mesmas pessoas que o praticam organizam Ongs e associações contrárias às organizações que elas pretendem combater. Em Roraima, por exemplo, 124 aldeias (82%) da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol estão filiadas ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), enquanto 27 (18%) fazem parte de outras organizações indígenas. O CIR defende a homologação das terras em área contínua (ver visita a Roraima), enquanto as outras organizações defendem a homologação em ilhas. Os não-índios da região, cuja quase totalidade apoia a homologação em ilhas, defendem as organizações indígenas respectivas, enquanto praticam o discurso de que "tudo estava em paz até que chegaram as Ongs".

No caso das igrejas, há organizações de âmbito nacional, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Igreja Católica, e o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), que são nacionalmente organizados e que incluem em sua atuação a reflexão sobre os riscos da evangelização a qualquer custo. No caso das Ongs, existem organizações locais, nacionais e internacionais, com diferentes fontes de financiamento e diferentes áreas de atuação. O Instituto Socioambiental, por exemplo, é talvez a única fonte completa de dados, inclusive cartográficos, sobre todos os povos indígenas. Realiza um trabalho fundamental em vista da omissão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que até hoje não promoveu o censo indígena.

Também não adianta estabelecer um controle em abstrato, como propôs a Funai em 1998, ao tentar condicionar qualquer atuação das Ongs a convênios previamente firmados. Tal atitude não se justifica por duas razões. Primeiro, pela sua total ineficácia. Sem a presença do poder público in loco, não serão convênios assinados em Brasília que garantirão a melhor atuação desses grupos. Ao contrário, isso poderá ser prejudicial, visto que os convênios aumentam os custos e empecilhos para uma atuação independente. O segundo motivo é que a estratégia subestima a capacidade das próprias comunidades indígenas de escolher seus parceiros. Já em 1970 o antropólogo Julio Melatti (Índios do Brasil, editora Hucitec) descrevia como alguns índios conheciam as diferenças entre o catolicismo e o protestantismo, e filiavam-se a uma ou outra por interesses puramente políticos. O fato é que, sem a presença do poder público, não será possível distinguir entre os diversos tipos de trabalho das Ongs e Igrejas. Portanto, não será possível evitar os riscos dessas parcerias.

Branco e Branco

No ano 2000, o IBOPE realizou pesquisa sobre o que os brasileiros pensam dos índios. Dentre os entrevistados, 82% afirmaram que o governo federal deveria atuar para evitar a extinção dos povos indígenas. 91% consideraram que eles devem ter espaço para viver conforme a sua cultura. 93% afirmaram que eles devem receber uma educação que respeite os seus valores. Informados de que os índios representavam apenas 0,2% da população brasileira e tinham direitos sobre 11% do território nacional, apenas 22% consideraram que é muita terra para pouco índio, enquanto outros 68% entenderam que a extensão das terras indígenas é adequada ou insuficiente. Mesmo nas regiões norte e centro-oeste, 59% dos entrevistados consideraram a extensão das terras adequada ou insuficiente, enquanto 34% disseram que é muita terra.

Estes dados se confrontam com a experiência da Caravana de Direitos Humanos. Podemos arriscar que, entre os não-índios que compareceram às audiências públicas, as proporções se invertem. A esmagadora maioria pensa o contrário: "é muita terra para pouco índio". Estas pessoas representam as minorias que mal aparecem nas estatísticas, mas que estão presentes nos conflitos. São os brancos de perto e os brancos de longe. Aqueles tratam o índio como preguiçoso, atrasado. Estes apoiam os índios, apesar de possuírem uma visão romântica (e também preconceituosa) do "bom selvagem".

A par da diversidade que essas constatações revelam, também salta aos olhos a força da minoria ativa contra a maioria passiva. Os 59% de brasileiros do centro-oeste que apoiam as demarcações não estiveram presentes nas audiências públicas promovidas em Cuiabá e Campo Grande. O mesmo se pode dizer dos moradores de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, é pouco provável que estes eleitores reflitam sobre a posição de seus candidatos frente à política indigenista. Estão mais preocupados com o desemprego, violência, etc. Os políticos que atuam na causa indigenista tenderão a receber votos daquela minoria ativa, de interesses expressamente contrários aos dos índios. Este fato se agravou ainda mais com a política de criação indiscriminada de Estados. Antigos territórios como Rondônia, Roraima, Amapá, além de Mato Grosso do Sul, de pequena população, passaram a contar com 15% dos votos no Senado, uma minoria com alto poder de obstrução e grande capacidade de influenciar a política indigenista do governo federal.

Essa situação descrita acima sugere a necessidade de criar canais de participação política também para essas maiores silenciosas, que apoiam as políticas indigenistas, mas que raramente se manifestam no cenário político. Além disso, percebe-se o quanto impactante será a aprovação da reforma política, em discussão no Congresso Nacional.

Índios e Índios

Assim como há grande diversidade entre não-índios, também os índios possuem as mais diversas maneiras de encarar seus problemas: o grau de autonomia *versus* "aculturamento", a extensão de suas terras, as atividades econômicas a realizar, o papel das mulheres e das lideranças tradicionais, a especialização profissional de seus membros e inúmeras outras questões. Além da diversidade dentro de cada etnia, há que se considerar o enorme número de diferentes povos. Muitas vezes a única coisa que eles têm em comum é a denominação "índio" dada por nós "não-índios". A enorme diferença entre, por exemplo, os índios nordestinos e nortistas, aponta para as mais variadas necessidades de suas comunidades.

Os não-índios pensam que é fácil alcançar o consenso sobre todas estas questões. A Caravana ouviu alguns não-índios dizendo que "os índios deviam se unir" e outras frases similares. Vale a pena tentar essa união, pelo menos em termos de princípios básicos sobre a autonomia cultural e autodeterminação dos povos. Entretanto, a política indigenista não pode depender da união entre os povos indígenas. Principalmente, não pode se pautar em qualquer "acordo" que se possa fazer entre uma dada liderança e os poderes locais. Na grande maioria das vezes, esses "acordos" resultam da intimidação ou da pura e simples compra das lideranças, principalmente quando se traduzem no abandono das reivindicações por terra.

A terra é um princípio básico de autodeterminação cultural. Por isso, certamente a política indigenista deve privilegiar a opinião dos índios que lutam por sua demarcação. Ao mesmo tempo, o uso que se faz da terra, conquanto possa assumir as mais variadas formas, também tem um forte componente de preservação da autonomia. A CDH conheceu o caso dos índios Xukuru (PE). O contato com os "civilizados" é muito antigo, mas o processo de demarcação é recente (a partir de 1992). No momento da demarcação muitos índios já se encontravam morando nas cidades, trabalhando para fazendeiros, e realizando as mais diversas atividades. É de se esperar que, com toda a diversidade existente, haja muitas opiniões sobre o que se deve fazer com a terra. Assim, quando políticos locais, aliados à Igreja Católica da região, propuseram a criação de um santuário turístico dentro da terra indígena, é claro que haverá opiniões favoráveis no meio da comunidade. Mas esta não é a questão. O problema é que o projeto de santuário é visivelmente contrário ao plano de autodeterminação cultural do povo Xukuru. Há uma opinião (inclusive majoritária) de que a terra deve ser explorada pelos próprios índios, para sua agricultura, mesmo que isso implique auferir menos renda no primeiro momento. Não temos dúvida de que essa é a opinião que mais se coaduna com os princípios constitucionais e internacionais. Os órgãos públicos e indigenistas devem estar ao "lado" dela.

07/10/2003

Visita à Aldeia Buriti

Etnia Terena

Município de Sidrolândia/MS

Acompanharam a Caravana:

Deputado estadual Pedro Teruel

Deputado estadual Pastor Barbosa

Deputado estadual Pedro Kenque

Márcio Justino Marco, administrador da Funai em Campo Grande

Sebastião de Souza Coelho, Coordenação Geral de Defesa dos Direitos Indígenas da Funai

Carlos Jacobina, Setorial Indígena do PT/MS

A Caravana agradece ao deputado estadual Pedro Teruel, pela organização do transporte de Campo Grande até a aldeia, e aos Policiais Federais Alcyr Amaral (delegado), Vander, Loureiro, Buranello, Nascimento, Brasil, Carlos e Irmão (agentes). Nossos agradecimentos também ao antropólogo Gilberto Azanha, que enviou preciosas informações à assessoria da caravana.

Considerações Gerais:

3000 índios Terena, ocupando 2400 hectares, reivindicam a demarcação de seus 17200 hectares, área identificada, através de laudo antropológico, como pertencente à nação Terena. Entretanto, não foi publicada a portaria declaratória das terras. As áreas estão ocupadas por pecuaristas, que adquiriram a propriedade através de título emitido pelo governo do Estado. Segundo as informações, parte das terras estão em nome do prefeito de Sidrolândia.

Alegam os índios que, além da invasão às suas terras a partir de 1500, há 70 anos vem sofrendo ataques de fazendeiros que gradativamente ocupam suas terras. Hoje se encontram acucados nesses 2400 hectares onde não podem pescar, caçar, extrair mel, fabricar a cerâmica e as redes. São constantemente ameaçados pelos fazendeiros e pela mídia que procura sistematicamente acusá-los de invasores. Clamam pelo cumprimento da Constituição Federal ("coloquem em prática aquilo que está no livro"), especialmente pela demarcação das terras, por garantias à sobrevivência enquanto a demarcação não ocorre e por proteção à integridade física, face à violência dos não índios.

Acusam o Sr. Ricardo Bacha, ex-secretário de Estado, de ter passado o trator por cima de um cemitério indígena. Informam, ainda, que os fazendeiros organizaram uma barreira para impedir a passagem de um furgão da Funai que levava mantimentos para a aldeia.

Esmeram-se em manter a cultura e suas tradições. Apresentaram uma encenação de como vêm sofrendo pressões e agressões dos não índios, principalmente dos fazendeiros. Uma anciã, com mais de 86 anos, pediu ajuda à CDH e manifestou seu cansaço nessa luta. Porém, ela persevera e mantém a esperança de um dia ver a terra de seu povo restituída.

Fato importante é que muitas terras Terena já estavam reconhecidas desde os tempos do Império. Há 70 anos os índios começaram a ser expulsos pela colonização. Foi apenas em 2003 que eles decidiram reocupar as áreas. Este fato demonstra que os Terena são uma nação pacífica, mas que perdeu a paciência. Desprezam a cultura "do papel" e da "falta de palavra" dos não-índios. Os índios estão acampados nas áreas ocupadas, o que os impede de plantar. Isso tem gerado falta de alimentos nas aldeias, e os índios reivindicam auxílio junto à Funai. Além disso, há grande insegurança nos acampamentos e o conflito é iminente. A Funai e a justiça federal prometeram a índios e fazendeiros que até fevereiro de 2004 a questão estaria resolvida. O temor é de que as promessas não se cumpram, o que acirrará os ânimos ainda mais.

Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul

Estiveram presentes na audiência pública, além daqueles que acompanharam a visita à aldeia, o Dr. Wilson Rocha de Almeida, Procurador da República, um representante do Ministério Público estadual, vários outros deputados estaduais e representantes indígenas e de associações de fazendeiros. As notas taquigráficas serão solicitadas à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

Os representantes dos fazendeiros, entre eles o Sr. Ricardo Bacha, representante da Federação de Agricultura do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), afirmou que índios e fazendeiros são vítimas do mesmo problema. Entretanto, segundo ele, o conflito está estabelecido de maneira irremediável em Mato Grosso do Sul. Os fazendeiros não confiam mais que haja resoluções por parte das autoridades. O Sr. Bacha afirmou que podem ocorrer mortes, pois "nós vamos defender a nossa terra". Criticou fortemente os instrumentos legais da política indigenista, que não permitem a solução para o problema. Defendeu a aprovação de uma emenda constitucional que permita atender às reivindicações dos fazendeiros: que as indenizações sejam pagas pelo valor da terra, não apenas com base nas benfeitorias de boa-fé.

Outras pessoas e deputados falaram em defesa dos fazendeiros. Todos defenderam a aprovação de uma emenda constitucional para permitir a indenização aos atuais possuidores das terras. Houve também propostas no sentido de que o governo federal compre terras para os índios em outros locais.

O Procurador da República, Dr. Wilson, afirmou que a demarcação das terras não vai resolver os conflitos, mas que sem elas será impossível qualquer outra solução. Este é um problema que não poderá ser resolvido por um ou dez homens, mas por uma nação. Criticou o preconceito que existe contra os índios. Por fim, ressaltou que grande parte dos que ocupam as terras hoje não são possuidores de boa-fé. O deputado Pedro Teruel concordou com esta afirmação. Informou que, na época da colonização, o estado dava os títulos, mas não comparecia ao local para verificar se havia ou não os índios. Cada empresa colonizadora deveria - por sua própria conta e risco - afugentar eventuais indígenas existentes. Mas o deputado também defendeu a aprovação de uma emenda constitucional, pois afirma que hoje os fazendeiros e os índios são vítimas de um mesmo processo.

Também compareceram à audiência pública lideranças de várias aldeias da etnia Guarani-Kaiowá. Logo após o término da caravana, a CDH recebeu uma visita, em Brasília, dos Guarani-Kaiowá, trazendo outra série de reivindicações.

Um caso grave é o dos índios que habitam aldeias no município de Dourados, e estão encurralados. Há hoje dez mil índios vivendo em 3500 hectares. A situação tem provocado suicídios entre os índios. Além do problema da superpopulação, a CDH ouviu reclamações de que a Funai estaria tentando retirar os habitantes não-Kaiowá, que incluem brasileiros e paraguaios não-índios, além de índios Terena. Segundo um documento entregue à CDH, os antigos capitães da aldeia Bororó estimulavam os casamentos entre índios e não-índios. Hoje há uma grande miscigenação. As pessoas alegam que hoje são índios e não têm outro lugar aonde ir. Um terceiro problema desta mesma área, trazido pelos capitães Hélio Nimbu (aldeia Jaguapiru), Luciano Arévalo (aldeia Bororó) e Wilson Matos da Silva (Comissão de Políticas dos Direitos Indigenistas de MS), diz respeito ao plantio de soja pelas comunidades indígenas, recentemente proibida pelo Ibama. Estas lideranças alegam que os índios se acostumaram ao plantio da soja e que todo o entorno da terra indígena está tomada pela soja. Os fertilizantes acabam poluindo as águas, impedindo as outras atividades econômicas.

Outras reivindicações Guarani-Kaiowá incluem a aprovação do novo estatuto do índio e a criação de um programa de aposentadoria indígena vinculado ao INSS.

Documentos entregues à caravana:

- 1) Documentação datada de 1947, referente à titulação das terras do Sr. Wilson Soares Galvão, exemplificando todo o rito pelo qual passaram os colonizadores de Mato Grosso do Sul para titular as terras que ocupam e que hoje são objeto de processos de demarcação.
- 2) Declaração do indígena Guarani Adair Gonçalves Sanches, da cidade de Amambai, que acusa o CIMI, o PKN (Projeto Kaiowá-Ñandeva) de jogar os índios contra os proprietários rurais.
- 3) Documento sem assinatura, em nome do advogado Cícero Alves da Costa, que oferece interpretação dos dispositivos constitucionais referentes ao índio.
- 4) Documento sem assinatura, em nome do pantaneiro e psicanalista Valfrido Medeiros Chaves, intitulado "Sobre a Indústria do Conflito, em nosso MS" (sic), que aponta para a ideologização do conflito entre índios e pioneiros em Mato Grosso do Sul.
- 5) Fita de vídeo intitulada "Invasão de Índios" - Sidrolândia/Dois Irmãos do Buriti (MS) - 26.02.03, sem indicação do responsável pela sua produção. A fita também não traz o nome ou o rosto da jornalista que realiza as entrevistas. A fita mostra a encenação da montagem de um acampamento em uma beira de estrada, com depoimentos de agricultores que alegam ter sido expulsos de suas terras por índios.
- 6) Cópia de abaixo-assinado de índios dos municípios de Amambai e Japorã, que requerem segurança para a área em que ocupam desde 15 de novembro de 2003. Reivindicam ainda recursos para alimentação e ferramentas.
- 7) Relação das terras indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul, sem assinatura, em nome do Cimi/MS.
- 8) Cópia de abaixo-assinado de índios Guarani-Kaiowá da Aldeia Limão Verde, cidade de Amambai, que requer aprovação do novo estatuto do índio, além da criação de um programa de aposentadoria indígena.

9) Documento assinado por 14 lideranças de 09 etnias que habitam em Mato Grosso do Sul, em que se requerem alterações nos programas Pantanal, FIS (IDATERRA) e Fome Zero, além de outras reivindicações.

10) Cópia de Relatório de vistoria ambiental, assinado por um técnico do IBAMA e outro da Embrapa, que constata perigo de contaminação humana e ambiental em Área Indígena do município de Dourados.

11) Documento sem assinatura, intitulado "Por Justiça, Respeito e Paz!", em nome "Recovê", que denuncia a injustiça cometida contra os pioneiros de Mato Grosso do Sul.

12) Abaixo-assinado dos caciques e lideranças da aldeia Buriti, solicitando o cumprimento da Constituição Federal e a demarcação das terras Terena em Mato Grosso do Sul.

13) Dossiê sem assinatura, intitulado "Solução Justa a Quem de Direito", com informações sobre a Fazenda Fronteira, localizada no município de Antônio João, cujo título pertence ao Sr. Pío Silva, e que é objeto de reivindicação como terra tradicional de índios Guarani-Kaiowá.

08/10/2003

Visita à Aldeia Sangradouro

**Etnia Xavante
Município de Primavera do Leste, Mato Grosso**

Acompanharam a Caravana:

Deputado Estadual Mauro Savi

Deputado Estadual Saguas Moraes

Dra. Águeda Aparecida Silva, Procuradora da República

Major Macedo e Sargento Juscelino, da Polícia Militar do Mato Grosso

Felício Fritsch, Maristela e Mestre Mário, representantes do CIMI

A Caravana agradece ao deputado estadual Mauro Savi, pela organização do transporte de Cuiabá até a aldeia, e aos Policiais Federais Fabiana Fonseca, Marco Antônio Farias, Mário Jorge de Freitas e Jorge Luiz Oliveira. Nossos agradecimentos também aos antropólogos Andrei Goulart e Ricardo Santos, que enviaram preciosas informações à assessoria da caravana.

Cerca de 1000 índios vivem nas terras de 100 mil hectares. Há alguns meses (02 de abril), um de seus anciãos desapareceu quando foi pescar, justamente no pedaço de terra que ainda está por ser demarcado. Não foi encontrado o corpo, fato de maior gravidade já que os ossos da pessoa morta têm valor importante na cultura da nação. Os resultados das investigações nada revelaram, e os índios, convencidos do envolvimento de fazendeiros com o desaparecimento, adentraram uma fazenda vizinha, que fica dentro da terra reivindicada, "apreendendo" equipamentos agrícolas.

Em busca de negociação, o governador do Estado visitou a área e propôs um plano de parceria agrícola dos fazendeiros com os índios, desde que eles abrissem mão da demarcação de suas terras. Foi assinado um protocolo de intenções. Muitos caciques aceitaram o plano, mas pôde-se perceber que a proposta não é consenso entre a comunidade. O cacique Alexandre, que defendeu publicamente o acordo, afirmou na audiência pública que "...os fazendeiros falaram que se tiverem de sair de suas terras vai ter guerra e não vão admitir que os índios fiquem com elas. Se isso acontecer meu povo vai lutar e eu não quero meu povo massacrado, por isso quero paz, então renunciei a demarcação das terras para viver em paz com os vizinhos, vamos plantar com equipamentos para não ter mais fome na aldeia...". Essa manifestação exprime claramente como eles estão sendo coagidos e se encontram desassistidos por parte do governo federal. Aliada à proposta de "parceria" agrícola, existe uma grande pressão por arrendamento de áreas da terra indígena em favor dos fazendeiros, além da abertura de uma estrada que possibilite o escoamento da produção de soja por dentro da terra indígena.

A cultura não-índia foi bem assimilada, embora preservem, ainda, a língua a dança e outros costumes. O CIMI, em projeto financiado por instituições italianas, conseguiu comprar telhas para cobertura das ocas, vez que na região não há mais sapé em quantidade que possibilite cobri-las. Os índios denunciaram a desestruturação da FUNAI (falta de DAS e de auxílio para viagens) e a falta de atendimento à saúde, após a terceirização promovida pela FUNASA. Reclamam, ainda, da falta de projetos de desenvolvimento, ao mesmo tempo que são obrigados a servir de "exército para cuidar das matas". Os recursos que chegam através das Ongs, segundo grande parte dos caciques, não é "para o desenvolvimento".

A população Xavante está em crescimento, enquanto os recursos naturais estão cada vez mais escassos, em virtude da falta de manejo e, principalmente, da aproximação da cultura da soja e da consequente depredação do entorno da terra indígena. Os Xavante não são tradicionalmente um povo agricultor, mas caçador, e portanto detêm pouca tecnologia nessa atividade. Além disso, as terras do cerrado pouco facilitam a lavoura não-mecanizada. Não sem surpresa, após a visita do governador, máquinas foram doadas às lideranças que apoiam a "parceria".

Permitiu-se a apenas uma liderança, Lucas, vice-presidente da Associação de Professores do Estado do Mato Grosso, a fala contrária ao projeto de "parceria" agrícola. Defendeu que a discussão seja colocada numa linguagem que todos possam entender, e ressaltou que não se pode arrendar a honra e a liberdade, e que a tecnologia não pode servir para que o branco imponha valores aos índios. Afirmou que a monocultura pode enfraquecer o espírito e o corpo Xavante. A comunidade não tem como imaginar o efeito das promessas feitas pelos fazendeiros.

Pouco antes da visita da CDH, o antropólogo Ricardo Santos, responsável pelo Grupo Técnico da Funai que identifica o restante das terras da terra indígena, foi expulso da cidade de Primavera do Leste, ameaçado de morte por fazendeiros. O próprio governador do Estado, Blairo Maggi, teria ameaçado impedir o retorno do Grupo de Trabalho. A sede da Funai em Primavera do Leste foi incendiada. A continuidade dos trabalhos do GT está sendo garantida através de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal. Entretanto, cabe ressaltar que uma ação com esta não seria necessária, caso a Funai e o governo federal se conscientizassem da necessidade de manter o processo de identificação. Na realidade, pareceu à caravana que a Funai local está comprometida com a dita "parceria" sem demarcação, já que estimulou a assinatura do Protocolo de Intenções.

Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Mato Grosso

Estiveram presentes na audiência pública, além daqueles que acompanharam a visita à aldeia, o representante da Funai, Luiz Antônio Araújo, o Secretário de Cultura de Primavera do Leste, Luiz Negri Ribas, o Presidente da Câmara Municipal de Águas Boas, João Santini, o Ouvidor de Políticas Indígenas de Mato Grosso, Ildevar Sardinha, e representantes da Federação dos Agricultores de Mato Grosso, da Associação de Produtores Rurais de Primavera do Leste, da Associação de Produtores Rurais de Águas Boas, da Pastoral da Criança Indígena, e da EMPAER (Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A)

O representante da Funai informou dos problemas causados por demarcações antigas, muitas delas feitas sem estudos antropológicos adequados. Segundo ele, existem áreas de estudo deixadas para trás que hoje os índios reivindicam, enquanto há áreas indígenas já homologadas que não estão sendo ocupadas pelos índios. Garimpo, ouro, palmito, madeira, são problemas nas áreas indígenas de Mato Grosso. Além disso, existe o ICMS ecológico no Estado. Os municípios que contêm áreas indígenas recebem dinheiro e muitas vezes nem contam aos índios.

Os representantes dos produtores rurais e os políticos dos municípios de Primavera do Leste e Águas Boas reclamaram da extensão das terras indígenas em Mato Grosso. Prenunciam o conflito, afirmando que irão defender suas terras. Repetiram várias vezes que o índio não precisa de terra, mas de comida, e para isso estão dispostos a contribuir. Afirmam que os índios são usados por Ongs e por estrangeiros, mas que desde algum tempo nasceu um desejo de convivência pacífica entre índios e fazendeiros, corporificado no projeto de "sustentabilidade econômica" dos Xavante. Um representante da Associação dos Produtores Rurais de Águas Boas explicou o problema surgido a partir do primeiro assentamento do INCRA na região, de 1988, posteriormente sobrestado pela Funai. Questionou o fato de dois órgãos federais terem investido na mesma região, em sentidos opostos, estimulando o conflito. Finalmente, houve pedido de apuração do desaparecimento do indígena Yot, da etnia Kayabi, no município de Juara, terra indígena Apiacá/Kayabi.

Os representantes de entidades indigenistas destacaram o fato de que qualquer parceria ente índios e fazendeiros deve ser feita com base nas leis que protegem os direitos indígenas. Acrescentaram, ainda, que o assunto das parcerias deve ser discutido globalmente, com a presença de todas as etnias de Mato Grosso. Foi citado um exemplo dos índios Bororo, cujas terras foram demarcadas pelo Marechal Rondon, e depois foram loteadas pelo Estado de Mato Grosso, à revelia da lei. Portanto, não são terras novas. Destacaram, ainda, que os fazendeiros pensam que sabe como o índio deve sobreviver. Dizem que vivem em paz com os índios, mas não conhecem sua língua e cultura. Vêem os índios como crianças.

Apesar de não ter comparecido à Audiência Pública, o Ministério Público Federal enviou um relatório detalhado, elaborado pela antropóloga e perita Jacira Bulhões, sobre suas atividades em 2002 e 2003 relacionadas aos indígenas. Vale a pena transcrever um pequeno trecho:

"(...) podem ser citados os projetos atuais que contribuem para desestruturar as organizações sociais indígenas do Mato Grosso:

O projeto Avança Brasil, que vem sendo acompanhado por esta PRDC. Este é um dos projetos que apresenta resultados de grande impacto ambiental sobre o habitat dos indígenas do Mato Grosso. Como se sabe, o projeto do governo do presidente FHC vem sendo implementado e busca a implantação da intermodalidade, o que trará como resultante o barateamento do escoamento de grãos produzidos no Estado, beneficiando grandes produtores de soja no país.

Fazem parte do projeto as obras da Feronorte, da Hidrovia Tocantins/Araguaia e a obra do Gasoduto [Brasil/Bolívia], a continuidade da construção de estradas como a BR-235.

Os grandes plantios de monocultura - principalmente soja e cana - que oprimem as Terras Indígenas (caso dos [índios] Paresi, que têm terras na Chapada dos Pareci, em Tangará da Serra e Campo Novo dos Pareci) devem ser cuidadosamente observados:

* devido à cobiça dos fazendeiros, produtores de grãos, que estendem seus interesses sobre terras da União, vislumbrando terras novas com baixos custos, ofertando "parceria" - leia-se arrendamento - aos índios.

* devido à sedução a que são submetidos os indígenas, crenças na possibilidade de tornarem-se grandes produtores de soja, daí ricos, ou de conseguirem bens materiais dos não-índios como carros, roupas e etc., ou obterem poder, por transitar no mundo branco (...).

Outro exemplo a ser citado é a existência de projetos para o aproveitamento do potencial hídrico de Mato Grosso. Sabe-se que a ANEEL aprovou vários projetos de construção de pequenas hidrelétricas (PCH's), sendo que oito delas, segundo informações, aproveitariam águas dos rios que servem as terras dos Paresi, localizadas no oeste do Estado.

São também impactadores: o acentuado aumento de agentes sociais que tentam ocupar os espaços deixados pelo Estado - FUNAI - que buscam solucionar interesses particulares através da exploração das riquezas naturais que são concentradas nas Terras Indígenas. Também o total descontrole das instituições responsáveis em coibir os constantes roubos de pedras preciosas, madeira e outros bens, que se efetivam no habitat indígena."

Documentos entregues à caravana:

- 01) Cópia de Protocolo de Intenções que entre si celebram o Estado de Mato Grosso, os Municípios de General Carneiro, Novo São Joaquim, Poxoréu e o Sindicato Rural de Primavera do Leste, que tem por objeto a melhoria da qualidade de vida das populações indígenas, em especial os índios Xavante da terra indígena Sangradouro e Volta Grande.
- 02) Documento sem assinatura, em nome de "Produtores Rurais do Mato Grosso", intitulado "Relatório dos Problemas dos Produtores Rurais com as Identificações e Delimitações de Terras Indígenas. Alega que já existe muita terra demarcada, para uma pequena população indígena. Reclama da natureza administrativa do procedimento de demarcação de terras, o qual não permite o amplo direito de defesa.
- 03) Suplemento da Revista Virou Manchete, de agosto de 2003, que traz uma série de matérias sobre a expansão das áreas indígenas no Brasil.
- 04) Cópia do "Projeto Questão Indígena e o Direito de Propriedade - aldeias Volta Grande e Sangradouro", com metas de produção e plano de custeio agrícola, elaborado pela EMPAER, para as comunidades referidas.

- 05) Cópia de relatório relativo ao Termo de Referência DAF/DEID n.º 53/2002, do Departamento de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiários FUNAI. Refere-se às terras Jarudóri, da etnia Bororo. Relatório elaborado por Edir Pina de Barros e Mario Bordignon.
- 06) Cópia de abaixo-assinado de lideranças indígenas de Mato Grosso, elaborado no II Fórum Estadual de Saúde Indígena e Terra, em 04 de setembro de 2003. O documento lista as terras indígenas do Estado que ainda precisam ser homologadas, demarcadas, ampliadas e/ou reintegradas.
- 07) Cópia de abaixo-assinado de lideranças indígenas de Mato Grosso, elaborado no II Fórum Estadual de Saúde Indígena e Terra, em 04 de setembro de 2003. O documento apresenta reivindicações dos povos indígenas para a área da saúde.
- 08) Cópia de abaixo-assinado de mulheres indígenas de Mato Grosso, elaborado no encontro sobre "A participação da mulher na luta de seu povo", em 22 de setembro de 2003. O documento apresenta reivindicações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação.
- 09) Documento sem assinatura, em nome do Conselho Indigenista Missionário, datado de 18 de setembro de 2003, que apresenta a posição do CIMI frente à atual política indigenista de saúde do Estado brasileiro.
- 10) Cópia sem assinatura, em nome de Maristela Souza Torres, do Relatório do II Fórum Estadual de Saúde Indígena - Controle Social e as Problemáticas das Terras Indígenas em Mato Grosso, realizado em Cuiabá de 01 a 04 de setembro de 2003.
- 11) Cópia do relatório de atividades da antropóloga e analista pericial da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, Jacira Monteiro de Assis Bulhões, contendo informações sobre todas as etnias indígenas em Mato Grosso.
- 12) Ofício do deputado estadual Mauro Savi ao deputado federal Orlando Fantazzini, encaminhando (1) disquete com a íntegra da audiência pública realizada na Assembleia Legislativa; (2) Cópia do Decreto estadual 1719, de 28/10/03, que dispõe sobre a institucionalização do Programa de Distribuição de Sementes; (3) Cópia de ofício do deputado ao secretário estadual de saúde, com pedido de compra de medicamentos para a comunidade Xavante de Sangradouro; (4) artigos publicados na imprensa local pelo jornalista Onofre Ribeiro sobre a questão Xavante.

09/10/2003

Visita à Terra Indígena Roosevelt

**Etnia Cinta Larga
Município de Espigão do Oeste, Rondônia**

Acompanharam a Caravana:

Dr. Fabrício Carrer, Procurador da República

Walter Fontoura Blós, Coordenador do Grupo Tarefa instituído pela Portaria 1166 da Funai.

Valdir de-Jesus Gonçalves, Técnico Indigenista da Funai.

José Nazareno de Moraes, Técnico Indigenista da Funai.

Frei Volmir, Representante do CIMI.

Soraya Rachid Bruxel, representante do gabinete do deputado federal Eduardo Valverde

A Caravana agradece à Funai pela organização do transporte de Cacoal até a aldeia, e aos policiais federais Fabiano Borlignon (delegado), Spindola, Canabarro, Célio e Telles. Nossos agradecimentos também à indigenista Maria Inês Hargreaves, que enviou preciosas informações à assessoria da caravana.

O contato desse povo com o homem branco é muito recente: cerca de 30 anos, apenas. Ao mesmo tempo, seu território era rico em mogno - hoje já praticamente todo retirado - e ainda possui muito diamante. O resultado foi uma transformação extremamente rápida, contra a qual os Cinta Larga praticamente não tiveram defesa. De 5 mil índios em meados da década de 70, a população de indígenas caiu para cerca de 1400, aí somadas todas as aldeias de Rondônia e de Mato Grosso.

Durante a época de exploração ilegal da madeira, circularam muitos recursos entre os Cinta-larga, o que lhes causou uma falsa impressão de abundância. Os índios recebiam dinheiro e presentes de madeiros e garimpeiros para permitir a entrada destes nas áreas indígenas. Houve intenso acesso a armas de fogo e o território indígena foi invadido por helicópteros, estradas, serrarias, telefones por satélite, maquinário. Para conquistá-los os não-índios ofereciam bebidas, drogas, equipamentos eletrônicos e veículos. Sem dúvida isso os embriagou quanto às facilidades e comodidades da vida social não-índia. Gradativamente, como sua cultura permite ter mais de uma mulher, passaram a ter mulheres não-índias, vivendo-se em confusões e sendo, como sempre, vítimas da ganância e de armações de pessoas inescrupulosas.

Como era de se esperar de um povo contactado há apenas 30 anos, os projetos de vida Cinta-Larga são marcados pelo curto prazo, pelo que vai acontecer hoje ou amanhã. Há apenas três anos algumas lideranças deram-se conta do virtual desaparecimento de seu povo e começaram a se organizar por um projeto a longo prazo, que lhes permita explorar suas riquezas em proveito próprio e de forma sustentável. Os próprios índios reclamaram de sua incapacidade para o planejamento. A grande reivindicação atual é a suspensão de toda a atividade de garimpo, até que seja regulamentada a mineração pelos próprios índios. Também reivindicam o cancelamento administrativo de todos os requerimentos de mineração de suas terras, que foram ilegalmente aceitos pelo DNPM. Para se ter uma idéia: 99% da terra Roosevelt é objeto de requerimento de mineração.

Fundamental no processo de tomada de consciência dos Cinta Larga foi a presença do Estado, através de um Grupo Tarefa instituído pela Funai especialmente para a etnia. Também o intercâmbio com outros povos indígenas atingidos pelo garimpo serviu para abrir-lhes os olhos. Uma comitiva de lideranças viajou à Raposa/Serra do Sol, em Roraima, para ver os estragos que o garimpo havia causado, além de conhecer a organização indígena da região. Os principais atores da conscientização Cinta Larga foram as mulheres. Com a sistemática perda de maridos e filhos, mortos em conflitos com não-índios e quando não em acidentes de carro, as mulheres Cinta Larga se rebelaram e provocaram uma ampla reflexão na etnia.

Depois que os índios resolveram tomar as rédeas da exploração de suas riquezas, acirram-se os conflitos com garimpeiros. Após várias retiradas de garimpeiros e

posterior reentrada, os índios decidiram não mais permitir o ingresso daqueles e a tensão se agravou ainda mais. A liderança Pio afirmou ter cometido um erro ao ter permitido o ingresso dos garimpeiros ao longo dos anos. Isso provocou grandes problemas na vida da etnia. Hoje eles vivem em casas de alvenaria e não sabem viver sem algumas comodidades da vida dos não-índios. Tiveram muitos conflitos culturais, perderam muitos parentes. Agora conseguiram reunificar as 29 aldeias e decidiram que não querem mais que garimpeiros explorem suas terras.

Os caciques que usaram da palavra durante a reunião enfatizaram que os Cinta Larga querem ser reconhecidos como povo. Compararam suas riquezas com o Banco do Brasil: "Nós não vamos lá invadir o Banco do Brasil porque o índio tem vergonha na cara". Também houve muitas reclamações sobre o tratamento dado aos índios pela mídia local. Antes do contato, os Cinta Larga eram canibais, pois acreditavam que ficariam mais fortes comendo seus inimigos. Até hoje a mídia explora este fato como se a prática ainda existisse. Além disso, há várias denúncias de informações truncadas, com publicação de fotos tiradas há mais de dois anos, veiculadas como se fossem atuais, e outras práticas abusivas.

Entretanto, contam-se nos dedos as lideranças cinta larga com estudo formal e capacidade para levar a frente o projeto de controle sobre suas próprias terras. Além disso, o governador e as autoridades locais apóiam ostensivamente a exploração do garimpo por não-índios. O controle policial é intermitente e, quando algum maquinário é apreendido, acaba sendo "doado" a prefeituras próximas. O governador retira e fornece o apoio da Polícia Florestal, ao mesmo tempo que instiga a invasão de garimpeiros. O apoio da Polícia Federal também é inconsistente. As lideranças indígenas ficam acuadas. Se exploram o garimpo ou permitem a sua exploração, são presas. Se defendem as terras contra invasões, são presas. Há várias lideranças presas, contra nenhum policial ou garimpeiro.

Em outra oportunidade, a Polícia Civil ficou responsável por controlar o ingresso de garimpeiros na área. Os policiais cobravam entre R\$ 1 mil e R\$ 1,5 mil dos garimpeiros para entrar. Um delegado de polícia possuía motores de garimpo. Em 2000, a Polícia Federal, à revelia da Funai, combinou com os índios uma operação em que os garimpeiros seriam retirados e presos. Entretanto, prenderam índios e levaram seus motores embora. Este fato provocou uma grande animosidade entre os indígenas e os policiais federais.

Hoje, a Funai ajuda muito os índios, discutindo projetos alternativos para subsistência da aldeia. Os índios contam com 600 cabeças de gado, iniciaram o plantio de palmito para comercialização, piscicultura, além de outros projetos que respeitam as tradições culturais da etnia.

Os índios denunciaram o processo disseminado de preconceito que sofrem por parte de políticos, garimpeiros, do governador e da polícia. A justiça local lhes impõe penas maiores às do que as aplicadas aos não-índios pelas mesmas infrações. Uma juíza de Espigão do Oeste teria estabelecido uma fiança de R\$ 15 mil reais por porte ilegal de armas. O comércio local cobra, pelas mesmas mercadorias, valores até três vezes maiores que os cobrados aos não-índios.

Os índios reivindicam: a regularização da exploração da jazida por eles, índios, com condições objetivas para exploração da forma mais racional possível, com capacitação, acompanhamento técnico e meios de produção; a garantia de fiscalização para que garimpeiros não invadam suas terras; a implantação de escola de segundo grau na aldeia, pois os jovens não podem estudar na cidade face aos riscos de integridade física motivados pelo preconceito disseminado; a melhor estruturação da Funai, para que possa ajudar a etnia a desenvolver projetos e resgatar a sua própria cultura; melhoria do atendimento à saúde, em situação precária desde que a Funai implantou a terceirização; contenção do processo discriminatório e preconceituoso desencadeado pelo governo do estado, garimpeiros, políticos locais e meios de comunicação, amplamente apoiados pela polícia e judiciário; maior presença do Ministério Público Federal e designação de procuradores para defesa dos índios que respondem processos.

Os índios convidaram a caravana para conhecer a área de garimpo e verificar *in loco* que não havia garimpeiros. Devido ao adiantar da hora, a caravana não pôde fazê-lo, mas ouviu do Procurador da República a promessa de que este faria a visita no dia seguinte, acompanhado do delegado de Polícia Federal. A Caravana teve informações de que a visita ocorreu e que realmente não havia garimpeiros na área. Entretanto, a CDH ainda não recebeu oficialmente o relatório da visita.

Na falta de implementação do Plano Pró Cinta Larga - aprovado em 2002 e 2003 pelo Ministério da Justiça e pelo Congresso Nacional, mas cujo orçamento não vem sendo executado -, os índios ficam sujeitos a aceitar acordos lesivos e novamente se submetem aos interesses de contrabandistas, madeireiros e empresas mineradoras. Isso faz recomeçar, com grande força, a pressão do entorno.

Também esteve presente ao encontro na aldeia a liderança Marcos Apurinã, da etnia Apurinã, que ressaltou o processo de preconceito sofrido pelos povos indígenas. Cobrou a aprovação do Estatuto do Índio, "engavetado" no Congresso Nacional. Denunciou que os índios são insistentemente submetidos a revistas por policiais civis, inclusive com o uso de metralhadoras. Informou, ainda, que há muitos projetos em andamento de barragens em terras indígenas, como apoio de políticos locais, e que as terras Uruê-Wau-Wau estão sendo objeto de invasões do movimento da Liga Operária.

A audiência pública da Caravana de Direitos Humanos estava prevista para a cidade de Ji-Paraná (RO), após a visita à aldeia Roosevelt. Entretanto, devido às condições ruins da estrada até a aldeia, às condições das estradas de "asfalto" pelas quais a Caravana passou, e ao atraso inicial do deslocamento de Cuiabá (MT) até Cacoal (RO), não foi possível cumprir a agenda. A Caravana somente conseguiu voltar a Cacoal por volta de 21h, e o deslocamento até Ji-Paraná demoraria ainda no mínimo duas horas. A União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil registrou protesto por escrito, o qual reproduzimos aqui, *ipsis literis*:

"Brasília, 14 de outubro de 2003

Exmo. Sr.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Câmara dos Deputados

Brasília - DF

Prezados Senhores,

"Nada neste mundo se compara a consciência do dever cumprido"

Desde 2001 denunciamos as barbáries praticadas contra trabalhadores de garimpo, usados no TRABALHO ESCRAVO para descobrir riquezas na terra indígena CINTA LARGA, onde índios são usados como ESCUDOS e PISTOLEIROS TUTELADOS de um Comando "Oficial" (?) do Crime Organizado que tem apoio

e sustentação da FUNAI - Fundação Nacional do Índio.

Senhores representantes desta Comissão dos Direitos Humanos, aguardamos tanto tempo pela oportunidade desta Comissão conhecer de perto aquela situação ESCABROSA, DESUMANA e COVARDE, onde índios e garimpeiros são vítimas fatais da omissão, descaso e comprometimento de setores do Governo Federal e autoridades envolvidas.

Causou-nos surpresa e indignação o fato da Comissão de Deputados desta Comissão que visitaram Rondônia na última semana, terem mudado o roteiro de viagem em Rondônia, não tendo oportunidade de ouvirem índios e garimpeiros (milhares de garimpeiros e centenas de índios) que os aguardaram em Pimenta Bueno e Porto Velho onde teria uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa daquele Estado a noite, o que frustrou um grupo de pessoas (dois ônibus) que seguiram do interior para denunciar e entregar documentos.

Lastimamos, pois por denunciarmos as barbáries que vem sendo praticadas com o respaldo da FUNAI e logicamente de autoridades envolvidas nestas questões, esta entidade, sua presidente e coordenadores vem sendo perseguidas criminosamente até mesmo por setores do MPF que move ação na justiça para CALAR-NOS e DESMORALIZAR-MOS perante a opinião pública, fato que nos obriga a levar nossas denúncias a ONU e outros organismos internacionais de Direitos Humanos.

Fazemos um apelo para que se faça uma AUDIÊNCIA PÚBLICA nesta Comissão para que tenhamos a oportunidade de provarmos os absurdos que vem destruindo o povo trabalhador da Amazônia e índios, ouvindo vítimas desta farra imoral e desumana por nós indicadas.

Atenciosamente,

JANE MARIA REZENDE / Presidente"

Documentos entregues à caravana:

- 01) Ofício da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil, acima transcrito.
- 02) Ofício da Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas (CUNPIR), assinado pelo Coordenador Geral Antenor de Assis Karitiana, datado de 08 de outubro de 2003, contendo reivindicações e informações sobre a situação da Terra Indígena Roosevelt.
- 03) Cópia de ofício enviado pelo Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, Jean-Pierre Leroy, ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em 29 de setembro de 2003, contendo informações sobre o histórico do conflito, além de recomendações, algumas das quais constam do final deste relatório.
- 04) Documento da Associação Pamaré do Povo Cinta Larga, assinado por vários de seus diretores, contendo informações e reivindicações dos Cinta Larga, inclusive um Quadro de Ocorrência de Violência Contra os Cinta Larga (1990/2003), a ser encaminhado pela CDH ao Serviço de Repressão a Crimes contra as Populações Indígenas

da Polícia Federal.

05) Cópia de petição inicial e de carta precatória referente a ação de execução movida contra a Associação Pamaré.

06) Cópia de matérias publicadas na imprensa de Rondônia, as quais, segundo o Coordenador do Grupo Tarefa da Funai, Walter Blós, que encaminhou os jornais, apresentam fatos distorcidos e demonstram a campanha da mídia local para desestabilizar o trabalho do órgão indigenista.

13/10/2003

Visita à Terra Indígena Raposa/Serra do Sol

Etnias Makuxi, Patamona, Ingarikó, Wapixana, Taurepang, Wai Wai e Yanomami

Município de Pacaraima, Roraima.

Acompanharam a Caravana:

Dr. Darlan Airton Dias, Procurador da República

Martinho Alves de Andrade Júnior, administrador da Funai

Deputada Estadual Malu Campos

Deputado Estadual Lúcia Peixoto

Deputado Estadual Naldo da Loteria

Deputado Estadual Francisco Nazareno

Dra. Joênia e André Vasconcelos, advogada e assessor de imprensa do Conselho Indígena de Roraima (CIR)

Lavigne Alves Salomão, coordenadora da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR)

A Caravana agradece à Funai, pela organização do transporte de Boa Vista até a aldeia, e aos policiais federais Leonardo e Sala. Nossos agradecimentos também à antropóloga Isa Pacheco, que enviou preciosas informações à assessoria da Caravana.

Cerca de 15 mil índios e 5 diferentes nações habitam a Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, que desde 1977 passa por processo de demarcação. Desde 1992, fazendeiros e políticos vêm perdendo todas as ações judiciais e procedimentos administrativos para impedir a homologação da Raposa/Serra do Sol. Hoje, não resta outro caminho legal ao governo federal senão a homologação da área de 1.680 mil hectares já demarcados. Desde há cinco anos, não há mais qualquer recurso jurídico para a questão.

Entre os grupos indígenas visitados pela Caravana de Direitos Humanos, os habitantes da Raposa/Serra do Sol demonstram ser os mais bem organizados e mais conscientes de seu direito à terra, como índios, e também de seu dever de manter sua cultura, identidade e tradições. As diversas etnias se uniram há 26 anos para lutar pela reconquista de suas terras. Durante este tempo, 20 lideranças indígenas foram assassinadas. Em nenhum dos casos houve qualquer punição ou condenação. Quatro índios mostraram à Caravana marcas de tiros recebidos no conflito. Apesar de tudo, segundo o administrador da Funai há cerca de 30 índios presos, enquanto nenhum branco foi preso por crime contra índios. A última vítima foi o índio Aldo da Silva Mota, morto em janeiro de 2003. O corpo foi localizado no interior de uma fazenda de posse do Vereador Francisco Oliveira, do município de Uiramutã. O laudo do IML de Roraima apontou morte natural, enquanto nova perícia realizada em Brasília atestou que o índio foi vítima de arma de fogo. O Vereador Francisco Oliveira é conhecido como "Chico Tripa" e já foi indenizado uma vez pela Funai, tendo logo em seguida comprado outra posse na Raposa/Serra do Sol.

A comunidade acreditava que a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República acarretaria imediata homologação de suas terras. O próprio presidente Lula visitou a área em 1998, quando apagou um fogo com um ramo de folhas, enquanto questionava a falta de ação do governo Fernando Henrique Cardoso. O próprio Ministro da Justiça de Lula, Márcio Thomaz Bastos, visitou a Raposa/Serra do Sol, prometendo a homologação para logo. Entretanto, mesmo não havendo mais recursos legais contra a homologação das terras, a pressão política tem sido eficiente. O governador Flamarion Portela, eleito pelo PSL, filiou-se ao PT, trazendo muitos parlamentares de seu Estado para a base de apoio do governo no Congresso Nacional.

A Caravana de Direitos Humanos ouviu dos indígenas a suspeita de existência de um acordo entre o Palácio do Planalto e o governador Portela. O senador Romero Jucá, de Roraima, foi nomeado vice-líder do governo no Senado, além de ser o relator da reforma tributária. Ao mesmo tempo, existe uma Proposta de Emenda Constitucional do senador Mozarildo Cavalcanti também de Roraima - que limita em 50% as terras indígenas e unidades de conservação ambiental por unidade da Federação, atribuindo o poder de aprovar a demarcação das terras indígenas ao Senado Federal. O governo Lula, por sua vez, não assinou a homologação. Em vez disso, criou um "grupo de trabalho interministerial" para dispor sobre a exploração econômica dos bens da União no estado de Roraima. Teme-se que a demora termine por facilitar a aprovação da proposta do senador Cavalcante, o que poderia reabrir a disputa jurídica sobre a Raposa/Serra do Sol. Os índios reclamam muito dos políticos locais, já que nenhum deles apóia a homologação da Raposa/Serra do Sol em terras contínuas. Uma das faixas colocadas nas ocas trazia a frase "Política partidária, o poder imundo".

A comunidade indígena da Raposa/Serra do Sol vive hoje da exploração comercial da pecuária, da agricultura de subsistência e da venda de artesanato. Acreditam na necessidade do desenvolvimento, mas desde que seja à sua maneira. Isso, segundo eles, só pode acontecer se o Estado brasileiro reconhecer oficialmente a existência da nação indígena, através da homologação de suas terras. Esta é a garantia de que o desenvolvimento vai se dar com respeito à autonomia das culturas indígenas.

A comunidade indígena reclama da ocorrência de vários tipos de conflitos na Raposa/Serra do Sol. Segue um pequeno resumo:

1. Conflitos relacionados às vilas (ditas "corruetas"), ou assentamentos ilegais em terras indígenas: os bares vendem bebidas alcoólicas aos indígenas, o que caracteriza crime. Além disso, as vilas provocam a prostituição, o garimpo ilegal, a poluição de rios e a existência de lixões a céu aberto, inclusive restos de matadouros clandestinos. Nenhuma dessas vilas possui mais de 150 habitantes não-índios, cuja maioria, segundo as denúncias dos índios, possui propriedades fora

da Terra Indígena, mas ali permanecem devido ao estímulo do governo estadual. Duas das corrutelas - Uiramutã e Pacarima - foram alçadas à condição de município, a fim de dificultar o processo de homologação. Segundo os índios, estes municípios chegaram inclusive a receber repasses de recursos federais, além de um escritório do Sebrae em Uiramutã.

2. Cooperação de lideranças: políticos, garimpeiros e outros dão dinheiro a lideranças indígenas para que se voltem contra suas comunidades e defendam a não-homologação da Raposa/Serra do Sol. A estratégia inclui a criação de organizações indígenas que defendam a homologação das terras em ilhas, em vez de uma só área contínua.
3. Conflitos decorrentes da presença militar na região: as forças armadas realizam operações de "reconhecimento", que são vistas como operações de guerra pelos povos indígenas. As comunidades não são avisadas das operações, o que provoca transtornos constantes. Além disso, os militares em folga também provocam problemas, em virtude do uso da bebida alcoólica. As denúncias mais graves são de abuso sexual de índias por parte de militares. Estes casos têm sido recorrentes. Os militares jamais são punidos, mas apenas transferidos para outras regiões do país. Várias índias grávidas já foram abandonadas dessa maneira. Os índios reclamam que as forças armadas não admitem negociação sobre a localização dos quartéis. Na maloca Uiramutã, o quartel foi colocado bem na entrada da aldeia, o que transformou a vida da comunidade, motivo pelo qual os índios reivindicam a retirada deste quartel.
4. Conflitos com o governo do Estado: estes são decorrentes das ameaças de que, se a Raposa/Serra do Sol for homologada, serão retiradas as escolas públicas e os postos de saúde da região. Além disso, o governo planeja construir uma hidrelétrica (Cotinga) e várias estradas, tudo sem consulta prévia às comunidades indígenas. Os índios afirmam que o governador aceita discutir determinadas políticas, mas, quando se fala de terra, "é assunto da Funai". Para a comunidade, entretanto, não existe esta "separação" em áreas de política pública: saúde, educação, desenvolvimento, só existem com a garantia da terra.
5. Problemas ambientais causados pelos arrozais da região, que poluem as águas dos rios com fertilizantes, matando peixes e aves. Os índios bebem a água poluída, o que provoca doenças. Esta água já causou inclusive abortos nas mulheres indígenas.
6. Conflitos com o IBAMA, em virtude da criação do Parque Nacional do Monte Roraima, área criada dentro da Terra Indígena sem consulta à comunidade, em local sagrado para as culturas Makuxi e Ingarikó.

Em todo o processo de lutas indígenas e demarcação de terras, a maior parte dos ocupantes já foi retirada. No caso dos garimpeiros, como foi dito, nenhuma das cinco vilas contam com mais de 150 habitantes não-índios. Também os agricultores foram retirados ou encontram-se em processo de indenização. Apenas os grandes plantadores de arroz resistem. Estes organizam-se politicamente para pressionar os governos estadual e federal. Os índios reclamam muito do fato de que - fora a Funai - todas as demais autoridades são contra a homologação. Argumentam que a homologação vai impedir o progresso de Roraima. Esta afirmativa carrega um intenso preconceito, pois quer dizer, nas entrelinhas, que é o índio quem impede o progresso. Na realidade, as comunidades indígenas possuem hoje 27 mil cabeças de gado e toda a disposição para o "progresso", desde que seja de forma a respeitar sua cultura, seu ritmo e seu direito sobre a terra. Além disso, apontam para a ingratidão do povo brasileiro, pois afirmam terem sido os índios Makuxi quem delimitou a fronteira norte brasileira. Reclamam de várias formas de preconceito. Por exemplo, os índios são representados como "matutos" ou "porcos". Uma mulher indígena ilustrou o processo com uma frase de um estudante branco: "naquela sala tem dez pessoas e cinco indígenas".

Foram citados também muitos avanços decorrentes da mobilização da comunidade, especialmente nas áreas de educação e saúde. Os avanços se dão em virtude da organização das próprias comunidades indígenas para realização destas tarefas. A comunidade implementou cursos de formação de agentes de saúde indígena. Houve redução nos casos de malária, doenças sexualmente transmissíveis e tuberculose. Os agentes são treinados através de um programa que mistura a medicina não-índia com as práticas indígenas tradicionais. Também foi criada uma escola de formação de vaqueiros indígenas, gerida pela própria comunidade.

A Caravana também se impressionou com o grau de organização das mulheres indígenas da Raposa/Serra do Sol. Elas fundaram uma organização independente e possuem profunda consciência do efeito que os conflitos provocam sobre as relações de gênero: as mulheres são grandes vítimas do abuso sexual, alcoolismo e prostituição. Muitas lideranças femininas fizeram uso da palavra e expuseram a situação.

Além das etnias que vivem na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, também estiveram presentes índios Yanomami. Ainda com bastante dificuldades para a língua portuguesa, estes índios fizeram um enorme esforço para contar à Caravana as recentes invasões de garimpeiros em suas terras, nos últimos dias 1º e 18 de junho, e dia 1º de julho. Os índios reivindicam operações de retirada dos garimpeiros.

Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Roraima.

Estiveram presentes na audiência pública, além daqueles que acompanharam a visita à aldeia, os deputados federais Francisco de Assis Rodrigues e Rodolfo Pereira; deputados estaduais Vantan Praxedes, Títonho Beserra e Urzeni Freitas; o Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal de Roraima, Professor Carlos Alberto Cardoso; o Comandante da 1ª Brigada de Infantaria e Selva, General Paulo Studart Filho; o Presidente da OAB/RR, Dr. Antônio Oneildo Ferreira; o representante da Polícia Federal de Roraima, Dr. Ianê Linhares Leal; o Secretário Estadual de Segurança Pública, Dr. Francisco de Sá Cavalcante; o Secretário Estadual do Índio, Sr. Orlnado Justino de Oliveira; o Cel-Pm Arnóbio de Lima Bessa, Comandante da Polícia Militar; o Sr. Norberto Cruz da Silva, representante do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

A audiência pública na Assembléia Legislativa de Roraima impressionou a Caravana pelo número e diversidade de organizações indígenas que compareceram. Apesar de o Conselho Indígena de Roraima (CIR) englobar a esmagadora maioria da população e das nações indígenas, há muitas outras organizações, as quais sustentam posições diferentes com relação à homologação da Raposa/Serra do Sol, e de onde são recrutados os índios que ocupam cargos no governo estadual. Estas organizações (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima e Arikom) defendem a integração do índio à sociedade não-índia. O argumento é o de que a política de demarcação e homologação serve para isolar os indígenas, gerando uma espécie de "apartheid" entre índios e não-índios. Os muitos índios que trabalham para o governo, ou que vivem nas cidades, teriam de voltar a caçar e pescar. O que permitirá a integração será a criação de municípios, a construção de estradas, pontes e redes elétricas, além da expansão da cultura do arroz. Segundo essa visão, a homologação não é uma prioridade. Na visão do Secretário do Índio, ele próprio um indígena, a homologação até mesmo "aumentaria nossos problemas". O Secretário não explicou, entretanto, o motivo pelo qual a homologação traria dificuldades. Ao que parece, existe uma ameaça segundo a qual a homologação acarretaria a retirada do Estado de Roraima da Raposa/Serra do Sol. Por fim, estas entidades reivindicam a nomeação de um índio para a presidência da Funai.

As organizações indígenas pró-homologação - CIR e Associação dos Povos Indígenas de Roraima - reclamam do discurso de que a homologação vá atrapalhar o desenvolvimento. Lembram os avanços na educação e saúde indígenas e, principalmente, o fato de que as comunidades indígenas produzem gado e poderiam ampliar suas riquezas e a do Estado de Roraima. Entretanto, afirmam que sem terra não pode haver política para as "nações" indígenas, mas apenas para os indivíduos isolados. A terra é a garantia de que o desenvolvimento vai se dar com respeito à autonomia das culturas indígenas. As lideranças lembram a dificuldade com que conquistaram o direito de usar a própria língua nas escolas públicas instaladas na Raposa/Serra do Sol. Segundo o coordenador do CIR, houve até ameaças de que as escolas seriam retiradas. Uma liderança feminina ressaltou o fato de que usa relógio, veste roupas, mas não deixou de ser índia por causa disso. A homologação representaria o reconhecimento de que o índio pode ajudar no desenvolvimento sem deixar de ser índio.

Tanto por parte da organizações indígenas minoritárias quanto por parte dos brancos que falaram na audiência, houve fortes críticas às ongs estrangeiras, para quem o índio significa "um cheque". Uma representante da Arikom leu um documento intitulado "Diretrizes de Genebra", contendo instruções a missionários sobre como atuar na defesa da "independência com restrição de soberania", incluindo a defesa de territórios os maiores possíveis, com terra indígena de recursos do solo e subsolo. Segundo esta visão, as Ongs estariam atuando no Brasil para facilitar a pirataria, e se apropriar dos recursos nacionais.

Documentos entregues à Caravana:

- 01) CD-ROM contendo apresentação em slides dos dados das populações, economia e conflitos na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.
- 02) Abaixo-assinado de lideranças indígenas da Raposa/Serra do Sol, dirigido à Caravana e ao Presidente da República, datado de 13 de outubro de 2003, que reivindica a homologação em área contínua da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.
- 03) Cópia de relatório entregue ao Presidente da República, datado de 11 de junho de 2003, em nome de Jacir José de Souza, coordenador do CIR, contendo informações sobre a população, políticas públicas, economia e conflitos na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e reivindicando a homologação em área contínua, além da retirada do quartel militar da maloca Uiramutã.
- 04) Cópia de documento em nome de representantes Yanomami da Maloca Paapiú, datado de 02 de outubro de 2003, solicitando operações de retirada dos garimpeiros que têm invadido esta área.
- 05) Cópia da Carta da 32ª Assembleia Geral dos Tuxauas, datada de 08 de fevereiro de 2003, contendo o detalhamento das reivindicações dos Povos Indígenas de Roraima.
- 06) Cópia do "Relatório de Casos de Violências", em nome de Joênia Batista Carvalho, assessora jurídica do CIR, datado de julho de 2003, que apresenta em detalhes os casos de crimes praticados contra a população indígena desde 1982.
- 07) Cópia do relatório "Crime e Impunidade em Roraima", em nome de Ana Paula Souto Maior, consultora da Funai, datado de janeiro de 2003, que também apresenta lista de crimes cometidos contra as populações indígenas do estado. Relaciona vários crimes à pessoa e à família do Vereador Francisco das Chagas Oliveira, o "Chico Tripa". Também apresenta as formas como os índios são vítimas da violência institucionalizada por parte das polícias estaduais e das forças armadas.
- 08) Carta endereçada à Comissão de Direitos Humanos, assinada pelo Coordenador Regional do Amajari (CIR), Avelino Duarte, e por Josemi dos Santos Padilha, datada de 07 de outubro de 2003, relatando diversos casos de violência contra comunidade indígenas das áreas de Ponta da Serra, Anaro, Araçá, Cajueiro, Ananás, Santa Inês, Atingal e Ouro. Os problemas decorrem principalmente do fato de estas terras terem sido demarcadas em ilhas, anets da Constituição Federal, e de estarem sofrendo pressão para entrada de plantações de arroz e soja, além da invasão de gado dos fazendeiros vizinhos.
- 09) Três fitas cassete, entregues pelos técnicos da Assembleia Legislativa de Roraima, contendo a gravação da audiência pública.

10) Cópias de matérias jornalísticas, encaminhadas pelo administrador da Funai, Sr. Martinho Alves de Andrade Júnior, sobre a repercussão da visita da Caravana de Direitos Humanos.

14/10/2003

Visita à Terra Indígena Caramuru - Catarina Paraguassu

Etnia Pataxó Hã-Hã
Município de Pau Brasil Pau Brasil, Bahia

Acompanharam a Caravana:

Deputado Federal Walter Pinheiro

Deputado Federal Guilherme Menezes

Deputado Estadual Yulo Oiticica

Vereador Agnaldo Pataxó

Dra. Eunice Dantas Carvalho, Procuradora da República

Representantes das seguintes entidades: Fase, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude, Care/Ilhéus, Pastoral da Criança, CRB e CIMI.

A Caravana agradece ao deputado estadual Yulo Oiticica pela organização do transporte de Ilhéus até a terra indígena, e à equipe dos delegados policiais federais João Vianney, Orlando Rincon Júnior, Miguel Almeida Moura Sena, em Ilhéus, bem como aos agentes de Salvador, Dailson Santos Ferreira e Cecílio da Silva

O conflito em Pau Brasil, na terra indígena Caramuru - Catarina Paraguassu, da etnia Pataxó Hã-Hã-Hã, é um bom exemplo de conflito gerado pelo Estado, tanto em termos de ação como de omissão. Esta etnia teve suas terras demarcadas em 1937, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Mas o mesmo Estado que garantiu a terra passou a administrá-la através da política de "arrendamentos", antigo nome das atuais "parcerias" entre índios e seus vizinhos monocultores. O cacau invadiu a região, enquanto os índios eram aos poucos forçados a deixar suas terras, até que foram praticamente todos, literalmente, expulsos, na década de 1960. O estado da Bahia passa, então, a titular as áreas da terra indígena, distribuindo papéis aos "arrendatários". Os Pataxó Hã-Hã-Hã se dispersam por todo o Brasil. A partir de 1982, passam a lutar por reocupar as terras. Ingressam com uma ação de nulidade de títulos (e não com uma ação de reintegração de posse), que até hoje, 2003, século XXI, tramita nos tribunais brasileiros.

De índios isolados na década de 1920, que viviam em milhões de hectares, receberam cerca de 50 mil, e hoje têm de contar com no máximo 15 mil. Nesse processo, os Pataxó Hã-Hã-Hã perderam sua língua, mas não o fato de se verem como índios e de terem a consciência da injustiça de que foram vítimas. A ação está no Supremo Tribunal Federal e, se o tribunal se desse ao trabalho de perceber o número de mortes que a papelada provoca, julgaria logo o pleito, em favor de quem quer que seja. Só de índios, já foram 16 mortes desde 1982.

Além da história de suas próprias terras, os Pataxó Hã-Hã-Hã conheceram bem o preconceito. Um de seus parentes fez fama: o índio Galdino, o "mendigo" que morreu assassinado- dormindo e queimado vivo - por criminosos filhos da elite de Brasília. Os mesmos que, na véspera da visita da Comissão de Direitos Humanos, foram flagrados tomando cerveja em um bar, em descumprimento à decisão judicial que lhes permitia estudar fora do presídio no período noturno. Pouco mais de uma semana após a visita da Caravana, um ônibus que transportava estudantes da etnia foi incendiado. Nenhuma mídia nacional deu destaque à notícia.

A visita à Terra Indígena foi curta em virtude do tempo e do fato de que muitos índios já aguardavam a audiência pública em Pau Brasil. Assim, a caravana não realizou uma grande conversa nas aldeias (como fez com as demais etnias), mas uma visita à área limítrofe entre as terras ocupadas pelos índios e a área objeto de disputa. Os índios queriam ir ainda mais longe, onde um grupo de índios está acampado, mas a Polícia Federal afirmou que não poderia garantir a segurança dos deputados. No mês de julho (2003), uma comitiva liderada pelo deputado estadual Yulo Oiticica, com a presença dos deputados federais Walter Pinheiro e Luiz Alberto, havia sido expulsa a bala do local.

Os indígenas mostraram à CDH uma casa que os índios alegam ter sido destruída por pistoleiros. Além disso, os deputados realizaram uma breve explanação dos objetivos da caravana. Na audiência pública, estiveram presentes, além das pessoas que acompanharam a visita, o prefeito de Pau Brasil, José Augusto dos Santos Filho, o presidente da Câmara Municipal, Alan Ferreira, Waldir Farias Mesquita, administrador da Funai e Rui Nestor Bastos Melo, Procurador da Funai.

O que mais impressionou a CDH foi a participação da população não-índia. Foi a única audiência pública da Caravana em que a maioria dos não-índios falou verdadeiramente contra o conflito, muitas vezes a favor dos próprios índios. O Sr. Rosivaldo Augusto, Representante do Conselho de Segurança do município de Pau Brasil, afirmou que, por causa deste conflito, acontece um crime violento a cada fim-de-semana. Reina a impunidade porque todos têm medo de denunciar os culpados. O que ocorre é que fazendeiros contratam pistoleiros vindos dos grandes centros urbanos, sem qualquer vínculo com a cidade. Estas pessoas acabam por causar problemas também à população não-índia da cidade. Nas palavras do Sr. Rosivaldo, "as pessoas vêm das cidades para matar por currículo."

Segundo o Vereador Agnaldo Pataxó, são poucos os fazendeiros que estimulam o conflito. De cerca de 400, apenas "uma meia dúzia" está envolvida. A maioria convive pacificamente com os índios. O próprio Sr. Rosivaldo é um exemplo: foi fazendeiro e saiu da terra indígena. Reclamou do valor de sua indenização: menos de metade do valor, segundo ele. Mas explicou os seus motivos: "Não estamos aqui nem em favor dos fazendeiros, nem dos índios. Eu fui fazendeiro na terra indígena e saí de lá. Meus pais já diziam que isso aqui é de índio, quando ele chegar você tem que sair, e quando o índio chegou eu saí. Foi o governo quem promoveu a desordem, porque

veio para Pau Brasil com os índios e não teve coragem de assumir. Recebi metade do valor da minha fazenda. O povo da cidade convive pacificamente com os índios, porque eles cresceram junto com a gente. Depois que começou o conflito, não podemos conversar nem com índio nem fazendeiros, porque ficam querendo saber de que lado estamos."

Em ofício assinado pelo próprio prefeito da cidade de Pau Brasil, a comunidade não-índia cita os "crimes de reflexo" ocorridos na cidade desde 2002: assalto ao Banco do Brasil local; assalto à Distribuidora da Brasilgás; assalto ao Armazém de cacau do Sr. Firmino Timóteo; assalto ao armazém de cacau do Sr. Jazon Ramos; assassinato do Sr. Zolão; assassinato do Sr. Udo; assassinato do Sr. Alexandro. Todos os crimes são atribuídos pela população a pistoleiros contratados como "seguranças" de fazendeiros contra índios. Os índios acusam uma pessoa conhecida como "Júnior", que seria filho da ex-deputada federal Raquel Cândido - que foi cassada por colaborar com o tráfico de drogas - de comandar a pistolagem na região.

Além de índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, estiveram presentes a cacique Waldelice, da etnia Tupinambá de Olivença, e o Cacique Zelito, dos Pataxó do Monte Pascoal. A cacique Waldelice denunciou o desmatamento das terras que eles reivindicam. Os índios estão sem terra e acabam aceitando pequenos trabalhos nas fazendas da região, à paga de cinco reais ao dia. O cacique Zelito denunciou as constantes ameaças de morte por parte de grileiros e madeireiros.

Documentos entregues à Caravana:

- 01) Ofício sem assinatura, em nome do Sr. Rosivaldo Augusto dos Santos, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Pau Brasil, relatando crimes que acontecem na região como reflexo do conflito entre índios e fazendeiros.
- 02) Cópia de ofício assinado pelo Prefeito de Pau Brasil, José Augusto dos Santos Filho, em conjunto com o Sr. Rosivaldo Augusto dos Santos, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Pau Brasil, endereçado ao comandante da Polícia Militar de Itabuna, relatando crimes que acontecem na região como reflexo do conflito entre índios e fazendeiros.
- 03) Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia sobre o conflito em Pau Brasil.
- 04) Relatório "Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, Pau Brasil/Bahia", datado de 14 de outubro de 2003. Contém o histórico do conflito desde a época da pacificação, na década de 1920. Lista os índios mortos desde 1982. Apresenta notícia de jornal publicadas a partir de 1977.
- 05) Relatório assinado pelo cacique Gerson de Sousa Mello, além de outras lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe, contendo informações do conflito desde o ano de 2001.
- 06) Abaixo-assinado de lideranças das aldeias Guaxuma, Patiburi, Tupinambá, Belmonte, Sucuiba, Coroa Vermelha, Tupinambá de Olivença, Alegria Nova e Caramuru. Contém reivindicações relativas a assistência, saúde e demarcação de terras.
- 07) Documento sem assinatura, em nome a APOINME - Articulação dos Povos Indígenas e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espíritos Santo, datado de 30 de junho de 2000, com informações acerca de crimes ocorridos no município de Prado, Fazenda Boa Vista, contra os Pataxó do Rio Cahy.

08) Documento sem assinatura, em nome da Coordenação de Frente e Luta Pataxó, datado de 05 de setembro de 2002, que denuncia ameaças provenientes do fazendeiro Normando, proprietário da Fazenda Sonara, devido à reivindicação dos índios pela terra.

09) Ofício assinado pela cacique Tupinambá Valdelice Amaral de Jesus, além de outras lideranças, denunciando o espancamento recente, em Sapucaieira, de índios por quatro policiais militares.

10) Livro intitulado "Índios na Visão dos Índios - Tupinambá", com depoimentos e a história da comunidade Tupinambá de Olivença.

15/10/2003

Visita à Terra Indígena Xucuru

**Etnia Xukuru
Município de Pesqueira, Pernambuco**

Acompanharam a Caravana:

Deputado Estadual Roberto Leandro

Deputado Estadual Isaltino Nascimento

Vereador Marcelo Santa Cruz

Manoel Lopes, administrador da Funai

Dr. W. Conde, Ministério Público Estadual

Representantes do CIMI, Anai, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Tortura Nunca Mais, Centro de Cultura Luiz Freire, Cendhec e Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

A Caravana agradece ao deputado estadual Roberto Leandro e ao CIMI pela organização do transporte de Recife até a aldeia. Nossos agradecimentos também à antropóloga Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza, que enviou preciosas informações à assessoria da Caravana.

Cerca de 8 mil índios vivem nas 24 aldeias e 27,5 mil hectares do povo Xukuru. A aldeia de Cimbres, visitada pela Caravana, é onde se concentra a maior população. No passado, foi importante centro da política local. Hoje, pode-se chamar o local também como a "vila" de Cimbres, por sua semelhança física com tantas outras pequenas comunidades do interior brasileiro. O local foi palco de um grande conflito entre índios em 07 de fevereiro de 2003, depois do atentado contra o cacique Marcos Xukuru.

e da posterior revolta da população contra um grupo de seus próprios parentes, acusado de tentar assassinar o cacique, juntamente com um grupo de posseiros.

Devido à longa história de contato e à expulsão do povo Xukuru de suas terras, muitos índios já estavam "aculturados" e misturados à sociedade não-índia a partir de relações de casamento e de compadrio. As poucas aldeias que restavam estavam "ilhadas" em meio às fazendas. O povo Xukuru perdeu inclusive sua língua, restando hoje apenas vocábulos que se incorporaram ao português ali falado. Entretanto, permanece forte o sentimento dos índios de pertencimento à nação Xukuru, e a consciência de que os seus territórios originários lhes pertencem. Conservaram uma série de tradições, inclusive o valor dos locais sagrados, e, ao que a CDH pôde perceber, passaram por um processo de reorganização de seu mundo cósmico, depois que finalmente reconquistaram (quase todas) as suas terras.

Foi a partir da Constituinte de 1987/88 que o povo Xukuru passou a se reorganizar para retomar as suas terras e tradições culturais. A demarcação começou em 1991, a partir de várias lutas pela retomada, lideradas pelo cacique Chicão (pai do atual cacique) que foi assassinado em 1998. Chicão idealizou um modelo de organização política que ainda perdura: criou o conselho de professores e de saúde, a associação do povo Xukuru, o conselho de lideranças, com 24 representantes, e a comissão interna, com 12 lideranças, o cacique e o pajé.

Entretanto, a partir de meados da década de 1990, o município de Pesqueira, aliado à Arquidiocese local e ao governo do Estado, elaborou um projeto de turismo religioso para a região. Este projeto consistia na construção de grandes obras de infra-estrutura para acesso a um santuário em honra a Nossa Senhora das Graças, que fica dentro da terra indígena. A crença popular afirma que a santa teria aparecido a duas meninas no lugar antigamente denominado sítio Guarda, hoje aldeia Guarda, no interior da terra indígena Xukuru. O projeto previa a construção de um estacionamento para cinco mil carros, abertura e asfaltamento de estradas, além da conversão das fazendas de gado em hotéis-fazenda.

Tanto o cacique Chicão quanto o seu sucessor, cacique Marcos, em nome da grande maioria da comunidade Xukuru, sempre se posicionaram contrariamente ao projeto. Os estacionamentos seriam murados e não permitiriam às famílias o livre trânsito. O risco de degradação ambiental aumentaria. Acima de tudo, o povo Xukuru não poderia usar a sua terra de maneira autônoma e com respeito a sua cultura. Ficariam condicionados aos interesses dos investidores do santuário.

Entretanto, a ideia do santuário agradou a uma minoria de índios. Somente em agosto de 2002, o MPF/PE determinou a suspensão de quaisquer atividades relacionadas ao santuário. Segundo o relatório do CIMI, "esta demora injustificada do Estado em tomar providências no sentido de coibir mais uma manobra das oligarquias locais possibilitou que estas pudessem construir uma nova tática: tentar dividir o povo para permanecer na terra indígena". No início de 2000, o Prefeito de Pesqueira, que possuía terras na área indígena, convidou o índio Expedito Alves Cabral, conhecido como "Biá" para a recém-criada Diretoria de Assuntos Indígenas. Este índio hoje lidera a chamada "dissidência" Xukuru, autodenominada "Xukuru de Cimbres", que acabou sendo expulsa da aldeia, no conflito que se instaurou em 07 de fevereiro de 2003, depois da tentativa de assassinato do cacique Marcos Xukuru.

O caso dos Xukuru é mais uma prova de que a simples homologação das terras indígenas não interrompe o assédio sobre seus recursos naturais e simbólicos. Cabe lembrar que havia sido determinado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos medidas cautelares para garantia de vida do cacique, as quais não foram cumpridas pelo governo brasileiro. O atentado matou dois índios que faziam a segurança do cacique. As mortes vieram somar-se a outras: Everaldo, filho do pajé (1992);

Geraldo Rolim, procurador da Funai (1995), o cacique Xicão (1998), e Chico Kelé (2001).

É certo que a CDH não pode reconstituir com certeza todos os fatos ocorridos no dia 07 de fevereiro. Entretanto, alguns fatos permitem inferir que as autoridades locais, as estaduais - e mesmo as autoridades federais que vivem no Estado - posicionaram-se contrárias à liderança tradicional do cacique Marcos, em favor do grupo que defende a instalação do santuário. Vejamos esses fatos:

- 1) Quase todos os inquéritos policiais e ações penais foram distribuídos para a mesma Vara da Justiça Federal.
- 2) Desde a morte da liderança Chico Quelé (2001), os inquéritos policiais instaurados ou são postos sob segredo de justiça ou submetidos pelos órgãos encarregados a um controle informal que impossibilita aos índios conhecerem os rumos das investigações. Todos os inquéritos policiais instaurados a respeito do dia 07/02/2003 e dos demais crimes contra índios Xukuru foram distribuídos para a mesma vara na justiça federal. Tramitam em segredo de justiça, sem que os índios conheçam o rumo das investigações.
- 3) Segundo relatório do CIMI, o Jornal de Comércio publicou, em 25 de julho de 2002 (caderno Cidades 1), declarações do Superintendente da Polícia Federal em Pernambuco, Wilson Damásio, em que ele afirma o seguinte: "vamos propor que a comunidade Xucuru de Pesqueira se reúna para promover uma nova escolha de caciques".
- 4) A mãe de um dos índios mortos no atentado ao cacique Marcos constituiu advogados para atuar na assistência de acusação. O Ministério Público Federal deu parecer contrário à habilitação, por considerar que a mãe da vítima, por ser indígena, seria relativamente incapaz e que assim não poderia constituir advogados de sua própria escolha, cabendo à FUNAI, na qualidade de tutora, a assistência de acusação. O curioso é que o réu que também é índio constituiu sua própria advogada, sem que o MPF se manifestasse em contrário. O juiz federal acatou o parecer do MPF, impedindo que os advogados da mãe da vítima pudessem participar da inquirição de quase todas as testemunhas. Uma liminar concedida pelo Tribunal Federal da 5.ª Região derrubou a decisão do juiz mas a decisão de mérito ainda não foi dada pelo TRF.
- 5) Em 2002, o índio Dandão Xukuru foi convidado pelo MPF a comparecer à sede do órgão no Recife, a fim de depor no inquérito que apurava a morte de Chico Quelé. Após esperar a tarde inteira e parte da noite sem ser ouvido pela autoridade policial, Dandão foi dispensado, e quando saiu da sede do MPF, foi preso com base em ordem judicial. Um ano depois o STF entendeu que não havia qualquer embasamento legal para aquele mandado de prisão.

Não se sabe ao certo o número de índios neste grupo, mas ouviu a estimativa de quinhentas pessoas, enquanto os aldeados chegam ao número de 8 mil. Mesmo que esta maioria não fosse tão esmagadora, resta claro que não se pode defender um projeto de sustentação econômica de uma comunidade indígena sem a menor preocupação com sua autonomia cultural. Muito menos se deve interferir na organização social dos indígenas no sentido de tentar trocar suas lideranças. A situação em Pernambuco chegou a ficar vexatória: um policial federal que acompanhava a segurança da Caravana foi identificado, já no aeroporto, como um dos que possuem animosidades com lideranças Xukuru. Os deputados solicitaram que ele não acompanhasse a caravana à aldeia, para que a Caravana pudesse conversar em harmonia com os índios. Os policiais não aceitaram a proposta, mas acordaram que o policial em questão não circularia pela aldeia, mantendo-se afastado do local da reunião com os índios. Entretanto, o acordo não foi cumprido: ele não apenas circulou pela aldeia, como compareceu ao local da reunião. Diante disso, os deputados solicitaram à delegada responsável que o policial fosse retirado dali. A delegada afirmou que sua retirada implicaria a saída de toda a equipe. Os deputados, então, assinaram um termo de responsabilidade dispensando a segurança. A Polícia Federal abandonou a aldeia.

Os índios Xukuru reivindicam a retirada do restante dos posseiros que ainda ocupam suas terras. Existem também sérios problemas de falta de água. Durante a visita da CDH, a aldeia não estava abastecida. O fato é ainda mais grave, visto que a terra que abastecer a cidade de Pesqueira se localiza no interior da Terra Indígena. A Caravana pôde apurar, sem grande detalhes, que outro motivo de divergência entre os índios foi o destino dado às águas que correm por suas terras. Outra reivindicação foi a aprovação do novo Estatuto do Índio. Por fim, os índios afirmaram categoricamente que não querem a volta do grupo que foi expulso da aldeia. Demonstraram preocupação mesmo com a possibilidade de aquisição de nova terra para este grupo, caso o local faça fronteira com a terra Xukuru.

Também compareceram à visita representantes das tribos Kambiwá, que apresentaram reivindicações nas áreas de assistência, saúde e demarcação de terras.

Encontro com a dissidência Xukuru em 16/10/2003, na sede da Funai em Recife

No dia seguinte à visita à aldeia de Cimbres, a Caravana se reuniu com o grupo indígena dissidente, com a presença do administrador da Funai, Manoel Lopes. Expulsos da aldeia, estes índios estão vivendo em Recife, com a ajuda de custo que a Funai repassa para o pagamento de aluguel e cesta básica. Reivindicam a aquisição de uma nova terra onde possam se instalar, já que não fazem questão de retornar a Cimbres. Entretanto, a terra que reivindicam é contígua à atual terra indígena Xukuru, em Pesqueira, pois é próximo a esta cidade que eles pretendem continuar.

Os índios dissidentes, liderados por Expedito Alves Cabral, o Biá, louvaram o fato de ser a primeira vez que eles têm oportunidade de se manifestar perante uma comissão de direitos humanos. Biá afirmou que existem 1600 índios em seu grupo. Sua família está na Terra Indígena há sete gerações e nunca precisou de ajuda da Funai, pois sempre teve meios de vida. Reinava a paz até a morte do cacique Xicão. Depois que o cacique Marcos assumiu - "eleito" por poucas pessoas - o conflito se iniciou.

A dissidência acusa o cacique Marcos de gastar em armas os recursos recebidos da Funai e Funasa em favor da comunidade indígena. Alegam que haviam conseguido, por conta própria, verbas da prefeitura de Pesqueira e da FIDEN para obras na aldeia de Cimbres, mas que estas foram paralisadas a mando do cacique Marcos. Biá culpa o CIMI e as demais Ongs por toda a divisão da aldeia. Questiona o fato de as redes de televisão serem chamadas para filmar o conflito no dia 07/02/2003. Afirma que foi o cacique Marcos quem atacou o índio Louro Frazão, que está preso devido ao atentado.

Os índios dissidentes defenderam as investigações conduzidas pela Polícia Federal. Afirmam que ainda há índios sendo expulsos da terra. Apresentam queixa registrada pelo índio José João dos Santos, em 15/10/2003 (mesmo dia da visita da caravana à aldeia), que afirma estar sendo coagido a deixar sua casa. Apenas uma rápida menção

foi feita ao problema do santuário: os índios afirmam que não foi esta a razão da divisão da aldeia, mas sim a falta de repasse dos benefícios gerados por alguns projetos destinados à comunidade, como a construção de casas e o plantio de caju e de café. Entretanto, ressaltaram o "preconceito" contra a idéia do santuário católico. Ainda, no documento entregue à CDH, reclamam de que o cacique teria interrompido a "estrada que liga Cimbres ao Santuário Guarda".

Outra incongruência foi o fato de que os índios dissidentes assinalam a data de 07/02/2003 como o dia da "independência de Cimbres". Entretanto, no mesmo documento - cuja data é 04 de setembro de 2001 - a mesma "independência" já havia sido comunicada à Funai. Isso permite concluir que os acontecimentos de 07/02/2003 poderiam ter sido evitados se - um ano e meio antes! - as autoridades tivessem tomado providências no sentido de impedir o assédio às terras indígenas, por meio do santuário. Ocorreu justamente o contrário: o escritório informa que a estrada para o "Santuário Guarda" seria implantada com a participação da Funai. Ressalte-se, ainda, que a suposta "independência" da aldeia de Cimbres foi declarada apenas dez dias após a homologação das terras Xukuru pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com relação às denúncias de apropriação das verbas pelo cacique Marcos, em setembro de 2001 foi instaurado pelo MPF um procedimento administrativo para "apurar notícia de divergências internas na comunidade indígena Xukuru de Pesqueira (PE)". Apenas em 19 de abril de 2003, o Procurador da República em Pernambuco, Marcos Costa, determinou seu arquivamento, concluindo, segundo relatório do CIMI, que "de uma forma ou de outra, têm procurado atender a coletividade, definindo-se prioridades e focos de atuação, de acordo com as limitações dos próprios projetos".

O cacique Marcos, que não esteve presente durante a visita da Caravana, enviou carta à CDH, em 25 de outubro, preocupado com a repercussão que as declarações de Biá na imprensa, após a reunião com os deputados. Abaixo transcrevemos um trecho:

"[Biá] Embora sendo índio nunca concordou e muito menos participou de nossa luta em defesa de nossa terra. Pelo contrário, sempre esteve aliado aos fazendeiros invasores. Sua raiva contra os Xukuru e em particular contra a minha pessoa, aumentou quando nós impedimos a conclusão da estrada que estava sendo construída para o santuário da Graça, localizado dentro da nossa terra. A empresa construtora é de propriedade do senhor Expedito Cabral. Além disso, ele que uma vez elegeu-se vereador em Pesqueira, pelo partido do prefeito, PFL, depois que nosso povo se organizou e começou a lutar, não conseguiu mais se reeleger. As pessoas que o apóiam são principalmente não-índios invasores do nosso território (pequenos posseiros) habitantes do povoado de Cajueiro. A Comissão Técnica constituída pela Funai para apurar conflito apresentou em seu relatório conclusivo a quantidade de famílias indígenas que o acompanham. É um pequeno grupo, cerca de 100 famílias e a maioria delas já vivia fora da área indígena, na cidade de Pesqueira. E ainda denuncia o próprio relatório a existência de família não indígena dentro do grupo, com o único propósito de se beneficiar das ajudas da Funai".

Documentos entregues à Caravana:

01) Documento em formato eletrônico, 12 de setembro de 2003, em nome de Sandro Henrique Calheiros Lôbo, assessor jurídico do CIMI/NE, contendo "Relatório sobre

violações aos direitos humanos dos índios Xukuru".

02) Cópias de diversos ofícios enviados à Funai e ao MPF, assinados por representantes da aldeia São Brás, todos anteriores ao dia 07/02/2003, em que os signatários reclamam do assédio do índio Rinaldo Feitosa com relação a águas e terras da aldeia São Brás.

03) Cópia de abaixo-assinado de índios autodenomina dos "Xukuru de Cimbres", datado de 04 de setembro de 2001, dirigido ao administrador da Funai, Moacir Santos, em que os índios comunicam a independência da aldeia de Cimbres com relação ao cacique Marcos Xukuru.

04) Fax enviado pelo Cacique Marcos Xukuru, de 25 de outubro de 2003, acerca das declarações à CDH e à imprensa do índio Expedito Alves Cabral, o "Biá".

05) Carta sem assinatura, 01 de julho de 2003, dirigida a várias autoridades, em nome do "povo expulso da Tribo Xukuru". Denuncia uma série de lideranças por "atos de terrorismo" e participação no crime organizado.

06) Cópia de carta sem data assinada por Maria de Lourdes Aleixo Silva. Denuncia uma série de lideranças por "atos de terrorismo".

07) Ofício do chefe do Posto Indígena Xukuru (Funai) à Polícia Federal, 24 de fevereiro de 2003, encaminhando a senhora Maria de Lourdes Aleixo Silva para prestar depoimento sobre ameaças e expulsão de suas terras.

08) Cópia de certidão da Polícia Civil de Pernambuco, delegacia de Pesqueira, informando que o Sr. José Lindomar de Santana, filho do Chico Kelé, cujo depoimento informa que no dia 15 de janeiro de 2003 um grupo de pessoas não identificadas passou pela sua casa efetuando disparos de arma de fogo.

09) Fita de vídeo contendo o documentário "Xucuru - a coragem em cima do medo", que conta a história e mostra imagens do conflito do dia 07 de fevereiro de 2003.

17/10/2003

Visita às Terras Indígenas Toldo do Chimbangue e Araça'í

Etnias Kaingang e Guaraní Nandeva

Municípios de Chapecó e Cunha Porã, Santa Catarina

Acompanharam a Caravana:

Dr. Pedro Antônio Roso, Procurador da República

Antônio Marine, administrador da Funai

Roberto Liebgott, Ivan Cesar, Jackson Santana e Mário,

representantes do CIMI

A Caravana agradece ao CIMI pela organização do transporte de Chapecó até as aldeias, e às equipes dos delegados policiais federais Christian Robert Wunster e Victor Antonio. Nossos agradecimentos também ao antropólogo Fernando Dantas, que enviou preciosas informações à assessoria da caravana.

As 25 famílias (cerca de 120 pessoas) de índios Guaraní Nandeva que reivindicam 2,7 mil hectares da Terra Indígena Aracaí vivem hoje dos favores de outra etnia - os Kaingang, que lhes emprestam um pedaço da Terra Indígena Toldo do Chimbangue - e da Funai, que fornece cestas básicas para a alimentação dos índios. Isso porque o tamanho e as condições de relevo da área inviabilizam as atividades de subsistência. Além disso, não há água. Os rios estão contaminados pelas fezes de aves e porcos. A região é rica na produção frigorífica, especialmente de aves. É de lá que saem os frangos que abastecem, por exemplo, as empresas Perdigão e Sadia. A produção é extremamente intensiva: o frango fica pronto para o abate com 26 dias de idade.

Historicamente, os Guaraní (Mbya, Kaiowa e Nandeva) foram um dos povos indígenas mais avessos ao conflito. Não apenas por sua tradição nômade, mas por causa do seu conceito de território, muito diferente do conceito não-índio. Para estes índios, o seu "território" não tem uma geografia contínua. Envolve todo o complexo de suas relações sociais de reciprocidade, em aldeias próximas e distantes das que eles ocupam em dado momento.

A política indigenista brasileira, no entanto, criou o conceito de "Terra Indígena" para fixar essas populações. Como o rito burocrático para reconhecimento de terras indígenas não estivesse adequado à maneira Guaraní de ocupar o espaço, estes índios sofreram de grande atraso em seus processos de demarcação, os quais só vieram se intensificar na década de 1990.

Grande parte de Santa Catarina foi colonizada por particulares. O governo do Estado doava terras a empresas colonizadoras, em troca da abertura de estradas. As empresas, então, loteavam e vendiam as terras a colonos de diversas origens, especialmente imigrantes alemães e italianos. Cabia aos próprios colonos e às empresas colonizadoras o trabalho de "limpar" a terra para torná-la própria ao plantio. Isso incluía afugentar eventuais populações indígenas. Praticamente todo o oeste de Santa Catarina foi colonizado desta maneira. A própria cidade de Chapecó era um povoamento de índios Kaingang, os quais viveram como índios urbanos até o início da demarcação de novas terras em áreas próximas à cidade. Mesmo com todo o processo de contato, os índios mantiveram suas crenças e sua língua.

A CDH ouviu de vários colonos que "não havia índios" quando eles ou seus pais chegaram à região. Alegação estranha, visto que muitos nomes geográficos, inclusive o dos municípios de Chapecó e Cunha Porã, são nomes de origem indígena. No caso da terra Aracaí, a CDH ouviu o depoimento de um pajé de 81 anos, o qual contou como suas casas foram queimadas e suas famílias expulsas quando ele era um jovem de 17. Na terra existe uma área onde estão sepultados os pais e avós deste pajé. Hoje, existe um laudo antropológico que deve ser publicado ainda em 2003. Depois virão as contestações, as pressões políticas, etc. A julgar pelo ritmo atual das demarcações, o pajé - que prometeu a seu povo que só vai morrer quando voltar à terra - terá de esperar, na melhor das hipóteses, mais dois anos.

Durante o processo de identificação da terra Aracaí, os Guaraní chegaram a retomar a área, montando um acampamento na estrada que corta as terras. Entretanto, em muito pouco tempo os fazendeiros obtiveram ordem de retirada da justiça federal. A decisão tem um aspecto que envergonha o judiciário brasileiro: o juiz mandou "expurgar" os índios para o Rio Grande do Sul. De fato, os Guaraní foram colocados à força num ônibus, mandados ao Rio Grande do Sul, e avisados de que seu regresso estava proibido.

Estes fatos foram narrados na visita ao Toldo do Chimbanguê, onde os Guarani se encontram “hospedados”. A partir daí, a Caravana empreendeu uma visita à própria terra Araça’i. Foi combinado com os índios que não haveria qualquer retomada. Apenas uma pequena reza no local onde estão enterrados os seus antepassados. Assim, a Caravana seguiu para o local, que hoje é a fazenda de um colono alemão. Ao chegarmos ao local, lá estava apenas o caseiro. Os deputados e policiais federais pediram-lhe autorização para entrar no local, o que lhes foi concedido. Os índios levaram os deputados ao local do cemitério indígena e realizaram uma celebração de menos de dez minutos.

Entretanto, a movimentação pela estrada já havia chamado a atenção. Os fazendeiros comunicaram-se uns com os outros e a notícia de que “forças federais inspecionavam a área” foi veiculada até pela rádio de Cunha Porã. Em pouco tempo, começaram a chegar os colonos alemães, inclusive os que hoje ocupam a área. Até o prefeito de Cunha Porã compareceu ao local, reclamando que o município não tinha sido avisado. Os colonos protestaram muito contra a visita, alegando que aquilo era um absurdo, e que “se nós tivéssemos sido avisados, colocaríamos duas mil pessoas aqui dentro”. Os deputados argumentaram que a intenção da visita não era a de medir forças entre índios e fazendeiros, mas apenas a de conhecer a região reivindicada pelos índios.

Avessos ao conflito, os índios Guarani entraram rapidamente no ônibus para deixar a área. Apenas alguns Kaingang se posicionaram em torno da roda que os colonos faziam com os deputados. Neste momento o conflito quase se instaurou e a caravana pôde perceber a polarização histórica que existe na região. Reproduzimos abaixo um diálogo presenciado pelos deputados:

- (colono) Os Senhores querem ver dança, nós vamos lhes mostrar a dança alemã.
- (índio Kaingang) Os alemães podem ir dançar na Alemanha.
- (mulher alemã) E vocês podem ir dançar no Paraguai.

A partir daí, os grupos foram separados e os índios deixaram o local, juntamente com a imprensa e a assessoria da caravana. Ficaram apenas os deputados Orlando Fantazzini e Pastor Reinaldo, além do delegado Osmar Tavares e os homens da Polícia Federal. Os deputados fizeram um ronda de automóvel com os colonos, a fim de conhecer a produção nas terras. Quando voltaram, havia ainda mais colonos, todos eles visivelmente nervosos. Pressionaram muito os deputados no sentido de afirmar que não estão dispostos a sair da área.

Por fim, cabe ressaltar que todas as propriedades da região são minifúndios de cerca de 14 hectares. Isso significa que os colonos seriam facilmente contemplados por programas da política de reforma agrária. Além da possibilidade de indenização pelo próprio estado de Santa Catarina, que vendeu as terras ilegalmente, o próprio INCRA poderia criar um programa especial de reassentamento para ocupantes de boa-fé de áreas indígenas.

Audiência Pública na Câmara Municipal de Chapecó

Estiveram presentes na audiência pública, além daqueles que acompanharam a visita à aldeia: o presidente da Câmara Municipal, Amarildo Sperandio de Bairos; Vereadora autora do requerimento para a audiência pública, Vereadora Joana; os vereadores Euclides, Jose Possá, Jose Dill, Marcio, Delvino, José Brum, Maria Aparecida, Aristides, João Mario, Salvador, Raul, Paulinho, Luiz Antonio Agne, Sanches e Luiz Carlos Bossudo; o Tenente-Coronel PM Ivanor Francisco Schneider; a

secretária municipal de saúde, Marlene Foschiene; a Secretária Municipal de Serviços Urbanos, Maura Postal; o representante do mandato do deputado Cláudio Vignatti, Luciano Philippi; representantes de várias entidades, como o Conselho dos Povos Indígenas de Santa Catarina, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Chapecó, o Movimento de defesa da propriedade, dignidade e justiça, a Associação de Agricultores de Seara, e outros. Tomaram assento à mesa os caciques João Barbosa (aldeia Araçá'i), Idalino Fernandes (aldeia Toldo Chimbanguê), Alípio Isaías (aldeia condá), Lauri Alves (aldeia Toldo do Pinhal). A Comissão de Direitos Humanos agradece ao presidente da Câmara Municipal, Amarildo Sperandio de Bairros, o qual, diante do atraso da Caravana, suspendeu a sessão legislativa em uma hora, a fim de que a audiência pública pudesse ser realizada.

A realização da audiência pública chegou a ser discutida no plenário da Câmara Municipal, tendo o requerimento de autoria da vereadora Joana sido aprovado por diferença de apenas um voto, fato que demonstra a divisão da comunidade política catarinense com relação à questão indígena.

O cacique João Barbosa afirmou que os Guaraní não são contra os colonos, pois estes também são vítimas. Entretanto, ele espera que a justiça tome logo as providências necessárias para que suas terras sejam demarcadas. Outros representantes indígenas também falaram. Ressaltaram o ineditismo da visita da CDH, que pode ser um fator que vá estimular o entendimento, a fim de que os filhos de índios e colonos não cresçam com ódio uns dos outros. Segundo os caciques, os índios perderam suas terras na década de 1940. Na época, não tiveram força para dizer "essa terra é nossa". Reivindicam que os agricultores tenham a coragem de dizer: "quando nós chegamos os índios estavam aqui". Ressaltaram o fato de que a própria cidade de Chapecó era área indígena, e que os índios não reivindicam nem um quinto das terras.

O Procurador da República, Pedro Roso, citou um episódio que ilustra o preconceito da população contra os índios. Um radialista local afirmou no ar que se deveria trocar o símbolo do time de futebol da cidade, que é a figura de um índio. Segundo o radialista, enquanto o símbolo fosse um índio o time nunca iria melhorar. Ao mesmo tempo, o procurador ressaltou o fato de que outras comunidades de Santa Catarina convivem harmonicamente com os índios. Em Chapecó, entretanto, o conflito é acirrado. Um dos problemas de Chapecó é que as fazendas são minifúndios produtivos, com tamanho médio de 13 hectares, que geram renda e impostos. Caberia ao governo federal indenizar as benfeitorias, mas o estado de Santa Catarina deveria reconhecer os atos ilegais que praticou no passado e indenizar as famílias pelo valor da terra. O que não pode acontecer, segundo o procurador, é que os direitos dos índios sejam cerceados.

O representante da Funai conclamou os presentes a resolver o problema sem conflito. A Funai entende que deve tomar medidas urgentes e lamenta o baixo orçamento, que hoje é insuficiente para indenizar todos os agricultores. Entretanto, como a região é de minifúndio, o INCRA deveria elaborar um programa de assentamento diferenciado. Ao mesmo tempo, o estado de Santa Catarina poderia indenizar o agricultor pelo valor das terras. Segundo o representante da Funai, os agricultores, em sua maioria, não são contra as demarcações, mas querem ser indenizados pelo valor da terra.

Os agricultores consideram insatisfatórias as condições para que eles saiam das terras. Caso eles recebam pelas benfeitorias, terão que entrar em financiamentos para comprar novas terras. Propõem que as cartas de crédito sejam assumidas pelo Estado ou pela União. Reclamam das Ongs, que os tratam como se fossem invasores, quando de fato eles compraram as terras e agora estão sendo obrigados a "vendê-las" a preço de banana. Também foi citado o exemplo da Aldeia Condá, onde foi feito um leilão junto com a obra Foz do Chapecó, que deveria comprar as terras, mas não quer pagar um preço justo. Há bastante conflito nesta aldeia. Os agricultores denunciam que no mês de outubro o filho de um colono teria sido espancado por indígenas.

O professor Leonel Piovesan, do Conselho dos Povos Indígenas de Santa Catarina, e da universidade da cidade, colocou à disposição o Centro de Estudos e Memórias do Oeste, que possui muita documentação sobre a colonização do oeste de Santa Catarina. O conflito existe, é discriminador e violento. "Não tenho nada contra o índio, mas ele que fique no lugar dele", é uma frase sempre repetida pelos estudantes. Ressaltou que é necessário reconhecer as terras indígenas, mas que o índio também tem direito à vida urbana.

Recomendações

1.0 À Presidência da República:

- 1.1. Imediata homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, nos termos da demarcação administrativa vigente (Portaria 820 do Ministério da Justiça).
- 1.2. Criação, no âmbito da Presidência da República, de um grupo de elite permanente, para coordenação das ações entre a Funai, Incra, Ibama, DNPM, Abin, Polícia Federal e Funasa, bem como para apurar e combater denúncias de corrupção por funcionários destes órgãos.
- 1.3. Revogação do Decreto 4412, de 07/10/02, com edição de nova regulamentação sobre a atuação das forças armadas em terras indígenas, cujo princípio regulador deve ser o diálogo e o consenso com as comunidades indígenas envolvidas. Retirada do Quartel da Maloca Uiramutã, Roraima, e reconstrução em local compatível com a vida social da comunidade indígena.
- 1.4. Normatização da atividade de garimpo de diamante por índios Cinta Larga na Terra Indígena Roosevelt, estado de Rondônia. As normas devem conter a necessidade de presença permanente do Estado, cuja atuação deve estar embasada nos laudos de impacto elaborados por Grupos de Trabalho do órgão indigenista. Os diamantes devem ser vendidos à Caixa Econômica Federal, e a renda auferida deve ser revertida em favor da própria comunidade indígena. Cabe lembrar que esta iniciativa independe da aprovação de Projeto de Lei de regulamentação da mineração em Terras Indígenas. Isto porque garimpo e mineração são atividades distintas, sendo vedado pela Constituição Federal (art. 231, §§ 2.º, 6.º e 7.º) o garimpo em Terras Indígenas por não-índios.
- 1.5. Cancelamento administrativo de todos os requerimentos de mineração e exploração de recursos naturais que incidam sobre Terras Indígenas, até que seja aprovada a regulamentação do art. 231, §3º, da Constituição Federal.
- 1.6. Inclusão das estradas e outras obras irregulares em terras indígenas no cadastro geral de obras irregulares.
- 1.7. Determinação ao Ministério da Defesa e à Polícia Federal para retirada imediata de garimpeiros em atividade na Terra Indígena Yanomami, estado de Roraima.
- 1.8. Criação de um Conselho Indígena no âmbito do Projeto Avança Brasil, formado por lideranças das comunidades cujas terras possam ser atingidas pelas obras do projeto.
- 1.9. Determinação ao Ministério da Previdência Social para criação de um programa especial de aposentadoria indígena.
- 1.10. Determinação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para elaboração de um programa de assentamento diferenciado para agricultores de boa-fé que tenham sido pacificamente retirados de terras indígenas.
- 1.11. Criação, no âmbito do Ministério da Saúde, de um órgão específico, integrado ao SUS, para formulação da política de saúde indígena.
- 1.12. Determinação ao Ministério do Meio Ambiente para que:
 - 1.12.1. torne obrigatória a inclusão de laudo antropológico nos estudos de impacto ambiental que apontem consequências para recursos naturais de terras indígenas.,

- 1.12.2. elabore normas e regulamentos que garantam a gestão ambiental do entorno das terras indígenas, no sentido de garantir o uso tradicional de recursos naturais pelas comunidades indígenas;
- 1.12.3. revogue os atos que criam os Parques Nacionais do Monte Roraima e Monte Pascoal, em respeito à prioridade indígena sobre aquelas áreas.
- 1.13. Determinação ao Ministério da Educação para que:
 - 1.13.1. elabore programas que garantam o acesso dos índios ao ensino universitário, até que a lei venha a dispor sobre eventual educação universitária indígena;
 2. assegure o reconhecimento formal das escolas indígenas que ainda não tenham sido reconhecidas;
 3. Crie os subsistemas de educação indígena, nos moldes dos subsistemas de saúde;
 4. Inclua no currículo escolar da sociedade não-índia o estudo da história e cultura dos povos indígenas.
 14. Imediata suspensão do repasse de recursos federais a municípios que tenham sido criados no interior das Terras Indígenas, após sua regular demarcação.
 15. Imediato empenho dos recursos do Plano Emergencial Pró-Cinta Larga, bem como a imediata mobilização da Polícia Federal no sentido de impedir a invasão das áreas indígenas Cinta Larga.
 16. Imediata promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.
 17. Auditoria do Controladoria-Geral da União no sentido de fiscalizar todos os repasses de recursos já efetuados pela Funasa à rede de saúde e às entidades terceirizadas, com o objetivo de atender as populações indígenas.
 18. Orientação à Polícia Federal no sentido de afirmar sua competência exclusiva nas investigações de crimes relacionados a conflitos em terras indígenas.
 19. Criação de uma força-tarefa da Polícia Federal e IBAMA para investigar o desaparecimento de recursos naturais - especialmente diamantes e madeira - de terras indígenas.

2.0 À Fundação Nacional do Índio (FUNAI):

- 2.1. Urgente demarcação das terras indígenas que ainda restam não demarcadas.
- 2.2. Imediata reabertura dos trabalhos de identificação das Terra Indígenas Sangradouro e Volta Grande, com designação de proteção federal aos antropólogos responsáveis. Apuração de responsabilidade da Funai local com relação às negociações para não-demarcação das terras.
- 2.3. Elaboração de um programa de sustentabilidade econômica indígena, com o planejamento de atividades que as comunidades possam realizar sem que coloquem em risco seus costumes e tradições.
- 2.4. Elaboração de programas permanentes de ações afirmativas para as mulheres indígenas.
- 2.5. Implementação de um plano de fiscalização e controle permanente de Terras Indígenas que contemple a participação das comunidades envolvidas.
- 2.6. Intensificação de programas de intercâmbio entre as diversas comunidades indígenas, a fim de que as lideranças possam conhecer as diversas experiências na relação

entre índios e não-índios e na criação de programas de desenvolvimento sustentável.

2.7. Imediata criação do Conselho Superior de Política Indigenista, conforme programa de governo do Presidente da República.

2.8. Urgente realização da Conferência Nacional de Política Indigenista, com poderes de influir na elaboração das políticas públicas voltadas para as nações indígenas.

2.9. Que a Funai desautorize expressamente seus funcionários de quaisquer tentativas de negociar a demarcação de terras indígenas a troco de favores e benesses para as lideranças indígenas. Qualquer projeto de "parceria" ou "auxílio" deve estar vinculado à garantia do direito à terra consagrado na Constituição Federal.

2.10. Elaboração de Campanha Nacional de Combate ao Preconceito contra as Comunidades Indígenas.

2.11. Que sejam expressamente desautorizados eventuais planos de assentar a dissidência Xukuru (PE) em áreas que sejam contíguas à atual Terra Indígena Xucuru.

3.0 Ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais:

3.1. Imediato julgamento da ação de nulidade de títulos que envolve as Terras Indígenas Caramuru - Catarina Paraguassu, da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe, município de Pau Brasil (BA).

2. Consolidação de jurisprudência no sentido de definir as terras indígenas em demarcação como terras em disputa, o que facilitaria a impetração de medidas liminares e/ou cautelares no sentido de impedir a construção de estradas, criação de municípios, etc.

3. Consolidação de jurisprudência no sentido de afirmar a competência federal em processos que envolvem terras indígenas.

4. Consolidação de jurisprudência no sentido de garantir a assistência antropológica em processos em que índios figuram como réus.

4.0. Ao Congresso Nacional:

4.1. Imediata aprovação do Estatuto do Índio.

4.2. Aprovação da reforma política.

4.3. Auditoria do Tribunal de Contas da União no sentido de fiscalizar todos os repasses de recursos já efetuados pela Funasa à rede de saúde e às entidades terceirizadas, com o objetivo de atender as populações indígenas.

5.0 Aos Estados da Federação, em especial aos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Bahia:

5.1. Aprovação de emenda constitucional nos estados no sentido de permitir a compensação financeira a ocupantes de boa-fé de áreas colonizadas ilegalmente pelo

Estado, situadas em terras indígenas.

5.2. Auditoria dos respectivos Tribunais de Contas no sentido de fiscalizar o uso das verbas do ICMS-ecológico e congêneres.

5.3. Determinação às Secretarias de Educação para que assegurem o reconhecimento formal das escolas indígenas que ainda não tenham sido reconhecidas.

6.0. Ao Ministério Público Federal:

1. Que o MPF desautorize expressamente seus procuradores de quaisquer tentativas de negociar a demarcação de terras indígenas a troco de favores e benesses para as lideranças indígenas. Qualquer projeto de "parceria" ou "auxílio" deve estar vinculado à garantia do direito à terra consagrado na Constituição Federal.
2. Lotação de mais procuradores responsáveis pela questão indígena, especialmente nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

Câmara dos Deputados - anexo II - sala 185A - Pavimento Superior - CEP 70.160-900 - Brasília - DF - Brasil

tel: (061) 318-8284/8285 - fax: (061) 318-2170 e-mail: cdh@camara.gov.br

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>

Estes fatos foram narrados na visita ao Toldo do Chimbanguê, onde os Guarani se encontram “hospedados”. A partir daí, a Caravana empreendeu uma visita à própria terra Araca’i. Foi combinado com os índios que não haveria qualquer retomada. Apenas uma pequena reza no local onde estão enterrados os seus antepassados. Assim, a Caravana seguiu para o local, que hoje é a fazenda de um colono alemão. Ao chegarmos ao local, lá estava apenas o caseiro. Os deputados e policiais federais pediram-lhe autorização para entrar no local, o que lhes foi concedido. Os índios levaram os deputados ao local do cemitério indígena e realizaram uma celebração de menos de dez minutos.

Entretanto, a movimentação pela estrada já havia chamado a atenção. Os fazendeiros comunicaram-se uns com os outros e a notícia de que “forças federais inspecionavam a área” foi veiculada até pela rádio de Cunha Porã. Em pouco tempo, começaram a chegar os colonos alemães, inclusive os que hoje ocupam a área. Até o prefeito de Cunha Porã compareceu ao local, reclamando que o município não tinha sido avisado. Os colonos protestaram muito contra a visita, alegando que aquilo era um absurdo, e que “se nós tivéssemos sido avisados, colocaríamos duas mil pessoas aqui dentro”. Os deputados argumentaram que a intenção da visita não era a de medir forças entre índios e fazendeiros, mas apenas a de conhecer a região reivindicada pelos índios.

Avessos ao conflito, os índios Guarani entraram rapidamente no ônibus para deixar a área. Apenas alguns Kaingang se posicionaram em torno da roda que os colonos faziam com os deputados. Neste momento o conflito quase se instaurou e a caravana pôde perceber a polarização histórica que existe na região. Reproduzimos abaixo um diálogo presenciado pelos deputados:

- (colono) Os Senhores querem ver dança, nós vamos lhes mostrar a dança alemã.
- (índio Kaingang) Os alemães podem ir dançar na Alemanha.
- (mulher alemã) E vocês podem ir dançar no Paraguai.

A partir daí, os grupos foram separados e os índios deixaram o local, juntamente com a imprensa e a assessoria da caravana. Ficaram apenas os deputados Orlando Fantazzini e Pastor Reinaldo, além do delegado Osmar Tavares e os homens da Polícia Federal. Os deputados fizeram um ronda de automóvel com os colonos, a fim de conhecer a produção nas terras. Quando voltaram, havia ainda mais colonos, todos eles visivelmente nervosos. Pressionaram muito os deputados no sentido de afirmar que não estão dispostos a sair da área.

Por fim, cabe ressaltar que todas as propriedades da região são minifúndios de cerca de 14 hectares. Isso significa que os colonos seriam facilmente contemplados por programas da política de reforma agrária. Além da possibilidade de indenização pelo próprio estado de Santa Catarina, que vendeu as terras ilegalmente, o próprio INCRA poderia criar um programa especial de reassentamento para ocupantes de boa-fé de áreas indígenas.

Audiência Pública na Câmara Municipal de Chapecó

Estiveram presentes na audiência pública, além daqueles que acompanharam a visita à aldeia: o presidente da Câmara Municipal, Amarildo Sperandio de Bairos; a Vereadora autora do requerimento para a audiência pública, Vereadora Joana; os vereadores Euclides, Jose Possá, Jose Dill, Marcio, Delvino, José Brum, Maria Aparecida, Aristides, João Mario, Salvador, Raul, Paulinho, Luiz Antonio Agne, Sanches e Luiz Carlos Bossudo; o Tenente-Coronel PM Ivanor Francisco Schneider; a

secretária municipal de saúde, Marlene Foschiene; a Secretária Municipal de Serviços Urbanos, Maura Postal; o representante do mandato do deputado Cláudio Vignatti, Luciano Philippi; representantes de várias entidades, como o Conselho dos Povos Indígenas de Santa Catarina, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Chapecó, o Movimento de defesa da propriedade, dignidade e justiça, a Associação de Agricultores de Seara, e outros. Tomaram assento à mesa os caciques João Barbosa (aldeia Aracaí), Idalino Fernandes (aldeia Toldo Chimbanguê), Alípio Isaías (aldeia Condá), Lauri Alves (aldeia Toldo do Pinhal). A Comissão de Direitos Humanos agradece ao presidente da Câmara Municipal, Amarildo Sperandio de Bairros, o qual, diante do atraso da Caravana, suspendeu a sessão legislativa em uma hora, a fim de que a audiência pública pudesse ser realizada.

A realização da audiência pública chegou a ser discutida no plenário da Câmara Municipal, tendo o requerimento de autoria da vereadora Joana sido aprovado por diferença de apenas um voto, fato que demonstra a divisão da comunidade política catarinense com relação à questão indígena.

O cacique João Barbosa afirmou que os Guarani não são contra os colonos, pois estes também são vítimas. Entretanto, ele espera que a justiça tome logo as providências necessárias para que suas terras sejam demarcadas. Outros representantes indígenas também falaram. Ressaltaram o ineditismo da visita da CDH, que pode ser um fator que vá estimular o entendimento, a fim de que os filhos de índios e colonos não cresçam com ódio uns dos outros. Segundo os caciques, os índios perderam suas terras na década de 1940. Na época, não tiveram força para dizer "essa terra é nossa". Reivindicam que os agricultores tenham a coragem de dizer: "quando nós chegamos os índios estavam aqui". Ressaltaram o fato de que a própria cidade de Chapecó era área indígena, e que os índios não reivindicam nem um quinto das terras.

O Procurador da República, Pedro Roso, citou um episódio que ilustra o preconceito da população contra os índios. Um radialista local afirmou no ar que se deveria trocar o símbolo do time de futebol da cidade, que é a figura de um índio. Segundo o radialista, enquanto o símbolo fosse um índio o time nunca iria melhorar. Ao mesmo tempo, o procurador ressaltou o fato de que outras comunidades de Santa Catarina convivem harmonicamente com os índios. Em Chapecó, entretanto, o conflito é acirrado. Um dos problemas de Chapecó é que as fazendas são minifúndios produtivos, com tamanho médio de 13 hectares, que geram renda e impostos. Caberia ao governo federal indenizar as benfeitorias, mas o estado de Santa Catarina deveria reconhecer os atos ilegais que praticou no passado e indenizar as famílias pelo valor da terra. O que não pode acontecer, segundo o procurador, é que os direitos dos índios sejam cerceados.

O representante da Funai conclamou os presentes a resolver o problema sem conflito. A Funai entende que deve tomar medidas urgentes e lamenta o baixo orçamento, que hoje é insuficiente para indenizar todos os agricultores. Entretanto, como a região é de minifúndio, o INCRA deveria elaborar um programa de assentamento diferenciado. Ao mesmo tempo, o estado de Santa Catarina poderia indenizar o agricultor pelo valor das terras. Segundo o representante da Funai, os agricultores, em sua maioria, não são contra as demarcações, mas querem ser indenizados pelo valor da terra.

Os agricultores consideram insatisfatórias as condições para que eles saiam das terras. Caso eles recebam pelas benfeitorias, terão que entrar em financiamentos para comprar novas terras. Propõem que as cartas de crédito sejam assumidas pelo Estado ou pela União. Reclamam das Ongs, que os tratam como se fossem invasores, quando de fato eles compraram as terras e agora estão sendo obrigados a "vendê-las" a preço de banana. Também foi citado o exemplo da Aldeia Condá, onde foi feito um leilão junto com a obra Foz do Chapecó, que deveria comprar as terras, mas não quer pagar um preço justo. Há bastante conflito nesta aldeia. Os agricultores denunciaram que no mês de outubro o filho de um colono teria sido espancado por indígenas.

O professor Leonel Piovesan, do Conselho dos Povos Indígenas de Santa Catarina, e da universidade da cidade, colocou à disposição o Centro de Estudos e Memórias do Oeste, que possui farta documentação sobre a colonização do oeste de Santa Catarina. O conflito existe, é discriminador e violento. "Não tenho nada contra o índio, mas ele que fique no lugar dele", é uma frase sempre repetida pelos estudantes. Ressaltou que é necessário reconhecer as terras indígenas, mas que o índio também tem direito à vida urbana.

Recomendações

1.0 À Presidência da República:

- 1.1. Imediata homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, nos termos da demarcação administrativa vigente (Portaria 820 do Ministério da Justiça).
- 1.2. Criação, no âmbito da Presidência da República, de um grupo de elite permanente, para coordenação das ações entre a Funai, Incra, Ibama, DNPM, Abin, Polícia Federal e Funasa, bem como para apurar e combater denúncias de corrupção por funcionários destes órgãos.
- 1.3. Revogação do Decreto 4412, de 07/10/02, com edição de nova regulamentação sobre a atuação das forças armadas em terras indígenas, cujo princípio regulador deve ser o diálogo e o consenso com as comunidades indígenas envolvidas. *Retirada do Quartel da Maloca Uiramutã, Roraima, e reconstrução em local compatível com a vida social da comunidade indígena.*
- 1.4. Normatização da atividade de garimpo de diamante por índios Cinta Larga na Terra Indígena Roosevelt, estado de Rondônia. As normas devem conter a necessidade de presença permanente do Estado, cuja atuação deve estar embasada nos laudos de impacto elaborados por Grupos de Trabalho do órgão indigenista. Os diamantes devem ser vendidos à Caixa Econômica Federal, e a renda auferida deve ser revertida em favor da própria comunidade indígena. Cabe lembrar que esta iniciativa independe da aprovação de Projeto de Lei de regulamentação da mineração em Terras Indígenas. Isto porque garimpo e mineração são atividades distintas, sendo vedado pela Constituição Federal (art. 231, §§ 2.º, 6.º e 7.º) o garimpo em Terras Indígenas por não-índios.
- 1.5. Cancelamento administrativo de todos os requerimentos de mineração e exploração de recursos naturais que incidam sobre Terras Indígenas, até que seja aprovada a regulamentação do art. 231, §3º, da Constituição Federal.
- 1.6. Inclusão das estradas e outras obras irregulares em terras indígenas no cadastro geral de obras irregulares.
- 1.7. Determinação ao Ministério da Defesa e à Polícia Federal para retirada imediata de garimpeiros em atividade na Terra Indígena Yanomami, estado de Roraima.
- 1.8. Criação de um Conselho Indígena no âmbito do Projeto Avança Brasil, formado por lideranças das comunidades cujas terras possam ser atingidas pelas obras do projeto.
- 1.9. Determinação ao Ministério da Previdência Social para criação de um programa especial de aposentadoria indígena.
- 1.10. Determinação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para elaboração de um programa de assentamento diferenciado para agricultores de boa-fé que tenham sido pacificamente retirados de terras indígenas.
- 1.11. Criação, no âmbito do Ministério da Saúde, de um órgão específico, integrado ao SUS, para formulação da política de saúde indígena.
- 1.12. Determinação ao Ministério do Meio Ambiente para que:
 - 1.12.1. torne obrigatória a inclusão de laudo antropológico nos estudos de impacto ambiental que apontem consequências para recursos naturais de terras indígenas;

1.12.2. elabore normas e regulamentos que garantam a gestão ambiental do entorno das terras indígenas, no sentido de garantir o uso tradicional de recursos naturais pelas comunidades indígenas;

1.12.3. revogue os atos que criam os Parques Nacionais do Monte Roraima e Monte Pascoal, em respeito à prioridade indígena sobre aquelas áreas.

1.13. Determinação ao Ministério da Educação para que:

1.13.1. elabore programas que garantam o acesso dos índios ao ensino universitário, até que a lei venha a dispor sobre eventual educação universitária indígena;

2. assegure o reconhecimento formal das escolas indígenas que ainda não tenham sido reconhecidas;

3. Crie os subsistemas de educação indígena, nos moldes dos subsistemas de saúde;

4. Inclua no currículo escolar da sociedade não-índia o estudo da história e cultura dos povos indígenas.

14. Imediata suspensão do repasse de recursos federais a municípios que tenham sido criados no interior das Terras Indígenas, após sua regular demarcação.

15. Imediato empenho dos recursos do Plano Emergencial Pró-Cinta Larga, bem como a imediata mobilização da Polícia Federal no sentido de impedir a invasão das áreas indígenas Cinta Larga.

16. Imediata promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

17. Auditoria do Controladoria-Geral da União no sentido de fiscalizar todos os repasses de recursos já efetuados pela Funasa à rede de saúde e às entidades terceirizadas, com o objetivo de atender as populações indígenas.

18. Orientação à Polícia Federal no sentido de afirmar sua competência exclusiva nas investigações de crimes relacionados a conflitos em terras indígenas.

19. Criação de uma força-tarefa da Polícia Federal e IBAMA para investigar o desaparecimento de recursos naturais - especialmente diamantes e madeira - de terras indígenas.

2.0 À Fundação Nacional do Índio (FUNAI):

2.1. Urgente demarcação das terras indígenas que ainda restam não demarcadas.

2.2. Imediata reabertura dos trabalhos de identificação das Terra Indígenas Sangradouro e Volta Grande, com designação de proteção federal aos antropólogos responsáveis. Apuração de responsabilidade da Funai local com relação às negociações para não-demarcação das terras.

2.3. Elaboração de um programa de sustentabilidade econômica indígena, com o planejamento de atividades que as comunidades possam realizar sem que coloquem em risco seus costumes e tradições.

2.4. Elaboração de programas permanentes de ações afirmativas para as mulheres indígenas.

2.5. Implementação de um plano de fiscalização e controle permanente de Terras Indígenas que contemple a participação das comunidades envolvidas.

2.6. Intensificação de programas de intercâmbio entre as diversas comunidades indígenas, a fim de que as lideranças possam conhecer as diversas experiências na relação

entre índios e não-índios e na criação de programas de desenvolvimento sustentável.

2.7. Imediata criação do Conselho Superior de Política Indigenista, conforme programa de governo do Presidente da República.

2.8. Urgente realização da Conferência Nacional de Política Indigenista, com poderes de influir na elaboração das políticas públicas voltadas para as nações indígenas.

2.9. Que a Funai desautorize expressamente seus funcionários de quaisquer tentativas de negociar a demarcação de terras indígenas a troco de favores e benesses para as lideranças indígenas. Qualquer projeto de "parceria" ou "auxílio" deve estar vinculado à garantia do direito à terra consagrado na Constituição Federal.

2.10. Elaboração de Campanha Nacional de Combate ao Preconceito contra as Comunidades Indígenas.

2.11. Que sejam expressamente desautorizados eventuais planos de assentar a dissidência Xukuru (PE) em áreas que sejam contíguas à atual Terra Indígena Xucuru.

3.0 Ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais:

3.1. Imediato julgamento da ação de nulidade de títulos que envolve as Terras Indígenas Caramuru - Catarina Paraguassu, da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe, município de Pau Brasil (BA).

2. Consolidação de jurisprudência no sentido de definir as terras indígenas em demarcação como terras em disputa, o que facilitaria a impetração de medidas liminares e/ou cautelares no sentido de impedir a construção de estradas, criação de municípios, etc.
3. Consolidação de jurisprudência no sentido de afirmar a competência federal em processos que envolvem terras indígenas.
4. Consolidação de jurisprudência no sentido de garantir a assistência antropológica em processos em que índios figuram como réus.

4.0. Ao Congresso Nacional:

4.1. Imediata aprovação do Estatuto do Índio.

4.2. Aprovação da reforma política.

4.3. Auditoria do Tribunal de Contas da União no sentido de fiscalizar todos os repasses de recursos já efetuados pela Funasa à rede de saúde e às entidades terceirizadas, com o objetivo de atender as populações indígenas.

5.0 Aos Estados da Federação, em especial aos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Bahia:

5.1. Aprovação de emenda constitucional nos estados no sentido de permitir a compensação financeira a ocupantes de boa-fé de áreas colonizadas ilegalmente pelo

Estado, situadas em terras indígenas.

5.2. Auditoria dos respectivos Tribunais de Contas no sentido de fiscalizar o uso das verbas do ICMS-ecológico e congêneres.

5.3. Determinação às Secretarias de Educação para que assegurem o reconhecimento formal das escolas indígenas que ainda não tenham sido reconhecidas.

6.0. Ao Ministério Público Federal:

1. Que o MPF desautorize expressamente seus procuradores de quaisquer tentativas de negociar a demarcação de terras indígenas a troco de favores e benesses para as lideranças indígenas. Qualquer projeto de "parceria" ou "auxílio" deve estar vinculado à garantia do direito à terra consagrado na Constituição Federal.
2. Lotação de mais procuradores responsáveis pela questão indígena, especialmente nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

Câmara dos Deputados - anexo II - sala 185A - Pavimento Superior - CEP 70.160-900 - Brasília - DF - Brasil

tel: (061) 318-8284/8285 - fax: (061) 318-2170 e-mail: cdh@camara.gov.br

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>

**Relatório da missão realizada junto ao povo Cinta Larga
de 16 a 18 de novembro de 2003**

- *Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente*
Jean-Pierre Leroy

- *Assessor*
Daniel Ribeiro Silvestre

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2003

ÍNDICE

1. Apresentação	02
2. Contextualização	03
3. Direitos fundamentais e seus instrumentos jurídicos	04
4. As denúncias apresentadas pelos Cinta Larga	07
5. Visita ao “Baixão”	10
6. Reivindicações do Povo Cinta Larga	11
7. Tomada de posição	12
8. Observações do relator	14
9. Recomendações	19
10. Anexos	22

1. Apresentação

Dias 16,17 e 18 de novembro, no quadro do Projeto de Relatores Nacionais em Direitos humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, na qualidade de Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, efetuei uma missão em Rondônia, para verificar a situação do povo indígena Cinta Larga, atendendo a uma solicitação do Instituto Socioambiental e da indigenista Maria Inês S. Hargreaves.

Fui acompanhado nessa visita pela Dra Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Subprocuradora Geral da República¹ e Coordenadora da Sexta Câmara de Coordenação e Revisão e pela Sra Maria Inês S. Hargreaves¹, indigenista com larga experiência de convivência com os Cinta Larga. Na visita à Terra Indígena Roosevelt, dos Cinta Larga, fomos acompanhados pelos Srs Crisanto Rudzo Tseremey¹wá, do povo Xavante, vice-presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia – Coiab, Antenor Karitiana, coordenador da Cunpir. Integraram também a comitiva os Srs Antonio Apurinã, diretor de assistência da Funai (Brasília), Walter Fontoura Blós, chefe do grupo-tarefa da Funai a serviço dos Cinta Larga, Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno de Moraes, indigenistas membros da sua equipe. A todas e todos, agradeço pelos seus conselhos, comentários, apoio e solidariedade para com a missão. Um jornalista do escritório de Cacoal da Rede Amazônica de Porto Velho, filiada à Rede Globo, filmou a visita.

Na Reserva, as atividades realizadas foram:

1. Visita ao projeto de piscicultura e conversas com os consultores contratados para implementação de projetos de produção e recuperação de áreas degradadas;

¹ Agradeço a contribuição dada pela Sra Maria Inês Saldanha Hargreaves para a elaboração deste relatório.

2. Reunião com lideranças e representantes das 34 aldeias das 04 TI's (TI Roosevelt, TI Parque Aripuanã, TI Serra Morena, TI Aripuanã) e outras pessoas da aldeia² Roosevelt,
3. Visita à área de garimpo chamada Baixão;
4. Tomada de depoimentos e conversas informais.

Fora da reserva, mantivemos conversas com o Sr Walter Blós e tivemos reuniões, em Brasília, antes da nossa visita a Rondônia, com membros da CPI da garimpagem aberta pela Assembléia Legislativa de Rondônia, os Srs Deputados Haroldo Santos (presidente) e Nereu Klosinski (relator) e com a Senadora Fátima Cleide; e em Porto Velho, depois da visita na TI Cinta Larga, com os mesmos deputados e mais o deputado Néri Firigolo (membro da CPI) por ocasião da apresentação dos resultados da CPI à imprensa.

2. Contextualização

Os 1.300 sobreviventes Cinta Larga continuam resistindo e enfrentando imensas dificuldades para garantir e resguardar a posse de suas Terras Indígenas, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e assegurar suas tradições e o respeito à cultura de um povo ameaçado há muitas décadas e reduzidos demograficamente, em menos 30 anos, a 26% de sua população original.

As 4 TI's Cinta Larga: TI Roosevelt, TI Pq Aripuanã, TI Serra Morena, TI Aripuanã, que juntas abrangem 2,7 milhões de hectares no extremo noroeste de MT e sul/sudeste de RO, são parte de um território muito mais extenso (cerca de 6 milhões de há na década de 60) que foi, em menos de 30 anos, invadido, ocupado, colonizado e explorado pelos não índios. As atuais 34 aldeias são menos de 30% do total de ocupações tradicionais que abrigavam os sub grupos e linhagens Mãm ey, Kaban ey, e Kakin ey numa complexa rede de relações sociais, políticas e econômicas. Cidades como Espigão D'Oeste, Juína e outras foram erguidas sobre aldeias e cemitérios indígenas, estradas foram abertas sobre rotas de passagem Cinta Larga e se compararmos a depopulação radical do período 1968/2002 podemos afirmar que existem evidências de crimes de **genocídio**³. Trinta anos depois do contato, os 1300 sobreviventes representam 26% da população original do contato. 74% da população de homens, mulheres (muitos, idosos) e crianças não resistiram ao contato com as frentes de garimpeiros, madeireiros, entre os quais muitos delinquentes, e colonos que se abateram sobre a região. As agências públicas que atuam há anos mais parecem arremedos de políticas públicas que não apresentam indicativos satisfatórios de reversão do quadro acima descrito.

² Não será dado neste relatório o nome dos depoentes por medida de segurança, para evitar eventuais represálias contra eles.

³ Aurélio, 2ª edição, 1986: **Genocídio: geno + cídio. Crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus, causar-lhes grave lesão à integridade física ou mental; submeter o grupo a condição de vida capazes de o destruir fisicamente, no todo ou em parte; adotar medidas que visem evitar nascimentos no seio do grupo, realizar a transferência forçada de crianças dum grupo para outro.**

Hoje, a maior pressão que sofrem tem origem na exploração ilegal de recursos naturais, madeiras e minérios em suas terras, em especial de diamantes, através de investidas de intermediários de empresas de mineração e representantes do governo de Rondônia.

Desde janeiro de 2003, a atividade predatória de garimpagem e saque de recursos naturais havia sido contida com a ação indigenista coordenada pela Equipe Tarefa da FUNAI, através da retirada de milhares de garimpeiros com o apoio e a participação efetiva dos Cinta Larga nas operações e barreiras de fiscalização junto à FUNAI, Polícia Florestal de RO, Polícia Federal, bem como com a elaboração e apresentação de um nova versão do Plano Emergencial Pró Cinta Larga. Este, apesar de aprovado pelo Ministério da Justiça desde 2002 somente teve recursos liberados muito tardiamente para ser realmente implementado.

Fazendo a avaliação da sua história recente, lideranças CL têm clareza do que perderam. No contato com os brancos, no fim dos anos 60, e com os massacres posteriores, ao desaparecer a maior parte do povo CL, desaparecia muito da sua cultura. Passaram, pelo

menos ao dizer de liderança da aldeia Roosevelt, uma das aldeias que teve maiores contatos, a viver, a comer e a morar como os brancos, porque não sabiam mais como fazer de outra forma. Com amargura, comentam que copiaram os brancos inclusive no que têm de pior, na desigualdade entre eles. Esse contato e as novas exigências que ele provocou fizeram com que a extração de madeira e o garimpo do diamante fossem oferecidos como solução. Foi assim que os contratos com madeireiros e com garimpeiros inescrupulosos levaram ao desaparecimento do mogno na Reserva e, no fim do ano 2002, a uma situação de caos, violência e desagregação social tais que o povo Cinta Larga estaria possivelmente hoje em extinção se suas lideranças não tivessem percebido em tempo o perigo. Segundo afirmam, tentaram por quatro vezes entrar em sociedade com o branco, mas não deu certo "porque não temos malícia, inveja, usura... O garimpeiro ia lá, roubar o diamante do outro, matar e jogavam em cima do índio".

3. Direitos fundamentais e seus instrumentos jurídicos

Na esfera internacional, os direitos dos povos indígenas têm recebido grande atenção das organizações internacionais. Alguns dos principais instrumentos de proteção desses direitos são a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção sobre Biodiversidade e a Agenda 21. Hoje, discute-se na Organização das Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos a adoção de uma Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas.

A Convenção 169, sobre Povos e Tribos Indígenas, foi adotada em 1989 pela comunidade internacional e entrou em vigor em 1991. Ela trata do direito à posse da terra e dos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas, do reconhecimento de seus valores culturais, sociais e religiosos, de suas regras consuetudinárias, dos direitos à saúde e de desfrutar de condições iguais de trabalho. A Convenção é considerada o mais efetivo instrumento de direito internacional para proteção dos direitos de populações indígenas, especialmente os de preservarem suas próprias regras e costumes perante as sociedades nas quais se inserem. A Convenção foi assinada e ratificada pelo Brasil, porém, até a presente data, ainda aguarda ser promulgada pela Presidência da República.

A Convenção sobre a Biodiversidade e a Agenda 21 foram adotadas durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92). A primeira reconhece a importância do conhecimento tradicional tanto para a conservação como para o uso sustentável da biodiversidade. A segunda confere às populações indígenas um papel central como atores importantes a serem incluídos na agenda ambiental. Ela recomenda que as terras indígenas sejam protegidas de práticas danosas ao meio ambiente e inapropriadas às culturas indígenas, um maior controle e gestão dos recursos naturais pelos povos indígenas, uma maior participação ativa na definição de políticas e legislação nacionais que os afetam, etc. Ao contrário da Convenção 169, a Agenda 21 não possui força vinculante, mas constitui um conjunto de preceitos consensuados entre os diversos Estados.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 tratou de um grande número de questões ligadas aos povos indígenas, notadamente assegurando o direito à terra, à organização social, aos costumes e tradições, língua, crenças. Ela atribui à União o dever de proteger e demarcar as terras indígenas, bem como de proteger todos os seus bens. O avançado tratamento constitucional aos direitos indígenas não impediu, no entanto, que um sem número de violações a esses direitos fundamentais continuem ocorrendo por todo o território nacional e, em muitos casos, o próprio poder público tergiversar sobre sua implementação.

As ameaças ao território e ao direito à terra, as ameaças ao direito de usufruir dos recursos naturais nela existentes e os riscos de degradação ambiental violam os direitos assegurados por esses instrumentos jurídicos. O conteúdo do direito à terra dos povos indígenas não é o mesmo conteúdo do direito de um sem-terra, de um agricultor ou um fazendeiro. Explicita a Convenção 169 da OIT (Artigo 13) que *"os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação"*.

Também nesse sentido, o Comitê de Direitos Humanos da ONU, no Comentário Geral sobre o art. 27 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, considerou que *"Com relação ao exercício dos direitos culturais protegidos pelo artigo 27, este Comitê observa*

que a cultura se manifesta em diversas formas, incluindo um modo de vida particular associado com o uso dos recursos da terra, especialmente no caso de populações indígenas..." O Relator Especial da ONU para questões indígenas, da mesma forma, considerou, em seu relatório, que a terra, o território e os recursos naturais existentes nele constituem uma questão essencial de direitos humanos para a sobrevivência de povos indígenas.

A Constituição Federal estabelece que *são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições* (art. 231, §1º). Dessa forma, temos reconhecido em nosso ordenamento jurídico o caráter indissociável dos elementos culturais ao modo como se realiza a apropriação do território pelos povos indígenas, construindo assim o conteúdo do direito à terra dessas populações. As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis (CF, art. 231, §4º).

A Constituição estabelece uma série de direitos e garantias que mostram como o aproveitamento de recursos naturais de terras indígenas deve se voltar ao desenvolvimento sócio-econômico-cultural dos índios e à garantia de suas terras, costumes, línguas, tradições, etc. Para exploração mineral, é necessária a autorização do Congresso Nacional e a consulta às comunidades afetadas, bem como participação dos índios nos resultados da lavra. Apenas em caso excepcional de relevante interesse público da União a exploração por não índio pode ser admitida, mas isso depende de lei complementar que regulamente o assunto, conforme o §6º do art. 231 da CF. Qualquer ato que contrarie esses dispositivos será nulo e não gerará efeitos jurídicos. Além disso, cabe aos índios *o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes*. Portanto, o desenvolvimento de atividades econômicas no interior de terras indígenas não deve ser orientado a atender exclusiva ou primordialmente à necessidade de se gerarem recursos financeiros.

É dever da União fazer respeitar todos os bens existentes em TI's. Eles estão, portanto, sob tutela da União. É responsabilidade do governo federal implementar o direito à terra de populações indígenas, tal qual seu conteúdo próprio, que, como demonstrado acima, diferencia-se do direito à terra de um trabalhador sem-terra ou do direito à terra de um fazendeiro. A posição ativa do governo também diz respeito à implementação de ações e políticas públicas para garantia de direitos, uma vez que o Estado se omitir em relação à implementação de direitos humanos econômicos, sociais e culturais significa violá-los, pois a efetividade desses direitos depende essencialmente da intervenção estatal.

Destaca-se ainda a proteção, tanto pela Constituição Federal como pela Convenção 169 da OIT, do direito de participação dos povos indígenas na definição de medidas legislativas ou administrativas que lhes digam respeito. A Convenção 169 diz explicitamente que *"os governos deverão consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente"*. Ela garante também que *os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente"* (art. 7º, item 1).

Mas enquanto a Convenção 169 da OIT aguarda promulgação pela Presidência da República, suas disposições não deixam de ter força jurídica. O mesmo não ocorre com o Estatuto das Sociedades Indígenas, um Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional a passos lentos, mas que poderia promover de forma competente o tratamento infra-constitucional dos direitos fundamentais dos povos indígenas.

4. As denúncias apresentadas pelos Cinta Larga

A pressão pela reabertura do garimpo - invasões e ameaças

A primeira denúncia apresentada pelos índios refere-se às pressões que sofrem para abrir o garimpo para os não-índios. Segundo nos relataram, o governador de Rondônia ligou para a Associação Pamaré⁴ pedindo para falar com pessoas da Associação. Disse que queria fazer

um acordo com eles, que eles não sabem trabalhar, mas que ia pôr pessoas para trabalhar por eles. “E ficou nos pressionando”. Depois de alguns meses, “falou: vou ajudar vocês e mandou a polícia ambiental nas barreiras. Acho que era para ele trabalhar e ninguém mais entrar. Quando viu que nada aconteceu, fez tudo ao contrário. Retirou a Polícia Ambiental”. Segundo eles, quando os garimpeiros fecharam a BR 364, em 29/09/03, “tinham certeza que havia gente por trás e acreditavam que conseguiriam [entrar]”. O documento preparado para nossa visita pela Associação Pamaré que nos foi entregue⁵ afirma que o governo “incentivou os garimpeiros a invadirem a área indígena” e que, depois da retirada das equipes policiais nas entradas das aldeias, “houve uma grande manifestação com mais de 60 garimpeiros armados, sendo que boa parte destas pessoas entrou às escondidas na área, causando mortes e, através de calúnias, nos culpando por tais mortes”.

Em 21/10/03, foi preso dentro da reserva – e liberado a seguir – o Sr José Roberto Gonzalez, funcionário do governo de Estado de Rondônia, da Companhia de Mineração do Estado de Rondônia (CMR), que tem como presidente a chefe de gabinete do governador, a Sra Leandra Vivian. Segundo funcionários da Funai, a presidente da CMR teria dito que não era para essa pessoa estar lá, mas os documentos encontrados na sua mochila, deixada para trás (que além de documentos continha arma), davam a ele plena autonomia de ação.

O delegado de Espigão do Oeste foi denunciado. Teria um motor, parado, na reserva. Um motivo da sua atuação seria que ele queria trabalhar na lavra, deixando uma percentagem para os índios, que não aceitaram a proposta.

Durante anos, os Cinta Larga não se opuseram à retirada de madeiras, o que levou a virtual extinção do mogno. Hoje, não toleram mais a retirada, mas dizem não ter condição de saber o que acontece em áreas distantes e de preservar nessas áreas as suas florestas.

Violência: a vida e a integridade física em risco

Não é de se admirar, portanto, que a queixa mais recorrente refere-se ao clima de intranquilidade no qual vivem e, mais do que isso, de medo. Com disse um deles, “estamos mais tranquilos ficando na aldeia... Aqui, não vemos jornal. Mas se vejo lá fora, vou ficar doido”. A imprensa regional está sendo acusada de insuflar os garimpeiros. Junto com os boatos dos jornais, vêm as ameaças e atentados. Conta um: “Quando os garimpeiros acamparam na serraria de Zé Doido, diziam que se passasse carro de índio, iam linchar o índio, queimar”. Passou a noite um carro de um branco que trabalhava para eles e ficou cercado de pessoas armadas de facão ameaçando. Por quatro vezes, sofreram atentados de tiros disparados dentro da reserva contra carros de pessoas das aldeias, ao longo da estrada que dá acesso entre a aldeia Roosevelt e o garimpo. Um depoente disse que é uma pessoa

2 Uma das três associações que gerem os projetos e os recursos dos CL, ao lado das Associações Paerenã e Norte Matogrossense.

⁵ Ver anexo.

procurada. “Dizem: ‘Ele é o líder que tem que matar para deixar entrar.’ Fui na cidade. Encostei o veículo numa loja. A rua parou para me ver. E tinha dois policiais para segurança. Mesmo assim, fiquei com medo”. Uma jovem estudante, mãe de família, declarou ter recebido visitas suspeitas de pessoas estranhas a moto, perguntando ao marido para emprego de empregada doméstica e fugindo sem terminar a conversa quando apareceu. Um garoto de 12 anos, estudante na cidade, contou que um amigo dele foi abordado por “um garimpeiro que tirou um revólver calibre 12, dando o recado que era para avisar para eu e meu pai”. Uma senhora disse estar muito preocupada por ter dois filhos que estudam e por telefones que interpretou como sendo de ameaças. Na estrada, disse que foi seguida por motos e carro. Assim, quando um diz: “Tiramos nossos filhos da escola por causa das ameaças”, embora ele, que não sabe ler, não queira o mesmo futuro para seus filhos, outros poucos ainda estudam, com muito medo, na rua.

O depoimento do líder tradicional, com mais de 80 anos foi contundente e revelador: “Eu sou Mâm ey. Mâm Dzipoap ey. Nasci, cresci, casei, criei meus filhos e netos e vou morrer na minha terra, *Ndiga xi* (Igarapé dos Borrachudos). Eu e meu pai já enfrentamos muitos garimpeiros e invasores. Na época do contato com a Funai, os garimpeiros invadiram, nos contaminaram com gripe e doenças e nós morremos. E por isso que não vamos deixar invadir a nossa casa. Agora os mesmos que invadem nos acusam de matar os garimpeiros, mas, se vocês vieram mesmo para nos escutar, eu digo: Não foram esses jovens Cinta Larga que estão matando garimpeiros. Eles não sabem o que é isso. Eu sei. Eles (os invasores) roubam nossos diamantes e se matam entre si...”

Na conta desse ambiente de “pavor”, segundo a palavra de um depoente, devem ser debitados também os bloqueios de estradas pelos garimpeiros para prejudicar e dificultar o abastecimento em alimentos e combustíveis às aldeias, sitiando-as e ameaçando de seqüestrar lideranças indígenas. Foi a primeira denúncia apresentada diretamente pelos Cinta Larga a este Relator ainda em 29/09/03 e que motivou a visita e audiência pública. E, contra a acusação que há pistas clandestinas na área, respondem que, além de serem bastante antigas (algumas com 31 anos) e de contarem com a vigilância da Funai, servem para quebrar o isolamento, já que somente podem se deslocar fora da área com a proteção da Funai e da polícia.

Foi também denunciada a presença de garimpeiros na área indígena. Diz o documento da Associação Pamaré: “Devido a não termos acesso aos limites da área, muitas vezes, ficamos sabendo que garimpeiros trabalham de forma clandestina, com isso, ao extrair minério, matam-se uns aos outros, para furtarem entre si os minérios que exploram clandestinamente. Quando estes garimpeiros voltam à cidade, sem a presença dos seus mal fadados companheiros, rapidamente dizem que foram os Cinta Larga que os mataram.” Na véspera da nossa chegada, os moradores tinham detectado a presença de um grupo de garimpeiros clandestinos, os “rodados”, e os “guerreiros” estavam à sua procura, que se revelou infrutífera. Segundo o Sr Walter, os “guerreiros”, quando prendem algum garimpeiro, se fazem acompanhar de algum funcionário da Funai e o entregam à polícia.

Dias antes da nossa visita, a polícia civil encontrou dentro da área próxima ao garimpo, os corpos em decomposição de quatro garimpeiros e uma ossada. Dois sobreviventes acusaram índios de serem os culpados. A acusação foi repelida pelas pessoas que prestaram depoimentos durante a nossa visita. Diz o documento da Pamaré: “Queremos comunicar que, apesar de terem sido descobertos dentro dos limites de nossas terras, não existem

provas, nem circunstanciais, nem cabais, de que realmente os índios tenham cometido tais crimes”. Os Cinta Larga, perante este Relator e a Subprocuradora Geral da República tiveram a iniciativa de apresentar três dos acusados. Acumulam-se nas delegacias e fóruns da região vários processos criminais, cíveis e outros movidos contra membros do povo Cinta Larga. Consideram que há perseguição contra eles por parte da Polícia Civil e do Judiciário local. Acusam a falta de assistência jurídica federal da Funai e que chegam a ser condenados à revelia por crimes que desconhecem.

Cobraram duramente a apuração dos crimes e assassinatos contra Cassimiro Cinta Larga, baleado nas costas na praça de Espigão D'Oeste; Carlito Cinta Larga, assassinado em emboscada em Aripuanã; César Cinta Larga, assassinado, torturado e esquartejado em Espigão D'Oeste; Ventinha Cinta Larga, atropelado por um ônibus na estrada da aldeia; Renato Cinta Larga, assassinado e esmagado por caminhão toreiro no centro de Espigão D'Oeste.

A imprensa regional

A imprensa regional está sendo acusada de mentirosa e de contribuir, com a divulgação sensacionalista das pressões e de boatos, de criar o clima de animosidade contra os Cinta Larga. O documento da Pamaré diz que “a mídia local, mancomunada com os interesses de políticos, explora desavergonhadamente (as mortes), denegrindo a nossa imagem, desonrando nosso povo e fomentando o ódio dos brancos contra nossa gente”. Foi destacado o caso da cozinheira da aldeia Roosevelt, não-índia que teria, segundo um jornal, tido a filha morta pelos índios em condições particularmente selvagens. A cozinheira, que veio depor, deu boas notícias da filha que goza de boa saúde e está estudando fora da aldeia.

Educação e saúde

A educação representa um sério problema. Funciona, na aldeia Roosevelt, uma escola de primeiro grau. O ensino é bastante precário, pela falta de preparo dos professores, e a situação de violência atual dificulta, como já foi dito, a ida para a cidade para os jovens cursarem o ensino fundamental. Diante das ameaças e violências mais de 50 estudantes Cinta Larga do 1º e 2º grau abandonaram o estudo. No curso de formação de professores indígenas somente dois professores ainda participavam, pois as próprias famílias temiam pela sua segurança. Os Cinta Larga apresentaram diversos requerimentos formais às SEDUC's RO e MT e ao MEC solicitando a implantação de algumas escolas Pólo que atendessem alunos de 5º à 8º série e que reforçassem a resistência cultural dos jovens Cinta Larga.

Nas 34 aldeias Cinta Larga, na ausência de um programa integrado e qualificado de educação Cinta Larga, mais de 200 alunos das aldeias de MT e RO permanecem sem acesso à educação fundamental. Existe evidente conflito de competências entre as SEDUC's de RO e MT e o MEC ainda não se dedicou suficientemente para solucionar tantas deficiências e irregularidades.

Quanto à saúde, o posto de atendimento é muito insuficiente. O trabalho com os agentes de saúde foi praticamente desmontado: dos 23 agentes de saúde restam menos de 8. Desmotivados e atraídos pelo garimpo, abandonam suas aldeias.

A questão do transporte à cidade, evidentemente, é bem complicada. Pelas longas distâncias, existem ocorrências de óbitos durante a remoção. Uma das justificativas de terem conservado as pistas de avião é o de permitir a assistência à saúde. Declaram que não querem morrer na mão da Funasa. Os Cinta Larga continuam investindo recursos próprios e vultosos para custear o atendimento de enfermos, desde o transporte de pacientes a pagamento de tratamentos.

O sistema de saneamento não funciona, a mortalidade Cinta Larga extrapolou os 153/1000 e denunciam desvios graves por parte da Funasa e conveniada. Na atualidade, são acometidos por doenças crônicas (diabetes, hipertensão, obesidade, depressão, gastrite, etc) e não são atendidos por equipe médica qualificada. Desde final de 2001 não dispõem de médico para o atendimento Cinta Larga e falhas na cobertura vacinal permitiram o recrudescimento de surtos de varicela e óbitos infantis. A desnutrição infantil grassa naquelas aldeias mais impactadas e dependentes de alimentos industrializados.

5. Visita ao “Baixão”

A área ocupada pelo garimpo na Reserva Roosevelt supera 9 quilômetros de extensão, aberta ao longo de 3 anos de atividade. O garimpo que visitamos, na área chamada *Baixão*, abriu na mata, no leito do igarapé Lajes, afluente da margem direita do rio Roosevelt e, portanto, no interior da TI Pq Aripuanã, uma clareira de aproximadamente 100 ha, segundo avaliação superficial feita pelo geógrafo Sr Gil, consultor da FUNAI que nos acompanhava. Em janeiro, nesta área, havia mais de 5.000 garimpeiros e mais de cem bombas em funcionamento, provocando impactos sociais (doenças, prostituição, violência) e ambientais (clareira, turbidez e poluição do rio e das águas) consideráveis. As três Associações do povo Cinta Larga, Pamaré, Paerenã e Norte Matogrossense são responsáveis e gerenciam diretamente as operações, da gestão e lavra, cada uma num perímetro definido, das operações de extração mecânica. Os índios trabalham em turno único, perfazendo mais ou menos 8 horas, com as pausas para refeições. Segundo nossos guias, haveria dois brancos cuidando do concerto dos motores e da retro-escavadeira. Seriam 25 bombas em atividade, o que corresponde à avaliação visual. Há muitas máquinas, sobretudo motores e “resumidores”, onde se faz a separação das pedras do cascalho, fora de estado de funcionamento, empilhadas em vários lugares. Neste momento, os Cinta Larga estão extraindo diamantes e fazendo o aproveitamento de resíduos e barrancos deixados pelos garimpeiros invasores. Os trabalhadores e suas famílias estão instalados em três acampamentos, três malocas. Começou-se a construção de casas de madeira para abrigá-los “em condições mais humanas, duradouras”, nos disseram. Na cabeceira do Igarapé Lage e seus afluentes, local de ocupação tradicional e imemorial dos Cinta Larga que denominam como “*NDINGA XI*” ou Igarapé dos Borrachudos, estão construindo uma nova aldeia.

Apesar das condições extremamente precárias dos acampamentos, a impressão é de tranquilidade e de ordem, ainda mais palpável para quem conheceu o garimpo 10 meses atrás. Os recursos provenientes do garimpo são distribuídos entre todos, não só os trabalhadores, mas também aos guerreiros que cuidam de outras atividades. O impacto ambiental é também bem menor. O rio Roosevelt, segundo observação aérea, ficou mais limpo e a destruição da floresta foi contida. Os consultores presentes no momento da nossa visita começaram o estudo da área para formular o projeto de recuperação de área degradada.

Segundo as lideranças, é a necessidade que levou o povo Cinta Larga a reabrir o garimpo, que tinha ficado fechado por alguns meses. Uma liderança diz que “ficamos mais de 6 meses parados, esperando que o governo libere o Plano de Emergência. Hoje, trabalhamos

no garimpo para sustentar nossa aldeia". A presença, a ocupação efetiva e o modo Cinta Larga de explorar o diamante seriam também formas de evitar que o garimpo seja reinvadido pelos brancos e que as comunidades possam se reestruturar, conforme diz o documento da Associação Pamaré.

Mas têm consciência da ilegalidade da situação.

6. Reivindicações do povo Cinta Larga

Antes de tudo, querem "ouvir que solução o governo tem...porque não temos o caminho para combater as acusações". Querem seus "direitos de cidadão brasileiro. Brasileiro verdadeiro". Como disse um depoente, "não vou dizer que (os brancos) são de outra raça. Tem gente que diz que somos bichos. Somos todos seres humanos, criados por Deus". *Ainda que, durante a visita*, nunca escutamos pronunciar a palavra *racismo*, é evidente que sofrem de um forte preconceito, alimentado pela mídia e por autoridades locais.

"Que o garimpeiro deixe a gente em paz. Aqui é a nossa terra. Meu avô morreu aqui e quero morrer aqui também". O clamor de todos e todas é que seja garantida a sua integridade individual e coletiva. Quer dizer, que seja garantida a integridade de seu território. Os Cinta Larga representam em seu documento que: **"Queremos a garantia da integridade de vida, garantia ambiental e patrimonial"**.

Têm confiança no Grupo Tarefa da Funai e na polícia ambiental e reivindicam uma presença permanente ao seu lado. Mas também querem bons funcionários da Funai e a presença "de um assessor jurídico permanente" na defesa dos seus direitos.

Com a mesma força com a qual reivindicam os seus direitos sobre o território e sobre os seus recursos, reivindicam a imediata legalização da extração e da comercialização do garimpo. "Nós, Cinta Larga, decidimos que não queremos mais trabalhar clandestinamente, exigimos do governo brasileiro a garantia do usufruto exclusivo de nossas riquezas", afirma a Associação Pamaré em nome de toda a comunidade Cinta Larga. Querem para esse fim criar uma empresa deles. Comparam com o que faz o branco "que leva tudo" e não deixa nada para trás. Esse projeto é fundado sobre a preocupação "com o futuro dos (seus) netos". Assim os índios querem investir na reserva.

Já têm um rebanho bovino de 600 cabeças, cuidado por vaqueiro branco. Têm uma plantação de pupunha para produção de palmito que querem ampliar, tanques para piscicultura ainda em construção. Com a retirada dos garimpeiros, voltaram a preparar roçados de milho, cará, mandioca, batatas. Essas atividades e outras previstas (tais como o reflorestamento do *Baixão*, já mencionado), são executadas com recursos próprios e/ou com os recursos do Plano de Emergência, do Ministério da Justiça/ Funai. Os Cinta Larga reivindicavam a liberação integral desses recursos, o que foi feito parcialmente em outubro/03, e pedem a sustentação e continuidade da ação da Funai e do Plano de Emergência.

No estado de sítio no qual vivem, reivindicam a possibilidade de a aldeia de Roosevelt poder contar com uma escola até a oitava série. Também para sua própria segurança, reclamam "acesso ao transporte aéreo". Mas para além do imediato, reclamam o direito básico de ir e vir.

7. Tomadas de posição

Próximo da nossa visita, foram produzidos dois relatórios sobre a situação referente aos Cinta Larga, um da VIII Caravana de Direitos Humanos da Câmara Federal⁶ e outro da CPI da Garimpagem da Assembléia Legislativa de Rondônia⁷ sendo que somente a Caravana da Câmara Federal foi até a aldeia Roosevelt, enquanto a CPI da Assembléia Legislativa de

Rondônia ouviu somente um funcionário da Funai, distante inclusive do caso e que não trabalha na região. Além disso, o Ministério da Justiça entregou a este relator, em 13 de novembro, seu discurso sobre o caso⁸. Menciono enfim as posições do Deputado Federal Eduardo Valverde, integrante da Frente parlamentar indigenista.

- ⁶ Ver anexa a parte referente aos Cinta Larga e as recomendações da VIII Caravana de Direitos Humanos. Conflitos em terras indígenas. Relatório das visitas a terras indígenas e audiências públicas realizadas nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina. 07 a 17 de outubro de 2003.
- ⁷ Ver anexos a carta do Presidente da CPI estadual ao Dr. Márcio Thomaz Bastos e o Relatório da Relatora da CPI, de 12 de novembro de 2003.
- ⁸ Ver em anexo Discurso do Ministério e da Funai sobre o caso Roosevelt/Rondônia

Os depoimentos que recolhemos e as informações que coletamos confirmam o relatório da Caravana, que fazemos nosso. Em relação especificamente aos Cinta Larga, destacamos as seguintes recomendações: 1)-Criação, no âmbito da Presidência das República, de um grupo de elite permanente, para coordenação das ações entre a Funai, Incra, Ibama, DNPM, Abin, Polícia Federal e Funasa, bem como para o combate à corrupção por funcionários destes órgãos; 2)- Normatização da atividade de garimpo de diamante por índios Cinta Larga na Terra Indígena Roosevelt, estado de Rondônia. As normas devem conter a necessidade de presença permanente do Estado, cuja atuação deve estar embasada nos laudos de impacto elaborados por Grupos de Trabalho do órgão indigenista. Os diamantes devem ser vendidos à Caixa Econômica Federal, e a renda auferida deve ser revertida em favor da própria comunidade indígena. Cabe lembrar que esta iniciativa independe da aprovação de Projeto de Lei de regulamentação da mineração em Terras Indígenas. Isto porque garimpo e mineração são atividades distintas, sendo vedado pela Constituição Federal (art. 231, §§ 2.º, 6.º e 7.º) o garimpo em Terras Indígenas por não-índios.3)- Cancelamento administrativo de todos os 479 requerimentos de mineração e exploração de recursos naturais que incidam sobre Terras Indígenas, até que seja aprovada a regulamentação do art. 231 parágrafo 3º, da Constituição Federal; 4)- Imediata mobilização da Polícia Federal no sentido de impedir a invasão das áreas indígenas Cinta Larga. 5)- Imediata aprovação do Estatuto do Índio.

Dia 18, foi divulgado aos meios de comunicação locais o relatório da CPI de Rondônia. Pede intervenção federal com a imediata intervenção do Exército para garantir a paz na região” e “como única forma de forma de salvar vidas humanas”; “uma ação do serviço secreto para identificar todos os responsáveis pela baderna que está acontecendo”; a destruição de pelo menos três pistas clandestinas” e a remoção dos equipamentos que lá se encontram”; a proteção das testemunhas que denunciaram índios pelos últimos assassinatos de garimpeiros; a legalização da exploração de diamantes; a regulamentação da atividade garimpeira; uma operação da polícia federal para fazer o inventário pericial dos diamantes apreendidos nos últimos quatro anos pelas polícias federal, civil e militar; o cadastro dos desaparecidos e mortos; o leilão e doação, pelo DNPM, dos valores relativos aos recursos minerais apreendidos.

Em conversa com este Relator, o presidente da CPI afirmou que a intervenção federal, vinda de Brasília, era indispensável, porque ninguém tinha confiança em ninguém na região. Por isso o pedido de intervenção do Exército. A segunda prioridade seria a ação da ABIN, “para pegar o dono e não fichinhas”; enfim, a terceira, a proteção às testemunhas. Vale salientar a preocupação da CPI para com a regularização da atividade garimpeira. Tanto o Relator da CPI, quanto o seu Presidente reconhecem a contribuição do Governador de Rondônia, ao retirar a polícia florestal, no recrudescimento e estímulo da invasão garimpeira.

O Dr Sérgio Sérulo, chefe de gabinete do Sr Ministro da Justiça, que acompanha a política indigenista, garante que “o Ministério reforça os preceitos constitucionais, que proíbem a exploração garimpeira em terras indígenas” e que a proposta do governo do estado de Rondônia, que propõe assumir a organização da atividade de garimpagem dentro da TI Roosevelt, por meio da Companhia de Mineração de Rondônia (CMR) “exige uma definição na área de políticas de mineração”, e, por isso, “o assunto deve ser objeto de discussão dentro do próprio Ministério de Minas e Energia”. Conclui: “No Ministério da

Justiça, estamos lutando para continuar protegendo os Cinta Larga e seu território contra a ação devastadora do garimpo ilegal. Estamos conseguindo não apenas manter a integridade desse povo, como também resgatá-la, desde o início do ano. Manteremos todos os esforços nesse sentido, por meio do Grupo Tarefa da Funai, com o apoio da Polícia Federal.

O Deputado Eduardo Valverde propõe que os recursos oriundos de futuros lucros da mineração sejam revertidos para um Fundo em favor dos CL, para um Fundo para os povos indígenas no Brasil, e para a preservação ambiental da área.

8. Observações do relator

Todas as pessoas encontradas, que, dentro e fora da TI, vivenciaram os acontecimentos dos anos precedentes, salientam a enorme mudança. Passou-se de um ambiente de violência, de decadência cultural e social dos CL e de destruição do seu Território para um ambiente de relativa tranquilidade interna e de começo de resgate da sua identidade e da sua cultura. Esta mudança é a colocar no crédito do Ministério da Justiça, que desencadeou no início do seu governo, junto com a criação de um Grupo Tarefa da Funai, uma operação intensa de retirada e manutenção fora da TI dos garimpeiros. O fim da dependência para com os financiadores de garimpo, que sucediam aos madeireiros, embora esses chamassem os CL de “meus patrões”, levou, segundo o Sr Walter Blós, “à recuperação da auto-estima dos índios CL”. Essa observação pode ser verificada nas conversas mantidas e nos comportamentos observados. A autocrítica em relação ao passado e os planos em relação ao futuro mostram uma vontade grande de reconstrução da identidade do povo CL.

Porém, os acontecimentos dos últimos meses mostraram a fragilidade do avanço conseguido. A pressão generalizada existente na Amazônia brasileira sobre as terras públicas, as diferentes áreas de conservação, parques, reservas indígenas e extrativistas, Florestas Nacionais, etc. por parte de grileiros, madeireiros, fazendeiros, apoiados por grupos políticos e governos locais, levou a um recrudescimento do desmatamento na região. Essa ocupação predadora da Amazônia, alimentada pelo discurso desenvolvimentista, mostra quanto é frágil a situação das populações tradicionais da região.

Estimativas modestas totalizam o saque e abatimento de cerca de até 300.000 m³ /ano de madeira na TI. São mais de 10 ‘frentes de trabalho’ (denominação que os madeireiros dão ao se apropriarem de talhões dentro de TI e patrimônio da União) com capacidade de abater entre 20.000 a 30.000 m³ madeira/ano dentro das TI’s desta região.

A decadência provocada pela exploração nas áreas mais impactadas combinada à percepção do esbulho a que estão submetidos permitiram que os Cinta Larga da região da TI Roosevelt e Pq Aripuanã se manifestassem contrários a exploração madeireira clandestina. Ocorre que em áreas mais remotas (Pacarãna, Juina e Aripuanã), continua a retirada ilegal de madeira, sem que tenham condições de fiscalizar e se opor a essas práticas.

Provas incontestes do saque e esbulho praticado contra o patrimônio indígena e meio ambiente são os mais de 40.000 m³ abatidos em TI Serra Morena e TI Pq Aripuanã apreendidos em Juina em 2002 e os mais de 30.000 m³ recentemente apreendidos na região de Aripuanã oriundos das TI’s Aripuanã, 12.000 m³ na TI Zoró e outros volumes ainda não totalizados.

Apesar das evidências de decadência do setor madeireiro e da oposição Cinta Larga à exploração indiscriminada de madeiras, continuam sendo abatidos milhares de m³ de madeira dentro dessas Terras Indígenas. Existem mais de 1500 km de carreadores sob a floresta que permitem e facilitam o acesso aos invasores, sejam eles madeireiros, garimpeiros ou outros.

A TI Cinta Larga é contígua à TI dos Zorro, ela mesma tocando a TI Suruí. Isso faz pensar que uma política ambiental integrada para essas áreas poderia reforçar as ações de proteção às TI e, pelo fato, à floresta e à biodiversidade.

Mas a maior ameaça que pesa sobre seu território e sobre eles como povo é a do diamante. Ameaça ambiental, pois não contam com assessoria técnica qualificada e repetem o que assimilaram dos garimpeiros, provocando assim o assoreamento do igarapé, turbidez da água a jusante e a degradação ambiental. O dano ambiental persiste, apesar do impacto reduzido pela baixa intensidade da exploração atual. E, sobretudo, ameaça à sua integridade, como pessoas e como povo.

À exploração do diamante no mundo são ligadas violências extremas e guerras. Podemos nos perguntar se a campanha de imprensa desenvolvida no estado de Rondônia, as manifestações dos garimpeiros, a retirada durante um certo tempo da força policial, o modo como, sob reserva de exceções, a polícia local (ressalvando-se a correção da Polícia Florestal do Estado) e o Judiciário se comportam em relação aos CL, a proposta do governo estadual de assumir a exploração do garimpo, não seriam a ponta do iceberg de uma tentativa de setores tão poderosos quanto ocultos se apoderarem dos diamantes das TI’s Cinta Larga.

A operação Anaconda, ao apontar conexões dos envolvidos com os diamantes das TI's Cinta Larga, nos dá uma pálida idéia do que pode estar por trás. Entre os muitos exploradores, a Equipe Tarefa da Funai identificou durante a desintrusão em janeiro/03, máquinas do próprio delegado de Espigão D'Oeste, de prefeitos, madeireiros, ex-senadores, políticos locais, agentes de polícia civil, militar e federal. Entre os contrabandistas, havia madeireiros que já exploravam de maneira desenfreada os CL em anos anteriores.

O setor clandestino que opera intensivamente há mais de 15 anos nesta região de fronteira parece ter sofisticado e diversificado os modos e meios de exploração ilegal, baseando-se na ininterrupta atividade madeireira clandestina e migrando da madeira para o garimpo, e vice e versa, dependendo da época do ano e do que melhor lhe convém.

As ações empreendidas atualmente pelo governo federal e das quais podemos tomar conhecimento não nos parecem estar à altura dos desafios. Qualquer ação feita a partir dos órgãos presentes na região nos parece insuficiente. Os deputados estaduais da CPI do Garimpo, ao reclamar a presença do Exército, dizem que não se pode confiar em ninguém no Estado, tanto setores estaduais como órgãos federais. De fato, o valor dos diamantes, a facilidade como são encontrados e podem ser contrabandeados, o clima reinante de permissividade e de corrupção, a precariedade da Justiça, a desvalorização da função pública, o abandono no qual foram deixados os CL criam um ambiente deletério.

A tranquilidade no interior da TI é relativa. Se de fato, a polícia ambiental e a Funai conseguem conter a invasão da área, as notícias da presença de garimpeiros rodados e de mortes criam uma tensão permanente, tensão reforçada pelas ameaças e notícias de fora. **Está se falando aqui de um povo sitiado, impedido de exercer a sua cidadania**

brasileira; de um povo vilipendiado, injuriado, caluniado dia após dia pela imprensa, por políticos, por entidades de garimpeiros; de um povo vítima de um racismo prepotente e estúpido. É de se admirar que, nessas condições, consiga recuperar e manter a sua dignidade e a sua identidade.

A operação Anaconda mostra que os serviços de inteligência, cuja ação é requerida pela questão dos diamantes, estão operando na área. Esperamos que suas operações estejam servindo também para reforçar a integridade o povo CL e do seu território. A fiscalização e a presença de forças policiais para coibirem o contrabando de diamantes ainda é inexpressiva. A Bolsa de Diamantes de Juína opera com diamantes de origem lícita ou ilícita e a certificação do processo de Kimberley ainda não foi implementada. Há indícios de que uma das rotas do contrabando seja TI's Cinta Larga-Juína-Cuiabá-SP. Nos dias 29 e



30 de novembro passados, o Jornal Nacional e a Gazeta Digital divulgaram a apreensão de 400 g de diamantes ilegais (foto) e a prisão de um casal que transportava as pedras no aeroporto de Cuiabá. Somados aos 200 g apreendidos em Juína no dia 14 de novembro, os 600 g (3 mil quilates) representam, em menos de 15 dias, milhões de reais que espera-se sejam declarados perdidos em favor da União e revertidos em favor do Plano de Etnodesenvolvimento Cinta Larga.

Em que pesa a presença da Funai e da polícia ambiental do estado de Rondônia nas estradas de acesso à TI, o fato dos "guerreiros" terem que assegurar a vigilância interna traduz a precariedade do sistema de vigilância em funcionamento que expõe os índios diretamente ao confronto quando flagram invasores dentro da TI.

Uma questão central diz respeito à lavra dos diamantes pelos CL. A demora na liberação dos recursos do Plano de Emergência deve ter tido um papel central nessa retomada da exploração. De início, vale ressaltar a importância desse Plano. Significa que os CL não concentram sua estratégia de futuro como pessoas e como povo sobre o garimpo, e querem diversificar as suas atividades, garantir a sua segurança alimentar e preservar o seu meio ambiente. O contingenciamento do orçamento mostrou aqui todo seu malefício. Esse Plano deve ser tratado como questão de segurança pública e ter assegurado o fluxo constante de liberação de recursos. É um absurdo também que os recursos para o ano sejam liberados em finais de outubro, com o risco de devolução ao Tesouro do que não for aplicado. A pertinência desta observação se dá considerando que isso já aconteceu em 2002 e revela um péssimo indicador de má gestão e baixa prioridade dada à questão indígena e Cinta Larga.

O Plano de Emergência está sob a responsabilidade da Funai e suas prioridades e ações, em um comportamento exemplar do chefe do grupo-tarefa, são discutidas com os CL. Em que pesa a boa vontade e a experiência de ambos os lados, parece-nos, com a experiência que temos de trabalho na Amazônia com agroextrativistas e pequenos produtores familiares,

que esse Plano precisaria ser melhorado. Temos dúvida se projetos de envergadura empresarial, como o de piscicultura e o rebanho bovino (este, aliás, anterior ao Plano de Emergência), estão apropriados à cultura indígena e à necessidade de promoção de um “desenvolvimento sustentável” apropriado à Amazônia. Convém dizer que os consultores contratados pela Funai querem avançar nessa linha de sustentabilidade. Porém, atividades de agroextrativismo, agricultura sustentável, reflorestamento, etc. não se sustentam, nos primeiros anos, somente com consultorias. Nenhuma atividade agro-florestal de caráter econômico, desenvolvida com populações tradicionais na região, se viabiliza sem que sejam investidos tempo (de onde a importância de garantir a continuidade e a regularidade na liberação dos recursos do Plano de Emergência) e recursos humanos. Precisaria de uma presença permanente de técnicos com experiência em agroecologia, SAFs, manejo comunitário dos recursos florestais, extensão rural para integrar as 34 aldeias em projetos de etnodesenvolvimento, segurança alimentar, alimentação saudável, saúde e em educação. Além disso, é fundamental que o Plano possa ser mais bem qualificado com metas claras e indicadores a serem avaliados periodicamente.

Chama a atenção o desamparo jurídico dos índios e mesmo dos funcionários locais da Funai frente às agressões e boatos divulgados pela imprensa e à pressão dos garimpeiros e frente aos processos nos quais são acusados. Há processos acumulados contra eles que podem ressurgir conforme os interesses dos que querem a abertura do garimpo e não conforme os interesses da justiça. A Polícia Civil, a Promotoria de Justiça e a Justiça Estadual recebem denúncias e abrem inquéritos que ultrapassam as suas competências, o que manifesta a ausência da esfera federal. A Procuradoria da Funai e os Procuradores da República não se fazem efetivamente presentes neste momento. Algumas pálidas iniciativas foram tomadas pela Procuradoria da República, depois de sofrer pressão. Essa ausência se explica em parte pela distância de Porto Velho e pela sobrecarga, mas, ao prolongar-se, como é o caso, configura uma omissão injustificável. Ressalvas devem ser feitas à atuação da 6ª CCR do Ministério Público Federal e da Procuradoria da República do Mato Grosso quanto à extração ilegal de madeira. A Funai ameaçou entrar na Justiça contra os crimes de calúnia, injúria e difamação, mas não formalizou os procedimentos jurídicos fundamentais na defesa dos índios, da Funai e da União. Essa ameaça não seguida de ação real acabou incrementando a reação dos invasores e a repercussão agressiva pela imprensa sensacionalista.

Nem o MJ/Funai nem o MPF solicitaram efetivamente a instauração do competente inquérito pela Polícia Federal para apurar as denúncias dos invasores e nem foi articulada a assistência jurídica e defesa dos direitos dos Cinta Larga violados com as injúrias, calúnias e difamações da imprensa de RO a que estão execrados os Cinta Larga. Nem a Funai nem o MPF requereram da declinação de competência do juízo estadual e nem impetraram *habeas corpus* em favor dos CL⁹.

Assim, as alegações do inquérito policial que acusa jovens índios da morte de quatro garimpeiros, na base do simples testemunho de garimpeiros, consagram-se, na ausência de questionamentos que poderiam ser feitos por defensores dos índios, como verdade absoluta. Os depoimentos recolhidos de três desses acusados colocam por si só dúvidas sobre o acontecido, ainda mais quando se constata que são os filhos de lideranças e não “guerreiros” do povo Cinta Larga, que são acusados. No mesmo período dos assassinatos, um estava comprovadamente em Palmas, outro sob tratamento médico em Cacoal com a esposa (não índia).

Essas dúvidas são reforçadas pelo depoimento dado quando da nossa reunião com os CL, mencionada acima, e pelo segundo atentado que teria sofrido, em Espigão do Oeste, o

⁹ Só posteriormente a nossa visita, em 27 de novembro, na ausência do Ministério Público Federal de Rondônia, Maria Inês Saldanha Hargreaves impetrou um *habeas corpus*, com pedido de liminar, em favor dos acusados de homicídios recentes de garimpeiros.

garimpeiro mencionado no depoimento. Não colocamos essas dúvidas no sentido de pré-julgar o acontecido, mas para mostrar que essa ausência do contraditório, que poderia ser trazido pela intervenção da Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria da Funai se torne em mais um fator de desestabilização e ataque à integridade do povo Cinta Larga.

Diante do 2º atentado contra o garimpeiro sobrevivente, testemunha de matanças de garimpeiros, o Presidente e o Relator da CPI da Assembleia Legislativa de Rondônia reconhecem indícios e nos informaram que outros segmentos, que não os índios Cinta

Larga, teriam interesse e poderiam estar envolvidos na morte de garimpeiros dentro das TI's Cinta Larga (Roosevelt e TI Pq Aripuanã).

Quanto ao garimpo, se pensarmos no que era o garimpo dos anos anteriores e no de hoje, a situação de tranquilidade é incomparável. Apesar dos boatos, não parece haver garimpagem mecânica fora dos equipamentos manuseados pelos CL. Mas a situação de ilegalidade preocupa a todos. Também aqui, não se pode responsabilizar unicamente os índios. O governo federal tem a sua parcela de responsabilidade, pois não conseguiu viabilizar outras alternativas e regularizar essa situação, apesar dos esforços feitos nesse sentido pelo Ministério da Justiça e pelo DNPM. A consciência da gravidade da situação manifestada pelo MJ, não corresponde uma ação do conjunto do governo federal. A curto prazo, uma portaria ministerial autorizando os CL a fazer a lavra manual do garimpo, a título precário, permitiria a certificação da produção dentro dos parâmetros do certificado de Kimberley e instalação imediata de um posto da Caixa Econômica Federal. Ambas medidas trariam os CL para a legalidade e reforçariam o reconhecimento público do seu direito a seu território. Sabemos que a questão é delicada, pois outros povos indígenas poderiam reivindicar solução idêntica para os seus problemas, assim como os garimpeiros que lavram em áreas que não são da União poderiam também exigir soluções para a sua situação. No entanto, o risco incorrido pelos CL justifica medidas de caráter provisório. Há um impasse entre advogados e especialistas do MJ e do DNPM sobre o instrumento jurídico adequado. A situação é por demais grave para que se prolonga esse imobilismo técnico. Quanto ao precedente, é claro que uma solução duradoura tem que ser desde já encaminhada, envolvendo todos os interessados: MJ, MME, MMA de um lado, e, do outro, as organizações indígenas. O acompanhamento permanente e interveniência do Ministério Público Federal, por meio da 6ª Câmara de Revisão, é necessário e desejável na medida em que envolvem direitos indígenas e a exploração de recursos naturais.

A CPI do garimpo da Assembléia legislativa de Rondônia manifesta a sua preocupação para com os garimpeiros. De fato, a maioria é de pessoas pobres e temos consciência que a maioria são vítimas de um modelo de desenvolvimento excludente, que acabam servindo de mão de obra barata e facilmente substituível, fazendo o jogo dos financiadores de garimpo, de interesses escusos e de políticos inescrupulosos.

Se o problema ambiental atual concentra-se no garimpo do diamante, os órgãos públicos deveriam ter clareza do que vem para frente: garimpagem e mineração. Mas não pode se esquecer a TI no seu conjunto. O tamanho da Reserva, as denúncias de roubo da madeira através de 'frentes de trabalho' em áreas mais afastadas que superariam os 40.000 m3 cada e as práticas usuais dos madeireiros em outras áreas da Amazônia, de um lado, e, do outro, as tímidas ações promovidas pelo Plano de Emergência, que podem ou não levar a um "desenvolvimento" sustentável da TI, incitam a pensar a "integridade" ambiental da TI no seu conjunto e de modo estratégico.

A garimpagem dos diamantes superficiais vai chegar, mais cedo ou mais tarde, ao seu fim. Como se dará a exploração mineral das jazidas? Embora esse comentário vai além do imediato da nossa missão, desde já, queremos salientar a responsabilidade da União em tratar disso não como questão meramente técnica e industrial-comercial, mas como questão pública, que diz respeito primeiramente à sobrevivência e ao futuro do povo Cinta Larga.

9. Recomendações

Segurança Pública e Acesso à Justiça

1. Que as investigações e todos os procedimentos relativos à persecução penal de crimes supostamente praticados no interior das Terras Indígenas dos Cinta Larga sejam efetivamente federalizados, assumindo a Polícia Federal e o Ministério Público Federal seus papéis;
2. Que a Procuradoria Geral da República designe um maior número de Procuradores da República a serem lotados nos Estados de Rondônia e Mato Grosso e mais recursos financeiros para atuarem de modo satisfatório, dada a magnitude dos problemas ambientais e de violações aos direitos das populações tradicionais naqueles Estados que não podem ser atendidas em razão das limitações materiais e humanas das Procuradorias;

3. Que a Procuradoria da FUNAI se faça presente e priorize os casos que envolvem índios Cinta Larga, em função da natureza coletiva dos conflitos;
4. Que a Advocacia-Geral da União considere prioritária a designação de Procuradores Regionais ao Estado de Rondônia e a instalação de uma Procuradoria Seccional em Cacoal (RO) ou outro município próximo às TI Cinta Larga, em caráter permanente, para atender ao grande número de demandas que envolvem a FUNAI e as terras da União, causadas pela situação conflituosa histórica que enfrentam os índios da região;
5. Que os crimes praticados contra os índios e seu território sejam investigados e que os responsáveis punidos com o mesmo vigor, rapidez e intensidade com que se apuram os crimes em que os índios são suspeitos;
6. Que os serviços de inteligência da Polícia Federal, da ABIN, do Grupo de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Federal e equipes de fiscalização da FUNAI articulem providências no sentido de assegurar a integridade física das lideranças Cinta Larga e de todos que estiverem ameaçados, e a apuração das suspeitas de atuação do crime organizado na região, inclusive com possíveis ramificações internacionais;

Exploração de recursos naturais e indenizações aos Cinta Larga

7. Que a garimpagem realizada pelos Cinta Larga seja devidamente autorizada por meio de providências interministeriais (envolvendo pelo menos MME-DNPM, MJ-FUNAI e MMA-IBAMA), garantindo-se a exclusividade da lavra pelos índios, e que a Caixa Econômica Federal instale um posto de compra dos diamantes dos índios;
8. Que, levando em conta as opiniões divergentes, a Presidência da República intervenha par solucionar politicamente os impasses jurídicos e assegurar a efetivação da recomendação anterior.
9. Que o DNPM cancele administrativamente todos os 479 requerimentos de pesquisa, lavra e exploração mineral incidentes total e parcialmente nos limites das 04 TI's Cinta Larga, assegurando o domínio do subsolo da União e não permitindo a especulação cartorial do subsolo das Terras Indígenas;
10. Que o MME-DNPM implemente com rigor a certificação de Kimberley e que, em se tratando de regiões próximas a Terras Indígenas, a certificação exija também aprovação por representante do MJ-FUNAI;
11. Que o Ministério da Justiça determine à Polícia Federal apurar, localizar, identificar, avaliar e apresentar inventário pericial de todos os lotes de diamantes apreendidos desde 1999 pelas Polícias Federal, Civil e Militar por meio da relação e análise comparativa de inquéritos policiais, totalização dos autos de infração/apreensão e flagrantes lavrados na região visando a quantificação e qualificação do total apreendido para a certificação de origem do Processo Kimberley, bem como a devida investigação de desvios e irregularidades porventura ocorridas.
12. Termo de ajuste, leilão e doação pelo DNPM dos valores referentes a total de pedras de diamantes e outros apreendidas em investigações policiais e devidamente certificadas no processo Kimberley em favor do Fundo Cinta Larga e Programa de EtnoDesenvolvimento Cinta Larga que deverá desenvolver ações integradas, de curto, médio e longo prazo através de planos de aplicação em atividades de desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental em favor dos Cinta Larga.
13. Termo de ajuste, leilão e doação pelo IBAMA dos valores referentes à madeira apreendida em Juína, Vilhena, Aripuanã, Espigão D'Oeste, Pimenta Bueno, Cacoal e outros com origem em TI's Cinta Larga e devidamente certificadas no processo CITES em favor do Fundo Cinta Larga e programa de EtnoDesenvolvimento Cinta Larga.
14. Levando em conta a existência de rocha potencialmente rica em diamantes na TI, que a exploração do garimpo pelos CL não se caracteriza como mineração, que, embora a Lei de mineração em Terras Indígenas não tenha ainda sido votada, não há dúvida que os povos indígenas têm direitos sobre seus territórios e suas riquezas, essa exploração terá que ser preparada e efetuada sob a responsabilidade da União.

Políticas públicas para efetivação de DhESC

15. Que seja empenhada e aplicada a totalidade dos recursos aprovados para custeio e investimentos previstos no Plano Emergencial Cinta Larga;
16. Que sejam implementadas fielmente as ações de proteção e apoio à população Cinta Larga, garantindo segurança alimentar, incremento à produção de alimentos; e diagnóstico e perícias técnicas dos danos ambientais, sociais e materiais causados pela exploração ilegal de recursos naturais que subsidiem os planos de aplicação e o Programa de Etnodesenvolvimento Cinta Larga;
17. Que seja viabilizada a formação de uma equipe técnica que atue de modo permanente junto aos CL na assessoria para implementação dos seus projetos;
18. Que ações de assistência à saúde, educação, assistência técnica, inventário e manejo de recursos naturais para capacitar os índios e suas associações em atividades legais e ambientalmente sustentáveis sejam articuladas em políticas públicas interinstitucionais (Funasa, MEC, Ibama, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Justiça);
19. Que seja considerada a proposta de criação do Corredor Ecológico Noroeste do MT/RO, envolvendo um mosaico com mais de 42 TI's, 10 UC's Federais, outras estaduais e a , segundo formulado pela indigenista Maria Inês S. Hargreaves. O objetivo da proposta é suplantiar medidas de proteção integral, de vigilância e fiscalização, de pesquisa científica, de manejo sustentável de recursos naturais renováveis e não renováveis, de regularização fundiária das TI's e UC's e salvaguarda à sobrevivência e desenvolvimento dos povos indígenas e o usufruto exclusivo dos recursos naturais como medida fundamental e indispensável para a proteção socioambiental da região noroeste MT e RO. Além disso, promover o conhecimento e as campanhas de divulgação dos estudos e pesquisas da biodiversidade da região e a proteção dos conhecimentos tradicionais.
20. Que as diversas esferas do poder público, em especial os Ministérios da Justiça, de Minas e Energia e a 6ª CCR do MPF colaborem com a apresentação e fornecimento de todos os dados, providências e informações acima requeridas pelo Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, Jean-Pierre Leroy, para subsidiar o monitoramento dos direitos humanos do Povo Cinta Larga, no contexto do *Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais*, da *Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DhESC Brasil)*, apoiado pelo Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV), pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC); e apreciação da denúncia de violação dos direitos humanos e risco de genocídio contra o povo indígena Cinta Larga apresentada em março de 2003 no Comitê Internacional de Direitos Humanos e Indígenas/OEA.

1. Carta da Associação Pamaré do Povo Cinta Larga	22
2. Excerto do Relatório VIII da Caravana de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados	25
3. Relatório da CPI da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (1ª parte)	34
4. Relatório da CPI da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (2ª parte)	37
5. Discurso do Ministério da Justiça e da Funai sobre o caso Roosevelt/Rondônia	41
6. Habeas Corpus impetrado por Maria Inês Hargreaves em favor dos CL	43

ASSOCIAÇÃO PAMARÉ DO POVO CINTA LARGA

RUA MARCO DA LUZ, 5067, RIOZINHO – FONE (69) 441-8382
CEP – 78975-000 CACOAL – RONDÔNIA

A Associação Pamaré do Povo Indígena Cinta Larga, na pessoa do Sr. Nacoça Piu Cinta Larga, a Aldeia Roosevelt, representada por seus líderes, vem em nome de toda a comunidade Cinta Larga, expressar os nossos sentimentos e as dificuldades por que passamos, levando a vosso pleno conhecimento a nossa realidade.

Em primeiro lugar, queremos agradecer a todos os membros que compõem esta excelsa comitiva, que tem se preocupado ao ponto de se deslocarem até a nossa comunidade, pois é de grande importância para nós a vossa presença, até mesmo porque assim sendo, poderão entender o que temos a dizer a seguir.

Há muitos e muitos anos moramos aqui, desde nossos pais, avós, bisavós... São tantos anos que nós não saberíamos dizer quanto tempo faz. Durante todo este período tivemos paz e harmonia, mas também, como todo ser humano, tivemos muitas dificuldades. Muitas vezes por falta de recursos, outras tantas por falta da devida assistência. Mas nunca desistimos ou desistiremos de nosso lugar natal. Usamos a expressão "nosso lugar" porque assim como o branco nasce, cresce e tem filhos em uma determinada cidade, pegando um grande amor por ele, assim também somos nós com a nossa terra.

Quando tivemos contato com o branco achamos que seríamos bem vindos em seu meio, mas desde a descoberta do garimpo tentamos trabalhar em comum acordo com os brancos mas infelizmente não foi possível, verificamos que enquanto trabalhávamos juntamente com os brancos, houve uma desestruturação das comunidades e uma enorme evasão das comunidades para a cidade, grandes índices de contágio por doenças sexualmente transmissíveis. Durante este período tivemos quatro interdições de

trabalho para tentarmos organizar tudo, porém não dando certo as quatro tentativas. Decidimos então não mais explorar com os brancos e sim sozinhos, tirando o suficiente para o nosso sustento. Esta medida nos provou ser de grande eficácia pois agora que estamos trabalhando juntos, as comunidades estão se reestruturando, as lideranças estão ressurgindo.

Devido esta decisão agora estamos sendo tratados como pessoas excluídas da sociedade, pois somos vigiados por bandidos e ameaçados, não podemos nem mesmo sair da aldeia, quando precisamos comprar comida ou fazer qualquer outra coisa na cidade, nós não entendemos porque determinadas pessoas agem desta forma egoísta e desumana trazendo pavor a nossa comunidade. Há tanta malícia a ponto de desprezar nossos direitos.

Com a descoberta do garimpo, a situação tem se tornado em parte muito mais difícil, porque se por um lado temos a dificuldade de trabalharmos para sustentar nosso povo, por outro lado somos perseguidos como se fôssemos bandidos condenados à morte, devido não termos boa escola e um bom atendimento de saúde, temos que deixar nossos filhos na cidade para estudarem, porque queremos que no futuro nossos filhos se tornem doutores, advogados, professores e muitas outras profissões, para que não venham a passar pelas mesmas dificuldades que estamos enfrentando nestes dias.

Porém estes sonhos estão se tornando impossíveis, pois indo para a cidade para estudarem, nossos filhos sofrem perseguições e ameaças, e ao virem para a aldeia sofrem das privações oriundas da má qualidade de ensino escolar e da carência de professores qualificados.

Com relação a saúde temos também grandes dificuldades, pois estamos a centenas de quilômetros da cidade e nosso posto de saúde é de pequena estrutura, em vista das necessidades, pois caso haja alguma emergência não sabemos o que pode acontecer tanto em questão de assistência médica como de transporte emergencial.

Certa ocasião tivemos um acordo com o governo estadual, que nos ajudaria na parte da segurança, a princípio foram colocadas equipes policiais nas entradas das aldeias. Não sabemos por qual motivo o governo veio a retirar estas equipes, deixando-nos completamente vulneráveis. Além disso, incentivou os garimpeiros a invadirem a área indígena, nesta ocasião houve uma grande manifestação com mais de sessenta garimpeiros armados, sendo que boa parte destas pessoas entraram as escondidas na área, causando mortes e, através de calúnias, nos culpando por tais mortes.

Queremos deixar claro uma coisa: devido a não termos acessos aos limites da área, muitas vezes ficamos sabendo que garimpeiros trabalham manualmente de forma clandestina, com isso, ao extraírem minério, matam-se uns aos outros, para furtarem entre si os minérios que exploram clandestinamente. Quando estes garimpeiros voltam à cidade, sem a presença de seus mal fadados companheiros, rapidamente dizem que foram os Cinta Larga que os mataram. Coisa que a mídia local, mancomunada com os interesses de políticos, explora desavergonhadamente, denegrindo nossa imagem, desonrando nosso povo e fomentando o ódio dos brancos contra nossa gente. Queremos comunicar que, não

existem provas, nem circunstanciais, nem cabais, de que realmente os índios tenham cometido tais crimes. São notícias infundadas como esta que nos apavoram.

Por quatro vezes, como já foi dito, interditamos os trabalhos de exploração do minério em nossas terras, onde trabalhavam índios e brancos, e sempre fizemos a retirada dos brancos sem que houvesse nenhum conflito ou morte. O mesmo não aconteceu com o branco ao perceber que não mais entraria em nossas terras para explorar nossas riquezas, ficaram furiosos, fizeram manifestações, fecharam estradas federais (BR 364) e estaduais impossibilitando o trânsito de nossa gente, a entrada de alimentos e combustíveis, fizeram (e ainda fazem) ameaças contra nossas vidas e contra a vida dos funcionários que ocupavam os postos da barreira nos limites de nossas terras.

Queremos afirmar que nós Cinta Larga não invadimos os comércios, as residências, as terras, as fazendas, não ameaçamos os filhos do branco, a vida do branco. Também queremos a garantia da integridade de vida, garantia ambiental e patrimonial. Nós, Cinta Larga, decidimos que não queremos mais trabalhar clandestinamente, exigimos do governo brasileiro a garantia do usufruto exclusivo de nossas riquezas.

Por isso viemos através deste documento deixa-lo a par de algumas de nossas dificuldades, posto que estas aqui narradas, não são todas as dificuldades por que passamos. Por isso pedimos que sejam tomadas providências imediatas no sentido de resolver estes problemas de uma vez por todas.

Precisamos de segurança para todos nós! Para que nossos filhos possam voltar às aulas, para que os mais idosos, menos experientes com a malícia dos brancos na cidade e que mal falam a língua portuguesa, possam transitar livremente pela cidade, exercendo seus direitos de cidadão brasileiro. Brasileiro verdadeiro.

Não podemos permitir atos de clareza duvidosa como as prisões preventivas que foram decretadas contra nossos filhos, fomos pegos de surpresa, fomos traídos pelas autoridades judiciais que nos negaram o direito de sermos ouvidos.

Devido todas esta situação ameaçadora e até mesmo para que tenhamos assistência em toda a área e até seus limites, precisamos de ter acesso ao transporte aéreo, para nossa própria segurança, por isso estamos pedindo o vosso apoio irrestrito, pedimos a divulgação da nossa realidade para que mentiras não povoem o imaginário das pessoas.

Mais uma vez agradecemos a vossa presença, agradecemos a FUNAI pelo seu apoio incansável e agradecemos a todos aqueles que têm compromisso com a causa indígena.

NACOÇA PIU CINTA LARGA
Presidente da Associação Pamaré do Povo
Indígena Cinta Larga

VIII Caravana de Direitos Humanos. Conflitos em terras indígenas Relatório das visitas a terras indígenas e audiências públicas realizadas nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina. 07 a 17 de outubro de 2003.

09/10/2003

**Visita à Terra Indígena Roosevelt
Etnia Cinta Larga**

Município de Espigão do Oeste, Rondônia

Acompanharam a Caravana:

Dr. Fabrício Carrer, Procurador da República

Walter Fontoura Blós, Coordenador do Grupo Tarefa instituído pela Portaria 1166 da Funai.

Valdir de Jesus Gonçalves, Técnico Indigenista da Funai.

José Nazareno de Moraes, Técnico Indigenista da Funai.

Frei Volmir, Representante do CIMI.

Soraya Rachid Bruxel, representante do gabinete do deputado federal Eduardo Valverde

A Caravana agradece à Funai pela organização do transporte de Cacoal até a aldeia, e aos policiais federais Fabiano Borlignon (delegado), Spindola, Canabarro, Célio e Teiles. Nossos agradecimentos também à indigenista Maria Inês Hargreaves, que enviou preciosas informações à assessoria da caravana.

O contato desse povo com o homem branco é muito recente: cerca de 30 anos, apenas. Ao mesmo tempo, seu território era rico em mogno - hoje já praticamente todo retirado - e ainda possui muito diamante. O resultado foi uma transformação extremamente rápida, contra a qual os Cinta Larga praticamente não tiveram defesa. De 5 mil índios em meados da década de 70, a população de indígenas caiu para cerca de 1400, aí somadas todas as aldeias de Rondônia e do Mato Grosso.

Durante a época de exploração ilegal da madeira, circularam muitos recursos entre os Cinta-larga, o que lhes causou uma falsa impressão de abundância. Os índios eram comprados por madeireiros e garimpeiros. Houve intenso acesso a armas de fogo e o território indígenas foi invadido por helicópteros, estradas, serrarias, telefones por satélite, maquinário. Para conquistá-los os brancos ofereciam bebidas, drogas, equipamentos eletrônicos e veículos. Sem dúvida isso os embriagou quanto às facilidades e comodidades da vida social branca. Gradativamente, como sua cultura permite ter mais de uma mulher, passaram a ter mulheres brancas, viver mais na cidade, embebedando-se, envolvendo-se em confusões e sendo, como sempre, vítimas da ganância e de armações de pessoas inescrupulosas.

Como era de se esperar de um povo contactado há apenas 30 anos, os projetos de vida Cinta-Larga são marcados pelo curto prazo, pelo que vai acontecer hoje ou amanhã. Há apenas três anos algumas lideranças deram-se conta do virtual desaparecimento de seu povo

e começaram a se organizar por um projeto a longo prazo, que lhes permita explorar suas riquezas em proveito próprio e de forma sustentável. Os próprios índios reclamaram de sua incapacidade para o planejamento. A grande reivindicação atual é a suspensão de toda a atividade de garimpo, até que seja regulamentada a mineração pelos próprios índios. Também reivindicam o cancelamento administrativo de todos os requerimentos de mineração de suas terras, que foram ilegalmente aceitos pelo DNPM. Para se ter uma idéia: 99% da terra Roosevelt é objeto de requerimento de mineração.

Fundamental no processo de tomada de consciência dos Cinta Larga foi a presença do Estado, através de um Grupo Tarefa instituído pela Funai especialmente para a etnia. Também o intercâmbio com outros povos indígenas atingidos pelo garimpo serviu para abrir-lhes os olhos. Uma comitiva de lideranças viajou à Raposa Serra do Sol, em Roraima, para ver os estragos que o garimpo havia causado, além de conhecer a organização indígena da região. Os principais atores da conscientização Cinta Larga foram as mulheres. Com a sistemática perda de maridos e filhos, mortos em conflitos com brancos e quando não em acidentes de carro, as mulheres Cinta Larga se rebelaram e provocaram uma ampla reflexão na etnia.

Depois que os índios resolveram tomar as rédeas da exploração de suas riquezas, acirraram-se os conflitos com garimpeiros. Após várias retiradas de garimpeiros e posterior reentrada, os índios decidiram não mais permitir o ingresso daqueles e a tensão se agravou ainda mais. A liderança Pio afirmou ter cometido um erro ao ter permitido o ingresso dos garimpeiros ao longo dos anos. Isso provocou grandes problemas na vida da etnia. Hoje eles vivem em casas de alvenaria e não sabem viver sem algumas comodidades da vida dos brancos. Tiveram muitos conflitos culturais, perderam muitos parentes. Agora conseguiram reunificar as 29 aldeias e decidiram que não querem mais que garimpeiros explorem suas terras.

Os caciques que usaram da palavra durante a reunião enfatizaram que os Cinta Larga querem ser reconhecidos como povo. Compararam suas riquezas com o Banco do Brasil: “Nós não vamos lá invadir o Banco do Brasil porque o índio tem vergonha na cara”. Também houve muitas reclamações sobre o tratamento dados aos índios pela mídia local. Antes do contato, os Cinta Larga eram canibais, pois acreditavam que ficariam mais fortes comendo seus inimigos. Até hoje a mídia explora este fato como se a prática ainda existisse. Além disso, há várias denúncias de informações truncadas, com publicação de fotos tiradas há mais de dois anos, veiculadas como se fossem atuais, e outras práticas abusivas.

Entretanto, contam-se nos dedos as lideranças cinta larga com estudo formal e capacidade para levar a frente o projeto de controle sobre suas próprias terras. Além disso, o governador e as autoridades locais apóiam ostensivamente a exploração do garimpo por não-índios. O controle policial é intermitente e, quando algum maquinário é apreendido, acaba sendo “doado” a prefeituras próximas. O governador retira e fornece o apoio da Polícia Florestal, ao mesmo tempo em que instiga a invasão de garimpeiros. O apoio da Polícia Federal também é inconstante. As lideranças indígenas ficam acuadas. Se exploram o garimpo ou permitem a sua exploração, são presas. Se defendem as terras contra

invasões, são presas. Há várias lideranças presas, contra nenhum policial ou garimpeiro.

Em outra oportunidade, a Polícia Civil ficou responsável por controlar o ingresso de garimpeiros na área. Os policiais cobravam entre R\$ 1 mil e R\$ 1,5 mil dos garimpeiros para entrar. Um delegado de polícia possuía motores de garimpo. Em 2000, a Polícia Federal, à revelia da Funai, combinou com os índios uma operação em que os garimpeiros seriam retirados e presos. Entretanto, prenderam índios e levaram seus motores embora. Este fato provocou uma grande animosidade entre os indígenas e os policiais federais.

Hoje, a Funai ajuda muito os índios, discutindo projetos alternativos para subsistência da aldeia. Os índios contam com 600 cabeças de gado, iniciaram o plantio de palmito para comercialização, piscicultura, além de outros projetos que respeitam as tradições culturais da etnia.

Os índios denunciam o processo disseminado de preconceito que sofrem por parte de políticos, garimpeiros, do governador e da polícia. A justiça local impõe penas maiores às que são aplicadas aos brancos pelas mesmas infrações. Uma juíza de Espigão do Oeste teria estabelecido uma fiança de R\$ 15 mil reais por porte ilegal de armas. O comércio local cobra, pelas mesmas mercadorias, valores até três vezes maiores que os cobrados aos não-índios.

Os índios reivindicam: a regularização da exploração da jazida por eles, índios, com condições objetivas para exploração da forma mais racional possível, com capacitação, acompanhamento técnico e meios de produção; a garantia de fiscalização para que garimpeiros não invadam suas terras; a implantação de escola de segundo grau na aldeia, pois os jovens não podem estudar na cidade face aos riscos de integridade física motivados pelo preconceito disseminado; a melhor estruturação da Funai, para que possa ajudar a etnia a desenvolver projetos e resgatar a sua própria cultura; melhoria do atendimento à saúde, precarizado desde que a Funasa implantou a terceirização; contenção do processo discriminatório e preconceituoso desencadeado pelo governo do estado, garimpeiros, políticos locais e meios de comunicação, amplamente apoiados pela polícia e judiciário; maior presença do Ministério Público Federal e designação de procuradores para defesa dos índios que respondem processos.

Os índios convidaram a caravana para conhecer a área de garimpo e verificar *in loco* que não havia garimpeiros. Devido ao adiantar da hora, a caravana não pôde fazê-lo, mas ouviu do Procurador da República a promessa de que este faria a visita no dia seguinte, acompanhado do delegado de Polícia Federal. A Caravana teve informações de que a visita ocorreu e que realmente não havia garimpeiros na área. Entretanto, a CDH ainda não recebeu oficialmente o relatório da visita.

Na falta de implementação do Plano Pró Cinta Larga - aprovado em 2002 e 2003 pelo Ministério da Justiça e pelo Congresso Nacional, mas cujo orçamento não vem sendo executado - os índios ficam vulneráveis a aceitar acordos lesivos e novamente se submeter aos interesses de contrabandistas, madeireiros e empresas mineradoras. Isso faz com que recomece, com grande força, a pressão do entorno.

Também esteve presente ao encontro na aldeia a liderança Marcos Apurinã, da etnia Apurinã, que ressaltou o processo de preconceito sofrido pelos povos indígenas. Cobrou a aprovação do Estatuto do índio, “engavetado” no Congresso Nacional. Denunciou que os índios são insistentemente submetidos a revistas por policiais civis, inclusive com o uso de metralhadoras. Informou, ainda, que há muitos projetos em andamento de barragens em terras indígenas, como apoio de políticos locais, e que as terras Uruê-Wau-Wau estão sendo objeto de invasões do movimento da Liga Operária.

A audiência pública da Caravana de Direitos Humanos estava prevista para a cidade de Ji-Paraná (RO), após a visita à aldeia Roosevelt. Entretanto, devido às condições ruins da estrada até a aldeia, às condições das estradas de “asfalto” pelas quais a Caravana passou, e ao atraso inicial do deslocamento de Cuiabá (MT) até Cacoal (RO), não foi possível cumprir a agenda. A Caravana somente conseguiu voltar a Cacoal por volta de 21h, e o deslocamento até Ji-Paraná demoraria ainda no mínimo duas horas. A União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil registrou protesto por escrito, o qual reproduzimos aqui, *ipsis literis*:

“Brasília, 14 de outubro de 2003

Exmo. Sr.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Câmara dos Deputados

Brasília - DF

Prezados Senhores,

“Nada neste mundo se compara a consciência do dever cumprido”

Desde 2001 denunciemos as barbáries praticadas contra trabalhadores de garimpo, usados no TRABALHO ESCRAVO para descobrir riquezas na Reserva Indígena CINTA LARGA, onde índios são usados como ESCUDOS e PISTOLEIROS TUTELADOS de um Comando “Oficial” (?) do Crime Organizado que tem apoio e sustentação da FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO.

Senhores representantes desta Comissão dos Direitos Humanos, aguardamos tanto tempo pela oportunidade desta Comissão conhecer de perto aquela situação ESCABROSA, DESUMANA e COVARDE, onde índios e garimpeiros são vítimas fatais da omissão, descaso e comprometimento de setores do Governo Federal e autoridades envolvidas.

Causou-nos surpresa e indignação o fato da Comissão de Deputados desta Comissão que visitaram Rondônia na última semana, terem mudado o roteiro de viagem em Rondônia, não tendo oportunidade de ouvirem índios e garimpeiros (milhares de garimpeiros e centenas de índios) que os aguardaram em Pimenta Bueno e Porto Velho onde teria uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa daquele Estado a noite, o que frustrou um grupo de pessoas (dois ônibus) que seguiram do interior para denunciar e entregar documentos.

Lastimamos, pois por denunciarmos as barbáries que vem sendo praticadas com o respaldo da FUNAI e logicamente de autoridades envolvidas nestas questões, esta entidade, sua presidente e coordenadores vem sendo perseguidas criminosamente até mesmo por setores do MPF que move ação na justiça para CALAR-NOS e DESMORALIZARMOS perante a opinião pública, fato que nos obriga a levar nossas denúncias a ONU e outros organismos internacionais de Direitos Humanos.

Fazemos um apelo para que se faça uma AUDIENCIA, PUBLICA nesta Comissão para que tenhamos a oportunidade de provarmos os absurdos que vem destruindo o povo trabalhador da Amazônia e índios, ouvindo vítimas desta farra imoral e desumana por nós indicadas.

Atenciosamente,

JANE MARIA REZENDE / Presidente"

Documentos entregues à caravana:

- 01) Ofício da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil, acima transcrito.
- 02) Ofício da Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (CUNPIR), assinado pelo Coordenador Geral Antenor de Assis Karitiana, datado de 08 de outubro de 2003, contendo reivindicações e informações sobre a situação da Terra Indígena Roosevelt.
- 03) Cópia de ofício enviado pelo Relator Nacional para o Direito Humanos ao Meio Ambiente, Jean-Pierre Leroy, ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em 29 de setembro de 2003, contendo informações sobre o histórico do conflito, além de recomendações, algumas das quais constam do final deste relatório.
- 04) Documento da Associação Pamaré do Povo Cinta Larga, assinado por vários de seus diretores, contendo informações e reivindicações dos Cinta Larga, inclusive um Quadro de Ocorrência de Violência Contra os Cinta Larga (1990/2003), a ser encaminhado pela CDH ao Serviço de Repressão a Crimes contra as Populações Indígenas da Polícia Federal.
- 05) Cópia de petição inicial e de carta precatória referente a ação de execução movida contra a Associação Pamaré.
- 06) Cópia de matérias publicadas na imprensa de Rondônia, as quais, segundo o Coordenador do Grupo Tarefa da Funai, Walter Blós, que encaminhou os jornais, apresentam fatos distorcidos e demonstram a campanha da mídia local para desestabilizar o trabalho do órgão indigenista.

13/10/2003

Visita à Terra Indígena Raposa Serra do Sol

**Etnias Makuxi, Patamona, Ingarikó, Wapixana, Taurepang, Wai Wai e Yanomami
Município de Pacaraima, Roraima.**

Acompanharam a Caravana:

Dr. Darlan Airton Dias, Procurador da República
Martinho Alves de Andrade Júnior, administrador da Funai
Deputada Estadual Malu Campos
Deputado Estadual Lúcia Peixoto
Deputado Estadual Naldo da Loteria
Deputado Estadual Francisco Nazareno
Dra. Joênia e André Vasconcelos, advogada e assessor de imprensa do Conselho Indígena de Roraima (CIR)
Lavigne Alves Salomão, coordenadora da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR)

Recomendações (nota do relator: essas recomendações dizem respeito ao conjunto das visitas feitas pela Caravana)

1.0 A Presidência da República:

1.1. Imediata homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, nos termos da demarcação administrativa vigente (Portaria 820 do Ministério da Justiça).

1.2. Criação, no âmbito da Presidência da República, de um grupo de elite permanente, para coordenação das ações entre a Funai, Incra, Ibama, DNPM, Abin, Polícia Federal e Funasa, bem como para o combate à corrupção por funcionários destes órgãos.

1.3. Revogação do Decreto 4412, de 07/10/02, com edição de nova regulamentação sobre a atuação das forças armadas em terras indígenas, cujo princípio regulador deve ser o diálogo e o consenso com as comunidades indígenas envolvidas. Retirada do Quartel da Maloca Uiramutã, Roraima, e reconstrução em local compatível com a vida social da comunidade indígena.

1.4. Normatização da atividade de garimpo de diamante por índios Cinta Larga na Terra Indígena Roosevelt, estado de Rondônia. As normas devem conter a necessidade de presença permanente do Estado, cuja atuação deve estar embasada nos laudos de impacto elaborados por Grupos de Trabalho do órgão indigenista. Os diamantes devem ser vendidos à Caixa Econômica Federal, e a renda auferida deve ser revertida em favor da própria comunidade indígena. Cabe lembrar que esta iniciativa independe da aprovação de Projeto de Lei de regulamentação da mineração em Terras Indígenas. Isto porque garimpo e mineração são atividades distintas, sendo vedado pela Constituição Federal (art. 231, §§ 2.º, 6.º e 7.º) o garimpo em Terras Indígenas por não-índios.

1.5. Cancelamento administrativo de todos os requerimentos de mineração e exploração de recursos naturais que incidam sobre Terras Indígenas, até que seja aprovada a regulamentação do art. 231, ¶ 3º, da Constituição Federal.

1.6. Inclusão das estradas e outras obras irregulares em terras indígenas no cadastro geral de obras irregulares.

1.7. Determinação ao Ministério da Defesa e à Polícia Federal para retirada imediata de garimpeiros em atividade na Terra Indígena Yanomami, estado de Roraima.

- 1.8. Criação de um Conselho Indígena no âmbito do Projeto Avança Brasil, formado por lideranças das comunidades cujas terras possam ser atingidas pelas obras do projeto.
- 1.9. Determinação ao Ministério da Previdência Social para criação de um programa especial de aposentadoria indígena.
- 1.10. Determinação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para elaboração de um programa de assentamento diferenciado para agricultores de boa-fé que tenham sido pacificamente retirados de terras indígenas.
- 1.11. Criação, no âmbito do Ministério da Saúde, de um órgão específico, integrado ao SUS, para formulação da política de saúde indígena.
- 1.12. Determinação ao Ministério do Meio Ambiente para que:
 - 1.12.1. torne obrigatória a inclusão de laudo antropológico nos estudos de impacto ambiental que apontem consequências para recursos naturais de terras indígenas.
 - 1.12.2. elabore normas e regulamentos que garantam a gestão ambiental do entorno das terras indígenas, no sentido de garantir o uso tradicional de recursos naturais pelas comunidades indígenas.
 - 1.12.3. revogue os atos que criam os Parques Nacionais do Monte Roraima e Monte Pascoal, em respeito à prioridade indígena sobre aquelas áreas.
- 1.13. Determinação ao Ministério da Educação para que
 - 1.13.1. elabore programas que assegurem aos índios o processo educativo da sociedade não-indígena.
 - 1.13.2. assegure o reconhecimento formal das escolas indígenas que ainda não tenham sido reconhecidas.
- 1.14. Que sejam expressamente desautorizadas quaisquer tentativas de negociar a demarcação de terras indígenas, por qualquer que seja o motivo. Qualquer projeto de “parceria” ou “auxílio” deve estar vinculado à garantia do direito à terra consagrado na Constituição Federal.
- 1.15. Imediata suspensão do repasse de recursos federais a municípios que tenham sido criados no interior das Terras Indígenas, após sua regular demarcação.
- 1.16. Imediato empenho dos recursos do Plano Emergencial Pró-Cinta Larga, bem como a imediata mobilização da Polícia Federal no sentido de impedir a invasão das áreas indígenas Cinta Larga.
- 1.17. Imediata promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

2.0 À Fundação Nacional do Índio (FUNAI):

- 2.1. Urgente demarcação das terras indígenas que ainda restam não demarcadas.
- 2.2. Imediata reabertura dos trabalhos de identificação das Terra Indígenas Sangradouro e Volta Grande, com designação de proteção federal aos antropólogos responsáveis. Apuração de responsabilidade da Funai local com relação às negociações para não-demarcação das terras.
- 2.3. Elaboração de um programa de sustentabilidade econômica indígena, com o planejamento de atividades que as comunidades possam realizar sem que coloquem em risco seus costumes e tradições.
- 2.4. Elaboração de programas permanentes de ações afirmativas para a mulher indígena.
- 2.5. Implementação de um plano de fiscalização e controle permanente de Terras Indígenas

que contemple a participação das comunidades envolvidas.

2.6. Intensificação de programas de intercâmbio entre as diversas comunidades indígenas, a fim de que as lideranças possam conhecer as diversas experiências na relação entre índios e brancos e na criação de programas de desenvolvimento sustentável.

2.7. Imediata criação do Conselho Superior de Política Indigenista, conforme programa de governo do Presidente da República.

2.8. Urgente realização da Conferência Nacional de Política Indigenista, com poderes de influir na elaboração das políticas públicas voltadas para as nações indígenas.

2.9. Que sejam desautorizadas pela Funai, através de instruções normativas, quaisquer tentativas de negociar a demarcação de terras indígenas a troco de favores e benesses para as lideranças indígenas. Qualquer projeto de “parceria” ou “auxílio” deve estar vinculado à garantia do direito à terra consagrado na Constituição Federal.

2.10. Elaboração de Campanha Nacional de Combate ao Preconceito contra as Comunidades Indígenas.

2.11. Que sejam expressamente desautorizados eventuais planos de assentar a dissidência Xukuru (PE) em áreas que sejam contíguas à atual Terra Indígena Xukuru.

3.0 Ao Supremo Tribunal Federal:

3.1. Imediato julgamento da ação de nulidade de títulos que envolve as Terras Indígenas Paraguassu/Caramuru, da etnia Pataxó Flá-Hã-Hãe, município de Pau Brasil (BA).

3.2. Consolidação de jurisprudência no sentido de definir as terras indígenas em demarcação como terras em disputa, o que facilitaria a impetração de medidas liminares e/ou cautelares no sentido de impedir a construção de estradas, criação de municípios, etc.

4.0 Ao Congresso Nacional:

4.1. Imediata aprovação do Estatuto do Índio.

4.2. Aprovação da reforma política.

4.3. Auditoria do Tribunal de Contas da União no sentido de fiscalizar todos os repasses de recursos já efetuados pela Funasa à rede de saúde e às entidades terceirizadas, com o objetivo de atender as populações indígenas.

5.0 Aos Estados da Federação, em especial aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Bahia:

5.1. Aprovação de emenda constitucional nos estados no sentido de permitir a compensação financeira a ocupantes de boa-fé de áreas colonizadas ilegalmente pelo Estado, situadas em terras indígenas.

5.2. Auditoria dos respectivos Tribunais de Contas no sentido de fiscalizar o uso das verbas do ICMS-ecológico e congêneres.

5.3. Determinação às Secretarias de Educação para que

5.3.1. elaborem programas que assegurem aos índios o processo educativo da sociedade não-indígena.

5.3.2. assegurem o reconhecimento formal das escolas indígenas que ainda não tenham sido reconhecidas.

5.4. Que sejam desautorizadas quaisquer tentativas de negociar a demarcação de terras indígenas a troco de favores e benesses para as lideranças indígenas. Qualquer projeto de “parceria” ou “auxílio” deve estar vinculado à garantia do direito à terra consagrado na Constituição Federal.

22) Recomendações do relatório do Jean-Pierre Leroy.

6.0. Ao Ministério Público Federal:

6.1. Recriação da força-tarefa encarregada de investigar crimes relacionados ao garimpo e extração legal de madeira nas Terra Indígenas Cinta Larga, estados de Rondônia e Mato Grosso.

6.2. Que sejam desautorizadas quaisquer tentativas de negociar a demarcação de terras indígenas a troco de favores e benesses para as lideranças indígenas. Qualquer projeto de “parceria” ou “auxílio” deve estar vinculado à garantia do direito à terra consagrado na Constituição Federal.

6.3. Criação de uma força-tarefa específica para investigar o desaparecimento de recursos naturais - especialmente diamantes e madeira - de terra indígenas.

Porto Velho, 12 de novembro de 2003.

Ao

Excelentíssimo Senhor
Dr. MÁRCIO THOMAZ BASTOS
Ministro da Justiça
Brasília-DF

Senhor Ministro,

Em virtude das sucessivas denúncias de irregularidades sobre o garimpo de diamantes Reserva Roosevelt, em atendimento a requerimento do deputado estadual Káká Mendonça sob o nº 264/03, a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, procurando zelar pelo bem-estar público e pela preservação de vidas humanas, resolveu criar uma CPI com 05(cinco) membros com o prazo de 90(noventa) dias para apurar a questão e solicitar as medidas necessárias para a regularização da situação. No entanto na medida em que os deputados foram se envolvendo no assunto verificaram não apenas que a complexidade era muito maior do que inicialmente imaginada e que, em razão de competências federais específicas, de vez que envolve órgãos como a FUNAI, Polícia Federal, DNPM e IBAMA, não haveria como resolver os problemas no nível estadual requerendo, por conseguinte uma intervenção federal. Intervenção, aliás, Senhor Ministro que solicitamos à Vossa Excelência com o objetivo principal, e urgente, de salvar vidas num momento no qual o conflito naquela área toma proporções alarmantes não se sabendo quantos foram mortos e quantos podem ainda serem eliminados.

É diante de tal fato que nos dirigimos à Vossa Excelência para requerer a intervenção federal, inclusive com a presença do Exército, para garantir a paz na região impedindo mais mortes e a extração ilegal de diamantes e outras pedras preciosas nas áreas indígenas única forma viável de restabelecer a paz em face dos inúmeros segmentos envolvidos e a cobiça que cerca todas as ações dos diversos grupos que buscam se

apropriar da riqueza existente.

Consideramos que tal medida se tornou imperiosa juntamente com a destruição de, pelo menos, 3(três) pistas clandestinas e a remoção de todos os equipamentos que lá se encontram, inclusive os enterrados(escondidos) que poderiam ser leiloados para custear as operações e melhorar as condições dos indígenas que ali vivem.

Estas medidas devem ser seguidas por uma ação do serviço secreto para identificar todos os responsáveis pela baderna que está acontecendo, ou seja, é indispensável para manutenção da lei e prevenção de outros fatos semelhantes que corruptores e corruptos, compradores, vendedores e classificadores de diamantes, donos de aeronaves, servidores civis e militares que compactuam, por omissão ou participação, assassinos, independentes de serem índios, garimpeiros, mandantes, pistoleiros, traficantes de armas legais e ilegais, estrangeiros, enfim todos os envolvidos e culpados de tão lamentável situação venham a ser punidos exemplarmente. Para tanto será imprescindível incluir as testemunhas no Programa de Proteção Federal e, concomitantemente, a Polícia Militar e Civil realizarem uma operação de desarmamento em toda a região que virou um verdadeiro faroeste.

Cumpre também, diante da incerteza sobre a morte ou o desaparecimento de pessoas criar um cadastro na área da Reserva com ações de resgate de cadáveres ou ossadas, a fim de se ter a identificação e um número real das pessoas mortas que, hoje, há rumores de que chegam a centenas. Ação que deve ter o apoio de Promotores federais e estaduais que devem também investigar o descumprimento da lei em especial as insinuações de que servidores públicos estariam agenciando colocações (áreas) no garimpo, vendendo armas(inclusive metralhadoras) e diamantes, bem como se insinua, se pedras de diamantes apreendidas foram trocadas.

Como meio de normalização da situação mister se faz também legalizar a exploração dos diamantes na forma da Constituição Federal, de modo transparente, democrático e legal para que a riqueza possa ser aproveitada, poupando divisas tendo em vista que o Brasil importa diamantes, e permitindo aos índios terem justa participação na riqueza extraída de suas terras o que passa ainda pela regulamentação do Artigo 174 da Constituição na questão relativa à Cooperativa dos Garimpeiros.

Senhor Ministro reafirmamos que a intervenção do Exército é inadiável como forma de salvar vidas humanas que é nosso principal objetivo. Se o Exército não for deslocado para região com certeza haverá muito mais mortes, daí o nosso apelo. Acrescente-se que a opinião pública do Estado nos cobra uma ação na medida em que o que está ali acontecendo é um espetáculo recorrente na história de Rondônia que assistiu à dilapidação de sua cassiterita, do ouro do Madeira, das reservas de mognos e, agora,

assiste estarecida a mesma tragédia com os diamantes da Reserva Roosevelt culpando as autoridades pela omissão e a inércia das quais não desejamos, em hipótese alguma, sermos cúmplices.

Senhor Ministro estas as razões que nos levam a solicitar à Vossa Excelência com sua característica de homem decidido e que não foge ao cumprimento do dever que, imediatamente, tome as providências cabíveis para impedir um maior morticínio e contrabando de nossas riquezas, além de restaurar a normalidade num território nacional, hoje, palco da desordem e do banditismo. Temos certeza que Vossa Excelência não há de fugir do seu indeclinável dever de acabar, de vez com uma situação inadmissível, devolvendo a paz e a justiça à Reserva Roosevelt.

Atenciosamente,

Deputado Estadual HAROLDO FRANKLIN C. AUGUSTO DOS SANTOS
Presidente

Deputado Estadual NEREU JOSÉ KLONSINSK
Relator

1 — Relatório

A CPI do Garimpo foi inicialmente composta pelos Deputados Haroldo Santos, Nereu Klosinski, Kaká Mendonça, Chico Paraíba e Neodi.

Na primeira reunião da Comissão, deliberou-se sobre as funções de seus integrantes, sendo designados o Deputado Haroldo Santos, para presidente; o Deputado Kaká Mendonça, como vice-presidente; e o Deputado Nereu Klosinski na função de relator.

Na mesma oportunidade definiu-se também a agenda inicial de atividades da CPI, que começou por uma visita ao Município de Espigão D'Oeste, no dia 30 de outubro. Foram solicitadas, por meio de convites, reuniões com o Juiz de Espigão D'Oeste e com a Promotora Pública, bem como com representantes da Funai, Polícia Federal, Sindicato dos Garimpeiros e da comunidade indígena Cinta Larga.

Na visita ao município, participaram os Deputados Haroldo Santos, Nereu Klosinski e Kaká Mendonça. Das reuniões programadas, efetivamente realizam-se seguintes:

Com o Juiz de Espigão D'Oeste — que considerou sobre dificuldades para se conseguir uma solução para o conflito; mencionou a existência de vários processos de não-índios contra índios (caciques Cinta Larga) por dívidas de valores considerados altos que não foram quitadas pelos índios; considerou-se que a existência de tais processos confirmam a prática corriqueira de negócios comerciais entre índios e não índios, sem que tenha sido informado, no entanto, sobre a natureza de tais negócios. A CPI solicitou ao Juiz dados oficiais sobre a quantidade de processos, valores, datas e prazos —apresentados em documento anexo a este relatório.

Com a Promotora Pública - que alegou dificuldades em manter contato com índios e não índios, *para tentar resolver os conflitos, em função de exigências próprias aos procedimentos formais da Funai para autorizar visitas à área indígena.*

Com o delegado designado pela Superintendência da Polícia Federal — que informou que, desde o ano 2000, foram realizadas diligências até a área indicada para o garimpo de diamantes dentro da Terra Indígena Cinta Larga; que se efetuaram retiradas de garimpeiros do mencionado local, não raro seguidas de detenção de garimpeiros, e apreensão de mais de 4 mil pedras (consideradas diamantes), na forma da lei que proíbe aquela atividade em área indígena; que é grande a dificuldade em manter a segurança da área, pelo fato de a polícia Federal local não dispor de efetivo suficiente. Embora não dispusesse, por ocasião da reunião da CPI, de dados específicos sobre os fatos mencionados, o delegado afirmou estar

à disposição desta Comissão o conjunto dos inquéritos instaurados em função de tais ocorrências para que se procedesse ao levantamento desses dados — ainda não efetuado por esta CPI.

Com um grupo de 10 garimpeiros¹⁰ — cujos depoimentos e respectivos nomes, gravados em fita cassete, constam de gravação anexa a este relatório — que declararam ter explorado o garimpo com “permissão dos índios” e, atualmente, os mesmos índios os impedem de garimpar naquela área: que outros garimpeiros têm “influência” sobre agentes da Funai e da Polícia Federal e, por esse meio, contam com o excepcional “consentimento” das agências locais daqueles órgãos públicos para explorar o garimpo; que, quando trabalhavam no garimpo, pagavam a determinados caciques pela autorização”, em valores que variavam entre R\$10.000 e R\$ 100.000; que, as vezes, poucos dias após o pagamento da “autorização”, eram impedidos de seguir trabalhando e obrigados a se retirar da área, sob ameaça dos mesmos caciques (que, por sua vez, eram orientados por outros garimpeiros a assim procederem); que existem na área indígena pelo menos três pistas clandestinas para pouso e decolagem de aviões; e que a comercialização das pedras é hoje feita com a intermediação de alguns índios e de garimpeiros que chegam de outros estados para comprar diamantes.

Não tendo ouvido todas as entidades convidadas para a reunião do dia 30 de outubro em Espigão D'Oeste, a CPI procedeu a um segundo convite para nova reunião que se realizou no dia 10 de novembro, na Assembléia Legislativa, em Porto Velho.

Estiveram presentes a Coordenadora local e a advogada do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), aqui tratadas, respectivamente, como Irmã Emilia e Maria Cecília; Antônio Evangelista Sansão Puruborá, representando a Coordenação da União das Nações Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (CUNPIR); e um servidor da Administração Executiva Regional da Funai em Porto Velho, aqui tratado como

¹⁰ *Um dos 10 depoentes, o garimpeiro Antônio Esmério Martins, declarou que, alguns dias antes daquela reunião, assistira quatro companheiros serem executados por índios da comunidade Cinta Larga — em ocorrência posteriormente noticiada pela mídia local.

No dia 8 de novembro, os membros da CPI foram informados de atentado sofrido pelo garimpeiro Antônio Esmério, em sua própria residência, tendo sido atingido por disparo de arma de fogo, que lhe atingiu uma das mãos e o lado esquerdo do tronco, em área próxima ao coração. Outro dos garimpeiros, Miguel Ferreira, também depoentes na reunião anterior, declarou a esta Comissão que havia sido ameaçado no mesmo período em que se dera o atentado contra Antônio Esmério. Por estes motivos, a CPI resolveu encaminhar os dois depoentes para Porto Velho, providenciando no sentido de mantê-los sob segurança da Polícia Militar.

Genésio.

Naquela ocasião, foi informado pelo presidente da CPI que o Deputado Neodi havia pedido para ser substituído. Foi, portanto, substituído a partir de então pelo Deputado Neri Firigolo — que já havia participado da reunião anterior.

Nessa reunião os representantes do Cimi e da Cunpir informaram que mantêm pouco contato com os índios Cinta Larga, justificando-se pela precária contribuição para as investigações sobre a segurança ou a exploração do garimpo. Foram unânimes, no entanto, em suas ponderações sobre a necessidade de proteção aos índios. O representante da Cunpir acrescentou considerações suas sobre a regulamentação de direitos e garantias para que o garimpo pudesse ser explorado pelos próprios índios, conforme suas necessidades de subsistência. A representante do Cimi recomendou sobre a necessidade de garantias à preservação da cultura indígena.

No mesmo dia 10 de novembro, em outra reunião, a CPI ouviu o Ministério Público, na pessoa do Procurador Francisco Marinho, que já havia acompanhado várias ações de órgãos federais encarregados da manutenção da segurança na área em foco. Na avaliação daquele procurador, há necessidade de urgente regulamentação dos dispositivos constitucionais que se referem à exploração de recursos naturais em área indígena.

II - Recomendações

Diante da análise dos fatos e depoimentos coletados pela CPI, apresentamos as seguintes recomendações Governo Federal, por intermédio do Ministério da Justiça:

- 1 - Imediata implementação do Plano Emergencial Cinta Larga, com a completa liberação dos recursos aprovados para seu custeio e investimentos.
- 2 — Imediata intervenção dos órgãos federais de segurança pública na área afetada pelo conflito entre índios e garimpeiros, com apoio efetivo do Exército, de modo a impedir a ocorrência de mais mortes entre os dois grupos sociais, garantir paz e segurança à população da região e coibir a exploração ilegal dos recursos na Terra Indígena Cinta Larga.
- 3 — Imediata mobilização dos serviços de inteligência dos órgãos de segurança pública em todos os níveis, de forma articulada com o Ministério Público Federal, Ibama e Funai, de modo a proceder à apuração dos crimes cometidos contra os Cinta Larga, os garimpeiros e os empresários, assim como os cidadãos dos municípios afetados diretamente pelo conflito.

4 — Determinar operação especial da Polícia Federal com o objetivo de apurar, localizar, identificar, avaliar e apresentar inventário pericial dos diamantes apreendidos pela Polícia Federal, Civil e Militar, na área dos Cinta Larga nos últimos quatro anos.

5 — Busca e apreensão de todos os equipamentos de mineração e garimpagem na área indígena e sua conversão em valores destinados à compensação dos custos das operações de segurança desenvolvidas na região.

6 — Destruição imediata das pistas clandestinas de pouso e decolagem de aviões na área indígena.

7 - Providenciar cadastro dos desaparecidos e mortos na região em conflito (dentro e fora da área indígena), implementando ações específicas para o completo resgate de cadáveres e/ou ossadas.

8 — Proceder a termo de ajuste, leilão e doação, pelo DNPM, dos valores relativos aos recursos minerais apreendidos nas investigações policiais, possibilitando sua plena certificação de origem e a elucidação das irregularidades denunciadas.

9 - Providenciar pela urgente regulamentação dos dispositivos constitucionais referentes à exploração de recursos naturais em área indígena, bem como à organização cooperativista dos garimpeiros, de modo a orientar o exercício adequado da atividade em área indígena e região abrangente.

Porto Velho, 12 de novembro de 2003.

Haroldo Santos
Presidente

Nereu Klosinski
Relator

DISCURSO DO MINISTÉRIO E DA FUNAI SOBRE O CASO ROOSEVELT / RONDÔNIA

Seguem, em forma de tópicos, as informações principais do discurso que sugerimos para o Ministério da Justiça sobre os conflitos entre índios Cinta Larga e garimpeiros na Terra Indígena Roosevelt, em Rondônia

Os índios Cinta Larga sofreram nos último anos um processo violência, que resultou na redução de 5 mil aproximadamente 1,3 mil sobreviventes. No centro dos conflitos está a disputa pelas jazidas de diamantes existentes em seu território.

Historicamente, o governo vem tentando retirar os garimpeiros da Terra Indígena Roosevelt. No passado, eles sempre voltavam a invadir o território, deixando um rastro de violência, destruição ambiental e agressão cultural contra o povo Cinta Larga.

Logo no início do governo Lula, o Ministério da justiça coordenou uma operação intensa com a Funai e com a Polícia Federal para que os garimpeiros fossem retirados e mantidos fora da Terra Indígena(TI) Roosevelt. Desde então, uma força-tarefa tem conseguido proteger os Cinta Larga e suas terras da ação ilegal dos garimpeiros

Na tentativa de furar o bloqueio bem sucedido ao território, garimpeiros e grupos ligados à exploração de diamantes têm buscado outras formas de pressão para facilitar a entrada na área. Para tanto, iniciaram uma campanha agressiva contra a imagem dos Cinta Larga, por meio da imprensa local, acusando-os de assassinato de cinco garimpeiros, cujos corpos foram encontrados recentemente dentro do território.

É notório e histórico o violento processo de disputa entre os próprios garimpeiros pela exploração de diamantes. A Polícia Civil de Rondônia está investigando os assassinatos dos cinco garimpeiros e o Ministro acompanha o processo de perto.

A campanha anti-indigenista iniciada na região coincide com um processo de revalorização dos Cinta Larga em Rondônia. Desde o início do ano, quando a Polícia Federal e a Funai conseguiram efetivar a proteção do território Roosevelt contra a ação ilegal e violenta dos garimpeiros, nota-se um movimento de reconstrução da dignidade dos índio. Vários deles, que já haviam se mudado para as cidades, estão retornando às aldeias.

Os esforços do Ministério e da Funai, com a ajuda da Polícia Federal na região, são intensos no objetivo de proteger os índios. Neste processo, foi criado um plano emergencial de proteção ao Cinta Larga e de implementação de uma série de projetos de resgate da cultura desse povo. Para tanto, o Congresso Nacional aprovou um crédito suplementar para que os recursos fossem destinados à região e para que a equipe da Funai ganhasse reforços.

Neste contexto, o Ministério reforça os preceitos constitucionais, que proíbem a exploração garimpeira em terras indígenas. Há pressões para que as ricas jazidas de diamantes sejam legalizadas para a exploração. O governo do estado de Rondônia, por exemplo, propõe assumir a organização da atividade de garimpagem dentro da TI Roosevelt, por meio da Companhia de Mineração de Rondônia (CMR), legalizando a exploração no local. Como a proposta exige uma definição na área de políticas de mineração, o assunto deve ser objeto de discussão dentro do próprio Ministério de Minas e Energia.

No Ministério da Justiça, estamos lutando para continuar protegendo os Cinta Larga e seu território contra a ação devastadora do garimpo ilegal. Estamos conseguindo não apenas manter a integridade desse povo, como também resgata-la, desde o início do ano. Manteremos todos os esforços nesse sentido, por meio do Grupo Tarefa da Funai, com o apoio da Polícia Federal.

**EXMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

MARIA INÊS SALDANHA HARGREAVES, brasileira, solteira, indigenista, CPF n. 327373511-20 e RG n. 701879, SSP/DF, residente e domiciliada à SHIS QI 27, quadra 1, casa 33, Condomínio Ville de Montagne, Lago Sul, Brasília, DF, vem, com fundamento nos arts. 5º, LXVIII, da Constituição Federal, e 647 e seguintes do Código de Processo Penal, impetrar o presente

HABEAS CORPUS

(com pedido de liminar)

em favor de **JOSIMAR CINTA LARGA, JOEL CINTA LARGA, CELSO CINTA LARGA, ITINHA CINTA LARGA E LEANDRO CINTA LARGA**, todos indígenas moradores na Terra Indígena Roosevelt, contra ato do Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Espigão do Oeste – RO, consistente na decretação da prisão temporária dos mesmos, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

Brasília, 27 de novembro de 2003

MARIA INÊS SALDANHA HARGREAVES

Indigenista

OS FATOS

1. Em 03 de novembro do corrente ano foi instaurado Inquérito Policial na Polícia Civil deste Estado da Federação (doc. 1), com vistas a apurar a morte de quatro garimpeiros conhecidos pela alcunha de MACARRÃO, PARANÁ, FARIAS e NEGUINHO DO ZOIÃO, ocorridas na “Reserva Indígena Roosevelt”¹¹ e atribuídas aos índios Cinta Larga.

2. Ao prestar depoimento (doc. 2), Antônio Esmério Martins, um dos garimpeiros que teria presenciado os fatos objeto de apuração, relatou que, em data de 18 de outubro do corrente ano, encontrava-se trabalhando na extração de diamantes, no Garimpo da Laje, situado na referida Terra Indígena, mais precisamente no local denominado “Ponte Quebrada”, juntamente com mais sete garimpeiros, conhecidos por Paraná, Macarrão, Farinha, Neguinho do Zoião, Neguinho, Fininho e Ceará, quando, por volta de meio dia, foram surpreendidos por cerca de 16 (dezesesseis) índios fortemente armados com espingardas calibre 12, pistolas e rifles, os quais passaram a disparar contra todos.

3. Acrescentou que o garimpeiro conhecido por Macarrão, não conseguindo fugir, foi alvejado por um disparo de arma de fogo, vindo a morrer no local. Outrossim, os garimpeiros Paraná, Farinha e Neguinho do Zoião encontravam-se desaparecidos até a presente data, razão porque acreditava que estariam mortos, tendo em vista a quantidade de tiros efetuados pelos índios. Afirmou, ainda, ter reconhecido seis índios integrantes do grupo que ceifou a vida dos garimpeiros, tratando-se estes dos Pacientes.

4. Dias após, ao realizar diligências na área, uma equipe composta por integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e da FUNAI encontrou os corpos de quatro homens, posteriormente identificados como os garimpeiros desaparecidos. A equipe retirou os cadáveres, que foram submetidos a exame tanatoscópico.

5. Por ocasião do transporte dos cadáveres para o necrotério do município, uma multidão de garimpeiros e curiosos se aglomerou do lado de fora do prédio, querendo saber mais detalhes sobre os assassinatos. Aos gritos, os garimpeiros prometeram vingança e garantiram expulsar todos os índios que estivessem no município e incendiar as pontes e pontilhões que ligam as aldeias à cidade. “A guerra está declarada, o conflito agora está mais explosivo ainda. Muita gente pode morrer, pois os garimpeiros asseguram que se não puderem entrar na reserva para retirar os diamantes, expulsarão os índios e queimarão as pontes”, disse uma fonte da Polícia Civil, que preferiu não se identificar.

¹¹ Na realidade, se o local dos homicídios se deu nas imediações do chamado “Baixão”, trata-se da TI Parque Aripuanã, contígua à TI Roosevelt, indevidamente chamada de Reserva.

6. O resgate dos corpos dos garimpeiros ganhou, ainda, grande repercussão nos meios de comunicação locais e nacionais, requerendo a adoção de medidas enérgicas, que viessem a conter a onda de violência e restaurar a ordem pública. A autoridade policial sentiu-se pressionada, então, a encontrar os responsáveis pelo crime.

7. Assim é que, baseado unicamente no depoimento do garimpeiro sobrevivente, sem lastro em qualquer outra prova da autoria das mortes, o Delegado da Polícia Civil de Espigão do Oeste/RO representou pela prisão preventiva dos pacientes, como garantia da ordem pública, para prevenir a reprodução dos fatos criminosos e para acautelar o meio social (doc. 3).

8. O Delegado afirmou, ainda, para justificar a necessidade da prisão dos pacientes, que *“vários outros crimes de homicídio estão sob investigação, porém, devido a falta de provas, continuam sem o devido esclarecimento, trazendo para a sociedade falta de credibilidade e impotência das autoridades constituídas”*. Ressaltou que *“os procedimentos instaurados, até o presente, não foram suficientes para inibir a onda de violência no interior da reserva, pois, os homicídios não cessaram de acontecer”*.

9. Acolhendo as razões do Delegado, o Juiz de Direito da Vara Criminal de Espigão do Oeste, Leonel Pereira da Rocha, decretou, em 10 de novembro de 2003, a prisão temporária dos pacientes, pelo prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. Foram expedidos os mandados de prisão, até o momento ainda não cumpridos (doc. 4).

A INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

10. Todavia, a prisão temporária foi decretada por autoridade incompetente.

11. Há vários aspectos que tornam indiscutível a competência da Justiça Federal para apurar os crimes cometidos contra os garimpeiros.

12. Em primeiro lugar, os crimes foram cometidos dentro de Terra Indígena, habitat dos índios Cinta Larga e de propriedade da União. Conforme o depoimento prestado por Antônio Ismério, os garimpeiros adentraram esse território **sem qualquer autorização dos índios ou dos órgãos federais encarregados da sua vigilância**. O simples fato de terem sido atingidos em flagrante atitude de invasão de terras públicas, configurando, portanto, ato lesivo ao patrimônio da União, já ensejaria o interesse da União em apurar as circunstâncias em que ocorreu o crime. Ademais, a União tem o dever constitucional de proteger a integridade do território indígena (CF, art. 231), violada na ocasião.

13. Em segundo lugar, se eventualmente os índios foram autores dos homicídios, agiram em defesa da integridade do território e dos bens naturais nele havidos e, portanto, de direito coletivo. Não foi o crime cometido por desavenças, brigas ou qualquer outro fator de caráter pessoal que ligasse vítimas e autores. Na verdade, é consequência de um grave conflito interétnico.

14. Inequivocamente, o contexto em que praticados os crimes caracteriza-se pela tensão entre a população local, garimpeiros e indígenas. A tensão advinda de interesses contrapostos é manipulada no sentido desfavorável aos índios, fomentando-se o preconceito e discriminação contra eles.

15. Na Terra Indígena encontra-se uma das maiores jazidas de diamantes do mundo, além de reservas de madeira. A exploração sempre se deu de forma irracional, com a participação e o incentivo dos próprios índios, vítimas da ganância e de armações de pessoas inescrupulosas. Após um amplo processo de conscientização, os Cinta Larga resolveram impedir a expropriação desses bens por terceiros, solicitando, de imediato, ao DNPM o cancelamento de todos os requerimentos de mineração em suas terras. Ao mesmo tempo, buscaram organizar um projeto de uso racional desses bens, que lhes permitisse utilizá-los em proveito próprio e de maneira sustentável.

16. Desde que os índios resolveram tomar as rédeas da exploração de suas riquezas, intensificaram-se os conflitos com os garimpeiros e com a população local, inclusive os órgãos públicos estaduais e municipais. Após várias retiradas de garimpeiros e posteriores reentradas, os índios decidiram não mais permitir o ingresso daqueles e a tensão se agravou ainda mais.

17. Em recente visita da Caravana de Direitos Humanos à Terra Indígena, os índios denunciaram aos Deputados e demais autoridades presentes as violências que têm sofrido. Ressaltaram o processo disseminado de preconceito que sofrem por parte de políticos, garimpeiros, do governador e da polícia. Esse processo é fomentado pelos meios de comunicação locais, que veiculam falsas notícias de crimes e outros atos cometidos por índios, de forma a acirrar os ânimos da população local e arruinar a imagem dos índios perante a comunidade nacional.

18. Resta claro, portanto, que o crime apresenta nítida motivação étnico-racial e o que está em jogo são interesses coletivos da comunidade indígena.

19. Assim sendo, inevitável concluir pela incidência do art. 109, XI da Constituição Federal, que estabelece a competência da Justiça Federal processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas. Nesse sentido, o julgado:

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. ÍNDIO. JUSTIÇA ESTADUAL: INCOMPETÊNCIA. ARTIGO 109-XI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Caso em que se disputam direitos indígenas. Todos os direitos (a começar pelo direito à vida) que possa ter uma comunidade indígena ou um índio em particular estão sob a rubrica do inciso XI do artigo 109 da Constituição Federal.

Habeas corpus concedido para que se desloque o feito para a Justiça Federal, competente para julgar o caso. (HC n. 71835/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Francisco Rezek)

23. Ao fundamentar seu voto, o Ministro Relator definiu assim o alcance da norma constitucional:

O art. 109, inciso XI, estabelece que “aos juízes federais compete processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas”. Não é questão, a meu ver, de dar interpretação extensiva a esse dispositivo. É questão de lê-lo rigorosamente como nele se contém. Fala-se aqui em disputa, e todo processo judicial o é. Sobre direitos indígenas, e todos os direitos (a começar pelo direito à vida) que possa ter uma comunidade indígena ou um índio em particular estão sob essa rubrica. De tal sorte que aquilo que à primeira abordagem alguém poderia apontar como a interpretação ampliativa do inciso XI do art. 109, na verdade não é mais do que uma interpretação atenta ao propósito do constituinte, mas, sobretudo, obediente à literalidade da norma, ao que significa disputa e ao que significam direitos indígenas.

[...]

Penso que o constituinte desejou que a Justiça Federal construa uma jurisprudência sobre situações dessa índole; e não que isso se faça em caráter avulso e variado nas diversas justiças estaduais.

20. É importante ressaltar a existência de inquérito, em trâmite na Polícia Federal, acerca da extração ilegal de diamantes nas Terras Indígenas dos Cinta Larga. Em decorrência das investigações, foram presos um policial federal, um advogado e diversos empresários acusados de envolvimento na extração ilegal de diamantes. Foram quatro presos e 9 mandados de busca e apreensão nas cidades de Vilhena, Cacoal e Juína (no estado do Mato Grosso), expedidos pelo Dr. João Carlos Cabrelon de Oliveira, Juiz federal da 2a. Vara da Seção Judiciária de Rondônia.

21. Guardando, o crime objeto de análise, inequívoca relação com a exploração ilegal do garimpo, deve o mesmo ser submetido ao crivo da autoridade federal, de forma a propiciar o amplo conhecimento da questão pela instância responsável por seu julgamento.

DA CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR

Diante dos fundamentos acima, em razão da incompetência absoluta da Justiça Estadual e, conseqüentemente, da autoridade policial que conduz o inquérito, requer a impetrante o deferimento de **medida liminar** para que seja revogado o mandado de prisão expedido em desfavor dos pacientes, bem como seja suspenso o inquérito em trâmite na Polícia Civil, até o final julgamento do presente *writ*.

DO PEDIDO

Requer, ao final, a concessão da ordem de *habeas corpus* para declarar a nulidade do inquérito policial e o encaminhamento dos autos à Justiça Federal do Estado de Rondônia, única competente para decretar a prisão e julgar o fato.

Brasília, 27 de novembro de 2003

MARIA INÊS SALDANHA HARGREAVES

Indigenista

I FÓRUM PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA - DOCUMENTO FINAL

Nós, povos indígenas reunidos entre os dias 03 e 06 de novembro de 2003, no I Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia, realizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, representantes de 60 povos e organizações abaixo assinados, analisando a “Política Indígena e Indigenista” sobre os temas: Política indígena no cenário do governo democrático e a Política Indigenista Oficial na visão dos Povos Indígenas.

Considerando a falta de uma posição política concreta e compromisso do governo Brasileiro com os nossos propósitos como Povos Indígenas;

Considerando o aumento da violência contra nossos líderes indígenas, a injustiça, a invasão de nossos territórios, as ameaças constantes;

Considerando os nossos avanços, fortalecimento e compromisso em afirmar nosso sistema e valores espirituais, sociais e morais, e exercendo nosso direito de decidir sobre o nosso destino como povos livres e de paz. Concluímos que:

1. O Governo brasileiro deve definir e instituir, com nossa participação nas decisões, uma política de Estado que atenda aos nossos interesses e objetivo;
2. O Estado brasileiro deve garantir o respeito ao nosso sistema jurídico próprio e promulgar leis que permitam o exercício dos nossos direitos e elimine a contínua ameaça ao retrocesso dos nossos direitos constitucionais;
3. Seja garantida no orçamento nacional uma rubrica específica para atender nossas demandas e necessidades sem a intermediação de qualquer que seja os setores beneficiários das questões indígenas;
4. Se garanta a segurança territorial de todas as Terras Indígenas, especialmente a homologação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, assim como a retrada dos invasores das terras indígenas.
5. O Estado Brasileiro garanta a integridade e permanência de todos os Povos Indígenas, especialmente os Pataxó Hã-Hã-Hãe, Arapim e Uru-eu-wau-wau;
6. Que sejam julgados e condenados os assassinos de todos os líderes indígenas como os casos de Aldo da Silva, do povo Macuxi, Chicão Xucuru, Cinta Larga, entre outros;

7. Estabelecimento de um órgão oficial para implementação e coordenação da política indigenista do Estado Brasileiro.
8. Garantia de vida do povo Cinta Larga, proteção de sua Terra e respeito a sua decisão de não entrada dos invasores ao seu território;
9. O presidente da FUNAI será responsabilizado pelas consequências que por ventura venham a ocorrer em razão da liberação do material e equipamentos apreendidos da Empresa NG Turismo dentro das Terras Indígenas Pirahã e Tenharim dos Rios Marmelo e Maici, no estado do Amazonas;
10. Exoneração do Senhor Ricardo Chagas chefe do Departamento de Saúde Indígena (Desai), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa)/Ministério da Saúde.
11. O governo brasileiro deve garantir as extensões territoriais de todas as terras indígenas do país e não sua diminuição, como aconteceu com a Terra Indígena Bai, do Povo Kayapó, no Sul do estado do Pará;
12. Os Partidos Políticos que tenham indígenas como suplentes devem permitir que estes assumam seus mandatos;
13. A substituição do atual Coordenador das Administrações Executivas Regionais (AER's) da Região Norte, Dinarte Nobre de Mafreiro, por Antonio Ferreira da Silva Apurinã.

ASSINAM:

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), representando a mais de 100 organizações indígenas da Amazônia Legal;

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME);

Organizações Indígenas do Centro-Oeste e Sul do Brasil

Coordenadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA);

Antonio Jacanamijoy, representante da COICA no Fórum Permanente dos Povos Indígenas na Organização das Nações Unidas (ONU);

Lideranças Tradicionais;

Ex-coordenadores da COIAB;

Mulheres Indígenas da Amazônia e de outras regiões do país;

Estudantes indígenas;

Parlamentares Indígenas de todo o Brasil;

Manaus, 06 de novembro de 2003.

Fórum Nacional para Elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Brasil - Documento Final

Nós, oitenta e uma lideranças indígenas de todo o Brasil, reunidas em Sobradinho – Distrito Federal, em Fórum Nacional, realizado no período de 24 a 27 de novembro de 2003, vimos apresentar às autoridades governamentais as diretrizes e propostas para elaboração e implementação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas que devereia interagir com o conjunto de políticas necessárias para a garantia dos nossos direitos.

É de fundamental importância o nosso posicionamento frente à formulação e definição de políticas que dizem respeito às nossas demandas, uma vez que no decorrer de 500 anos de história do Brasil, pouco fomos consultados e ouvidos na elaboração de políticas voltadas para os nossos povos. Pela primeira vez na história tivemos a oportunidade e a alegria de participar em uma construção coletiva que se iniciou com as bases.

O Fórum finaliza o processo de ampla consulta nacional aos Povos Indígenas, por meio de 17 Oficinas regionais realizadas entre dezembro de 2002 a outubro de 2003, contando com a participação de aproximadamente 660 lideranças indígenas, representantes de 175 povos de todas as regiões do Brasil, nos estados de Tocantins, Espírito Santo, Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rondônia, Roraima, Acre, Paraná e Amapá. Neste processo, foram identificados e discutidos os principais problemas, dificuldades e necessidades, assim como as propostas relacionadas aos nossos territórios, recursos naturais, atividades produtivas, alimentação e nutrição, saúde, educação e controle social.

A 3ª Conferência Nacional de Saúde Indígena realizada em Luziânia/GO, no período de 14 a 18 de maio de 2001, colocou como um dos principais desafios a serem enfrentados pelo governo brasileiro, em parceria com as organizações indígenas e indígenas, a garantia da segurança alimentar associada com a implementação de uma política específica de desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. A Comissão Intersetorial de Saúde Indígena – CISI, do Conselho Nacional de Saúde, ampliou a discussão para efetivar as determinações da Conferência, chegando-se à necessidade de se formular uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável, envolvendo as várias organizações indígenas, instituições governamentais e não-governamentais.

A coordenação das Oficinas e do Fórum Nacional ficou sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em parceria com Organizações Indígenas: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB; e Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais - APOINME; Conselho Nacional de

Mulheres Indígenas (CONAMI); órgãos governamentais (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/MAA; Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição – CGPAN e do Departamento de Saúde Indígena – DESAI/FUNASA, ambos do Ministério da Saúde; Fundação Nacional do Índio – FUNAI/MJ; Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA; Ministério do Meio Ambiente/PDA/PPG7; Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas do Ministério da Educação – CGAE/MEC; órgãos não governamentais: Pastoral da Criança e Wará – Instituto Indígena Brasileiro. Instituições financeiras governamentais deram seu apoio: Banco do Estado da Amazônia; Banco do Nordeste; Fundação Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

Constatamos que os problemas de auto-sustentação estão presentes na maioria das Terras Indígenas. Os problemas de fome e carência alimentar manifestam-se em todas as regiões, com alto índice de mortalidade infantil, principalmente nas Terras invadidas e impactadas pelos grandes projetos e intrusão de fazendeiros, garimpeiros, madeiros e posseiros, sendo agravados pela seca que assola principalmente os povos indígenas do nordeste. Esses fatores ocasionam um contínuo processo de redução territorial e degradação ambiental, retratando até o momento o descaso geral da sociedade envolvente e de diversos governos para com os povos indígenas.

Diante dessa situação, apresentamos as diretrizes e propostas deliberadas no Fórum, acerca dos Temas discutidos nas Oficinas: território, atividades produtivas, recursos naturais, alimentação e nutrição, saúde, educação e controle social, que são pertinentes e fundamentais para a construção dessa Política, tendo como prioridade a garantia da Terra com os seus territórios regularizados como eixo central para nossa segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável das nossas comunidades.

Esperamos que a partir da entrega desse documento o atual governo execute ações concretas que há tanto tempo estamos esperando, mobilizando os diferentes setores competentes do poder público para efetiva implantação de uma política de segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e recuperação do meio ambiente nas Terras Indígenas.

DIRETRIZES

1. Território

- 1.1. Homologação com urgência de todas as Terras Indígenas;
- 1.2. Garantia dos recursos suficientes para realizar a extrusão das terras indígenas.
- 1.3. Menos burocracia nos processos demarcatórios das Terras Indígenas e maior agilidade tanto nos grupos de trabalho quanto nas esferas políticas;
- 1.4. Garantia de recursos suficientes para demarcação das Terras Indígenas, sem contingenciamento do governo.
- 1.5. Criação urgente de novos grupos de trabalhos para realização de estudos de demarcação e ampliação de Terras Indígenas, para cumprir o que diz a constituição do Brasil.
- 1.6. Destinação dos maquinários e materiais apreendidos de madeiros, fazendeiros, grileiros, turistas e outros às comunidades afetadas, como forma de amenizar os danos causados ao patrimônio indígenas;
- 1.7. Indenização e compensação ambiental pelos danos causados ao patrimônio indígena
- 1.8. Proteção efetiva, pelo governo, dos lagos e rios nas Terras Indígenas e nascentes que os abastecem.
- 1.9. Recursos suficientes para o reativamento (limpeza) dos limites das Terras Indígenas;

- 1.10. Proteção efetiva dos povos indígenas isolados (sem contato);
 - 1.11. Criação de uma política específica de ecoturismo para Terras Indígenas que tiverem interesse;
 - 1.12. Não assentamento agrário no entorno de Terras Indígenas;
 - 1.13. Devolução as comunidades afetadas das Terras Indígenas que foram sobrepostas por Unidades de Conservação e que os recursos destinados para o IBAMA sejam repassados para as comunidades afetadas para realizar a conservação;
 - 1.14. Não interferência danosa à união dos povos indígenas no Brasil para defender os recursos naturais nas suas terras como vem acontecendo tanto por parte do governo quanto por Ong's.
 - 1.15. Reconhecimento por parte do poder público brasileiro dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados como patrimônio dos povos indígenas, apoiando e defendendo juridicamente contra as empresas e/ou pessoas que fizeram e estão realizando o patenteamento dos recursos ilegalmente.
 - 1.16. Manejo de forma sustentável pelos povos indígenas, dos recursos naturais pertencentes ao seu patrimônio.
 - 1.17. Aprovação imediata do Estatuto dos povos indígenas, pois nele está contido a garantia da preservação, conservação, manejo sustentável dos recursos naturais.
 - 1.18. Diagnóstico ambiental (mapeamento com participação indígena) em todas as Terras Indígenas para que seja realizada uma gestão territorial efetiva e sustentável.
 - 1.19. Criação de fundo indígena para a conservação e preservação da biodiversidade, como forma de pagamento e compensação dos serviços ambientais prestados pelos territórios indígenas.
 - 1.20. Criação da categoria de Agentes Indígenas Ambientais, bem como recursos para a qualificação dos mesmos.
 - 1.21. Garantia de terras e recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável dos indígenas desalojados.
 - 1.22. Não assentamento da Reforma Agrária em Terras Indígenas, com realização de censo oficial de todos os pequenos posseiros antes de 2003 das terras indígenas, também o governo realize um censo de todos os pequenos posseiros ocupantes das Terras Indígenas para que sejam priorizados no reassentamento, fora das Terras Indígenas.
2. Atividades Produtivas
 - 2.1. Agricultura e pecuária familiar – mecanismos de apoio às iniciativas de produção alimentar básica nas terras indígenas.
 - 2.2. Agricultura, pecuária, piscicultura extrativismo e artesanato - mecanismos de apoio às iniciativas de geração de renda das produções indígenas.
 3. Recursos Naturais
 - 3.1. Inventário e caracterização dos recursos naturais - Levantar, identificar, catalogar e caracterizar os componentes dos recursos naturais, para gerar informações que possibilitem a proposição de medidas para a gestão destes nas terras indígenas.
 - 3.2. Promoção de pesquisas para os indígenas fazerem a gestão dos Recursos Naturais – Apoio a produção de informação e do conhecimento sobre os componentes dos recursos naturais nos territórios indígenas para subsidiar a gestão dos

mesmos.

3.3. Promoção de pesquisas sobre o conhecimento tradicional de povos indígenas – Realizar estudos para organização e sistematização de informações e procedimentos relacionados ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade, com o consentimento prévio e informado dos povos indígenas envolvidos.

3.4. Conservação dos recursos naturais e resolução da sobreposição de Unidades de Conservação em Terras Indígenas – Promoção de ações de conservação in situ da biodiversidade dos ecossistemas em terras indígenas, mantendo os processos ecológicos e evolutivos e a oferta sustentável dos serviços ambientais, associados aos conhecimentos tradicionais indígenas de conservação.

3.5. Instrumentos econômicos, tecnológicos e incentivos às práticas e aos negócios sustentáveis para a utilização dos recursos naturais - Implantação de mecanismos, inclusive fiscais e financeiros para incentivar empreendimentos e iniciativas produtivas de utilização sustentável dos recursos naturais em terras indígenas.

3.6. Sensibilização pública - Realização de programas e campanhas de sensibilização sobre a biodiversidade tendo como pressuposto das campanhas que os povos indígenas são guardiões da biodiversidade.

4. Alimentação e Nutrição

4.1. Estratégias para capacitação de recursos humanos em Alimentação e Nutrição com base no respeito a diversidade cultural de cada povo indígena.

4.2. Monitoramento da situação alimentar e nutricional dos povos indígenas, com apoio dos mesmos.

4.3. Apoio a pesquisas na área de alimentação e nutrição, com a participação de representantes dos povos indígenas em todos os processos, desde o planejamento até a avaliação.

4.4. Estimulo à intersectorialidade, no acesso à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, devendo as parcerias serem feitas com as associações indígenas.

4.5. Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis e culturalmente aceitos permitindo a incorporação de culturas não indígenas desde que respeitadas as especificidades de cada povo.

4.6. Prevenção e Controle dos distúrbios nutricionais e doenças associadas à alimentação e nutrição.

5. Saúde

5.1. Que o Ministério da Saúde assuma a execução direta das ações e serviços de atenção à saúde indígena, mediante a realização de concurso público específico e lotação de recursos humanos nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, com possibilidade de parcerias com organizações indígenas, assegurando assessoria técnica especializada, atuando de forma integrada ao SUS e articulada com os órgãos responsáveis pela Política Indigenista do país, garantindo atenção de qualidade, específica e diferenciada de acordo com a realidade de cada povo indígena.

5.2. Que o Ministério da Saúde encaminhe propostas de alterações legislativas para que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas tenham autonomia administrativa, orçamentária e financeira e um Fundo Distrital de Saúde Indígena para repasses direto do Fundo Nacional de Saúde.

- 6.3. Que os Conselhos Distritais tenham competência e autonomia para planejar, fiscalizar, avaliar e deliberar sobre as ações e serviços de saúde dos Povos Indígenas, com garantia de recursos para seu funcionamento, como também a garantia de uma reunião semestral dos presidentes dos Conselhos Distritais com o Gestor da Saúde Indígena.
- 5.4. Regularização do vínculo empregatício dos agentes de saúde e demais profissionais indígenas, com garantia de todos os direitos trabalhistas, contemplando décimo terceiro salário, férias e horas extras, recursos para deslocamentos em serviço, diárias e adicional por insalubridade.
- 5.5. Priorizar ações específicas de saúde da mulher e da criança indígenas, com atenção pré-natal, prevenção do câncer e monitoramento do crescimento e desenvolvimento das crianças, criando oportunidades de uma melhor formação para as mulheres.
- 5.6. Garantir a distribuição regular das farmácias básicas nas comunidades e acesso rápido a medicamentos especiais, criando mecanismos de proteção, revitalização e valorização das medicina tradicionais indígenas.
6. Educação
- 6.1. Adoção das causas indígenas como prioridade nos Programas de Governo, viabilizando os recursos financeiros necessários para implementar a Política Educacional prevista em lei, bem como o cumprimento constitucional no que diz respeito à garantia das Terras Indígenas.
- 6.2. Órgãos governamentais e/ou setores técnicos, coordenados por indígenas, com recursos financeiros e condições técnicas e operacionais de infra-estrutura própria (áreas específicas à educação indígena) e de recursos humanos, específicos à questão indígena, em todas as instâncias de governo, para elaborar, implementar e acompanhar as Políticas e Programas voltados à Educação Indígena.
- 6.3. Participação de representantes indígenas em conselhos federais, estaduais e municipais, de forma paritária, para deliberar sobre o FUNDEF e políticas voltadas à Educação Indígena, assim como participar de forma permanente do quadro de recursos humanos constantes aos órgãos de execução.
- 6.4. Acompanhamento e fiscalização por parte dos órgãos responsáveis e dos conselhos locais na execução das políticas de educação, de forma que as leis sejam cumpridas. Descentralizar a utilização dos recursos às escolas (Diretoria colegiada) para que possam operacionalizar a educação indígena de acordo com as suas peculiaridades, com a Criação de conselhos deliberativos locais, garantindo a participação da comunidade nas decisões.
- 6.5. Caracterização de modelos de educação formal e tradicional para implementação no âmbito escolar, com conteúdos diferenciados, de forma que as tradições histórico-culturais sejam recuperadas e/ou preservadas, conforme as diferenças regionais e étnicas.
- 6.6. Garantir o acesso de todos os indígenas à educação de qualidade (pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior), de forma continuada e permanente, nas Aídeias, na terra indígena ou próximo das mesmas, conforme a necessidade de cada povo, em condições apropriadas de infra-estrutura, recursos humanos, equipamentos e materiais. Ou se for o caso, garantir condições de moradia e de auto-suficiência (casa de apoio) para aqueles que vão morar nas cidades para continuar os estudos.
- 6.7. Implementação da categoria escola indígena em todos os Estados, com calendário diferenciado e apoio operacional técnico, financeiro e político. Autonomia e auxílio às escolas para desenvolverem os materiais didáticos e

pedagógicos específicos à sua comunidade, com ênfase na preservação e resgate da cultura tradicional, assim como para desenvolverem seu próprio currículo para a melhoria escolar, conforme seus costumes, incentivando a produção local, tendo como base as diferenças emanadas pelos órgãos gestores.

6.9. Condições de igualdade para a convivência dos indígenas nas vagas universitárias, incluindo a criação de Pré-vestibulares e vestibulares específicos para população indígena, com o sistema de quotas nas Universidades públicas, e ainda acesso a bolsas de estudos para o ensino superior nas universidades particulares. Criação de Universidades indígenas, Centros de formação politécnica e escolas técnicas e profissionalizantes para a formação de indígenas especializados, onde se misture o ensino técnico integrado com o conhecimento tradicional.

6.9. Criar programas e condições específicas e diferenciadas para atender as mulheres indígenas, revalorizando e valorizando seu papel social e político em suas comunidades.

7. Controle Social

7.1. Promover a formação e capacitação dos conselheiros para o exercício de sua competência legal.

7.2. Desenvolver estratégias que diminuam os obstáculos e favoreçam a participação das lideranças indígenas nas atividades dos Conselhos em nível local e nas instâncias estaduais e federal.

7.3. Propiciar a disseminação do controle social para todas as instituições que trabalham a questão indígena.

7.4. Contribuir para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância do controle social para a garantia dos direitos indígenas.

7.5. Que as diferenças culturais dos povos indígenas sejam contempladas na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sobradinho - DF, 27 de novembro de 2003.

Assinam: As 81 lideranças indígenas participantes do Fórum

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) –

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária a realizar-se hoje, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 74, DE 2003

(Votação nominal,

se não houver emendas de redação)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.860, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

nia, Relator: Senador Romero Jucá, oferecendo a redação para o segundo turno

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 77, DE 2003

(Votação nominal,

se não houver emendas de redação)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que *altera os arts. 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.866, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE(Eurípedes Camargo) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 46 minutos.)

Ata da 3ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de dezembro de 2003

2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e da Srª Ideli Salvatti*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – ACésar Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – ALuiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Senhor Presidente da República adotou, em 15 de dezembro de 2003, e publicou em 16 de de-

zembro, a **Medida Provisória nº 147, de 2003**, que “Institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Efraim Moraes (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	2. vago
César Borges (PFL)	3. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	4. vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)

Tião Viana (PT)	1. Fernando Bezerra (PTB).
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	3. Ana Júlia Carepa (PT)

PMDB

Renan Calheiros	1. Luiz Otávio
Hélio Costa	2. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	3. Garibaldi Alves Filho

PDT

Jefferson Peres	1. Almeida Lima

PPS

Mozarildo Cavalcanti	1. vago

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Nelson Pellegrino	1. Fátima Bezerra
Arlindo Chinaglia	2. Iriny Lopes

PFL

José Carlos Aleluia 1.Kátia Abreu
Rodrigo Maia 2. Antônio Carlos Magalhães Neto

PMDB

Eunício Oliveira 1.André Luiz
Mendes Ribeiro Filho 2.Gustavo Fruet

PSDB

Jutahy Júnior 1.Antônio Carlos Mendes Thame
Custódio Mattos 2.Bismarck Maia

PP

Pedro Henry 1.Celso Russomanno

PTB

José Múcio Monteiro 1.Ricarte de Freitas

Bloco PL,PSL

Valdemar Costa Neto 1.Bispo Rodrigues

PSB

Eduardo Campos 1.Renato Casagrande

(*)PSC

Cabo Júlio 1.Carlos Willian

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: **16-12-2003**;
- Designação da Comissão:**17-12-2003**;
- Instalação da Comissão:**18-12-2003**;
- Emendas: **até 16-2-2004** (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: **16-12-2003 a 23-2-2004** (14º dia);
- Remessa do processo à CD: **23-2-2004**;
- Prazo na CD: **de 24-2-2004 a 8-3-2004** (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: **8-3-2004**;
- Prazo no SF: **de 9-3-2004 a 22-3-2004** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **22-3-2004**;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 23-3-2004 a 25-3-2004** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **26-3-2004** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **9-4-2004** (60 dias);

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Senhor Presidente da República adotou, em 15 de dezembro de 2003, e publicou em 16 de dezembro, a **Medida Provisória nº 148, de 2003**, que “Atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**TITULARES****SUPLENTES****BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA**
(PFL/PSDB)

Efraim Moraes (PFL)	1.Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	2.vago
César Borges (PFL)	3.vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	4.vago

BLOCO DE APOIO AO
GOVERNO(PT/PSB/PTB/PL)

Tião Viana (PT)	1.Fernando Bezerra(PTB)
Antonio Carlos Valadares(PSB)	2.Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	3.Ana Júlia Carepa(PT)

PMDB

Renan Calheiros	1.Luiz Otávio
Hélio Costa	2.Ney Suassuna
Sérgio Cabral	3.Garibaldi Alves Filho

PDT

Jefferson Peres	1.Almeida Lima

PPS

Mozarildo Cavalcanti	1.vago

DEPUTADOS**TITULARES****SUPLENTE****PT**

Nelson Pellegrino
Arlindo Chinaglia

1.Fátima Bezerra
2.Iriny Lopes

PFL

José Carlos Aleluia
Rodrigo Maia

1.Kátia Abreu
2.Antônio Carlos Magalhães Neto

PMDB

Eunício Oliveira
Mendes Ribeiro Filho

1.André Luiz
2.Gustavo Fruet

PSDB

Jutahy Júnior
Custódio Mattos

1.Antônio Carlos Mendes Thame
2.Bismarck Maia

PP

Pedro Henry

1.Celso Russomanno

PTB

José Múcio Monteiro

1.Ricarte de Freitas

BLOCO PL/PSL

Valdemar Costa Neto

1.Bispo Rodrigues

PSB

Eduardo Campos

1.Renato Casagrande

(*) PPS

Roberto Freire

1.Colbert Martins

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: **16-12-2003**;
- Designação da Comissão: **17-12-2003**;
- Instalação da Comissão: **18-12-2003**;
- Emendas: **até 16-2-2004** (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: **16-12-2003 a 23-2-2004** (14º dia);
- Remessa do processo à CD: **23-2-2004**;
- Prazo na CD: **de 24-2-2004 a 8-3-2004** (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: **8-3-2004**;
- Prazo no SF: **de 9-3-2004 a 22-3-2004** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **22-3-2004**;

- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **23-3-2004 a 25-3-2004** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **26-3-2004** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **9-4-2004** (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 174, de 2003-CN** (nº 748/2003, na origem), do Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do artigo 67 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, o Relatório de Avaliação de Receita e Despesas, realizadas até o mês de novembro de 2003.

A Mensagem lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

OF. GLPMDB Nº 456/2003

Brasília, 16 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 146, de 11-12-2003, que “dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES**SUPLENTE**

Senador Ramez Tebet Senador Leomar Quintanilha
Senador Mão Santa Senador Luiz Qútvio
Senador João Batista Motta Senador Maguito Vilela

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 457/2003

Brasília, 16 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 145, de 11-12-2003, que “autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES**SUPLENTE**

Senador Valdir Raupp Senador João Batista Moita
Senador Ramez Tebet Senador Luiz Otávio
Senador Maguito Vilela Senador Romero Jucá

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 458/2003

Brasília, 16 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 143, de 11-12-2003, que “extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES**SUPLENTE**

Senador Garibaldi Alves Filho Senador Mão Santa
Senador João Alberto Souza Senador Sérgio Cabral
Senador Hélio Costa Senador José Maranhão

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 459/2003

Brasília, 16 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e

emitir parecer à Medida Provisória nº 144, de 11-12-2003, que “dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES**SUPLENTE**

Senador Gilberto Mestrinho Senador Leomar Quintanilha
Senador Valdir Raupp Senador João Batista Motta
Senador Romero Jucá Senador Maguito Vilela

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.715, DE 2003**Requer a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Jaime Zucchetti ex-Prefeito de Nova Araçá-RS.**

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. Jaime Zucchetti, ex-Prefeito de Nova Araçá – RS, com apresentação de condolências à sua família.

Justificação

Jaime Henry Zucchetti é mais um grande homem que deixa, cedo, a nossa convivência. Nascido em Nova Araçá, em 1951, ele acaba de falecer, aos 52 anos de idade, deixando viúva a esposa Marta Cecília e órfãos os filhos Jeanfrancesco, José Henrique e Bárbara.

Neto do Dr. Guerino Somavilla, que foi Prefeito de Nova Prata, em duas ocasiões, Jaime Zucchetti seguiu a vocação do avô, dedicando toda a sua vida ao PMDB.

Entre os muitos cargos públicos exercidos, destacam-se os de Assessor dos Deputados Gleno Scherer e Antônio Dexheimer, ambos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Também foi Asses-

sor do Deputado Federal Paulo Mincarone, na Câmara dos Deputados.

Durante 10 anos, presidiu o PMDB de Nova Araçá. Finalmente, foi Prefeito de Nova Araçá, sua terra natal, no período de 1997 a 2000.

A morte leva, prematuramente, um grande homem que dedicou toda uma vida ao progresso de sua terra e ao bem estar de sua gente. Associamo-nos à sua esposa, a seus filhos e a todos os demais parentes na dor desta grande perda.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003. – **Pedro Simon.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, DE 2003

Altera o parágrafo único do art. 39 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, no que concerne ao salário-maternidade devido à segurada especial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 39 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.861, de 25 de março de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39.

Parágrafo único. Para a segurada especial fica garantida a concessão do salário-maternidade no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 10 (dez) meses imediatamente anteriores à data do parto ou do atestado médico que recomende o afastamento da atividade rural. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se de proposição que objetiva assegurar tratamento isonômico entre as seguradas contribuindo

te individual, especial e facultativa, especificamente no que concerne ao critério para concessão do salário-maternidade à segurada especial.

Neste sentido, altera-se a redação do parágrafo único do art. 39 da Lei nº 8.213, de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.861, de 1994, para esclarecer que a concessão do salário-maternidade no valor de 1 (um) salário mínimo será devido à segurada especial, desde que esta comprove o exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 10 (dez) meses imediatamente anteriores à data do parto ou do atestado médico que recomende o afastamento da atividade rural e não mais dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício.

Com esta iniciativa, avançamos no sentido de equalizar os parâmetros que orientam a concessão de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, principalmente para as mulheres.

Em face destes argumentos, solicitamos aos nossos nobres Pares, apoio para aprovação deste projeto de lei, como medida de inteira Justiça.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003. – Senadora **Serys Slhessarenko.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 39. Para os segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, fica garantida a concessão:

I – de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário-mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento anterior do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido; ou

II – dos benefícios especificados nesta lei, observados os critérios e a forma de cálculo estabelecidos, desde que contribuam facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social.

.....
LEI Nº 8.861, DE 25 DE MARÇO DE 1994

Dá nova redação aos arts. 387, 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), altera os arts. 12 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e os arts. 39, 71, 73 e 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, todos pertinentes à licença-maternidade.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e terá sua tramitação iniciada a partir de 15 de fevereiro do próximo ano.

Antes de anunciar a lista de oradores inscritos, vamos proceder à inscrição dos oradores para as comunicações inadiáveis.

Este Presidente encabeçará a lista porque chegou ao plenário em primeiro lugar. Em segundo lugar, a Senadora Ideli Salvatti, que entrega seu pedido.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador, V. Ex^a fica inscrito em terceiro lugar, de acordo com o Regimento Interno.

Passo a Presidência dos trabalhos à nobre Senadora Ideli Salvatti, uma vez que sou o primeiro orador inscrito.

(Pausa.)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ideli Salvatti.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM e da Rádio Senado Ondas Curtas, meus caros profissionais da imprensa e do Jornal do Senado, dos outros veículos de comunicação que cobrem esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para continuar uma análise que tenho feito a respeito do crescimento do nosso País e das suas consequências, ou seja, da expectativa que temos para o crescimento do Brasil e o suporte de que precisamos para ordenar esse crescimento, a nossa infra-estrutura. Mais notadamente, quero ater-me à infra-estrutura que estamos construindo no Estado do Tocantins. Já é do conhecimento desta Casa que o Estado do Tocantins vem experimentando um crescimento extraordinário. É o único Estado da Região Norte que não queima um litro de óleo **diesel** para gerar energia elétrica em todas as 139 sedes de municípios.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Tocantins tem um programa que vem sendo executado pelos governos a partir de 1995; com a renovação do mandato do Governador Siqueira Campos em 1998 e, posteriormente, com a chegada do jovem Marcelo Miranda ao Governo, estamos levando a energia elétrica à zona rural de todo o Estado mediante o Programa Pertins e com investimentos da ordem de cem milhões.

Já passamos a casa dos cinco mil quilômetros de rodovias pavimentadas, construímos uma usina hidrelétrica, interligamos todas as sedes de municípios e temos uma patrulha moto-mecanizada, comprada com recursos do Eximbank, além de mais de cem máquinas, que ficam nas estradas vicinais.

Posso afirmar, nesta Casa, que temos os melhores assentamentos do País, todos os municípios tocantinenses dispõem de energia elétrica e de água tratada – repito, 100% dos municípios do Estado do Tocantins dispõem de água tratada. Esses números, Sr. Presidente, não são muito comuns nos Estados da Região Norte. Decidida ação governamental dotou o Estado do Tocantins dessa estrutura.

Senador Duciomar Costa, meu vizinho do Estado do Pará, integrante da Região Norte; meu nobre Senador Eduardo Suplicy, que tanto luta por um programa de renda mínima e por melhor distribuição da renda entre os brasileiros, meus nobres Pares, quando analisava o crescimento, afirmei que se o Brasil tivesse contrariado, vamos dizer assim, as expectativas anunciadas sucessivamente e sucessivamente

decrecentes pelos Ministros da Economia, do Planejamento, não teríamos a infra-estrutura necessária para suportar esse crescimento. Faltam-nos portos, ferrovias, hidrovias, ou seja, continua elevado o custo Brasil para as nossas exportações e para o nosso crescimento. Qual é a minha preocupação? A minha preocupação decorre do fato de que terminamos este ano com um crescimento que não vai chegar a 0,5%. Se temos a expectativa de crescer no próximo ano, vamos precisar desse investimento.

Voltando à questão do Tocantins no cenário nacional, quais são as nossas reivindicações? O que falta ao Tocantins, uma vez que somos um dos grandes produtores de carne, de soja, de grãos, deste país? É exatamente a infra-estrutura: a Ferrovia Norte-Sul; a viabilização da Hidrovia Araguaia-Tocantins; a construção da Usina do Lajeado; a complementação da Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis, que está sendo construída na cidade de Aguiarnópolis, que vai integrar os sistemas e permitir o envio das nossas produções para o Porto de Itaqui, no Maranhão, o mais próximo dos mercados da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, isso vai baratear em mais trinta dólares a tonelada da nossa soja. Sr. Presidente, tenho dito desta tribuna, que precisamos de investimento. Não haverá, obviamente, crescimento, se não houver o investimento. Em que peça vamos encontrar a disposição do Governo, manifestada em documento, em papel, em lei para esse investimento e para a produção dessa infra-estrutura? Tem de ser no Orçamento da União e no Orçamento, para uma obra em andamento como a eclusa a ser construída na Usina Hidrelétrica do Lajeado, não há nenhum centavo que tenha vindo do Executivo.

Para a Ferrovia Norte-Sul, obra de mais de quase dois bilhões de reais, temos dez milhões de reais, ou seja, dinheiro para construir um, dois ou três quilômetros. O Governo preconiza o crescimento econômico, preconiza o desenvolvimento do País, mas para apenas duas obras que não são de interesse regional, elas são estratégicas para o país – a Ferrovia Norte-Sul, tendo em vista ser o Mato Grosso o maior produtor mundial de soja, o maior produtor nacional de algodão, seguramente, de carne bovina para exportação, junto com o Tocantins... Sabemos que as riquezas do Estado de Mato Grosso estão indo para o Paraná, para o Porto de Paranavaí, um passeio caro pelas rodovias esburacadas deste País. Ou seja, construída a Ferrovia Norte-Sul, viabilizada a hidrovia Araguaia-Tocantins, vamos chegar a Imperatriz e, pela Ferrovia Norte-Sul, pegar a Ferrovia Carajás e chegar a Itaqui, no Maranhão.

É tão óbvio, é tão simples, é tão fácil de compreender. Não há Estados no Brasil que tenham tantas divisas com outros Estados como Tocantins.

Sr^a Presidente – corrige-me e lembra-me o Senador Eduardo Suplicy –, é uma honra para nós todos, Senadora Ideli Salvatti, ter V. Ex^a presidindo os trabalhos desta Casa, uma das Senadoras mais importantes, representante do Estado de Santa Catarina.

É muito importante para Tocantins, é muito importante para o País que não discutamos a Ferrovia Norte-Sul como uma obra de interesse regional, tocanтинense. O Tocantins, além de ser o mais central de todos os Estados, tem o maior número de divisas. Há um ponto, por exemplo, chamado Pedra da Baliza, em que se encontram os Estados do Tocantins, do Piauí, do Maranhão e da Bahia.

Temos ainda as honrosas divisas com os Estados do Pará, do Mato Grosso e de Goiás. Não há Estado com tantas divisas como Tocantins, o mais central de todos os Estados – e Palmas, a mais central de todas as capitais.

Viabilizada a Hidrovia Araguaia-Tocantins e a Ferrovia Norte-Sul, para toda a região de influência econômica, como a da soja de Barreiras, na Bahia, seguramente, o caminho mais curto até o porto mais próximo pelo meio mais barato será a Hidrovia Tocantins. Para isso, precisamos da eclusa. Repito: quanto o Governo alocou para a eclusa para o ano que vem? Nenhum centavo.

Conheço as dificuldades. Fui discutir com o melhor interlocutor, na minha opinião, deste Governo, o Ministro José Dirceu. S. Ex^a é quem senta à mesa, quem olha o mapa, quem procura, quem discute – não diria quem decide para não pretender diminuir a autoridade do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Prefiro entender melhor, prefiro entender que escolheu bem o Presidente da República.

Disse que discordo do número de Ministérios, discordo até mesmo de alguns Ministros, nunca os cito para não ser menor, para não diminuir aquilo que pretendo trazer em termos de sobriedade num discurso de quem se coloca em oposição construtiva a este Governo. Digo sempre que, se tivéssemos menos Ministros, certamente teríamos melhores Ministros.

Sr. Presidente, a Ministra Dilma Rousseff, de quem posso discordar profundamente – vamos debater a questão dessas mudanças, ou seja, das ameaças com a questão das agências reguladoras –, é de uma capacidade extraordinária. É uma grande Ministra, assim como o Ministro José Dirceu.

Discordei dias atrás do Ministro Antônio Palocci, Senador Eduardo Azeredo, indicando-o para o prêmio “ricardo berzoini” de perversidades, instituído pelo PFL, por ter retido o dinheiro descontado previamente no Imposto de Renda, sem nenhuma correção. Essa não é uma obra do Ministro Palocci, mas trata-se do sistema da Receita Federal. Reter o imposto, que é do funcionário e que deveria ser devolvido na data prevista, no mínimo – já que não é corrigido –, é muita perversidade. Tenho certeza de que o Ministro Palocci há de rever a decisão. Pensou-se em deixar para o ano que vem, o que é apropriação indébita e que daria ação na Justiça.

Mas penso que isso tudo vai ser corrigido e não diminui nem retira do Ministro Palocci a qualidade de ser um grande Ministro também.

Sr. Presidente, discutindo essa questão com o Ministro José Dirceu, eu dizia que nós é que temos de corrigir o Orçamento, que nós é que, em vez de colocar recursos para o caixa do Estado, como o fazem todas as Bancadas dos Estados, estamos colocando dinheiro para obras em que a União não coloca nenhum centavo. Isso é um absurdo, mas temos de conviver com o absurdo, temos de eliminar o absurdo e não podemos deixar uma obra da importância estratégica nacional, como a Ferrovia Norte-Sul, sem recurso. Não podemos deixar a eclusa do rio Tocantins sem recurso.

Desta tribuna hoje, eu pretendia fazer uma solicitação em primeiro lugar ao Ministro José Dirceu, por ter empenhado, de R\$41 milhões, apenas R\$15 milhões – sei que o fez com a maior das boas vontades, sei que S. Ex^a foi um dos defensores intransigentes da obra, inclusive junto ao Presidente da República. Trata-se de uma obra de mais de R\$400 milhões, mas, nesse ritmo, o Governo sinaliza com a sua conclusão em 15, 20 anos. Com isso não podemos concordar. Que o Ministro empenhe os R\$40 milhões que estão no OGU de 2003 para que, no ano que vem, mesmo que como restos a pagar, não tenhamos mais uma obra paralisada. Caso contrário, apenas com R\$15 milhões, essa obra no mês de março ou abril vai estar parada, como ela está hoje. O empenho não garantiu ainda a retomada das obras.

Portanto, estou na tribuna para conceder o aparte aos meus Pares e para analisar esse conjunto de obras que sinalizam para a infra-estrutura do Tocantins, tendo em vista que anunciei a esta Casa que conseguimos aprovar no Banco Mundial uma segunda etapa de um projeto rodoviário, de um projeto de infra-estrutura de US\$60 milhões, que vai custar ao Tocantins US\$40 milhões de contrapartida. Quero

garantir às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que esse será diferente de outros empréstimos que foram discutidos nesta Casa e que o Banco Central e a Secretaria do Tesouro Nacional enviaram para o Senado com a observação “aprovado com ressalvas”. Sr^a Presidente, V. Ex^a sabe o que quer dizer isso?

Não quero citar São Paulo, porque, integrante da região Norte, não posso deixar de dizer que sou paulista, que sou brasileiro. Para mim, o Brasil é um só e não costumo rejeitar dinheiro para um lugar e aprovar dinheiro para outro. Mas as ressalvas que estão escritas nos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional referem-se a Estados e Municípios que não pagam seus compromissos, que já têm a sua capacidade comprometida e que não têm as condições previstas na Resolução de nº 69 desta Casa, objeto de luta de diversos Senadores..

Senador Eduardo Azeredo, quero garantir que, quando chegar a esta Casa o empréstimo para o Estado do Tocantins, V. Ex^{as} lerão que o Estado está inscrito como Nível A na classificação da Secretaria do Tesouro Nacional. Isso significa rigor fiscal, responsabilidade fiscal, gestão administrativa sóbria e séria. Os Srs. Senadores poderão aprovar esse empréstimo do Banco Mundial, sabendo que o Tocantins já cumpriu a primeira etapa dos recursos enviados, construiu as estradas e pagou sempre a contrapartida um dia antes do depósito que fazia o Banco Mundial.

Isso deu-nos uma credibilidade e rendeu-nos elogios nas reuniões do Conselho do Banco Mundial. Para a contrapartida de US\$40 milhões, já temos o aceno do JBIC, que substituiu o Eximbank, uma instituição financeira japonesa que pretende, como fez na primeira etapa, co-financiar a contrapartida tocantinense. É de tal sorte boa a nossa credibilidade nacional e internacional que conquistamos os empréstimos do Banco Mundial e a nossa contrapartida financiada pelo JBIC.

É nessa direção que vamos atuar para continuar construindo a infra-estrutura do Tocantins. Mas precisamos do apoio da União, de compreensão do Governo Federal. Descobrimos, no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, os recursos do FNO que estão parados. O Senador João Ribeiro fez um belo discurso sobre o assunto ontem. São R\$465 milhões, Senador Duciomar, que estão parados, que vão ser perdidos até o final do ano e que poderíamos aplicar na Ferrovia Norte-Sul. Há disposição do Ministro Ciro Gomes e do Ministro José Dirceu.

Discutimos o assunto ontem com o Juquinha, Presidente da Valec. Estou otimista com o fato de que este Governo vai tomar uma posição decisiva e vai vi-

abilizar os recursos para a continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul.

Concedo o aparte ao Senador Duciomar Costa, em primeiro lugar. Depois, concederei o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Obrigado, Senado Eduardo Siqueira Campos. Como sempre, V. Ex^a traz assuntos relevantes para o Brasil como um todo nesta Casa. Enquanto V. Ex^a falava do custo Brasil, inclusive com a possibilidade de colocar uma redução de cerca de US\$30, por tonelada, de custo a menos na exportação de soja e de outros produtos, eu ficava a imaginar, Senador, o quanto este País pode somar se fizer as obras que são de fundamental importância para o seu desenvolvimento – as obras estruturais que precisam ser construídas. V. Ex^a acabou de dar o exemplo das hidrovias, da Ferrovia Norte-Sul, da BR-163, que liga Santarém a Cuiabá. O quanto isso ia representar para o Brasil? Nós que estamos situados a mais de três mil milhas, mais próximos dos grandes mercados consumidores do mundo, Estados Unidos e Europa, que essas obras são importantes não apenas para o Norte, o Tocantins ou o Pará, essas obras são importantes para o Brasil como um todo, porque é a forma de realmente aumentarmos a nossa competitividade lá fora. Temos essa condição e precisamos realmente que essas obras sejam realizadas o mais rápido possível, para que o Brasil possa encontrar a forma de produzir mais, gerar emprego e, acima de tudo, fazer a distribuição de renda, tão necessária ao País. Parabéns a V. Ex^a pela feliz atuação nesta Casa. Tenho certeza de que o povo de Tocantins sente orgulho por tê-lo escolhido Senador, que realmente representa o povo do Tocantins com garra e determinação.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço as palavras elogiosas de V. Ex^a a este Parlamentar. Sou solidário às palavras de V. Ex^a com relação aos anseios comuns entre os Estados do Pará e do Tocantins, enfim, a região Norte, que tanto tem a oferecer a este País.

Senador Eduardo Azeredo, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Eduardo Siqueira Campos, Minas Gerais não faz limite com o Tocantins, mas muitos mineiros foram para o Tocantins e estão se dando muito bem, porque, sem dúvida, esse é um Estado que mostra que o Brasil precisa perseguir melhor essa questão de ocupação territorial. Inscrevo-me entre aqueles que têm a certeza de que o Brasil não é um País formado ainda, e que, portanto, é válida a discussão de criação

de novos Estados, novos Municípios, sem aqueles preconceitos contra o custo adicional que haveria. Sou testemunha do trabalho de todos os parlamentares e habitantes do Tocantins, especialmente seu pai, o ex-Governador Siqueira Campos. Encontrei-me com S. Ex^a em 1995 lá no Japão. E perguntei assim: “Uai! Por que o Governador do Tocantins está aqui no Japão?” Lá estava ele, buscando exatamente esses financiamentos que fizeram o progresso do Tocantins e que inscreve o Estado entre os que mostram o progresso brasileiro. V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos, falava ainda sobre a questão do orçamento, sobre a infra-estrutura no Brasil. A minha opinião a esse respeito é que o problema não é só do Tocantins, mas do Brasil todo. Já estamos ao fim de doze meses de governo, não é possível que continuemos sem perspectivas na área de infra-estrutura brasileira. O orçamento para o ano que vem é menor do que o deste ano, que já foi menor do que o de 2002. Há estradas brasileiras em péssimo estado e vão continuar sem manutenção. A rodovia Fernão Dias, por exemplo, que liga Belo Horizonte a São Paulo, continuam faltando pouquíssimos quilômetros para ser concluída. O Presidente Lula esteve lá para retomar as obras, mas elas já estão paradas outra vez. Essa rodovia é importante. O que era antes “concessão para a iniciativa privada”, agora é PPP – Parceria Público-Privada. Mudou-se o nome, mas trata-se da mesma coisa. Mas está tudo parado. Se o Governo não tem dinheiro, que pelo menos seja ágil para colocar em licitação essa questão importante e da qual São Paulo tanto se beneficia, que é a exploração pela iniciativa privada de estradas fundamentais. Eu estou falando nesse assunto, e desculpe-me por estar me estendendo um pouco, porque ainda ontem mais um desastre atingiu o nosso Estado de Minas Gerais, matando 21 pessoas. Essas pessoas estavam indo de São Paulo para Fortaleza, passando por Minas Gerais. Nosso Estado tem 28% da rede de estradas federais. E vemos esse desastre como consequência não só do mau estado de conservação das estradas, como também da falta de fiscalização. Mais uma vez, tratava-se de um ônibus pirata, não regulamentado que fazia o transporte. Senador, agradeço a V. Ex^a pelo aparte e creio que sobra ainda um tempinho para que o Senador João Ribeiro faça seu aparte.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que fará parte do meu pronunciamento.

Tenho a obrigação de ser um cumpridor do Regimento, mas não posso deixar de ouvir V. Ex^a, Senador João Ribeiro, entendendo que V. Ex^a vai contribu-

ir para que eu possa falar do assunto – que V. Ex^a falou tão bem ontem –, qual seja a ferrovia Norte-Sul e a infra-estrutura do nosso Estado.

O Sr. João Ribeiro (PFL – TO) – Senador Eduardo, agradeço a concessão do aparte e procurarei ser breve. As coisas estão indo muito bem, graças a Deus, de acordo com aquilo que havíamos combinado. Hoje, estivemos o Senador Leomar Quintanilha e eu – V. Ex^a não pôde estar presente – lá no Ministério da Integração Nacional, com a equipe do Ministro Ciro Gomes – que, diga-se de passagem, é uma equipe técnica de alto nível, muito boa –, e a Valec, com o Juquinha. Depois disso, já falei, no Palácio do Planalto, com a assessoria do Ministro José Dirceu, que já está entrando em contato com o Banco da Amazônia, para envidar todo o esforço possível para que nós aproveitemos aqueles R\$465 milhões ainda este ano. Só temos até o dia 31 de dezembro para resolver essa questão. Portanto, por parte do Ministério e por parte do Governo, já existe a decisão política e a determinação. Creio que isso poderá e deverá acontecer, com certeza.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador Leomar Quintanilha, eu tive o cuidado de, tendo o Senador João Ribeiro falado ontem, inscrever V. Ex^a para uma comunicação inadiável. Não quero contrariar a Mesa, porque o meu tempo está esgotado, e eu tenho sido tão rígido ao solicitar que não se conceda aparte fora do tempo, que não me pertence mais.

V. Ex^a é o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável, para falar sobre esse assunto que nos alegra tanto, que é a ferrovia Norte-Sul.

Termino, Sr^a Presidente, dizendo que uma boa notícia nós podemos dar, principalmente à cidade de Gurupi: o BNDES aprovou, via Banco do Brasil, o enquadramento da operação para construção da Universidade Regional de Gurupi. Deixa de ser faculdade a nossa Faculdade de Ciências Humanas – Fafich, para ganhar um **campus**.

Quero parabenizar o BNDES e dizer que vale a pena soltar nossa voz neste plenário. Fica faltando agora o outro lado do balcão. Vamos em busca das bolsas de estudos para os nossos alunos.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ideli Salvatti) – Agradeço ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Arthur Virgílio, por cessão do Senador Heráclito Fortes. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço hoje uma espécie de balanço deste primeiro ano de Governo Lula e deste ano das Oposições brasileiras.

Falando brevemente sobre o trabalho das Oposições, digo que oferecemos uma qualidade de oposição diferente de tudo o que se havia praticado antes neste País: nada desestabilizador. Nossos votos serviram para que o Governo completasse algumas de suas boas intenções e percebemos que era possível mostrar ao povo a idéia da combatividade sem que a ela se acoplassem a idéia do boicote, a idéia da conspiração, a idéia do desrespeito à democracia, que se expressou na vitória eleitoral bonita do Presidente Lula em 2002.

Falando sobre o Governo, digo que é de se registrar, e em tom elogioso, o fato de ter sabido trabalhar a questão da credibilidade internacional, continuando e aprofundando as políticas macroeconômicas que recebeu. A discussão que havia aqui nesta Casa e na outra Casa do Congresso, Sr. Presidente, quanto a Fernando Henrique ter perdido a confiança dos mercados no final do seu governo é desmentível pela própria evidência dos fatos. Passa sete anos e meio sem despertar desconfiança em quem quer que seja; nos últimos seis meses, o País vira de pernas para o ar. E, coincidentemente, os últimos seis meses se marcavam pela consolidação eleitoral da candidatura Lula, esta sim ligada a idéias esquisitas, do tipo “plebiscito para a Alca”, “plebiscito para se pagar ou não pagar a dívida externa”, “apenas 10% da receita líquida da União para amortização de juros e demais serviços da dívida”.

Essas idéias esdrúxulas e esquisitas significaram, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que o PSDB chama de risco Lula e risco PT. Esse risco PT e esse risco Lula foram, de maneira muito hábil e competente, desmentidos pelas políticas macroeconômicas que continuavam o que haviam recebido e trabalhavam com muito acerto a idéia do ajuste fiscal.

Eu não faço coro com aqueles que acham que se deve deixar de trabalhar o superávit. Eu não faço coro com aqueles que acham que se deve reestruturar a dívida unilateralmente. Eu não faço coro com quem imagina que as regras do jogo devem ser torcidas; as regras do jogo devem ser mantidas e o Brasil tem que procurar construir uma credibilidade que ultrapasse todos os governos. Não importa quem esteja no Governo, o Brasil tem que ser um País acreditado lá fora e não visto como uma realidade cucaracha, uma realidade de segundo nível, uma realidade de

segundo time. Mas faço críticas à política macroeconômica dessa figura pública admirável que é o Ministro Palocci, acompanhado que está desse notável economista que é o Professor Marcos Lisboa.

Por que demorou a começar a baixar juros e por que o fez em intensidade inferior a que seria possível e a que era exigida pelo momento? O Presidente Lula e a sua equipe econômica diminuíram um crescimento positivo de 2% para algo perto de zero este ano. E, mais ainda, impuseram uma queda na renda das famílias brasileiras que pode ser responsável por uma retração econômica; não em 2004, quando temos, para usar o jargão da economia, um crescimento econômico que é de reposição cíclica contratado em 2004. Sei disso. Três, três e meio, talvez mais, talvez quaro e meio por cento em relação à base pífia de hoje. Mas podem ter complicado o crescimento econômico em 2005 e 2006. Podem ter imposto já, a partir de agora, dificuldades talvez incontornáveis para 2005 e 2006, porque erraram na intensidade, porque erraram na dosagem. Não digo que tenham errado no diagnóstico, nem que tenham errado no remédio. Mas vejo claramente que o risco se transferiu da macroeconomia, aos poucos, para a microeconomia.

Ainda ontem, falava aqui da Medida Provisória da Energia e eu dizia que, sem dúvida alguma, ali estava o instrumento para afugentar investidores, não para atraí-los. Ali estava um instrumento para espantar aqueles que porventura estivessem cogitando de reproduzir o seu capital no País, não para consolidá-los ou para fazê-los se multiplicar.

Ao mesmo tempo, se o risco sai do macroeconômico para o microeconômico, o risco sai, também, por um outro item, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que virou item de política econômica – e tem que ser assim mesmo na globalização – que é o risco que está embutido na política externa do Presidente Lula. Engraçado é que, hoje, a Pesquisa do Ibope/CNI, aponta nova queda do Governo – isto era esperado. O Governo acabou o ano bem abaixo dos índices de aprovação do Presidente Fernando Henrique em 1995, ou seja, é bom cautela e humildade. Dizem que isto, junto com caldo de galinha, não faz mal a ninguém. Mas o Presidente Lula faz uma política externa que, a meu ver, também afugenta investidores. Se uma pesquisa é feita, vemos um Presidente cadente; o Presidente, não, o Governo dele. Ainda não se comunicou para o Presidente a impopularidade que é crescente no Governo.

Mas a política externa do Presidente Lula é aprovada pelo povo. O povo gosta dessa da idéia da independência, da idéia da autodeterminação, da

idéia da linguagem altiva, e não está compreendendo que existe uma diferença muito grande entre altivez e serenidade e uma certa bazófia, uma certa bravata, a inutilidade dessas viagens tipo Caravana **Holiday** – caravana de terceiro mundo mesmo – 250 pessoas para negociar nada com ninguém, em lugar nenhum, naqueles seis países que, juntos, não representam 3% das exportações brasileiras. Não foram à Arábia Saudita, não foram a Israel, ainda não foram à China; já deveriam ter ido, se querem descobrir um mercado efetivamente forte.

Agora, em todos os lugares, um dichote que atinge o presidente americano, em todo lugar algo que mostra que se o Presidente da República tivesse reconhecida, no exterior, a importância que ele próprio se atribui aqui, já teria havido, talvez, uma colisão entre ele e o Presidente Bush. É porque o Brasil tem um peso menor do que o peso que o Presidente pensa que tem. Quando ele fala essas coisas, vamos à Internet e não encontramos notícia alguma. Percebemos, então, Senador Eduardo Azevedo, que a bravata é aqui. E que graças a Deus tem ficado por aqui mesmo. É uma coisa meio sucupira, essa é a verdade. Não podemos fazer uma política externa à base de sucupira. Não podemos. Temos que jogar com realismo.

Volto a dizer o que já disse desta tribuna. Alguém pergunta assim: Arthur, se você fosse americano, votaria no Presidente Bush? Eu diria: não, eu não votaria no Presidente Bush. Agora, pergunta-me também assim: Arthur, se porventura você fosse Presidente da República, você manifestaria isso, esse seu sentimento. Eu diria: não, eu seria responsável na minha relação com uma superpotência da qual o Brasil tem dependido para resolver os seus problemas básicos, inclusive de caixa, toda a vez. Inclusive agora, o Governo Lula, no último acordo com o FMI, mais uma vez. Aí, diria, uma pessoa apressada, ou um desses esquerdistas de bar: “O Senador Arthur Virgílio então não quer o Brasil zeloso da sua soberania, não zela pela soberania nacional”. Eu digo: não sei se zelo menos do que quem, porventura, fale algo que não pode ser, na verdade, posto em prática. Não sei se, na verdade, a sensatez não é o melhor caminho para sabermos lidar com um mundo difícil, um mundo marcado pela unipolarização, pela existência de uma única superpotência, a qual está fortemente ligada à economia brasileira e a qual está fortemente ligada à política deste País.

Portanto, proponho que o Presidente não faça estudentadas em matéria de política externa. Que o Presidente afirme a soberania nacional debatendo

duramente os pontos da Alca, mas não imagine que sem ele a Alca morre, ou que sem ele os Estados Unidos soçobram, ou que o Brasil tem o peso da Índia, porque tem um peso menor, ou que o Brasil tem o peso da China, tem um peso muito menor, ou que o Brasil tenha o peso da Rússia, com suas ogivas nucleares, o Brasil tem um peso muito menor. É preciso, então, que alguém belisque Sua Excelência e diga: "Presidente, acorde, não complique a economia do final do seu Governo com a bazófia, com a estudantada, com a festividade que pode até anestesiar certos setores da opinião pública, mas que redundarão em menos empregos, em menos investimentos, em menos possibilidades efetivas de crescimento econômico sustentado.

Portanto, Sr. Presidente, faço esse balanço dizendo que o Presidente, que teve o mérito de não deixar o País explodir – já o reconheci muitas vezes e reconheço de novo – teve o demérito de não fazer o governo funcionar. O seu governo não funciona. O Presidente agora teve um gesto cristão: dispensou os Ministros de fazer uma reunião pública, Senador Jefferson Péres, o que seria, na verdade, uma humilhação para muitos Ministros; chegar para alguns da área social e perguntar o que eles fizeram; teriam que mostrar uma página em branco para o Presidente, porque nada fizeram ao longo deste ano inicial do Governo Lula.

O Governo pecou, Senador Demóstenes, na equação administrativa que não resolveu. O Governo peca na estudantada da política externa. O Governo peca na cegueira e na falta de lucidez da política microeconômica, por exemplo, em relação às agências reguladoras. E o Governo peca até onde acerta – concordo com o diagnóstico, concordo com a terapia – mas peca por ter começado tarde o descer dos juros e por ter começado o descer dos juros em intensidade menor do que aquela que era permitida.

Antes de ceder o aparte a quem me solicita, Senadores Eduardo Azeredo, Eduardo Siqueira Campos, Antero Paes de Barros e Demóstenes Torres, quero dizer que o Governo hoje tem uma outra oportunidade. Dizem que o Governo baixaria, conservadoramente, 1% a Selic, no Copom de hoje. Continuará com juros reais quatro vezes acima da média dos emergentes, nada para ninguém se gabar. É bom que alguém fique explicando essas questões para o Presidente de maneira bem didática – alguém tem que ter essa lealdade com Sua Excelência.

Dizem que poderia baixar 1.5, terminaria o ano com 16. A minha sugestão é que baixe 2.5, que termine o ano com 15, com juros reais de um dígito ainda

muito alto, ainda impróprios para o crescimento econômico, mas era hora de alguma ousadia. Eu preferia que baixasse 2,5 agora e que até, em princípio, não baixasse nada em janeiro, para ver qual a reação do mercado a esses 2.5, esses, sim, mais ousados, que estimulariam a idéia de um crescimento econômico mais consistente em 2004.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, quero cumprimentá-lo, mais uma vez, por suas palavras. Há pouco, estava fazendo um aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos que falava da necessidade de um orçamento que faça investimentos na infra-estrutura. Quero repetir o que disse: não é possível que o Governo continue não investindo e não deixando que ninguém invista; ou seja, ele não faz a sua parte e também não solta os editais para que possamos ter uma participação privada na busca da recomposição da nossa malha rodoviária, nas hidrovias, nas ferrovias. Estamos terminando 12 meses, e V. Ex^a coloca bem, de acertos na área econômica. O Governo poderia ter sido mais arrojado, mas foi conservador em excesso e com isso o País não cresceu. O Governo conseguiu sucesso segurando a inflação, que ameaçava voltar. Mas os resultados administrativos são muito poucos. A área de infra-estrutura mostra um resultado quase próximo do zero, para não dizer zero. E temos um outro assunto, que é a questão da medida provisória do setor elétrico, para a qual estou preparando algumas emendas. Eu, que sou modesto para fazer emendas, vou ter que entrar com mais de 10 emendas, tamanha a necessidade de consertos nessa medida provisória.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Cada emenda de V. Ex^a vale por 100.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Muito obrigado. Vou ter que sair do meu comedimento de fazer duas ou três emendas no máximo para corrigir uma medida provisória que vem cheia de falhas. Meu caro Líder, meus cumprimentos. Vamos entrar no próximo ano cobrando com a moral de quem colaborou com o Governo neste ano. Somos Oposição responsável, ajudamos a aprovar a reforma previdenciária, a reforma tributária e o Orçamento. Para o segundo ano de governo, já temos as condições: está na hora de o Governo mostrar serviço.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado.

Concederei os apartes e responderei todos ao final, em função do tempo.

Ouç o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Serei rápido, Senador Arthur Virgílio. Embora saibam bem o eleitor amazonense que o trouxe para cá e os seus Pares, talvez muitos não saibam que falar de diplomacia com a autoridade que tem V. Ex^a são poucos, porque V. Ex^a é da carreira diplomática, pertence aos quadros da diplomacia brasileira, tem formação na área, conhece o assunto, fala com autoridade. Eu quero destacar, nobre Líder Arthur Virgílio, dois pontos que me preocuparam profundamente: em primeiro lugar, quando o Presidente Lula esteve em Cuba, houve um desconforto internacional com relação aos direitos humanos, porque o encontro foi fechado e, na hora de dizer ao Presidente Fidel Castro o que ele precisava ouvir, não houve repercussão, uma vez que aquilo ficou velado no encontro e apenas se transmitiu à opinião pública que o Presidente tocou nesse assunto. É um assunto de economia interna. Daí para um Muammar Kadafi, a coisa para mim se agrava muito. Visitar o Oriente Médio e não visitar Israel e Arábia Saudita é vir à América do Sul, ao Mercosul, e não vir ao Brasil e à Argentina. E aí fica a conotação apenas daquela foto, que considero um dos momentos mais infelizes das visitas internacionais do nosso Presidente, por quem tenho um profundo respeito, pela sua luta e pela sua história, a foto com Muammar Kadafi, que nada mais nada menos está pagando por atentados assumidos contra vidas inocentes mundo afora. Portanto, me preocupa profundamente. Não é preciso excluir Israel, dizer que é a favor de um Estado palestino, como todos nós somos. Mas cutucar, como bem disse V. Ex^a, a onça com vara curta em visita provocativa, em um confronto diplomático dispensável, nessa parte, no meu entendimento, que é discordar dos americanos, dos Estados Unidos da América, é importante para o País na sua afirmação em diversos pontos, mas não precisamos nessa visita, com esses atos e com esses gestos, colocar em risco todo o interesse nacional, que está muito acima dessas atitudes, a meu ver, no mínimo, mal pensadas. Parabéns a V. Ex^a, que dá uma grande contribuição ao debate com o nível elevado de sempre.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

Ouç o Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Arthur Virgílio, não vou tomar muito tempo de V. Ex^a. Quero apenas reafirmar que já impedimos

um retrocesso maior. Este Governo era para ter feito um retrocesso maior. Nós impedimos, com a mobilização do Parlamento, com a Frente Parlamentar da Saúde, que tivéssemos o pior dos retrocessos na área da saúde. O mentor religioso do Palácio do Planalto, Frei Betto, chegou a sugerir que fossem retirados recursos do programa de combate à Aids, para depois, na viagem à África do Presidente Lula, ficar constatado que o Brasil era um exemplo mundial no programa da Aids. E aí era uma coisa pequena, porque ninguém desconhecia os elogios à política do Brasil sobre o programa da Aids. Mas era uma coisa pequena porque era uma política do Governo do PSDB, e porque falar talvez em programa de Aids lembrasse o atual Presidente do PSDB. Na área da educação, quero aqui fazer justiça: talvez o País tenha alguém para empatar – Paulo Renato empata com Cristovam Buarque –, talvez o Brasil não tenha ninguém mais credenciado para estar no Ministério da Educação, mas a educação não é prioridade deste Governo. Não é à toa que o Ministro Cristovam Buarque tem pedido que os estudantes pintem a cara e defendam a educação brasileira. Também reconheço que o PT conseguiu vencer o dilema. Qual era a grande necessidade do PT? O PT, que sempre foi irresponsável na Oposição, tinha que provar que era responsável no Governo, e aí conseguiu vencer esse dilema, mas para isso ele teve que ser e exercitar uma política econômica que levou o País à recessão e que está levando o País ao desemprego. A medida foi incorreta, a dose foi incorreta. A responsabilidade, reconheço, existiu, não há como não reconhecer a importância do Ministro Palocci na equipe econômica. Mas não há também como deixar de reconhecer que 4,25% é muito mais do que o FMI pediu, ou seja, o Governo Lula resolveu se transformar no porta-voz do Fundo Monetário Internacional. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço o Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz um pronunciamento absolutamente correto. É muito preocupante, e hoje pela manhã eu falava a respeito, é muito preocupante essa tendência à ditadura do Governo do PT. E fazia uma correlação entre as visitas a Cuba, a Damasco e à Líbia. Dizia eu que entendia agora porque há efetivamente uma propulsão do PT a expulsar aqueles que discordam de todas as suas opiniões e fazia a correlação com a situação da Senadora Heloísa Helena. Mais do que um caixeiro viajante, como tem se intitulado o Presidente Lula, apesar de ter estampa, na realidade ele é um mercador de ilusões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem! Sr. Presidente, concluo com uma frase de agradecimentos em resposta a cada aparteante.

Senador Demóstenes, brilhante representante de Goiás, de fato é concordância completa que tem a sua posição em relação a esta viagem, em relação à política externa do Presidente. A viagem não tinha nenhum sentido. Aliás, o Presidente tem tomado atitudes sem nenhum sentido.

Eu fico impressionado como até aquela coisa aparentemente compacta que é a diplomacia do Itamaraty tem sucumbido diante da visão canhestra, terceiro-mundista, que este Governo demonstra ao tratar de uma questão tão delicada.

Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a tem toda a razão. Com medíocre 17% de taxa de investimentos, 18%, o Brasil não pode crescer mesmo mais do que dois e pouco ou três por cento ao ano, sem despertar a ira da inflação outra vez. Temos que resolver a equação administrativa, a equação microeconômica e a equação da política externa, para que o Brasil possa efetivamente pensar em alavancar seus investimentos.

Senador Eduardo Siqueira Campos, meu Presidente, agradeço suas palavras sempre fraternas. O Presidente Lula – se perdeu a chance de dizer a Fidel Castro, aproveitando até a amizade pessoal, da sua discordância com a política de direitos humanos de Cuba – agora perdeu de vez. Fidel Castro vai responder para ele: Vocês fuzilaram a Heloísa. Não reclamem do meu fuzilamento, eu não reclamo do de vocês, e fica um acordo de cada um fuzila quem pode.

Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a fala do Ministro Cristovam. Outro dia o Ministro Cristovam esteve aqui, e eu intercedi daqui da tribuna. O Ministro Cristovam dizia: O Ministro Palocci não me recebe. Eu disse: será possível que agora tem ministro de primeira e ministro de segunda classe? E que o da Educação é de segunda classe? Eu disse: Ministro Palocci, receba o Ministro Cristovam, vamos ver se o senhor percebe que a educação é outro item de política econômica fundamental, além de ser um item essencial de política social. E quando o Ministro – quem sabe é uma premonição? –, Senador Antero Paes de Barros, quando vejo o Frei Betto dizendo que dava para tirar dinheiro do programa da Aids, porque, enfim, era privilegiar os menos privilegiados e, em outras palavras, deixar que houvesse uma certa democracia na morte pela Aids, dos que fossem portadores desse mal, só posso dizer que o Frei Betto nesse momento pecou. Pecou por falta de solidariedade – já que falta de lucidez não é pecado –, pecou por falta

de sentimento cristão, ele não é dono do sentimento cristão, imaginando que, do alto da sua autoritária presença, pode dizer quem deve ou não morrer. Fulano de tal vai morrer de AIDS, fulano de tal vai morrer de fome. De quem depende isso tudo? Do Frei Betto. A gente percebe o viés autoritário que perpassa este Governo.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância. Essa foi uma forma, legítima sempre, mas bem intencionada de fazer uma avaliação pelo ângulo da Oposição, por intermédio da Liderança do PSDB, do primeiro ano do Governo Lula. Registrei acertos e registrei sobretudo o acerto de o Presidente não ter permitido que o País explodisse, graças a ter assumido e aprofundado políticas macroeconômicas que vigiam no País. Mas mostrei os erros microeconômicos, mostrei os erros administrativos. Nem falei ainda dos desvãos éticos, que precisam ser olhados no novo ano com toda a atenção pelo Presidente, para que ele não deixe maus exemplos germinarem no seu Governo.

Encerro desejando duas coisas ao Presidente Lula: que ele tenha, ao mesmo tempo, um Natal feliz, de paz, com sua família, com seus amigos verdadeiros. Que tenha um ano novo de muita disposição de luta. Que, no ano novo, depois de ter recebido do Congresso os instrumentos que tem recebido, que faça o que acaba de recomendar o Senador Eduardo Azeredo: que simplesmente, moderando o seu falar e amadurecendo a sua postura na cadeira presidencial, pura e simplesmente, falando menos, de preferência, e falando com mais juízo, de preferência também, passe a cumprir imediatamente as promessas de campanha, a começar pelo resgate de dez milhões de empregos – há agora mais um milhão de novos desempregados –, que demandariam, quem sabe, um crescimento nos próximos três anos de 7,7% ao ano em cada um desses três anos, para que essa palavra não virasse letra morta e para que o Presidente não tivesse vitimada a sua credibilidade.

Portanto, Sr. Presidente, pelo ângulo da Oposição, é com boa-fé que o áulico faça aulicismo, que o defensor leal do Presidente o defenda com lealdade e que a Oposição, leal e construtiva como tem sido a nossa, aponte equívocos de maneira franca e sincera. Haveria uma inversão de papéis se o meu não fosse esse, e esse é o meu, essa é a minha forma de colaborar com o Governo. Cada um colabora como quer. Se o áulico atrapalha e se o defensor leal defende, o opositor sincero e honesto faz da sua palavra algo a serviço do Governo.

Se o Presidente estiver disposto a ouvir também a voz plural, que é a soma da voz singular do Governo com a voz singular das Oposições, que o Presidente seja muito feliz no âmbito pessoal e que seja capaz – se Deus quiser – de ter efetivo êxito no seu Governo, cumprindo as promessas e realizando o sonho de felicidade social do povo que com tão boa-fé votou nele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Ideli Salvatti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente, pelos Srs. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, e Romeu Tuma, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, tendo a Mesa recebido a delegação do Partido de V. Exª para o exercício do horário de Liderança.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço inscrição como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Fica V. Exª inscrito como Líder, logo após o Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Como Líder.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia 2 de outubro próximo passado, estive nesta tribuna defendendo o Programa da Merenda Escolar e a necessidade de seu fortalecimento e da ampliação de seus benefícios.

Hoje, pretendo sustentar mais enfaticamente a idéia de associar o Fome Zero, com sua dinâmica entusiasmante de suscitar a mobilização de vontades e de recursos, ao Merenda Escolar, programa já estruturado, que se vem consolidando e evoluindo há décadas, e detentor de impressionante penetração nos capilares da sociedade brasileira, por intermédio daquela que está em toda parte, a escola pública.

Assim se dariam, simultaneamente, dois avanços: primeiro, o urgente e necessário aumento de re-

ursos para o Merenda Escolar, que defendo que passe de treze centavos de real por aluno por dia para, no mínimo, trinta e quatro centavos de real por aluno por dia, conforme recomendam estudos técnicos; segundo, a inserção ou inclusão do Merenda Escolar no Fome Zero. A associação dos dois programas traria a ambos um magnífico efeito de sinergia, de impulso e apoio mútuos.

O Fome Zero carrega consigo a energia do Governo e da sociedade mobilizada, bem como o potencial de carrear e atrair mais recursos. O Merenda Escolar, carente de mais recursos, possui a solidez do que já está implantado, com penetração comprovada e atuante, com estrutura administrativa e institucional que se estende por milhares de Municípios. E conta com aquele que é o mais importante e decisivo atributo: o Merenda Escolar é, comprovadamente, uma ação de soerguimento, de promoção, de verdadeira salvação social, como pretende ser o Programa Fome Zero.

Sr. Presidente, o Merenda Escolar, que se chama, a rigor, PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, é o mais antigo programa federal na área de educação. Desde a sua criação, em 1954, até 1993, o PNAE era gerido centralizadamente. De 1994 a 1998, deu-se a descentralização, por meio de convênios com Estados e Municípios. A partir de 1999, houve descentralização, desburocratização e reestruturação adicionais, com os fundos sendo canalizados diretamente às entidades responsáveis pela execução do programa. São beneficiados os alunos do ensino fundamental e pré-escolar da rede pública, bem como escolas e organizações filantrópicas. Em muitos casos, consegue-se, graças à descentralização, favorecer o comércio e a produção locais, quando da compra de produtos para a merenda.

O Merenda Escolar, parte programa educacional, parte programa alimentar, é o maior projeto do mundo na área de alimentação. Atende a 21% da população brasileira: cerca de 35 milhões de crianças!

O Merenda Escolar tem como meta suprir 15% da necessidade nutricional diária de cada criança. Sabemos contudo que, para muitas crianças, é a principal refeição do dia. Além de prover alimentação, o Merenda Escolar forma bons hábitos alimentares e contribui, e muito, para a redução da evasão escolar e da repetência.

Um aspecto institucional decisivo do Merenda Escolar é o estímulo que dá ao controle da sociedade sobre o programa, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar, colegiados que fiscalizam a aplicação dos recursos, formados por representantes

dos professores, dos pais de alunos, dos Poderes executivo e Legislativo e de outros segmentos da sociedade.

Faço esse retrospecto do que é o Merenda Escolar, Sr. Presidente, para deixar bem evidente o alto grau de tradição e de consolidação do programa. É óbvio que o Merenda Escolar tem enorme impacto favorável nas camadas mais pobres da população. Com seus atributos de boa estruturação e de importante ação social, o Merenda Escolar mostra que é natural o caminho de sua associação ao Fome Zero.

Sr. Presidente, mais de 90% das crianças brasileiras estão matriculadas na rede pública. É patente o impacto positivo do Merenda Escolar para dezenas de milhões de crianças e de famílias brasileiras. O programa atende a necessidades educacionais e sociais. Alunos bem alimentados aprendem mais e persistem em seu esforço de se aperfeiçoar, aperfeiçoando nosso futuro.

As escolas são o que há de mais capilar em nossa estrutura social. O Programa da Merenda Escolar é uma estrutura pronta, de grande penetração. O Fome Zero ainda luta para se organizar e ampliar sua ação. Ora, as vantagens de somar os dois programas saltam aos olhos.

Sr. Presidente, o Brasil só avançará socialmente, na direção e na velocidade que todos desejamos, com ações desse tipo, promotoras da educação para todos e do resgate da pobreza. Incluir o Merenda Escolar no Fome Zero, associar os dois programas, cada qual servindo ao outro com suas melhores características, é seguir um caminho bom para o Brasil.

Sr. Presidente, V. Ex^a tem sido defensor, nesta Casa, da educação no País, principalmente no tocante a dar condições para que o estudante possa pagar e financiar sua mensalidade. Peço o empenho de V. Ex^a, do Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias, e de nossos Pares para que seja entregue ao Ministro Cristovam Buarque e ao Governo Federal a proposta para que o Programa da Merenda Escolar tenha o seu valor ajustado e seja associado ao Programa Fome Zero. O Programa da Merenda Escola, sem dúvida alguma, é um programa consolidado no Brasil. Com uma fiscalização eficaz, tem comprovado que é um programa que veio para ficar.

A melhor forma de consolidar o Programa Fome Zero neste País é justamente associando-o ao Programa da Merenda Escolar, que, dessa forma, atingirá todos os recantos deste País e, com certeza, toda a sociedade brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao nobre Líder Aloizio Mercadante.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero o tema da política externa indispensável a uma Nação como o Brasil, e devemos discuti-lo em profundidade.

Entendo que a nova política externa incomode aqueles que sustentaram a política anterior. Durante tanto tempo, na História do Brasil, a submissão foi o caminho – desde o nosso antigo passado colonial – para que a nossa elite se firmasse perante as metrópoles do mundo. E essa cultura colonial prevaleceu em muitos momentos da nossa história.

Mas não é assim que vamos nos firmar como uma grande Nação. Uma nação que tem mais da metade da população, do território e do Produto Interno Bruto da América do Sul tem que se colocar com o tamanho, com a importância e com o peso econômico, demográfico e político que pode exercer. Se não devemos ter uma política submissa, tampouco devemos ter uma política de confronto. A nossa política externa deve buscar uma inserção soberana do Brasil.

Por inserção soberana, lembro, em primeiro lugar, que não devemos trocar produtos por princípios, e, quando a nossa diplomacia externa e o nosso Presidente da República defendem a ONU como um organismo multilateral para a solução dos conflitos, não aceitam decisões unilaterais e belicistas para resolver problemas que deveriam ser solucionados no âmbito da diplomacia.

Quando o nosso Governo diz que acatará todas as decisões da ONU, mas não respaldará o que quer que seja feito à sua revelia, estamos construindo instituições multilaterais, que são essenciais para o equilíbrio, a democracia e a estabilidade política no plano internacional.

É exatamente por essa coerência, que expressa a nossa própria história como Nação, porque há mais de um século não temos qualquer conflito com nossos vizinhos e sempre construímos, por meio da diplomacia bem sucedida, a consolidação do nosso território e a defesa dos nossos interesses, que nos projetamos no cenário internacional com independência e firmeza.

Equivocam-se aqueles que acham que os princípios não podem dar lugar a aprofundarmos as nossas relações comerciais bilaterais.

Passemos aos fatos e aos resultados. Tivemos, este ano, recorde histórico de exportações num mundo que estava em recessão e, pela primeira vez na História do Brasil, a taxa de câmbio se apreciou em 17% ao longo do ano. Não houve desvalorização da moeda, nós a consolidamos e a estabilizamos, e houve recorde histórico de exportações, com crescimento de mais de 20% nas exportações brasileiras, e recorde histórico, no saldo comercial, de US\$23,5 bilhões, o que diminui a nossa vulnerabilidade, a nossa dependência de capital especulativo. Portanto, estamos ganhando espaço de liberdade na política econômica.

Verifiquemos os resultados. O risco País, que era de 2,4 mil pontos, hoje está abaixo de 500 pontos, o que significa que estamos financiando em dólares as nossas empresas, com taxas de juros inferiores a 5%, com prazos largos e, portanto, melhorando expressivamente as condições de investimento e de crescimento no futuro.

Analisemos os resultados concretos da diplomacia. Acusam-nos de dificultar as relações com o nosso principal parceiro comercial, que, de fato, é a economia americana. Pela primeira vez na história, um presidente eleito, o Presidente Lula, foi convidado por um presidente americano antes da posse para uma audiência bilateral. Por sinal, tive a honra de estar presente naquela conversa, que, eu diria, foi muito importante e definidora do futuro político na relação entre os dois países. Este ano, pela primeira vez na história, tivemos uma reunião de cúpula do governo brasileiro com o governo americano, que é uma deferência que eles fazem a muito poucas nações, basicamente alguns países europeus e do Nafta – Inglaterra, Alemanha e Canadá e México, países do Nafta. O Brasil participou de uma reunião de cúpula dos dois países.

Muito mais que isso, conseguimos recuperar e consolidar o Mercosul, que estava absolutamente vulnerabilizado. O Mercosul hoje é uma realidade. O Peru entra no Mercosul a partir de agora. Estamos ampliando relações no contexto da América do Sul, e o Presidente Lula foi o primeiro presidente na história a ser convidado pelos presidentes da região andina a participar do encontro de presidentes do Pacto Andino, o que mostra o reconhecimento e o prestígio que estamos conquistando do ponto de vista diplomático.

Ouço críticas a uma viagem ao mundo árabe e causa-me estranheza o desconhecimento de que, no País, há 10 milhões de brasileiros que têm essa ascendência, inclusive muitos Senadores presentes a este plenário. Alguns inclusive acompanharam o Pre-

sidente Lula e estão escrevendo artigos elogiosos à viagem, como o que o Senador Ramez Tebet publicou ontem no **Jornal do Brasil**.

O mercado árabe representa US\$600 bilhões. Saímos de lá com investimentos, em alguns países, superiores a US\$250 milhões, US\$150 milhões, com um fluxo de comércio crescente e perspectivas novas de relações comerciais bilaterais. Do ponto de vista político, o Presidente Lula foi aplaudido de pé na Liga Árabe, coisa que jamais aconteceu com outros chefes de Estado.

Se não bastasse isso, o Brasil acabou de realizar esta semana um ato de soberania. Alguns acham que é mais fácil dormir no palácio da Rainha da Inglaterra, como instrumento de diplomacia. O caminho mais difícil é reunir 20 países pobres e em desenvolvimento, como aconteceu na semana passada, e o representante da União Européia ter de vir ao Brasil e dizer que esse é um fórum legítimo de negociação e que é fundamental, sim, abrir, reduzir os subsídios à agricultura, para que se possam ampliar as relações bilaterais. Ou não estava correta a posição da diplomacia brasileira na OMC ao dizer que há US\$365 bilhões de subsídios dos Estados Unidos e da União Européia para a agricultura, num mundo em que 1,2 bilhão de pessoas sobrevive com até 1 dólar – uma vaca, na Europa, tem US\$2, por dia, de subsídio.

E aqui, na África, na América Latina, nos países pobres, não se consegue produzir alimentos, pela concorrência predatória dos subsídios abusivos que essas nações estão introduzindo. Quando o Brasil se articula com a Índia, com a China, com a Rússia, com a África do Sul e consegue criar um bloco de países e, pela primeira vez, empatar o jogo na OMC, devia ser saudado por todas as forças políticas do País, pois esse é um ato de soberania, um ato de inteligência diplomática, com a competência, a história e a consistência que têm o Itamaraty e a nossa diplomacia.

Quem não considera um resultado positivo o representante comercial da União Européia vir ao Brasil e dizer que não só negocia como também reconhece que se tem que reduzir os subsídios e as barreiras não tarifárias? E fica a pergunta: por que não reconheceram em Doha? Desde a Rodada Uruguai havia o compromisso firmado de que, desta vez, os países pobres teriam abertura no mercado agrícola, o que não aconteceu. Por isso, a firmeza de nossa diplomacia.

O próprio Presidente Bush ligou ontem para o Presidente Lula para parabenizá-lo pelo ano de governo, para parabenizá-lo pelas realizações da economia brasileira. Disse também que procede a reinvin-

dicação do G-20 de reduzir os subsídios agrícolas e abrir o comércio, o que os Estados Unidos e a Europa não permitiram que acontecesse na última reunião da Organização Mundial do Comércio.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero concluir – veja que ultrapassei o meu tempo menos do que o Senador Arthur Virgílio – dizendo que o melhor resultado, não apenas da diplomacia mas também do trabalho deste Governo, são as pesquisas de opinião: 69% do povo confia no Presidente Lula. Percebemos isso quando comparamos os índices “bom” e “ótimo” de satisfação com o Governo. O Presidente Sarney teve 36%, o Presidente Collor 35%, e o Presidente Itamar Franco 21%, no primeiro ano de governo. No primeiro mandato, no primeiro ano de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, ele teve 40%, e recebeu 16% no primeiro ano de governo do segundo mandato, sendo que a população classifica o Governo Lula como “bom” e “ótimo”, com 43%.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Gostaria de saber qual instituto fez essa pesquisa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Ibope, e saiu publicada hoje. Está disponível e quero apresentá-la ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – A revista **Veja** apresentou outros dados no domingo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou ler para V. Ex^a:

No início do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, apenas 16% classificaram o ano como ótimo ou bom.

Vou reler, Senador Demóstenes.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – No início do primeiro ano do primeiro mandato.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou reler, Senador Demóstenes Torres, porque não é permitido aparte.

A pesquisa fala do segundo ano.

No início do segundo mandato, entretanto, apenas 16% classificaram o Governo como ótimo ou bom.

Estamos falando de 1999. Os ex-Presidentes Sarney, Collor e Itamar Franco tinham avaliações piores que as de Fernando Henrique e Lula. Portanto, é a primeira vez que temos um índice de 43% de “ótimo” e “bom” no primeiro ano de governo. Esse talvez

seja o argumento mais consistente, mais relevante e mais promissor de um Governo que enfrentou um ano e uma herança difícil, mas que está preparando, plantando e semeando para o futuro no plano diplomático e comercial, colocando com soberania, com dignidade e com grandeza a projeção dos interesses de nossa Nação.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Arthur Virgílio, como V. Ex^a já usou da palavra antes, na Hora do Expediente, e tendo em vista que o Senador Jefferson Péres recorreu à Mesa diversas vezes, para que lhe fosse assegurado o direito de falar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida alguma, falarei após S. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha querida Senadora Heloisa Helena, em minha primeira manifestação da tribuna, eu não poderia deixar de falar de V. Ex^a, sem que isto implique ingerência em assuntos de outro partido. Uma pessoa como V. Ex^a não pode sofrer seu calvário político sem receber a solidariedade pública daqueles que, como eu, aprenderam a admirá-la. E note que falo não apenas em respeito, mas em admiração. Respeito se deve a todas as pessoas, indiscriminadamente, pelo fato de terem uma consciência e serem de nossa espécie, mas admiração se devota apenas a seres especiais, como V. Ex^a, que nos fazem sentir orgulho de pertencer ao gênero humano.

Sr. Presidente, há um comício em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. *Fazendo soar a campainha.*) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência reforça a solicitação do orador, que está na tribuna pedindo que o Plenário lhe dê condição de proferir o seu discurso.

Senador Jefferson Péres, a Presidência assegura a V. Ex^a o uso da palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas admiração se devota apenas a seres especiais, como V. Ex^a, que nos fazem sentir orgulho de pertencer ao gênero humano.

Mas o preço a pagar é muito alto. Dizia Hemingway, em **Adeus às Armas**, que o mundo quebra a todos indistintamente, mas quebra com especial predi-

leção, e implacavelmente, os muito bons e os muito fortes.

E começa a nos quebrar quando parece nos condenar à solidão. Solidão que é expiação e castigo, mas é também promessa de redenção, na qual precisamos acreditar, sob pena de fazermos o “melancólico enterro da nossa última quimera”. Sob pena de nos sentirmos exilados em nossa própria terra. Um sentimento que, sobre V. Ex.^a agora, se torna ainda mais pungente. Ao sermos expatriados de nossa tribo, a mesma se torna um grupo estranho, perdido o sistema de crenças e valores que a ela nos unia.

É doloroso, mas se trata de uma expiação, incontornável para aqueles que, ao subordinarem sua vida a princípios, não devem esperar dos outros sequer compreensão. Porque para muitos é difícil compreender que alguém não se deixe imantar pela sedução do poder, do dinheiro, dos projetos pessoais, ou mesmo pelas pressões de toda sorte, inclusive as do afeto.

Jamais compreenderão os pragmáticos que ceder em princípios, para nós, não é algo episódico, circunstancial, mas substantivo, que implica uma renúncia dilacerante, à qual não conseguiríamos sobreviver, porque nos destruiríamos por dentro, transformados em mortos-vivos, sombras de nós mesmos ou, na imagem pessoana, “cadáveres odiados que procriam”.

Não há como ser diferente com aqueles que nasceram para ser **gauches** na vida. E **gauche**, para mim, é se distinguir da mediania cinzenta dos seres convencionais, pela crença de que a vida não vale a pena ser vivida se não for também sonhada.

Creio que nascemos com a vocação inata de cavaleiros andantes, sempre com a utopia por meta. Haveremos de perseverar até o fim na busca de um Santo Graal mítico, que não alcançaremos nunca. É certo que, no mundo de hoje, seremos vistos menos como paladinos da tábua arturiana e mais como patéticos cavaleiros manchegos a investir, ensandecidos, contra monstros imaginários.

Minha cara Heloísa Helena, ouço, com espanto, que V. Ex.^a seria portadora de graves defeitos, uma acusação que me espanta já que deveria, ao contrário, servir para exaltá-la, porque denunciadora da sua pureza e do seu idealismo.

Radicalismo, indisciplina, imaturidade, indignação, só não as demonstram os que perderam irremediavelmente a inocência. Esses jamais compreenderão, nem perdoarão aqueles que vivem permanente-

mente emocionados porque permanentemente inconformados.

Tivessem sensibilidade poética e saberiam que “a palavra da boca é inútil se não emana de um sopro do coração”. E saberiam que, “entre lágrima e riso, a rosa nasce” e que a lágrima, às vezes, tem o poder de lavar o mundo.

Talvez alguns estranhem a minha emocionada solidariedade a V. Ex.^a, tão diferente somos pela origem, pelo temperamento, pela ideologia. Mas nada há de estranhável. A superar nossas diferenças, a nos identificar com um elo comum, há um profundo e inarredável compromisso com valores que sabemos fundamentais.

Senadora Heloísa Helena, a melhor homenagem que eu poderia prestar a V. Ex.^a vem da palavra de um crítico do passado, Franklin de Oliveira, que dizia que uma das mais belas passagens da Literatura universal era aquela do romance **Crime e Castigo**, de Dostoiévski, cujo personagem principal, Raskolnikov, prosterna-se aos pés de uma mulher do povo chamada Sônia. E diz Franklin de Oliveira que, com aquele gesto, Dostoiévski queria homenagear toda a humanidade sofredora.

Neste momento, simbolicamente, ajoelho-me a seus pés, Heloísa, para homenagear todos aqueles que não se dobram, não se curvam e afirmam a dignidade como o apanágio maior da condição humana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Líder Arthur Virgílio, V. Ex.^a havia pedido a palavra. A Presidência vai prorrogar a Hora do Expediente, a fim de ouvir V. Ex.^a e os Senadores que se inscreveram para comunicações inadiáveis, que só poderão fazê-lo se houver efetivamente a contribuição dos Líderes.

V. Ex.^a dispõe de até cinco minutos, nobre Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, é bom que fechemos o ano como começamos: com um debate altaneiro e franco entre Governo e Oposição nesta Casa.

O Líder Aloizio Mercadante vai à tribuna, no legítimo direito de defender o Governo de críticas feitas pelo Líder de um dos partidos de Oposição. Mas comete S. Ex.^a equívocos conceituais, quando fala da soberania da política externa de hoje, que reputo ineficaz e contraproducente do ponto de vista econômico. Ele se esquece de Roberto de Pompeu de Toledo*, brilhante jornalista brasileiro, para quem é tão submissa a atitude de quem não faz uma viagem com medo dos Estados Unidos, quanto a atitude, também

colonizada, daquele que faz uma viagem ineficaz só para mostrar que, supostamente, não teria medo dos Estados Unidos.

E aí eu concordo com o Líder, não na dosagem, talvez não na exegese. Diz o Líder que é preciso que o Brasil trabalhe de acordo com o seu tamanho. E é precisamente essa uma das críticas que faço à política externa do Presidente Lula: ela superestima o Brasil, ela imagina um peso político não correspondente ao peso político verdadeiro deste País. Ela pensa que o Brasil é Rússia, é Índia ou China, e o Brasil não é Rússia, não é Índia, não é China. Não é Equador, não é Bahain, mas não é Índia, não é China, não é Rússia. É bom que o Presidente comece a pisar o chão duro da realidade e abandone a leveza etérea da fantasia.

Trocar princípios por produtos. Eu não peço que o Presidente troque princípios, seu Governo já tem trocado princípios demasiadamente. Agora, que produtos? Não foi visitar precisamente os dois Estados mais ricos e mais prósperos do Oriente Médio: Arábia Saudita e Israel. E existe uma frase antológica do Presidente. Ele diz assim: "Israel deve abandonar Golan imediatamente". Consta, Senadora Heloísa Helena, Senador Jefferson Péres, que, até hoje, o Primeiro-Ministro israelense não dorme, com medo da ameaça feita pelo Presidente Lula.

Diz o Senador Mercadante: "Recorde em exportações". Convido S. Ex^a a atualizar qualquer mês, do meio do ano passado para este, para vermos qual é o resultado, envolvendo, portanto, a participação nisso do Governo passado. E mais ainda: esse recorde, é bom que se diga, foi batido também porque há uma brutal compressão sobre a capacidade de consumo do brasileiro.

Diz o Senador Aloizio Mercadante: "Risco abaixo de 500". Risco abaixo de 500 foi rotina no governo do Presidente Fernando Henrique, que chegou a ter 329, em determinado ano, de um dos seus oito anos de Governo.

Isso é muito pouco. O Brasil tem quase 50% a mais da média do risco dos países emergentes, ou seja, não dá para fazer mais esse joguinho estatístico, nem para taparmos o sol com a peneira.

Mercado árabe: o Presidente passa nove dias, numa hora crucial para o País, não visita os mercados mais afluentes do mundo árabe e faz uma espécie de turnê em que, entre outras coisas, constava o agradecimento – não sei a que título – ao ditador sanguinário Muammar Khadafi, da Líbia.

Fala o Governo em altivez, e já ouvi mais de mil vezes que o Presidente Bush telefonou para o Presi-

dente Lula, o que é uma rotina de chefe de Estado. Quando se olha este fato com olhar provinciano, parece assim: "Puxa, estão vendo a importância do homem? Bush telefonou para ele".

E aí o Senador Aloizio Mercadante – esse, talvez, é o reparo que faço com mais ênfase a sua fala – comparou o segundo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu final, no final do primeiro ano do segundo Governo, com o primeiro ano deste Governo do Presidente Lula. S. Ex^a diz: "Quinze por cento de 'bom' e 'ótimo', vamos lembrar, ao fim daquela brutal crise cambial de 1999 – foi até uma marca muito boa. Mas a verdade é que, ao fim do primeiro ano do primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Sua Excelência tinha uma aceitação bem superior – 44% – a essa que qualquer instituto registra para o Presidente Lula.

E mais ainda: desejo, de novo, Boas Festas ao Líder Aloizio Mercadante, Boas Festas ao Partido dos Trabalhadores, Boas Festas ao Presidente Lula e muita energia no Ano Novo, para que possam começar a realizar os sonhos e as promessas que fizeram para o povo brasileiro. E digo: do jeito que as coisas estão indo, não sei se vamos poder comparar o final do primeiro ano do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique com algo parecido do Presidente Lula, porque ou ele resolve a equação administrativa, ou ficará nos seus quatro anos e dificilmente obterá a reeleição, com tantas promessas quebradas e com tanta ineficiência à vista de todos nós.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para uma comunicação inadiável, o nobre Senador Leomar Quintanilha.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado, nesse esforço que fez, tem cumprido com seus compromissos para com a Nação, com suas obrigações para com este País. Naturalmente, as reformas – e estamos ultimando as suas votações – haverão de permitir que o País avance um pouco mais nesse processo de redução das dificuldades socioeconômicas que experimenta.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o Estado de Tocantins, que tenho a honra de representar, de há muito tem defendido a implementação de uma obra que não expressa meramente uma aspiração regional,

mas que traduz, de maneira muito firme e forte, uma aspiração nacional: a mudança de matriz de transporte deste País de dimensões continentais gigantescas, que privilegia o transporte rodoviário como a sua principal modal, fazendo com que os nossos custos de produção, não só para o deslocamento dos insumos para as regiões de produção, acabem gerando um sobrepreço nos produtos brasileiros quando buscam os mercados consumidores, quer nacionais, quer internacionais.

Sr. Presidente José Sarney, nós, do Tocantins, rendemos de forma firme uma homenagem a V. Ex^a, que entendeu que o Brasil, um país de dimensão continental, não poderia privilegiar a modal rodoviária como a sua principal forma de transporte de produtos e de riqueza. V. Ex^a, como Presidente da República, teve a idéia de mudar a matriz de transporte deste País, com a criação da Ferrovia Norte-Sul. V. Ex^a foi, naquela época, muito criticado. Reações surgiram de todos os lados, e, hoje, são inquestionáveis a importância e a necessidade da implantação de outras modais que possam reduzir o chamado custo Brasil.

Por isso, nós, no Tocantins, temo-nos empenhado de forma veemente, a cada ano colocando emendas de Bancada que poderiam estar privilegiando ações nitidamente de interesse do Estado, mas nós as temos colocado na construção da Ferrovia Norte-Sul, pois sabemos da sua importância para o País e para o desenvolvimento do Estado de Tocantins.

Sr. Presidente, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, da ordem de R\$465 milhões, estava na iminência de não ser utilizado no exercício de 2003, mas conseguimos sensibilizar os Ministros José Dirceu e Ciro Gomes para que sejam utilizados na construção e na viabilização da Ferrovia Norte-Sul. A aplicação desses recursos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda neste ano ou no começo do próximo ano, permitirá que essa ferrovia avance, em direção ao coração do Brasil, por cerca de 300 quilômetros. Isso viabilizará a logística de escoamento da produção desse extraordinário pólo de desenvolvimento que é o oeste da Bahia, com cerca de um milhão de hectares plantados, e do pólo de Balsas, no sul do Maranhão. O sul do Piauí, o norte de Mato Grosso, o sul do Pará e todo o Tocantins serão beneficiados com a construção dessa ferrovia.

Portanto, Sr. Presidente, em muito boa hora, o Presidente Lula dá a sinalização positiva para que esses recursos sejam aproveitados na construção dessa ferrovia tão importante para que haja a mitigação

das aflições por que passam as regiões mais apenadas do Brasil.

Era o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2003

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.860, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão no segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Passa-se à terceira e última sessão de discussão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, ouvi um pronunciamento emocionado e justo do Senador Pedro Simon a respeito de um homem público que deu uma contribuição muito grande ao Parlamento brasileiro, a este Senado Federal, que foi Governador do Estado do Paraná, teve presença destacada na vida pública nacional e foi fundador do PSDB, o saudoso Senador

José Richa, que faleceu nas primeiras horas do dia de hoje.

Fui cumprimentar o Senador Pedro Simon, que me disse que achava absolutamente indispensável que o Senado Federal, nesta tarde, votasse as reformas, porque não podemos adiar nossos compromissos com a Nação numa reforma constitucional dessa abrangência, mas que prestasse, de uma forma significativa, a nossa homenagem a José Richa. S. Ex^a propunha que votássemos em silêncio, que apenas as palavras indispensáveis ao encaminhamento da sessão fossem oferecidas e que não houvesse, na tarde de hoje, nenhum debate, nenhuma intervenção quando se iniciasse a Ordem do Dia.

Imediatamente, associei-me ao Senador Pedro Simon, pois seria mais do que justa essa homenagem. É uma forma de luto que o Senado Federal estaria apresentando.

Trata-se apenas do segundo turno da votação. Há acordo quanto ao mérito. São apenas emendas de redação. Portanto, Sr. Presidente, não há nenhum prejuízo para aquilo que temos que realizar. Há um prazo para a votação, temos responsabilidade com a Nação, mas há homens que merecem uma justa homenagem desta instituição, porque aqui estiveram pelo menos por oito anos, dedicando a sua vida e contribuindo com a Nação.

Perdemos dois Senadores nesta semana. O Senador José Richa, que todos conheceram, era um homem sério, que marcou a vida pública e que mereceria do Senado Federal a justa homenagem, que deve ser feita a ele, a seus familiares e a seus correligionários do PSDB e do Paraná.

Por tudo isso, encaminho essa sugestão do Senador Pedro Simon, para que votemos as duas reformas em silêncio, apenas com os encaminhamentos indispensáveis ao processo de votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ponho-me francamente de acordo com a proposta do Senador Pedro Simon e com o adendo brilhante que a ela faz o Líder Mercadante. Na verdade, se não houvesse o acordo para a votação das duas matérias, a homenagem a Richa seria que se debatesse muito ao longo desta tarde. E, assim, em nome do legado de José Richa, cobramos que se complete a votação da tal PEC paralela em ja-

neiro, para que o Governo e o Congresso demonstrem boa-fé para com os servidores públicos.

Nós, do Partido da Social Democracia Brasileira, estamos com o coração muito ferido pela ausência de Richa, pela falta que faz ao Senado, que marca de dor e de perda o País e que, repito, a nós nos machuca sobremaneira, pelo que ele representava humanamente, pelo que representa a sua tradição política, pelo que significa e significava a sua honradez, a sua fraternidade e a sua cordialidade. Por tudo isso, entendemos que, de fato, será uma bonita homenagem, entre muitas que o Congresso haverá de prestar, essa de votarmos, em acordo e em silêncio, as duas matérias. Richa, que foi capaz de fazer barulho neste País, na hora de lutar por liberdade, ensinava-nos também a virtude do silêncio.

Vejo que o Brasil, quando fica pessimista, chora a perda de um homem público como José Richa, mas, quando volta a ser otimista, diz assim: “Que bom que podemos legar para os nossos filhos e netos a tradição de pessoas como esse paranaense que o Brasil ganhou para o seu coração, que se chamava José Richa!”.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também gostaria de me associar à tristeza de todos com a perda de José Richa, que foi um dos Senadores mais importantes, inclusive, na época da Constituinte. Estive ao seu lado também na luta pelo parlamentarismo. Realmente, essa foi uma grande perda para o Senado.

Portanto, eu gostaria de me associar à idéia dos Senadores Pedro Simon e Aloizio Mercadante, no sentido de que abrissemos mão da nossa inscrição para discutir essas duas emendas constitucionais.

Como eu já estava inscrito para falar sobre as duas emendas constitucionais, aproveito para tratar, mais uma vez, dessa questão das medidas provisórias que foram apresentadas neste final de ano. Houve as duas medidas provisórias do setor elétrico, que são gravíssimas, porque se trata de uma área muito importante e muito difícil de ser legislada por medida provisória. Eu e outros Senadores, inclusive o Senador Alvaro Dias, protestamos antes e fizemos um trabalho, mas não houve possibilidade de isso não ser feito por medida provisória. Foi uma medida arbitrária, mas, de qualquer maneira, temos até hoje para

apresentar emenda, que só será discutida daqui a dois meses.

Ontem, tivemos outra medida provisória menos grave, porque trata de uma questão mais simples. De qualquer maneira, o Ministro Cristovam já havia comparecido à Comissão de Educação e dito que o fim do Provão viria por um projeto de lei. Não foi cumprido o que S. Ex^a disse na Comissão, e queremos protestar.

Agora, Sr. Presidente, temos quatro medidas provisórias trancando a pauta da Câmara, que provavelmente devem ser votadas amanhã. E aí teremos que votar essas quatro medidas provisórias na sexta-feira. Teremos que tomar alguma providência. Aproveito para perguntar como iremos votar em 24 horas medidas provisórias que estão há quase 90 dias na Câmara, como essas quatro, principalmente a da Cofins.

Gostaria de registrar o meu protesto e pedir a V. Ex^a, como Presidente do Senado, ajuda para que isso não se repita no futuro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atendendo à solicitação do nosso Líder José Agripino e das demais Lideranças da Casa, vou desistir das inscrições que faria na sustentação tanto da PEC da reforma tributária quanto da PEC paralela da previdência. Hoje é um dia muito triste para a Casa, e temos três grandes motivos para ficar em silêncio: primeiro, com a PEC da reforma tributária, vamos votar aumento da carga tributária em cima do brasileiro; com a PEC da previdência, vamos suprimir direitos históricos do trabalhador; e, finalmente, temos que ficar em silêncio também em homenagem a um grande brasileiro que passou por esta Casa, o Senador José Richa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para defender as reformas tributária e previdenciária, mas também abro mão da inscrição. Apenas gostaria de render as nossas homenagens a esse grande homem público que foi José Richa. Não foi só o Paraná que perdeu um grande líder, mas sim o Brasil e o meu Estado de Rondônia, tendo em vista que lá há algumas cidades com 60%, 70% de paranaenses.

Lembro-me que, quando era prefeito da cidade de Rolim de Moura, o então candidato a governador Jerônimo Santana convidou José Richa para fazer um comício em Rondônia em 1986, e a cidade escolhida foi a minha cidade, a cidade de Rolim de Moura. Lá esteve José Richa e, no seu pronunciamento, na abertura, ele se referiu a “meu povo do Paraná”, porque lá havia 70% de paranaenses.

Então, quero render aqui as nossas homenagens, desejando os mais profundos votos de pesar a seus familiares e ao povo brasileiro pelo falecimento de José Richa.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR VALDIR RAUPP.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta reta final da apreciação dos temas mais urgentes da Reforma Tributária, temos a firme determinação de votá-la em tempo hábil, mas também temos muitas divergências a serem aparadas. Entre tantas emendas a serem analisadas por este egrégio Plenário, gostaria de chamar a atenção do Excelentíssimo Senhor Relator e dos nobres Colegas para algumas emendas de minha autoria que considero de grande importância, mais especificamente para três delas, por seu amplo alcance e por seu impacto favorável no sistema produtivo.

Inicialmente, encareço a atenção dos nobres Colegas para a Emenda nº 126, de Plenário, que, alterando a alínea *b* do inciso V do art. 155 da Constituição, prevê a aplicação da menor alíquota do ICMS aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, aos serviços e mercadorias de infra-estrutura no setor de transportes e aos medicamentos de uso humano.

É compreensível, Senhor Presidente, que os medicamentos, que se destinam a prolongar a vida e a minorar o sofrimento das pessoas, tenham uma alíquota diferenciada, para que a eles possam ter acesso um número crescente de brasileiros, e não apenas aqueles mais aquinhoados.

O mesmo ocorre em relação aos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Observem que não estou propondo alíquota reduzida para todos os alimentos, mas apenas para aqueles básicos, essenciais à subsistência. Não é outra, aliás, a essência do Programa Fome Zero, que tem por objetivo levar alimentos às mesas de todas as famílias brasileiras, evitando-se mortes e doenças prematuras por absoluta

desnutrição. A mesma alíquota se aplicaria aos bens e serviços de infra-estrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária e multimodal, uma vez que o bom funcionamento da infra-estrutura de transporte é essencial para o escoamento da produção e contribui de forma decisiva para o barateamento do custo final das mercadorias.

A segunda Emenda, das três a que me referi, prevê a aplicação de dez por cento dos recursos de que trata a alínea d do inciso I do art. 159, em programas na área de habitação voltados para a população de baixa renda. Uma das propostas da Reforma Tributária, como se sabe, é combater os desequilíbrios regionais, como se evidencia na redação proposta para o citado dispositivo constitucional, a qual destina 2% da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza, e também sobre produtos industrializados, ao financiamento de programas de desenvolvimento em regiões mais carentes.

Contudo, a PEC nº 74 não explicita quais os programas de desenvolvimento que deverão ser financiados. A Emenda nº 125, de minha autoria, propõe que, daquele montante, dez por cento sejam aplicados nos programas de habitação popular, pela necessidade de se reduzir o imenso déficit de moradias e também pela urgente necessidade de gerar empregos em grande escala para a população economicamente ativa.

Finalmente, a Emenda nº 142, alterando o art. 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prevê que a União editará, no prazo de 180 dias de promulgação da Reforma, lei complementar estabelecendo as condições de repasse dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio do fundo previsto no inciso I, alínea a.

Na sua forma atual, a PEC nº 74 não altera os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados, mantendo, portanto, os coeficientes fixados no anexo da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.

Desde então, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, decorreram 14 anos, e os Entes federados passaram nesse período por profundas mudanças. Esses critérios já deveriam ter sido fixados por lei específica que teria como base o censo de 1990, mas dois recenseamentos já foram realizados e a repartição dos recursos ainda não foi alterada. A Emenda nº 142 visa a corrigir essa omissão, determinando que novas normas sobre o repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Estados sejam definidas por lei complementar no prazo de 180 dias.

Senhoras e Senhores Senadores, embora tenha apresentado outras Emendas à Reforma Tributária, quero encarecer a atenção de Vossas Excelências para o acurado exame dessas três propostas, na certeza de que contribuirão para o aperfeiçoamento do sistema tributário, para a redução das desigualdades regionais, para o incentivo da atividade produtiva e para a melhoria da qualidade de vida de parcela significativa do nosso povo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT se associa ao sentimento de luto decorrente da morte do ex-Senador José Richa e concorda que a sessão se proceda em silêncio, em homenagem a sua memória.

Aproveito, Sr. Presidente, para comunicar que vou deixar a sessão; não vou participar da votação das duas propostas, porque não concordei com a supressão dos prazos regimentais. Quero que fique registrado nos Anais. Se eu votasse, eu estaria coonestando o que me parece uma violência contra a lei interna do Senado. No entanto, não quero constranger os colegas do PDT, que ficam liberados. É uma decisão pessoal e arco com a pena, com o efeito administrativo da minha ausência da votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como todos neste plenário, estou profundamente contristado com a notícia do falecimento do meu colega José Richa – falo meu colega porque convivemos fraternalmente no primeiro mandato que exerci nesta Casa, de 1986 a 1990. Tive com ele uma convivência fraterna, amiga e guardo dele a melhor lembrança, de um homem cordial, com espírito público acima de qualquer suspeita, um bom brasileiro, um grande governador do Paraná, que soube sair da vida pública na hora certa. Ele saiu no pico do seu prestígio, voluntariamente, não foi exposto a derrotas. Estava recolhido à vida privada, respeitado em sua terra e faleceu hoje pela manhã – não foi uma morte serena, o que todos lamentamos.

Esta Casa tem o dever de homenagear a sua memória, e eu o faço com redobrada intenção, pela amizade que sempre tive com Richa, pelo apreço que sempre tive pelo homem público José Richa e pelo respeito que guardo do paranaense grande governa-

dor que foi José Richa. A melhor homenagem que poderíamos prestar seria a suspensão da sessão. Em vez disso, vamos homenageá-lo de forma mais explícita para que o Brasil todo tome conhecimento. Se suspendêssemos a sessão, seria mais uma suspensão. Mas, na hora em que nós, por decisão das Lideranças, decidirmos não fazer encaminhamentos e votarmos em silêncio duas propostas de emenda à Constituição com a profundidade da PEC paralela e a da reforma tributária, o Brasil todo vai tomar conhecimento de que as discussões, que ninguém conseguiu evitar neste plenário, a homenagem à memória de um homem de bem conseguiu.

Nós, conscientemente, cumprindo um acordo que já havíamos feito – de minha parte, vou honrar o acordo –, vamos recomendar aos companheiros do PFL que votemos silenciosamente a PEC paralela e a tributária, em homenagem a José Richa e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Renan Calheiros, com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somo minha voz à de todos que se pronunciaram na homenagem ao ex-Governador, ex-Senador José Richa, grande homem público que, infelizmente, perdemos hoje. Tínhamos com ele convivência próxima, direta. Depois que ele deixou a vida pública, tive a oportunidade de recebê-lo algumas vezes aqui no Senado Federal.

O PMDB participa deste momento de dor, de perda irreparável. Falo em meu nome e no de todos os meus companheiros, e comungo com a idéia, sugerida pelo Senador Pedro Simon, de que, em homenagem a ele, tenhamos uma rápida votação das PECs ora em tramitação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Hoje pela manhã, durante a sessão que realizamos, vários oradores e a Mesa tiveram a oportunidade de manifestar-se sobre a perda do Brasil com a morte do Senador José Richa. Mas nada me impede, mais uma vez, neste momento, de recordar a sua grande figura de homem público. E não posso deixar de agregar a esse sentimento de recordação o afeto pessoal de termos iniciado juntos a vida pública federal no Rio de Janeiro, em 1958, quando ele chegava ao Parlamento brasileiro. Fui seu amigo. Naturalmente, a vida pública leva, em alguns momentos, a termos divergências, mas essas divergências nunca chegaram, em nenhum momento, a um mínimo possível turvar esse relacionamento afetuosos, carinhoso e de amizade que mantivemos a vida inteira. Cheguei mesmo a convidá-lo para Chefe da Casa Civil da Presidência da Re-

pública durante o meu Governo, quero repetir, fato que ele não aceitou por desejar continuar aqui no período da Constituinte.

Estamos homenageando, nesta tarde, uma vez mais, um grande homem público, que marcou a vida pública brasileira e o Parlamento brasileiro.

Não podemos suspender a sessão, como talvez fosse o desejo de todos, por aspectos regimentais e pela necessidade de encerrar o nosso ano legislativo. Mas nada impede, juntando a vontade do Plenário, um gesto de todos nós: de pé, dedicarmos um minuto de silêncio à memória de José Richa.

(Observa-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vamos dar prosseguimento à terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.716, DE 2003

Tendo em vista que, nos termos do § 2º do art. 60 da Constituição Federal, considerar-se-á aprovado o texto de uma proposta de emenda à Constituição que, nas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, obtiver três quintos dos votos favoráveis dos respectivos membros;

considerando-se que o Senado Federal aprovou, em primeiro turno, dispositivos do texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, sem nela introduzir qualquer alteração de mérito em relação ao texto que fora aprovado pela Câmara dos Deputados, portanto, estando em condições de ser promulgada, após o segundo turno, conforme o texto em anexo;

considerando-se, por fim, que o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 312, inciso I, prevê a possibilidade de destaque de partes de qualquer proposição para constituir projeto autônomo;

requeremos destaque, para constituir projeto autônomo, conforme o texto em anexo, daqueles dispositivos da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, que foram emendados ou que sofreram repercussão em decorrência das emendas aprovadas por esta Casa;

requeremos, ainda, que sejam dispensadas as demais disposições regimentais previstas para apreciação de projeto autônomo, ora destacado, uma vez que a matéria já cumpriu todos os ritos regimentais,

tais como parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como já foi aprovada pelo Plenário em primeiro turno e, neste momento, será submetida à votação pelo Plenário em segundo turno.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003. – Senador **Romero Jucá**.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2003

TEXTO PARA PROMULGAÇÃO

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37.

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

.....“(NR)

“Art. 52

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

.....“(NR)

“Art. 146.

III –

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive re-

gimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239;

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, **d**, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

I – será opcional para o contribuinte;

II – poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;

III – o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;

IV – a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.” (NR)

“Art. 146-A. Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.”

“Art. 149.

§ 2º “(NR)

II – incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;

.....“(NR)

“Art. 150.

III –

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea **b**;

§ 1º A vedação do inciso III, **b**, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, **c**, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V, e 154, II, nem à fixação da base de cálculo

dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

.....“(NR)

“Art. 153.

.....

§ 3º.....

IV – terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei;

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do **caput**:

I – será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

II – não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, o proprietário que não possua outro imóvel;

III – será fiscalizado e cobrado pelos municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal;

.....”(NR)

“Art. 155.

.....

§ 2º.....

.....

X –

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

.....

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

.....

§ 7º O imposto previsto no inciso III:

I – terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II – poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.”(NR)

“Art. 158.

.....

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

.....“(NR)

“Art. 159.

.....

III – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, para os estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, **c**, do referido parágrafo.

.....

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

.....”(NR)

“Art. 167.

.....

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 37, XXII, 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

.....”(NR)

“Art. 170.

.....

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

.....”(NR)

“Art. 195.

.....

.....
IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, **b**, e IV do **caput**, serão não-cumulativas.

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, **a**, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.” (NR)

“Art. 204.

Parágrafo único. É facultado aos estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.” (NR)

“Art. 216.

§ 6º É facultado aos estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.” (NR)

Art. 2º Os artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de inter-

venção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a estados, Distrito Federal e municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, **a** e **b**, e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se referem o art. 159, I, **c** e **d**, da Constituição.

.....” (NR)

“Art. 82.

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição.

.....
§ 3º Os adicionais criados pelos estados e pelo Distrito Federal até a data da promulgação desta emenda, naquilo em que estiverem em desacordo com o previsto nesta emenda, na Emenda nº 31, de 14 de dezembro de 2000, ou na lei complementar de que trata o § 1º, terão vigência, no máximo, até o prazo previsto no art. 79 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” (NR)

“Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, II, e 82, § 2º.” (NR)

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 91. O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o ad. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta e oito centésimos por cento.”

“Art. 93. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, **a**.

§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.

§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.

§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o **caput**, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.”

“Art. 95. São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

“Art. 96. A vigência do disposto no art. 159, III, e § 4º, iniciará somente após a edição da lei de que trata o referido inciso III.”

“Art. 97. O Poder Executivo, em até sessenta dias contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei, sob o regime de urgência constitucional, que disciplinará os benefícios fiscais para a capacitação do setor de tecnologia da informação, que vigorarão até 2019 nas condições que estiverem em vigor no ato da aprovação desta Emenda.”

“Art. 98. Os regimes especiais de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cessarão a partir da entrada em vigor do regime previsto no art. 146, III, **d**, da Constituição.”

Art. 5º Ressalvado o disposto no art. 4º, esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

Art. 6º Ficam revogados:

I – o inciso I do art. 161 da Constituição e o inciso II do § 3º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Romero Jucá.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2003 DISPOSITIVOS QUE RETORNAM À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22.
VIII – comércio exterior e interestadual, inclusive a definição de importação e exportação;
.....“(NR)

“Art. 34.
V –

c) reter parcela do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 155, II, devida a outra unidade da Federação;

.....“(NR)

“Art.36.

V – no caso do art. 34, V, **c**, de solicitação do Poder Executivo de qualquer Estado ou do Distrito Federal.

.....“(NR)

“Art. 61

§ 3º Lei complementar que disciplinar o imposto previsto no art. 155, II, poderá, ainda, ser proposta por um terço dos Governadores de Estado e do Distrito Federal ou por mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.” (NR)

“Art. 100.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, até o limite máximo de dois por cento das receitas correntes líquidas, conforme definido em lei complementar, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, ou em até cento e vinte parcelas, quando excedido o limite máximo, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

.....”(NR)

“Art.105.

III –

d) contrariar a regulamentação de que trata o art. 155, § 2º, VIII, ou lhe der interpretação divergente da que lhe tenha atribuído outro tribunal.

.....“(NR)

“Art. 146

IV – estabelecer limites e mecanismos de aferição e controle da carga tributária nacional, que deverão considerar, dentre outros, a receita tributária dos entes federados, o Produto Interno Bruto e a dívida pública, de forma a propiciar carga tributária compatível com o desenvolvimento econômico e social, bem como assegurar que a

melhoria dos indicadores referidos resultem também em benefícios para a sociedade.

“Art. 149-A.....

Parágrafo único. À contribuição a que se refere o **caput** não se aplica o disposto no art. 146, III, **a**, podendo a mesma ter por base o consumo de energia elétrica, exceto no caso dos consumidores industriais com tensão de fornecimento igual ou superior a quinze quilovoltz, cuja cobrança deverá ser calculada com base na testada do imóvel em que forem exercidas suas atividades industriais.” (NR)

“Art. 150.

VI –

e) importação de obras de arte de artistas brasileiros, ainda que produzidas no exterior, e de artistas estrangeiros que versem sobre temas brasileiros.

.....

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

.....“(NR)

“Art. 152-A. É vedado aos Estados e ao Distrito Federal, no exercício da competência prevista no art. 155, II, e § 2º, XI, dispor sobre matéria não relacionada na lei complementar de que trata o inciso XII ou na resolução de que trata o inciso IV, ambos do art. 155, § 2º, ou, ainda que relacionadas, possuam conteúdo ou forma diferentes daqueles nelas constantes.”

“Art. 153.

§ 3º.....

V – não poderá ser utilizado para fins de aproveitamento de créditos decorrentes de incentivos fiscais atribuídos a contribuições sociais submetidas ao princípio da não cumulatividade.

§ 4º.....

IV – não incidirá sobre as florestas e demais formas de vegetação natural consideradas de preservação permanente, as

áreas cobertas por florestas nativas, primitivas ou regeneradas, as comprovadamente imprestáveis para quaisquer explorações agrícolas, pecuárias, granjeiras, aquícolas ou florestais, bem como aquelas sob restrição normativa de caráter ambiental.

.....“(NR)

“Art. 155.

§ 2º.....

II – a isenção e a não-incidência, salvo determinação em contrário da lei complementar:

.....

c) não acarretarão anulação do crédito relativo a insumos, nas operações anteriores à saída da indústria, de papel destinado à impressão de jornais, livros e periódicos;

IV – resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República, de um terço dos senadores ou de um terço dos governadores, aprovada por três quintos de seus membros, estabelecerá:

a) as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, não podendo estabelecer alíquota superior a vinte e cinco por cento;

b) relativamente às operações e prestações interestaduais, as alíquotas de referência, para efeito específico de determinação da parcela do imposto devida ao Estado de origem, nos termos do inciso VI, **b**;

V – terá alíquotas uniformes em todo o território nacional, por mercadoria, bem ou serviço, em número máximo de cinco, observado o seguinte:

a) o órgão colegiado de que trata o inciso XII, **g**, definirá a quais mercadorias, bens e serviços serão aplicadas, devendo tal definição ser aprovada por resolução do Senado Federal, vedada alteração das definições;

b) a menor alíquota será aplicada aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, à energia elétrica de baixo consumo, às máquinas e implementos agrícolas, aos insumos agropecuários, inclusive material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e aos medicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar e as merca-

dorias, bens e serviços definidos pelo órgão colegiado de que trata o inciso XII, **g**;

c) à exceção da alíquota prevista na alínea **b**, as demais não poderão ser inferiores à maior alíquota de referência de que trata o inciso IV, **b**;

d) o órgão de que trata o inciso XII, **g**, poderá redefinir para uma alíquota menor a alíquota aplicável a determinada mercadoria, bem ou serviço, bem como restabelecer a alíquota definida na forma da alínea **a**;

e) relativamente à energia elétrica, as alíquotas poderão ser diferenciadas em função da quantidade consumida e do tipo de consumo;

f) a segunda menor alíquota será aplicável aos combustíveis derivados de fontes renováveis e não-poluentes;

VI – relativamente a operações e prestações interestaduais, será observado o seguinte:

a) o imposto será calculado pela aplicação da alíquota da mercadoria, bem ou serviço sobre a respectiva base de cálculo;

b) a parcela devida ao Estado de origem será obtida pela aplicação da alíquota de referência prevista no inciso IV, **b**, sobre a base de cálculo, que, para efeito de apuração dessa parcela, não compreenderá o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação ou prestação configure fato gerador dos dois impostos;

c) a parcela devida ao Estado de localização do destinatário, inclusive nas aquisições feitas por consumidor final na venda ou faturamento direto, será a diferença entre os montantes obtidos na forma das alíneas **a** e **b**;

d) quando for aplicada a alíquota a que se refere o inciso V, **b**, e essa for menor ou igual à alíquota de referência aplicável, o imposto caberá integralmente ao Estado de origem;

e) a parcela do imposto a que se refere à alínea **c** não será objeto de compensação, pelo remetente, com o montante cobrado nas operações e prestações anteriores;

f) o imposto poderá ser cobrado no Estado de origem, nos termos de lei complementar;

g) lei complementar definirá a forma como o imposto devido a que se refere a alínea **c** será atribuído ao respectivo Estado ou Distrito Federal de localização do destinatário, podendo condicionar ao seu efetivo pagamento o aproveitamento do crédito fiscal a ele concernente para compensação com o montante devido nas operações e prestações seguintes;

h) somente será considerada interestadual a operação em que houver a efetiva saída de mercadoria ou bem do Estado onde se encontrem para o Estado de localização do destinatário, assim considerado aquele onde ocorrer a entrega da mercadoria ou bem;

i) relativamente à prestação do serviço de transporte terrestre e aquático, somente será interestadual aquela vinculada a mercadorias, bens, valores, semoventes e pessoas, passageiros ou não, cuja contratação preveja como destino físico unidade da Federação diferente daquela onde se iniciou a prestação;

j) nas operações com gás natural e seus derivados, o imposto será devido na forma das alíneas **a** a **c**;

l) para efeito do disposto na alínea **g**, na hipótese de ser estabelecido um sistema de compensação de arrecadação entre as unidades da Federação de origem e de destino, poderá ser estabelecida exceção à regra prevista na alínea **e**, desde que assegurada a atribuição da integralidade da parcela do imposto a que se refere à alínea **c** ao Estado de localização do destinatário;

VII – não será objeto de isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro incentivo ou benefício, fiscal ou financeiro, vinculado ao imposto, exceto:

a) para atendimento ao disposto no art. 146, III, **d**, hipótese na qual poderão ser aplicadas as restrições previstas nas alíneas **a** e **b** do inciso II;

b) a isenção para operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, com energia elétrica de baixo consumo, com insumos agropecuários, inclusive com material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e com me-

dicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar;

c) nas hipóteses previstas em lei complementar, relacionadas com tratados e convenções internacionais, regimes aduaneiros especiais, áreas aduaneiras especiais, regimes de bagagem e outras situações especiais relativas às atividades de comércio exterior;

d) para atendimento de programas de incentivo à cultura e de assistência social, nos termos definidos em lei complementar;

VIII – terá regulamentação única, sendo vedada a adoção de norma autônoma estadual;

IX –

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, a qualquer título, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;

c) sobre as transferências interestaduais de mercadorias e bens entre estabelecimentos do mesmo titular;

IX –

e) sobre as prestações de serviços de televisão por assinatura;

XI – a instituição por lei estadual limitar-se-á a estabelecer a exigência do imposto na forma disciplinada pela lei complementar de que trata o inciso XII;

XII –

a) definir fatos geradores e contribuintes do imposto;

b) dispor sobre substituição tributária, inclusive, se for o caso, as hipóteses de transferência de responsabilidade pelo pagamento da parcela do imposto a que se refere o inciso VI, **c**;

.....

f) assegurar o aproveitamento do crédito relativo à remessa de serviços e de mercadorias para outro Estado, com a observância do disposto no inciso VI, **e**, e do crédito relativo ao montante cobrado nas operações anteriores decorrentes de aquisi-

ções destinadas ao ativo permanente, segundo critérios que estabelecer;

g) dispor sobre a competência e o funcionamento do órgão colegiado integrado por representante de cada Estado, do Distrito Federal e da União;

h) disciplinar o processo administrativo-fiscal;

i) definir as bases de cálculo, de modo que o montante do imposto as integre, inclusive nas hipóteses do inciso IX;

j) dispor sobre regimes especiais ou simplificados de tributação, inclusive para atendimento ao disposto no art. 146, III, **d**, e para definição de tratamento diferenciado para o produtor rural, pessoa física ou jurídica, segundo parâmetros e critérios que estabelecer;

l) prever sanções, inclusive retenção dos recursos oriundos das transferências constitucionais, aplicáveis aos Estados e ao Distrito Federal e seus agentes, por descumprimento da legislação do imposto, especialmente do disposto no inciso VII;

m) dispor sobre o processo administrativo de apuração das infrações da legislação do imposto praticadas pelos Estados e Distrito Federal e seus agentes, bem como definir órgão que deverá processar e efetuar o julgamento administrativo;

n) definir a forma como o estado de localização do destinatário exercerá a sujeição ativa na hipótese do inciso VI, **c**;

o) prever a obrigatoriedade da prestação, por meio eletrônico, das informações relativas à realização de cada operação e prestação, no momento de sua realização, a sistema integrado de informações, disponível às administrações tributárias;

XIII – compete ao órgão colegiado de que trata o inciso XII, **g**, mediante aprovação pelo número de votos definido em lei complementar, observado o mínimo de quatro quintos de seus membros:

a) editar a regulamentação de que trata o inciso VIII;

b) autorizar a transação e a concessão de anistia, remissão e moratória, observado o disposto no art. 150, § 6º;

c) estabelecer critérios para a concessão de parcelamento de débitos fiscais;

d) fixar as formas e os prazos de recolhimento do imposto;

e) estabelecer critérios e procedimentos de controle e fiscalização na hipótese do inciso VI, **c**.

.....
§ 6º Ressalvado o disposto no § 2º, X, **b**, a incidência do imposto de que trata o inciso II do **caput**, sobre energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados:

I – ocorre em todas as etapas da circulação, desde a saída do estabelecimento produtor ou a importação até a sua destinação final;

II – em relação à energia elétrica ocorre também nas etapas de produção, de transmissão, de distribuição, de conexão e de conversão, até a sua destinação final.

.....“(NR)”

“Art. 158.”

.....
III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados ou registrados em seus territórios;

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, conforme lei complementar;

II – um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.” (NR)

“Art. 159.”

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e oito por cento na seguinte forma:

.....
b) vinte e três inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

.....
§ 5º Da entrega de recursos a que se refere o inciso I, **b**, o equivalente a um ponto percentual deverá ser destinado ao Fundo de Participação dos Municípios, no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

§ 6º À parcela correspondente ao aumento da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados decorrente da extinção dos créditos de incentivos fiscais atribuídos a contribuições sociais submetidas ao princípio da não-cumulatividade, em conformidade com a regra contida no art. 153, § 3º, V, em substituição à destinação a que se refere o inciso I do **caput**, aplica-se a seguinte:

I – quarenta e cinco por cento, a fundo nacional de desenvolvimento regional, nos termos de lei complementar, para investimentos nas zonas e regiões menos desenvolvidas do País, por intermédio dos respectivos estados;

II – três por cento, conforme o disposto no inciso I, **c.** do **caput**.

§ 7º Os recursos destinados ao fundo previsto no § 6º, I, deverão ser aplicados, levando em consideração inclusive os critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, da seguinte forma:

I – noventa e três por cento, nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste;

II – sete por cento, nas áreas menos desenvolvidas das regiões Sul e Sudeste, com prioridade para o Estado do Espírito Santo, o vale da Ribeira dos Estados do Paraná e de São Paulo, o Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o Oeste do Estado de Santa Catarina, a Metade Sul e o Noroeste do 14 Estado do Rio Grande do Sul e o Norte do Estado de Minas Gerais; § 8º Dos recursos de que trata o § 7º vinte e cinco por cento deverão ser aplicados mediante convênios com os municípios das regiões nele referidas.” (NR)

“Art. 160.

§ 2º O montante dos recursos retidos em virtude do disposto no § 1º não poderá exceder os dos créditos.” (NR)

“Art. 171-A. A lei poderá definir práticas de comércio exterior danosas à economia nacional e autorizar a cobrança de direitos compensatórios e a imposição de limitações e sanções que visem a neutralizá-las ou coibi-las.

Parágrafo único. A cobrança de direitos compensatórios e a imposição de limitações e sanções poderão alcançar as práticas ocorridas a partir da data da publicação do ato que indicar o início do processo de sua apuração.”

“Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei complementar, tratamento jurídico diferenciado e favorecido, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.” (NR)

“Art. 203.

Parágrafo único. A União instituirá programa de renda mínima destinado a assegurar a subsistência das pessoas e das famílias, priorizando-se inicialmente as de baixa renda, podendo ser financiado e realizado por meio de convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma da lei.” (NR)

“Art. 216
.....

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais, bem como para a importação de obras de arte de artistas estrangeiros.
.....

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 90. A transição do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, para a forma definida nesta emenda, observará o seguinte:

I – cabe a lei complementar:

a) fixar prazos máximos de vigência para incentivos e benefícios fiscais, definindo também as regras vigentes à época da concessão, que permanecerão aplicáveis;

b) criar fundos ou outros mecanismos necessários à consecução da transição;

II – fica vedada, a partir da promulgação desta Emenda, a concessão ou prorrogação de isenções, reduções de base de

cálculo, créditos presumidos ou quaisquer outros incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros relativos ao imposto;

III – para efeito de aplicação do disposto no art. 155, § 2º, IV, **b**, da Constituição, para vigência nos dois primeiros exercícios da exigência do imposto na forma dada por esta Emenda, as alíquotas de referência deverão ser fixadas de forma a manter equilíbrio com o sistema de partilha das alíquotas interestaduais vigentes na data da promulgação desta Emenda;

IV – lei estadual poderá estabelecer adicional de até cinco pontos percentuais nas alíquotas definidas nos termos do art. 155, § 2º, IV e V, a, da Constituição, observado o seguinte:

a) o adicional poderá ser estabelecido para, no máximo, quatro mercadorias e serviços, que tenham, em 1º de janeiro de 2003, alíquotas superiores às que vierem a ser definidas;

b) a alíquota da mercadoria, bem ou serviço, acrescida do respectivo adicional, não poderá ser superior à alíquota efetiva vivente em 1º de janeiro de 2003;

c) o adicional estabelecido poderá vigorar pelo prazo de três anos, contado do início da exigência do imposto na forma desta emenda, devendo ser reduzido, após o referido prazo, em, pelo menos, um ponto percentual ao ano, até a sua completa extinção;

V – para efeito do disposto no art. 155, § 2º, XII, **d**, da Constituição, o órgão colegiado de que trata o inciso XII, **g**, do mesmo parágrafo, poderá estabelecer um sistema de transição, definindo critérios para que os Poderes Executivos dos Estados e do Distrito Federal fixem os prazos de pagamento;

VI – lei complementar poderá permitir a manutenção das exigências previstas na legislação estadual vigentes na data da promulgação desta emenda, estabelecidas como condição à aplicação do diferimento do lançamento e pagamento do imposto.

Parágrafo único. Para efeito do inciso I, **a**, o prazo máximo de vigência dos incentivos e benefícios fiscais não poderá exceder onze anos, contado da data da promulgação desta Emenda.”

“Art. 92. Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o inciso I do parágrafo único do art. 158 da Constituição, permanecem aplicáveis os critérios de distribuição dos recursos referidos no dispositivo constitucional vigente até a data da promulgação desta Emenda.

Parágrafo único. A transição para os novos critérios ocorrerá no prazo mínimo de seis anos, de tal sorte que nenhum município sofra perdas em relação ao valor das receitas a que fazia jus anteriormente.”

“Art. 94. A regra enunciada no art. 150, III, **c**, da Constituição, não se aplica ao imposto previsto no art. 155, II, da Constituição, nos dois primeiros anos de vigência da lei complementar que o disciplinar.”

“Art. 99. No primeiro ano de vigência do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, na forma dada por esta emenda, o Senado Federal, observado o disposto no art. 52, XV, da Constituição, proporá revisão do Sistema Tributário Nacional, para vigência em 2007, especialmente:

I – alteração dos impostos e contribuições previstos nos arts. 153, IV, 115, II, 156, III, 195, I, **b**, 212, § 5º, 239 e 240, da Constituição, visando à simplificação e racionalização de suas cobranças e às suas transformações em tributos, sempre que possível, consolidados e incidentes sobre o valor adicionado;

II – estabelecimento de novo sistema de partilha federativa dos tributos, levando em conta, especialmente, as alterações referidas no inciso I.

Parágrafo único. A revisão prevista no **caput** deverá levar em consideração o disposto no art. 95 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

“Art. 100. Para efeito de apuração da parcela do produto da arrecadação a que se refere o art. 159, § 6º, da Constituição, será considerado o percentual verificado no exercício de 2002 do crédito efetivamente aproveitado em relação à arrecadação total do referido imposto acrescida do referido crédito.

Parágrafo único. O percentual referido no **caput** será obtido mediante apuração especial ou estimativa efetuada pelo Ministério

da Fazenda, mediante observância das seguintes etapas:

- I – publicação preliminar da apuração;
- II – prazo mínimo de quinze dias para recursos das unidades Federadas;
- III – publicação definitiva.”

“Art. 101. A lei complementar estabelecerá um sistema de ressarcimento das eventuais reduções da arrecadação dos Estados e do Distrito Federal do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, definindo montante e critérios de entrega de recursos, decorrentes das alterações introduzidas por esta Emenda.

Parágrafo único. O Poder Executivo da União encaminhará projeto de lei complementar de que trata o **caput** no prazo de noventa dias da promulgação desta Emenda.”

“Art. 102. O Senado Federal, em até cento e vinte dias contados da data da promulgação desta emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar, sob o regime de urgência constitucional, que instituirá política de desenvolvimento industrial com vistas a reduzir as desigualdades regionais, observadas, no mínimo, as seguintes diretrizes:

- I – garantia de crescente recursos orçamentários para investimento em infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas;
- II – regionalização do Orçamento-Geral da União de investimentos;
- III – concessão de financiamentos com juros e prazos diferenciados e favorecidos, com a finalidade de incentivar a produção.”

“Art. 103. Na hipótese de a entrega dos recursos a que se refere o art. 159, I, **b**, da Constituição, nos exercícios de 2005 e 2006, não alcançar o montante equivalente ao valor entregue no exercício de 2004, acrescido de um bilhão e quinhentos milhões de reais, a União complementará os recursos de modo a garantir a entrega desse montante, nos termos da lei.”

Art. 4º As alterações na redação dos incisos II, IV a IX, XI e XII, do § 2º do art. 155 da Constituição, produzirão efeitos a partir da vigência da lei complementar prevista no art. 155, § 2º, XII, da Constituição, com a redação dada por esta emenda, mantendo-se aplicáveis, até então, as redações vigentes até a data da promulgação desta emenda.

§ 1º A resolução do Senado Federal, a lei complementar e o regulamento de que tratam, respectivamente, os incisos V, XII e VIII, do art. 155, § 2º, da Constituição, na forma dada por esta emenda, deverão ser editados até 31 de dezembro de 2004.

§ 2º A lei complementar referida no **caput** deverá ser apresentada no prazo de cento e vinte dias, contado da promulgação desta emenda, definindo, especialmente, em relação aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, à energia elétrica nas operações de baixo consumo, insumos agropecuários, máquinas e implementos agrícolas e aos medicamentos de uso humano, as listas e condições para aplicação da menor alíquota e, se for o caso, da isenção.”

Art. 5º Ressalvado o disposto no art. 4º, esta emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

Art. 6º Ficam revogados:

II – a alínea **e**, do inciso XII do § 2º e os §§ 4º e 5º do art. 155 da Constituição, a partir da produção dos efeitos dos dispositivos a que se refere art. 4º.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência, nos termos do inciso IX, do art. 314 do Regimento Interno, submeterá, preliminarmente, ao Plenário, o Requerimento nº 1.716, de 2003, que acaba de ser lido, de destaque de dispositivos da Proposta para constituir proposição autônoma, e de dispositivos da Proposta a ser remetidos à promulgação.

Peço a atenção dos Srs. Líderes.

Solicito ao Sr. Relator, Senador Romero Jucá, que explique ao Plenário o objetivo do seu requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse requerimento desmembra as matérias que foram modificadas, exatamente para que possam ser encaminhadas separadamente à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A proposta que, se aprovada, será remetida à Câmara dos Deputados passa a denominar-se Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003.

Aprovado o requerimento, passamos à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, nos termos do requerimento aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.717, DE 2003

Requeiro, nos termos do artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para o art. 5º da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, para votação em separado.

Sala das Sessões, 17 de Dezembro de 2003 – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço ao Relator que emita parecer e, também, esclarecimentos ao Plenário sobre seu requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu tenho três destaques, e não vi qual dos artigos é destacado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Do art. 5º da proposta.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – O art. 5º, Sr. Presidente, retira a questão de prazo de validade. Estamos revogando o prazo, exatamente para evitar confronto na vigência da PEC que estamos votando.

Portanto, o encaminhamento será de votação, no momento, “não”, para que se retire do texto o que hoje consta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a votação do destaque em separado.

V. Exª tem mais um requerimento de destaque.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero só obter um esclarecimento. Em decorrência da votação que fizemos ainda há pouco, passamos a ter uma “PEC concomitante”? Nós temos os pontos convergentes, que votaremos agora, e uma outra PEC surgirá e vai para a Câmara, já votada pelo Senado, é isso?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Eu vou ler exatamente o que consta do requerimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

As matérias convergentes poderão ser promulgadas, essa é a minha dúvida, e, quanto às demais, surge uma nova PEC, uma PEC concomitante – não vamos chamar de paralela –, que seguirá para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – No segundo requerimento aprovado pelo Relator, nós estabelecemos a Proposta de Emenda à Constituição nº 74, que vamos votar, e a nº 74-A, que volta à Câmara dos Deputados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento de destaque, também de autoria do Senador Romero Jucá, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.718, DE 2003

Requeiro, nos termos do artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a expressão “o inciso I do art. 161 da Constituição e” do art. 6º da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, para votação em separado, para que seja integrada ao texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003.

Sala das Sessões, 17 de Dezembro de 2003 – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço esclarecimento ao Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse destaque diz respeito à repartição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os Municípios. Como modificamos a regra que veio da Câmara dos Deputados por uma nova regra – aliás, atendendo a uma emenda do Senador Eduardo Azeredo –, esse dispositivo precisa também ser votado, retirado do texto e encaminhado à PEC nº 74-A.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, que fique bem claro que, por enquanto, estamos votando requerimento. Votaremos primeiro o texto e depois o destaque, só isso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estamos votando o requerimento de destaque.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Senador Romero Jucá está encaminhando de maneira incorreta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – S. Ex^a está encaminhando o requerimento, esclarecendo ao Plenário de que se trata o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria destacada será apreciada após a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, ressaltados os destaques aprovados – foram duas as ressalvas.

Vou preparar o painel para receber o voto dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Há mais dois destaques apresentados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os destaques, me assessora a Mesa, são destinados à Emenda nº 74-A e não à Emenda nº 74, que estamos votando neste minuto.

Vamos, então, proceder à votação da **Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003**, ressaltados os destaques. Em seguida, apreciaremos a outra Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, 2003, e, depois, mais os dois destaques aprovados pelo Plenário.

A Presidência esclarece ao Plenário que de acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O parecer é favorável, Sr. Presidente. O voto é “sim”.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco encaminha o voto “sim”, com o Relator, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estamos aprovando o texto da emenda, ressaltados os destaques.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O voto é “sim”, Sr. Presidente, para aprovar o texto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sr^{as} Senadoras e Senadores já podem votar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL encaminha o voto “sim”.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – O PMDB recomenda o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PMDB recomenda o voto “sim”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Governo recomenda o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PSDB recomenda o voto “sim”.

Peço às Senadoras e Senadores que se encontram noutras dependências da Casa que compareçam ao plenário. Estamos votando a PEC da emenda tributária. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Permita-me informar que, tendo em vista que amanhã haverá reuniões das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, às 9h30min e às 10h, e há premências também para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, excepcionalmente convoquei reunião da Comissão para às 9h, para tentarmos ver os assuntos e acordos internacionais prementes para serem votados.

Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade de informar e convoco todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a reunião, às 9h, quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Plenário toma conhecimento da informação de V. Ex^a.

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

Encerrada a votação.

Solicito a atenção do Plenário para esta informação da Mesa. Antes da proclamação do resultado: peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que verifiquem o painel para saber se houve qualquer erro. Depois de proclamada a votação, não poderá haver modificação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que o voto é “sim”. Estamos votando o texto base, ressaltados todos os destaques que foram apresentados.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2003 (2º TURNO)

ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 17/12/2003 16:27:18
Data Sessão: 17/12/2003 Hora Sessão: 14:30:00 Encerramento: 17/12/2003 16:33:24

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	SIM
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
-	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM

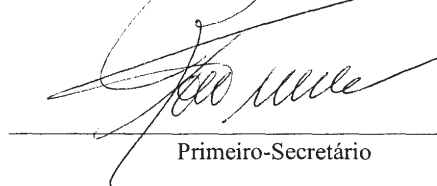
Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 64
Votos NÃO : 05
Votos ABST. : 00

Total : 69



Primeiro-Secretário

Senador Romeu Tuma
Primeiro - Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O painel já diz que o pedido de V. Ex^a foi atendido.

Votaram SIM 64 Srs. Senadores; e NÃO 5.

Não houve abstenção.

Total: 69 votos.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passamos à votação do art. 5º da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, destacado.

Comunico ao Plenário que votaremos agora o destaque que diz: “Esta emenda entra em vigor na data de sua promulgação”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, neste caso, o voto é “não”. Queremos retirar o dispositivo do texto.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PSDB vota “não”.

Senador Aloizio Mercadante, em nome do Governo?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Governo recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Governo recomenda o voto “não”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL mantém o acordo e defende o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PFL vota “não”.

Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que ocupem suas bancadas para votar.

(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nunca é demais repetir que estamos votando essa matéria sem debatê-la, como forma de homenagear o grande homem público que foi o Senador José Richa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

Estamos esperando apenas dois votos para completar o **quorum** passado. O Senador Jorge Bornhausen ausentou-se do plenário, então, já alcançamos o **quorum** anterior.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

ART. 5º DA PEC Nº 74, DE 2003 (2º TURNO)

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **17/12/2003**

Num.Votação: **2**
Hora Sessão: **14:30:00**

Abertura: **17/12/2003 16:34:05**
Encerramento: **17/12/2003 16:37:45**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	NÃO
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	NÃO
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	NÃO
PFL	MA	EDISON LOBÃO	NÃO
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
-	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	NÃO
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	NÃO
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	NÃO
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	NÃO
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	NÃO
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	NÃO
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	NÃO

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 01
Votos NÃO : 65
Votos ABST. : 00

Total : 66

Primeiro-Secretário

Senador Romeu Tuma
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 1 Sr. Senador; e NÃO 65.

Não houve abstenções.

Total de votos: 66.

A matéria foi rejeitada e não constará do texto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passamos agora à votação da **Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003**, resultado de acordo e que, se aprovada, será remetida à Câmara dos Deputados.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, não há um outro destaque?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O outro destaque é à Emenda nº 74-A, de autoria do Senador...

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, desejo corrigir meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Infelizmente, agora, não podemos corrigir, mas ficará registrado na Ata.

Por isso, pedi aos Senadores que, antes da proclamação, verifiquem o painel, para que não tenhamos problemas de equívoco, que muitas vezes ocorrem por motivo de digitação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.719, DE 2003

Requeiro, nos termos do artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a alínea f do inciso V do § 2º do art. 155, nos termos do artigo 1º da PEC nº 74, de 2003, para votação em separado.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003 – Senador **Romeu Jucá**.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse DVS, esse destaque é para retirar a alínea “f” do texto que referencia a segunda alíquota para os combustíveis derivados de fontes renováveis e não poluentes. Essa é uma matéria que será discutida e aprovada quando da regulamentação do novo ICMS.

Portanto, queremos retirá-la do texto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria destacada será votada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento de destaque para a votação em separado do § 2º, do art. 160, da Constituição constante do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.720, DE 2003

Requeiro, nos termos do artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para o § 2º do art. 160, nos termos do artigo 1º da PEC nº 74, de 2003, para votação em separado.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003. – Senador **Romeu Jucá**.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse destaque trata de retirar do texto do art. 160 o § 2º, que é uma proposição meritória do Senador Antonio Carlos Valadares, mas de difícil operacionalidade na forma como está colocada no texto.

A disposição do Governo e a nossa é a de buscar uma nova redação em outro dispositivo que possa efetivamente chegar ao objetivo do Senador Antonio Carlos Valadares. Portanto, agora, queremos retirar do texto e pedimos a aprovação do destaque.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria destacada será votada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, o último requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.721, DE 2003

Requeiro, nos termos do artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para o

art. 5º da Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003, para votação em separado.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003 – Senador **Romero Jucá**.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, similar ao que foi votado na PEC nº 74 é o art. de vigência da PEC nº 74-A. Portanto, queremos retirar do texto esse dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª também orientará o voto “não”?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Orientamos o voto “não”, agora, para aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O dispositivo destacado será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vamos preparar o painel.

Peço a atenção do Plenário para esta votação que, como as outras, é complexa. Votaremos o texto da **Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003**, ressalvados os quatro destaques apresentados pelo Relator: três destaques para excluir e um para incluir.

Votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, ressalvados os destaques requeridos.

A Presidência esclarece ao Plenário que de acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constitui-

ção, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a orientação é pelo voto “sim”. Vamos aprovar a PEC nº 74-A com os dispositivos que aprovamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que possa ser remetida à Câmara dos Deputados. Portanto, o voto é “sim”.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Bloco vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Governo recomenda o voto “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL encaminha o voto “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB recomenda o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares para a votação da emenda.

(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Todos as Srªs e os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.) Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74-A, DE 2003 (2º TURNO)**

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **17/12/2003**

Num.Votação: **3**
Hora Sessão: **14:30:00**

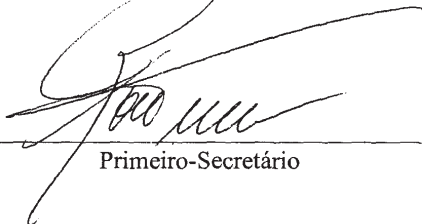
Abertura: **17/12/2003 16:41:59**
Encerramento: **17/12/2003 16:44:58**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLEY	SIM
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
-	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : **63**
Votos NÃO : **03** **Total : 66**
Votos ABST. : **00**



Primeiro-Secretário

Senador Romeu Tuma
Primeiro - Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 63 Srs. Senadores; e NÃO, 3.

Não houve abstenção.

Total: 66 votos.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003, foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Romero Jucá, peço a atenção de V. Ex^a. Vamos votar, em globo, os destaques com recomendação de rejeição. A explicitação da matéria já se encontra no painel.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, para orientar a votação, estamos votando meu parecer ou os destaques? Se estamos votando os destaques o voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estamos votando a matéria. V. Ex^a quer que rejeite a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Rejeito a matéria. O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Portanto, para rejeitar, o voto do Plenário é “não”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Portanto, a orientação do voto é “não”, Sr. Presidente. São destaques que receberam parecer contrário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Governo recomenda o voto “não”.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda “não”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL encaminha o voto “não”.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PFL encaminha o voto “não” e o Bloco “não” também.

Como vota o PTB, Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, o PTB também encaminha o voto “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PSDB vota “não”.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se estamos votamos a matéria, estamos dizendo “sim” ao texto?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estamos votando a matéria, dizendo se o texto...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Aprovando os destaques...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os destaques.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas, se “não” aos destaques, não seria “sim” ao texto?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaremos o texto. Se o Plenário disser “sim”, estará incluindo o texto destacado no texto da Constituição. Se disser “não”, o estará excluindo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Obrigado, S. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a tem razão...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Governo recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – ... a sistemática é diferente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O PSDB acompanha o Governo, vota “não”.

(Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

AL."F", INC.V, §2º, ART.155(CF)/§ 2º ART.160(CF)/ART.5º DA PEC 74-A/2003 (2º T)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 17/12/2003

Num.Votação: 4
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 17/12/2003 16:45:20
Encerramento: 17/12/2003 16:48:38

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO	PMDB	DF	VALMIR AMARAL	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	NÃO				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	NÃO				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
-	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	NÃO				
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	NÃO				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	NÃO				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	NÃO				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	NÃO				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO				
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 01
Votos NÃO : 63
Votos ABST. : 00

Total : 64

Primeiro-Secretário

Senador Romeu Tuma
Primeiro-Secretário

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Emissão: 17/12/2003 16:48:40

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 1 Sr. Senador; e NÃO 63.

Não houve abstenção.

Total: 64 votos.

Não constarão do texto da emenda as matérias destacadas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o inciso I do art. 161, para integrar a Proposta de Emenda à constituição nº 74-A, de 2003.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, queremos incluir na PEC 74-A essa emenda que estava na PEC 74. Então, o voto é “sim”. Queremos incluir no texto.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Bloco vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL recomenda o voto “sim”.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Governo recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a preocupação de V. Ex^a, mas, já votei, Sr. Presidente. Fico muito orgulhoso em saber que V. Ex^a se preocupa com esse modesto vizinho piauiense.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a sabe disso há muito tempo.

A Senadora Roseana Sarney já votou? (Pausa.)
Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PMDB vota “sim”

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pergunto se todas as Sr^{as} e todos os Srs. Senadores já votaram. (Pausa.)

Se todas as Sr^{as} e todos os Srs. Senadores já votaram, vou proceder à apuração e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

INCISO I ART. 161 - PEC Nº 74-A/2003 (2º TURNO)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 17/12/2003

Num.Votação: 5
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 17/12/2003 16:49:07
Encerramento: 17/12/2003 16:53:00

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
-	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALEO PAES	SIM
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 66
Votos NÃO : 01
Votos ABST. : 00
Total : 67


Primeiro-Secretário

Senador Remeu Tuma
Primeiro-Secretário

Emissão: 17/12/2003 16:53:02

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 66 Srs. Senadores; e NÃO, 1.

Não houve abstenções.

Total: 67 votos.

A matéria foi aprovada.

Concluída a votação, vamos proceder à leitura do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação final.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, sentei ali, um minutinho, perto do querido Senador Demóstenes Torres e acabei votando “não”. Eu queria retificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação final à Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.934, DE 2003

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41, de 2003, na Câmara dos Deputados).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41, de 2003, na Câmara dos Deputados), que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências, com alterações redacionais para adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Sala de Reuniões da Comissão, em 7 de 10 de 2003.

ANEXO AO PARECER Nº 1.934, DE 2003

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº, DE2003

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado

Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37

.....

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

.....”(NR)

“Art. 52.

.....

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

.....”(NR)

“Art. 146

.....

III –

.....

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, **d**, também poderá instituir um regime único de arrecadação

dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

I – será opcional para o contribuinte;

II – poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;

III – o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;

IV – a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.” (NR)

“Art. 146-A. Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.”

“Art. 149

§ 2º

II – incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;

.....”(NR)

“Art. 150

III –

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea **b**;

§ 1º A vedação do inciso III, **b**, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, **c**, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

.....”(NR)

“Art. 153

§ 3º

IV – terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do **caput**:

I – será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

II – não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

III – será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

.....”(NR)

“Art. 155

§ 2º

X –

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

I – terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II – poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.” (NR)

“Art. 158

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

.....”(NR)

“Art. 159

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, **c**, do referido parágrafo.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.”

.....(NR)

“Art. 167.

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 37, XXII, 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

.....” (NR)

“Art.170

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

.....” (NR)

“Art.195.

IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, **b**; e IV do **caput**, serão não-cumulativas.

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, **a**, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.” (NR)

“Art. 204.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.” (NR)

“Art. 216

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.”(NR)

Art. 2º Os artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, **a** e **b**; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se referem o art. 159, I e **c**, da Constituição.

.....” (NR)

“Art. 82.

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adi-

cional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição.

.....” (NR)

“Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, II, e 82, § 2º.”(NR)

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 90. O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta e oito centésimos por cento.”

“Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, **a**.

§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.

§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominan-

temente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.

§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o **caput**, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.”

“Art. 92. São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

“Art. 93. A vigência do disposto no art. 159, III, e § 4º, iniciará somente após a edição da lei de que trata o referido inciso III.”

“Art. 94. Os regimes especiais de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cessarão a partir da entrada em vigor do 146, III, **d**, da Constituição.”

Art. 4º Os adicionais criados pelos Estados e pelo Distrito Federal até a data da promulgação desta Emenda, naquilo em que estiverem em desacordo com o previsto nesta Emenda, na Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, ou na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, terão vigência, no máximo, até o prazo previsto no art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 5º O Poder Executivo, em até sessenta dias contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei, sob o regime de urgência constitucional, que disciplinará os benefícios fiscais para a capacitação do setor de tecnologia da informação, que vigerão até 2019 nas condições que estiverem em vigor no ato da aprovação desta Emenda.

Art. 6º Fica revogado o inciso II do § 3º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação final à Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
JUSTIÇA E CIDADANIA

PARECER Nº 1.935, DE 2003

Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003 (nº 41, de 2003, na Câmara dos Deputados).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003 (nº 41, de 2003, na Câmara dos Deputados), que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências, com alterações redacionais para adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Sala de Reuniões da Comissão, em 17 de dezembro de 2003.

ANEXO AO PARECER Nº 1.935, DE 2003

Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003 (nº 41, de 2003, na Câmara dos Deputados).

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº ,DE 2003

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22.

.....

VIII – comércio exterior e interestadual, inclusive a definição de importação e exportação;

.....”(NR)

“Art. 34

V –

c) reter parcela do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 155, II, devida a outra unidade da Federação;

.....”(NR)

“Art. 36.

V – no caso do art. 34, V, c, de solicitação do Poder Executivo de qualquer Estado ou do Distrito Federal.

.....”(NR)

“Art. 61

.....

§ 3º Lei complementar que disciplinar o imposto previsto no art. 155, II, poderá, ainda, ser proposta por um terço dos Governadores de Estado e do Distrito Federal ou por mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.” (NR)

“Art. 100

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, até o limite máximo de dois por cento das receitas cor-

rentes líquidas, conforme definido em lei complementar, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, ou em até cento e vinte parcelas, quando excedido o limite máximo, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

.....”(NR)

“Art. 105.

III –

d) contrariar a regulamentação de que trata o art. 155, § 2º, VIII, ou lhe der interpretação divergente da que lhe tenha atribuído outro tribunal.

.....”(NR)

“Art. 146

IV – estabelecer limites e mecanismos de aferição e controle da carga tributária nacional, que deverão considerar, dentre outros, a receita tributária dos entes federados, o Produto Interno Bruto e a dívida pública, de forma a propiciar carga tributária compatível com o desenvolvimento econômico e social, bem como assegurar que a melhoria dos indicadores referidos resultem também em benefícios para a sociedade.

.....”(NR)

“Art. 149-A

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o **caput** não se aplica o disposto no art. 146, III, **a**, podendo a mesma ter por base o consumo de energia elétrica, exceto no caso dos consumidores industriais com tensão de fornecimento igual ou superior a quinze quilovolts, cuja cobrança deverá ser calculada com base na testada do imóvel em que forem exercidas suas atividades industriais.” (NR)

“Art. 150

VI –

e) importação de obras de arte de artistas brasileiros, ainda que produzidas no exterior, e de artistas estrangeiros que versem sobre temas brasileiros.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de cré-

dito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias retro enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

.....”(NR)

“Art. 152-A. É vedado aos Estados e ao Distrito Federal, no exercício da competência prevista no art. 155, II, e § 2º, XI, dispor sobre matéria não relacionada na lei complementar de que trata o inciso XII ou na resolução de que trata o inciso IV, ambos do art. 155, § 2º, ou, ainda que relacionadas, possuam conteúdo ou forma diferentes daqueles nelas constantes.”

“Art. 153

§ 3º

V – não poderá ser utilizado para fins de aproveitamento de créditos decorrentes de incentivos fiscais atribuídos a contribuições sociais submetidas ao princípio da não-cumulatividade.

§ 4º

IV – não incidirá sobre as florestas e demais formas de vegetação natural consideradas de preservação permanente, as áreas cobertas por florestas nativas, primitivas ou regeneradas, as comprovadamente imprestáveis para quaisquer explorações agrícolas, pecuárias, granjeiras, aquícolas ou florestais, bem como aquelas sob restrição normativa de caráter ambiental.

.....”(NR)

“Art. 155.

§ 2º

II – a isenção e a não-incidência, salvo determinação em contrário da lei complementar:

c) não acarretarão anulação do crédito

relativo a insumos, nas operações anteriores à saída da indústria, de papel destinado à impressão de jornais, livros e periódicos;

IV – resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República, de um terço dos senadores ou de um terço dos governadores, aprovada por três quintos de seus membros, estabelecerá:

a) as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, não podendo estabelecer alíquota superior a vinte e cinco por cento;

b) relativamente às operações e prestações interestaduais, as alíquotas de referência, para efeito específico de determinação da parcela do imposto devida ao estado de origem, nos termos do inciso VI, **b**;

V – terá alíquotas uniformes em todo o território nacional, por mercadoria, bem ou serviço, em número máximo de cinco, observado o seguinte:

a) o órgão colegiado de que trata o inciso XII, **g**, definirá a quais mercadorias, bens e serviços serão aplicados, devendo tal definição ser aprovada por resolução do Senado Federal, vedada alteração das definições;

b) a menor alíquota será aplicada aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, à energia elétrica de baixo consumo, às máquinas e implementos agrícolas, aos insumos agropecuários, inclusive material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e aos medicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar e as mercadorias, bens e serviços definidos pelo órgão colegiado de que trata o inciso XII, **g**;

c) à exceção da alíquota prevista na alínea **b**, as demais não poderão ser inferiores à maior alíquota de referência de que trata o inciso IV, **b**;

d) o órgão de que trata o inciso XII, **g**, poderá redefinir para uma alíquota menor a alíquota aplicável à determinada mercadoria, bem ou serviço, bem como restabelecer a alíquota definida na forma da alínea **a**;

e) relativamente à energia elétrica, as alíquotas poderão ser diferenciadas em função da quantidade consumida e do tipo de consumo;

VI – relativamente a operações e prestações interestaduais, será observado o seguinte:

a) o imposto será calculado pela aplicação da alíquota da mercadoria, bem ou serviço sobre a respectiva base de cálculo;

b) a parcela devida ao estado de origem será obtida pela aplicação da alíquota de referência prevista no inciso IV, **b**, sobre a base de cálculo, que, para efeito de apuração dessa parcela, não compreenderá o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação ou prestação configure fato gerador dos dois impostos;

c) a parcela devida ao estado de localização do destinatário, inclusive nas aquisições feitas por consumidor final na venda ou faturamento direto, será a diferença entre os montantes obtidos na forma das alíneas **a** e **b**;

d) quando for aplicada a alíquota a que se refere o inciso V, **b**, e essa for menor ou igual à alíquota de referência aplicável, o imposto caberá integralmente ao estado de origem;

e) a parcela do imposto a que se refere a alínea **c** não será objeto de compensação, pelo remetente, com o montante cobrado nas operações e prestações anteriores;

f) o imposto poderá ser cobrado no estado de origem, nos termos de lei complementar;

g) lei complementar definirá a forma como o imposto devido a que se refere a alínea **c** será atribuído ao respectivo Estado ou Distrito Federal de localização do destinatário, podendo condicionar ao seu efetivo pagamento o aproveitamento do crédito fiscal a ele concernente para compensação com o montante devido nas operações e prestações seguintes;

h) somente será considerada interestadual a operação em que houver a efetiva saída de mercadoria ou bem do Estado onde se encontrem para o Estado de localização do destinatário, assim considerado aquele onde ocorrer a entrega da mercadoria ou bem;

i) relativamente à prestação do serviço de transporte terrestre e aquático, somente será interestadual aquela vinculada a mercadorias, bens, valores, semoventes e pessoas, passageiros ou não, cuja contratação preveja como destino físico unidade da Federação diferente daquela onde se iniciou a prestação;

j) nas operações com gás natural e seus derivados, o imposto será devido na forma das alíneas **a** a **c**;

l) para efeito do disposto na alínea **g**, na hipótese de ser estabelecido um sistema de compensação de arrecadação entre as unidades da Federação de origem e de destino, poderá ser estabelecida exceção à regra prevista na alínea **e**, desde que assegurada a atribuição da integralidade da parcela do imposto a que se refere a alínea **c** ao Estado de localização do destinatário;

VII – não será objeto de isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro incentivo ou benefício, fiscal ou financeiro, vinculado ao imposto, exceto:

a) para atendimento ao disposto no art. 146, III, **d**, hipótese na qual poderão ser aplicadas as restrições previstas nas alíneas **a** e **b** do inciso II;

b) a isenção para operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, com energia elétrica de baixo consumo, com insumos agropecuários, inclusive com material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e com medicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar;

c) nas hipóteses previstas em lei complementar, relacionadas com tratados e convenções internacionais, regimes aduaneiros especiais, áreas aduaneiras especiais, regimes de bagagem e outras situações especiais relativas às atividades de comércio exterior;

d) para atendimento de programas de incentivo à cultura e de assistência social, nos termos definidos em lei complementar;

VIII – terá regulamentação única, sendo vedada a adoção de norma autônoma estadual;

IX –

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, a qualquer título, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;

.....

c) sobre as transferências interestaduais de mercadorias e bens entre estabelecimentos do mesmo titular;

X –

.....

e) sobre as prestações de serviços de televisão por assinatura;

XI – a instituição por lei estadual limitar-se-á a estabelecer a exigência do imposto na forma disciplinada pela lei complementar de que trata o inciso XII;

XII –

a) definir fatos geradores e contribuintes do imposto;

b) dispor sobre substituição tributária, inclusive, se for o caso, as hipóteses de transferência de responsabilidade pelo pagamento da parcela do imposto a que se refere o inciso VI, **c**;

.....

f) assegurar o aproveitamento do crédito relativo à remessa de serviços e de mercadorias para outro Estado, com a observância do disposto no inciso VI, **e**, e do crédito relativo ao montante cobrado nas operações anteriores decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente, segundo critérios que estabelecer;

g) dispor sobre a competência e o funcionamento do órgão colegiado integrado por representante de cada Estado, do Distrito Federal e da União;

h) disciplinar o processo administrativo-fiscal;

i) definir as bases de cálculo, de modo que o montante do imposto as integre, inclusive nas hipóteses do inciso IX;

j) dispor sobre regimes especiais ou simplificados de tributação, inclusive para atendimento ao disposto no art. 146, III, **d**, e para definição de tratamento diferenciado para o produtor rural, pessoa física ou jurídica, segundo parâmetros e critérios que estabelecer;

l) prever sanções, inclusive retenção dos recursos oriundos das transferências constitucionais, aplicáveis aos Estados e ao Distrito Federal e seus agentes, por descumprimento da legislação do imposto, especialmente do disposto no inciso VII;

m) dispor sobre o processo administrativo de apuração das infrações da legislação

do imposto praticadas pelos Estados e Distrito Federal e seus agentes, bem como definir órgão que deverá processar e efetuar o julgamento administrativo;

n) definir a forma como o Estado de localização do destinatário exercerá a sujeição ativa na hipótese do inciso VI, **c**;

o) prever a obrigatoriedade da prestação, por meio eletrônico, das informações relativas à realização de cada operação e prestação, no momento de sua realização, a sistema integrado de informações, disponível às administrações tributárias;

XIII – compete ao órgão colegiado de que trata o inciso XII, **g**, mediante aprovação pelo número de votos definido em lei complementar, observado o mínimo de quatro quintos de seus membros:

a) editar a regulamentação de que trata o inciso VIII;

b) autorizar a transação e a concessão de anistia, remissão e moratória, observado o disposto no art. 150, § 6º;

c) estabelecer critérios para a concessão de parcelamento de débitos fiscais;

d) fixar as formas e os prazos de recolhimento do imposto;

e) estabelecer critérios e procedimentos de controle e fiscalização na hipótese do inciso VI, **c**.

§ 7º Ressalvado o disposto no § 2º, X, **b**, a incidência do imposto de que trata o inciso II do **caput**, sobre energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados:

I – ocorre em todas as etapas da circulação, desde a saída do estabelecimento produtor ou a importação até a sua destinação final;

II – em relação à energia elétrica ocorre também nas etapas de produção, de transmissão, de distribuição, de conexão e de conversão, até a sua destinação final.” (NR)

“Art. 158.

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados ou registrados em seus territórios;

.....

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, conforme lei complementar;

II – um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos territórios, lei federal.” (NR)

“Art. 159

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e oito por cento na seguinte forma:

.....

b) vinte e três inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

.....

§ 5º Da entrega de recursos a que se refere o inciso I, **b**, o equivalente a um ponto percentual deverá ser destinado ao Fundo de Participação dos Municípios, no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

§ 6º À parcela correspondente ao aumento da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados decorrente da extinção dos créditos de incentivos fiscais atribuídos a contribuições sociais submetidas ao princípio da não-cumulatividade, em conformidade com a regra contida no art. 153, § 3º, V, em substituição à destinação a que se refere o inciso I do **caput**, aplica-se a seguinte:

I – quarenta e cinco por cento, a fundo nacional de desenvolvimento regional, nos termos de lei complementar, para investimentos nas zonas e regiões menos desenvolvidas do País, por intermédio dos respectivos estados;

II – três por cento, conforme o disposto no inciso I, **c**, do **caput**.

§ 7º Os recursos destinados ao fundo previsto no § 6º, I, deverão ser aplicados, levando em consideração inclusive os critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, da seguinte forma:

I – noventa e três por cento, nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste;

II – sete por cento, nas áreas menos desenvolvidas das regiões Sul e Sudeste, com prioridade para o Estado do Espírito Santo, o Vale da Ribeira dos Estados do Paraná e de São Paulo, o Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o Oeste do Estado de Santa Catarina, a metade Sul e o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e o Norte do Estado de Minas Gerais.

§ 8º Dos recursos de que trata o § 7º, vinte e cinco por cento deverão ser aplicados mediante convênios com os municípios das regiões nele referidas.” (NR)

“Art. 171-A. A lei poderá definir práticas de comércio exterior danosas à economia nacional e autorizar a cobrança de direitos compensatórios e a imposição de limitações e sanções que visem a neutralizá-las ou coibi-las.

Parágrafo único. A cobrança de direitos compensatórios e a imposição de limitações e sanções poderão alcançar as práticas ocorridas a partir da data da publicação do ato que indicar o início do processo de sua apuração.”

“Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às micro-empresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei complementar, tratamento jurídico diferenciado e favorecido, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.” (NR)

“Art. 203.

Parágrafo único. A União instituirá programa de renda mínima destinado a assegurar a subsistência das pessoas e das famílias, priorizando-se inicialmente as de baixa renda, podendo ser financiado e realizado por meio de convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma da lei.” (NR)

“Art. 216.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais, bem como para a importação de obras de arte de artistas estrangeiros.

.....“(NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

.....
“Art. 95. A regra enunciada no art. 150, 111, **c**, da Constituição, não se aplica ao imposto previsto no art. 155, II, da Constituição, nos dois primeiros anos de vigência da lei complementar que o disciplinar.”

“Art. 96. Para efeito de apuração da parcela do produto da arrecadação a que se refere o art. 159, § 6º, da Constituição, será considerado o percentual verificado no exercício de 2002 do crédito efetivamente aproveitado em relação à arrecadação total do referido imposto acrescida do referido crédito.

Parágrafo único. O percentual referido no **caput** será obtido mediante apuração especial ou estimativa efetuada pelo Ministério da Fazenda, mediante observância das seguintes etapas:

II – publicação preliminar da apuração;

II – prazo mínimo de quinze dias para recursos das unidades federadas;

III – publicação definitiva.”

.....
“Art. 97. Na hipótese de a entrega dos recursos a que se refere o art. 159, I, **b**, da Constituição, nos exercícios de 2005 e 2006, não alcançar o montante equivalente ao valor entregue no exercício de 2004, acrescido de um bilhão e quinhentos milhões de reais, a União complementar os recursos de modo a garantir a entrega desse montante, nos termos da lei.”

Art. 3º A transição do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, para a forma definida nesta emenda, observará o seguinte:

I – cabe a lei complementar:

a) fixar prazos máximos de vigência para incentivos e benefícios fiscais, definindo também as regras vigentes à época da concessão, que permanecerão aplicáveis;

b) criar fundos ou outros mecanismos necessários à consecução da transição;

II – fica vedada, a partir da promulgação desta Emenda, a concessão ou prorrogação de isenções, reduções de base de cálculo, créditos presumidos ou quaisquer

outros incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros relativos ao imposto;

III – para efeito de aplicação do disposto no art. 155, § 2º, IV, **b**, da Constituição, para vigência nos dois primeiros exercícios da exigência do imposto na forma dada por esta Emenda, as alíquotas de referência deverão ser fixadas de forma a manter equilíbrio com o sistema de partilha das alíquotas interestaduais vigentes na data da promulgação desta Emenda;

IV – lei estadual poderá estabelecer adicional de até cinco pontos percentuais nas alíquotas definidas nos termos do art. 155, § 2º, IV e V, **a**, da Constituição, observado o seguinte:

a) o adicional poderá ser estabelecido para, no máximo, quatro mercadorias e serviços, que tenham, em 1º de janeiro de 2003, alíquotas superiores às que vierem a ser definidas;

b) a alíquota da mercadoria, bem ou serviço, acrescida do respectivo adicional, não poderá ser superior à alíquota efetiva vigente em 1º de janeiro de 2003;

c) o adicional estabelecido poderá vigorar pelo prazo de três anos, contado do início da exigência do imposto na forma desta Emenda, devendo ser reduzido, após o referido prazo, em, pelo menos, um ponto percentual ao ano, até a sua completa extinção;

V – para efeito do disposto no art. 155, § 2º, XIII, **d**, da Constituição, o órgão colegiado de que trata o inciso XII, g, do mesmo parágrafo, poderá estabelecer um sistema de transição, definindo critérios para que os Poderes Executivos dos Estados e do Distrito Federal fixem os prazos de pagamento;

VI – lei complementar poderá permitir a manutenção das exigências previstas na legislação estadual vigentes na data da promulgação desta Emenda, estabelecidas como condição à aplicação do deferimento do lançamento e pagamento do imposto.

Parágrafo único. Para efeito do inciso I, **a**, o prazo máximo de vigência dos incentivos e benefícios fiscais não poderá exceder onze anos, contado da data da promulgação desta Emenda.

Art. 4º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o inciso I do pa-

rágrafo único do art. 158 da Constituição, permanecem aplicáveis os critérios de distribuição dos recursos referidos no dispositivo constitucional vigente até a data da promulgação desta Emenda.

Parágrafo único. A transição para os novos critérios ocorrerá no prazo mínimo de seis anos, de tal sorte que nenhum Município sofra perdas em relação ao valor das receitas a que fazia jus anteriormente.

Art. 5º No primeiro ano de vigência do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, na forma dada por esta Emenda, o Senado Federal, observado o disposto no art. 52, XV, da Constituição, proporá revisão do Sistema Tributário Nacional, para vigência em 2007, especialmente:

I – alteração dos impostos e contribuições previstos nos arts. 153, IV, 155, II, 156, III, 195, I, **b**, 212, § 5º, 239 e 240, da Constituição, visando à simplificação e racionalização de suas cobranças e às suas transformações em tributos, sempre que possível, consolidados e incidentes sobre o valor adicionado;

II – estabelecimento de novo sistema de partilha federativa dos tributos, levando em conta, especialmente, as alterações referidas no inciso I.

Parágrafo único. A revisão prevista no caput deverá levar em consideração o disposto no art. 92 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 6º A lei complementar estabelecerá um sistema de ressarcimento das eventuais reduções da arrecadação dos Estados e do Distrito Federal do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, definindo montante e critérios de entrega de recursos, decorrentes das alterações introduzidas por esta Emenda.

Parágrafo único. O Poder Executivo da União encaminhará projeto de lei complementar de que trata o **caput** no prazo de noventa dias da promulgação desta Emenda.

Art. 7º O Senado Federal, em até cento e vinte dias contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar, sob o regime de urgência constitucional, que instituirá política de desenvolvimento industrial com vistas a reduzir as desigualda-

des regionais, observadas, no mínimo, as seguintes diretrizes:

I – garantia de crescente recursos orçamentários para investimento em infra-estrutura nas regiões menos desenvolvidas;

II – regionalização do Orçamento-Geral da União de investimentos;

III – concessão de financiamentos com juros e prazos diferenciados e favorecidos, com a finalidade de incentivar a produção.

Art. 8º As alterações na redação dos incisos II, IV a IX, XI e XII, do § 2º do art. 155 da Constituição, produzirão efeitos a partir da vigência da lei complementar prevista no art. 155, § 2º, XII, da Constituição, com a redação dada por esta Emenda, mantendo-se aplicáveis, até então, as redações vigentes até a data da promulgação desta Emenda.

§ 1º A resolução do Senado Federal, a lei complementar e o regulamento de que tratam, respectivamente, os incisos IV, XII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição, na forma dada por esta Emenda, deverão ser editados até 31 de dezembro de 2004.

§ 2º A lei complementar referida no caput deverá ser apresentada no prazo de cento e vinte dias, contado da promulgação desta Emenda, definindo, especialmente, em relação aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, à energia elétrica nas operações de baixo consumo, insumos agropecuários, máquinas e implementos agrícolas e aos medicamentos de uso humano, as listas e condições para aplicação da menor alíquota e, se for o caso, da isenção.

Art. 9º Ficam revogados o inciso I do art. 161, a alínea e do inciso XII do § 2º e os §§ 4º e 5º do art. 155 todos da Constituição, a partir da produção dos efeitos dos dispositivos a que se refere o art. 8º.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência convocará, oportunamente, sessão do Congresso Nacional para a promulgação da

emenda advinda da **Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003**; e remeterá à Câmara dos Deputados a **Proposta de Emenda à Constituição nº 74-A, de 2003**, para exame.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas de redação)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que altera os arts 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.866, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, oferecendo a redação para o segundo turno.

O Parecer do Senador Tião Viana é favorável.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos proceder à votação da proposta da Emenda paralela.

A Presidência esclarece ao Plenário que de acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco vota “sim”. E, na condição de Relator, quero expressar o mais sincero agradecimento a todos os Senadores e a todos os Partidos pela visão de responsabilidade social e política como têm tratado essa matéria, que, sem dúvida alguma, aperfeiçoa o texto constitucional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado a V. Ex^a. A Casa também reconhece o exce-

lente trabalho de V. Ex^a. Apesar da complexidade da matéria, chegamos a tão bom resultado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ouvi V. Ex^a anunciar o *segundo dia* de discussão, mas é o *terceiro*.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Perdão, realmente. O equívoco não foi apenas meu; foi das notas colocadas pela Assessoria. Já estava desconfiado, pensando que fosse um pouco da idade, mas foi a Mesa. Vou rere o texto para que não fiquem dúvidas.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PSDB vota “sim”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Governo recomenda o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto “sim”.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – O PTB recomenda o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Sr. Senador Valdir Raupp enviou discurso à Mesa, sobre a PEC 77/03, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passamos o ano de 2003 a discutir a reforma da Previdência. Impossível negar que os debates travados têm sido dos mais desgastantes. A proposta original apresentada no início do ano, apesar de bem-intencionada, revelou-se excessivamente draconiana para os trabalhadores do serviço público.

Certamente não era a reforma dos sonhos de ninguém. Os servidores públicos se viram no pior dos mundos. De um lado, se nada fosse feito, a Previdência, inevitavelmente, entraria em colapso em poucos anos; de outro, corriam eles o grave risco de sofrerem prejuízos irreparáveis se a reforma não passasse por substanciais alterações.

Felizmente, a participação do Congresso e, especialmente, desta Casa, tem se mostrado fundamental para que a reforma encontre o seu ponto de equilíbrio entre as necessidades fiscais do Estado e a segurança e o respeito aos milhares de servidores civis afetados.

Se a PEC nº 67, a primeira a tratar da seguridade social, objetiva, essencialmente, a sanear os problemas fiscais da Previdência, a PEC nº 77, mais conhecida como PEC Paralela, busca salvaguardar os direitos do trabalhador do serviço público. Aprová-la é questão de honra para esta Casa e para o Parlamento Brasileiro. Se o fizermos, estaremos mostrando ao povo brasileiro o compromisso que temos em garantir os direitos do servidor público.

É importante lembrar que várias das boas inovações trazidas pela PEC paralela decorrem da ação das idéias ou da pressão e participação do PMDB nos debates.

Lembro, por exemplo, em primeiro lugar, do teto salarial nos Municípios e nos Estados. Há muito não concordávamos com uma rigidez que poderia engessar e prejudicar os serviços de saúde e educação.

Em segundo lugar, a regra de transição, que se tornou bem mais amena do que era, facultando ao servidor combinar tempo de serviço e idade para a obtenção da aposentadoria integral. Fez-se justiça.

Em terceiro lugar, a possibilidade de inclusão no sistema previdenciário de trabalhadores sem vínculo empregatício e de donas-de-casa.

Em quarto lugar, o controle da unidade gestora da previdência será feito por meio da participação paritária de representantes e de servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Creio que há avanços nesses temas. Nem por isso deixaremos de apresentar sugestões e propostas.

Se a PEC paralela traz inegáveis avanços, evidentemente, nem tudo o que consta dela nos satisfaz. Acredito que ainda podemos aprimorá-la. Cito, por exemplo, o caso da aposentadoria compulsória. O IBGE trouxe, há poucos dias, informação do aumento da expectativa de vida do brasileiro. Assim, não há porque não mudar a idade limite, para a aposentadoria compulsória, de 70 para 75 anos. Outro ponto que podemos aprimorar é a isenção da contribuição dos inativos com mais de 70 anos ou dos portadores de deficiência ou doença incapacitante.

Para muitos, inclusive para mim, este ano foi dos mais cansativos. Nossas energias foram gastas sobretudo nos extenuantes debates sobre a reforma da previdência. Não podemos, todavia, desanimarmos agora. É preciso redobrar os esforços para que milhões de brasileiros, hoje e no futuro, possam ter tranquilidade e paz em razão de nossas ações.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Se todos os Senadores e Senadoras já votaram, proclamarei o resultado.

(Procede-se a apuração.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 2003 (2º TURNO)

ALTERA OS ARTS. 40, 144, 149, 194, 195 E 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **17/12/2003**

Num.Votação: **6**
Hora Sessão: **14:30:00**

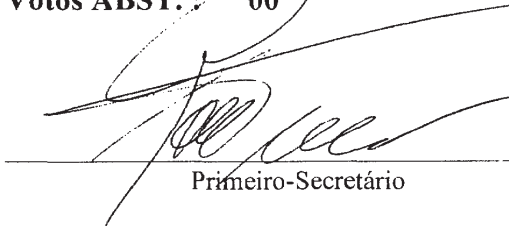
Abertura: **17/12/2003 16:56:25**
Encerramento: **17/12/2003 16:59:04**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
-	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	SIM
PFL	PE	JOSÉ JÓRGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : **64**
Votos NÃO : **00**
Votos ABST. : **00**
Total : 64



Primeiro-Secretário

Senador Romeu Tuma
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 64 Srs. Senadores.

Não houve voto NÃO.

Não houve abstenções.

Total: 64 votos.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, foi aprovada.

Com a aprovação, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

Congratulo-me com a Casa e com todos os Senadores e Senadoras pela votação que acabamos de concluir.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 2003**

Altera os arts. 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.37.

.....
XI – observado o disposto nos arts. 21, XIII, XIV, 22, XVII, 27, § 2º, 28, § 2º, 29, V e VI, 32, § 3º 37, X, 39, § 4º 49, VII e VIII, e 142, VIII, não poderão a remuneração, o subsídio, os proventos de aposentadoria, ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais, dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, detentores de mandatos eletivos, membros, servidores e pensionistas:

a) de qualquer dos Poderes e do Ministério Público da União exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) do Poder Judiciário e do Ministério Público dos Estados exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal do Supremo Tribunal Federal,

aplicando-se esse limite aos Procuradores e Advogados dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados em carreira, e aos Defensores Públicos;

c) do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal exceder o subsídio mensal do Governador, ou, na forma da Lei, respectivo valor da referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal do Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça, estabelecendo-se, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea **b** deste inciso;

d) do Poder Legislativo dos Estados e do Distrito Federal exceder o subsídio mensal dos Deputados Estaduais e Distritais, facultando-se estabelecer, em seu âmbito, mediante lei, como limite, o disposto na alínea **b** deste inciso;

e) dos Poderes do Município exceder o subsídio mensal do Prefeito, ou, na forma da lei, respectivo valor de referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal do Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça, facultando-se estabelecer, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea **b** deste inciso;

.....
§ 11. Para os fins do disposto no inciso XI, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.”

.....(NR)

“Art.40.

.....
§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e os de servidores portadores de deficiência, definidos em lei complementar.

§ 21. A unidade gestora de que trata o § 20, na forma da lei:

I – contará com colegiado, no qual é garantida a participação paritária de representantes e servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público, cabendo-lhe acompanhar, fiscalizar e controlar sua administração, receitas e despesas, podendo requisitar ao sistema de controle interno do Poder Executivo e ao Tribunal de Contas a realização de inspeções e auditorias, bem como representar ao Ministério Público sobre as ilegalidades encontradas;

II – procederá, no mínimo a cada cinco anos, a recenseamento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime;

III – disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre as receitas e despesas do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 22. A contribuição prevista no § 18 incidirá apenas sobre a parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.”(NR)

“Art.144

§ 10. Às aposentadorias e pensões dos servidores policiais que integram órgãos com funções de polícia judiciária, rodoviária e ferroviária da União e de polícia judiciária dos Estados e do Distrito Federal aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente federado.”(NR)

“Art.194

§ 2º O poder público, na forma da lei:

I – procederá, no mínimo a cada cinco anos, a recenseamento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

II – disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre as re-

ceitas e despesas da seguridade social, discriminadas pelas suas diversas ações, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.” (NR)

“Art. 195.

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural ou circunstancial do mercado de trabalho.

.....“ (NR)

“Art. 201.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e os de segurados portadores de deficiência, definidos em lei complementar.

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 abrangerá os trabalhadores sem vínculo empregatício e aqueles sem renda própria dedicados exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito da residência da própria família e terá alíquotas e carências inferiores aos vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social, não considerados os abrangidos pelo § 1º.” (NR)

Art. 2º Aplica-se o disposto no inciso XI e § 11 do art. 37 com a redação dada por esta Emenda Constitucional à remuneração, ao subsídio, ou outra espécie remuneratória, aos proventos de aposentadoria, às pensões, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais, dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, detentores de mandatos eletivos, membros, servidores e pensionistas de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e do Ministério Público, desde a data de vigência da Emenda Constitucional nº , de 2003.

Art. 3º Os projetos de lei relativos ao disposto na alínea c do inciso XI do art. 37 serão apresentados no

prazo máximo de sessenta dias da promulgação desta emenda às respectivas Assembléias Legislativas e à Câmara Legislativa do Distrito Federal, que terão igual prazo para apreciá-los.

§ 1º Até que sejam apresentados os projetos de lei a que se refere este artigo fica vedada a redução do subsídio mensal dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, salvo se a redução do referido subsídio for para atender ao limite dos subsídios dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça.

§ 2º A faculdade prevista no § 11 do art. 37 deverá ser exercida no prazo máximo de noventa dias da promulgação desta emenda.

§ 3º Os subsídios dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal que sofrerem redução após a promulgação desta emenda não poderão ser utilizados para os fins do disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, salvo se a redução do referido subsídio for para atender ao limite dos subsídios dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça do estado.

Art. 4º Aplica-se aos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do **caput** do art. 6º da Emenda Constitucional nº , de 2003, o disposto no art. 7º da mesma Emenda, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que se aposentarem em conformidade com este artigo.

Art. 5º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal, ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº , de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data da publicação desta Emenda, poderá aposentar-se com proventos integrais e aplicando-se o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº , de 2003, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea **a**, da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso 1 deste artigo.

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Proponho a inclusão extrapauta do Parecer nº 1.929, sobre escolha de autoridade.

Já que há número no plenário, poderemos proceder a essa votação.

Item extrapauta:

PARECER Nº 1.929, DE 2003

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.929, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho, sobre a Mensagem nº 267, de 2003 (nº 727/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Edson José Fernandes Ferreira* para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto “sim”. Por um lapso, não funcionou, quando da votação da PEC paralela.

Eu sou um dos maiores interessados nessa matéria. Sou um torcedor de sua eficácia e estou pugnando para que a Câmara dos Deputados observe a tramitação dessa PEC ainda no mês de janeiro.

O meu voto é francamente favorável à PEC paralela. O meu voto é “sim” na PEC paralela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Senador Juvêncio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também não funcionou o sistema eletrônico. O meu voto é “sim” na PEC paralela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

Senador Renan Calheiros, V. Exª deseja fazer uso da palavra?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em discussão o parecer, em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas informar ao Bloco que, sendo votação secreta, não haverá orientação. Mas pedimos a todos que venham votar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Sr. Presidente José Sarney pede desculpas por ter de se retirar da Presidência para ir à inauguração do Hospital Sarah Kubitschek. Sua Excelência pede para justificar a sua ausência da Presidência da sessão neste momento.

Solicitamos às Sr^{as} e Srs. Senadores que se encontram em outras dependências que se dirijam ao plenário para a escolha do Sr. Edison José Fernandes Ferreira para a diretoria da Adene.

(Continua o processo de votação.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela ordem, ao eminente Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seria extremamente importante V. Ex^a avisar a Casa que provavelmente haverá uma nova votação nominal em consequência de um requerimento que os Líderes estão assinando aqui. A matéria é relevante, requer quórum privilegiado e é salutar que a Casa dela participe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Atendendo à solicitação do Líder Renan Calheiros, pedimos que os Srs. Senadores, após votarem, permaneçam em plenário para procederem à votação nominal de outra matéria relevante.

Solicitamos, ainda, aos Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que acorram ao plenário para concluir a votação.

Pausa.)

Como todos os Srs. Senadores já votaram, visto termos alcançado o **quorum** que estava sendo mantido, vamos encerrar a votação. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 1.929, DE 2003 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. EDSON JOSÉ FERNANDES FERREIRA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - ADENE

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 17/12/2003

Num.Votação: 7
Hora Sessão: 14:30:00

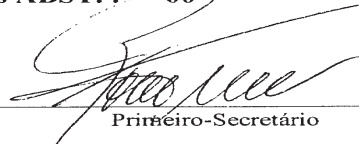
Abertura: 17/12/2003 16:59:45
Encerramento: 17/12/2003 17:04:56

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
Bloco-PSB	AC	GERALDO MÉSQUITA JÚNIOR	Votou
-	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HELIO COSTA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 58
Votos NÃO : 11
Votos ABST. : 00
Total : 69


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 58 Srs. Senadores e NÃO 11.

Não houve abstenção.

Total: 69 votos.

O nome do Sr. *Edson José Fernandes Ferreira* foi aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.722, DE 2003

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003 – Altera a Legislação Tributária Federal.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003. – **Aloizio Mercadante, Tião Viana, Renan Calheiros, José Agripino.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Srs. Líderes, peço que prestem atenção: a urgência é para o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003, que altera a legislação tributária federal.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Senador Mão Santa, é para encaminhar?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não quero encaminhar, mas protestar. Penso que o Presidente da CAE merece respeito. S. Ex^a nos concedeu 48 horas de vista. Isso foi acordado. O que está acontecendo se chama, no linguajar popular, molecagem. Estou estudando o processo para que daqui nasça uma lei boa e justa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Posso dar uma explicação?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aprova-do esse requerimento, a matéria irá à Ordem do Dia de sexta-feira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quem fez esse requerimento? V. Ex^a pode me dizer quem foi? Qual é o autor desse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São todas as Lideranças: Senadores Aloizio Mercadante,

Tião Viana, Renan Calheiros, Arthur Virgílio e José Agripino.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É uma vergonha, porque as Lideranças estavam lá! Estão desmoralizando o Presidente da CAE!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mantendo a nossa posição, que é contra o arrocho fiscal...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Amanhã eu dou a resposta, vota e vem. V. Ex^{as} vão enganar o povo e nós até quando?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campainha.) – Eu pediria, por favor, para não haver debate paralelo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, assinei e reconheço inteira razão nos argumentos do Senador Mão Santa. Por isso, peço que minha assinatura seja retirada em função dos argumentos colocados por S. Ex^a. Ou seja, eu prefiro manter essa harmonia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, coloque na Ata que isso é molecagem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela ordem, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi feito um acordo na CAE. Se esse requerimento é para votar na sexta-feira, ele é absolutamente desnecessário. Vai-se votar, quinta-feira, pela manhã, na CAE. Então, vota-se amanhã de manhã e pede lá para vir ao plenário amanhã de tarde. O que não fica bem é fazer um acordo na Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, passei a noite debruçado sobre a matéria para fazer nascer uma lei boa e justa!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, depois desejo falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet. Em seguida, V. Ex^a falará.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como fui citado, quero esclarecer que eu, modestamente, sem me vangloriar e sem querer aparentar aquilo que não sou, não levaria para casa nenhum desaforo e nenhum desrespeito a minha pessoa, não apenas como Presidente da CAE, mas como Senador. Por isso, quero dizer ao meu amigo Mão Santa que não houve, em primeiro lugar, um acordo na CAE. Houve, sim, uma decisão minha como Presidente quando concedi vista por 48 horas e a mantenho.

Em segundo lugar, no meu entender, o requerimento – entrando em uma outra seara – apresentado aqui não desrespeita, de maneira nenhuma, a Comissão de Assuntos Econômicos, apenas coloca a matéria em regime de urgência. Não tem nada a ver. Portanto, a reunião da CAE está marcada para amanhã às 10 horas, se Deus quiser. Desde que haja número, nós a realizaremos. Agora, se a Casa entender, por todas as suas Lideranças e pelo Plenário, que é soberano, que a votação deve ser hoje ou amanhã às 5 horas, ou seja lá o que for, não está aqui quem falou. Porém, a verdade do que ocorreu é essa. A verdade regimental também é essa que estou dizendo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloízio Mercadante.

Antes gostaria de alertar o Senador Arthur Virgílio que a retirada da assinatura de V. Ex^a mantém o **quorum** para a urgência.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para mim, não está em questão o **quorum**, mas o fato de que eu assinei errado o requerimento. Eu não poderia tê-lo assinado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua assinatura já foi retirada do requerimento, Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino e, em seguida, ao Senador Aloízio Mercadante.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador José Agripino, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria

de prestar um esclarecimento importante para a minha vida parlamentar.

O pedido de vista concedido pelo Senador Ramez Tebet, Presidente da CAE, a uma solicitação do Senador Mão Santa é legítimo, regimental e deve ser sacramentado, como S. Ex^a acabou de dizer.

Há pouco, fui procurado pelos Líderes Aloízio Mercadante e Renan Calheiros, que propuseram um acordo em torno do regime de urgência, para que a matéria fosse votada amanhã no Plenário. Não se falou em votação ou não na CAE; não se tocou nesse assunto. Eu disse que estaria de acordo, desde que o Relator de plenário permanecesse, pois é preciso respeitá-lo, pois o mesmo já apresentou, leu e defendeu o relatório, que foi objeto de pedido de vista. Concordo com isso, desde que o Relator, Senador José Jorge, seja mantido no plenário.

Assinei o requerimento, assim como o fez o Senador Arthur Virgílio, para um acordo que garante ao Senador José Jorge a defesa dos seus argumentos no plenário. Não me passou pela cabeça que seria desautorizado o pedido de vista concedido pelo Senador Ramez Tebet solicitado pelo Senador Mão Santa. Penso que o que ocorreu preteritamente ao requerimento que eu subscrevi está acima do acordo.

Por isso, reafirmo que a decisão do Senador Ramez Tebet na CAE deve ser preservada, ou seja, o pedido de vista concedido ao Senador Mão Santa deve ser mantido.

Sr. Presidente, retiro minha assinatura desse requerimento de urgência para que o entendimento feito na CAE, com base no Regimento, seja cumprido.

Concordo que, havendo a reunião da CAE, vencido o prazo, tendo sido apreciado o relatório, a matéria venha a plenário e, até por uma questão de tradição, o Senador José Jorge seja mantido como relator da matéria no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro prejudicado o **Requerimento nº 1.722, de 2003**.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, esclareço que o pedido de vista é um direito regimental, mas não houve qualquer acordo. É absolutamente improcedente utilizar a expressão acordo no âmbito da Comissão. A matéria tinha urgência, havia interesse do Governo e tivemos

uma atitude regimental, pois tratava-se de um direito do Senador, mas não houve qualquer acordo. Não estamos descumprindo acordo.

Em segundo lugar, comuniquei ao Presidente da CAE que tomaria a iniciativa de propor o requerimento para que aprovássemos a urgência hoje e assegurássemos a votação da matéria em plenário amanhã, independentemente do que pudesse ocorrer na CAE. Em função disso, entrei em contato com todos os Líderes e fizemos um acordo. A demanda do Senador José Agripino era de que o relator em plenário fosse o Senador José Jorge. E concordamos.

Ao se retirar a assinatura do requerimento de urgência, não temos qualquer compromisso com a relatoria. Portanto, fica em aberto esse processo sobre imposto de renda. Trata-se de uma matéria relevante para o Governo. Faremos uma disputa absolutamente legítima.

Em nenhum momento fizemos acordo na CAE, muito menos para o pedido de vista feito pelo Senador. Não há acordo, nem no mérito, nem no procedimento, nem na iniciativa. E nunca houve. E, assim como é um direito regimental o Senador pedir vista, também o é os demais Partidos pedirem urgência e trazerem a plenário uma matéria relevante.

Dou um exemplo ainda do dia de hoje: o seguro agrícola foi votado na CCJ, foi feito o encaminhamento para a CAE e estamos pedindo urgência para votar em plenário porque há acordo quanto à matéria. Isso não significa desprestigiar a CAE. Também comuniquei ao Presidente da CAE nossa iniciativa de trazer a plenário o seguro agrícola.

Por último, quero elogiar o Senador Ramez Tebet, na condição de Presidente da CAE, que sempre tem agido com muita seriedade e isenção e que concedeu vista de 48 horas, exatamente, para buscar preservar o rito de tramitação dessa matéria, que tem o princípio da anualidade e faz parte da pauta da autoconvocação do Senado. Parabenizo-o também porque, em relação ao seguro agrícola, como ainda não havia relator na CAE, S. Ex^a disse que, em último caso, relataria em plenário, ou manteria o próprio relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é o Senador Rodolpho Tourinho.

Portanto, esclareço que, em todos os passos que demos, o Presidente foi respeitado na sua função e foi informado da iniciativa do Governo. Agimos com amparo regimental e de forma absolutamente transparente. E aprovar o requerimento de urgência em nada prejudica o debate. Nós o faremos onde quer que seja, na CAE, no plenário ou em qualquer instância, porque temos convicção de que é uma matéria

relevante ao País. Portanto, pretendemos aprová-la e teremos, tenho certeza, a mobilização da Base do Governo para essa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto aos Srs. Líderes se há ainda oportunidade de um acordo. Suspenderíamos a sessão por cinco minutos para ver se há possibilidade de acordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é importante que votemos o requerimento.

Queria, a exemplo do que fez o Líder Aloízio Mercadante, ressaltar o papel do Senador Ramez Tebet, que concedeu regimentalmente o prazo de quarenta e oito horas ao Senador Mão Santa.

O caminho da urgência é regimental, politicamente recomendável em algumas oportunidades como esta. Eu mesmo tenho muitas dúvidas sobre essa alíquota de 27,5%, pois entendo que sobrecarrega setores que já estão penalizados. Mas o Governo entende – e concordo com esse entendimento – que essa alíquota ocorrerá até quando chegarmos a uma circunstância econômica mais favorável.

Estamos no primeiro ano do Governo e já prorrogamos os trabalhos legislativos, não há muito o que fazer. Essa matéria, portanto, é importantíssima para o País e entendo que temos que votar em regime de urgência.

Não houve acordo na CAE e o Senador Ramez Tebet tem toda razão.

É importante que votemos logo e não há como fazer acordo nesse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria somente de esclarecer que o requerimento está prejudicado e não pode mais ser votado. Teria que ser feito outro, caso houvesse...

Porque os dois Líderes retiraram a assinatura.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Mas estamos entregando um novo requerimento agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, tudo bem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando cheguei aqui hoje à tarde, com a notícia do falecimento do ex-Senador José Richa, recebemos uma proposta do Senador Aloízio Mercadante para que nada fosse discutido, em homenagem a S. Ex^a, com o que concordei. Estava, inclusive, inscrito para discutir as duas emendas, mas retirei a minha inscrição.

Ao chegar aqui, fui surpreendido também com esse avulso, constando o Projeto de lei da Câmara nº 101, de 2003, do qual sou Relator na CAE, e que iríamos discutir ontem. Conversei com os Líderes José Agripino e Arthur Virgílio, que também ainda não sabiam que seria pedido urgência para a matéria.

É evidente que o Governo tem o direito de pedir urgência em qualquer projeto, mas foi o próprio Senador Aloízio Mercadante que solicitou que não discutíssemos nada hoje, que apenas votássemos as duas emendas por conta do luto e para colaborar com o Governo. Nós concordamos. Como vamos votar aqui um projeto que aumenta o Imposto de Renda, sem que tenha havido discussão, Sr. Presidente? Precisa haver discussão.

Então, entendo que o Senador Aloízio Mercadante deveria retirar a proposta que fez de que não discutíssemos mais nada. Porque nem o requerimento nem a proposta podem ser discutidos agora. Não seria possível que esse requerimento não fosse discutido aqui na Casa, Sr. Presidente.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Parece um bom caminho entrarmos nessa turbulência exatamente um minuto depois de termos aprovado duas matérias tão relevantes para o Governo, a começar pela reforma tributária.

Agora, convido V. Ex^a para um exercício simples de matemática: sem a assinatura dos Líderes do PSDB, do PFL e do PDT, não há os 52 Senadores necessários para que o requerimento seja convalidado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São 54.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ou melhor, 54. A não ser que, no caso, se aumentasse para 85 o número de Senadores. Somos apenas 81, por enquanto. E o Senado está funcionando bem assim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem.) – Portanto, Sr. Presidente, significa que sequer o requerimento poderá ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sendo assim, a Mesa não o colocará em votação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Exatamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, havíamos proposto que fosse realizada uma sessão de homenagem ao ex-Senador José Richa e que encaminharíamos o absolutamente indispensável. Apresentamos o requerimento porque entendemos que se tratava de um acordo entre todos os Partidos e que, no entanto, não foi mantido em função do exposto, e todos puderam acompanhar.

Não vejo problema. Votaremos a matéria de qualquer forma. Faremos o embate onde for necessário.

E, em respeito ao ex-Senador José Richa, não faz sentido dar prosseguimento a esta sessão, que é tão importante para a história do Brasil, por dois motivos: por aprovarmos duas reformas constitucionais de grande alcance e absolutamente indispensáveis à Nação, e, ao mesmo tempo, por prestarmos uma homenagem pela forma e pela seriedade com que a conduzimos. Por tudo isso, deixemos a matéria para amanhã. Não haverá prejuízo algum. Faremos o enfrentamento político que é próprio da democracia, com a convicção que temos da matéria.

Está retirado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a tem a palavra, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dizer a V. Ex^a que após minha assinatura, assim como o Senador Arthur Virgílio após a dele, no requerimento, por entendermos que o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos poderia ser o mesmo aqui.

Devo confessar a V. Ex^a que fui alertado pelo Senador Mão Santa, que merece todo nosso respeito, do entendimento sobre o fato que ocorreu na Comissão. Não houve acordo. Houve sim um entendimento do Presidente de acolher o pedido de vista e concedê-lo por 48 horas. Eu havia realmente esquecido de que esse compromisso existia e que o Senador Mão Santa tinha o direito regimental de apresentar seu parecer. E S. Ex^a vai manifestar-se com relação ao voto do Senador José Jorge amanhã pela manhã.

Em respeito, portanto, ao entendimento do Presidente Ramez Tebet, ao direito regimental do Senador Mão Santa, tomei a iniciativa. Peço desculpas, não por quebra de acordo, mas por ter mudado de opinião, no curso dos entendimentos; mas mudado de opinião de público, claramente, retirando minha assinatura para honrar um compromisso tomado anteontem na Comissão de Assuntos Econômicos. Não houve nenhuma afronta, nenhuma quebra de entendimento nem de acordo. Houve, sim, foi uma postura de coerência em relação a uma posição tomada na CAE anteontem e que vai ser honrada pelo voto do PFL.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nunca brinco com os mortos; tenho muito respeito por eles. Por essa razão desejo registrar, pois é bom que a opinião pública saiba, que o requerimento não foi votado não pela homenagem ao ex-Senador José Richa; o requerimento não foi votado porque o Regimento não permite. Muitos correram à Mesa para tentar aprová-lo, independentemente do silêncio em homenagem ao morto.

Faço esse registro para que não seja usado o nome dos mortos para alguns se protegerem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.723, DE 2003

Requer Voto de Aplauso ao cineasta brasileiro José Padilha, pela classificação de seu filme Ônibus 174, como o Melhor Documentário de 2003, segundo júri da rede de TV norte-americana ABC.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao cineasta brasileiro José Padilha, pela classificação conferida, pela rede de TV norte-americana ABC, que considerou o documentário **Ônibus 174**, como o melhor do Ano de 2003. O filme, ademais, já está pré-selecionado para o Oscar.

Requeiro, também, que deste Voto de Aplauso, seja cientificado o cineasta.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro, justifica-se pela qualidade do documentário **Ônibus 174**, do cineasta brasileiro José Padilha. O filme, que foi pré-selecionado para o Oscar, acaba de ser laureado pela rede de televisão ABC, dos Estados Unidos, como o Melhor Documentário de 2003.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

A Presidência comunica ao Plenário que, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003, fica prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2002, que estava com sua tramitação sobrestada nos termos do Requerimento nº 752, de 2003, por se tratar de matéria correlata à Reforma Tributária.

O Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2002, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do Bloco, devidamente autorizada pelo Senador Tião Viana.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao meu Líder Tião Viana por me ter cedido o horário de seu pronunciamento, já que eu estava inscrita para uma comunicação inadiável, mas como a Ordem do Dia tem sido bastante rígida com o horário, os que aqui chegam cedo para a sessão, tentando garantir a palavra para uma comunicação inadiável, ficam sem direito à palavra.

E agradeço também porque não farei um pronunciamento de caráter exclusivamente partidário. Mas não poderia terminar este ano sem fazer uma série de registros, uma vez que, até o término dos trabalhos, talvez não tenha mais oportunidade de me dirigir

aos que nos assistem pela **TV Senado** e aos que nos ouvem pela **Rádio Senado**.

O meu primeiro discurso nesta Casa foi para registrar as condições pelas quais consegui aqui chegar, o motivo pelo qual a população de Santa Catarina ter depositado essa confiança em mim, dando-me seu voto para ocupar uma das 81 cadeiras do Senado da República.

Fizemos campanha buscando votos motivados por três ações que entendíamos de fundamental importância trazer para o Senado. A primeira delas é a questão mulher. Demos, ao longo da campanha, muita ênfase à questão de ser “a” Senadora, até porque Santa Catarina nunca tinha eleito uma mulher para representar o Estado no Senado.

Santa Catarina, todos sabem, é um Estado que tem uma característica: a marca feminina muito forte na heroína Anita Garibaldi; no exemplo de educadora, Antonieta de Barros; na primeira santa brasileira, Santa Madre Paulina. Portanto, é um Estado de mulheres muito fortes e, infelizmente, até a minha eleição, nunca tinham colocado nesta vitrine, nesta representação do Estado, a presença de uma mulher numa cadeira efetiva. Então, essa questão da representação da mulher era de fundamental importância para que pudesse, ao longo do mandato, dar destaque, colocar no eixo, no centro da nossa ação parlamentar.

Termino o primeiro ano de mandato muito feliz, Senadora Serys Slhesarenko, porque não é fácil aprovar projetos nesta Casa. Consegui apenas um. Talvez tenhamos um grande número de Senadores e Senadoras que não tenham conseguido aprovar nenhum, ao longo do ano. Mas esse único projeto que consegui aprovar foi em homenagem e em respeito às mulheres. Trata-se do projeto que dá direito às mulheres a escolherem alguém que as acompanhe durante e após o parto, para lhes dar tranquilidade, conforto e apoio. Esse direito ao acompanhamento já é garantido no caso de crianças e de pessoas com idade avançada. Os hospitais brasileiros já garantem, na internação de crianças, o acompanhamento da família. Assim também é para com os idosos, o que traz grandes benefícios para a saúde, com redução de gastos hospitalares. Nada mais justo que as mulheres, na hora do parto, também pudessem tê-lo.

Termino meu trabalho deste ano, pois já estamos nos aproximando do fim, muito satisfeita. Conseguimos sensibilizar este Plenário, a Casa e a Comissão de Assuntos Sociais, majoritariamente composta por homens que tiveram a sensibilidade, bem perto

do natal, de aprovar o projeto que tratava da questão de acompanhante para o parto.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concedo um aparte ao Senador Amir Lando. Em seguida, vou referir-me aos dois outros eixos nos quais trabalhamos durante a campanha e este ano.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senadora Ideli Salvatti, gostaria de dar meu testemunho e registrar a eficiência e a dedicação com que V. Ex^a se houve neste primeiro ano de mandato. Durante esta sessão legislativa, V. Ex^a mostrou a força não apenas da mulher, mas de todos os homens de Santa Catarina, entre os quais me incluo. Sinto-me honrado com a representação de V. Ex^a, por sua determinação e, sobretudo, por seu espírito de luta. Tais atitudes determinaram a ação das heroínas catarinenses, como Anita Garibaldi e tantas outras, e V. Ex^a se insere ao lado delas. Parabéns pelo trabalho! Confesso a minha admiração e sinto-me, como catarinense, também lisonjeado pela representação, pela determinação e pelo desempenho parlamentar de V. Ex^a. Quero dizer à Mesa que voto “sim” à PEC anteriormente votada. Estava na Comissão de Orçamento e não pude estar presente. Muito obrigado. Parabéns, Senadora Ideli Salvatti!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com licença, Senadora Ideli Salvatti. Quero dizer que S. Ex^a, o Senador Amir Lando, será atendido na forma regimental.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Amir Lando.

Nenhum dos três Senadores eleitos por Santa Catarina é catarinense. No entanto, temos dois bravos Senadores catarinenses aqui. Falo de V. Ex^a e do Senador Valdir Raupp. Santa Catarina tem, na verdade, cinco Senadores, os eleitos e mais os dois que emprestamos para outros Estados.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Permite V. Ex^a um aparte, Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Nós, da Oposição, nem sempre discordamos de V. Ex^a. Nesse caso, votamos a favor. Queremos cumprimentá-la, pois trata-se de um projeto importante, por seu conteúdo social, a favor da mulher brasileira.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço.

Além de ter feito a campanha dando um enfoque à questão de ser Senadora, trabalhamos mais dois pontos importantes. Um deles como Senadora de Santa Catarina. Por que reforçamos a questão na campanha e nos empenhamos ao máximo para, estando no Senado, defender os interesses do nosso Estado? Há uma brincadeira que diz que Santa Catarina é o zero da 101; Paraná, Rio Grande do Sul e um vácuo entre os dois, para onde muito pouca coisa converge. A população de Santa Catarina sempre teve um anseio muito forte de que esse zero fosse preenchido, esta lacuna entre Paraná e Rio Grande do Sul.

Nos esforçamos muito este ano para abrir os canais, para reivindicar, para defender os interesses do nosso Estado. Há algumas questões que não posso deixar de, com muita satisfação, estar registrando aqui, nesta tribuna, porque hoje estão sendo assinados vários contratos de compra do Frigorífico Chapecó, que gera algo em torno de três mil empregos diretos entre as suas unidades no Paraná e em Santa Catarina e uma no Rio Grande do Sul, e mais de 17 mil empregos indiretos, porque há o sistema integrado do frigorífico com os pequenos agricultores de toda essa região, que abrange uma parte do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Frigorífico Chapecó estava à beira da decretação da falência. Nós, ao longo deste ano, unimo-nos. Foi um esforço conjunto dos Prefeitos – de forma muito especial do Prefeito Pedro Uczai, do Município de Chapecó -, de toda a Bancada de Santa Catarina, dos nossos Parlamentares e do Governador do Estado Luiz Henrique. Tivemos, no BNDES, na figura do professor Carlos Lessa, um apoio inestimável para que se conseguisse construir uma saída de tal maneira que não fossem fechadas as unidades do Frigorífico Chapecó, para que pudéssemos manter os empregos e o vínculo com os agricultores. É no dia de hoje, depois de um ano inteirinho de trabalho, que estamos comemorando. Por isso, queria fazer esse registro.

Hoje também, o Ministro Anderson Adauto está viajando para os Estados Unidos, para conversações com o BID, principalmente para solicitar financiamento junto a esse órgão a uma das maiores reivindicações do Estado de Santa Catarina, que é a duplicação do trecho da BR-101. E essa duplicação é tão importante e fundamental que nós também, ao longo deste ano, num esforço conjunto das forças vivas do nosso Estado, Bancada, Governo do Estado, passamos o ano todo praticamente voltados para que te-

nhamos a garantia do início das obras de duplicação no ano que vem.

A ida do Ministro para fazer os acertos com o BID nos deixa muito animados, estamos muito felizes de poder registrá-la. E além disso fizemos grandes debates e estamos aguardando as alterações no Orçamento e no PPA, compromisso do Ministro Guido Mantega, para que possamos efetivamente iniciar as obras de duplicação da BR-101 no ano de 2004.

Tivemos ao longo deste ano muita movimentação para garantir a manutenção das estradas de Santa Catarina. O Estado é cortado por várias estradas federais que há vários anos não recebiam manutenção. E toda a movimentação garantiu aproximadamente 20 milhões que foram aplicados nas estradas federais, de tal forma que a Federação das Transportadoras homenageou, a semana passada, o Diretor do DNIT, João José dos Santos. Foi uma homenagem justa porque as estradas, na condição em que se encontravam, realmente, prejudicavam muito todo o transporte. Quero ainda enfatizar a preocupação do Governo Lula na manutenção das estradas para facilitar e viabilizar o escoamento da produção e eliminar os acidentes, que roubam muitas vidas.

Recebi há cerca de há dez minutos a confirmação do Ministério dos Transportes, de que está sendo empenhado no dia de hoje 12 milhões para que seja concluída outra obra importantíssima e que há décadas está estacionada, a do molhe de Laguna. É uma obra de fundamental importância para o setor de pesca e para toda a questão ambiental do grande complexo lagunar, daquela região maravilhosa de Laguna, que é para nós muito importante.

Estamos também muito animados, porque o Banco do Estado de Santa Catarina, que foi um compromisso de campanha do Presidente Lula em praça pública, que está com perspectivas, segundo nos passou o Presidente do Banco, Eurides Mescoloto, de virar o ano sem prejuízo. O Banco, que no ano passado amargou um prejuízo de mais de 1,2 bilhão, mantido o compromisso de não ser privatizado, com o compromisso dos catarinenses de torná-lo viável e lucrativo, tem grandes chances de virar esse ano sem prejuízo.

Portanto, o compromisso de campanha do Presidente Lula, desta forma se viabiliza, porque o Banco, sendo viável, não será privatizado.

Ainda gostaríamos de fazer o registro e o agradecimento de público, porque na reforma tributária, quando se abriu o debate sobre o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional, vários Estados do Sul e do Sudeste, que não iriam participar em hipótese al-

guma da distribuição desses recursos, movimentaram-se e conseguiram incluir as suas regiões deprimidas economicamente na destinação dos recursos. Nós levamos ao Senador Romero Jucá o pleito de Santa Catarina, para que pudesse ser incluída a região oeste do nosso Estado, e fomos contemplados, pois o Senador Romero Jucá atendeu ao nosso pleito. Portanto, os Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com regiões economicamente deprimidas, serão contemplados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Depois de todo esse trabalho, com resultados positivos, para os quais nos empenhamos, tornando o mandato aberto para todos os Prefeitos do nosso Estado, encaminhando os pleitos, negociando junto aos órgãos e Ministérios, eu quero dizer que termino o ano muito cansada, mas muito feliz por estar aqui fazendo este balanço com resultados positivos que conseguimos arregimentar para os interesses de questões importantes de Santa Catarina.

Além de termos, durante a campanha e o ano, nos dedicado a fortalecer esta imagem de Senadora – questão mulher – por Santa Catarina, tendo em vista os interesses do nosso Estado, também nos apresentamos, de forma muito firme, como Senadora do Lula; a Senadora que viria para cá para dar sustentação ao programa de Governo do Lula. Indiscutivelmente, não foi fácil, não foi simples. Oito anos de experiência na Oposição, não facilita a vida de quem, de uma hora para outra, vira Situação. Portanto, foi um esforço extremamente complexo para que as dificuldades fossem superadas. Mas quero dizer que termino este ano bastante satisfeita, porque, apesar dos percalços, apesar dos embates, eu diria até apesar dos combates que tivemos aqui neste Plenário, em vários momentos, termino o ano convencida de que fiz o melhor que pude para dar sustentação às propostas do Governo, para fazer a sua defesa, para divulgar as suas ações, para contribuir para a articulação das Bancadas dos Parlamentares, dos Senadores e das Senadoras, para que pudéssemos chegar a este final de ano com um resultado tão positivo. Acredito que há muitos anos o Congresso Nacional não termina um ano com um resultado tão positivo em termos de debate e de aprovação de propostas de emendas constitucionais e de projetos de lei.

Neste momento, eu não poderia deixar de agradecer ao meu Partido, que me deu, desde o primeiro momento, a tarefa da Vice-Liderança, pela confiança que me foi depositada, tendo eu acabado de chegar, sem nunca ter tido atuação em âmbito nacional. Espero ter correspondido e ter contribuído para aju-

dar o PT aqui no Plenário, nas Comissões e em todas as atividades do Senado.

Quero agradecer mais ainda ao meu Governo, ao Governo Lula, porque nestes dois últimos meses estivemos envolvidos e fomos agraciados com a tarefa da Vice-Liderança do Governo. Uma confiança deste porte não pode deixar de ser registrada e agradecida do fundo do coração, porque o desafio é muito grande. Neste Plenário, temos personalidades, pessoas com muita experiência, com muito mais experiência política do que eu. Às vezes nos sentimos até com a impressão de não ter experiência suficiente para fazer o contraponto. Portanto, essa designação que recebi, a partir do início de novembro, para ser Vice-Líder do Governo, também me causou muita satisfação, apesar das várias noites de insônia e de preocupação com a tarefa.

Eu quero terminar, aproveitando a oportunidade de ser vista e ouvida por muitas pessoas, desejando a todos que tenhamos um 2004 que o povo brasileiro, que a Nação brasileira merece. Será o 2004 que nós demos conta de construir em 2003. Será um 2004 que custou muito esforço para podermos abrir as perspectivas que estão colocadas para o nosso povo, para o nosso País em 2004. Que todos tenhamos a consciência de que este ano, se foi muito difícil, foi absolutamente necessário para que nós pudéssemos consolidar as perspectivas que estão colocadas para o ano que vem.

Se, em 2002, a esperança venceu o medo elegendo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003 a esperança venceu as dificuldades. E estou convencida que em 2004 a esperança vai frutificar.

Quero desejar a todos um Natal com muito carinho, muito amor, para que as pessoas se encontrem e se amem e se respeitem. E que nos aguarde 2004, porque será um belo ano, eu estou convencida disso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros, como orador inscrito.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho tratar de um assunto que já tivemos a oportunidade de aprovar nesta Casa Legislativa. Falarei sobre a universidade pública num momento em que o Governo retoma esse debate para, segundo o próprio Executivo, mudar a cara da universidade.

Li o que disse o Ministro Cristovam Buarque. Não são poucas as vezes que tenho a oportunidade

de registrar minha admiração pela sua formação profissional. Ao defender algumas propostas de mudanças, S. Ex^a quer instituir – e estimulou uma Deputada Federal do PT a fazê-lo – a cobrança de ex-alunos das universidades públicas deste País que tenham uma renda anual superior a R\$25 mil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que a universidade brasileira é pública, mas não é gratuita. A sociedade paga pela universidade. Quem estuda na universidade pública não paga mensalidade, mas o cidadão brasileiro, aquele que se formou, ao pagar seus tributos, está contribuindo para o funcionamento da universidade pública.

Creio que o Governo apenas terá autoridade para discutir cobrança de ex-alunos – esse debate deve ser feito no Parlamento brasileiro – depois que aprovar um projeto que já aprovamos no Senado em 1999. É de minha autoria o projeto que reserva metade das vagas das universidades públicas, em todos os cursos, em todos os turnos, aos alunos que cursaram os ensinos fundamental e médio exclusivamente na escola pública.

Sr. Presidente, há uma perversidade na estruturação do ensino brasileiro. A educação brasileira tem um conteúdo de classe na sua organização, haja vista que a melhor educação sempre é oferecida a quem pode pagar. O melhor ensino fundamental no Brasil é oferecido pela escola particular; e estuda na escola particular quem pode pagar. O melhor ensino médio é oferecido pela escola particular; e estuda na escola particular quem pode pagar. O melhor ensino superior do Brasil é oferecido pela universidade pública, onde entram com mais facilidade os que tiveram o melhor ensino fundamental e o melhor ensino médio. Portanto, a universidade pública continua sendo oferecida também para quem pode pagar.

Senador Mão Santa, V. Ex^a é considerado um Governador do social, que gosta dos pobres, preocupado com o povo. Há uma relação direta entre educação e pobreza, entre conhecimento e emprego. O Governo, ao gastar com a universidade pública, gasta com o social? Ao investir dinheiro na universidade pública, ele atende aos mais pobres? Atenderá aos mais pobres na hora em que estipular a diferenciação no acesso, matéria que deve ser votada na Câmara dos Deputados. Projeto nesse sentido foi votado no Senado quando era Presidente desta Casa o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Durante a campanha eleitoral, Lula prometeu que iria estabelecer reserva de vagas aos que viessem da escola pública, que são os mais pobres. Ao atender aos alunos da escola pública, estamos consi-

derando a questão racial, levando em conta a cota dos negros, que estão, majoritariamente, na escola pública, pois são os que têm salários menores, são os que mais precisam. E tudo isso está embutido na sociedade brasileira!

Quero entender por que o Governo, que diz aqui na Comissão de Educação, por intermédio do Ministro Cristovam Buarque, que é a favor, não coloca isso para votar.

Outro dia, um **site** do Governo publicava: “Vamos cobrar de quem pode pagar”. Isso será um crime eterno contra as futuras gerações de brasileiros! Não temos que cobrar de quem pode pagar. Precisamos ter a universidade pública para dar chance de estudar a quem não pode pagar!

O Brasil não pode se dar ao luxo de jogar fora cérebros, inteligências. Não podemos continuar desperdiçando capacidades, que são perdidas porque o cidadão não pode frequentar a faculdade. Quando o projeto dispõe que queremos metade das vagas em todos os cursos e em todos os turnos, é porque, se verificarmos o gargalo do vestibular, os dados são exatamente estes que citarei a seguir, Senador Mão Santa. Contudo, são dados de 1999, de quando apresentei o projeto. Hoje pode ser um pouco diferente.

As universidades públicas ofertam cerca de 600 mil vagas por ano, para as quais concorrem 440 mil alunos da rede privada. Vejam bem: a universidade pública oferece 600 mil vagas; 440 mil alunos que fizeram o Ensino Médio nas escolas particulares concorrem; 330 mil deles passam no vestibular; por outro lado, 1,3 bilhão de alunos da rede pública concorrem, mas apenas 270 mil passam. Em 1999, sobraram 125 mil vagas nas universidades particulares! Eis o contraste dos dados: concorreram 1,3 milhão de alunos com origem na rede pública; só 270 mil passaram! Contudo, sobraram 125 mil vagas nas universidades particulares.

O que significa isso? Significa que esse 1,3 milhão de pessoas não tinham realmente condições de disputar vagas nas escolas particulares, porque teriam que pagar. Portanto, é preciso haver a reserva. Mas ela tem que ser por curso. Se tomarmos como exemplo a Universidade Federal de Mato Grosso, 52% de seus alunos têm origem na rede pública. Então me perguntam: “Há um número maior do que o que V. Ex^a está pedindo, Senador?” Não é assim. Há 52% majoritariamente nos cursos que oferecem menor remuneração. Nos cursos que oferecem menor remuneração, a maioria dos alunos é da escola pública.

Gostaria de focar esse assunto no instante em que o Governo traz para o debate se vai cobrar de ex-aluno ou se começará a cobrar da universidade. Temos que repensar a universidade. Concorro com o Ministro Cristovam Buarque que o Brasil tem um dos piores índices do mundo no que se refere a número de professores por aluno. Sem nenhum investimento, teríamos que aumentar muito as vagas nas universidades públicas. Não posso entender, mas, em qualquer formatura em universidade pública – e aqui há Senadores, Deputados Federais, Parlamentares, professores de universidade –, prestem atenção no seguinte: formandos de física: anunciam-se um ou dois alunos; formandos de química: um ou dois alunos.

Por que a universidade não estabelece critérios para aceitar alunos que começaram essas faculdades nas escolas particulares, para que possam, diante da desistência nesses cursos, acolher os alunos que não podem pagar a mensalidade na escola particular? Para isso, não é preciso grandes investimentos, embora defendamos mais investimentos na área da educação. A exemplo do que foi feito aqui na saúde, Senadora Serys – V. Ex^a que é professora da universidade pública –, temos que fazer aqui uma frente pela educação pública, pela universidade pública neste País!

Uma crítica que fazem ao projeto é a seguinte: “Senador, isso é injusto, porque vai tirar o mérito”. Não vai tirar o mérito! Sabe qual foi a diferença no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) nesse ano de 1999? A média geral dos alunos da escola privada foi 5,3; a dos alunos da escola pública, 4,7. O recente exemplo agora do sistema de cotas no Rio de Janeiro mostra que os que entraram pelo sistema de cotas foram considerados os melhores alunos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E ainda que se considere a diferença de 5,3% para 4,7%, 0,6% não é diferencial intransponível para aluno nenhum! Há uma má vontade mesmo com os pobres do Brasil. E estamos aqui cobrando do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque Sua Excelência disse, durante a campanha eleitoral, nos programas em que respondia aos estudantes brasileiros, que implantaria esse projeto. E o projeto está pronto para ser votado. Pode ser votado na Câmara dos Deputados e colocado imediatamente em aplicação.

Gostaria de mostrar a necessidade de aprovação de metade das vagas por curso. Separei alguns cursos, como exemplo: Medicina, da Fuvest, 89,7% de origem da rede privada e 6,1%, da rede pública; Direito, da Fuvest, 80,8% de origem da rede privada e 13,3%, da rede pública; Direito, da Universidade Federal de Mato Grosso, 92,11% da rede privada e

7,8%, da rede pública; Odontologia, 93,8% da rede privada e 2,5% da rede pública; Engenharia, 85% da rede privada e 7% da rede pública.

Pedimos que fosse elaborado um gráfico a fim de demonstrar o que se investiu na deseducação brasileira. Insisto, Sr. Presidente: há relação direta entre educação e pobreza, entre conhecimento e emprego. E vou citar dois dados, o de 1980 e o de 2000.

Em 1980, na universidade pública, havia 48,2% de alunos oriundos da escola pública e 39,6%, da iniciativa privada, já se sentindo os efeitos do Golpe de 1964. Em 2000 – ano da pesquisa, quando, em 1999, eu apresentava esses dados aqui no plenário do Senado –, a escola particular, que colocava 39% dos alunos universitários em 1980, 20 anos depois, colocava 75,3%, se consideramos os exames da Fuvest; a escola pública, que colocava 48%, passou para 19,2%. Assim mesmo, esses 19,2% situam-se majoritariamente entre os que estão nos cursos que, após a graduação, oferecem menor remuneração.

Não acredito nessa questão de projeto de iniciativa. Quero dizer que não foi nenhum cientista social, nenhum cientista político, nenhum gênio da educação que me sugeriu esse projeto, mas um taxista de Cuiabá. Fazendo uma reunião, Senador Eduardo Azeredo, nos bairros de Cuiabá, sou abordado por um taxista: “Senador, me ajude”. Digo: “Pois não”. E ele: “Eu me considero um homem fracassado”. Pergunto-lhe por quê, ao que ele responde: “trabalho de manhã, à tarde e à noite, tenho um ponto de táxi e um lucro entre R\$800,00 e R\$1.200,00, a minha filha passou no exame vestibular para Medicina na Unic, e não tenho condições de pagar a faculdade dela”. Os olhos daquele homem que enfrenta a noite marejaram. Ele perguntou: “O que o senhor pode fazer?” Eu não podia fazer nada.

Três dias depois, passei a defender, nos programas eleitorais, a possibilidade de reservar vagas para alunos que têm origem na escola pública. Isso é fundamental para que haja justiça social e distribuição de renda no Brasil.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa e, posteriormente, aos Senadores Valdir Raupp e Eduardo Azeredo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antero Paes de Barros, quero cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Mão Santa, peço que seja breve devido ao tempo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Primeiramente, quero registrar que o pronunciamento mais bonito que ouvi foi o que V. Ex^a fez sobre a infeliz afirmação do Presidente Lula de que os ex-presidentes não tiveram coragem. Este que V. Ex^a faz agora supera aquele. Queria dar um testemunho sobre a educação. Com o PMDB, como o Senador Maranhão, governei o

meu Estado. Quero dar o testemunho de que o ex-Ministro Paulo Renato foi excelente, nota 10, e vou dizer ao Brasil por quê. Por pelo menos cinco razões: ele foi o primeiro que teve a inspiração de dar verbas para as diretoras de povoados, quer dizer, trouxe para a Administração Pública, milhares de mestras – antes, um papel higiênico tinha que vir do MEC; o desenvolvimento universitário salta aos olhos no período Paulo Renato; e às professoras normalistas foi dado o acesso às licenciaturas curtas e plenas; o Provão melhorou a qualidade do ensino; e, por último, no Piauí – penso que em todo o Brasil –, comemoramos 98% das crianças brasileiras na escola. Ao ex-Ministro Paulo Renato os nossos cumprimentos. E V. Ex^a está continuando aquela luz do saber em nosso País.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Ouçó o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a faz, na tarde de hoje, um brilhante pronunciamento, trazendo a realidade da decadência do ensino público em nosso País. Coincidentemente, na semana passada, relatei um projeto de lei do Senador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, que estende para o País uma experiência do Rio de Janeiro, em cujas universidades estaduais já existe cota de 40% para os alunos da rede pública. Vendo que 40% ainda seria pouco, acresci mais 10%, colocando no meu relatório 50%. Convenceram-me a tirar os 10% e deixar os 40%, porque, em conversa com o Ministro Cristovam Buarque, S. Ex^a achou a dose muito forte, já que, como V. Ex^a está dizendo, hoje 10% ou, no máximo, 20% de alunos da rede pública do ensino médio ingressam na universidade. Portanto, passar para 40% de uma só vez seria muito. Este é o retrato da educação em nosso País: a rede privada crescendo dia a dia, e a rede pública caindo. Hoje, os alunos da rede pública têm medo de fazer inscrição para enfrentar o vestibular da universidade pública, porque já sabem que não terão chance, já que a escola privada dá uma educação de melhor qualidade, e os filhos dos ricos, que conseguem fazer um ensino de melhor qualidade, estão tomando, abocanhando todas as vagas das universidades públicas. Parabéns a V. Ex^a e conte com o nosso apoio. Vamos aprovar, na primeira reunião – infelizmente, houve um pedido de vista do Senador Demóstenes Torres – da Comissão de Educação, no ano que vem, esse projeto tão importante para o Brasil.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo, agradecendo, antes, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conceda o aparte, mas o tempo de V. Ex^a já se esgotou.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Certo. Como eu já havia anunciado o aparte antes, Sr. Presidente, S. Ex^a o fará, e, em seguida, encerrarei.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Sr. Presidente, serei rápido. Quero cumprimentar o Senador Antero Paes de Barros, porque esse assunto é de extrema atualidade. Estamos, neste momento, observando, no Brasil todo, a realidade dos vestibulares, sonhos que estão sendo vividos, e as universidades federais não conseguem atender os alunos das escolas públicas. Além do Fies, o chamado crédito educativo, que não consegue atender à demanda, há outras alternativas: o meu projeto, que foi aprovado na Comissão de Educação e ao qual V. Ex^a deu seu apoio, seu voto; o saque do Fundo de Garantia para pagamento da faculdade; as linhas de financiamento do BNDES para o ensino superior, algo já lembrado aqui pelo Senador Eduardo Siqueira Campos. No fundo, são idéias no sentido de resolver este angustiante problema: a chamada evolução social, a ascensão social de pessoas que têm um sonho e não o conseguem realizar, porque não têm como pagar uma faculdade particular. O projeto de V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros, vai ao encontro deste objetivo, que é correto, de destinar metade das vagas das universidades públicas para alunos oriundos de escolas públicas. Sem dúvida, é uma alternativa muito importante, sem demérito das outras, que também devem coexistir, já que não haverá uma solução só. O fato é que quem estuda mais tem mais condição de enfrentar o difícil mercado de trabalho brasileiro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço os apartes e, para concluir, Sr. Presidente, cito uma matéria publicada na **Folha de S.Paulo** de hoje, intitulada: “Aprovado por cota se sai melhor na UERJ”.

Também desejo registrar que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro adotou o sistema de cotas, após a iniciativa do nosso projeto. Ele passou a ser discutido em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, onde foi adotado: o Brasil inteiro poderia tê-lo adotado. Precisamos de uma lei federal, para que as universidades federais sejam contempladas.

Sr. Presidente, é da minha convicção que, aprovado o sistema de cotas, o ensino fundamental e médio da escola pública melhorará, porque os filhos da classe média voltarão a se matricular. Não acredito em nenhuma revolução no Brasil que não tenha a participação da classe média brasileira.

Encerro, lembrando os versos de Lúcio Barbosa, na música Cidadão:

...Tá vendo aquele colégio, moço?
Eu também trabalhei lá

Lá eu quase me arrebento
Pus a massa fiz cimento
Ajudei a rebocar
Minha filha inocente
vem pra mim toda contente
– Pai, vou me matricular
Mas me diz um cidadão
Criança de pé no chão
aqui não pode estudar...

Esta música é, infelizmente, um retrato vivo da universidade pública brasileira. Sr. Presidente, há um **apartheid** na educação brasileira, que precisa ser combatido.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não estando aqui hoje na parte da manhã, gostaria de me associar à dor dos integrantes do meu Partido e, em especial, à família – Dona Arlete e os filhos Adriano, Carlos, Alberto e José Richa Filho – pela morte do nosso companheiro, ex-Senador e ex-Governador José Richa.

Estendo meu pesar aos tucanos paranaenses e ao povo do Estado, que por tantas vezes foi às urnas para eleger o Prefeito, o Governador, o Constituinte, o Deputado Federal e o Senador José Richa.

Sem dúvida, o Senador José Richa foi um grande homem e muito fez pelo País, especialmente pelo PSDB.

Por isso solicito à Mesa a transcrição nos Anais do Senado desse artigo, publicado na **Folha de São Paulo** em 21 de abril de 1993 – dia do...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solicito que V. Ex^a o encaminhe à Mesa para ser publicado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não.

Só completando: em 21 de abril de 1993, dia do plebiscito sobre o sistema de governo, S. Ex^a, o Senador José Richa, que tanto lutou pela implantação do parlamentarismo no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
DA SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA.**

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, associo-me hoje à dor dos integrantes do meu partido e em especial à família – dona Arlete e os filhos Adriano, Carlos Alberto e José Richa Filho –

pela morte de nosso companheiro, ex-senador e ex-governador, José Richa.

Estendo meu pesar aos tucanos paranaenses e ao povo do estado que por tantas vezes foi às urnas para eleger o prefeito, o governador, o constituinte, deputado federal e senador Richa. Eles também vivem hoje um dia de luto.

O país jamais esquecerá a postura destemida de José Richa em defesa de um país mais justo. Na resistência à ditadura militar, ele foi um dos homens públicos que conquistou seu lugar em nossa história democrática.

José Richa trabalhou incansavelmente para criar o antigo MDB, e mais tarde fundar o PSDB. Desde a militância estudantil, passando pelos inúmeros cargos que ocupou, e nas eleições que disputou, Richa conquistou também o respeito e a admiração dos que o seguiram e das duas casas do Congresso Nacional.

O que se confirma pelas palavras generosas e de reconhecimento de todos os que me antecederam.

Todos lembraram o homem de ideais, que construiu uma carreira política marcada por atitudes coerentes, por sua profunda honestidade e pela reverência aos valores democráticos e fé em um país mais justo.

Mas quero aqui recordar o trabalho desse paranaense correto, ético que chegou a ser chamado “mascate” do parlamentarismo, quando aceitou presidir a Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães.

Por isso solicito à Mesa a transcrição nos anais do Senado deste artigo de José Richa, publicado na Folha de São Paulo em 21 de abril de 1993 – dia do plebiscito sobre sistema de governo. Trata-se de uma reflexão sobre a falta de debate profundo sobre presidencialismo e parlamentarismo.

Comungo da mesma posição de Richa, para quem o país perdeu há dez anos uma grande oportunidade de amadurecimento político.

E repito suas palavras: a importância do parlamentarismo decorre de ele ser um sistema flexível, capaz de se adaptar às peculiaridades de cada país. O parlamentarismo é responsável pela estabilidade política dos países que o adotam e um instrumento de avanço social.”

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

21 ABR 1993

O debate que não houve

JOSÉ RICHÁ

FOLHA DE SÃO PAULO

Encerrada a campanha do plebiscito, impõe-se uma constatação à guisa de balanço final do que as três frentes veicularam diariamente pelo rádio e pela televisão: deixamos escapar oportunidade ímpar de politizarmos o país, privando-o de um grande debate. O esclarecimento e a formação da opinião pública, objetivos maiores que deveríamos perseguir, foram deliberadamente postos em plano secundário. Inverdades assacaram-se. Boa parte do tempo foi utilizado, pelos presidencialistas, por exemplo, para denegrir e desmerecer as qualidades do parlamentarismo, em vez de demonstrar as virtudes de seu próprio sistema. Falou mais alto a conveniência de velhos e conhecidos postulantes à Presidência da República, cujas candidaturas, de repente, invadiram os lares e as ruas, postas como fatos consumados.

Nós mesmos, da Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães cometemos erros, e deles me penitencio, ao demorarmos a acertar a divulgação de nossa mensagem e modelo, ao aceitarmos provocações e querelar, fazendo o jogo dos adversários. O erro maior, porém, nós o praticamos, ao elaborar a lei nº 8.624/93, regulamentando a propaganda eleitoral gratuita. Ao redefinirmos o tempo de divulgação

para 20 minutos diários, supúnhamos que as televisões e rádios, que são concessionários de serviço público, se mostrassem sensíveis aos propósitos do plebiscito, abrindo espaço em horários nobres, para que não só os políticos, mas toda a sociedade civil, através de suas lideranças mais representativas, se fizesse ouvir.

Não surpreende, pois, que o povo vá às urnas sem conhecimento do que está em causa, ou imaginar as consequências e repercussões do que está decidindo. E o pior, ao optar por este ou aquele sistema de governo, o fará num clima próximo ao de uma campanha presidencial, marcado pelo passionismo que rege os pleitos majoritários. Era o que desejávamos evitar a todo o custo. Quando propusemos a antecipação do plebiscito para 1992, pretendíamos que a escolha se fizesse longe dos interesses personalistas. Derrotada a nossa emenda, acreditou-se que em abril deste ano fosse possível realizá-lo com a isenção desejada. Ledo engano.

É mais um desserviço que o sistema presidencial nos presta. O personalismo doentio que o marca continua mais vivo do que nunca. Em nome dele, sacrificou-se a verdade. Afirmou-se que o plebiscito era manobra das elites, interessadas em impedir a livre mani-

festação da opinião pública. Alegou-se que não definíamos o tipo de parlamentarismo que postulávamos, quando já o fizéramos há mais de ano e meio, e eles sim, os presidencialistas, é que jamais esclareceram o seu. Mentiu-se ao afirmar que o nosso modelo não previa eleições diretas para a Presidência da República, e que a escolha do primeiro-ministro, pela Câmara dos Deputados, importaria na ditadura do Legislativo. A falsidade converteu-se em dogma, tonitroado aos quatro ventos como se verdade fosse.

Por tudo isso, não podemos permitir que os vícios e os erros do passado continuem ditando os rumos do nosso amanhã. Chega de embuste e de mistificação. É imperativo que o Brasil de nossos filhos e netos rompa os grilhões que o sujeitam à vontade dos que não hesitam em sobrepor suas conveniências particulares aos superiores interesses da nação.

Ainda há tempo para corrigirmos essas odiosas distorções. Ainda há tempo para mudarmos, remetendo o presidencialismo para o museu do passado, tantos males nos causou.

Votemos, pois, parlamentarismo.

JOSÉ RICHÁ, 58, é senador pelo PSDB do Paraná e presidente da Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será atendida.

V. Ex^a já assinou o requerimento de pêsames? (Pausa.)

(Assentimento da oradora.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, gostaria também de fazer um registro a respeito do meu grande amigo José Richa. Meu grande amigo! Um homem que honrou esta Casa, honrou o Paraná e honrou a política brasileira. Desejo hoje lamentar o falecimento do meu caro amigo José Richa e, ao mesmo tempo, solidarizar-me com toda a sua família. Estaremos aqui rezando para que sempre ele nos ilumine, ele, que foi uma referência para o País, uma referência para o seu Partido e um grande amigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se V. Ex^a assinou o requerimento à família.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não assinei. Assinarei, Sr. Presidente. Muito obrigado pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor. Está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, pelo tempo que resta da sessão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero hipotecar minha solidariedade e fraternidade a toda a família do Senador José Richa e a todos os paranaenses.

Gostaria hoje de ter tempo para fazer um breve balanço deste nosso primeiro ano de trabalhos aqui no Senado. Vou tentar fazê-lo em dez minutos. Vejo que o meu tempo está correndo, mas há um equívoco. Terei até o final da sessão, não é isso, Sr. Presidente?

Existia um compromisso de nossa parte, especialmente com o Senador César Borges, que um dia falava nesta tribuna sobre a lavoura cacaueira. E eu, naquele momento, manifestei-me em breve aparte,

dizendo a S. Ex^a que iria me pronunciar ainda neste ano legislativo.

Por isso vou fazê-lo hoje, de forma breve, prometendo um estudo mais aprofundado, um trabalho a ser feito junto às instituições governamentais, para que possamos buscar alternativas, saídas para a lavoura cacaueira.

Mas alguns irão dizer: “Mas ela é de Mato Grosso. O que tem a ver com o cacau, com a soja?”.

Luto sempre em defesa da produção em nosso Estado – soja, algodão, milho, arroz, feijão, gado. Mas, como Senadora da República, tenho de me preocupar com outras situações também.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falo hoje, desta tribuna, sensibilizada pelo problema grave que vive o sul da Bahia, mais especificamente a sua região cacaueira, que abrange cerca de 105 Municípios e que já produziu aproximadamente 350 mil toneladas de cacau, empregou aproximadamente 300 mil trabalhadores rurais, o que não é pouco. Ocorre que, a partir da década de 80, a lavoura cacaueira começou a mergulhar em uma profunda crise, que se arrasta até os dias atuais.

A crise que começou com a inflação e consequentemente juros altos, quando os custos agrícolas passaram a ter correção levando-se em conta os índices daí gerados, ou seja, pela poupança, arrastou de vez a lavoura cacaueira.

A partir desse momento, constatou-se o inevitável. Os produtores de cacau estavam em estado de pré-falência. Os juros altos, a inflação não permitiram a eles honrar os compromissos assumidos com os bancos e, sem crédito, não puderam produzir como gostariam, como o Brasil precisava.

O resultado de todo esse doloroso processo foi a previsível queda da produção, quando a região passou a produzir, nos últimos anos, uma média, vejam os Senadores, de cerca de 100 mil toneladas.

A região cacaueira, que possuía aproximadamente cerca de 700 mil hectares de cacaueiros, hoje está resumida a 400 mil aproximadamente, perdeu mais de 200 mil empregos, levando, ao longo deste tempo, muitas famílias para as periferias das grandes cidades.

O Senador César Borges, no dia 12 de novembro deste ano, com muita propriedade, já tratou deste

tema tão importante para toda a Bahia e imprescindível para o nosso País.

Ao me conclamar para ajudá-lo nesta cruzada, fez-me estudar o assunto, pesquisar o problema, e tenho certeza, Senador, de que a Instrução Normativa nº 11 não pode ser aplicada como solução para reforma agrária naquela região. Esta instrução não foi editada pelo nosso Governo, mas mantém suas diretrizes.

Busquei, Senador César Borges, e recebi importante contribuição do agrônomo Ademir Cunha – o popular Janjão, como gosta de ser tratado. Janjão, que já foi Secretário de Agricultura do Município de Coaraci (40km do Município de Itabuna), é um dos que deve ser chamado para discussão e encaminhamento das soluções deste problema.

Ocorre que, por meio da Instrução Normativa nº 11, o Incra fixou os índices de rendimento ou produtividade para segmentos da pecuária e da lavoura, incluídos aí os cultivos da seringueira e do cacau.

Preocupados com a impossibilidade de cumprirem os índices definidos pelo Incra, os produtores rurais têm procurado sensibilizar autoridades e órgãos ligados aos seus segmentos produtivos, na esperança de que as metas sejam revistas. É o que aconteceu, por exemplo, na região cacauzeira da Bahia, onde a disparidade entre a produtividade real e a estimada pelo Incra levou os produtores a pleitear uma reação do órgão de classe.

O resultado desse trabalho foi um relatório, Sr. Presidente, que tenho em mão, demonstra de forma cabal que os índices fixados pelo Incra são absolutamente impraticáveis e criam riscos para os produtores, os quais poderiam ter suas propriedades consideradas improdutivas.

Isso, sem falar, Sr. Presidente, que o plantio do cacau preserva realmente o meio ambiente, preserva as árvores, porque ele é plantado sem o corte das árvores, é plantado embaixo das árvores nativas, o que para o meio ambiente também é altamente rico, Senador César Borges.

V. Exª pede-me um aparte? Concedo.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Serys Slhessarenko, quero, comovido, agradecer a V. Exª por esse pronunciamento. V. Exª que veio do Mato Grosso, de uma região tão distante da problemática do cacau, mas que com sensibilidade se volta para esse assunto que afeta milhares

de brasileiros, de baianos na zona cacauzeira. Citou V. Exª um problema que merece total atenção do Governo Federal. E V. Exª situa o problema muito bem, um problema que, sem sombra de dúvida, merece a total atenção do Governo Federal. Essa região já contribuiu muito para este País na exportação do cacau, com as divisas até para a industrialização de São Paulo, emprega milhares, mais de 250 mil pessoas na Bahia e, portanto, merece atenção do Governo Federal, seja por meio de financiamento, seja por meio do apoio técnico à Cepac, órgão que cuida da lavoura cacauzeira. Temos agora uma rota tecnológica para a saída do problema da vassoura-de-bruxa e os preços internacionais começam a se recuperar. Temos tudo para voltar ao vigor e à pujança dessa lavoura, que pode servir e com certeza servirá muito ainda ao nosso País. V. Exª traz o apoio do Mato Grosso, seu conhecimento, expondo que o cacau é preservacionista; conserva a Mata Atlântica. O Incra tem que ter sensibilidade. Não podemos submeter essa lavoura a mais uma dificuldade, uma dificuldade artificial causada por aquele órgão. Portanto, como baiano, agradeço sensibilizado e comovido o seu apoio a essa região. É um agradecimento que, tenho certeza, faço em nome de todos os baianos. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Agradeço o seu aparte e peço que ele seja anexado ao meu pronunciamento, Senador César Borges.

Pediria ao Presidente que considerasse o meu discurso como lido porque vou partir para o final dele. Tenho dados importantíssimo aqui sobre o problema da vassoura-de-bruxa, a quantidade que era produzida, o que é produzido hoje. Mas não dará tempo de fazer essa leitura devido ao adiantado da hora.

Finalizando essa parte, esse é um problema sério, em que o Senador César Borges vem trabalhando com muita determinação.

Srªs e Srs. Senadores, vamos continuar trabalhando sem interferir na Bahia, porque não vou disputar espaço naquele Estado. No entanto, para disputar espaço de luta para melhorar a lavoura cacauzeira, estou à disposição.

Senadores César Borges, Rodolpho Tourinho e Antonio Carlos Magalhães, essa é uma cultura importantíssima.

Conversei com o Presidente da Mesa, Senador Romeu Tuma, e S. Ex^a colocou-me dados, que não tínhamos e que, hoje, estão sendo divulgados, a respeito da importância do cacau, do chocolate, inclusive para a saúde. Para a alimentação do brasileiro e para a busca de divisas, é extremamente importante a lavoura cacauzeira, não tenho dúvidas, como são importantes as lavouras de soja e de algodão do nosso Estado de Mato Grosso.

Precisamos de incentivos e estímulos para o nosso Estado, a fim de que ele deslanche e dê o salto de desenvolvimento que está à beira de realizar, e para a recuperação da lavoura cacauzeira da Bahia.

Prometo ao Presidente que terminarei no prazo que me foi dado, mas antes quero dizer às Sr^{as} Senadoras, aos Srs. Senadores e a toda a população brasileira que nos ouve que aqui trabalhamos, e trabalhamos muito.

Neste meu primeiro ano de mandato, sou testemunha de que trabalhamos muito no Senado da República. Não importa se é dia, noite, sábado ou domingo.

Eu, por exemplo, participo de inúmeras Comissões – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Comissão de Infra-Estrutura e Serviços – e também de Subcomissões, como a Subcomissão de Segurança, que é importantíssima, a Subcomissão da Saúde e a Subcomissão do Turismo. Participo de CPMLs e de várias frentes parlamentares e sou Presidente de duas delas: Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21. Presido a Frente do Software Livre e Inclusão Digital, assim como o Conselho da Mulher Cidadã Berta Lutz, composto 50% de Srs. Senadores e 50% de Sr^{as} Senadoras. Sou Coordenadora da Bancada feminina pelo Senado da República no Congresso Nacional. Exercemos um trabalho exaustivo referente à questão da mulher, que consideramos da maior importância e relevância. Realmente precisamos, no ano de 2004, estudar muito esse assunto, porque chega de opressão e de violência contra a mulher.

O Congresso Nacional, em especial o Senado da República, estabeleceu o ano de 2004 como o Ano Nacional da Mulher, mas muitas ações extremamente concretas certamente emergirão do Senado, porque a Comissão que trata dessa questão já está traba-

lhando com a profundidade e com a seriedade que merece esse tema relativo à mulher.

Sou Coordenadora da Bancada do nosso Estado de Mato Grosso, que, num clima democrático, também conseguiu examinar as definições das emendas orçamentárias. O mérito pela forma como foram analisadas as questões das emendas deve-se a toda a nossa Bancada, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, e às Sras e Srs. Deputados do nosso Estado.

Também empreendemos muita luta nesta Casa com relação às estradas mato-grossenses. Todos sabemos que Mato Grosso é um Estado de potencial riquíssimo. Mato Grosso não é pobre, não, mas rico, e muito, em termos de potencialidade. Entretanto, precisa de um mínimo de infra-estrutura, como foi oferecido a muitos outros Estados. Não tivemos, ainda, essa oportunidade. Quando falo disso, refiro-me à Região Centro-Oeste, especificamente ao Estado de Mato Grosso.

Apresentamos vários projetos que estão em tramitação. Alguns foram aprovados, relatamos outros nas Comissões e também participamos de outros tantos.

Quero dizer a todos os que nos estão ouvindo – homens, mulheres, crianças, jovens, pessoas da terceira idade e companheiros Senadores – que, nesta época de Natal, é bom lembrar que o Criador sempre quis, buscou, quer e buscará que todos nós nos tratemos com o sentimento da fraternidade e da solidariedade. Espero que 2004 seja um ano favorável a todos os brasileiros e que tenhamos esses sentimentos em nosso coração, em nossa vontade, em nossos ideais, em nossas defesas. Que façamos de 2004 um ano favorável, em especial, à maioria da população, que ainda vive em estado de pobreza absoluta ou de muita dificuldade.

São esses os meus votos: que consigamos fazer de 2004 um ano favorável à maioria que ainda está muito marginalizada em nosso País.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Falo hoje desta tribuna, sensibilizada pelo problema grave que vive o Sul da Bahia, mais especificamente sua região cacaueira, que abrange cerca de 105 municípios e que já produziu aproximadamente 350.000 toneladas de cacau e empregou mais de 300.000 trabalhadores rurais, o que não é pouco. Ocorre que, a partir da década de 80, a lavoura cacaueira começou a mergulhar numa profunda crise, que se arrasta até os dias atuais.

A crise que começou com a inflação e conseqüentemente juros altos, quando os custos agrícolas passaram a ter correção levando-se em conta os índices daí gerados, ou seja, pela poupança, arrastou de vez a lavoura cacaueira.

A partir deste momento constatou-se o inevitável. Os produtores de cacau estavam em estado de pré-falência. Os juros altos, a inflação, não permitiram a eles honrar os compromissos

assumidos com os bancos, e sem crédito, não puderam produzir como gostariam, como o Brasil precisava.

O resultado de todo este doloroso processo foi a previsível queda da produção, quando a região passou a produzir uma média nos últimos anos, vejam os Senhores, de cerca de 100.000 toneladas.

A região cacaueteira que possuía aproximadamente cerca de 700.000 hectares de cacaueteiros, hoje está resumida a 400.000 aproximadamente, perdeu mais de 200.000 empregos, levando ao longo deste tempo muitas famílias para as periferias das grandes cidades.

O Senador César Borges, no dia 12 de novembro deste ano, com muita propriedade, já tratou deste tema, tão importante para toda Bahia e imprescindível para o nosso País.

Ao me conchamar para ajudá-lo nesta cruzada, me fez estudar o assunto, pesquisar o problema, e tenho certeza Senador, a instrução normativa nº 11 não pode ser aplicada como solução para reforma agrária naquela região. Esta instrução, que não foi editada pelo nosso governo, mas que mantém suas diretrizes.

Busquei, Senador César Borges e recebi, importante contribuição do agrônomo Ademir Cunha – o popular “Janjão”, como gosta de ser tratado. Janjão, que já foi Secretário de Agricultura do município de Coaraci (40 km do Município de Itabuna), deve ser chamado para discussão e encaminhamento das soluções deste problema.

Ocorre que por meio da Instrução Normativa nº 11,
o Incra fixou os índices de rendimento ou
produtividade para segmentos da pecuária e da lavoura, incluídos aí
os cultivos da seringueira e do cacau.

Preocupados com a impossibilidade de cumprirem os índices
definidos pelo Incra, os produtores rurais têm procurado sensibilizar
autoridades e órgãos ligados aos seus segmentos produtivos, na
esperança de que as metas sejam revistas.

É o que aconteceu, por exemplo, na região cacauzeira da Bahia,
onde a disparidade entre a produtividade real e a estimada pelo Incra
levou os produtores a pleitear uma reação do órgão de classe. Em
ior, ^{que} criou grupos de

trabalho para levantar e definir os índices reais de produtividade na região.

O resultado desse trabalho, Senhor Presidente, que tenho em mãos, demonstra de forma cabal que os índices fixados pelo Incra são absolutamente impraticáveis e criam riscos para os produtores, os quais poderiam ter suas propriedades consideradas improdutivas.

A Instrução Normativa nº 11 estabeleceu o índice de 700 quilos de cacau em caroço por hectare

Com a chegada da vassoura-de-bruxa, verificou-se uma queda acentuada na produtividade do cacau, conforme fica demonstrado em outra série histórica de 12 safras. Em 1990, esse índice foi de 535 quilos por hectare no Brasil e 543 na Bahia. Em 1991, caiu para 480 quilos por hectare no Brasil e 477 na Bahia. Nos anos seguintes, a produtividade continuou em queda livre, para chegar em 2001 a 278 quilos por hectare, na média brasileira, e 220 quilos na Bahia. Os dados, revela o estudo, são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

“Sem dúvida – assinala o estudo elaborado pelo grupo de trabalho – esse baixo rendimento do cacau resulta da instalação e permanência da vassoura-de-bruxa, que, de forma insidiosa e incontrolável, provocou a degenerescência dos cacaueiros. Mesmo com o advento dos programas para recuperação da lavoura cacaueira, iniciados em 1995, os índices de produtividade permanecem baixos. Em realidade, considerando-se

os 24 anos aqui tratados da cacauicultura, comprova-se que os 700 quilos de cacau por hectare/ano nunca foram alcançados”.

O estudo alerta, Senhor Presidente, para as dificuldades em fazer projeções sobre a produção do cacau, pois os dados quase sempre são incompletos e não confiáveis. “É impossível estabelecer-se índice de rendimento, porquanto os cacauzeiros clonados (novos) não produzem a quantidade suficiente que permitam o fornecimento de dados para se delimitar o rendimento por hectare. É muito cedo para a obtenção e fixação dos rendimentos – acrescenta o relatório – porque somente a partir de 1998 deu-se início, timidamente, ao processo de recuperação da lavoura cacauzeira pelo método de clonagem com variedades resistentes à vassoura-de-bruxa”.

O documento alerta para o fato de que a substituição da lavoura é lenta, o que exigiria um período mínimo de dez anos para que sejam estabelecidos os novos índices de produtividade. Desconhecer essas circunstâncias, portanto, significaria agir com leviandade, especialmente quando se trata de classificar as propriedades como produtivas ou improdutivas, com base em um patamar irreal de produtividade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, os cacauicultores têm se mobilizado junto aos órgãos de classe e às

autoridades competentes para que os índices definidos pela Instrução Normativa nº 11 não embasem as avaliações das propriedades em produtivas ou improdutivas. Acredito que as autoridades, tanto quanto os políticos e os setores representativos dos produtores rurais, devem estar atentas a essa reivindicação, promovendo desde já a revisão dos índices estimados para a cacauicultura e para outros segmentos da agropecuária, igualmente prejudicados.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como o nosso tempo está quase esgotado e V. Ex^a está indicado para usar o tempo da Liderança do PFL, eu pediria, se possível, que falasse em cinco minutos.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não era meu desejo voltar à tribuna do Senado da República para falar deste assunto, que é por demais constrangedor e inoportuno, no momento em que todos se preparam para comemorar as festas natalinas. No entanto, a minha obrigação como Senador da República, representante do Estado do Piauí, não me deixa outra alternativa que não seja a de voltar a esta tribuna, por deferência especial do Líder do PFL, Senador José Agripino, que me cedeu o horário da Liderança do meu Partido, para falar, novamente, sobre a questão do pagamento do 13º salário aos servidores públicos do Estado do Piauí.

Por sorte, está aqui um ex-Governador, o Senador Mão Santa. Não voltaria hoje a este assunto não fossem declarações do Governador do Estado respondendo a um pronunciamento que fiz ontem, em que eu dizia que o pagamento, da maneira como estava sendo colocado, com o servidor, que tem o direito sagrado de receber o seu 13º, passando a ser devedor do Banco do Brasil, era uma verdadeira arapuca.

O Governador respondeu da seguinte maneira: “Eu queria que o Senador estivesse aqui no ano passado, dizendo por que não pagou o 13º mês, por que não pagou em outros anos em que eles governaram. Eu queria que ele estivesse aqui falando do bagaço que o seu Governo entregou para a gente.”

Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Governador que, de maneira nenhuma, a minha intenção é criticá-lo. O Senado da República é testemunha de que estou procurando uma solução, juntamente com o Senador Mão Santa, que aqui está, porque não nos interessa, nem ao Piauí, ver os servidores públicos, nas vésperas do Natal, sem direito a receber o justo 13º mês.

Quero lembrar ao Governador que não governei o Piauí no ano passado, portanto não sou responsável por atraso de pagamento ou coisa que o valha, e que meu Partido não governou nos anos anteriores.

Sobre o bagaço do Estado que fala ter recebido, Senador Mão Santa, caberia ao Governador ter feito,

logo no momento de sua posse, ou à medida que fosse tomando conhecimento desses desacertos, uma denúncia, ter tomado uma série de providências. Não! Manteve-se em silêncio, vendendo otimismo ao Piauí durante 11 meses. Agora deixa o servidor público nessa situação.

Veja bem o que disse o jornal **Política**:

O Governador lembrou que, somente este ano, foram 15 folhas de pagamento deixadas como herança da gestão passada, incluindo parte da parcela do 13º mês do ano de 2002.

Senador Raupp, V. Ex^a governou o seu Estado, e sabe que herança de 14 folhas não é responsabilidade de governo passado, mas sim a consequência de um pagamento mensal que todo governante tem obrigação de fazer para com os servidores do Estado. Portanto, não é herança maldita alguma, e não há nada de errado nisso. Hoje, a Assembléia do Piauí repercutiu o verdadeiro pânico que viveu o servidor público em Teresina: as desinformações, a necessidade de um cadastramento... Veja, Senador Mão Santa, na Assembléia Legislativa, o Deputado Luciano Nunes Filho, jovem e brilhante parlamentar que vem apoiando as ações do Governador Wellington Dias, diz simplesmente: “É um desrespeito ao servidor”. O Deputado Irmão Elias, também seguidor e apoiador das ações do Governador, diz que os funcionários estão dizendo os piores adjetivos para o Governo. E reclama: “Este empréstimo é uma marmota”. Nosso Líder, o Deputado Homero Castelo Branco, lembra que há 60 dias o Governador pregava que os recursos estavam assegurados.

Quem não se lembra quando W. Dias foi para a imprensa dizer que o pagamento de 13º não seria mais manchete nos jornais?

O Deputado Leal Júnior lembra que a Resolução nº 2.461, de 1997, do Conselho Monetário Nacional proíbe esse tipo de simulação de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campainha.) Senador Heráclito Fortes, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão por cinco minutos. E concedo a V. Ex^a mais dois minutos a fim de que V. Ex^a encerre o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, Sr. Presidente. Peço a compreensão apenas para concluir a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com muita simpatia, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Resolução nº 2.461, de 1997, do Conselho Monetário Nacional proíbe esse tipo de simulação de crédito, e o art. 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que esse tipo de operação é nula. O pefelista Deputado Leal Júnior acrescenta que tanto o banco que financia o empréstimo como o funcionário público que autoriza a operação podem ser penalizados com base na Lei nº 10.026, que estabelece os crimes fiscais com pena de um a dois anos de reclusão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que tenho pelo Governador Wellington Dias a maior estima e me causa pena o estado em que ele se encontra. Um ano, Senador Mão Santa, acreditando nas promessas do Governo Federal. Quantos Ministros foram lá, com esperança de balaio e balaio de dinheiro! Quantas promessas de recursos! E hoje está nessa situação. Quero dizer também ao Governador Wellington Dias que ele não deve se mirar no exemplo dos Governos passados por não cumprir as suas promessas com o servidor público. Até porque sua bandeira de campanha foi exatamente a de dar um tratamento ao servidor público que os Governos de então não conseguiram dar. Quem assegurava aumento de salário, pagamento em dia, inclusive do 13º, era o atual Governador nas suas andanças pelo Piauí afora. Digo isso com muita tristeza. Continuarei a fazer o que hoje fiz, procurei o Líder Aloizio Mercadante para dizer-lhe sobre a situação grave em que o Estado se encontra. S. Ex^a me prometeu tomar providências.

O Governador não merece passar – quero ser justo aqui com S. Ex^a e, volto a dizer, causa-me pena – pelos constrangimentos que está passando. A in experiência administrativa de S. Ex^a não justifica que o resultado seja o sofrimento dos funcionários públicos no Estado do Piauí nesse momento.

Finalizando e agradecendo a generosidade do Sr. Presidente, Romeu Tuma, queria fazer apenas algumas indagações.

Senador Paulo Paim, que vem bravamente defendendo os servidores públicos no Senado, como fez na Câmara dos Deputados, será que para receber salário normal alguém precisa ser submetido ao SPC ou ao Serasa? Não. No caso de empréstimos, sim. O que farão aqueles que por circunstâncias sociais im-

postas pelas adversidades não estão habilitados para isso? Os pensionistas, Senador Mão Santa, os aposentados e os funcionários do Governo do Estado em escritórios aqui em Brasília, que moram fora do Estado, como vão proceder para receber o seu 13º salário? Como farão? Terão que se deslocar para Teresina? O Governo do Estado, assim procedendo, está trabalhando única e exclusivamente para que o Banco do Brasil cumpra as suas metas de abertura de contas. Os servidores do Banco do Brasil que terão de fazer hora extra, serviço dobrado, até as 9 horas, 10 horas da noite, receberão gratificações equivalentes?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é injusta, é incorreta, é pouco prática, é burocrática e ineficiente essa solução atabalhoada com que o Governador, por meio de conselhos sabe-se lá de quem da sua equipe, tenta equacionar a situação. Faço este registro lamentando que tenha que voltar à tribuna para tratar deste assunto, mas o faço em solidariedade ao sofrimento do servidor público do Estado do Piauí, que esperava, sob a estrela do PT, ter um Natal de alegria e, acima de tudo, com os salários em dia. O que mais me preocupa é que me parece que este fim de ano de angústia para o servidor público do Piauí é apenas um prenúncio dos dias difíceis que eles irão enfrentar no decorrer do próximo ano. Faço votos que o Governo Federal acorde e acuda o único Governador nordestino eleito pelo PT, que possamos dizer que, pelo menos com relação ao servidor piauiense, o Governador do Estado cumpriu com seu dever.

Agradeço a V. Ex^a, repetindo que o Governador Wellington Dias não tome as minhas palavras como crítica ao seu Governo, mas apenas como um alerta que estou fazendo ao Governo Federal para que atenda a um correligionário que está, não fosse o ocorrido, à beira de um naufrágio. Ainda há tempo de se soltar a bóia para socorrer esse jovem e esperançoso político que hoje governa o meu Estado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno.)

Leal Júnior diz que operação é ilegal e pode resultar em prisão

Repórter: Fábio Naves

No primeiro dia de convocação extraordinária, a oposição se revezou na tribuna da Assembleia Legislativa para criticar o empréstimo que o Governo do Estado fez junto ao Banco do Brasil em nome do servidor para bancar o pagamento da segunda parcela do 13º salário.

O deputado Luciano Nunes (PSDB) disse que a forma do empréstimo "é um desrespeito ao servidor". O colega Irmão Elias (PP) frisou que tem ouvido de vários funcionários "os piores adjetivos para o governo" e acrescentou que os servidores foram enganados. "Esse empréstimo é uma marmota", reclama.

O líder do PFL, Hornero Castelo Branco disse que faltou sinceridade ao governador que há 60 dias pregava que os recursos estavam assegurados. "Quem não se lembra quando o W. Dias foi para a imprensa dizer que pagamento de 13º não se é mais manchete nos jornais", lembra.

Já o deputado Leal Júnior chegou a questionar a legalidade do empréstimo. "A resolução nº 2461/97 do Conselho Monetário Nacional proíbe esse tipo de simulação de crédito e o artigo 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que esse tipo de operação é nula", mostra.

O pefelista acrescentou que tanto o banco que financia o empréstimo com o funcionário público que autorizou a operação pode ser penalizado, através de lei nº 10.026 – que estabelece os crimes fiscais com pena de 1 a 2 anos de reclusão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Paulo Paim, pediria que V. Ex^a fosse rápido, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, pedi a palavra por no máximo dois minutos porque não poderia deixar de registrar, no dia de hoje, a importância de termos aprovado a PEC nº 77, em dois turnos, por unanimidade.

A partir do momento em que a Casa votou, o meu gabinete começou a receber **e-mails** chamando a PEC nº 77 de PEC Paulo Paim. A PEC nº 77 traz uma série de avanços. No entanto, o nome da PEC não é Paulo Paim. Para mim, é a PEC dos 81 Senadores. Todos colaboraram para a sua redação. Vejo o Senador Mão Santa, ao lado de V. Ex^a, que me disse, no momento em que se dirigia para votar, que votaria em homenagem ao meu trabalho. Eu diria que o trabalho foi de todos nós, Senador Mão Santa.

O Senador Romeu Tuma deu uma enorme contribuição. Mas o trabalho não terminou. Foi importante a articulação que todos fizemos. Eu falava hoje com o Presidente José Sarney a respeito da disposição de S. Ex^a de colaborar para que a PEC nº 77 seja votada, ainda no mês de janeiro, na Câmara dos Deputados. Conversei também com o Presidente João Paulo Cunha; conversarei hoje, durante o jantar na casa do Presidente José Sarney, com o Presidente Lula. Amanhã, teremos um jantar da Bancada do Bloco de apoio ao Governo, e insistirei com S. Ex^a, porque entendo que só poderemos fazê-lo com a colaboração de todos os Srs. Senadores.

Os oitenta e um Senadores colaboraram para este momento acontecer. Houve aqueles que, lá fora, disseram que estávamos jogando para a torcida, que era tudo uma farsa. Depois de aprovada pela Câmara, vamos poder dizer, de forma democrática no Senado, que estamos cientes do dever cumprido. Por isso aprovamos por unanimidade, com 64 votos dos Senadores, no dia de hoje, a PEC nº 77.

Cumprimento V. Ex^a. Obrigado pela tolerância. Poderemos conversar mais sobre a questão no momento em que eu tiver um espaço maior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Paulo Paim, quero confirmar as palavras de V. Ex^a com relação ao Presidente José Sarney, porque, aqui nesta mesa, hoje à tarde, V. Ex^a comunicou o que acaba de repetir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, por cinco mi-

nutos, para que S. Ex^a possa endereçar o seu importante discurso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, acompanhei com grande interesse o desfecho da 8ª Reunião Ministerial da Alca, realizada em Miami, no final do mês passado.

Os representantes dos governos brasileiro e americano declararam terem ficado satisfeitos com aquilo que resultará na formação de uma Alca “light”, que deverá contemplar uma visão mais flexível sobre a formação do bloco comercial hemisférico.

De acordo com essa nova visão, o objetivo do Brasil e dos Estados Unidos, co-presidentes do processo negociador, é o de delinear um acordo mínimo de modo a alcançar consenso entre os 34 membros do bloco e dar tempo ao tempo para o aprofundamento das negociações em temas sensíveis e de maior complexidade.

Essa nova posição norte-americana representa notável mudança, se lembrarmos-nos que, em outubro de 2002, o Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Robert Zoellick, ao advogar uma Área de Livre Comércio das Américas geral e abrangente, afirmou, em tom arrogante e desafiador, que o Brasil precisaria escolher entre a Alca e a Antártica.

Essa mudança de comportamento por parte dos Estados Unidos tem sua razão de ser. A conjuntura política de hoje não é a mesma de 1994, quando foi lançada a idéia de uma Alca ambiciosa, com a inclusão de itens como compras governamentais, legislação de patentes, setor de serviços e um item muito abrangente e perigoso para o Brasil, que é o da garantia dos investimentos externos. Não é a mesma de antes de setembro de 2001. A defesa de uma Alca “light” pelos Estados Unidos obedece a injunções políticas internas, tanto dos poderosos lobbies de algumas indústrias quanto em virtude do advento das eleições presidenciais naquele país no ano que vem.

Para não desagradar o eleitorado norte-americano, a vontade em prol da liberalização continua desde que as inúmeras barreiras não-tarifárias permaneçam do jeito em que estão. Por outras palavras, é o mesmo que dizer “liberalizar, sim, mas o mercado dos outros”.

É por isso, Sr. Presidente, que devemos ter muito cuidado ao propugnarmos uma Área de Livre Comércio em um continente marcado por tantas desigualdades. Não podemos nos dar ao luxo de defender, de forma inflamada, o livre mercado quando a li-

beralização que está sendo discutida é seletiva e obedece a uma lógica econômica que interessa quase que exclusivamente à maior potência mundial, aos Estados Unidos.

São ingênuos, para dizer o mínimo, os defensores do livre comércio, que não enxergam – ou não querem enxergar – o que aos nossos olhos parece cristalino: os Estados Unidos, em momento algum, sinalizaram com a abertura de áreas da economia em que eles são claramente ineficientes. Ao contrário, o que temos verificado é o movimento inverso, com a promulgação, por exemplo, da Lei de Subsídios à Agricultura, que despejará estonteantes US\$180 bilhões para os agricultores norte-americanos em um prazo de dez anos.

Qual é o sentido, Sr. Presidente, de defendermos um livre comércio que enfatiza a desgravação tarifária, quando os interesses brasileiros são precipuamente nas barreiras não-tarifárias de acesso ao maior mercado do mundo?

Não discutimos o fato de que, no conjunto, os Estados Unidos apresentam economia relativamente aberta. O problema é que os produtos brasileiros de maior competitividade não sofrem apenas com picos tarifários; sofrem, também, com a imposição de coas, de subsídios e de restrições fitossanitárias que encobrem notórios fins protecionistas.

A mudança de enfoque dos Estados Unidos denota que esse país não tenciona ferir nenhuma suscetibilidade no plano interno. É sintomático o representante norte-americano afirmar que “cada um de nós tem sua sensibilidade”. Ora, sem dúvida, abrir o mercado do suco de laranja para os competitivos produtores brasileiros deixaria o governador da Flórida, por acaso, somente por acaso, irmão do Presidente Bush, em uma situação complicada nas próximas eleições. Será que alguém se recorda que foi nesse Estado norte-americano onde as conturbadas eleições presidenciais foram decididas?

O problema, Sras e Srs. Senadores, é que o suco de laranja não está sozinho: a mesma situação ocorre com o setor de couros e calçados, papéis e celulose, siderurgia e o setor têxtil e de confecções. Coincidentemente, as cadeias industriais mais competitivas do Brasil são as mais “sensíveis” para os norte-americanos. Isso sem falar na agricultura, setor econômico em que o Brasil começa a despontar como um dos líderes mundiais.

Em contrapartida, durante anos a fio, os Estados Unidos fizeram defesa renhida da abertura dos chamados bens de capital, da indústria química e petroquímica, áreas em que ainda necessitamos de algum amadurecimento antes de tomarmos medidas liberalizantes de maior envergadura.

Esse quadro que tento esboçar denota uma postura unilateralista, no melhor estilo “venha a nós o vosso reino”, sem contrapartidas, sem a preocupação da reciprocidade, sem a assunção da responsabilidade gerada pela mão pesada do império norte-americano. A Alca, nestes termos, é a antípoda do que foi – e do que tem sido – o processo de integração europeia.

Basta lembrarmos de que a locomotiva franco-germânica sempre se preocupou em agregar, em construir riquezas e de estender as mãos àqueles países menos dinâmicos economicamente, para que estes pudessem, de fato, acompanhar o ritmo daquelas nações mais ricas e industrializadas. O resultado é estonteante aos olhos de todos: quem conheceu Portugal logo após Salazar e conheceu a Espanha logo após Franco e hoje retorna à antiga Ibéria leva um tremendo susto, devido ao extraordinário progresso conseguido por essas nações, por mérito próprio e também por se terem reerguido em ambiente propício à prosperidade recíproca. É esse o traço distintivo, o verdadeiro etos da União Europeia até aqui.

Concluo, com a benevolência de V. Ex^a.

Esses motivos, somados, requerem a atenção redobrada de nossas autoridades.

É esse o nosso maior dever, e são essas as minhas inquietações, que compartilho com V. Ex^{as}, porque estou certo de que não podemos – nem devemos – faltar com o nosso alerta e com a nossa voz quando está em jogo o interesse nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os Srs. Senadores Pedro Simon, Alvaro Dias, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan, Rodolpho Tourinho, Romero Jucá, Amir Lando, Luiz Otávio, João Alberto Souza, Ney Suassuna, Papaléo Paes e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

“É POSSÍVEL UM PAÍS CONVIVER ANO APÓS ANO COM JURO REAL DE 8% A 10%? A RESPOSTA É SIMPLES: NÃO, NÃO E NÃO.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a citação que acabo de fazer foi retirada de recente entrevista à **Folha de SPaulo**, concedida pelo ex-Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. Nessa entrevista, aquele economista mostra por “a mais b” que a política de juros do Banco Central é insustentável.

Sr. Presidente, o governo do Presidente Lula vem argumentando desde meados deste ano que a taxa de juros está sendo reduzida gradualmente, com responsabilidade, em uma estratégia segura de retorno ao crescimento.

Mas a verdade é que a taxa de juros não está caindo! O Banco Central reduziu a famosa taxa SELIC de 26,5%, em junho, para 17,5% em dezembro, porém a inflação caiu a um ritmo mais rápido. E o resultado é que a taxa de juros real, que é a taxa definida pelo Banco Central descontada da inflação, não está caindo. Desde julho o juro real oscila em torno dos 13% ao ano.

Como demonstra o Professor Ibrahim Eris em sua entrevista à **Folha**, a taxa de juros relevante para a economia é a taxa de juros real. É ela que reflete o verdadeiro custo do dinheiro para as empresas e os consumidores. Mas o Banco Central – com o argumento de que deve fazer uma política suave e segura de aterrisagem dos juros – continua a manter apertado o garrote financeiro.

Essa política não tem nada de suave, pois joga o país na estagnação econômica. Não tem nada de segura, pois faz explodir a dívida pública. É tão insana quanto a decisão de um médico que, ao ver a febre diminuir, resolve continuar ministrando a mesma dose de analgésico, achando que com isso está sendo “prudente”, sem dar atenção aos possíveis efeitos colaterais da medicação!

Contudo, Sr. Presidente, eu não quero ocupar a tribuna apenas para reclamar das taxas de juros. Se até o Vice-Presidente da República já se cansou de esbravejar contra os juros, e o Banco Central manteve-se impávido, de que adiantaria um Senador da República repetir o mesmo discurso?

O que eu gostaria de chamar atenção é para o poder imperial de que desfruta o Banco Central no governo do Presidente Lula. Atualmente, o Banco Central, sozinho, define qual é a política monetária que considera adequada para o Brasil e, a partir daí, fixa

arbitrariamente a taxa de juros. Ou seja, hoje em dia, o que existe é a política monetária do Banco Central, e não a política monetária do Brasil.

O que estou dizendo é que o Banco Central decide soberanamente o ritmo da queda da inflação, sem consultar qualquer um dos cento e setenta milhões de brasileiros para saber deles qual seria a taxa de inflação que consideram razoável.

Para o burocrata que comanda o Banco Central – e não estou me referindo aos atuais dirigentes da instituição, alguns deles vindos do PSDB, mas a qualquer um que sente naquelas cadeiras –, quanto menos inflação, melhor, pois isso mostra o quanto ele é eficiente na realização de suas tarefas.

Na verdade, esse burocrata não está preocupado com o fato de que, para reduzir a inflação em um por cento, ele terá que aumentar a taxa de juros em dez por cento e, com isso, exterminar centenas de milhares de empregos. O Banco Central não se importaria em acabar com a economia, se isso fosse necessário para acabar com a inflação.

Aqui é relevante citar, mais uma vez, a entrevista do Professor Eris:

“(...)outra coisa que tem de ser discutida é a meta de inflação. A de 2005 já está fixada em 4,5%. Talvez nós devêssemos discutir se o nível de 4,5% é desejável. Se chegarmos à conclusão de que para ter 4,5% é necessária uma taxa de juro real de 8% a 10%, eu abriria mão de 4,5%, deixaria a inflação em 5,5% e tentaria baixar os juros.

Talvez o Brasil ainda não tenha avançado o suficiente institucionalmente para gerar inflação de 3%, 4% sem praticar juros elevados, o que é um preço muito alto. Não vejo nada de errado em uma inflação de 6% se perpetuar por mais alguns anos. É um debate que vamos ter de fazer em 2004. (...) [se o seu modelo de economia] exige 8% a 10% [de juro real] permanentemente, existe algo de errado com o seu modelo, porque ela está se inviabilizando. É viável ter taxa de juros menores neste país? Eu tenho obrigação de dizer que sim. (...)se quisermos crescer, temos de viabilizar taxas reais, no mercado Selic, de 3%, 4%, no máximo 5%. (...) nos próximos 12 a 24 meses ”

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o exemplo do Chile. O Chile é a menina dos olhos dos economistas ortodoxos. Dizem que lá se pratica

há anos exatamente o que dizem os manuais de economia produzidos em Washington. Pois bem, em 1990, o Chile tinha uma elevada inflação, da ordem de 26% ao ano. E não foi por isso que os ortodoxos chilenos jogaram a taxa de juros na estratosfera. Com uma taxa de juros nominal de apenas 8.2% ao ano, que depois cairia para a faixa dos 6%, deram início a um processo lento e gradual de redução da inflação, que hoje está em quatro por cento. Tudo isso sem sacrificar a economia, que na última década cresceu, em média, 6% ao ano.

Já o Banco Central do Brasil acredita que deve travar uma luta de vida ou morte com a inflação todos os anos. Assim, fixa metas inflacionárias absolutamente irreais, e depois manda os juros para as alturas como forma de obter, a qualquer custo, uma baixa inflação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está na hora de democratizarmos a política monetária. É preciso que a sociedade brasileira tenha um mínimo de poder de decisão quanto à taxa de inflação que considera razoável. Os brasileiros precisam recuperar o poder de decidir sobre quantos postos de trabalho estão dispostos a sacrificar, em troca de uma inflação mais baixa.

Não é mais possível que o Banco Central, sozinho, decida qual a taxa de inflação que o país deve ter. Por isso, eu quero fazer aqui um apelo ao meu amigo Luiz Inácio Lula da Silva:

Senhor Presidente da República, envie ao Congresso Nacional um projeto de lei para limitar os poderes do Banco Central. Vamos regulamentar o art. 192 da Constituição, que exige uma lei complementar para definir os limites e prerrogativas das instituições reguladoras do sistema financeiro.

Presidente Lula, o que precisamos é de uma lei complementar que estabeleça que a meta de inflação seja submetida ao Congresso Nacional, para que os representantes da população brasileira digam se essa meta de inflação está exageradamente pequena, exigindo sacrifícios excessivos e juros muito altos, ou se a meta está muito folgada, colocando o país sob o risco de retorno da hiperinflação.

Vamos fazer uma lei em que o Presidente da República sugira ao Congresso Nacional a meta de inflação, e que o Banco Central passe a ser, simplesmente, o executor dessa meta, definida democraticamente pela sociedade. Somente assim conseguiremos impedir que o Banco Central imponha taxas de juros insanas a todos os brasileiros.

Do contrário, Sr. Presidente, continuaremos a viver sob a ditadura do Banco Central, correndo diretamente para mais uma quebra das finanças públicas brasileiras, que serão engolidas pelo peso dos juros.

E nesse momento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu gostaria de chamar a sua atenção para alguns dados preocupantes.

O Brasil tem a maior taxa de juros do mundo! A Rússia recentemente declarou moratória, está sob a desconfiança de toda a comunidade financeira internacional e, mesmo assim, paga juros menores do que os nossos. A Argentina, tecnicamente falida, também paga juros menores.

Para pagar esses juros estratosféricos, o Brasil fazendo seguidos superávits primários. Dizem os teóricos do governo que com esses superávits seremos capazes de pagar a dívida pública mais rapidamente e que, no longo prazo, uma dívida menor exigirá menos juros.

Mas essa afirmação não corresponde à verdade. As taxas de juros atuais são tão altas, que não há superávit primário capaz de pagar todo o juro que o país passa a dever. E o resultado, qual é? O resultado é que a dívida pública não pára de crescer, apesar do imenso arrocho que é feito nas contas públicas. Deixa-se de construir e recuperar estradas, deixa-se de colocar remédios nos hospitais públicos, deixa-se de instalar esgotos nas favelas. Tudo isso, para economizar dinheiro e pagar os juros da dívida. Pergunto mais uma vez: qual é o resultado? O resultado é o crescimento da dívida pública, que passou de 56% para 60% do PIB entre janeiro e setembro deste ano! O resultado é que toda a despesa do Tesouro Nacional em custeio e investimentos neste ano de 2003 não supera o que o Tesouro gastou com o pagamento de encargos da dívida.

Todo o esforço do Tesouro Nacional para cortar despesas e ter dinheiro para pagar juros é anulado por uma simples decisão do imperial Banco Central de não reduzir os juros reais.

Contenhamos agora a insanidade monetária do Banco Central, ou daqui a um ou dois anos estaremos discutindo a moratória da dívida pública interna brasileira.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que reitero o meu apelo ao Presidente da República, um homem de inegável trajetória democrática:

Presidente Lula, envie ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que retire do Banco Central o poder de definir a meta de inflação! Vamos estabelecer essa meta por proposta do Presidente da República sujeita à aprovação do Congresso. Vamos deixar para o Banco Central a legítima tarefa de usar os instrumentos de política monetária para buscar a meta de inflação que a sociedade, por meio do Congresso Nacional, considerar adequada!

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR.Sem apanhamento taquigráfico.) –

REFORMA AGRÁRIA DE LULA É 'UMA VERGONHA'

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho neste momento à tribuna para comentar a matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 04 de dezembro do corrente, intitulada "Reforma agrária de Lula é 'uma vergonha', acusa Stédile".

A matéria, que solicito seja inserida nos Anais do Senado, mostra a insatisfação de um ex-aliado do Presidente Lula, o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile.

Stédile diz que a reforma agrária do primeiro ano do governo Lula foi "uma vergonha" e ainda espera "uma reforma maciça". Com isso, o número de ex-aliados do "Lulinha paz e amor" aumenta a cada dia que passa.

O texto que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno.)

Reforma agrária de Lula é 'uma vergonha', acusa Stédile

— LUCIANA NUNES LEAL —

RIO — O coordenador nacional do MST João Pedro Stédile afirmou ontem que a reforma agrária do primeiro ano do governo Lula foi "uma vergonha" e ainda espera "uma reforma maciça". "E que o governo pare de dar desculpa de que falta dinheiro", criticou, no lançamento do Relatório Direitos Humanos no Brasil 2003. "Nunca dissemos ao governo que vamos fazer trégua. Trégua implica guerra e não é uma palavra adequada para os movimentos sociais."

A reforma, segundo ele, é "apenas um instrumento para criar emprego no campo". O líder considerou o desemprego o maior problema do País e atacou a política econômica. Disse que o desemprego vem se acentuando "porque não há debate para a mudança do modelo econômico e o governo Lula se sente atado a compromissos eleitorais e alianças no Congresso."

Na sua avaliação, os ministros se dividem em "neoliberais, neoliberais reciclados, que na essência mantêm o neoliberalismo, e comprometidos com movimentos sociais". Stédile lembrou que levou um "puxão de orelha" de

Lula por criticar Antônio Palocci (Fazenda), ex-prefeito de Ribeirão Preto, e assegurou que elas não foram pessoais e sim à política econômica.

"Chegamos a um modelo que só aumenta a pobreza", afirmou. "Ribeirão Preto é propagandeado por ministros co-

mo a Califórnia brasileira, mas a população carcerária é maior do que a do meio rural. No que depender deles, vão transformar o Brasil numa grande Ribeirão." Ele ressaltou que "falar mal do governo Lula não vai resolver, vai no máximo desopilar o fígado" e pregou um mutirão da sociedade em busca de soluções para o desemprego.

Protestos — No debate de lançamento do relatório que apontou aumento do número de assassinatos de sem-terra e líderes indígenas, Stédile foi até comedido nas críticas. Militantes dos direitos humanos não perdoaram Lula, de quem cobraram cumprimento de promessas da campanha e sensibilidade para as causas sociais.

"Na questão dos transgênicos, o presidente está reagindo aos gritos, gritos dos ruralistas, gritos das empresas", protestou Flávia Londres, assessora da campanha Por Um Brasil Livre

de Transgênicos. "Não é à base de grito que um governo pode funcionar, vendo quem consegue gritar mais alto. Não demos um cheque em branco ao presidente para fazer o que bem entender." Ela lembrou que, num protesto de ambientalistas na semana passada, Lula disse não ter medo de gritos.

A representante do Conselho Indigenista Missionário, Rosane Lacerda, criticou a reação de Lula quando, segundo ela, lhe foram apresentados os números de assassinatos de líderes indígenas em 2003. "O presidente procurou desmerecer os dados, dizendo que se tratam de conflitos internos dos índios. Sabemos que não é realidade."

Sérvulo Borges, do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial — grupo que protesta contra as decisões governamentais tomadas sem levar em conta a opinião da população de Alcântara (MA) —, lamentou a situação. "Antes eram governos de direita. Mas este governo está agora continuando a mesma política. Não somos ouvidos."

**Nunca
dissemos que
vamos fazer
trégua. A palavra
implica guerra e
não é adequada
a movimentos
sociais**

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

EXCLUSÃO SOCIAL

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a última Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE mostrou que o trabalho infantil registrou um aumento de 76% no período entre setembro de 2002 e setembro de 2003. A queda na renda do trabalhador foi a principal causa apontada para a elevação tão significativa desse índice.

“Trabalho infantil”: Este é o título do artigo publicado no jornal **Folha de SPaulo**, edição de 20 de no-

vembro do corrente, e cujo teor solicito seja transcrito nos Anais do Senado da República, pois, como diz o texto, “admitir que um garoto de apenas 10 anos troque os estudos pelo trabalho é incentivar a exclusão social”.

O texto que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno.)

TRABALHO INFANTIL

SÃO EXTREMAMENTE preocupantes as informações de que o trabalho infantil cresceu ao longo dos últimos meses. Pior, não se trata de uma ligeira alta, mas de um aumento de 76%. O dado foi apurado na PME (Pesquisa Mensal de Emprego), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com o instituto, o contingente de crianças entre 10 e 14 anos que trabalham saltou de 75 mil em setembro de 2002 para 132 mil em setembro último. A PME é feita nas seis principais regiões metropolitanas do país.

A principal explicação para o fenômeno, aventada por técnicos do próprio IBGE, é a queda na renda do trabalhador. Jovens que antes não trabalhavam passaram a fazê-lo para complementar o orçamento familiar. Em setembro passado, a renda média real do trabalho caiu 14,6% em relação a setembro anterior.

A Constituição veda o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz e, ainda assim, ape-

nas a partir dos 14. Embora muitos considerem esse veto algo irrealista, não há dúvidas de que é fundamental garantir que todo jovem frequente a escola. Admitir que um garoto de apenas dez anos troque os estudos pelo trabalho é incentivar a exclusão social. É praticamente condená-lo a exercer apenas trabalhos precários e mal remunerados pelo resto de sua existência.

O melhor remédio para essa situação são programas como o Bolsa-Escola. De um lado, eles reduzem a necessidade de o jovem trabalhar para ajudar no orçamento familiar. De outro, ao cobrar a presença das crianças na escola, procura criar as condições para que a família possa no futuro romper o ciclo vicioso miséria-ignorância-miséria.

Seria irrealista esperar que contingências macroeconômicas não tivessem nenhum efeito sobre o trabalho infantil, mas essa é mais uma razão para o governo atuar com firmeza sobre o problema.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

VENDAS NO COMÉRCIO EM QUEDA

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho neste momento à tribuna comentar a matéria intitulada “Quase um ano no vermelho”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 13 de dezembro do corrente ano.

A matéria, de extrema atualidade, pelo que entendendo que a inserção nos Anais do Senado é oportuna, mostra que, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, as

vendas do comércio varejista deverão terminar o ano de 2003 com resultado negativo. O péssimo desempenho do setor foi influenciado diretamente pela perda do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro e o alto índice de desemprego do país.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE

Vendas no comércio brasileiro caem há 11 meses consecutivos por causa do aumento do desemprego e da redução na renda. Ao contrário do que os especialistas esperavam, não houve melhora no mês de outubro

Quase um ano no vermelho

MARCELO TOKARSKI
E MARIANA FLORES
DA EQUIPE DO CORREIO

A perda do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro (15,2% nos últimos 12 meses) e o alto índice de desemprego do país (12,9%) estão provocando sucessivas reduções nas vendas do comércio varejista. Dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as vendas do setor caíram 3,04% em outubro, na comparação com o mesmo período do ano passado. Foi a 11ª queda consecutiva das vendas, que começaram a

passado (veja quadro). Como no acumulado do ano (janeiro-outubro) a retração soma 4,96%, a expectativa dos economistas do IBGE é de que, mesmo havendo recuperação nos dois últimos meses do ano, 2003 terminará com desempenho negativo (leia nesta página).

O resultado de outubro também frustrou as expectativas. “Esperava-se uma situação um pouco melhor, mas as quedas nas vendas de super e hipermercados, alimentos, bebidas e demais artigos de uso pessoal e doméstico puxaram o desempenho do comércio brasileiro para baixo”, explica Nilo Lopes de Macedo, coordenador da pesquisa do IBGE.

As, só uma teve alta, a de móveis e eletrodomésticos, que cresceu 5,21%. Os demais segmentos tiveram retração: hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo (-4,26%); artigos de uso pessoal e doméstico (-4,10%); super e hipermercados (-4,09%); combustíveis e lubrificantes (-3,04%) e tecidos, vestuário e calçados (-1,82%).

“Os segmentos de consumo ligados à renda do trabalhador estão sofrendo. Só houve recuperação nos móveis e eletrodomésticos, onde há maior disponibilidade de crédito”, explica Macedo, referindo-se às medidas adotadas pelo governo de estímulo ao crédito, como o empréstimo

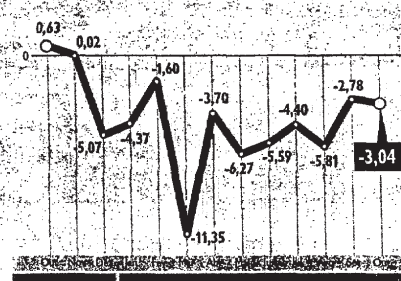
menores que os do mercado.

Segundo ele, somente o segmento de super e hipermercados representa 35% das vendas. “É um setor que depende muito da renda e do desemprego. Por isso, a recuperação não acontece”, afirma. “Tudo que depende do salário do trabalhador está em queda há meses”, reforça Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo.

“O indicador de vendas no varejo consolida os resultados do nível de renda, emprego, crédito e taxa de juros. Com o resultado apresentado fica nítido que as determinantes do consumo ainda estão em situação crítica”, de-

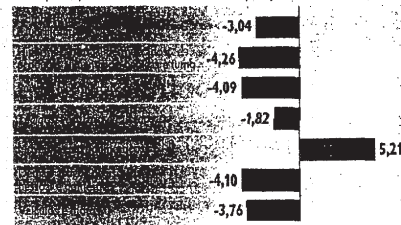
EM QUEDA

Desempenho das vendas do comércio varejista nos últimos 13 meses (em %)



Setores

Desempenho por atividade em outubro de 2003 (em %)



O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) –

BRINDE CONSTRANGEDOR

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna na tarde de hoje para comentar a matéria intitulada “Brinde de Lula constrange presidente sírio”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 04 de dezembro do corrente, que trata de mais uma trapalhada do nosso Presidente.

Solicito que a matéria seja inserida nos Anais do Senado, pois registra o constrangimento que o presi-

dente Lula fez o presidente sírio passar. Ofereceu um “brinde” à felicidade do presidente Al-Assad. Que mancada, não lhe ocorreu que o gesto poderia sugerir a ingestão do álcool, o que é proibido pelas leis muçulmanas.

A matéria, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno.)

Brinde de Lula constrange presidente sírio

*Em país de maioria
muçulmana, que não
tolera álcool, gesto
foi mal recebido*

La tudo muito bem. As palavras do presidente brasileiro favoreciam os países árabes e agradavam aos presentes. Só que havia um imprevisto no caminho. Desta vez, não verbal, mas gestual. Foi quando, acabada a leitura de discurso, Lula convidou todos para “um brinde à felicidade do presidente Al-Assad.” Não lhe ocorreu que o gesto poderia sugerir a ingestão de álcool, o que é proibido pelas leis muçulmanas – e o deslize fica ainda maior se for em público e em atos solenes.

O presidente sírio, que apesar de não ser muçulmano prefere respeitar os valores da sociedade que dirige, não se levantou da cadeira nem estendeu sua taça, já prevendo que isso desagradaria aos setores conservadores do país.

Gafes do gênero já começam a fazer volume, nos breves onze meses de Lula na Presidência. A mais recente delas tem apenas seis dias: foi uma tentativa de fazer piada diante de uma platéia de atletas paraolímpicos, em Brasília. O presidente estava com uma dor no pé e arriscou a brincadeira: “Estou com uma dor no pé, mas não posso nem mancar, para a imprensa não dizer que estou mancando porque estou num encontro com os companheiros portadores de deficiência.”

Mais grave, porém, foi o modo como afirmou seu espanto diante da limpeza das ruas de Windhoek, a capital da Namíbia, no dia 8 de novembro. “Es-

tu surpreso porque, quem chega a Windhoek, não parece que está num país africano”, disse diante de várias autoridades.

Já nos primeiras semanas de governo, Lula foi à Inglaterra participar de um encontro da Governança Progressista e, diante do primeiro-ministro Tony Blair, seu anfitrião, previu que ele está prestes a perder a próxima eleição. “Daqui a dois ou três (encontros), talvez não sejamos muitos dos que estão aqui. E nem será o Tony Blair que estará convidando, será outra pessoa”, profetizou.

Houve ainda o arroubo de valentia do dia 17 de junho, em Pelotas (RS), onde, ao comentar o ritmo do tempo, disse que sua “galega” (a primeira-dama Marisa) “engravidou logo no primeiro dia, porque pernambucano não deixa por menos”.

Já em agosto, Lula foi com o presidente russo Vladimir Putin visitar a Base de Alcântara, no Maranhão – a mesma onde semanas antes uma tragédia havia custado a vida de 19 técnicos. “Há males que vêm para bem”, afirmou então o presidente. “Ao invés de prejudicar o programa espacial brasileiro (o acidente) pode estimular um esforço pelo avanço do conhecimento da pesquisa espacial.”

No dia 1.º de outubro, recebendo no Palácio do Planalto uma delegação de idosos, ele fez um pedido: “quando se aposentarem, por favor, não fiquem em casa atrapalhando a família. Tem que procurar alguma coisa para fazer”. Mas sua melhor avaliação sobre saúde alheia foi a de 28 de maio, quando disse a outra platéia, também de gente mais velha, que “...todos nós temos um pouco de louco dentro de nós. Quem não acreditar é só fazer uma retrospectiva do seu comportamento pessoal nos últimos dez anos”. (Denise Crispim Marín e Gabriel Manzano Filho)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) –

DECISÃO SOBRE IR ‘CUSTARÁ’ R\$ 1,83 BI

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para comentar matéria intitulada “Decisão sobre IR ‘custará’ R\$1,83 bi”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 04 de dezembro do corrente.

A matéria, que solicito seja inserida nos Anais do Senado, mostra mais uma vez que o Governo Lula mentiu durante sua campanha eleitoral, pois prorrogou a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda e com

isso os contribuintes pessoas físicas pagarão mais R\$ 1,83 bilhão à Receita Federal no próximo ano.

Aqueles discursos não são mais os mesmos, agora o PT “joga suas despesas nas costas dos contribuintes”. Esse é o PT.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno.)

Decisão sobre IR ‘custará’ R\$ 1,83 bi

MARCOS CÉZARI
DA REPORTAGEM LOCAL

Os contribuintes pessoas físicas pagarão mais R\$ 1,83 bilhão à Receita Federal no próximo ano por conta da prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda, decidida na terça-feira à noite pela Câmara dos Deputados.

O valor foi estimado ontem pelo advogado Gilberto Luiz do Amaral, presidente do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), com base na evolução da receita do IR nos últimos anos.

Os 27,5% atingem os trabalhadores com ganhos acima de R\$ 2.115 por mês. Como estava prevista a redução da alíquota para 25% a partir de janeiro, aqueles contribuintes pagarão mais 10% de imposto sobre a parcela da renda acima de R\$ 2.115.

A Receita Federal admite que perderia R\$ 1,7 bilhão de arrecadação em 2004 sem a prorrogação dos 27,5%. Pelos cálculos de Amaral, os contribuintes entregariam valor maior ao fisco.

Para a tributarista Elisabeth Libertuci, do escritório Libertuci Advogados, a decisão do governo, de não reajustar a tabela de desconto na fonte e de prorrogar por mais dois anos os 27,5%, provoca dupla perda aos contribuintes.

Primeiro, porque muitos que

estão isentos podem, com o decorrer do tempo, passar a pagar imposto devido a reajustes salariais. Segundo, os que ganham mais acabam tendo uma parcela do salário tributada em mais 10%.

A somatória desses dois fatores poderá levar os contribuintes a pagar mais de R\$ 3 bilhões a mais ao fisco somente no próximo ano. “Mais uma vez a classe média brasileira é chamada para pagar a conta”, afirma a tributarista.

Oito anos de vida

Prevista ao final de 1997 para vigorar por apenas dois anos (durante o biênio 1998/99), a alíquota de 27,5% está completando seis anos de vida neste mês. Completará oito ao final de 2005.

Depois de conviver por vários anos com diversas alíquotas (na década de 80 as tabelas de desconto na fonte chegaram a ter até dez alíquotas), a Receita havia decidido, ao final de 1995, fixar apenas duas: 15% e 25%.

Assim, desde 1996 essa regra é mantida. Só que a alíquota máxi-

ma de 25% vigorou por apenas dois anos: 1996 e 1997. Em 1998 ocorreu o primeiro aumento para 27,5% — os 25% mais 10%. Inicialmente, os 27,5% deveriam vigorar no biênio 1998/99.

O governo FHC, entretanto, conseguiu prorrogar os 27,5% para o triênio 2000 a 2002. No final do ano passado, nova prorrogação, com vigência para o primeiro ano do governo Lula.

Agora, nova prorrogação por mais dois anos. No total, os contribuintes conviverão com os 27,5% por pelo menos oito anos.

Mas o governo não tem usado apenas desse expediente para obter mais receita. A não-correção da tabela — cujo efeito é mais prejudicial ainda aos contribuintes, pois faz com que parte dos isentos passe a pagar imposto — é outra arma muito utilizada.

A tabela ficou congelada por seis anos — de 1996 a 2001. No final de 2001 houve a correção de 17,5%, com o limite de isenção subindo de R\$ 900 para R\$ 1.058 a partir de janeiro de 2002.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo, hoje, esta tribuna com o propósito de discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de minha autoria, que versa sobre a alteração do artigo 61 da Carta Magna. Mais especificamente, trata-se da disposição sobre as formas de exercício da iniciativa popular das leis. Com a alteração proposta, o parágrafo segundo do mencionado artigo passa a vigorar com uma redação mais ampla e detalhada, proporcionando condições objetivamente mais factíveis para a verdadeira concretização do que se denomina “democracia participativa”.

Na verdade, quando da sua confecção, a Constituição de 88 havia abraçado um princípio inegavelmente contemporâneo de representação e exercício direto de poder. Em outras palavras, a combinação da regra da representação política com os mecanismos de manifestação direta da vontade popular moldou uma perspectiva inédita no País, que merecia, há tempos, ser mais detalhadamente definida e operacionalizada. O artigo 14 da Constituição já insinuava algo muito próximo do que almejamos, quando declara que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto igual para todos, por plebiscito, referendo e por iniciativa popular.

Nesse espírito, o retorno contemporâneo ao recurso da participação direta do cidadão na coisa pública e coletiva ganha sentido de extrema propriedade. Embora o modelo da democracia representativa se ajuste a Estados dotados de territórios extensos e de imenso número de eleitores, sabe-se, agora, que, por meio das novas tecnologias de informação, a reunião de cidadãos pode ser plenamente viabilizada, não importa com qual número de indivíduos. Vale lembrar que, até pouco tempo, ainda vigia a tese Jean-Jacques Rousseau, segundo a qual a democracia direta estaria fadada ao fracasso em sociedades cujo corpo político fosse superior a 10 mil participantes.

Ora, como havia dito, o desenvolvimento tecnológico arrastou o argumento de rousseauiano à obsolescência mais elementar. Em nossos dias, é altamente provável que a consulta a vastos contingentes de eleitores, sobre temas os mais variados, se efetive de maneira célere e a custos bem irrisórios. Disso surge a demanda por uma ampliação do número de mecanismos institucionais de democracia direta, além da ampliação do escopo de sua atuação. Isso, evidentemente, não significa a dissolução da democracia representativa, mas, ao contrário, pressupõe

seu fortalecimento, sua revitalização num contexto de sociedade globalizada.

A PEC a que me refiro introduz num único parágrafo do artigo 61 da Constituição dois novos incisos, o primeiro dos quais, conservando a forma atual, prevê que, para a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular à Câmara dos Deputados, ele deverá ser subscrito por 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. A novidade ficará, mesmo, por conta do segundo inciso, que dispõe sobre a possibilidade de apresentação de sugestão legislativa por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

Tal inovação normativa se explica pela facilitação processual que se promove, abrindo espaço para que a sociedade civil organizada desenvolva novas modalidades de participação no jogo democrático. Em prol da ampliação das possibilidades de manifestação direta da soberania popular, nada mais apropriado que convocar a coletividade nacional para o exercício do poder na sua natureza legislativa. A iniciativa popular na direção da apresentação de proposições legislativas tem que ser intensamente estimulada pelo Estado, a ponto de mobilizar os verdadeiros interesses do povo rumo a um estágio de emancipação política mais maduro e abrangente.

Por outro lado, não se pode deixar de notar que a democracia representativa atravessa, por vezes, crises de legitimidade, contra as quais a consulta direta à vontade popular deve funcionar como necessário anteparo. Com tal dispositivo às mãos, o Brasil se previne contra as eventuais instabilidades políticas e institucionais, a cujas eclosões estamos em nossa história tão recorrentemente sujeitos.

Por tais razões, não devemos nos furtar à implementação efetiva dos dispositivos relacionados à consulta da vontade do povo. E desta missão, o Congresso Nacional não se tem esquivado, determinando a criação de comissão permanente com o objetivo de receber sugestão legislativa, à luz do fundamento do artigo 58 da Constituição Federal.

Tanto o Senado quanto a Câmara aproveitaram o abrigo constitucional para ajustarem seus regimentos internos à instalação de tão necessária comissão permanente. Em outras palavras, trata-se de uma Comissão que se destina a acolher sugestões encaminhadas por entidades científicas, culturais, associações e órgãos de classe, enfim, entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos. Caso se julgue a sugestão procedente, determina-se sua

tramitação normal como proposição legislativa. Caso contrário, a proposta é recusada e devidamente arquivada.

Nesse sentido, a PEC nº 91 tem como objetivo principal inserir no texto constitucional um procedimento que, atualmente, já encontra respaldo nos regimentos internos da Câmara Federal e do Senado Federal, cuja contribuição para o processo legislativo brasileiro já se tem mostrado de inestimável relevância. Em suma e para concluir, espero contar com o apoio político de todos os parlamentares para a célebre tramitação dessa Proposta, visando à ampliação das possibilidades de manifestação direta da soberania popular.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a legislação brasileira que trata da segurança e da saúde no trabalho tem longa tradição, de muitas décadas, e vem sendo aperfeiçoada ao longo do tempo. De fato, ela tem acompanhado de perto as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, renovando-se e avançando em seus conceitos e em suas normas.

Também têm avançado dois importantes programas regulamentados por essa legislação. Um deles trata da prevenção e do controle da exposição ocupacional aos riscos químicos, físicos e biológicos presentes no local de trabalho, os chamados riscos ambientais. É o PPRA, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. O outro é um programa médico, e diz respeito à prevenção, ao rastreamento e ao diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. É o PCMSO, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

Não obstante existirem há muitos anos e tendo evoluído, ao longo do tempo, em seus conceitos e em suas normas, tanto o PPRA como o PCMSO enfrentam problemas em sua aplicação e implementação pelas nossas empresas. É o que revela um extenso artigo publicado pela revista **CIPA** em sua edição nº 287. **CIPA** é uma publicação periódica dedicada ao tema da prevenção de acidentes de trabalho.

Tecerei aqui algumas considerações sobre as deficiências na implantação desses dois programas, tão relevantes para a saúde e a produtividade do trabalhador brasileiro. Antes, porém, vale anotar alguns dados revelados no editorial que abre a mesma edição da revista **CIPA**.

Os índices de acidentes de trabalho vêm melhorando, como tendência geral, no Brasil, nos últimos 25 anos. Isso é fruto do esforço das empresas e do progresso da legislação e da sua regulamentação. É sabido que, a cada real investido na prevenção de acidentes, são economizados seis reais, referentes a indenizações, contendas judiciais, amparo às famílias e treinamento de substitutos aos acidentados, entre vários outros fatores. No entanto, as empresas deixam de fazer esse investimento, em momentos de crise, por lhes faltarem recursos. Nessa hora, a empresa opta, perigosamente, por correr o risco.

É o que ocorreu em 2002, ano de dificuldades econômicas, e é o que, infelizmente, ocorrerá, provavelmente, em 2003. Em 2002, o número de acidentes de trabalho foi 14% superior ao de 2001. São números que preocupam, Sr. Presidente.

No entanto, os dois programas em questão, o PPRA e o PCMSO, pelo seu caráter de ação abrangente, de médio e longo prazo, são menos vulneráveis a essas flutuações conjunturais. Contudo, enfrentam consideráveis dificuldades em sua aplicação nas empresas, como revela pesquisa resumida no referido artigo da revista **CIPA**.

A pesquisa, de resultados muito significativos, partiu de uma amostra de 30 empresas de mais de 100 empregados em atividade na cidade de Salvador, no ano de 2002. Empresas industriais, comerciais e de serviços. Os resultados dos levantamentos e das análises efetuadas indicam que 92,9% das empresas apresentaram algum tipo de deficiência em seu programa referente ao ambiente de trabalho potencialmente agressivo, o PPRA. E 85,7% das empresas revelaram deficiências em seu programa médico, o PCMSO.

Note-se que ambos os programas foram modernizados, a partir de 1994, condizentemente com os padrões e conceitos estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho. Decorrido um período de 8 anos, desde essa atualização, constatou a pesquisa que 26,7% das empresas estudadas não tinham sido inspecionadas uma vez sequer. E 83,4% das empresas foram inspecionadas apenas três vezes, ou menos.

Fica, pois, evidente a insuficiência de um dos dois pilares que devem sustentar o programa, ou seja, a fiscalização, a cargo da Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. O outro pilar a sustentar os programas também revelou-se débil: é o controle social, isto é, a fiscalização que deve ser exercida diretamente pelos trabalhadores e pelos seus sindicatos.

Assim, apesar de os dois programas estarem bem conceituados e normatizados, dentro da concepção mais atualizada de privilegiar o instrumental clínico-epidemiológico e de valorizar a participação dos trabalhadores e o controle social, na aplicação prática, real, no campo das empresas, foram reveladas muitas deficiências técnicas e foi exposta a ação limitada e insuficiente da fiscalização estatal dos ambientes de trabalho, bem como ficou evidenciado o precário controle social exercido sobre os programas e que está no âmago de sua concepção.

No âmbito sindical, reconhece a pesquisa que os sindicatos têm que se estruturar melhor, recorrer mais a assessorias técnicas e se organizar nos locais de trabalho. Por exemplo, implantando comissões de saúde nas empresas, incluindo cláusulas de segurança e saúde nos acordos e convenções coletivas, criando departamentos de segurança e saúde e empreendendo campanhas educativas.

Quanto à fiscalização estatal, é evidente a necessidade de expandir sua cobertura e eficácia. Os quadros de inspetores devem ser ampliados, melhor treinados e permanentemente atualizados tecnicamente.

Essas constatações são trazidas pelo oportuno e já referido artigo da revista **CIPA**.

Sr. Presidente, apesar do acentuado progresso alcançado pelo País ao longo das últimas décadas, no campo da prevenção de acidentes de trabalho, vemos que programas de prevenção mais avançados e ambiciosos deparam-se, entre nós, com vários obstáculos que impedem a sua satisfatória implementação. Obstáculos que a sociedade brasileira tem o dever de eliminar, no esforço constante em prol do nosso progresso econômico e social.

Muito obrigado.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1500, quando da descoberta do Brasil contada para a história, a primeira grande reportagem brasileira foi creditada a Pero Vaz de Caminha. Sobre a nova terra, escreveu ele: “matéria que é tanta, e tão grande, tão densa e de tão variada folhagem, que ninguém pode imaginar”. Quinhentos anos depois, apesar do desmatamento e da degradação ambiental, a constatação de Caminha pode, ainda, ser repetida, em possíveis relatos sobre as matas e as florestas brasileiras, particularmente se o novo repórter da história descrever sobre as imensidões amazônicas.

“Faça-se um país à imagem e semelhança do paraíso”. E, assim se fez essa terra distante, desco-

berta quinze séculos depois que o filho do Criador teve que multiplicar pães e peixes e expulsar vendilhões do templo. Mais cinco séculos se passaram e a história mostra que, aqui continua, “em se plantando, tudo dá”. Em terras tão férteis, o milagre da multiplicação se repete a cada semente, a cada safra. Mas, a história também mostra que os vendilhões voltaram ao templo. Eles vieram com os colonizadores e levaram o pau-brasil. Levaram o nosso ouro, a nosso látex, o nosso cacau. Os livros de história brasileira enaltecem a bravura da nossa gente na expulsão de franceses e holandeses. Muito sangue se derramou em defesa da soberania nacional. Hoje, os invasores se travestem de pesquisadores, catequizadores, turistas, organizações humanitárias e não-governamentais e levam as nossas sementes, a nossa madeira mais nobre, o veneno das nossas cobras, a essência das nossas plantas e a beleza dos nossos animais.

O tráfico de animais silvestres já é considerado a terceira maior atividade ilícita do planeta, depois do narcotráfico e do contrabando de armas. Segundo o Ibama, o Brasil perde algo como US\$ 16 milhões diários, com a biopirataria. Isso significa que quase US\$ 6 bilhões anuais se escoam pelo ralo da ilegalidade. Esses números estão, com certeza, subestimados, porque se trata de atividade que, qualquer que seja o número, estará escamoteado pela clandestinidade que, por definição, está fora de qualquer investigação mais apurada. Para se ter, apenas, uma idéia de grandeza, o Ipea estimou o valor do nosso patrimônio genético e chegou a um número próximo de US\$ 2 trilhões.

O Brasil pertence a um grupo de 12 países incluídos na classificação de megadiversidade, que concentram, juntos, mais de 70% da diversidade biológica de todo o planeta. Do outro lado, mais de 80% de toda a pesquisa na área de medicamentos concentra-se nos sete países mais desenvolvidos do mundo. Não é à toa, portanto, o interesse dos países mais ricos pela biodiversidade dos países mais pobres. A biopirataria gera patentes para produtos que são cobradas, ironicamente, de todos os países, incluindo aqueles de onde se extraem, criminosamente, as matérias-primas. Para se ter um exemplo, especialistas em farmacologia estimam que, hoje, 40% das matérias-primas principais utilizadas na fabricação de remédios têm como base os produtos naturais.

A imprensa é rica na divulgação de matérias sobre os desvios daquilo que pode ser a nossa maior riqueza. Não são, apenas, os nossos rios mais caudalosos, que jorram, abundante, o líquido que impulsio-

nará as guerras do futuro. Não são, unicamente, as nossas florestas, como o motivo alegado do tal “pulmão do mundo”. São as nossas madeiras mais nobres, as nossas plantas mais raras, os nossos frutos mais exóticos, os nossos répteis, os nossos fósseis, os nossos minerais mais preciosos...

Segundo a revista **IstoÉ**, o carro chefe da exploração predatória é o mogno, madeira tropical mais nobre e valiosa do mundo. Segundo a edição da revista de 24 de setembro último, entre 1971 e 2001, foram derrubadas 2,5 milhões de árvores, com prejuízos que somam US\$ 4 bilhões. A madeira é desviada, principalmente, para os Estados Unidos e para a Inglaterra. Na Europa, no Japão e nos Estados Unidos, utiliza-se a andiroba, o cupuaçu, a copaíba, o pau-rosa, entre outras plantas, para a produção de cosméticos e remédios. Também a indústria multinacional de medicamentos utiliza, como matéria-prima, a toxina dos sapos amazônicos, o veneno das cobras, o curare, a acerola, a quebra-pedra, o bibiri. Destes animais e destas plantas são retirados remédios para a hepatite B, a hipertensão, além de expectorantes, estimulantes e anestésicos. Uma única grama de veneno de algumas espécies de cobras brasileiras é vendida, pelos piratas dos nossos dias, a US\$ 40 mil. Especula-se que o remédio para a cura da AIDS será extraído da biodiversidade amazônica. Imagine-se, portanto, os bilhões de dólares que são apropriados num mercado em que o Brasil nada recebe. Pior: paga.

Até mesmo a nossa cachaça mais famosa teve que substituir o seu lendário rótulo “Havana”, porque alguém, com certeza degustador contumaz de maltes de outras terras, patenteou tal renome, indubitavelmente sem qualquer alusão ou homenagem à capital de Cuba. A fruta mais exótica da Amazônia, o Cupuaçu foi patenteada pela japonesa Asahi Foods, para produzir chocolate. O extrato da fruta, pela Body Shop, para a produção de cosméticos. A mesma ISTOÉ deu conta de que a Bristol Myers Squibb utiliza o veneno da nossa cobra jararaca, a partir de pesquisa realizada por um professor brasileiro, e registrou a patente de um princípio ativo indicado para controlar a pressão arterial, medicamento que gera, para a empresa, US\$ 2,5 milhões anuais em royalties, pagos, inclusive, pelo Brasil.

A Constituição de 1988 dedica capítulo especial à questão do meio ambiente: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes

e futuras gerações”. No capítulo II do mesmo artigo, enfatiza: “preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e a manipulação de material genético”. Portanto, a defesa da biodiversidade brasileira é um ditame constitucional, a ser assumido pelo poder público e pela coletividade, não apenas através de medidas meramente provisórias.

É evidente que há interesses maiúsculos que procuram manter essa fragilidade na defesa das nossas riquezas naturais. E, não serão as autuações localizadas e a reboque suficientes para expulsar os vendilhões do nosso tempo. Até porque há interesses locais interessados para que se mantenham invadidos os nossos templos.

O Brasil é um país rico, de pobres. As nossas riquezas brotam, como numa possível nova versão da Carta de Caminha. Entretanto, não mais devemos escrever para os novos colonizadores, para aguçá-los na “derrama”. Devemos, sim, refletir sobre tamanhos potenciais, para que possamos ultrapassar essa realidade de um país pobre, de ricos.

Esse tem que ser o grande desafio neste novo ano que se aproxima: ocupar os nossos próprios quintais. A biodiversidade brasileira tem que se constituir, necessariamente, na base para a construção de um projeto de desenvolvimento verdadeiramente nacional, para os brasileiros, para uma nação soberana na propriedade e democrática na repartição das suas riquezas.

O Brasil foi eleito para se constituir numa espécie de síntese da Criação. É preciso tomar posse.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o turismo representa um dos setores da economia que mais crescem no Brasil desde o início dos anos 90. Em tempos de crise, todos sabemos ser essa uma excelente alternativa para a geração de emprego e renda. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo, esse setor da economia emprega, no mundo, aproximadamente 260 milhões de pessoas, ou 10% da força de trabalho global. Não podemos deixar de investir, de maneira planejada e contínua, nessa área, nós que vivemos em um país de grande diversidade cultural, de belíssimas paisagens naturais e que possui muitas regiões com fortíssimo potencial turístico.

Orgulho-me, Sr. Presidente, de representar nesta Casa um dos Estados com maior vocação turística deste País. O Estado do Pará vem, nos últimos

anos, sendo descoberto pelos brasileiros de todas as regiões e por muitos estrangeiros, em geral atraídos pelos encantos da floresta amazônica e por nossas belezas culturais, geográficas e históricas. O Pará, assim, participa ativamente do desenvolvimento do setor de turismo no País.

Certamente, os esforços do Governo Federal têm produzido resultados bastante concretos quanto à expansão de nossas possibilidades em relação ao setor. A nova política nacional de turismo prevê a atração de 9 milhões de turistas internacionais, gerando cerca de 8 bilhões de dólares em divisas. Prevê-se a geração, no período de 2004 a 2007, de 1,2 milhão de novos empregos.

Metas ambiciosas, porém factíveis, tendo em vista a seriedade com que o tema vem sendo tratado, atualmente, na esfera governamental. Note-se que, embora o turismo seja um setor em franca expansão no Brasil, até muito recentemente, apresentava números tímidos, que nos colocavam atrás da Tunísia, da Polônia e da Indonésia, em termos de visitantes estrangeiros.

Apenas um conjunto de políticas públicas muito bem articuladas, fundamentadas na construção de parcerias entre governos federal, estaduais e municipais e a iniciativa privada, podem efetivamente alavancar o setor. Veremos, assim, consolidado o processo de crescimento e de geração de emprego e renda a partir do turismo, como se espera. O País não pode desperdiçar, insisto, esse magnífico diferencial que é a nossa diversidade cultural e histórica e nossa exuberante geografia.

É preciso, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, destacar os esforços realizados pelo Ministério do Turismo, sob o competente comando do Ministro Walfredo Mares Guia. No conjunto dessas ações, destaca-se o lançamento, em abril deste ano, do Plano Nacional de Turismo, o PNT, pelo Governo Federal.

Esse grande programa está fundamentado justamente na união de esforços do Governo Federal e dos governos estaduais. Dessa cooperação, surgiram os fóruns de turismo estaduais, envolvendo órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Seus objetivos consistem, entre outros, em proporcionar informações e orientações estratégicas ao empresariado e formular políticas de financiamento e capacitação para o setor.

A Embratur tem participado de diversas feiras internacionais de turismo e realiza regularmente *workshops* para o lançamento de novos produtos. Como resultado dessas e de outras iniciativas, 34 novos vôos *charters* para o Brasil foram anunciados

desde o início do ano. Registrou-se, também, no período de janeiro a setembro deste ano, um aumento de 12,6% de desembarques internacionais em nossos aeroportos, em relação ao ano passado.

Gostaríamos, no entanto, Sr. Presidente, de ressaltar que essas perspectivas serão ainda melhores quando o potencial do Estado do Pará for explorado em sua plenitude. Sugerimos, assim, ao Ministério do Turismo que volte seus olhos para as maravilhas que o Pará oferece aos visitantes. Da mesma forma, deve ser considerada a capacidade gerencial que o Estado vem demonstrando no que se refere ao desenvolvimento de novas políticas públicas de fomento ao turismo.

As principais ações do Governo do Pará em relação ao turismo estão consolidadas no Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado, implantado no governo Almir Gabriel e continuado pelo Governador Simão Jatene. Um dos principais resultados desse conjunto de iniciativas muito bem-sucedidas é o projeto de implementação dos pólos de turismo do Pará.

Foram escolhidos, inicialmente, 17 Municípios para serem os “carros-chefes” dessa estratégia de fomento. Essas localidades, com destacada vocação turística, foram distribuídas em cinco pólos: Belém, Costa Atlântica, Marajó, Araguaia-Tocantins e Xingu.

A Companhia Paraense de Turismo – Paratur foi muito feliz ao estabelecer essa divisão para efeito de planejamento dos investimentos a serem realizados nesses Municípios. A intenção é transformar as atrações em produtos, seguindo os melhores padrões do turismo internacional. Para isso, o Governo do Estado tem investido fortemente em infra-estrutura, como transporte, estradas e saneamento básico. Além disso, a questão da segurança pública tem sido tratada com prioridade, tendo em vista sua importância para o desenvolvimento do turismo receptivo.

Nos pólos turísticos, serão instaladas Câmaras Setoriais de Turismo seguindo as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado, isto é, a preocupação de “manter e potencializar a identidade e cultura locais, municipalizar o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da sociedade a partir de ações turísticas”.

O Pará, Sr^{as} e Srs. Senadores, possui 49% dos atrativos naturais de toda a Amazônia, essa que é uma das últimas reservas mundiais de recursos naturais. No Pará encontram-se, segundo as pesquisas de entidades do setor, um total de 1.804 atrativos turísticos. Quem já desfrutou da hospitalidade, da cultura e da culinária do nosso Estado, sabe do que estou falando.

São inúmeras as belezas e as opções turísticas existentes no Pará. É, de fato, difícil saber por onde começar. Da pesca ao Círio de Nazaré, passando pelo ecoturismo e tantos outros encantos, nosso Estado desponta como uma excelente alternativa de lazer e cultura. Belém, a “Cidade das Mangueiras”, vem descobrindo o turismo de negócios e se desenvolve sem perder o charme dos casarões da Cidade Velha e das igrejas. Já na Costa Atlântica, temos as belas praias, como Salinas, Marudá e Algodoal, todas servidas por um bom sistema de rodovias.

No chamado Pólo Marajó, onde se encontra o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo, temos o turismo ecológico. Vemos, ali, o famoso fenômeno da pororoca e as cidades de Soure e Salvaterra. No Pólo Tapajós, destaca-se Santarém. Além das praias e fazendas de criação de búfalos, há a famosa Festa do Çairé, considerada a maior expressão folclórica do Médio Amazonas.

Permitam-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuar esse brevíssimo inventário de algumas das maravilhas de meu Estado. É importante lembrar do turismo ecológico e de aventura e da pesca esportiva, que vêm atraindo muitos visitantes ao Pólo Araguaia-Tocantins. Entre outros, pode-se visitar os Municípios de Conceição do Araguaia, Marabá e Tucuruí, onde acontecem os grandes torneios de pesca.

Também em Altamira, que representa o Pólo Xingu, destaca-se o ecoturismo, além das belíssimas praias e do artesanato. Como vemos, Sr. Presidente, o Governo do Estado do Pará fez a escolha mais acertada ao priorizar o desenvolvimento do ecoturismo, uma forte tendência mundial, promovendo a proteção e conservação das áreas e a sustentabilidade dos recursos naturais. Além disso, são gerados inúmeros benefícios para as comunidades locais, contribuindo, inclusive, para a preservação de suas tradições culturais.

O Pará, Sr^{as} e Srs. Senadores, reúne toda as credenciais para tornar-se destino preferencial das operadoras de turismo nacionais e internacionais. Para tanto – contamos com uma maior atenção do Ministério do Turismo e da Embratur – enfrenta com muita competência o desafio de divulgar os produtos turísticos brasileiros no exterior. Dessa forma, o turismo atuará, cada vez mais, como catalisador do desenvolvimento econômico, cultural e ambiental do Estado do Pará.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar a iniciativa de **O Liberal**, jornal de grande circulação no meu Estado do Pará, que lançará ainda este mês, o primeiro caderno sobre o setor de turismo

no Estado. Será o “**Viaje Agora**”, de **O Liberal**. O Projeto é uma parceria das Organizações Rômulo Maiorana e da agência Doublem Comunicação. A primeira edição do “**Viaje Agora**” sairá no próximo dia 19 e o caderno será encartado no jornal **O Liberal** todas as últimas sextas-feiras do mês. Este caderno vai disponibilizar informações importantes ao turista que chegar ao Pará, como hospedagens, restaurantes, roteiros turísticos e um guia de eventos, oferecendo ao turista vários serviços importantes sobre o nosso Estado.

Muito obrigado, era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço referência ao Banco do Estado do Maranhão – BEM – cujo processo de privatização está sendo conduzido pelo Banco Central do Brasil, devendo ocorrer proximamente. Meu pronunciamento não é no sentido de ser contra a privatização, na medida em que a diminuição da presença do Estado em determinados setores da economia nacional pode significar menores gastos para o Governo e maior eficiência nos serviços a prestar à população.

Refiro-me à Indicação aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e endereçada ao Banco Central do Brasil, apontando como alternativa à privatização a incorporação d estrutura e das agências do BEM ao Banco da Amazônia S. A. – BASA e ao Bando do Nordeste do Brasil – BNB.

A indicação, de autoria do ilustre Deputado Estadual Carlos Alberto Milhomem, representa uma sábia proposta e traduz a preocupação de quem olha para a região, extremamente necessitada de desenvolvimento, e pensa sobre qual a melhor e mais eficiente forma de promover o progresso.

Está certo que o Estado se retire dos setores que podem ser conduzidos pela iniciativa privada até com mais eficiência e tecnologia. No entanto, é correto e imperativo pensar a melhor forma de bem destinar as estruturas implantadas com recursos públicos.

A incorporação ao BASA e ao BNB potencializará a capilaridade regional desses dois bancos, além de assegurar que nenhuma das cidades onde hoje atua o BEM seja privada de serviços bancários. Hoje o BEM está presente em 79 localidades, 48 delas na área de competência do BASA e 31 na do BNB.

A iniciativa privada, é lógico que assim seja, cuida dos próprios interesses; não é atribuição institucional sua cuidar da coletividade. Assim sendo, alguns dos locais hoje atendidos por serviços bancários serão privados, gerando frustração na população e difi-

cultando sobremaneira a ação de quem necessita transacionar com bancos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo aqui meu apelo para que a Presidência do Banco Central do Brasil, o Governo, enfim, considerem a alternativa proposta com total cuidado e espírito público, visando a assegurar o dinamismo necessário para o desenvolvimento da região, cujas potencialidades, muitas, estão à espera de investimentos para produzirem bens, gerarem riqueza e encaminharem o desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) –

A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO NA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: UMA REFINARIA PARA O NORDESTE

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de todos os esforços no sentido de desenvolver fontes de energia alternativas aos derivados do petróleo, a verdade é que o combustível de origem fóssil continuará sendo, ao longo das próximas décadas, o insumo energético mais importante, nos países desenvolvidos e nos outros.

Não foi por motivo maior que a garantia de seu suprimento de petróleo que os norte-americanos e seus aliados resolveram invadir o Iraque, dando aos outros países do Oriente Médio uma demonstração de força e de disposição de fazer valer o poderio militar para impor seus interesses de potência hegemônica.

É verdade que o Brasil, país tropical, de vastas áreas agricultáveis, tem um potencial ainda inexplorado para a produção de combustíveis verdes. O sucesso do Proálcool o atesta, e o que não falta no País são sugestões de alternativas energéticas apresentadas pelos mais diversos grupos de pesquisa, em todas as regiões do País.

Não devemos dar as costas para essas opções, mas temos de reconhecer que, no estágio atual da tecnologia e de nosso parque produtivo, o petróleo ainda terá grande peso em nossa matriz energética.

E o que se deve esperar, para os próximos anos, do comportamento do mercado nacional de produtos petrolíferos? A resposta está em uma publicação da Agência Nacional de Petróleo (ANP) intitulada *Perspectivas para o desenvolvimento do refino de petróleo no Brasil*.

A leitura desse pequeno folheto, de linguagem fácil e acessível a qualquer pessoa, mesmo não especia-

lizada na área de energia, não deixa margem a dúvidas, sobretudo neste momento em que vivemos, de mudança de rumos e de confiança na retomada do crescimento econômico de nosso País.

Por um lado, o crescimento da produção de petróleo nos últimos vinte anos deixou o Brasil à beira da auto-suficiência quantitativa. Comparada à situação durante a década de 1970, o quadro presente é bastante confortável.

Àquela época, sendo o País quase inteiramente dependente da importação, os dois choques de aumento dos preços do produto no mercado internacional causaram um grande buraco em nossas contas externas. Doravante, ao contrário, haverá mais de ser o suprimento de óleo cru um problema para o País.

Por outro lado, nosso parque de refino está hoje no limite de sua capacidade e precisará ser ampliado, ou correremos o risco, a partir de 2010, de depender demais da importação de derivados – combustíveis e insumos petroquímicos.

E, como o quadro mundial no campo do refino de petróleo tem sido de baixo investimento, a consequência mais provável será uma elevação dos preços internacionais dos derivados de petróleo, justamente quando estaremos precisando importá-los.

Devemos, pois, investir em refino de petróleo, e isso é consensual. A publicação da ANP revela que, para cobrir integralmente a demanda nacional por produtos petrolíferos projetada para o ano de 2010, seria necessário construir e colocar em operação, até lá, três novas refinarias com capacidade de 30 mil metros cúbicos diários cada uma.

Isso significa, para as Sr^{as} e os Srs. Senadores fazerem uma idéia, três novas unidades de porte maior que o da refinaria Presidente Bernardes, de Cubatão.

Além disso, todas as refinarias existentes deverão ser adequadas para o perfil de consumo de produtos previsto para o início da próxima década. Isso significa que necessitarão da construção de unidades de conversão, sobretudo para a transformação em produtos leves – como a gasolina e o gás liquefeito de petróleo (GLP) – dos petróleos nacionais que vêm sendo descobertos, que apresentam, em geral, elevada fração de hidrocarbonetos pesados.

Mesmo hoje, já temos de exportar parte do óleo cru produzido no País, porque as refinarias que existem aqui não estão aparelhadas para operar com tipos tão pesados de petróleo.

De fato, a situação atual já não é tranqüila quanto ao suprimento de derivados. Para atender à demanda total diária de um milhão, quinhentos mil barris de produtos, precisamos importar 315 mil barris diários, sendo 114 mil barris de diesel, 66 mil barris de GLP e 59 mil barris de nafta petroquímica, os itens mais importantes de nosso déficit de refino.

Para produzir quantidades razoáveis, ainda que insuficientes, desses produtos, estamos refinando um volume de petróleo que produz um excesso, que é exportado, de 173 mil barris diários daqueles produtos que sobram em nosso perfil de consumo.

Desse excedente, 109 mil barris por dia de óleo combustível e 51 mil barris por dia de gasolina constituem a maior parte.

Em 2010, no cenário médio proposto pela ANP, no qual os investimentos em refino estarão limitados a pequenas expansões de capacidade de refino, juntamente com os ajustes necessários para adequar nossos produtos às crescentes exigências do mercado internacional quanto à qualidade ambiental e segurança, estaremos produzindo um milhão, 835 mil barris diários de derivados, mas teremos de importar 670 mil barris diários de derivados, que incluirão produtos que hoje exportamos, como a gasolina.

Ou seja, um cenário de elevada dependência de importações de derivados, com uma necessidade paralela de exportação de crus muito pesados, em um quadro internacional provável de preços baixos para o cru e elevados para os derivados. Em resumo, uma expectativa muito ruim para as contas nacionais.

Por tudo isso, há consenso quanto à necessidade da construção de novas refinarias no País, mesmo que não seja viável implantar as três usinas que, de acordo com as projeções da ANP, seriam necessárias para nossa auto-suficiência em refino.

Já estão em discussão, no Governo, os planos para a construção da primeira refinaria. A questão em aberto é onde ela deve ser construída, de modo a otimizar ao máximo o sistema nacional de refino.

A resposta deve levar em conta as diversas variáveis, tanto do lado das fontes de petróleo cru nacional quanto do lado do suprimento dos mercados de derivados.

E o exame desses aspectos, Senhoras e Senhores Senadores, não deixa margem a dúvida: a primeira refinaria, por todos os critérios técnicos, econômicos e sociais, deve ser construída no Nordeste.

Junto-me aqui, portanto, aos ilustres Senadores de nossa região que, nas últimas semanas, têm subido a esta tribuna para defender essa aspiração dos nordestinos.

O primeiro e mais contundente argumento está na citada publicação da ANP: hoje, das regiões brasileiras ali definidas, aquela que abrange o Norte e o Nordeste é a que apresenta o maior déficit de suprimento de refinados, da ordem de 9,9 milhões de metros cúbicos de derivados de petróleo por ano, o equivalente a 171 mil barris por dia.

A região que abrange o Sudeste e o Centro-Oeste, por contraste, apesar de conter a região mais desenvolvida, com o maior consumo de produtos petrolíferos do País, apresenta, hoje, superávit de refino, de ordem semelhante à do déficit do Norte-Nordeste: 9,7 milhões de metros cúbicos anuais, ou 167 mil barris diários.

O déficit da região Sul, muito menor, é de 2,7 milhões de metros cúbicos anuais, ou 47 mil barris diários.

Se considerarmos que o custo de transporte de produtos finais é maior, por tonelada-quilômetro, que o do transporte de óleo cru, parece-me suficientemente derrubado o argumento central da campanha fluminense pela refinaria no Norte daquele Estado, muito embora estejam ali 83 por cento das reservas nacionais atualmente conhecidas de petróleo.

Quero deixar claro que amo o Rio de Janeiro e defendo a futura construção, naquele Estado, de uma próxima refinaria de petróleo, até porque, como fica claro a partir da leitura do trabalho da ANP, serão necessárias três novas usinas para atender a demanda nacional em 2010.

Mas isso não remove minha convicção de que a primeira deve ser construída no Nordeste, sobretudo se o investimento tiver de ser feito com participação substantiva da Petrobrás, empresa de propriedade majoritária da União, condicionada, portanto, aos objetivos desenvolvimentistas e de redução das desigualdades regionais que a Constituição define para o Estado nacional.

Ora, se aos dados aqui mencionados, referentes à ponta do mercado consumidor da indústria de refino, somarmos alguns dados referentes à produção de óleo cru – a outra ponta da indústria –, a reivindicação pela construção no Nordeste da nova refinaria se reforça ainda mais.

Vejam os: se excluirmos a Bahia, que, com 3,3 por cento da produção nacional de cru e 2,3 por cento das reservas conhecidas, responde por 12,6 por cento do refino nacional, temos que o resto do Nordeste produz 9,9 por cento do óleo cru nacional, tem 6,6 por cento das reservas, e responde por menos de 0,4 por cento do refino.

Eis aqui as equações do sistema, só não verá a sua solução quem o não quiser: temos uma vasta área de mercado possível para o alcance de uma refinaria – porque o Norte também seria atendido pelos produtos refinados no Nordeste –, quatro Estados produtores – Alagoas, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte –, um déficit reconhecido de refino e, não tenhamos dúvidas, um enorme potencial de crescimento econômico, se forem feitos investimentos como esse, da implantação de uma refinaria de petróleo, de grandes efeitos multiplicadores de atividades produtivas e de geração de empregos.

Chega de injustiças, desprezo e humilhações para o Nordeste. Está mais que claro que os critérios técnicos apontam na direção do Nordeste como a melhor área para a implantação da refinaria a ser construída nos próximos anos.

De fato, há mais de vinte anos os estudos da Petrobrás já concluíam assim, e somente as disputas políticas entre os Estados de nossa região adiaram as decisões e nos fizeram chegar à presente situação.

Portanto, penso que, ao defender a região quanto a esse pleito, devemos, os representantes da região no Congresso Nacional, unir nossos esforços e não dispersá-los em cabo-de-guerra no qual cada um puxa a brasa para a sardinha de seu Estado.

O Nordeste todo lucrará se uma decisão for tomada tecnicamente, pois estou certo de que qualquer estudo honesto apontará para nossa região como a resposta para a questão.

Mas, se não estivermos unidos, poderemos perder, todos, para outra região que se apresente politicamente forte e sem dissensões.

O horizonte dos próximos dez anos, Sr. Presidente, aponta para a possibilidade de uma grave crise de falta de capacidade de refino de petróleo do País. Se não fizermos nada agora, todas as regiões brasileiras apresentarão déficit de produtos refinados em 2010, mas o déficit do Norte-Nordeste será o maior, atingindo a marca de quase 19 milhões de metros

cúbicos anuais, ou 330 mil barris diários, mais que as demandas não atendidas das outras regiões, somadas.

Não podemos, portanto, nos deixar enganar pela proeminência econômica atual das regiões Sudeste e Sul, e pensar que ali é que se deve investir prioritariamente.

O Nordeste e o Norte, pelas razões apresentadas e por uma questão de justiça histórica, é que devem ser privilegiados pelo investimento de origem pública.

Não precisamos esperar o juízo do futuro para sabermos qual a decisão a tomar neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a utilização de técnicas de engenharia genética para a obtenção de novas variedades de plantas é motivo de acirradíssima polêmica no Brasil e em todo o mundo.

É compreensível o fato de as posições confrontadas nesse debate serem extremadas. Afinal, por um lado, o domínio da chamada tecnologia do DNA recombinante abre, de fato, possibilidades enormes de benefícios para a qualidade de vida e o bem estar de toda a população do planeta; por outro lado, os riscos implicados pela introdução dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no ambiente natural e na alimentação humana não podem ser menosprezados.

E, além dos potenciais efeitos positivos e negativos inerentes à transgenia, o debate é também alimentado por disputas de interesses comerciais entre países, decorrentes da concentração e do domínio da propriedade intelectual – consolidada nas patentes –, bem como pelas preocupações relativas à produção de OGMs por umas poucas empresas, as quais podem se utilizar de técnicas e instrumentos disponíveis para aumentar o controle econômico sobre os produtos gerados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, uma revista semanal de grande circulação noticiou a divulgação, pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de um estudo contendo informações positivas sobre os alimentos transgênicos. Conforme esse trabalho, os produtos geneticamente modificados não representariam risco à saúde, sendo di-

geridos da mesma forma que qualquer outro alimento. Além disso, em sete anos de cultivo comercial, nunca se teria registrado qualquer tipo de problema, como contaminação ambiental ou intoxicação de consumidores. A revista também afirmou que, até o momento, nenhum estudo científico reconhecido provou ou sequer sugeriu que os transgênicos são nocivos à saúde.

No entanto, organizações não-governamentais (ONGs) como o Greenpeace e o World Wildlife Fund (WWF) fazem afirmações opostas a essas e procuram, também, respaldar-se em opiniões de estudiosos e em evidências científicas.

A primeira preocupação manifestada por essas entidades é que a engenharia genética seria, em sua opinião, uma tecnologia ainda não suficientemente amadurecida e testada para ser considerada segura e de resultados previsíveis. Segundo elas, ao proceder à quebra da cadeia de DNA para inserção do gene exógeno, os cientistas não teriam controle completo do “lugar” em que o novo gene é inserido, o que poderia causar resultados inesperados, uma vez que os genes de outras partes do organismo poderiam ser afetados. Essa preocupação se amplifica quando a transferência de genes ocorre entre espécies de diferentes reinos, como no caso da inserção de genes de animais em vegetais, de bactérias em plantas e até de humanos em animais ou vegetais.

Nesse sentido, denunciam que, entre as variedades de transgênicos que aguardam autorização para serem produzidas, estão espécies de salmão, truta e arroz que contêm um gene humano introduzido; batatas com um gene de galinha; e pepino e tomates com genes de vírus e bactérias. Em caráter experimental, cientistas já teriam introduzido genes de escorpião e água-viva em alimentos cultiváveis.

Ao enfatizar essa preocupação, o Greenpeace apóia-se, por exemplo, nos depoimentos do Doutor Michel Antoniou, palestrante sênior em biologia molecular de Londres, e do Doutor Mae Wan Ho, da Open University, do Reino Unido. De acordo com o primeiro, “Esta é uma tecnologia imperfeita que traz o perigo... O mais preocupante é a imprevisibilidade dos seus resultados”. Já o segundo pondera que, “Como nunca nenhum gene funcionou isolado, sempre haverá um efeito inesperado e imprevisível de um gene estrangeiro introduzido em um outro organismo”.

As organizações ambientalistas verberam, ainda, as dificuldades enfrentadas pelo consumidor para

descobrir o que, de fato, está indo para a sua mesa. Segundo elas, estima-se que aproximadamente 60% dos alimentos processados contenham algum derivado de soja transgênica e que 50% tenham ingredientes de milho transgênico, não estando a maioria desses produtos rotulados.

Para elas, os riscos à saúde humana acarretados pelos alimentos transgênicos são muito concretos e objetivos. Afirmam, por exemplo, que esses alimentos poderiam prejudicar seriamente o tratamento de algumas doenças de homens e de animais, na medida em que muitos cultivos possuem genes de resistência antibiótica. Se o gene resistente atingir uma bactéria nociva, pode conferir-lhe imunidade ao antibiótico, aumentando a lista, já alarmante, de problemas médicos envolvendo doenças ligadas a bactérias imunes.

Os alimentos transgênicos poderiam, também, aumentar as alergias. Muitas pessoas são alérgicas a determinados alimentos em virtude das proteínas neles contidas. Haveria evidências de que os cultivos transgênicos podem proporcionar um aumento de alergias em relação a cultivos tradicionais. O laboratório de York, no Reino Unido, constatou que as alergias à soja aumentaram em nada menos que 50% naquele País, depois do início da comercialização da soja transgênica. Constatou-se, ainda, que a transferência de genes da castanha-do-pará para leguminosas, a fim de aumentar o teor de aminoácidos sulfurados nas proteínas das mesmas, fez com que as pessoas alérgicas à castanha manifestassem essa alergia ao consumir a leguminosa modificada.

Também no que se refere aos riscos para o meio ambiente decorrentes dos cultivos transgênicos, já há casos que os evidenciam. O risco da transferência não-desejada de genes já se concretizou em pelo menos um episódio. Nos Estados Unidos, o milho *Starlink*, variedade transgênica aprovada somente para uso em ração animal, por apresentar potencial alergênico, contaminou a cadeia produtiva convencional, o que minou a confiança do consumidor e a credibilidade dos órgãos reguladores norte-americanos.

Duras críticas são endereçadas ao patenteamento de organismos geneticamente modificados por empresas privadas. Uma vez protegidas por patentes, as sementes só estão disponíveis mediante o pagamento de *royalties* anuais. Como resultado, os produtores não poderão mais guardar as melhores sementes para plantarem na estação seguinte, abando-

nando uma longa tradição. Além disso, como já está ocorrendo nos Estados Unidos, contratos forçarão os agricultores a usarem a semente e o herbicida produzidos pela mesma empresa.

As multinacionais agroquímicas sabem que, atrás do controle sobre os principais cultivos do mundo – aí incluídos o milho, o arroz, o trigo e a soja –, mediante o patenteamento de suas sementes, há uma margem colossal de lucro a ser auferida. Se a corrente tendência de fusões empresariais continuar, um número pequeno de empresas controlará quase toda a produção mundial de alimentos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os argumentos alinhados por aqueles que se opõem aos transgênicos são não apenas respeitáveis, mas consistentes, bem articulados e merecedores de muita atenção e estudo.

De outra parte, não tem cabimento, na abordagem de temática tão complexa, a adoção de qualquer postura fundamentalista, radical, emocional ou ideológica.

Em primeiro lugar, é bom lembrar que a transferência de genes, objetivando a melhoria do rendimento agrícola, é realizada há décadas, mediante técnicas tradicionais de cruzamento e melhoramento envolvendo reprodução normal ou até mesmo metodologias que alteram cromossomos, como a mutagênese química e a irradiação. Por meio das técnicas clássicas de melhoramento genético, os cultivares atuais tornaram-se significativamente diferentes dos seus parentes silvestres. Muitas dessas culturas eram originalmente menos produtivas e inadequadas para o consumo humano. Ao longo dos anos, os programas de melhoramento genético dessas culturas resultaram em plantas mais produtivas e nutritivas.

Nesses processos de melhoramento convencional, misturam-se e transferem-se para uma planta – ao acaso – grandes grupos de genes, resultando na produção de uma variedade com múltiplas características, algumas desejáveis, outras indesejáveis. O processo é, portanto, impreciso, sendo necessário separar as características que interessam, por meio de um processo demorado.

Já com a tecnologia do DNA recombinante, que começou a ser introduzida em meados da década de 1980, pode-se, de forma rápida, incorporar numa nova planta um único gene ou uns poucos genes bem definidos, correspondentes à característica única que se deseja obter. Isso pode ser feito entre espécies, fa-

mílias e até mesmo reinos diferentes. Dessa forma, uma propriedade interessante, por exemplo, de uma leguminosa, ou mesmo de uma bactéria, pode ser transferida a um cereal, ampliando, assim, a possibilidade do melhoramento.

Não há como negar, portanto, que a tecnologia do DNA recombinante é uma tecnologia moderna, com sólida base científica. E, até tomando por parâmetro as técnicas clássicas de melhoramento genético, é evidente seu importante potencial para aumentar a produção e a produtividade agrícola, com redução de custos; para reduzir o impacto ambiental da agricultura – por meio da redução ou extinção do uso de agrotóxicos –; e para melhorar a qualidade nutricional e tecnológica dos alimentos.

Os organismos geneticamente modificados hoje disponíveis no mercado referem-se, principalmente, a cultivares de milho, algodão, soja, colza, feijão, mamão, tomate, batata e arroz, entre outras, com consistentes características de resistência a pragas e doenças, além de tolerância a herbicidas. Essas características fazem com que, atualmente, sejam explorados, no mundo, cerca de 59 milhões de hectares com o agronegócio desses genótipos melhorados por técnicas modernas, atividade que, no ano 2000, rendeu mais de 2 bilhões e meio de dólares.

Para os defensores da transgenia, o próximo passo será o fortalecimento do processo de geração de novos cultivares, com a melhoria da qualidade de produtos como óleo e fibras, bem como a obtenção de plantas biorreadoras produtoras de anticorpos contra gripe, câncer e hepatite, por exemplo.

Com efeito, novas possibilidades, ainda em fase experimental, estão surgindo: espécies adaptadas a solos pobres ou excessivamente salinos e a condições climáticas e ambientais adversas; variedades agrícolas enriquecidas com proteínas e vitaminas; plantas com propriedades medicinais e de maturação mais lenta, permitindo maior período de armazenamento.

Reconhecendo o efeito alergênico de alguns OGMs, os defensores dos transgênicos afirmam que todo esforço tem que ser feito para evitar a introdução de fontes conhecidas causadoras de reações alérgicas em plantas alimentícias. No entanto, afirmam que a tecnologia do DNA recombinante pode ser considerada como um verdadeiro alento para pessoas alérgicas, pois ela é capaz de remover os genes dos agentes alergênicos que possam estar incluídos em geno-

mas de vários produtos naturais, como arroz, castanha-do-pará e amendoim. Essa possibilidade se traduz em nova e vantajosa aplicação da engenharia genética, pois o OGM gerado não significa a adição de gene inexistente em seus paternos, mas, sim, a subtração de gene considerado indesejável para a saúde humana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, numerosíssimos são os argumentos esgrimidos tanto pelos defensores como pelos adversários dos organismos geneticamente modificados, de modo que abordá-los mais exaustivamente fugiria ao escopo deste pronunciamento.

Meu objetivo com esta fala é, exatamente, trazer esse importante tema para um constante debate em Plenário e nas diversas Comissões da Casa.

Tenho a convicção de que o Brasil deve continuar desenvolvendo pesquisas com transgênicos, pois o domínio do processo de inovação tecnológica e de sua biossegurança é decisivo para a obtenção de vantagens competitivas para o País.

A verdade é que as pesquisas ainda não são conclusivas quanto aos riscos para a saúde dos consumidores que venham a ingerir alimentos geneticamente modificados, bem como no que se refere aos riscos decorrentes da liberação de OGMs no meio ambiente, aspectos que devem ser estudados caso a caso. Ao mesmo tempo, existe o risco de que a dominação dessa tecnologia por empresas multinacionais possa criar dependência econômica e tecnológica externa.

É imprescindível que se reduzam ao máximo, antes da liberação de um organismo transgênico – seja planta, animal ou microorganismo –, as possibilidades de impacto negativo. Para tanto, é preciso fortalecer a capacidade técnica do setor público, para que as instituições responsáveis possam tanto acompanhar o desenvolvimento experimental como realizar o monitoramento pós-comercial, caso seja liberado o plantio de um determinado OGM no País.

O que se deve sempre buscar assegurar é o respeito ao “Princípio da Precaução”, que consiste em garantir que a liberação de um organismo transgênico não traga efeitos negativos à saúde humana e ao meio ambiente. Em outras palavras, não se pode liberar um organismo para uso generalizado enquanto não se tenham informações conclusivas que garantam a sua biossegurança. Esse Princípio, constante da Convenção Internacional de Diversidade Bi-

ológica, ratificada pelo Governo brasileiro, e também do Protocolo de Cartagena, atualmente sob apreciação desta Casa, reflete a sabedoria popular de que “é melhor prevenir do que remediar”.

Observadas todas as cautelas, o domínio e a utilização das técnicas da engenharia genética poderão trazer relevantes benefícios para o País e para os brasileiros, motivo pelo qual considero da maior importância que o Senado Federal aprofunde o debate do tema.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Governo Petista do Presidente Lula investiu em 2003 apenas um décimo do previsto

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é difícil avaliar a causa do malogro do Governo petista do Presidente Lula ao longo deste primeiro ano de seu mandato. Basta acessar o SIAFI ou, simplesmente, ler os jornais do dia. Vamos lá, por exemplo, a alguns dados, todos oficiais.

Até aqui, já praticamente findo o primeiro dos quatro anos que Lula vai governar, só foram executados 10,34% dos investimentos autorizados, portanto previstos no Orçamento de 2003.

Pergunta-se: pode ter êxito um Governo que cumpre apenas 10 por cento das metas previstas? Pior ainda: foi exatamente o Ministério da Assistência e Promoção Social o campeão dos cortes. Isso num Governo que chegou proclamando que o social seria o seu ponto de honra. Nessa área, foram investidos apenas 0,18% do total previsto. Nem um por cento!

Todos esses dados estão em matéria publicada na edição de hoje – dia 17 de dezembro de 2003 – do jornal *Valor Econômico*. O inteiro teor dessa matéria vai a seguir, para que, integrando este pronunciamento, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ECONÔMICO Valor

Data: 7/12/03 Página: 28

Governo investe apenas 10,34% do total autorizado para 2003

Ribamar Oliveira
De Brasília

Até o dia 5 de dezembro, o governo executou apenas 10,34% dos investimentos autorizados pela lei orçamentária deste ano. De um total de R\$ 14,08 bilhões, apenas R\$ 1,45 bilhão tinha sido gasto até essa data. O Ministério da Assistência e Promoção Social é o campeão dos cortes, tendo executado só 0,18% do total de seus investimentos orçados. Ele estava autorizado pela lei a investir R\$ 132,19 milhões, mas só gastou até aquela data R\$ 236,6 mil, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que foram levantados pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

O Ministério dos Esportes ocupa o segundo lugar, com apenas 0,3% de execução. Em seguida vem o Ministério do Turismo, com 1,23%.

A tesoura do governo atingiu até mesmo os investimentos de ministérios considerados prioritários. O Ministério da Saúde, por exemplo, gastou apenas 10,26% de um total de R\$ 1,44 bilhão em investimentos que constam da lei orçamentária.

A situação do Ministério da Educação não foi diferente, pois ele gastou até o dia 5 de dezembro 18,19% de um total de investimentos de R\$ 704,34 milhões. Os gastos expressam os valores efetivamente pagos dos empenhos realizados.

Os dados do Siafi foram divulgados ontem pelo deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), que é vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Para ele, os números mostram a indigência a que foram submetidos os órgãos públicos este ano para que o governo garantisse o superávit primário do setor público de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

O governo não contou este ano com as receitas extraordinárias na mesma proporção das registradas em 2002 (de cerca de R\$ 18,5 bilhões) e, além disso, algumas despesas obrigatórias subiram muito em relação às estimativas da lei orçamentária, como foram os casos dos gastos com a Previdência Social e com o pagamento do funcionalismo ativo e inativo.

Para fechar as contas, o governo apelou para o corte dos gastos. As chamadas despesas discricionárias sofreram um contingenciamento de cerca de R\$ 13 bilhões este ano.

Todos os investimentos foram afetados pelos cortes. O programa de restauração de rodovias federais, que contava com R\$ 726,27 milhões este ano, só gastou R\$ 68,67 milhões até o dia 5 de dezembro. O programa de eliminação de pontos críticos em rodovias federais, que contava com dotação de R\$ 53,47 milhões, só recebeu R\$ 18,8 mil.

Em pior situação ficou o programa de Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica,

que contava com investimentos de R\$ 427,03 milhões. Até o último dia 5 nenhum centavo tinha sido gasto nesse programa. A mesma coisa aconteceu com o programa de Obras de Drenagem, que contava com recursos de R\$ 139,38 milhões.

A construção de Eclusas de Tucuruí, que dispunha de R\$ 56,07 milhões no Orçamento, não recebeu verba. A mesma coisa aconteceu com a implantação do metrô do Rio de Janeiro, que contava no Orçamento com R\$ 73 milhões, e a implantação de trens urbanos no Estado de São Paulo, que contava com verba de R\$ 51,3 milhões.

As chuvas do próximo verão poderão causar estragos ainda maiores às comunidades pois a verba de R\$ 255,43 milhões destinada ao programa de Construção de Obras de Contenção de Enchentes foi integralmente cortada.

O vice-líder do governo na Câmara Professor Luizinho (PT-SP) criticou ontem o orçamento da União deste ano, que foi elaborado ainda pela administração anterior. "Não faremos mais essa irresponsabilidade. Não vamos vender ilusões de um orçamento fantasia, que nunca se realiza", observou. "O orçamento do próximo ano será cumprido."

A proposta orçamentária para 2004, que o governo encaminhou ao Congresso, prevê investimentos de R\$ 7,8 bilhões. Mas esse número já foi aumentado pelos parlamentares para cerca de R\$ 10 bilhões.

Execução orçamentária

Acompanhamento em 2003, em R\$ milhões

Natureza da despesa	Lei + Créditos (autorizado)	Empenhado	Liquidado	Valores Pagos	% Val. Pagos s/ Autorizado
Pessoal e Encargos sociais	79.028,55	74.393,91	70.438,41	70.464,27	89,16
Juros e Encargos da Dívida	93.709,78	82.949,36	55.736,04	55.688,89	59,43
Outras Despesas Correntes	240.566,44	206.063,39	194.362,74	190.622,92	79,24
Investimentos	14.082,25	3.517,52	1.665,00	1.456,78	10,34
Investimentos Financeiros	27.707,41	23.167,22	12.401,11	12.340,16	44,54

Fonte: SIAFI, em 05/12/2003. Elaborado pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA
Às 15:30 horas

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.708, de 2003 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 73, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.932, de 2003, Relator: Senador Delcídio Amaral), que autoriza a Prefeitura do Município de Salvador a contratar operação de crédito, com a Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – Desenvolva, no valor de nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e seis reais, com recursos repassados pelo Tesouro do Estado da Bahia advindos de contrato de empréstimo externo celebrado com o BIRD,

destinada à execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e saneamento em áreas populares carentes.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.709, de 2003 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2003 (nº 7.214/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências.

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (aguardando leitura).

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos)

(OS:21349/03)

PROJETO DE LEI Nº 30/2003-CN **(PLANO PLURIANUAL 2004-2007)**

(Mensagem nº 00099/2003-CN e nº 00415/2003, na origem)

ESPELHOS DE EMENDAS INDIVIDUAIS À AÇÃO E AO TEXTO – PROGRAMA, NÃO PUBLICADOS NO SUPLEMENTO DO DIÁRIO DO CONGRESSO DO DIA 21 DE NOVEMBRO/2003

- Publicação das 14 (quatorze) emendas individuais do Deputado Carlos Alberto Rosado, recebidas no dia 19-11-2003, mas não emitidas pelo SISTEMA quando do encaminhamento à Gráfica.

EMENDA

90470001

TIPO DE ALTERAÇÃO

ATIVIDADE

PROGRAMA

1220 Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde

AÇÃO

NOVA Apoio a Manutenção de Unidades de Saúde

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	1,045,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0310 4641	Nacional	Fiscal/Seg. - Corrente	1,045,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	20	Unidade apoiada	unidade

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA O MELHOR ATENDIMENTO A POPULAÇÃO CARENTE EM TODO O NORDESTE COM APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE ATRAVÉS DE AÇÕES COMO IMPLANT/APAREL/ADEQ/REFORMA/UNID MÓVEL DAS UNIDADES DE SAÚDE, MELHORANDO ASSIM A QUALIDADE DE VIDA.

EMENDA**90470002****TIPO DE ALTERAÇÃO****OPERAÇÕES ESPECIAIS****PROGRAMA**

NOVO APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO

AÇÃO

NOVA Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	400,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
8002 2184	Nacional	Fiscal/Seg. - Corrente	400,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	10	Projeto apoiado	unidade

JUSTIFICAÇÃO

O PL nº 30, de 2003-CN (PPA 2004-2007), embora incluía uma série de ações relativas à Infra-Estrutura Urbana, o fez de modo seletivo. Desse modo, um amplo elenco de iniciativas dessa natureza, normalmente demandadas pelas cidades de até 100.000 habitantes (aquelas não caracterizáveis como cidades médias ou de grande porte), ficaram sem cobertura. Como se poderá verificar, as ações relativas ao programa Mobilidade Urbana (9989), que tem como público alvo a população urbana das metrópoles e grandes cidades, não oferece cobertura para tais atendimentos, já que segundo os parâmetros adotados pelo IPEA as cidades de médio porte são aquelas com população entre 100.000 e 500.000 habitantes. Grande maioria dos municípios brasileiros não se enquadram nessa categoria de cidades. Algo similar ocorre com as ações relativas ao programa Reabilitação de Áreas Centrais (1137), que como o próprio título indica, se destina às áreas centrais das cidades, não dando cobertura, portanto, a ações em bairros e distritos, onde, com frequência, se localizam os problemas de infra-estrutura. O mesmo se dá nas ações relativas ao programa Urbanização de Assentamentos Precários (1128), por se destinarem às famílias de baixa renda moradoras em assentamentos humanos precários. Assim, tendo em conta o grande interesse que esse tipo de intervenção desperta para fins de atendimento às demandas oriundas dos Municípios, como o evidencia o fato de virem gerando, nos últimos anos, uma média anual de cerca de 500 emendas

individuais e expressivo número de emendas coletivas, propomos a criação dessa Ação, até mesmo pelo fato de, pela sua provável demanda essa ter sido incluída, em caráter precário, no sistema de emendas ao Orçamento de 2004.

EMENDA

90470003

TIPO DE ALTERAÇÃO

PROJETO

PROGRAMA

0289 Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados

AÇÃO

NOVA Implantação do Gasoduto Guamaré/RN - Caruaru/PE

DATA INICIAL

01/2004

DATA FINAL

12/2007

VALOR ESTIMADO

200000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	200,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0550 4018	Nacional	Fiscal/Seg. - Corrente	150,000,000.00
1061 0964	Nacional	Fiscal/Seg. - Corrente	4,000,000.00
0571 1671	Região Centro Oeste	Fiscal/Seg. - Capital	46,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	20	Gasoduto implantado	% de execução física

JUSTIFICAÇÃO

O Rio Grande do Norte é grande produtor de gás natural. A expectativa dos potiguares é de que essa riqueza natural possa beneficiar aquela região, oferecendo os insumos produtores do crescimento econômico. O gás combustível movimentará as cerâmicas e criará condições de implantação de uma usina termoeletrônica, que abastecerá de energia a zona rural da região. Trará possibilidade de desenvolver o interior dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

EMENDA

90470004

TIPO DE ALTERAÇÃO

PROJETO

PROGRAMA

0235 Corredor Nordeste

AÇÃONOVA Recuperação da Malha ferroviaria principal entre Mossoró/RN
- Souza/PB**DATA INICIAL**

01/2004

DATA FINAL

12/2007

VALOR ESTIMADO

60000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	60,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG. /AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0550 4018	Nacional	Fiscal/Seg. - Corrente	60,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	1	Projeto implantado	-

JUSTIFICAÇÃO

A recuperação desse trecho da malha ferroviária federal do Nordeste Brasileiro já é meta do PPA do Governo Federal. O Plano Plurianual prevê investimentos de R\$ 188 milhões com recursos oriundos de outras fontes. Claro, para dar energia cinética a esse investimento é necessário uma parcela de investimento do Governo Federal. Esse é, portanto, o objetivo da presente emenda. Apontar recursos do Executivo como contrapartida ao investimento da iniciativa privada.

EMENDA

90470005

TIPO DE ALTERAÇÃO

PROJETO

PROGRAMA

0289 Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados

AÇÃO

NOVA Implantação da Refinaria no Rio Grande do Norte com capacidade de 189.000 barris/dia

DATA INICIAL

01/2004

DATA FINAL

12/2007

VALOR ESTIMADO

70000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	70,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0550 4018	Nacional	Fiscal/Seg. - Corrente	70,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	1	Refinaria adaptada	% de execução física

JUSTIFICAÇÃO

Não há dúvida de que o melhor local para a implantação de uma refinaria de petróleo no Nordeste Brasileiro é o Rio Grande do Norte. O estado Potiguar fica equidistante dos dois polos consumidores - Ceará e Pernambuco - além do fato de que a refinaria irá beneficiar os cerca de 150.000 barris de petróleo que o Rio Grande do Norte já produz diariamente. A combinação desses fatores reduz, sobremaneira, os custos de transportes, que deverá ser feitos por dutos, representando uma inestimável economia para a nação brasileira. Outrossim, o RN dispõe de um sistema de baías que permite a atracação de petroleiros de grande porte que levam, diariamente, cerca de 150.000 barris produzidos no Estado e recebem, neste mesmo sistema de baías, cerca de 30.000 barris diariamente, petróleo esse produzido na região amazônica. Tecnicamente, é indispensável a tese de implantação da nova refinaria nordestina fora do Estado Potiguar. No momento que o Brasil precisa de eficiência econômica para superar as dificuldades fiscais que enfrenta, a implantação da refinaria no Rio Grande do Norte é um passo decisivo para este fim.

EMENDA

90470006

TIPO DE ALTERAÇÃO

PROJETO

PROGRAMA

0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

AÇÃO

NOVA Emacipação de perímetros irrigados: Pau dos Ferros/RN

DATA INICIAL

01/2004

DATA FINAL

12/2007

VALOR ESTIMADO

4000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	4,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0550 4018	Nacional	Fiscal/Seg. - Capital	4,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	700	Área levantada	ha

JUSTIFICAÇÃO

O perímetro irrigado de Pau dos Ferros é outra experiência desastrosa de intervenção no meio rural do Governo Federal, por meio do DNOCS. Os bens são do governo e a operação é de colonos que não tinham nenhuma experiência de irrigação, e ainda não tiveram, ao longo desse tempo, com quem aprender. O insucesso levou a uma depreciação violenta dos investimentos e a saída viável é a emancipação desses perímetros irrigados. Os recursos que são alocados nesta emenda para emancipar o perímetro irrigado de Pau dos Ferros aponta, no futuro, para a incorporação de cerca de 800 hectares à efetiva produção. Talvez via negociação das terras pelos atuais colonos, beneficiando novos produtores e a região através da expansão da oferta de alimentos e aumento da renda regional.

EMENDA

90470007

TIPO DE ALTERAÇÃO

PROJETO

PROGRAMA

0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

AÇÃO

NOVA Construção de obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum: Chapada do Apodi

DATA INICIAL

01/2004

DATA FINAL

12/2007

VALOR ESTIMADO

50000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	50,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0550 4018	Nacional	Fiscal/Seg. - Corrente	50,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	7,000	Área construída	ha

JUSTIFICAÇÃO

A produção de frutas tropicais na Chapada do Apodi tem se mostrado vitorioso, apresentando grande vantagem mesmo quando comparada com outras regiões do Nordeste. Dessa forma, sem incentivos governamentais, a região de domínio ecológico comum, denominada Chapada do Apodi, é responsável por 70% da produção de melão no Brasil, cultivando 7000 hectares atualmente. A Barragem de Santa Cruz do Apodi, em fase de conclusão, armazenará 550 milhões de metros cúbicos de água e possibilitará a irrigação de mais 7000 hectares nos municípios de Apodi, Felipe Guerra, Governador Dix Sept Rosado e Mossoró, gerando 1000 empregos diretos, 4000 indiretos e receita bruta de 70 milhões de dólares anualmente. A emenda objetiva implantar, parcialmente, a infra-estrutura física que possibilitará ao chapadeiro avançar, vitoriosamente, na guerra contra a pobreza.

EMENDA

90470008

TIPO DE ALTERAÇÃO

PROJETO

PROGRAMA

0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

AÇÃO

NOVA Construção de obras de infra estrutura de irrigação de uso comum: (Barragem do Umari) Upanema/RN

DATA INICIAL

01/2004

DATA FINAL

12/2007

VALOR ESTIMADO

20000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	20,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0550 4018	Nacional	Fiscal/Seg. - Corrente	20,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	2,000	Área construída	ha

JUSTIFICAÇÃO

A Barragem de Umari, em fase de conclusão, acumulará 300 milhões de metros cúbicos de água. Esse volume permitirá a irrigação de cerca de 2000 hectares na Chapada do Apodi, gerando cerca de 5000 empregos diretos, 2000 indiretos e 20 milhões de dólares anualmente. A Chapada tem 7000 hectares irrigados sem a participação do Governo. A ação que propomos com essa emenda busca acelerar o processo de produção, permitindo a incorporação de novas áreas a essa atividade já vitoriosa.

EMENDA

90470009

TIPO DE ALTERAÇÃO

PROJETO

PROGRAMA

0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

AÇÃO

NOVA Estudo do Aquífero Jandaira para aproveitamento hidroagrícola em área irrigavel (Mossoro, Baraúnas, Tibau, Grossos) no Estado do Rio Grande do Norte

DATA INICIAL

01/2004

DATA FINAL

12/2007

VALOR ESTIMADO

4000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	4,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG. /AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0571 1671	Região Centro Oeste	Fiscal/Seg. - Capital	4,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	1	Estudo realizado	unidade

JUSTIFICAÇÃO

Nos municípios de Mossoró, Baraúnas, Grossos e Tibau existe uma atividade de produção de frutas irrigadas, em cerca de 7000 hectares. Essa atividade é responsável, hoje, por cerca de 70% do melão produzido no Brasil. Tal atividade cresceu dada as grandes vantagens existentes na Chapada do Apodi, quando comparada com outras regiões. O sistema de irrigação se abastece no Aquífero do Calcáreo Jandaíra. Esse aquífero nunca foi dimensionado e há, portanto, necessidade de aprofundamento de estudos que respondam às indagações sobre as possibilidades de expansão dessa irrigação.

EMENDA

90470010

TIPO DE ALTERAÇÃO

PROJETO

PROGRAMA

0235 Corredor Nordeste

AÇÃO

NOVA BR 110/RN Pavimentação do trecho Mossoró/RN - Campo Grande/RN

DATA INICIAL

01/2004

DATA FINAL

12/2007

VALOR ESTIMADO

20000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	20,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0550 4018	Nacional	Fiscal/Seg. - Corrente	20,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	70	Trecho pavimentado	km

JUSTIFICAÇÃO

A luta dos potiguares, da Região Oeste do Rio Grande do Norte, para promoção do seu desenvolvimento é secular. A infra-estrutura, principalmente os meios de transportes de passageiros e cargas, tem sido perseguida com afincos pela sociedade.

É hora da construção da estrada entre os municípios de Upanema e Campo Grande. O Governo Federal, em parceria com o Governo Estadual, construiu a Barragem de Umari que irá consolidar e acelerar o desenvolvimento dessa região.

A produção de petróleo e gás, a fruticultura e a cerâmica dão o perfil econômico regional. A fruticultura, aparece como atividade mais promissora, e a barragem, já concluída, permitirá incorporar mais quatro mil hectares à produção irrigada, aumentando o PIB local em 32 milhões de dólares por ano.

A mesoregião oeste do Rio Grande do Norte, já produz anualmente cerca de 150 milhões de dólares em frutas tropicais e exporta 50 milhões de dólares. Isso representa 35 por cento das frutas frescas exportados do Brasil.

EMENDA

90470011

TIPO DE ALTERAÇÃO

PROJETO

PROGRAMA

0235 Corredor Nordeste

AÇÃO

NOVA Restauração do trecho Ferroviario de Macau/RN até Natal/RN

DATA INICIAL

01/2004

DATA FINAL

12/2007

VALOR ESTIMADO

10000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	10,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0571 1671	Região Centro Oeste	Fiscal/Seg. - Capital	10,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	50	Trecho restaurado	km

JUSTIFICAÇÃO

A ferrovia Macau-Natal liga a região produtora de sal 2 milhões de toneladas e também petróleo e gás. O transporte dessa carga para a região metropolitana de natal e para o Porto de natal viabilizará do pnto de vista econômico a recuperação pretendida.

EMENDA

90470012

TIPO DE ALTERAÇÃO

PROJETO

PROGRAMA

0235 Corredor Nordeste

AÇÃO

NOVA Duplicação da BR 304 no trecho Macaíba/RN - Mossoro/RN

DATA INICIAL

01/2004

DATA FINAL

12/2007

VALOR ESTIMADO

10000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	10,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0571 1671	Região Centro Oeste	Fiscal/Seg. - Capital	10,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	50	Trecho duplicado	km

JUSTIFICAÇÃO

A BR 304, que entronca com a BR 116 ainda com a CE 020, liga Natal/RN a Fortaleza, passando por vários municípios inclusive Mossoró/RN. Ela é na verdade a continuação da BR 101 a partir de natal para ligar com Fortaleza/CE. A BR 101 já está sendo duplicada. Resta pois, prolongar essa duplicação com a BR 304.

EMENDA**TIPO DE ALTERAÇÃO**

90470013

PROJETO

PROGRAMA

0235 Corredor Nordeste

AÇÃO

NOVA Construção de trechos Rodoviários. Implantação da BR 437 no Estado do Rio Grande do Norte e Ceará

DATA INICIAL**DATA FINAL****VALOR ESTIMADO**

01/2004

12/2007

40000000.00

ACRÉSCIMOS

REGIÃO	ESFERA	VALOR
Região Nordeste	Fiscal/Seg. - Capital	40,000,000.00

CANCELAMENTOS

PROG./AÇÃO	REGIÃO	ESFERA	VALOR
0550 4018	Nacional	Fiscal/Seg. - Corrente	40,000,000.00

METAS

REGIÃO	META FÍSICA	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA
Região Nordeste	79	Trecho construído	km

JUSTIFICAÇÃO

A principal função das rodovias federais é integrar espaços geográficos, fazendo a ligação entre cidades e estados brasileiros. O fortalecimento do comércio entre regiões, bem como a economia nacional, dependem, em grande escala, do Sistema Rodoviário Nacional.

Ao longo do tempo, núcleos de desenvolvimento comercial, industrial e financeiro surgem naturalmente exigindo rodovias adequadas para ligações imediatas de transporte de cargas e de passageiros. É o caso, por exemplo, do trecho que liga o município de Mossoró, pólo do Vale do Apodi, com o Vale do Jaguaribe, a partir dos municípios de Tabuleiro do Norte, e Limoeiro no Ceará.

Ocorre que hoje as estradas que ligam essas duas regiões pólos de desenvolvimento da agricultura irrigada no Nordeste não são pavimentadas e ficam intransitáveis durante o período das chuvas. Fora da estação chuvosa, percorrer o trecho é uma aventura absolutamente sem segurança. É inconcebível que essas duas regiões-pólos estejam quase incomunicáveis.

Torna-se necessário portanto, integrar e potencializar o desenvolvimento de ambas

as regiões com a construção da BR 437.

Portanto, a BR 437, interligará a Bacia do Rio Jaguaribe/CE a Bacia do Rio Apodi/RN e também com a Bacia do Rio Piranhas/RN. Esses rios estão localizados na região de domínio ecológico comum, denominada CHAPADA DO APODI, onde se cultiva mais de 20 mil hectares irrigados de frutas. A plena utilização dos recursos hídricos das Barragens de Santa Cruz do Apodi (RN) do Umary (RN), e de Assu (RN) já construídas, e Castanhão (CE) em conclusão, possibilitarão a irrigação de mais 100 mil hectares.

Emenda

90470014

Modalidade Emenda

Individual

Ementa

APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO

Programa

Programa Novo

Descrição do Programa

Programa Novo

Texto Proposto

Objetivo: Promover adequação urbana por meio de apoio à implantação e/ou adequação de recursos de infra-estrutura que contribuam para qualidade de vida da população.

Público alvo: População urbana de municípios com menos de 100.000 habitantes (cidades não caracterizáveis como médias ou de grande porte).

Indicador (unid. de medida): taxa de municípios apoiados com obras de infra-estrutura (percentagem)

Referencia: data:31/12/2003 Índice: em apuração 2007: 25,0%

Consolidação dos Valores do Programa:

Regionalização:Nacional.....400.000,00

Região: Nordeste.....400.000,00

Esfera/Categoria Econômica: Despesas Correntes: 400.000,00

Despesas de capital:400.000,00

Justificativa

O PL nº 30, de 2003-CN (PPA 2004-2007), embora inclua uma série de programas e ações relativos a empreendimentos caracterizáveis como relativos ao "Desenvolvimento Urbano" ou ao provimento de "Infra-Estrutura Urbana", o fez de modo demasiado seletivo. Desse modo, um amplo elenco de iniciativas dessa natureza, normalmente demandadas pelas cidades de até 100.000 habitantes (aquelas não caracterizáveis como cidades médias ou de grande porte), ficaram sem cobertura. Como se poderá verificar, o programa "Mobilidade Urbana" (9989) tem como público alvo "População urbana das metrópoles e grandes cidades", orientação corroborada por uma de suas ações (0590) que caracteriza tais "grandes cidades" como as "cidades de médio e grande porte". Ora, segundo os parâmetros adotados pelo IPEA são cidades de médio porte, atualmente, as com população entre 100.000 e 500.000 habitantes. No que se refere ao programa "Reabilitação de Áreas Centrais" (1137), como o próprio título já indica, se destina às áreas centrais das cidades, não dando cobertura, portanto, a ações em bairros e distritos, onde, com frequência, se localizam problemas crônicos de infra-estrutura. Algo similar ocorre com o programa "Urbanização de Assentamentos Precários" (1128), em que as ações se destinam, exclusivamente, às famílias de baixa renda moradoras em assentamentos humanos precários. Assim, tendo em conta o grande interesse que esse tipo de intervenção tem despertado para fins de equacionamento das demandas oriundas dos Municípios, dando origem a cerca de 500 emendas individuais por ano e um variável número de emendas coletivas, propomos a criação desse programa no PPA, com vistas a dar cobertura ao grande número de emendas que por certo serão feitas neste e nos futuros exercícios, em atenção às legítimas aspirações das comunidades.

CÓDIGO NOME

9047

Carlos Alberto Rosado



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PROJETO DE LEI Nº 31/2003-CN

(ORÇAMENTO/2004)

(Mensagem nº 00100/2003–CN e nº 00414/2003, na origem)

ESPELHOS DE EMENDAS INDIVIDUAIS À DESPESA, NÃO PUBLICADAS NO SUPLEMENTO DO DIÁRIO DO CONGRESSO DO DIA 21 DE NOVEMBRO/2003

- Publicação das 18 (dezoito) emendas individuais do Deputado AIRTON ROVEDA, tendo em vista deferimento do Ofício nº 002/03-CN/CMO, de 20/11/2003, em virtude de problemas ocorridos no Sistema de Elaboração de Emendas no momento do envio.

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2004 (PL0031/2003-CN)

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440001

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Manutenção de/da

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Deficientes/Centros

LOCALIDADE BENEFICIADA

4100000 Paraná

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

55901 FNAS

TEXTO DA EMENDA

08.242.0065.2561.0000

- Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa Portadora de Deficiência - Estado do Paraná

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Pessoa portadora de deficiência atendida (unidade)

Quantidade

600

REGISTRO SUBVENÇÃO

3 - CNAS

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3 Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

40 Transf. a Municípios

Valor Acrescido (R\$1,00)

350,000

TOTAL

350,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330

100

9 Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

Valor Deduzido (R\$1,00)

350,000

JUSTIFICAÇÃO

A referida Emenda objetiva prestar melhor atendimento às pessoas portadoras de deficiência e carentes dos municípios do Estado do Paraná.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440002

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Implant/Apare/Adeq/Unid Móvel

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Atenção Pessoa Portadora de Deficiência

LOCALIDADE BENEFICIADA

4100000**Paraná**

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

36901**Fundo Nacional de Saúde**

TEXTO DA EMENDA

10.846.1312.0838.0000**- Estruturação de Unidades/Serviços de Reabilitação - Estado do Paraná**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Quantidade

Unidade apoiada (unidade)

8

REGISTRO SUBVENÇÃO

3 - CNAS

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND**MOD. APLICAÇÃO****Valor Acrescido (R\$1,00)****4** Investimentos**40** Transf. a Municípios**200,000****TOTAL****200,000**

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND**MOD. APLICAÇÃO****Valor Deduzido (R\$1,00)****5330****100****9** Reserva de Contingência**99** A Definir**200,000**

JUSTIFICAÇÃO

A referida Emenda objetiva prestar melhor atendimento as pessoas portadoras de deficiência e carentes dos municípios do Estado do Paraná, para a aquisição de equipamentos para salas de fisioterapia, cadeiras de rodas, e veículos para transporte de passageiros.

CÓDIGO NOME

3644**Airton Roveda**

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440003

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Apoio a Manutenção de

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Atenção Especializada- Hospitais /Outros

LOCALIDADE BENEFICIADA

4106902 Curitiba

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

36901 Fundo Nacional de Saúde

TEXTO DA EMENDA

10.302.1220.X701.0000**- Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde- Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - Curitiba-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Quantidade

Unidade apoiada (unidade)

1

REGISTRO SUBVENÇÃO

2 - CNAS

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND**MOD. APLICAÇÃO****Valor Acrescido (R\$1,00)****3**

Outras Despesas Correntes

50

Transf. a Inst. Privadas

80,000

TOTAL

80,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND**MOD. APLICAÇÃO****Valor Deduzido (R\$1,00)**

5330

100

9 Reserva de Contingência

99

A Definir

80,000

JUSTIFICAÇÃO

Apresente emenda objetiva prestar apoio financeiro à manutenção do Hospital da Sociedade Evangélica de Curitiba, para atendimento à população carente da Região.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440004

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Implant/Apare/Adeq/Unid Móvel

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Atenção Básica-Postos / Centros de Saúde

LOCALIDADE BENEFICIADA

4113908 Mallet

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

36901 Fundo Nacional de Saúde

TEXTO DA EMENDA

10.846.1214.0808.0000**- Estruturação de Unidades de Atenção Básica - Mallet-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Serviço estruturado (unidade)

Quantidade

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

4 Investimentos

MOD. APLICAÇÃO

40 Transf. a Municípios

Valor Acrescido (R\$1,00)

90,000

TOTAL

90,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330

100

9 Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

Valor Deduzido (R\$1,00)

90,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva prestar melhor atendimento às pessoas carentes do município de Mallet e Região.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440005

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Apoio a Projetos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Turismo

LOCALIDADE BENEFICIADA

4113908 Mallet

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

54101 Min. do Turismo

TEXTO DA EMENDA

23.845.1166.0564.0000**- Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística-construção de Parque Infantil - Mallet-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Projeto apoiado (unidade)

Quantidade

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

4 Investimentos

MOD. APLICAÇÃO

40 Transf. a Municípios

Valor Acrescido (R\$1,00)

100,000

TOTAL

100,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330**100****9 Reserva de Contingência**

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

Valor Deduzido (R\$1,00)

100,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fortalecer o potencial turístico existente no município e Região.

CÓDIGO

NOME

PARTIDO

UF

3644**Airton Roveda****PMDB****PR**

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440006

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

***Atípico(Não Prev.Na Tabela)**

LOCALIDADE BENEFICIADA

4128203 União da Vitória

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

15110 TRT - 9a. Região - PR

TEXTO DA EMENDA

99.999.9999.9999.0000**- Reforma e reaparelhamento do Fórum trabalhista de União da Vitória - União da Vitória-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Quantidade

Prédio reformado (% de execução física)

100

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

MOD. APLICAÇÃO

Valor Acrescido (R\$1,00)

4 Investimentos

90 Aplic. Diretas

200,000

TOTAL 200,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

MOD. APLICAÇÃO

Valor Deduzido (R\$1,00)

5330 100 9 Reserva de Contingência

99 A Definir

200,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva o melhoramento, aparelhamento e adequação do prédio do Fórum trabalhista existente no município de União da Vitória.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440007

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

3924 - JÁ EXISTENTE NO PL

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

36901 Fundo Nacional de Saúde

TEXTO DA EMENDA

10.302.1220.6148.0001**Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais - Nacional**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Pessoa atendida (unidade)

Quantidade

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND**3** Outras Despesas Correntes**MOD. APLICAÇÃO****90** Aplic. Diretas**Valor Acrescido (R\$1,00)****50,000****TOTAL****50,000**

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330**100****9** Reserva de Contingência**MOD. APLICAÇÃO****99** A Definir**Valor Deduzido (R\$1,00)****50,000**

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade destinar recursos adicionais para que a rede Sarah, em 2004 possa dar continuidade a prestação de assistência médica atendendo a cerca de 1,6 milhões de pacientes; à formação e qualificação de profissionais de saúde e ao desenvolvimento de ações educacionais e de prevenção junto à sociedade.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440008

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Implant/Apare/Adeq/Unid Móvel

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Atenção Básica-Postos / Centros de Saúde

LOCALIDADE BENEFICIADA

4106803 Cruz Machado

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

36901 Fundo Nacional de Saúde

TEXTO DA EMENDA

10.846.1214.0808.0000**- Estruturação de Unidades de Atenção Básica - Equipar o Centro de Saúde - Cruz Machado-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Serviço estruturado (unidade)

Quantidade

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

4 Investimentos

MOD. APLICAÇÃO

40 Transf. a Municípios

Valor Acrescido (R\$1,00)

200,000

TOTAL

200,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330

100

9 Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

Valor Deduzido (R\$1,00)

200,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade equipar o centro de saúde, para prestar melhor atendimento à comunidade carente de Cruz Machado.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440009

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Apoio a/o/aos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Entid.Universit.Não Federais

LOCALIDADE BENEFICIADA

4128203 União da Vitória

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

26101 Ministério da Educação

TEXTO DA EMENDA

12.846.1073.X602.0000**- Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais-IEPS-FAPIUVA - União da Vitória-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Quantidade

Entidade apoiada (unidade)

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

MOD. APLICAÇÃO

Valor Acrescido (R\$1,00)

3 Outras Despesas Correntes

50 Transf. a Inst. Privadas

80,000

TOTAL

80,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

MOD. APLICAÇÃO

Valor Deduzido (R\$1,00)

5330

100

9 Reserva de Contingência

99 A Definir

80,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo construir e equipar as salas de aulas que se encontram desprovidas de materiais, na Faculdade estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440010

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Distribuição de

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Medicamentos

LOCALIDADE BENEFICIADA

4102901 Bituruna

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

36901 Fundo Nacional de Saúde

TEXTO DA EMENDA

10.303.1293.4368.0000**- Atendimento à População com Medicamentos - Bituruna-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Quantidade

População coberta (unidade)

32

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3 Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

40 Transf. a Municípios

Valor Acrescido (R\$1,00)

100,000

TOTAL 100,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330

100

9 Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

Valor Deduzido (R\$1,00)

100,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade prestar melhor atendimento à população carente do município, que necessitam de medicamentos diários.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440011

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Disponibilização de

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Insumos Agropecuarios

LOCALIDADE BENEFICIADA

4102901 Bituruna

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

49101 Minist. do Desenv.Agrário

TEXTO DA EMENDA

21.244.0351.4266.0000**- Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar para pequenos agricultores da Região. - Bituruna-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Quantidade

Família assistida (unidade)

1,250

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

MOD. APLICAÇÃO

Valor Acrescido (R\$1,00)

3 Outras Despesas Correntes

40 Transf. a Municípios

100,000

TOTAL

100,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

MOD. APLICAÇÃO

Valor Deduzido (R\$1,00)

5330

100

9 Reserva de Contingência

99 A Definir

100,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva atender os pequenos agricultores necessitados de sementes, insumos para a plantação, desta forma irá gerar renda a todos.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440012

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Equipamentos para

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Ensino Superior - Graduação

LOCALIDADE BENEFICIADA

4106902 Curitiba

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

26241 UFPR

TEXTO DA EMENDA

12.364.1075.6368.0000**- Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado ao Hospital de Clínicas - Curitiba-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Quantidade

Laboratório equipado (unidade)

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

4 Investimentos

MOD. APLICAÇÃO

90 Aplic. Diretas

Valor Acrescido (R\$1,00)

80,000

TOTAL

80,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330**100****9 Reserva de Contingência**

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

Valor Deduzido (R\$1,00)

80,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo a prestar melhor atendimento à população carente da Região.

CÓDIGO NOME

3644**Airton Roveda**

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440013

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Constr/Ampl/Ref/Equip

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Família/centros

LOCALIDADE BENEFICIADA

4108502 General Carneiro

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

55901 FNAS

TEXTO DA EMENDA

08.244.1093.4915.0000**- Funcionamento dos Núcleos de Atendimento Integral à Família - General Carneiro-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Quantidade

Família atendida (unidade)

80

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND**MOD. APLICAÇÃO****Valor Acrescido (R\$1,00)****4** Investimentos**40** Transf. a Municípios**120,000****TOTAL 120,000**

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND**MOD. APLICAÇÃO****Valor Deduzido (R\$1,00)****5330 100 9** Reserva de Contingência**99** A Definir**120,000**

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva prestar melhor atendimento às famílias carentes existentes no município

CÓDIGO

NOME

PARTIDO

UF

3644**Airton Roveda****PMDB****PR**

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440014

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Implant/Apare/Adeq/Unid Móvel

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Atenção Básica-Postos / Centros de Saúde

LOCALIDADE BENEFICIADA

4108502 General Carneiro

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

36901 Fundo Nacional de Saúde

TEXTO DA EMENDA

10.846.1214.0808.0000**- Estruturação de Unidades de Atenção Básica - General Carneiro-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Serviço estruturado (unidade)

Quantidade

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

4 Investimentos

MOD. APLICAÇÃO

40 Transf. a Municípios

Valor Acrescido (R\$1,00)

80,000

TOTAL

80,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330

100

9 Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

Valor Deduzido (R\$1,00)

80,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva prestar melhor atendimento à população carente existente no município e região.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440015

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Apoio a/o/aos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Desenvolvimento Rural

LOCALIDADE BENEFICIADA

4100000 **Paraná**

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

22101 **M. Agri., Pec. e Abastec.**

TEXTO DA EMENDA

20.606.999X.X402.0000**- Preencher Aqui o Subtítulo Atípico - Estado do Paraná**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Município apoiado (unidade)

Quantidade

9

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

4 Investimentos

MOD. APLICAÇÃO

40 Transf. a Municípios

Valor Acrescido (R\$1,00)

400,000

TOTAL

400,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330**100****9** Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

Valor Deduzido (R\$1,00)

400,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo prestar melhor atendimento aos pequenos agricultores existentes no município e região.

CÓDIGO NOME

3644 **Airton Roveda**

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440016

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Implant/Apare/Adeq/Unid Móvel

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Atenção Básica-Postos / Centros de Saúde

LOCALIDADE BENEFICIADA

4100000 **Paraná**

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

36901 **Fundo Nacional de Saúde**

TEXTO DA EMENDA

10.846.1214.0808.0000**- Estruturação de Unidades de Atenção Básica em municípios do - Estado do Paraná**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Quantidade

Serviço estruturado (unidade)

4

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND**MOD. APLICAÇÃO****Valor Acrescido (R\$1,00)****4** Investimentos**40** Transf. a Municípios**200,000****TOTAL****200,000**

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND**MOD. APLICAÇÃO****Valor Deduzido (R\$1,00)****5330** **100** **9** Reserva de Contingência**99** A Definir**200,000**

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo atender à população carente existente nos municípios do Estado do Paraná.

CÓDIGO NOME

3644 **Airton Roveda**

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440017

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Adequação do/da

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Vias Urbanas/ Sistema Viário

LOCALIDADE BENEFICIADA

4110706 Irati

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

56101 Min. das Cidades

TEXTO DA EMENDA

15.846.9989.0590.0000**- Adequação de Vias Urbanas - construção de ponto de parada de ônibus - Irati-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Quantidade

Projeto apoiado (unidade)

25

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

4 Investimentos

MOD. APLICAÇÃO

40 Transf. a Municípios

Valor Acrescido (R\$1,00)

50,000

TOTAL

50,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330

100

9 Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

Valor Deduzido (R\$1,00)

50,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo prestar melhores acomodações à população que utiliza transportes urbanos no município.

CÓDIGO NOME

3644 Airton Roveda

PARTIDO

PMDB

UF

PR

EMENDA À DESPESA

NÚMERO DA EMENDA

36440018

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

SITUAÇÃO DO SUBPROJETO

NOVO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

Implant/Apare/Adeq/Unid Móvel

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

Atenção Especializada- Hospitais /Outros

LOCALIDADE BENEFICIADA

4106902**Curitiba**

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

36901**Fundo Nacional de Saúde**

TEXTO DA EMENDA

10.846.1216.0832.0000**- Estruturação de Unidades de Atenção Especializada-Hospital Sociedade Evangélica de - Curitiba-PR**

ESPECIFICAÇÃO DA META/UNIDADE

Unidade estruturada (unidade)

Quantidade

1

REGISTRO SUBVENÇÃO

2 - CNAS

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

4

Investimentos

MOD. APLICAÇÃO

50

Transf. a Inst. Privadas

Valor Acrescido (R\$1,00)

20,000

TOTAL

20,000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND

5330

100

9 Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

Valor Deduzido (R\$1,00)

20,000

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo a apoiar financeiramente a manutenção do Hospital da Sociedade Evangélica de Curitiba/PR

CÓDIGO NOME

3644**Airton Roveda**

PARTIDO

PMDB

UF

PR

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 143**, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003, E PUBLICADA NO MESMO MÊS E ANO, QUE "EXTINGUE O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO – CFGE, ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.818, DE 23 DE AGOSTO DE 1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado FERNANDO DE FABINHO	001 e 002

TOTAL: 02 Emendas.

MPV 143

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/12/2003	Proposição Medida Provisória nº 143/2003
Autor Deputado Fernando de Fabinho	nº do prontuário
1 ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global	
Página	Artigo
Parágrafo	Incisos
Alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se a expressão "observado o regulamento", constante do inciso IV do art. 8º:

JUSTIFICATIVA

A Lei 9.818/99, que cria o fundo de Garantia à Exportação – FGE, estabelece as competências da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX de forma clara e concisa, o que não implica dúvidas quanto as suas competências.

Estabelecer que a alienação das ações deverá observar regulamento a ser editado posteriormente pelo Governo não é melhor alternativa a ser adotada pela Lei, vez que causa dúvidas quanto a competência expressa da CAMEX, já que o órgão gestor só poderá alienar se expressamente autorizado por este órgão. Temos que, a curto prazo, tal alteração legal, diminuirá a competência da CAMEX com o conseqüente esvaziamento de seus poderes decisórios.

Ademais, vale ressaltar que o texto legal anterior era suficientemente claro e não fazia qualquer menção a posterior regulamento do Executivo, razão pela qual sugerimos a supressão da mencionada expressão.

PARLAMENTAR

MPV 143

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/12/2003	Proposição Medida Provisória nº 143/2003			
Autor Deputado Fernando de Fabinho	nº do prontuário			
1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Incisos	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o caput do art. 8º e suprima-se o §2º da Lei n.º 9.818/99, alterado pela Medida Provisória 143/03, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O BNDES será o gestor do FGE, competindo-lhe, observadas as determinações da CAMEX”.

JUSTIFICATIVA

A medida ora proposta, visa restabelecer a competência da gestão do Fundo de Garantia à Exportação ao BNDES, já que este Banco tem entre, suas áreas principais de atuação o auxílio as exportações.

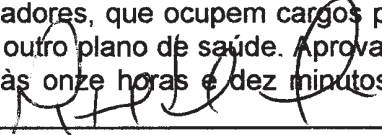
O próprio Banco afirma, em sua página eletrônica, que tem como objetivos aumentar as vendas externas e promover a redução relativa das importações, o que já absorve parte substancial dos recursos do BNDES. As diretrizes para atuação do Banco nesse vetor do desenvolvimento nacional visam agregar valor às vendas brasileiras no mercado externo, por meio de investimentos em tecnologia; apoio financeiro e suporte técnico para as exportações; além de estímulo à ação internacional de empresas brasileiras, especialmente no âmbito da América do Sul, com a implantação de bases de distribuição de produtos nacionais em mercados estratégicos. O desenvolvimento de um setor exportador de produtos com maior intensidade tecnológica irá também atender ao mercado interno, funcionando como poderoso instrumento para substituição de importações. O BNDES acompanha as negociações brasileiras nos fóruns internacionais, visando adequar sua política às regras acordadas pelo Brasil e contribuir com os setores governamentais responsáveis pelas negociações.

Ademais, há de ser mantida a política do BNDES de apoio ao comércio exterior, articulada às prioridades definidas pelo governo federal, desenvolverá, ainda, tratamento particularmente diferenciado às operações com os países do Mercosul e demais vizinhos sul-americanos.

PARLAMENTAR

Publicadas no DSF em 19/12/2003

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2003**

Às dez horas, do dia 06 de novembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores: José Sarney, Presidente; Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente; Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente; Senador Romeu Tuma, Primeiro-Secretário, Senador Alberto Silva, Segundo-Secretário, Senador Heráclito Fortes, Terceiro-Secretário, Senador Sérgio Zambiasi, Quarto-Secretário e João Alberto Souza, Primeiro Suplente de Secretário. Declarados abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, passa-se à apreciação da seguinte pauta: **Item 1:** Processo nº 009043/03-9 – Prestação de Contas do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, referente ao primeiro trimestre de 2003. Pareceres favoráveis da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal, e do Relator Senador Romeu Tuma, Primeiro-Secretário. Aprovado. **Item 2:** Processo nº 013549/03-0 – Prestação de Contas do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, referente ao segundo trimestre de 2003. Pareceres favoráveis da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal, e do Relator Senador Romeu Tuma, Primeiro-Secretário. Aprovado. **Item 3:** Processo nº 019246/03-0, sobre à padronização dos procedimentos referentes à elaboração, à conferência e à emissão da relação de ordens bancárias externas – RE e de ordens bancárias intra-siafi - RT. Aprovado. **Item 4:** Processo nº 005446/03-1 – Solicitação do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Parecer favorável do Relator Senador Romeu Tuma, Primeiro-Secretário. Aprovado. **Item 5:** Processo nº 000230/02-2, Rosângela Cardoso de França, requer na forma da Lei nº 8.112/90, Pensão Civil. Indeferido. **Item 6:** Emendas à despesa (PL 0031/2003-CN) referente à Construção do Anexo III, no valor de R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais). Aprovado. Ampliação e Reforma do Edifício-Sede da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, no valor de R\$ 9.119.000,00 (nove milhões cento e dezenove mil reais). Aprovado. Construção da Sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, no valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais). Aprovado. Processo Legislativo, no valor de 99.165.695,00 (noventa e nove milhões, cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais). Aprovado. Produção e Distribuição de Documentos Legislativos, no valor de R\$ 4.195.000,00 (quatro milhões cento e noventa e cinco mil reais). Aprovado. **Item 7:** Fica mantido o item 6, estabelecido na Reunião da Comissão Diretora do dia 18 de setembro de 2003, para ex-senadores, que ocupem cargos públicos, desde que não sejam amparados por qualquer outro plano de saúde. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e dez minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu,  (Agaciel da Silva Maia), Diretor-Geral do Senado Federal, lavrasse a presente Ata que, depois de aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Brasília, 06 de novembro de 2003.


Senador JOSÉ SARNEY

Presidente

* Republicada por ter saído com incorreção no item 05.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 134 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares e
considerando a solicitação da Secretaria de Comunicação Social e
autorização do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Criar Comissão Especial para apresentar relatório técnico sobre aquisição de um Sistema Digital de Armazenamento de Dados, destinado a resolver, preferencialmente, os problemas de arquivamento dos conteúdos constantes dos videotapes produzidos pela TV Senado.

Art. 2º Designar os servidores Agnaldo Scardua (mat. 4068), Leife Montalvão (mat. 5446), José Carlos Valério (mat. 5472), Edna de Souza Carvalho (mat. 5405), Ricardo Guedes Acioli Toscano (mat. 5478) e José Carlos Abreu Muricy (mat. 496-Prodasen), para, sob a presidência do primeiro, integrarem a referida Comissão.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão desses trabalhos.

Senado Federal, 17 de dezembro de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

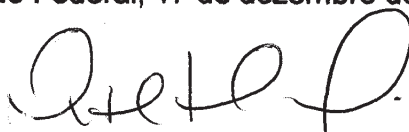
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 5290, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso
das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do
Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003.

RESOLVE:

Exonerar **Maria Francisca Nunes Araújo**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-5 do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir de 17 de dezembro de 2003.

Senado Federal, 17 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

* Ato republicado por ter sido publicado com incorreção.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 5350, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003.

RESOLVE:

nomear **Yuri Queiroz Gomes**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-5 do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 17 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

* Ato republicado por ter sido publicado com incorreção.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5351 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 021285/03-9,

RESOLVE dispensar o servidor CARLOS JOSÉ ESTEVES, matrícula 4578, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PPS, a partir de 11 de dezembro de 2003.

Senado Federal, 17 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5352 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 021248/03-6,

RESOLVE designar o servidor JONAS BARBOSA DA SILVA, matrícula 5126, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Valdir Raupp, a partir de 06 de novembro de 2003.

Senado Federal, 17 de dezembro de 2003.



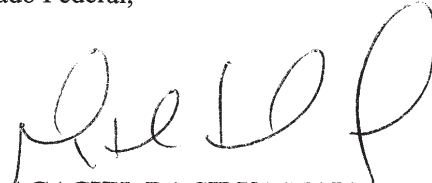
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 5353 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 021345/03-1,

RESOLVE designar o servidor PAULO DE TARSO VIDIGAL SIMÕES, matrícula 4351, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Telecomunicações, a partir de 11 de dezembro de 2003.

Senado Federal, 17 de dezembro de 2003.



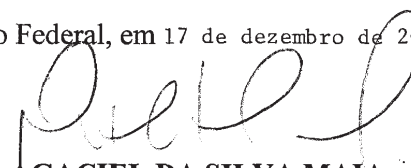
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 5354 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012365/00-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIO FIGUEIREDO DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência do Senado Federal.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2003.



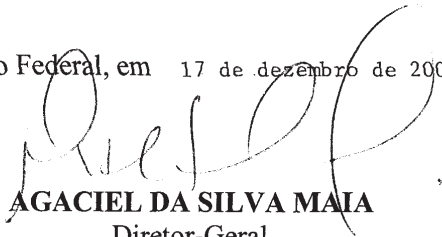
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 5355 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 021411/03-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAROLINE CAVALCANTE MONTEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2003.



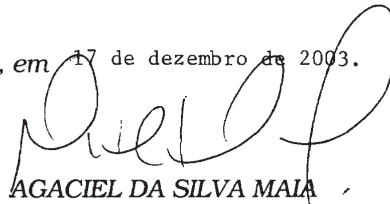
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 5356 , de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 020894/03-1,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão temporária a LUIZ GUSTAVO MONTEIRO DOS SANTOS e LENON MONTEIRO DOS SANTOS, na condição de filhos menores, na proporção de 1/2 (um meio) para cada, dos proventos que percebia o ex-servidor LUIZ CARLOS MONTEIRO DOS SANTOS, matrícula 04296, a partir da data do óbito, 29/10/2003.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	João Tenório
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
João Batista Motta**	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO

TEMPORÁRIA

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)

Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou -se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou- se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. (vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)

Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessare nko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Eurípedes Camargo	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 09.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br .

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PERMANENTE

9 (nove) titulares

9 (nove) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe

Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br .

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: (JOÃO ALBERTO SOUZA) ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Eurípedes Camargo ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁹					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ^{7 e 14}	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 03.12.2003)

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Eleito na Sessão realizada no dia 03.12.2003 para a vaga de Titular, em substituição ao Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) que se desligou do Conselho em 8.5.2003.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleita na Sessão do SF de 18.9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** que renunciou ao cargo em 25.09.2003

¹⁴ Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicação lida na Sessão do dia 01.10.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo¹	Bloco de Apoio ao Governo
Senador Demóstenes Torres¹	PFL
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 14.10.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de
outubro de 1988 com as alterações
introduzidas pelas Emendas Constitucionais
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE:358 PÁGINAS